



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades
Diretoria da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades
Coordenação do Curso de Geografia

OFÍCIO Nº 24/2025/COORDGEO/DIRFIH/FIH

Diamantina, 28 de outubro de 2025.

Ao
Professor Douglas Sattler dos Reis
Pró-Reitor de Graduação da UFVJM

C/C
Sra. Anne Raquel dos Santos
Procuradoria Educacional Institucional da UFVJM

Assunto: Proposta de adequação do número de vagas do curso de Geografia - Licenciatura

Prezados Sra. Anne Raquel dos Santos e Professor Douglas Sathler dos Reis

Boa tarde!

O Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri vem, por meio deste ofício, submeter à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação e da Procuradoria Educacional Institucional a proposta de adequação do número de vagas anuais do curso, considerando a reestruturação em andamento do Projeto Pedagógico.

Atualmente, a Licenciatura em Geografia oferta 70 vagas anuais, distribuídas em 35 por semestre. Em virtude da proposta de ingressos semestrais para anuais e da implantação do curso de Bacharelado em Geografia, propomos a seguinte adequação:

- Licenciatura em Geografia (oferta anual): 20 vagas - (em processo de reestruturação - SEI 23086.138630/2025-15)
- Bacharelado em Geografia (oferta anual): 30 vagas - (solicitação para criação no processo SEI 23086.137133/2025-08)

Com essa redistribuição, os cursos passarão a ofertar 50 vagas anuais no total, número que consideramos mais condizente com a capacidade de atendimento do corpo docente e com a oferta de disciplinas unificadas entre as duas modalidades. Importante destacar que a criação do bacharelado não implica necessidade de ampliação de quadro docente, uma vez que montamos uma estrutura curricular com inúmeras unidades curriculares compartilhadas.

A justificativa da solicitação vincula-se ao fato do curso de Licenciatura em Geografia da UFVJM atravessar um momento crítico que exige reflexão profunda e ação estratégica. A análise dos dados históricos do período 2012-2025 quanto à diplomação, evasão e retenção do curso (documento 1921764) revela um cenário preocupante que compromete não apenas a sustentabilidade do curso, mas também a qualidade da formação oferecida aos estudantes. Atualmente, o curso oferta 35 vagas semestrais, totalizando 70 vagas anuais. Entretanto, a realidade dos números mostra uma ocupação média significativamente inferior, com períodos críticos registrando 4/5 ingressantes por semestre (em especial nos segundos semestres dos últimos anos). Atualmente os dados indicam uma taxa de ocupação de cerca de 30% das vagas da licenciatura. Esta

baixa procura resulta em salas praticamente vazias, onde a dinâmica pedagógica fica severamente comprometida e as metodologias de ensino-aprendizagem não conseguem ser desenvolvidas adequadamente.

Paralelamente à baixa procura, observa-se um agravamento progressivo dos índices de evasão e uma redução significativa nas taxas de diplomação, que caíram de 66% para 28%, considerando os dados referentes aos dois currículos da Licenciatura em Geografia. Esta situação gera um ciclo vicioso: turmas pequenas desmotivam estudantes e professores, a infraestrutura fica subutilizada, o custo por aluno formado se torna excessivamente alto, e a relevância do programa passa a ser questionada institucionalmente. É neste contexto que surge a necessidade urgente de repensar o modelo atual e propor alternativas inovadoras.

1.1. A Proposta de Reestruturação: redução da oferta da vagas e transferência de vagas da Licenciatura para o Bacharelado

Diante do cenário apresentado, propomos uma reestruturação abrangente que envolve três mudanças estratégicas interconectadas. Primeiro, a passagem do ingresso de semestral para anual, concentrando os esforços de captação e formando turmas mais robustas, acompanhando as mudanças recentes do Sistema de Seleção Unificada - SISU, que passou a edição anual. Segundo, a criação do curso de Bacharelado em Geografia, diversificando as opções de formação e atendendo diferentes perfis profissionais. Terceiro, uma nova distribuição de vagas que contemple 20 vagas anuais para licenciatura e 30 para bacharelado, totalizando 50 vagas anuais.

A mudança para ingresso anual se justifica pela baixa procura no ingressos em semestres pares dos últimos anos; a criação do curso de Bacharelado em Geografia, apoia-se na infraestrutura acadêmico-administrativa e no capital intelectual geográfico já consolidados pela Licenciatura, que gera três oportunidades institucionais: (i) ampliar a atratividade da oferta formativa em Geografia para perfis profissionais diversos; (ii) elevar indicadores de permanência, conclusão e inserção socioprofissional; e (iii) otimizar o uso de recursos docentes, laboratoriais e de gestão, hoje subaproveitados em razão do baixo número de estudantes por turma.

1.2. Benefícios Pedagógicos e Acadêmicos

A reestruturação proposta promoverá uma transformação qualitativa significativa na dinâmica pedagógica dos cursos, com unidades curriculares compartilhadas entre licenciatura e bacharelado que criarão um ambiente acadêmico mais rico e diversificado. Esta convivência acadêmica entre modalidades diferentes da Geografia proporcionará uma formação mais completa e contextualizada para ambos os perfis profissionais.

A flexibilização curricular inerente a esta estrutura também oferecerá aos estudantes a possibilidade de reorientação durante o percurso formativo. Um estudante que ingressou na licenciatura, mas descobriu aptidão para a área técnica poderá migrar para o bacharelado, e vice-versa, aproveitando as disciplinas já cursadas. Esta mobilidade reduzirá significativamente os índices de evasão por inadequação de escolha inicial.

Além disso, turmas maiores e mais heterogêneas criarão um ambiente propício para metodologias de ensino mais dinâmicas. A própria motivação docente será renovada pelo desafio de trabalhar com turmas mais engajadas e participativas.

1.3 Otimização de Recursos, Eficiência Institucional

Sob a perspectiva da gestão institucional, a reestruturação proposta configura-se como uma estratégia consistente para mitigar a subutilização de recursos. O quadro docente atualmente constituído, dimensionado para atender de forma adequada às demandas do curso, poderá atuar em sua plenitude por meio do compartilhamento de disciplinas entre as duas modalidades permitindo o aproveitamento mais amplo e eficiente de suas competências acadêmicas e profissionais.

1.4 Impacto Regional e Social

Esta dupla contribuição - profissionais para o mercado técnico especializado e educadores para a formação básica - posicionará o programa como um elemento estratégico no desenvolvimento regional, justificando plenamente os investimentos institucionais e consolidando a relevância social da ciência geográfica.

Neste contexto enviamos neste processo de forma a dar prosseguimento aos trâmites institucionais:

- 1) o Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028) documento 1922840, que apresenta o Bacharelado em Geografia como um dos cursos a ser criado no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (p. 67);
- 2) a ata de reunião de Congregação desta faculdade aprovando, por unanimidade, a viabilidade do curso mediante entrada anual (1921693), e despacho da direção da faculdade com o mesmo teor (1921697);
- 3) atas do Colegiado da Licenciatura em Geografia com a aprovação de pontos de pauta quanto à redução de vagas da licenciatura para 20 e transferência de 30 vagas para o bacharelado (1921743 e 1921745).

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o encaminhamento dos trâmites necessários,

Atenciosamente,

Danielle Piuzana Mucida

Coordenadora do Curso Geografia - Licenciatura

Portaria REITORIA Nº 2752, de 12 de dezembro de 2023

Presidente da Comissão instituída para propor o Projeto Político-Pedagógico do curso de Geografia – Bacharelado

Portaria PROGRAD Nº 12, de 10 de fevereiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Piuzana Mucida, Coordenador(a)**, em 28/10/2025, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1921687** e o código CRC **7ACCD355**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.138734/2025-20

SEI nº 1921687

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ATA DE REUNIÃO

Às 14:37h, do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, por meio de reunião na modalidade presencial, verificado o quorum, teve início a 122ª REUNIÃO ORDINÁRIA da Congregação da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH, convocada no dia 04/12/2024. Estavam presentes à reunião: Profa. Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale (Diretora); Prof. Hugo Rodrigues de Araujo (Coordenação do Curso de Bacharelado em Turismo); Prof. Beni Trojbiez (Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Humanas); Profa. Elayne de Moura Braga (Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia); Profa. Luciana Lopes dos Santos (Coordenação do Curso de Licenciatura em História); Profa. Danielle Piuzana Mucida (Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia); Prof. Diogo Neves Pereira (Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação no Campo); Prof. Ivana Cristina Lovo (Coordenação do PPGER); Profa. Luisa Andrade Gomes Godoy (Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras); e Profa. Aline Faé Stocco (Coordenação do PPGCH). Justificou a ausência: Profa. Paula Cristina Silva (Representante docente) e sua suplente, Rosiane Ribeiro Bechler. A Presidente da sessão deu as boas-vindas a todos(as). Na sequência, partiu para a aprovação da ata. **I - ATA** - Aprovação da ata da 121ª reunião ordinária da Congregação da FIH (1590368), ocorrida em 06/11/24. Aprovada por ampla maioria e 2 abstenções. **II - ITENS A REFERENDAR E HOMOLOGAR: DESPACHOS** - Ofício homologando resultado do concurso de Letras (1607215). **PORTARIAS** - PORTARIA - FIH Nº 182, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2024 (1592576); PORTARIA - FIH Nº 183, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024 (1594210); PORTARIA - FIH Nº 184, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024 (1596112); PORTARIA - FIH Nº 185, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024 (1596353); PORTARIA - FIH Nº 186, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024 (1596658); PORTARIA - FIH Nº 187, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024 (1598964); PORTARIA - FIH Nº 188, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024 (1599121); PORTARIA - FIH Nº 189, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024 (1600496); PORTARIA - FIH Nº 190, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024 (1600636); PORTARIA - FIH Nº 191, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024 (1600683); PORTARIA - FIH Nº 192, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024 (1601137); PORTARIA - FIH Nº 193, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024 (1601157); PORTARIA - FIH Nº 194, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024 (1601878); PORTARIA Nº 195 - FIH, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024 (1607213); PORTARIA - FIH Nº 196, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024 (1609737); PORTARIA - FIH Nº 188, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024 (1610030) - retificação; PORTARIA Nº 197 - FIH, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024 (1610035); PORTARIA Nº 199 - FIH, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024 (1612416); PORTARIA - FIH Nº 199, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024 (1612452) - retificação; PORTARIA - FIH Nº 200, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024 (1616173); PORTARIA Nº 201 - FIH, DE 10 DE dezembro DE 2024 (1621978); PORTARIA Nº 202 - FIH, DE 10 DE dezembro DE 2024 (1622809); Aprovados por unanimidade. **III - INFORME** 1. LEC obteve nota máxima na Avaliação do MEC. **IV - ORDEM DO DIA** - A direção solicitou duas inclusões na pauta: 8. Autorização de concurso Letras; 9. Resolução Interna para o Fórum dos coordenadores, manter a sequência. Encaminhamento: ordem do dia com inclusão do ponto 8 e 9. Aprovado por unanimidade. **1. Calendário de Reuniões da Congregação e Fórum dos Coordenadores 2025** ([link](#)). Encaminhamento: aprovar o calendário conforme apresentado e discutido. Aprovado por unanimidade. Para o ponto de pauta 2, foi solicitado a fala da professora Camila que veio representar a Comissão de Viabilidade. Encaminhamento: Aprovar a fala da Camila sobre o curso de Psicologia. Aprovado por unanimidade. **2. Devolutivas das comissões de Viabilidade:** a) Psicologia (1598956); b) Filosofia (1606001); c) Música (1613225); d) Retorno sobre 2o Ciclo BCH (1600723); e e) Retorno sobre Bacharelado em Geografia (1601106). Cada grupo apresentou o relatório, sendo a Filosofia e a Música apresentados pela direção. Um resumo do apresentado foi que há viabilidade para o curso de Psicologia; não há viabilidade para Filosofia e Música; o Bacharelado em Geografia possui reconfiguração em andamento e não necessita de vagas mediante entrada anual; e o Bacharelado de Políticas Públicas e Gestão Social possui reconfiguração em andamento e necessita de vagas. Encaminhamento: Aprovar os relatórios, encaminhar o pedido de abertura do curso de Psicologia, BPP e Bacharelado em Geografia, solicitando vagas docentes para os dois

primeiros. Para geografia redução de vagas ofertadas para os discentes e entrada anual. Para psicologia e necessário técnicos. Aprovado por unanimidade. **3. Aprovar Relatório de Inventário Patrimonial de 2024** (1615045). Encaminhamento: aprovar relatório patrimonial conforme apresentado. Aprovado por unanimidade. **4. Plano de Gestão 2025** ([link](#)). Encaminhamento: Aprovar plano de gestão. Aprovado por unanimidade. **5. Resultados da Comissão de Fluxos da FIH:** a direção fez uma breve exposição dos desafios encontrados pela comissão e fez um agradecimento especial a Elaine Sodré, Helga Espigão e Rosana Batista pelo primoroso trabalho para o resultado que se apresenta. Minuta de Resolução Interna - Estabelece procedimentos e prazos para o registro do Boletim de Frequência dos docentes efetivos lotados na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) ([link](#)). Minuta de Resolução Interna - Estabelece procedimentos e prazos para registro do Boletim de Frequência dos professores substitutos lotados na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) ([link](#)). Minuta de Resolução Interna - Estabelece procedimentos e prazos para o registro do Boletim de Frequência dos técnicos administrativos lotados na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) ([link](#)). Encaminhamento: aprovar as três primeiras Minuta de Resolução Interna em bloco após apreciação e sugestões da Congregação. Aprovado por unanimidade. Minuta de Resolução Interna - Estabelece procedimentos para afastamento de servidores lotados na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) ([link](#)). Encaminhamento: aprovar Minuta de Resolução Interna após apreciação e sugestões da Congregação. Aprovado o por unanimidade. Foi solicitado antecipar duas pautas pela ausência da professora Luisa. Aprovado por unanimidade. **6. Abertura de Programa de Pós Graduação na unidade** (23086.065324/2024-71). Encaminhamento: aprovar o projeto como parte da FIH. Aprovado por unanimidade. **8. Autorização de concurso Letras** (1618265). Encaminhamento: autorizar o aproveitamento de concurso para a vaga de literatura e educação. Aprovado por unanimidade. **Retomando o ponto 5**, voltou a discussão da Minuta de Resolução Interna - Dispõe sobre as solicitações de marcação, remarcação e suspensão de férias dos servidores públicos lotados na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), e dá outras providências ([link](#)). Encaminhamento: aprovar Minuta de Resolução Interna após apreciação e sugestões da Congregação. Aprovado por unanimidade. Minuta de Resolução Interna - Dispõe sobre concessões para ausência do trabalho dos servidores públicos lotados na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), e dá outras providências ([link](#)). Minuta de Resolução Interna - Dispõe sobre licenças dos servidores públicos lotados na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), e dá outras providências ([link](#)). Encaminhamento: em bloco aprovar Minutas de Resolução Interna após apreciação e sugestões da Congregação. Aprovado por unanimidade. Devido ao cansaço, os pontos **7. Regimento da FIH** ([link](#)) - continuar a partir do artigo 19, p. 8 e ponto **9. Resolução Interna para o Fórum dos coordenadores** ([link](#)). ficaram para a próxima reunião da Congregação. Aprovado por unanimidade. Às 17:34h a reunião foi encerrada. Eu, Professora Teresa Cristina Vale, agradei a presença de todos(as) e declarei encerrada a sessão da qual lavrei a presente ata que será assinada por mim após aprovada pela Congregação. Diamantina, 11 de dezembro de 2024. Teresa Cristina Vale - Presidente e secretário da sessão.



Documento assinado eletronicamente por **Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale, Presidente da Congregação**, em 13/03/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1626878** e o código CRC **EE629BC0**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 1/2025/SECFIH/DIRFIH/FIH

Processo nº 23086.040453/2024-57

Interessado: Congregação da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

A DIRETORA DA FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, ENCAMINHA decisão da 122ª Reunião Ordinária da Congregação para providências:

Considerando os relatórios apresentados pelas comissões de viabilidade dos cursos de Psicologia, Filosofia, Música, Bacharelado em Geografia e Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social (BPP), observa-se que:

- I. Curso de Psicologia: constatada viabilidade;
- II. Cursos de Filosofia e Música: não constatada viabilidade;
- III. Bacharelado em Geografia: em processo de reconfiguração, não requer vagas adicionais mediante entrada anual;
- IV. Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social (BPP): em processo de reconfiguração, necessitando de vagas.

Em razão do exposto, considerando a análise detalhada de cada curso, encaminha-se:

Por unanimidade:

- I. APROVAR os relatórios apresentados;
- II. APROVAR o encaminhamento do pedido de abertura do curso de Psicologia e do BPP, solicitando vagas docentes e técnicas necessárias;
- III. Para o Bacharelado em Geografia, APROVAR a redução de vagas ofertadas aos discentes, mantendo entrada anual;
- IV. APROVAR o encaminhamento dos relatórios de Filosofia e Música, sem continuidade de abertura de vagas.



Documento assinado eletronicamente por **Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale**, **Diretor(a)**, em 21/08/2025, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1854199** e o código CRC **29EDF089**.

Referência: Processo nº 23086.040453/2024-57

SEI nº 1854199



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO COM CONVITE EXTENSIVO AOS DEMAIS DOCENTES DO CURSO DE GEOGRAFIA DA FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES - UFVJM - REALIZADA NO DIA 07/04/2025

Às 14 horas do dia sete de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, verificado o quórum, teve início a reunião ordinária do colegiado do curso de Geografia com convite extensivo aos demais docentes do curso de Geografia, da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH, no laboratório de Geografia (LABGEO), reunida por meio de convocação (ofício 1718885). Estavam presentes à reunião: prof.^a Danielle Piuzana Mucida, presidente do colegiado; professor Marcelo Fagundes, vice-coordenador, prof. Cláudio Marinho (representante interno suplente); prof. Glauco Umbelino (representante docente internos titular), prof. Lúcio do Carmo Moura (representante docente interno titular); Phablo Pietro Praxedes (representante discente titular) e Otávio Augusto Gonçalves (representante discente titular) Letícia Honorato (representante discente titular). Estava presente a professora Anne Priscila Dias Gonzaga. O prof. Hugo Araújo, representante docente externo suplente da professora Maria Cândia Magnani informou que, com a aposentadoria desta, a vaga de representação de docente externa ficou vaga. A lista de presença encontra-se no livro de assinaturas da Geografia, conforme documento 1727701. Após cumprimentar os presentes, a presidente do colegiado deu início à reunião com a votação para inserção de informes e documentos enviados em 03/04/2025. A inserção dos pontos de pauta foi aprovada por unanimidade. **Informes: 1. Suplementação orçamentária ao curso de Geografia 2025** (1721476) Ocorreu suplementação de cerca de R\$8.954,00, enviado a rubrica auxílio financeiro para estudantes. **2. Perfil dos ingressantes 2025/1 e ações da semana de recepção aos ingressantes da Geografia.** Na semana de 11 a 15 de março de 2025 houve a presença de 10 e 11 estudantes ingressantes, dependendo do dia. Os estudantes veteranos do curso: Sávio Chaves, Bruno Corrêa, Líliam Teles, Otávio Augusto, Antônio Augusto, Michele Silva, Thiago Serafim e Ryan Antunes deram suporte na recepção aos ingressantes. As atividades de recepção tiveram foco especial no detalhamento dos editais de assistência estudantil, meio passe estudantil, apresentação do Programa PIBID para que todos estejam cientes dos recursos e apoios disponíveis. Apresentou-se o uso das ferramentas e plataformas, como o e-campus, que são essenciais para o dia a dia acadêmico. Quanto ao diagnóstico, a faixa etária dos presentes foi de 18 a 22 anos, com ampla maioria dos de 18 anos e que terminaram em 2024 o ensino médio, exceto 2 pessoas, que terminaram o ensino médio há 2 ou 3 anos atrás. Apenas uma estudante reside em Diamantina (estudou na Escola Estadual Professora Isabel Motta) antes do ingresso na UFVJM. Os demais vêm dos municípios de Água Boa, Sete Lagoas, distrito de Milho Verde, distrito de Sopa, do Serro, Felixlândia (2), Macaé (RJ), Araçuaí e Itamarandiba. Na semana de 11 a 14 de março, muitos deles estavam em processo de mudança, ainda estão buscando lugar para morar ou nem havia chegado ainda, estavam se organizando para vir. Foi diagnosticado, ainda, os estudantes ingressantes pendulares: 1 de Gouveia, 1 de Presidente Kubitschek (mesma cidade do nosso estudante de 5 período, o Renan), 3 de Datas (saem de comunidades rurais para chegar a Datas e pegar o transporte escolar). Ou seja, o curso mantém um percentual elevado de estudantes que dependerão de segunda a sexta do transporte cedido pelos seus municípios de origem e que terão dificuldades para as aulas de sábado e para os trabalhos de campo, caso haja. Há estudantes que saem de casa às 16:00 horas para chegar a Diamantina para a aula. Neste contexto a coordenação ressaltou em mensagem aos docentes de todos os períodos do curso a importância de desmarcar a aula o quanto antes, caso seja possível. Pelo diagnóstico, notou-se que os estudantes não conhecem a plataforma do google classroom. Quase todos os estudantes (exceto 1) não possuem computador e exercem as atividades no celular. Neste contexto, mensagens foram enviadas a todos os docentes do curso, como um diagnóstico da turma. **3. Publicação do Relatório de Gestão da FIH- Ano 2024** (documentos 1721488 e 1721494) Para conhecimento de todos. **4. IV Semana de Integração da FIH** com tema intitulado: "Quem somos nós nessa imensidão?", que ocorrerá entre os dias 7 e 9 de abril de 2025. **Referendos: 1. Retificação do**

Projeto Pedagógico da Licenciatura em Geografia quanto à regularização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) para viabilizar o aproveitamento de créditos do PIBID nas disciplinas de estágio - Documento 1718898. O *ad referendum* que encontra-se no processo 23086.055159/2025-21 é justificado pela importância de garantir a efetivação das ações pactuadas entre as licenciaturas, programa PIBID e a Diretoria de Ensino e Divisão de Apoio Pedagógico, em reunião em 27 de março de 2025. Na reunião informou-se que a retificação do PPC poderá oportunizar que estudantes do PIBID poderão ser contemplados com o aproveitamento de créditos nos estágios supervisionados, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no texto retificado na página 212, tópico 12.1, com o parágrafo: "Considerando a necessidade de integrar as atividades de iniciação à docência aos currículos dos cursos de licenciatura, as atividades desenvolvidas pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) poderão ser reconhecidas para aproveitamento de créditos no Estágio Curricular Supervisionado (ECS), respeitadas as normas internas da UFVJM, as diretrizes do programa e demais legislações de estágio. O aproveitamento de créditos será realizado desde que cumpridos os seguintes requisitos: matrícula regular na unidade curricular de estágio conforme a estrutura curricular do curso; elaboração de um plano de atividades previamente aprovado pelo Colegiado do Curso; celebração do Termo de Compromisso de Estágio, nos termos da legislação vigente; e acompanhamento pedagógico articulado entre o coordenador de área do PIBID e o orientador de estágio responsável. Normas complementares e critérios específicos para esse aproveitamento poderão ser elaborados pelo Colegiado de Curso." Referendado por unanimidade. **Ordem do dia: 1. Análise do texto sobre eixos e unidades curriculares do Núcleo 1 - Licenciatura** - documentos 1718906 1718912 1718915 O Núcleo das Licenciaturas da UFVJM em parceria com a Diretoria de Ensino (DEN) e a Divisão de Apoio Pedagógico (DAP) tem trabalhado na política institucional da formação docente no âmbito das licenciaturas, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 4/2024, que exige uma base comum de conhecimentos que fundamentem a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar. No Núcleo I – Formação Geral, a aprendizagem deve integrar conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos, essenciais para a construção de uma prática docente crítica, reflexiva e alinhada às demandas contemporâneas da educação, conforme o art. 13. O documento atualizado indica 5 eixos gerais para todas as alíneas exigidas pela DCN nas quais há 12 unidades curriculares. No Eixo 1: Fundamentos Teórico-Metodológicos, com 150 horas, este eixo consolida as bases epistemológicas e históricas da educação por meio de unidades curriculares (UC) História da Educação no Brasil e Sociologia e Filosofia da Educação. O Eixo 2: Educação Ético-Política e Cidadania (285h) visa formar profissionais capazes de transformar a escola em um espaço de acolhimento, combatendo preconceitos e promovendo cidadania ativa a partir de UCs como Direitos Humanos e Cidadania (75h), Educação Especial e Inclusão (75h) e Relações Étnico-Raciais e Diversidades (75h) e Libras (60h). O Eixo 3: Desenvolvimento Humano e Aprendizagem, Práticas Pedagógicas e Gestão do Ensino (150h) contribui para a Formação Docente ao integrar desenvolvimento humano e didática garantindo que práticas pedagógicas sejam sensíveis às necessidades dos estudantes e promovendo aprendizagem significativa. É formado pelas UC: 1) Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (75h) e 2) Didática Geral (75h). O Eixo 4: Políticas Educacionais e Gestão Escolar (75h) contribui para a formação docente no que tange à capacitação do licenciando quanto à compreensão e influência das políticas educacionais, fortalecendo seu papel como agente transformador dentro e fora da escola, com a UC Gestão e Políticas Educacionais (75h). Por fim, o Eixo 5: Educação e Sociedade: Interfaces Contemporâneas (225 h) possui UC que contribuem para a Formação Docente quanto ao preparo na mediação de debates urgentes, conectando o currículo às demandas desde globais a locais. As UC ligadas ao eixo são: Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (75h); Educação Ambiental (75h) e Oficina de Texto Acadêmico (75h). As UC totalizam 885 horas, em conformidade com a carga horária exigida pela Resolução CNE/CP nº 4/2024. Aprovado por unanimidade. **2. Número de Vagas dos cursos Licenciatura e Bacharelado:** O estudo do NDE que tem por base o documento de ingressantes, diplomados e evasão do curso de licenciatura em Geografia indica que a licenciatura poderá ser oferecida com 20 vagas anuais e o Bacharelado com 30 vagas anuais. A professora Danielle encaminha por esta distribuição de vagas, uma vez que cerca de 70% das vagas da Licenciatura em Geografia encontram-se ociosas. Assim, os dois cursos terão juntos, anualmente, 50 vagas. A proposta foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação dos trabalhos de campo do 1 semestre de 2025.** Aprovados trabalhos de campo de Unidades Curriculares de código GEO: Geografia Agrária e Espaço e Poder para Serro/ Conceição do Mato Dentro; em 17 e 18 de maio; Geografia do Brasil e Planejamento Urbano e Territorial: Ouro Preto (com divisão dos valores de diárias de motorista e combustível com o curso de Turismo) em 16, 17 e 18 de maio ; Solos e Paisagens, Análise Espacial e Biogeografia: Parque Estadual do Itambé

/ Capivari em 28 e 29 de maio; Domínios Morfoclimáticos: Serra do Carola (Serro); Geomorfologia: Gouveia; Geomorfologia: Corbisburgo; Geografia Humanista e Fundamentos de Arqueologia: Comunidade de Mumbuca (Serro); ; Geografia Urbana e Econômica: Belo Horizonte; Didática / Fundamentos e Estágios Supervisionados II e III : Datas, Gouveia e Serro. O Valor total gasto em trabalho de campo será de cerca de R\$ 35.603,00 (1727734) além do valor gasto para o XXV Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia, com a participação de 16 estudantes do curso, cujo custo foi mensurado em cerca de R\$ 9.000,00 (valor de combustível, diárias do(s) motoristas(s) e diária do servidor que acompanha os estudantes). O custo total desses gastos (trabalhos de campo + ENEG) é o valor que o curso de Geografia tem para o orçamento de 2025. O campo interdisciplinar do Parque Nacional do Peruvaçu não foi aprovado pelo alto valor e foi negado por unanimidade; O pedido do professor Giovanni Máximo para a disciplina do Bacharelado de Políticas Públicas foi negado por unanimidade para campo, pois o colegiado entendeu que disciplinas do curso de Geografia são prioritárias para os trabalhos de campo e os pedidos aprovados já ultrapassam o orçamento de 2025. Findados os assuntos, a Prof.^a Danielle agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão, além de lavrar a presente ata que, após leitura foi aprovada e assinada pela presidente da sessão. Diamantina, 07 de abril de 2025.

DANIELLE PIUZANA MUCIDA

PRESIDENTE DO COLEGIADO



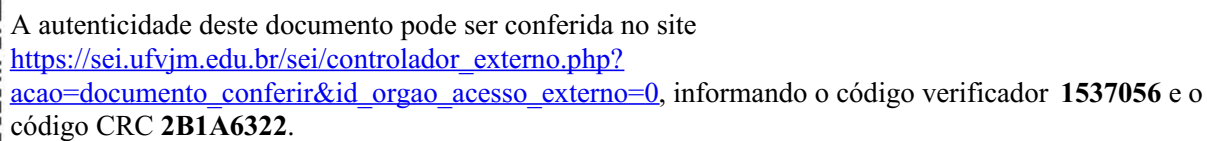
Documento assinado eletronicamente por **Danielle Piuzana Mucida, Presidente de Colegiado**, em 28/10/2025, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1721341** e o código CRC **A796394F**.

Referência: Processo nº 23086.024383/2025-71

SEI nº 1721341



SEI n° 1537056



Diplomação, Evasão e Retenção Por Curso

Curso: GEOGRAFIA Currículo: 20121

Período	Ingressantes	Diplomação		Evasão		Retenção*	
2012/1	5	5	100.0%	0	0.0%	0	0.0%
2012/2	6	4	66.6%	2	33.3%	0	0.0%
2013/1	17	12	70.5%	5	29.4%	0	0.0%
2013/2	18	17	94.4%	1	5.5%	0	0.0%
2014/1	14	9	64.2%	5	35.7%	0	0.0%
2014/2	27	19	70.3%	8	29.6%	0	0.0%
2015/1	22	15	68.1%	7	31.8%	0	0.0%
2015/2	12	9	75.0%	3	25.0%	0	0.0%
2016/1	8	5	62.5%	3	37.5%	0	0.0%
2016/2	7	2	28.5%	5	71.4%	0	0.0%
2017/1	14	10	71.4%	4	28.5%	0	0.0%
2017/2	14	6	42.8%	8	57.1%	0	0.0%
2018/1	10	7	70.0%	3	30.0%	0	0.0%
2018/2	5	4	80.0%	1	20.0%	0	0.0%

Sumário

Currículo	Mínimo para conclusão (semestres)
20121	10
20182	8

*A diplomação está calculada pelo número de alunos em situação Concluído.

*A evasão está calculada pelo número de alunos em situação Desligado, Reopção de curso, Desist. na Matricula, Transf. Ex Officio, Cancelado, Transferido e Desistente.

*A retenção está calculada pelo número de alunos que já deveriam ter formado tomando por base a quantidade de semestres do seu curso.

* Todas os índices percentuais são calculados sobre os ingressantes.

Diplomação, Evasão e Retenção Por Curso

Curso: GEOGRAFIA Currículo: 20182

Período	Ingressantes	Diplomação		Evasão		Retenção*	
2018/1	6	3	50.0%	2	33.3%	1	16.6%
2018/2	28	16	57.1%	12	42.8%	0	0.0%
2019/1	43	13	30.2%	26	60.4%	4	9.3%
2019/2	21	13	61.9%	7	33.3%	1	4.7%
2020/1	34	6	17.6%	26	76.4%	2	5.8%
2020/2	19	1	5.2%	12	63.1%	6	31.5%
2021/1	17	1	5.8%	12	70.5%	-	-
2021/2	17	2	11.7%	10	58.8%	-	-
2022/1	21	0	0.0%	15	71.4%	-	-
2022/2	23	0	0.0%	7	30.4%	-	-
2023/2	8	0	0.0%	4	50.0%	-	-
2024/1	23	0	0.0%	8	34.7%	-	-
2024/2	4	0	0.0%	2	50.0%	-	-
2025/1	19	0	0.0%	0	0.0%	-	-

Sumário

Currículo	Mínimo para conclusão (semestres)
20121	10
20182	8

*A diplomação está calculada pelo número de alunos em situação Concluído.

*A evasão está calculada pelo número de alunos em situação Desligado, Reopção de curso, Desist. na Matricula, Transf. Ex Officio, Cancelado, Transferido e Desistente.

*A retenção está calculada pelo número de alunos que já deveriam ter formado tomando por base a quantidade de semestres do seu curso.

* Todas os índices percentuais são calculados sobre os ingressantes.



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Pró-Reitoria de Graduação

OFÍCIO Nº 145/2024/PROGRAD

Diamantina, 23 de setembro de 2024.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba
CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Assunto: Criação do Bacharelado em Geografia

Prezada Profa. Danielle,

A UFVJM, dentro de sua autonomia, pode abrir novos cursos e reduzir o número de vagas de cursos existentes. Não existe impedimento legal para a redução do total de estudantes/ano, de 70 para 50, considerando os desafios e a especificidade de abertura de novo curso sem ampliação do corpo docente. Isso traria, em tese, repercussão financeira. No entanto, como as vagas não são preenchidas, na prática, a repercussão financeira pode ser inclusive positiva considerando as possibilidades de ampliação do número de estudantes interessados no novo curso.

Esclareço que cursos noturnos recebem bonificação financeira. Cabe destacar que o Consepe aprovou recentemente a criação do curso Bacharelado em Biologia no formato integral, casado com a licenciatura noturna.

Ainda, destaco que a Reitoria não pode garantir o pagamento imediato de FCC para a nova coordenação de curso, em caso de aprovação. No entanto, a Prograd estará atenta a isso, buscando meios de viabilizar a demanda.

Ademais, vou dividir as orientações para instrução dos processos em três fases, para que a proposta da Geografia seja enviada para a Prograd de forma organizada:

- 1) criação de curso de graduação;
- 2) análise do Projeto Pedagógico de Curso;
- 3) redução de vagas.

1) Criação de curso de graduação

Iniciar processo SEI, conforme orientação:

- Escolha o tipo do processo: Organização e Funcionamento
- Especificação: Criação de curso de graduação
- Interessados: Unidade Acadêmica
- Classificação por assuntos: **121.2 – ENSINO SUPERIOR: CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – Criação de Curso, Conversão de Cursos**

- Nível de acesso: Público

→ Inserir no processo de criação do curso a Ata da reunião e Parecer de aprovação da proposta pela Congregação

→ Inserir portaria da instituição da comissão que (foi) será responsável pela condução do processo de criação do curso e elaboração da proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Observação: Art. 5º da Resolução Consepe nº 15/2022 - Compete à Prograd lavrar a Portaria que institui a Comissão de Criação de Curso a partir de solicitação formal da Unidade Acadêmica (UA) ou do Conselho de Graduação (Congrad) ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) ou do Conselho Universitário (Consu), caso seja necessário.

→ Inserir Relatório* (diagnóstico) para fundamentar e demonstrar a necessidade de abertura de novo curso.

*Levantamento dos cursos da área no país e na região;

Levantamento regional da rede de saúde, educacional, indústrias, conforme o perfil do curso.

Levantamentos de dados gerais sobre a área do novo curso e sobre a demanda do mercado de trabalho pelo profissional a ser formado;

Inserção local/regional;

Levantamento da infraestrutura.

→ Inserir Ofício da direção da Unidade Acadêmica formalizando a solicitação **criação** de curso e **redução de vagas***.

*Iniciar processo específico, conforme item 3.

Enviar processo à PROGRAD

2) Análise do Projeto Pedagógico de Curso

Iniciar processo SEI específico para a análise da proposta de PPC para o novo curso conforme orientação:

-Escolha o tipo do processo: Graduação: Projeto Pedagógico dos Cursos (inclusive na modalidade a distância)

-Especificação: análise de PPC para criação de curso de graduação

- Interessados: membros da comissão

-Classificação por assuntos: **121.1 – ENSINO SUPERIOR: CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – Projeto Pedagógico dos Cursos**

-Nível de acesso: Público

→ Inserir a proposta de PPC para criação do novo curso de graduação;

→ Inserir Ofício à PROEXC/DEX solicitando análise da natureza das atividades extensionistas registradas na proposta de PPC;

Relacionar o processo de análise do PPC ao de criação do curso.

Encaminhar processo à PROEXC/DEX.

3) Redução de vagas

Iniciar processo SEI, conforme orientação:

- Escolha o tipo do processo: Organização e Funcionamento
- Especificação: Redução do número de vagas de curso de graduação
- Interessados: Unidade Acadêmica
- Classificação por assuntos: **121.2 – ENSINO SUPERIOR: CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – Criação de Curso, Conversão de Cursos**
- Nível de acesso: Público

→ Inserir manifestação dos respectivos colegiados cedendo o quantitativo de vagas

→ Inserir manifestação da PI (Procuradoria Educacional Institucional) sobre redução do número de vagas de cada curso.

→ Inserir manifestação da congregação da unidade acadêmica sobre a redução de vagas dos cursos.

Relacionar o processo de redução de vagas com o de criação de curso.

Encaminhar à Prograd.

Após este trâmite, a Prograd terá condições de iniciar as discussões nos conselhos. Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Douglas Sathler dos Reis
Pró-reitor de Graduação



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Sathler dos Reis, Pro-Reitor(a)**, em 23/09/2024, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1547436** e o código CRC **20A54EE1**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.016186/2024-05

SEI nº 1547436

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000

Plano de Desenvolvimento Institucional **2024 – 2028**

Diamantina, dezembro de 2023

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
31/10/2023	v.2023.1	Versão final entregue pela comissão geral de elaboração do PDI 2024-2028 UFVJM	Comissão Geral e Grupos de trabalhos
23/02/2024	v.2024.2	Versão revisada e diagramada	Coordenadoria de Comunicação Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - População e número de cursos por região imediata de abrangência da UFVJM	29
Figura 2 - Matriz SWOT (FOFA) da UFVJM	32
Figura 3 - Mapa Estratégico PDI 2024-2028 UFVJM	34
Figura 4 - Cadeia de Valor da UFVJM	35
Figura 2 - Matriz SWOT (FOFA) da UFVJM	61
Figura 6 - Estrutura organizacional da Reitoria	92
Figura 7 - Estrutura dos campi da UFVJM	93
Gráfico 1 - Número de discentes matriculados nos cursos de graduação presencial por região dos campi da UFVJM	30
Gráfico 2- Percentual de ocupação das vagas dos cursos de graduação presencial da UFVJM	31
Gráfico 3 - Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu entre as unidades acadêmicas	69
Gráfico 4 - Distribuição dos servidores docentes por gênero	75
Gráfico 5 - Distribuição dos servidores docentes por faixa etária	76
Gráfico 6- Jornada de trabalho dos servidores docentes	76
Gráfico 7 - Titulação do corpo docente	76
Gráfico 8 - Quantitativo de docentes substitutos por campus	78
Gráfico 9 - Distribuição dos servidores TAE por faixa etária	79
Gráfico 10 - Titulação do corpo-técnico administrativos em educação	80
Gráfico 11 - Jornada de trabalho dos técnicos administrativos em educação	80
Gráfico 12 - Evolução do quantitativo de técnicos administrativos em educação	84
Gráfico 13 - Trabalhadores terceirizados por gênero	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 14 - Origem dos alunos da UFVJM	86
Gráfico 15- Total de alunos da UFVJM	87
Gráfico 16 - Estratificação do total alunos por modalidade	87
Gráfico 17 - Percentual de alunos da graduação cursando por gênero	87
Gráfico 18 - Total de alunos da graduação por raça e etnias	87
Gráfico 19 - Total de alunos da graduação por campi	88
Gráfico 20 - Percentual de alunos da pós-graduação por gênero	88
Gráfico 21 - Percentual de alunos da pós-graduação por raças e etnias	88
Gráfico 22 - Alunos da pós-graduação por campus	88
Gráfico 23 - Laboratórios da UFVJM por campus	107
Gráfico 24 - Número de cursos de graduação da UFVJM por conceito ENADE (a) e CPC (b) nos últimos 3 ciclos avaliativos do ENADE	122
Gráfico 25 - Evolução do Orçamento Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM 2019 - 2023	124
Quadro 1 - Composição da Comissão Geral e dos Grupos de Trabalhos para elaboração do PDI 2024-2028 UFVJM	23
Quadro 2 - Base legal de referência para elaboração do PDI	26
Quadro 3 - Área temáticas do PDI 2024/2028 UFVJM	34
Quadro 4 - Objetivos estratégicos área estratégica de ENSINO	36
Quadro 5 - Ações estratégicas área estratégica de ENSINO	37
Quadro 6 - Objetivos estratégicos área estratégica de PESQUISA	38

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 7 - Ações estratégicas área estratégica de PESQUISA	39
Quadro 8 - Objetivos estratégicos área estratégica de PESQUISA	39
Quadro 9 - Ações estratégicas área de EXTENSÃO	40
Quadro 10 - Objetivos estratégicos área transversal de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	40
Quadro 11 - Ações estratégicas área transversal de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	41
Quadro 12 - Objetivos estratégicos área transversal de INTERNACIONALIZAÇÃO	42
Quadro 13 - Ações estratégicas área transversal de INTERNACIONALIZAÇÃO	43
Quadro 14 - Objetivos estratégicos área transversal de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	44
Quadro 15 - Ações estratégicas área transversal de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	44
Quadro 16 - Objetivos estratégicos área transversal de INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	45
Quadro 17 - Ações estratégicas área transversal de INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	45
Quadro 18 - Objetivos estratégicos área transversal de GESTÃO DE PESSOAS	46
Quadro 19 - Ações estratégicas área transversal de GESTÃO DE PESSOAS	47
Quadro 20 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de INFRAESTRUTURA	48
Quadro 21 - Ações estratégicas área de governança e gestão de INFRAESTRUTURA	49
Quadro 22 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	50
Quadro 23 - Ações estratégicas área de governança e gestão de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	51
Quadro 24 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	52
Quadro 25 - Ações estratégicas área de governança e gestão de PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	52
Quadro 26 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de COMUNICAÇÃO	53
Quadro 27 - Ações estratégicas área de governança e gestão de COMUNICAÇÃO	54

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 28 - Ações estratégicas área governança e gestão MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO	54
Quadro 29 - Descrição das instâncias de governança que envolvem a UFVJM	61
Quadro 30 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM nos Campi I e JK em Diamantina	65
Quadro 31 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni	66
Quadro 32 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus Janaúba	66
Quadro 33 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM na Educação a Distância	66
Quadro 34 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus Unaí	66
Quadro 35 - Propostas de criação de novos cursos	67
Quadro 36 - Cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela UFVJM	69
Quadro 37 - Estrutura da UFVJM	89
Quadro 38 - Instâncias coletivas da UFVJM	90
Quadro 39 - Organização didático-científica da UFVJM	91
Quadro 40 - Unidades acadêmicas da UFVJM	93
Quadro 41 - Espaço físico das edificações UFVJM	101
Quadro 42 - Espaço físico – terrenos	101
Quadro 43 - Sistemas de informação	109
Quadro 44 - Dimensões definidas pelo SINAES	118
Quadro 45 - Eixos de avaliação definidos pelo SINAES	118
Quadro 46 - Mecanismos de avaliação dos cursos e da instituição	118
 Tabela 1 - Percentual de distribuição da população por faixa etária	 29

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 2 - Cursos de pós-graduação oferecidos pela UFVJM no Campus JK em Diamantina	68
Tabela 3 - Cursos de pós-graduação oferecidos pela UFVJM no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni	68
Tabela 4 - Programas de pós-graduação e avaliação quadrienal vigente	70
Tabela 5 - Distribuição do quantitativo de docentes por classe	77
Tabela 6 - Evolução do corpo docente por escolaridade	79
Tabela 7 - Composição quadro de TAE por titulação e nível do cargo	82
Tabela 8 - Evolução do quantitativo de servidores TAE por nível do cargo	83
Tabela 9 - Evolução do quantitativo de servidores TAE por escolaridade	84
Tabela 10 - Evolução do nível de escolaridade dos TAES de 2016 para 2023	85
Tabela 11 - Quantitativo de terceirizados por campus / fazenda	85
Tabela 12 - Infraestrutura física das Bibliotecas	102
Tabela 13 - Evolução do quantitativo de trabalhadores das Bibliotecas	103
Tabela 14 - Usuários e acessos à biblioteca digital Minha Biblioteca	104
Tabela 15 - Número de títulos e exemplares - 2018-2022	104
Tabela 16 - Empréstimos anuais - 2018-2022	105
Tabela 17 - Evolução do Repositório Institucional - 2018-2022	105
Tabela 18 - Salas de Aula – quantidade, capacidade e tamanho	106
Tabela 19 - Auditórios – localização e capacidade	106
Tabela 20 - Coberturas de acesso à rede lógica	107
Tabela 21 - Coberturas de acesso à rede lógica	108
Tabela 22 - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social global da UFVJM 2019 - 2023	124

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 23 - Orçamento Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM autorizado no quinquênio 2019 - 2023

Tabela 24 - Projeção do orçamento da Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM 2024 - 2028

124

125

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC	Atividades Complementares do Curso
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APCNs	Avaliação de Propostas de Cursos Novos
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BCT	Bacharelado em Ciência e Tecnologia
BDS	Biblioteca Digital e Sonora
BFC	Boletim Foco em Custos
BRACOL	Programa de Mobilidade Acadêmica Brasil-Colômbia
BRAFITEC	BRAsil France Ingénieur TECnologia
BSC	Balanced Scorecard
CACE	Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceito de Curso
CoordCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CENSUP	Censo da Educação Superior
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CGU	Controladoria-Geral da União
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CITEC	Centro de Inovação Tecnológica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMA	Coordenadoria de Meio Ambiente

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Serviço de Comutação Bibliográfica
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCUR	Conselho de Curadores
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSIC	Conselho de Integração Comunitária
CONSU	Conselho Universitário
COPESE	Coordenação de Processos Seletivos
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CoordAEI	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Institucionais
CTCM	Comitê Técnico, Científico e Multidisciplinar
DAPRP	Divisão de Apoio, Registro e Pesquisa de Preços
DASA	Diretoria de Atenção à Saúde
DCP	Diretoria de Convênios e Projetos
DEAD	Diretoria de Educação Aberta e a Distância
DED	Diretoria de Educação a Distância
DGI	Diretoria de Governança Institucional
DIPLAC	Diretoria de Planejamento das Contratações
DIRT	Divisão de Infraestrutura, Redes e Telecomunicação

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DLC	Diretoria de Licitações e Contratos
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
DSENG	Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção dos Bens Patrimoniais
DSI	Divisão de Sistemas Institucionais
EAD	Educação a Distância
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
e-MEC	Sistema de Regulação do Ensino Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ePWG	Padrões Web em Governo Eletrônico
ETIR	Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos
FACE	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
FACET	Faculdade de Ciências Exatas
FACSAE	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
FAFEID	Faculdades Federais Integradas de Diamantina
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia
FAMED	Faculdade de Medicina de Diamantina
FAMMUC	Faculdade de Medicina do Mucuri
FAOD	Faculdade de Odontologia
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCBS	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde
FIH	Faculdade Interdisciplinar de Humanidades
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA	Força, Oportunidade, Fraqueza, Ameaça
FORIPES	Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais
FORPLAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
FUNDAEPE	Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
GCUB	Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupos de Trabalho Integrado
HNEE	Universidade de Ciências Aplicadas para o Desenvolvimento Sustentável de Eberswalde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
ICET	Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia
ICT	Instituto de Ciências e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IECT	Instituto de Engenharia, Ciências e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFE	Instituição Federal de Ensino
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
ISBN	International Standard Book Number
ITI	Inovação Tecnológica e Industrial
IVS	Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica
JK	Juscelino Kubitschek
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAI DAI	Programa de Mestrados e Doutorados Acadêmicos para Inovação
MEC	Ministério da Educação
NACI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NBR	Norma Brasileira
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEXT	Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Departamento de Administração da FACE/UNB
NIS	Número de Identificação Social
NUCLI	Núcleo de Línguas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PAP	Programa de Apoio Financeiro à Publicação de Textos Científicos
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCD	Pessoas com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PET	Programa de Educação Tutorial
PGF	Procuradoria-Geral Federal
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMA	Programa de Mobilidade Acadêmica
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNE	Plano Nacional de Educação
PPG	Programas de Pós-Graduação
PROAAE	Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAE	Programa de Apoio ao Ensino de Graduação
PROAPP	Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-Científicos
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROCARTE	Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRP	Programa de Residência Pedagógica
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RFID	Tecnologia de Identificação por Radiofrequência
RI	Repositório Institucional
RU	Restaurante Universitário
SASI	Seleção Seriada
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIEXC	Sistema Integração de Extensão e Cultura
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISBI	Superintendência de Bibliotecas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGIRC	Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controle Interno
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
EP	Escritório de Processos
URA	Unidade de Resposta Audível
DORC	Diretoria de Orçamento
DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
IES	Instituições de Ensino Superior
PPC	Projetos Pedagógicos de Curso
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SLA	Service Level Agreement
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SWOT	Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats
TAE	Técnicos Administrativos em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TDICS	Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação
TED	Termos de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIMINAS	Consórcio de Universidades Mineiras
W3C	World Wide Web Consortium
WCAG	World Content Accessibility Guide

SUMÁRIO

1. SOBRE O PDI	23
1.1 Comissão, elaboração, aprovação e atualização	23
1.2 Acompanhamento e monitoramento	24
2. PERFIL INSTITUCIONAL	25
2.1 Histórico	25
2.2 Documentos de referência	26
2.3 Resultado do PDI anterior	28
2.4 Inserção regional	29
2.5 Missão, visão e valores institucionais	31
2.5.1 Missão	31
2.5.2 Visão	31
2.5.3 Valores	31
2.6 Ferramentas estratégicas para construção do PDI	31
2.6.1 Definições das áreas temáticas referenciais	33
2.6.2 Objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas	35
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	55
3.1 Princípios pedagógicos da prática acadêmica	55
3.2 Perfil do egresso	56
3.3 Políticas de ensino	56
3.4 Políticas de extensão	58
3.5 políticas de pesquisa	58

SUMÁRIO

3.6 Políticas de gestão e governança	59
3.6.1 Comunicação	60
3.6.2 Governança	60
3.6.3 Inovação e Empreendedorismo	62
3.6.4 Internacionalização	62
3.6.5 Tecnologia da Informação	63
3.7 Responsabilidade Social	64
4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UFVJM E DOS CURSOS	65
4.1 Oferta de cursos de graduação	65
4.1.1 Criação e implantação de novos cursos de Graduação	67
4.2 Oferta de cursos de pós-graduação	68
4.2.2 Criação e implantação de novos cursos de pós-graduação	71
5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	72
5.1 Cursos na modalidade Educação a Distância ofertados em convênio com a Universidade Aberta do Brasil	72
5.2 Cursos na modalidade Educação a Distância ofertados de forma institucional	73
5.3 Abrangência geográfica	73
5.4 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal	73
6. COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	75
6.1 Perfil do corpo docente	75
6.1.1 Plano de carreira	77
6.1.2 Critérios de seleção e contratação	77

SUMÁRIO

6.1.3 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro	78
6.1.4 Perfil atual e pretendido	79
6.2 Perfil do corpo	79
técnico-administrativo	79
6.2.1 Plano de carreira	80
6.2.2 Composição do quadro dos TAES	82
6.2.3 Critérios de seleção e contratação	83
6.2.4 Perfil atual e pretendido	83
6.3 Pessoal terceirizado	85
6.4 Perfil do corpo discente	86
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	89
7.1 Estrutura organizacional	92
7.2 Instâncias de decisão	93
7.3 Órgãos de apoio à atividade acadêmica	93
8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	94
8.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro coordenados pela PROGRAD	94
8.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro coordenados pela PRPPG	95
8.3 Programas de apoio pedagógico e financeiro coordenados pela PROEXC	96
8.4 Estímulos à permanência	96
8.5 Organização estudantil	98
8.6 Acompanhamento dos egressos	99

SUMÁRIO

9. INFRAESTRUTURA	100
9.1 Infraestrutura física	100
9.2 Biblioteca	101
9.2.1 Estrutura	102
9.2.2 Recursos humanos	103
9.2.3 Acervo	104
9.3 Salas de aula, auditórios e laboratórios	105
9.4 Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	107
9.5 Plano de acessibilidade	109
9.5.1 Acessibilidade metodológica ou pedagógica	111
9.5.2 Acessibilidade nas comunicações	112
9.5.3 Acessibilidade digital	112
9.5.4 Acessibilidade atitudinal	113
9.5.5 Acessibilidade nos transportes	114
9.5.6 Acessibilidade arquitetônica	114
9.6 Cronograma de expansão da infraestrutura	114
10. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	117
10.1 Avaliação interna	119
10.1.1 Autoavaliação institucional	119
10.1.2 Instrumento de Avaliação do Ensino	120
10.2 Avaliação externa	120

SUMÁRIO

10.2.1 Mecanismos de avaliação externa no âmbito do Sinaes	120
10.2.2 Avaliação externa promovida pela Capes	121
10.3 Indicadores de qualidade da Educação Superior	121
11. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	122
11.1 Demonstrações da sustentabilidade financeira	123
11.2 Histórico e previsão orçamentária	123
11.3 Planos de investimento	125
12 FUNDAÇÕES DE APOIO: RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO	126

1. SOBRE O PDI

O planejamento nas universidades é representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), uma importante ferramenta que auxilia e subsidia o desenvolvimento do planejamento institucional dessas organizações. Constitui tanto uma forma de avaliação das instituições pelos órgãos responsáveis como um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas, assim como um instrumento de gestão pública.

O PDI é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. Ao englobar elementos que influenciam a melhoria da qualidade do ensino, na uniformidade das tarefas administrativas e na otimização da gestão financeira, ele colabora para os objetivos de eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão pública, estando a sua forma de apresentação disciplinada pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Nesse contexto, o PDI possui, entre outras finalidades: definir a missão, visão e valores da universidade e os objetivos estratégicos a serem alcançados, a curto, médio e longo prazo; definir as políticas, os programas e as ações necessárias para o cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos; estabelecer as diretrizes para a gestão da universidade e a organização de seus recursos humanos, financeiros e materiais; orientar o planejamento e a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, visando ao aprimoramento da qualidade acadêmica; estabelecer as diretrizes para a promoção da inclusão social e da diversidade na universidade; promover a integração com a sociedade, visando à transferência do conhecimento gerado pela universidade; estabelecer as diretrizes para a promoção da internacionalização da universidade; estabelecer as diretrizes para a gestão

da sustentabilidade ambiental; estabelecer as diretrizes para a gestão da infraestrutura e dos serviços de apoio aos usuários e estabelecer o sistema de avaliação e monitoramento do planejamento institucional, visando à sua constante atualização e aprimoramento.

A elaboração do PDI representa uma ocasião favorável para reflexão sobre o que a instituição almeja, podendo resultar em uma ótima oportunidade para o seu aperfeiçoamento, tanto no que diz respeito à forma de gestão da IES como na execução das metas e objetivos nele previstos, visando fortalecer a atuação da UFVJM como um instrumento de transformação social regional e nacional nas suas diversas áreas de atuação.

1.1 COMISSÃO, ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Quadro 1 - Composição da Comissão Geral e dos Grupos de Trabalhos para elaboração do PDI 2024-2028 UFVJM

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO E GRUPOS DE TRABALHO	
Comissão Geral	I - Pró-Reitor(a) de Planejamento e Orçamento - Presidente; II - Diretor(a) de Governança Institucional - Vice-Presidente; III - Pró-Reitor(a) de Graduação; IV - Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação; V - Pró-Reitor(a) de Extensão e Cultura; VI - Pró-Reitor(a) da Gestão de Pessoas; VII - Pró-Reitor(a) de Administração; VIII - Diretor(a) de Tecnologia da Informação; IX - Diretor(a) de Orçamento; X - Diretor(a) de Comunicação; XI - Diretor(a) de Relações Internacionais; XII - Presidente da Comissão Própria de Avaliação - CPA; XIII - Diretor(a) do Centro de Inovação Tecnológica - CITEC; XIV - Representante da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Institucionais; XV - Dois representantes dos Diretores ou Vice-Diretores das Unidades Acadêmicas; XVI - Diretor(a) do Campus Janaúba; XVII - Diretor(a) do Campus do Mucuri (Teófilo Otoni); XVIII - Diretor(a) do Campus Unaí; XIX - Dois representantes discentes da UFVJM; XX - Dois Técnicos Administrativos em Educação UFVJM;

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO E GRUPOS DE TRABALHO	
GT Campus Diamantina	I - Pró-Reitor(a) de Administração - Presidente; II - Diretor(a) de Governança Institucional - Vice-Presidente; III - Diretor da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde; IV - Diretor da Faculdade de Medicina de Diamantina; V - Diretor do Instituto de Ciência e Tecnologia; VI - Diretor da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades; VII - Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias; VIII - Diretor da Faculdade de Ciências Exatas; IX - Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA); X - Dois discentes representantes do Campus JK.
GT Campus do Mucuri	I - Diretor(a) do Campus do Mucuri - Presidente II - Diretor(a) da Faculdade de Medicina do Mucuri; III - Diretor(a) da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas; IV - Diretor(a) do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia; V - Um representante da Coordenação de Curso de cada Unidade Acadêmica do campus; VI - Dois Técnicos Administrativos em Educação representantes do campus; VII - Dois discentes representantes do campus.
GT Campus Janaúba	I - Diretor(a) do Campus Janaúba - Presidente; II - Diretor(a) do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia - Vice-Presidente; III - Coordenador(a) do curso de Engenharia Elétrica; IV - Coordenador(a) do curso de Engenharia Física; V - Coordenador(a) do curso de Engenharia de Minas; VI - Coordenador(a) do curso de Engenharia de Materiais; VII - Coordenador(a) do Bacharelado Interdisciplinar; VIII - Dois Técnicos Administrativos em Educação representante do campus; IX - Dois discentes representantes do campus.
GT Campus Unaí	I - Diretor(a) do Campus Unaí - Presidente; II - Diretor(a) do Instituto de Ciências Agrárias - Vice-Presidente; III - Coordenador(a) do curso de Agronomia; IV - Coordenador(a) do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental; V - Coordenador(a) do curso de Medicina Veterinária; VI - Coordenador(a) do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias; VII - Coordenador(a) do curso de Zootecnia; VIII - Dois Técnicos Administrativos em Educação representante do campus; IX - Dois discentes representantes do campus.

Por oportuno, é importante destacar que em 11 de novembro de 2020 foi instituída a primeira comissão, bem como os respectivos grupos de trabalhos por eixos temáticos, conforme Portaria nº 2.412, de 11 de novembro de 2020, e Portaria nº 2.688, de 15 de dezembro de 2020, respectivamente, para elaboração do PDI da UFVJM. No entanto, os trabalhos foram cessados antes mesmo de serem finalizados, por meio da Portaria nº 1.330, de 25 de maio de 2022. Foram desenvolvidos alguns textos em parte dos capítulos definidos à época, os quais serviram para complementar a construção dos capítulos do PDI 2024-2028 UFVJM, a saber: Capítulo 10 e Capítulo 11.

Nesse contexto, foi elaborado e aprovado por todos os membros da comissão o Plano de Trabalho, conforme consta no Apêndice I, que norteou os trabalhos de elaboração do PDI, sobretudo na execução das atividades estabelecidas em cronograma.

Finalizados os trabalhos inerentes à elaboração do PDI, o documento foi encaminhado pela comissão ao Conselho Universitário (Consu), para apreciação, sendo a resolução emitida pelo presidente desse conselho o instrumento normativo adequado para a sua aprovação.

1.2 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

O acompanhamento e monitoramento dos objetivos estabelecidos no PDI, com suas respectivas metas e indicadores, serão realizados anualmente através do uso da plataforma FOR.

A plataforma FOR, constituída pelos módulos ForPDI e ForRisco, é uma ferramenta em software para auxílio à gestão estratégica. Trata-se de um software resultante de pesquisas desenvolvidas pela Comissão de Planejamento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (Forplad), com participação da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e com o apoio do NEXT – Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade

e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB).

O módulo ForPDI propicia o acompanhamento em tempo real entre as metas estabelecidas e realizadas, inclusive os percentuais/níveis de execução e permite realizar o monitoramento pela comunidade interna e externa por meio de um Dashboard público com gráficos interativos e de fácil navegação. Assim, toda a comunidade acadêmica poderá acompanhar a qualquer tempo os objetivos, indicadores e metas constantes no PDI da UFVJM e como estão seus níveis de medição em relação aos resultados esperados.

O monitoramento de objetivos, indicadores e metas do PDI é a funcionalidade de maior relevância oferecida pelo ForPDI. Dentro da plataforma, os eixos temáticos, objetivos, indicadores e metas ficam dispostos em uma lista lateral à esquerda no formato de árvore hierárquica, na qual os níveis e subníveis são apresentados de modo que o Eixo Temático é visto como primeiro nível de abstração, seguido de seus objetivos, apresentados após a expansão dos subníveis do eixo. Assim, ao acessar um objetivo, os indicadores e suas respectivas metas são apresentados na árvore.

Acredita-se que o estabelecimento de objetivos com indicadores e metas mensuráveis representa um grande avanço em termos de gestão para UFVJM, uma vez que essa ação, aliada à adoção do ForPDI como ferramenta de monitoramento, aumentará potencialmente o desempenho dos gestores no acompanhamento do PDI ao longo de sua vigência, reduzindo drasticamente o esforço gasto na tarefa de gestão do plano.

Já o módulo ForRisco da plataforma FOR é uma ferramenta auxiliar estratégica para a gestão dos riscos inerentes aos diversos processos do PDI. Apesar de a sua discussão não ser o cerne deste documento, ela torna-se fundamental para o monitoramento e correção dos processos do PDI.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM, para o quinquênio de 2024 a 2028, torna-se um momento propício para repensar o papel da instituição como um instrumento concreto de transformação social. A nova era do conhecimento, somada à evolução tecnológica, apresenta-nos enormes desafios, sobretudo a necessidade de formar profissionais qualificados e inovadores para atuarem nesse novo cenário. Torna-se imperioso o desenvolvimento de estudos e pesquisas que estejam alinhados a essa realidade, ao mesmo tempo em que possam contribuir com o desenvolvimento sustentável das regiões de abrangência da UFVJM em interação direta com a sociedade, numa perspectiva de aproximar as comunidades da universidade, contribuindo sobremaneira para a geração e fortalecimento de políticas públicas e dos saberes inter e transdisciplinares.

2.1 HISTÓRICO

A Faculdade de Odontologia (FAOD) foi criada em setembro de 1953, pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Com desenho de Niemeyer, a FAOD foi a semente do que hoje é a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

O curso de Odontologia iniciou suas atividades em maio de 1954 com 15 alunos matriculados e funcionando, provisoriamente, na sede de um grupo escolar (atual Júlia Kubitschek). O edifício-sede da faculdade foi fundado no ano seguinte, construído na Rua da Glória, e refletia a modernidade da implantação do ensino superior na cidade, além de apresentar o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer.

No dia 17 de dezembro de 1960, foi federalizada pelo então presidente Juscelino Kubitschek e transformou-se em Faculdade Federal de Odontologia (FAFEOD). Por muitos anos o curso de Odontologia foi o

único oferecido pela FAFEOD, uma vez que a federalização não acarretou muitas melhorias ou o encaminhamento de recursos para a instituição.

Em 1997 foi criado o curso de Enfermagem e, em 2002, com a autorização dos cursos de graduação de Fisioterapia, Farmácia e Nutrição, na área da Saúde, e Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal, nas Ciências Agrárias, a FAFEOD tornou-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID).

Em 8 de setembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.173 no Diário Oficial da União, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A implantação da universidade nos referidos Vales, também por meio da implementação do Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica.

Em 2011 foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFVJM a criação dos campi de Unaí/MG e Janaúba/MG. Por meio da Resolução Consu nº 18, de 9 de novembro de 2012, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus Unaí; e, por meio da Resolução Consu nº 10, de 6 de setembro de 2013, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus Janaúba. Com a criação desses campi e respectivos cursos, consolidou-se o compromisso da UFVJM de atuar nos territórios da metade setentrional do estado, através de sua inserção nas quatro mesorregiões do estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste e Norte de Minas. O desafio é promover uma gestão multicampi orgânica eficiente, valorizando a autonomia no contexto de um sistema universitário integrado, tendo a aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental e da formação de profissionais inovadores e comprometidos como capilaridade para alcance de todos na sociedade.

Atualmente, os cinco campi da Universidade Federal dos Vales

do Jequitinhonha e Mucuri atendem à população da vasta região Norte de Minas Gerais. Desde a sua criação, a instituição vem desenvolvendo importante trabalho, definindo um novo rumo para a juventude de uma região empobrecida, onde uma das maiores carências ainda é a falta de uma estrutura de ensino superior gratuita abrangente. Assim, os investimentos institucionais em pesquisa, ensino, extensão e cultura, nos níveis de graduação e pós-graduação, são fundamentais para a região.

2.2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Apresentam-se abaixo os normativos que serviram de referência para elaboração do PDI 2024-2028 da UFVJM.

Quadro 2 - Base legal de referência para elaboração do PDI

Legislação	Objeto	Referência	Implicação da legislação sobre o PDI
Portaria MEC nº 1.466/2001, de 12/07/2001	Autorização de curso fora de sede.	Art. 4	Pedidos de autorização devem ter como documentação o PDI, dentre outros.
Resolução CNE/CES 10, de 11 de março de 2002	Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.	Art. 6; Art. 7	O PDI deve ser desenvolvido conjuntamente entre a mantenedora e a mantida; apresenta listagem dos documentos que devem ser incluídos no PDI; coloca o PDI como requisito para os atos de credenciamento e credenciamento das IES; pode ser exigido no âmbito das ações de supervisão realizadas pela SESu/MEC; e deve sofrer aditamento no caso de modificações.
Portaria MEC nº 7, de 19/03/2004	Aditamentos por modificações no PDI.	Art. 1º	Alterações devem ser atualizadas no Sistema SAPIENS em virtude de inclusão e exclusão de cursos, ensejando alterações no PDI.
Portaria MEC nº 2.051, de 09/07/2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES.	Art. 15	As Comissões Externas de Avaliação das instituições examinarão, dentre outros documentos: I - O (PDI).

Legislação	Objeto	Referência	Implicação da legislação sobre o PDI
Portaria MEC nº 4.361, de 29/12/2004	Processos a serem protocolados junto ao Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS/MEC.	Art. 1; Art. 3; Art. 14; § 3	Necessidade do PDI para o credenciamento e credenciamento das IES; PDI e seus aditamentos.
Decreto nº 5.622, de 19/12/2005 (Revogado pelo Decreto nº 9.057, de 2017)	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Art. 12; Art. 26, II, alínea a	Necessidade do PDI para pedido de credenciamento da instituição; necessidade de constar no PDI vínculos para a oferta de cursos e programas a distância em bases territoriais múltiplas.
Decreto nº 5.773/2006, de 09/05/2006 (Revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017)	Supervisão e Avaliação das IES e seus cursos.	Art. 15; Art. 16	PDI como documento obrigatório no processo de credenciamento; apresenta elementos que devem constar no PDI.
Portaria Normativa MEC nº 2, de 10/01/2007 (Revogada pela Portaria Normativa MEC nº 40, de 12.12.2007)	Procedimento de regulação e avaliação da educação superior – modalidade a distância.	Art. 3 §6	Cursos de EAD ofertados pelas instituições dos sistemas federal e estaduais devem estar previstos no PDI apresentado pela instituição, por ocasião do credenciamento.
Portaria Normativa Nº 40, de 12/12/2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.	Art. 2 §1; Art. 15 §5; Art. 26; Art. 46; Art. 57; Art. 57 §5; Art. 59	Análise dos dados inseridos no PDI pela Comissão de Avaliação durante visita in loco; necessidade do curso a ser autorizado constar no PDI; PDI como documento indispensável para o pedido de credenciamento para EAD; mudanças no PDI tramitarem como aditamento ao ato de credenciamento ou credenciamento; pedido de credenciamento de campus fora de sede envolverá mudanças no PDI.
Resolução CNE/ CES nº 3, de 14/10/2010	Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.	Art. 3; Art. 6	O credenciamento como universidade deve observar a compatibilidade do PDI e do Estatuto com a categoria de universidade, além de destacar a necessidade de inserir, eletronicamente em campo determinado, o PDI, dentre outros documentos.

Legislação	Objeto	Referência	Implicação da legislação sobre o PDI
Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	Art. 2º §1º; Art. 5 §1e §3; Art. 6; Art. 7 § 4; Art. 9 § 3; Art. 10; Art. 14 § 1; Art. 16; Art. 17; Art. 25 § 1º	Necessidade de constar no PDI a modalidade educacional definida pela IES; os polos de EaD e a distinção entre polos; a expansão de cursos e polos EaD deverá estar subordinada aos termos do PDI; as IES deverão estabelecer, em seu PDI/PPI, a previsão detalhada de áreas, cursos e programas de educação a distância; nos processos de credenciamento para EaD deverá constar o PDI.
Decreto nº 9.057, de 2017	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Art. 6º § 1; Art. 7º § 1; Art. 11; Art. 12 § único; Art. 13; Art. 22, Art. 23 §§ 1º, 2º e 3º	Necessidade do PDI para pedido de credenciamento da instituição; necessidade de constar no PDI vínculos para a oferta de cursos e programas a distância em bases territoriais múltiplas.
Decreto nº 9.235, de 2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.	Documento integral	PDI como documento obrigatório no processo de credenciamento; apresenta elementos que devem constar no PDI.
Estatuto da UFVJM	Regulamenta o funcionamento da UFVJM.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
Regimento Geral da UFVJM	Dispõe sobre o funcionamento das atividades comuns às Unidades e aos demais órgãos da UFVJM nos planos didático-científico, administrativo, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
PDI UFVJM 2017-2021	Documento norteador utilizado no período de 2017 a 2021.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
Relatório de Gestão 2019	Documento norteador utilizado no exercício de 2020.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
Relatório de Gestão 2020 / Refiticação - RG 2020	Documento norteador utilizado no exercício de 2021.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
Relatório de Gestão 2021	Documento norteador utilizado no exercício de 2022.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.

Legislação	Objeto	Referência	Implicação da legislação sobre o PDI
Relatório de Gestão 2022	Documento norteador utilizado no exercício de 2023.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
Relatório parcial de Autoavaliação Institucional CPA 2023 - Ano base 2022	Documento norteador utilizado no exercício de 2023.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.

2.3 RESULTADO DO PDI ANTERIOR

Como ponto de partida para início dos trabalhos de elaboração do novo PDI da UFVJM tornou-se necessário realizar avaliação do PDI anterior, a fim de entender a evolução institucional acerca do que constava pactuado no referido documento.

O PDI da UFVJM, referente aos anos 2017-2021, teve o período de vigência postergado até 31 de dezembro de 2023, conforme Resolução Consu nº 7, de 29 de setembro de 2022, que aprovou a prorrogação de prazo do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), quinquênio 2017-2021.

Constavam como objetivos principais para consecução da missão institucional da UFVJM: Fundamentar o compromisso com a qualidade e consolidar-se como instituição de ensino voltada para a transformação social, em especial das regiões onde se insere; Produzir e disseminar conhecimento, primando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e Buscar uma prática pedagógica e curricular compatível com a formação de profissionais instrumentalizados para responder às demandas contemporâneas geradas pelo avanço científico/tecnológico e às exigências conjunturais em permanente evolução.

As metas projetadas para o alcance dos objetivos institucionais foram: Fomentar discussões que permitam uma maior flexibilidade de concepção e modelos curriculares, bem como de práticas didáticas e de avaliação da aprendizagem; Reestruturar os cursos da UFVJM e atualizar os projetos

pedagógicos em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais; Ampliar os processos de análise, acompanhamento, controle e avaliação dos cursos de graduação, incentivando a autoavaliação; Implementar ações que visem à redução dos índices de retenção e de evasão nos cursos de graduação; Consolidar e viabilizar ações de inclusão, em conjunto com as pró-reitorias, administração superior e unidades acadêmicas; Promover a expansão de recursos tecnológicos no ensino e o estímulo à utilização de tecnologias educacionais; Consolidar os campi e cursos de graduação recém-criados na UFVJM; Promover ações para consolidar os cursos de licenciatura; Promover ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação; Tornar mais eficientes os processos de gestão acadêmica como elementos basilares às ações de ensino; Ampliar a integração entre a educação superior e a educação básica e Ampliar a integração entre a graduação, a pós-graduação e a sociedade.

Para cada meta foram delimitadas algumas ações estratégicas a serem desenvolvidas com a finalidade de atingir os resultados pretendidos. Nesse quesito vale destacar que as metas colocadas não foram passíveis de mensuração objetiva, dado que não constaram descritos os indicadores correlacionados e o estágio em que se encontravam no momento de se estabelecer o que poderia ser melhorado e/ou implementado. No entanto, ao inferir que mesmo apresentando certo grau de complexidade para avaliar o que de fato foi alcançado, percebem-se pequenas evoluções das metas projetadas, algumas em menor e/ou maior grau, mas que ainda carecem de avanços e/ou implementação significativos para o futuro, principalmente no que diz respeito à consolidação dos campi novos. Dentre elas destacam-se: redução dos índices de retenção e de evasão nos cursos de graduação; atualização dos projetos pedagógicos em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais; maior eficiência nos processos de gestão acadêmica como elementos basilares às ações de ensino; consolidação das ações de inclusão; consolidação dos cursos de licenciatura; promoção de ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação; garantia da eficiência nos processos de gestão acadêmica na

área do ensino e elaboração de objetivos e metas baseados em indicadores que permitam mensurar os avanços durante o período de vigência do PDI, proporcionando um cenário avaliativo que possibilite corrigir e/ou mudar rumos para garantir o cumprimento da missão e maximização do valor público institucional.

2.4 INSERÇÃO REGIONAL

A relação entre educação e desenvolvimento regional é de extrema importância e as universidades desempenham um papel fundamental na promoção desse desenvolvimento, especialmente nas regiões em que estão inseridas.

Os cursos de graduação e pós-graduação são a principal porta de entrada para a inserção regional da UFVJM, e a partir deles, são desenvolvidas inúmeras outras estratégias que envolvem a comunidade interna e externa. São grupos de estudos nas diferentes áreas do conhecimento contempladas pelos cursos ofertados pela instituição; projetos de pesquisa e extensão voltados para as comunidades e suas demandas; estágios nas instituições que demandam as áreas de formação ofertadas pelos cursos (escolas, hospitais, instituições de longa permanência, unidades básicas de saúde, setores produtivos, dentre outros), bem como parcerias com diferentes entidades públicas tanto nas cidades-sede quanto nas regiões de abrangência da instituição.

A UFVJM está inserida em quatro Regiões Geográficas Imediatas do estado de Minas Gerais: **Diamantina** (13 municípios e um total de 126.144 habitantes), sede da universidade; **Janaúba** (11 municípios e um total de 208.743 habitantes), **Teófilo Otoni** (27 municípios e um total de 453.423 habitantes) e **Unaí** (11 municípios e um total de 186.741 habitantes). Isso representa a abrangência de 62 municípios e uma população total de 975.051, na qual a universidade se faz presente por meio dos seus cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão.

Dos discentes regularmente matriculados na graduação presencial da UFVJM, 99,68% têm entre 18 e 59 anos. De acordo com o IBGE, essa faixa etária representa uma média nacional de 60,4% da população.

Tabela 1 - Percentual de distribuição da população por faixa etária

População residente, segundo os grupos de idade (%)	
Faixa de idade	Percentual por faixa
0 a 4 anos	6,9%
5 a 9 anos	6,9%
10 a 13 anos	5,5%
14 a 17 anos	5,8%
18 a 19 anos	2,9%
20 a 24 anos	8,0%
25 a 29 anos	8,0%
30 a 39 anos	16,1%
40 a 49 anos	14,0%
50 a 59 anos	11,4%
60 a 64 anos	4,5%
65 anos ou mais	10,2%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Ao considerar essa população ativa com potencial para estudar na UFVJM, é possível traçar o cenário apresentado na figura abaixo com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

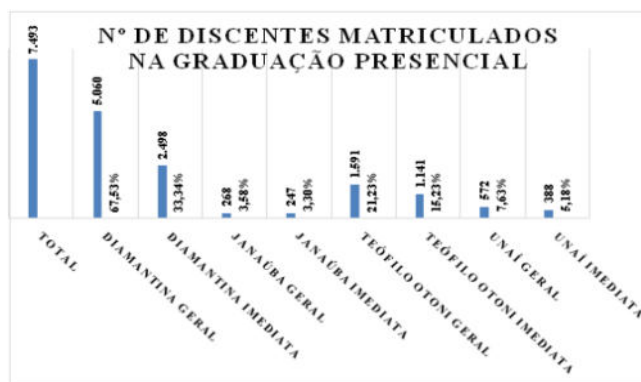
Figura 1 - População e número de cursos por região imediata de abrangência da UFVJM

Área de abrangência da UFVJM		População IBGE (2022)	Pop. entre 18 e 59 anos	Nº de cursos/ Região Imediata	Pop. entre 18 e 59 anos/ Curso	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)				IDEB (2021)
Região Imediata	Nº de Municípios					IDHM	Renda	Longevidade	Educação	
Diamantina	13	126.144	76.191	26	2.930	0,624	0,599	0,805	0,513	5,6
Janaúba	11	208.743	126.081	4	31.520	0,628	0,584	0,792	0,537	5,3
Teófilo Otoni	27	453.423	273.867	10	27.387	0,606	0,591	0,791	0,478	5,2
Unaí	11	186.741	112.792	5	22.558	0,663	0,629	0,811	0,571	5,4
TOTAL	62	975.051	588.931	45	13.087	0,630	0,601	0,800	0,525	5,4

Fonte: IBGE, Atlas Brasil e INEP.

Apesar da região imediata de Unaí possuir números discretamente melhores do que as demais regiões de abrangência, percebe-se que a UFVJM está localizada em uma área com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio, aquém do ideal para uma região desenvolvida, com uma expectativa de longevidade positiva em detrimento de renda e educação baixas, sendo que esta última é corroborada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que tinha como meta a nota seis (6) para o ano analisado. Quando analisada a população entre 18 e 59 anos proporcionalmente ao número de cursos de graduação presenciais oferecidos por regiões imediatas de abrangência (que coincidem com o local onde os campi estão inseridos), na região imediata de Diamantina a população é extremamente inferior proporcionalmente àquelas das regiões imediatas de Janaúba, Teófilo Otoni e Unaí. Apesar dessa inferioridade na potencialidade de novos ingressos na região de abrangência, o gráfico a seguir aponta que os campi localizados em Diamantina têm um índice de matriculados consideravelmente maior em relação aos demais campi, tanto quando se olha para a região imediata (33,34%) como quando se olha considerando os discentes advindos de todas as regiões do país (67,53%).

Gráfico 1 - Número de discentes matriculados nos cursos de graduação presencial por região dos campi da UFVJM

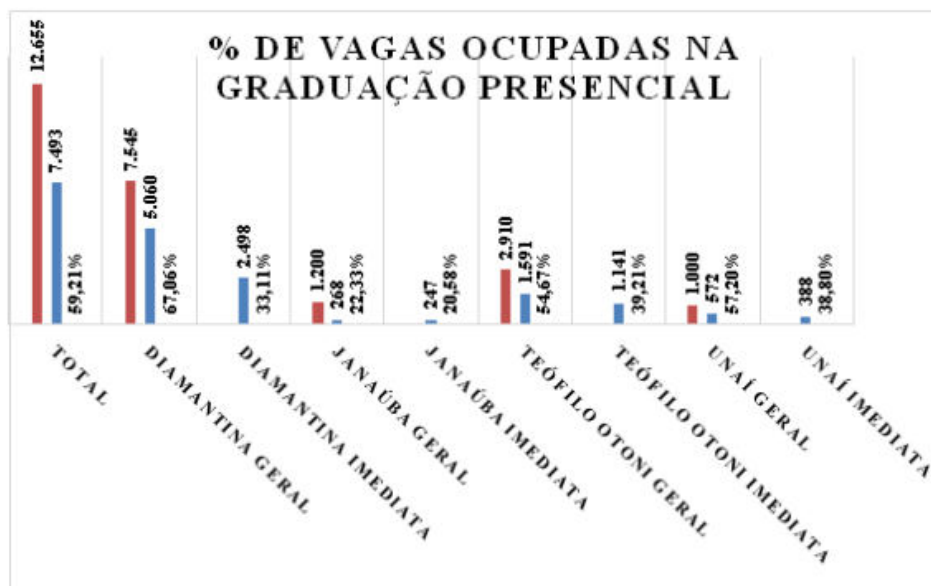


Fonte: Sistema e-Campus com dados extraídos via plataforma Metabase (apenas discentes classificados como ativos subtraindo os cursos de entrada (Bacharelados em Ciência e Tecnologia e o Bacharelado em Ciências Agrárias).

Além das regiões imediatas (Diamantina, Janaúba, Teófilo Otoni e Unaí) em que os campi da UFVJM estão inseridos, (57,08% das matrículas, 4.274 estudantes) a universidade vem trabalhando ao longo do tempo em outras 17 regiões imediatas (Águas Formosas, Almenara, Araçuaí, Capelinha, Curvelo, Espinosa, Guanhães, Ipatinga, Januária, Montes Claros, Patos de Minas, Patrocínio, Pedra Azul, Pirapora, Salinas, São Francisco e Sete Lagoas) por considerá-las estratégicas para o desenvolvimento regional. Esse trabalho desenvolvido pela Coordenação de Processos Seletivos (Copese) representa atualmente 25,28% dos discentes matriculados na graduação presencial da instituição, um total de 1.893 estudantes. Somando-se esse índice com os percentuais das regiões imediatas dos campi da UFVJM, a instituição conta atualmente com 6.167 discentes, 82,36% das matrículas.

Apesar de esse dado indicar para a interiorização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade com ampla maioria de estudantes advindos da própria região em que a universidade está inserida, o percentual de vagas ocupadas na graduação presencial encontra-se abaixo daquilo que é ofertado à comunidade. O gráfico a seguir, que em vermelho destaca as vagas disponíveis e em azul as vagas ocupadas, demonstra que a UFVJM deve traçar estratégias para ampliar a divulgação dos seus cursos, trabalhar políticas de permanência e êxito, bem como usar os indicadores do perfil socioeconômico dos discentes como um referencial na oferta de bolsas de estímulo à diplomação.

Gráfico 2- Percentual de ocupação das vagas dos cursos de graduação presencial da UFVJM



Fonte: Sistema e-Campus com dados extraídos via plataforma Metabase; [Home Page da UFVJM](#); Sistema e-MEC; PPCs dos cursos de Medicina (FAMED) e Serviço Social (FACSAE).

Os indicadores socioeconômicos das regiões em que a UFVJM está inserida mostram que uma significativa parcela da população encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que demanda uma atuação mais incisiva da instituição, nas diversas áreas do saber e sociais: saúde, educação, cultura, meio ambiente, direitos humanos, entre outras.

2.5 MISSÃO, VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS

2.5.1 Missão

Promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e sociocultural da sua região, por meio da construção, aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental

e da formação de profissionais inovadores e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e democrática.

2.5.2 Visão

Consolidar-se como uma universidade socialmente relevante no âmbito regional, nacional e internacional.

2.5.3 Valores

- Ética;
- Transparência;
- Sustentabilidade;
- Democracia;
- Eficiência;
- Formação de qualidade;
- Inclusão;
- Excelência;
- Diversidade;
- Inovação.

2.6 FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS PARA CONSTRUÇÃO DO PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) traduz o planejamento da UFVJM e é uma importante ferramenta de auxílio para o planejamento institucional da organização, consiste em um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das estratégias idealizadas pela universidade e num instrumento de avaliação pelos órgãos de controle interno e externos, controle social e demais partes interessadas que envolvem a universidade.

De acordo com o Guia de Elaboração do PDI para as Instituições Federais de Ensino, desenvolvido pela UNIFAL, em parceria com a UFLA e UNB, articulada junto ao Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), é fundamental que na elaboração do PDI sejam utilizadas ferramentas já presentes no contexto das organizações, tais como a análise *SWOT*, *Balanced Scorecard* (BSC), Planejamento Estratégico Situacional (PES), entre outras. Entretanto, além dessas ferramentas metodológicas, é importante considerar as especificidades relacionadas às universidades públicas e às legislações que as regem.

Nesse contexto, foram utilizadas como ferramentas estratégicas para a elaboração do PDI 2024-2028 da UFVJM a análise *SWOT* (FOFA) e o *Balanced Scorecard* (BSC) por serem complementares entre si, o que possibilita demonstrar e compreender o relacionamento existente entre as áreas estratégicas da UFVJM com sua Visão, Missão e Valores numa concepção mais coerente e adequada à realidade institucional da universidade.

A análise *SWOT*, por refletir a situação da organização de forma global, é utilizada para realizar o diagnóstico estratégico, visando à melhoria contínua, e também é conhecida por sua simplicidade, incentivo à colaboração, menor custo, flexibilidade e integração entre as diversas áreas organizacionais. Nessa concepção a Matriz *SWOT* da UFVJM foi construída considerando os diversos indicadores institucionais, ambientes internos e externos conforme abaixo:

Figura 2 - Matriz SWOT (FOFA) da UFVJM

Força (Strenghts)	Fraquezas (Weaknesses)
- Capacidade de fortalecer ações estratégicas para aumento da ocupação de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação - Promoção de ações de capacitação e qualificação de servidores - Possui canais de comunicação de grande alcance com a comunidade interna e sociedade - Desenvolve projetos de extensão, cultura, pesquisa e inovação - Potencial para parcerias com organizações públicas para desenvolvimento de projetos - Potencial para firmar parcerias com organizações da iniciativa privada para desenvolvimento de estudos e projetos - Capacidade em promover ações de assistência estudantil para a permanência dos estudantes beneficiários na universidade - Espaço físico propício para fortalecimento e criação de áreas de convivências - Condições de induzir e fortalecer a sustentabilidade ambiental - Capacidade de adoção e adequação a novas tecnologias no ambiente acadêmico e administrativo - Ampla presença regional no estado de Minas Gerais - Oferta de ensino superior público gratuito	- Dificuldade de preenchimento das vagas ofertadas nos cursos de graduação e pós-graduação - Elevados índices de evasão e retenção dos estudantes em parte dos cursos de graduação e pós-graduação - Insuficiência de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - Inexistência de política de comunicação institucionalizada - Distanciamento territorial entre os campi - Incompreensão da relação entre força de trabalho, estrutura organizacional e processos organizacionais - Ausência de política de Qualidade de Vida nos ambientes administrativos e acadêmicos institucionalizada - Deficiência da cultura de planejamento, avaliação e monitoramento dos processos institucionais - Deficiência nos mecanismos de participação da sociedade civil organizada na busca por melhorias nos diversos processos organizacionais - Estrutura física existente insuficiente para promoção da convivência, acessibilidade e permanência nos campi - Dificuldade de participação efetiva das categorias minoritárias (sociedade civil, TAE's e discentes) nas instâncias colegiadas, dada sua constituição não paritária - Dificuldade de alinhamento para propositura de pautas nas instâncias colegiadas pelas categorias minoritárias - Campi fora de sede com infraestrutura física não consolidada - Inexistência de política de egressos institucionalizada - Dificuldade de reposição de vagas de técnicos administrativos e docentes - Inexistência de uma base unificada com todos os indicadores estratégico institucionais

Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
- Possibilidade de aderir aos Sistemas Estruturantes de Gestão e Governança do Governo Federal - Possibilidade de desenvolvimento científico e inovação tecnológica na região de abrangência da UFVJM - Novos paradigmas do processo de ensino-aprendizagem - Oportunidade de adesão a um novo modelo de trabalho pós-pandemia - Possibilidade de integração e compartilhamento de boas práticas entre as universidades públicas e demais organizações correlatas - Público-alvo vasto por ser a única universidade federal com sede no Centro Norte de Minas Gerais - Atividades extensionistas como propulsoras para novos estudantes matriculados - Parcerias com organizações públicas e privadas para captação de recursos e transferência de tecnologias - Promoção da imagem institucional - Contexto político voltado para o fortalecimento das políticas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação - Demandas das regiões de abrangência da UFVJM - Revisão dos cursos de graduação e pós-graduação visando maior ocupação ou transformação conforme a necessidade da região de abrangência - Adesão às novas soluções tecnológicas e qualificação para melhoria dos processos administrativos e acadêmicos - Atualização do Organograma Institucional, Estatuto Institucional e Regimento Geral - Criação de novas vagas, cargos de direção, funções de coordenação de curso e funções gratificadas conforme o organograma da UFVJM - Novas diretrizes do novo Plano Nacional de Educação 2025-2035	- Existência de novas universidades a distância na área de abrangência da UFVJM - Redução e estagnação orçamentária/ oscilações econômicas - Reflexos da pandemia da covid-19 na saúde e no ensino da comunidade acadêmica - Ausência de fomento à extensão universitária - Baixa procura de estudantes pela universidade - Recursos autorizados para assistência estudantil e funcionamento da instituição insuficiente para atender as necessidades institucionais - Recursos de capital autorizados para a instituição insuficientes para consolidação dos campi novos e estruturação de laboratórios e demais espaços físicos - Falta de poder de atratividade na estrutura das carreiras do corpo docente e técnico-administrativo - Percepção negativa da UFVJM pela sociedade - Realidade econômica da região de abrangência da UFVJM - Risco de fechamento de cursos por criticidade nos índices de ocupação - Possibilidade de mudanças políticas que coloquem em risco as políticas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação - Não autorização de novos códigos de vagas para fortalecimento da força de trabalho da UFVJM - Não autorização de cargos de direção, funções de coordenação de curso e funções gratificadas conforme o organograma da UFVJM - Alteração nas legislações correlacionadas às áreas de atuação da UFVJM

A ferramenta *Balanced Scorecard* (BSC) é mais que um sistema tático ou operacional de mensuração: ele pode ser utilizado como um sistema de gerenciamento estratégico, gerenciando as estratégias organizacionais a longo prazo. Isso porque para cada uma das perspectivas é preciso definir seus respectivos objetivos, ações e indicadores, que servem para mensurar a evolução da organização em cada uma delas.

Para implementação do BSC, é utilizada uma sequência de três grandes etapas distintas: a) planejamento estratégico: momento em que são definidas a missão, visão de futuro, a análise de pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças da organização (análise *SWOT*), que irão subsidiar a formulação da estratégia da instituição; b) estratégia em ação: nessa etapa o *BSC* é utilizado para traduzir a estratégia em objetivos, indicadores, metas e planos de ação; e c) monitoramento: etapa em que a estratégia é analisada e revisada através do BSC.

2.6.1 Definições das áreas temáticas referenciais

A Comissão de Elaboração do PDI estabeleceu um plano de ação prévio para o desenvolvimento do plano, que envolveu quatro diferentes etapas: a) Seleção de documentos norteadores; b) Análise da estrutura do PDI atual da UFVJM e de outras Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes); c) Reuniões para ajustes na proposta do plano de trabalho; d) Finalização e aprovação do plano de trabalho com estabelecimento de cronograma e definição de responsáveis por atividade. A partir da elaboração do plano foram coletadas diversas informações considerando as áreas de atuação da UFVJM e todo o contexto institucional, o que propiciou definir as áreas temáticas referenciais do PDI 2024-2028 da UFVJM, a saber: estratégicas, transversais e governança e gestão.

Para áreas estratégicas delimitaram-se as três áreas-fins da universidade, quais sejam: **ENSINO**, **PESQUISA** e **EXTENSÃO**; para as áreas transversais delinear-se seis referenciais temáticos que se

inter-relacionam com as áreas-fins; estando ambas apoiadas nos cinco referenciais temáticos vinculados à área de governança e gestão, que englobam as atividades-meio de apoio e que, em decorrência da relevância nos resultados das áreas-fins, possuem grande importância para o cumprimento da missão institucional. O mapa estratégico do PDI 2024-2028 da UFVJM foi construído considerando as seguintes áreas temáticas:

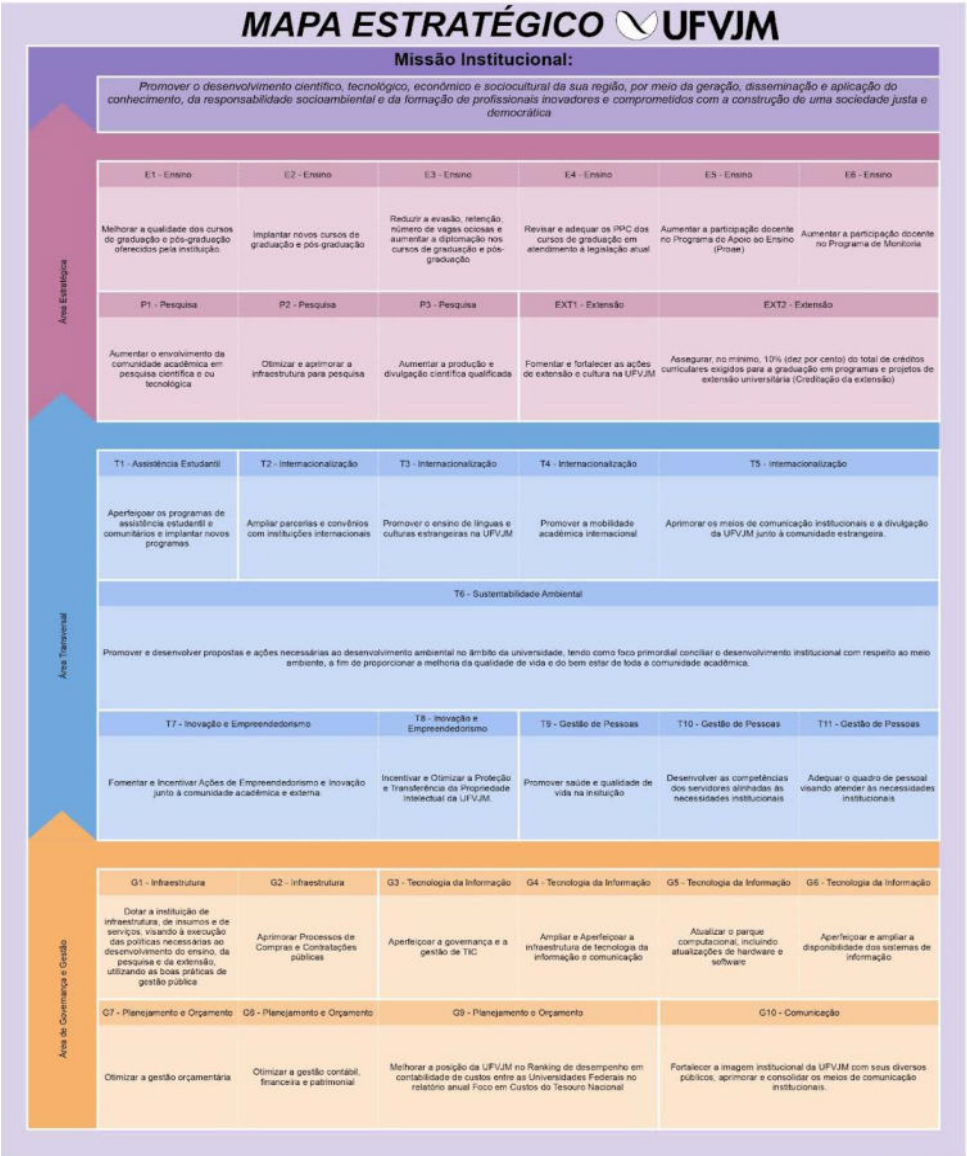
Quadro 3 - Área temáticas do PDI 2024/2028 UFVJM

Áreas Estratégicas	Áreas Transversais	Áreas de apoio de Governança e Gestão
- Ensino - Pesquisa - Extensão	- Assistência estudantil - Inclusão social e diversidade - Esporte, saúde, cultura e lazer - Inovação e empreendedorismo - Sustentabilidade ambiental - Internacionalização	- Pessoas - Infraestrutura física e de Tecnologia da Informação - Planejamento e Orçamento - Comunicação - Monitoramento e avaliação

Os **objetivos**, **indicadores** e **metas** vinculam-se às áreas estratégicas supramencionadas e foram construídos com a finalidade de alcançar a **Missão** e **Visão institucionais** sem perder de vista o conjunto de **Valores** que guiarão a atuação da UFVJM e a conduta de seus membros.

A partir de tais referenciais foi desenvolvido o Mapa Estratégico da UFVJM referente ao PDI 2024-2028, conforme abaixo:

Figura 3 - Mapa Estratégico PDI 2024-2028 UFVJM



Como forma de demonstrar a organização e agrupamento dos processos de trabalho da UFVJM para cumprimento da sua missão

institucional e consequentemente gerar valor público para a sociedade, foi desenvolvida uma representação gráfica de tais processos, o que se denomina Cadeia de Valor.

Figura 4 - Cadeia de Valor da UFVJM



Fonte: IBGE, Atlas Brasil e INEP.

2.6.2 Objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas

Na etapa de planejamento estratégico, a Comissão de Elaboração do PDI, conjuntamente com os Grupos de Trabalhos – GT dos campi, atualizou os referenciais estratégicos da UFVJM, compostos por: Missão, Visão e Valores.

A Identidade Estratégica foi construída a partir da contribuição da comunidade acadêmica e comunidade externa por meio de consultas públicas e oficinas setoriais, e serviu, juntamente com a Matriz *SWOT*, de referência para desenvolver os objetivos institucionais e direcionar o planejamento em todos os campos de atuação.

Conforme constam dos Quadros 4 a 28, os objetivos estratégicos, indicadores, metas e ações estratégicas da UFVJM para o período de 2024 a 2028 foram divididos em 13 áreas temáticas conforme a seguir:

- a) Ensino
- b) Pesquisa
- c) Extensão
- d) Assistência estudantil
- e) Internacionalização
- f) Sustentabilidade ambiental
- g) Inovação e empreendedorismo
- h) Pessoas
- i) Infraestrutura
- j) Tecnologia da informação
- k) Planejamento e Orçamento
- l) Comunicação
- m) Monitoramento e avaliação

Na coluna “Responsáveis”, quando se tem mais de um setor indicado em cada meta ou ação estratégica, o setor grafado em **negrito** será o principal setor responsável em coordenar a implementação/execução em colaboração com os demais setores indicados.

Quadro 4 - Objetivos estratégicos área estratégica de ENSINO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
E1	Melhorar a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela instituição.	I1	Índice Geral de Cursos - IGC	M1	Obter conceito máximo (IGC=5) durante o período de vigência do PDI	4 / 2022	PROGRAD + DEAD + PRPPG
		I2	Conceito Preliminar de Curso - CPC	M1	Obter e manter conceito máximo (CPC faixa 5) em pelo menos 10 cursos durante o período de vigência do PDI	3 / 2022	PROGRAD + DEAD
		I3	Conceito de Curso - CC	M1	Obter conceito máximo (CC = 5) em pelo menos 40% das avaliações durante o período de vigência do PDI.	Não se aplica	PROGRAD + DEAD
		I4	Conceito ENADE	M1	Obter e manter o conceito máximo (ENADE faixa 5) em pelo menos 10 cursos durante o período de vigência do PDI	4 / 2022	PROGRAD + DEAD
		I5	Conceito médio CAPES dos programas de pós-graduação stricto sensu da UFVJM	M1	Aumentar em 0,3 o conceito médio CAPES dos programas de pós-graduação stricto sensu durante o período de vigência do PDI	3,71 / 2022	PRPPG
E2	Implantar novos cursos de graduação e pós-graduação	I1	Número de cursos de graduação	M1	Aumentar em pelo menos 4 o número de cursos de graduação ofertados no período de vigência do PDI	51 / 2022	PROGRAD + DEAD
		I2	Número de programas de pós-graduação stricto sensu	M1	Aumentar em pelo menos 2 o número de cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados no período de vigência do PDI	24 / 2022	PRPPG
		I3	Número de cursos de pós-graduação lato sensu	M1	Aumentar em pelo menos 2 o número de cursos de pós-graduação lato sensu ofertados no período de vigência do PDI	10 / 2022	PRPPG
E3	Reduzir a evasão, retenção, número de vagas ociosas e aumentar a diplomação nos cursos de graduação e pós-graduação	I1	Índice de ocupação de vagas dos cursos de graduação	M1	Aumentar em 20% o índice de ocupação de vagas nos cursos de graduação durante a vigência do PDI	60% / 2022	PROGRAD + DEAD
		I2	Índice de evasão dos cursos de graduação	M1	Reduzir anualmente em 3% o índice de evasão nos cursos de graduação	25% / 2022	PROGRAD + DEAD
		I3	Índice de aluno diplomados dos cursos de graduação	M1	Aumentar o índice de alunos diplomados em 5% ao ano nos cursos de graduação	25% / 2022	PROGRAD + DEAD
		I4	Índice de retenção dos cursos de graduação	M1	Reduzir 4 pontos percentuais no índice de retenção a cada ano nos cursos de graduação	50% / 2022	PROGRAD + DEAD
		I5	Número de discentes matriculados nos programas de pós-graduação	M1	Aumentar anualmente em 2,5% o número de discentes matriculados nos programas de pós-graduação	922 / 2022	PRPPG
E4	Revisar e adequar os PPC dos cursos de graduação em atendimento à legislação atual	I1	Índices de PPCs dos cursos de graduação em conformidade com a legislação	M1	Atingir 100% dos cursos de graduação com o PPC em conformidade com a legislação durante o período de vigência do PDI	33% / 2022	PROGRAD + DEAD
E5	Aumentar a participação docente no Programa de Apoio ao Ensino (Proae)	I1	Índices de bolsas implementadas no Proae	M1	Implementar 100% do total de bolsas ofertadas para cada edital do Proae	60% / 2022	PROGRAD
E6	Aumentar a participação docente no Programa de Monitoria	I1	Índice de bolsas implementadas no Programa de Monitoria	M1	Implementar 100% do total de bolsas ofertadas para cada edital da monitoria	83% / 2022	PROGRAD

Quadro 5 - Ações estratégicas área estratégica de ENSINO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
EA1	Informatizar 100% dos processos relacionados à graduação durante o período de vigência do PDI	PROGRAD + STI
EA2	Implementar a política de identificação e acompanhamento de egressos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM durante o período de vigência do PDI	PROGRAD + PRPPG
EA3	Fortalecer as ações do Fórum de Formação Pedagógica Continuada para a Docência (Forped)	PROGRAD
EA4	Propor atividades de nivelamento nas unidades curriculares com maior índice de retenção	PROGRAD + DEAD
EA5	Fortalecer as ações da Coordenação de Processos Seletivos (Copese) em relação a divulgação dos cursos em todos os campi da UFVJM	PROGRAD
EA6	Promover a revisão sistemática dos processos avaliativos com gestores acadêmicos, docentes, alunos e servidores técnico-administrativos, com o intuito de construir saberes sobre avaliação e, consequentemente, fortalecer a cultura avaliativa e melhorar a qualidade dos cursos de graduação e institucional da UFVJM	PROGRAD + DEAD
EA7	Promover maior interação entre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Coordenação dos Cursos de Graduação, Pró-Reitoria de Graduação e/ou Diretoria de Educação Aberta e a Distância, visando à melhoria da matriz curricular dos cursos de graduação	PROGRAD + DEAD
EA8	Propor discussões acerca dos processos avaliativos com gestores acadêmicos, docentes, alunos e servidores técnico-administrativos, com o intuito de construir saberes sobre avaliação e, consequentemente, melhorar a qualidade dos cursos de graduação e institucional da UFVJM	PROGRAD
EA9	Propor a criação de um programa institucional para acolhimento e manutenção dos discentes nos cursos de pós-graduação da UFVJM	PRPPG
EA10	Fortalecer a força de trabalho de pessoal efetivo e terceirizado para atender a demanda dos programas de pós-graduação e cursos de graduação da UFVJM	PROGRAD + PRPPG
EA11	Propor nas atividades de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação a formação de profissionais inovadores comprometidos com o desenvolvimento regional e socioambiental, tendo como propulsores o empreendedorismo, empresas juniores, transferências de tecnologia, internacionalização e parcerias com o intermédio do Centro de Inovação Tecnológica e Diretoria de Relações Internacionais	PROGRAD + PRPPG + CITEC + DRI
EA12	Instituir ferramenta tecnológica que permita gerenciar a execução das ações afirmativas nos programas de pós-graduação da UFVJM (Monitorar a quantidade de discentes e docentes ingressantes por meio de políticas afirmativas)	PRPPG
E13	Implementar novos cursos a partir de projetos da CAPES, como o PARFOR-Equidade	PROGRAD

Quadro 6 - Objetivos estratégicos área estratégica de PESQUISA

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
P1	Aumentar o envolvimento da comunidade acadêmica em pesquisa científica e ou tecnológica	I2	Número de orientadores com submissão de projetos de pesquisa PIBIC/PIBIT	M1	Aumentar em pelo menos 10% durante o período de vigência do PDI	206 (2022)	PRPPG
		I3	Número de projetos de pesquisa financiados por órgãos de fomento externos	M1	Aumentar em pelo menos 20% durante o período de vigência do PDI	46 (2022)	PRPPG
		I4	Índice de discentes de envolvidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico	M1	Aumentar o índice de discentes envolvidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico em 1% ao ano	1276 (2022)	PRPPG
		I5	Número de pesquisadores da UFVJM designados como bolsistas produtividade em pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico no CNPq	M1	Aumentar o número de pesquisadores da UFVJM designados como bolsistas produtividade no CNPq em pelo menos 20% durante o período de vigência do PDI	23 (2022)	PRPPG
		I6	Número de bolsas de pós-graduação cota institucional	M1	Manter as cotas institucionais de bolsas da pós-graduação	52 / 2022	PRPPG
P2	Otimizar e aprimorar a infraestrutura para pesquisa	I1	Valor investido em custeio para pesquisa (R\$) com dotação da LOA da UFVJM	M1	Aumentar em pelo menos 2% ao ano o valor a ser investido em custeio para pesquisa com dotação da LOA da UFVJM	R\$ 335.300,00 (2022)	PRPPG
		I2	Valor investido em bens de capital para pesquisa (R\$) com dotação da LOA da UFVJM	M1	Investir anualmente pelo menos R\$ 100.000,00 em bens de capital para a pesquisa com dotação da LOA da UFVJM	R\$ 0,00 (2022)	PRPPG
P3	Aumentar a produção e divulgação científica qualificada	I1	Número de publicações por docentes via PAP (artigos, capítulos de livros, livros, revisões e traduções)	M1	Aumentar o número de publicações por docentes via PAP (artigos, capítulos de livros, livros, revisões e traduções) em pelo menos 1 unidade ao ano	22 (2022)	PRPPG
		I2	Número de publicações por discentes via PAP (artigos, capítulos de livros, livros, revisões e traduções)	M1	Aumentar o número de publicações por discente via PAP (artigos, capítulos de livros, livros, revisões e traduções) em pelo menos 1 unidade ao ano	4 (2022)	PRPPG
		I3	Número de apresentações de docentes em congressos, workshops e demais eventos científicos tecnológicos via PROAPP	M1	Aumentar o número de apresentações de docentes em congressos, workshops e demais eventos científicos tecnológicos via PROAPP em pelo menos 1 unidade ao ano	6 (2022)	PRPPG
		I4	Número de apresentações de discentes em congressos, workshops e demais eventos científicos tecnológicos via PROAPP	M1	Aumentar o número de apresentações de discentes em congressos, workshops e demais eventos científicos tecnológicos via PROAPP em 1 unidade ao ano	2 (2022)	PRPPG

Quadro 7 - Ações estratégicas área estratégica de PESQUISA

ID	Ação estratégica	Responsáveis
PA1	Propor nas atividades de pesquisa a formação de profissionais inovadores comprometidos com o desenvolvimento regional e socioambiental, tendo como propulsores o empreendedorismo, empresas juniores, transferências de tecnologia, internacionalização e parcerias com o intermédio do Centro de Inovação Tecnológica e Diretoria de Relações Internacionais	PRPPG + CITEC + DRI

Quadro 8 - Objetivos estratégicos área estratégica de PESQUISA

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
EXT1	Fomentar e fortalecer as ações de extensão e cultura na UFVJM	I1	Índice de bolsas implementadas (%) = número de bolsas implementadas/ número de bolsas ofertadas x 100	M1	Implementar e manter anualmente 100% de bolsas em relação à quantidade ofertada (PIBEX e PROCARTE)	Implementadas 135 (100%) mantidas 118 (87%) / 2022	PROEXC
		I2	Quantidade de ações de extensão e cultura submetidas	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o valor do ano anterior	352 / 2022	PROEXC
		I3	Quantidade de ações de extensão e cultura executadas e em execução	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o valor do ano anterior	2076 / 2022	PROEXC
		I4	Índice de estudantes de graduação envolvidos em ações de extensão e cultura	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o índice do ano anterior	10,91% / 2022	PROEXC
		I5	Índice de professores envolvidos em ações de extensão e cultura	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o índice do ano anterior	41,44% / 2022	PROEXC
		I6	Índice de Técnicos administrativos envolvidos em ações de extensão e cultura	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o índice do ano anterior	15,56% / 2022	PROEXC
		I7	Índice de estudantes de pós-graduação envolvidos em ações de extensão e cultura	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o índice do ano anterior	8,57% / 2022	PROEXC
EXT2	Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (creditação da extensão)	I1	Número de cursos de graduação com PPCs adequados à curricularização da extensão	M1	Ter 100% dos cursos de graduação adequados à curricularização da extensão em seus PPCs até o ano de 2024	8 (2023)	PROEXC
		I2	Quantidade de ações de extensão vinculadas aos componentes curriculares dos cursos de graduação	M1	Ter pelo menos 50 ações de extensão vinculadas aos componentes curriculares dos cursos de graduação ao ano a partir de 2025	Dados inexistentes	PROEXC

Quadro 9 - Ações estratégicas área de EXTENSÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
EXTA1	Construir e implementar formulário próprio para registro de ações de extensão vinculadas aos componentes curriculares dos cursos de graduação até o ano de 2024	PROEXC
EXTA2	Ter pelo menos um representante em dois Fóruns Regionais e Nacionais de Pró-Reitores de Extensão e Cultura por ano	PROEXC
EXTA3	Institucionalizar o programa de apoio aos discentes, docentes e técnicos administrativos para participação em eventos extensionistas e culturais durante o período de vigência do PDI	PROEXC
EXTA4	Revisar e atualizar as políticas de extensão e cultura institucional no período de vigência do PDI	PROEXC
EXTA5	Aprimorar o sistema de gestão das ações de extensão e cultura visando maior eficiência e eficácia das políticas de extensão e cultura institucional	PROEXC
EXTA6	Propor, nas atividades de extensão, a formação de profissionais inovadores, comprometidos com o desenvolvimento regional e com a questão socioambiental, tendo como propulsores o empreendedorismo social, o diálogo com as empresas juniores, as transferências de tecnologia, as tecnologias sociais, a internacionalização e as parcerias, com o intermédio do centro de inovação tecnológica e Diretoria de Relações Internacionais	PROEXC + CITEC + DRI
EXTA7	Instituir o Cartão Extensionista no âmbito da UFVJM durante o período de vigência do PDI para fomento das ações vinculadas aos projetos e extensão e cultura	PROEXC

Quadro 10 - Objetivos estratégicos área transversal de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
T1	Aperfeiçoar os programas de assistência estudantil e comunitários e implantar novos programas	I1	Índice de discentes atendidos pelo Serviço de Psicologia	M1	Ofertar atendimento psicológico para no mínimo 10% dos estudantes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil ao ano a partir do exercício de 2025	Dados inexistentes	PROAAE
		I2	Índice de deferimentos de cadastros de discentes que se inscrevem no Programa de Assistência Estudantil	M1	Aumentar a taxa de deferimento em 0,5% por edital/ano	1874/2022	PROAAE
		I3	Índice de discentes que acessam o Restaurante Universitário (RU) em relação ao número de inscritos	M1	Aumentar em pelo menos 3,8% ao ano o número de atendidos pelo RU, considerando os discentes que se inscrevem no Programa de Assistência Estudantil no Campus do Mucuri e possuem perfil para recebimento da alimentação de acordo com o decreto PNAES	494/2023 (inscritos 611)	PROAAE
		I4	Índice de ocupação da Moradia Estudantil Universitária	M1	Aumentar para 100% a ocupação das vagas na Moradia Estudantil Universitária durante a vigência do PDI	222/2022 (305 vagas)	PROAAE
		I5	Índice de estudantes que recebem atendimentos pedagógicos	M1	Aumentar em 5% ao ano o número de estudantes que recebem atendimentos pedagógicos a discentes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil que sejam reprovados ou estejam em risco de reprovação	0/2022 (1979 estudantes no PAE)	PROAAE
		I6	Número de eventos culturais na Moradia Estudantil Universitária	M1	Realizar 1 evento por semestre na Moradia Estudantil Universitária para promover a integração entre os discentes	0 / 2022	PROAAE

Quadro 11 - Ações estratégicas área transversal de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TAS1	Fomentar a criação do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) em todos os campi e com isso implementar ações de atenção à saúde dos estudantes	PROAAE
TAS2	Desenvolver parcerias junto ao Sistema de Saúde Municipal para possibilitar aos nossos estudantes o acesso aos serviços de assistência à saúde	PROAAE
TAS3	Fortalecer a segurança alimentar dos estudantes em todos os campi; Manutenção do serviço de restaurante universitário em Teófilo Otoni e criar mecanismos (ou buscar recursos junto ao Ministério de Educação) para a expansão desse serviço para os demais campi	PROAAE
TAS4	Implementar o módulo de Gestão de Benefícios no e-Campus para realização de controle de cumprimento dos regulamentos do Programa de Assistência Estudantil e do acesso do estudante aos benefícios	PROAAE
TAS5	Implementar o módulo de Gestão do acesso ao Restaurante Universitário	PROAAE
TAS6	Implementar melhorias no módulo do e-Campus de seleção e concessão dos benefícios, de forma a interligá-lo com o Sistema de Gestão de Benefícios e possibilitar o upload de arquivos pelos estudantes	PROAAE
TAS7	Fortalecer o serviço de acompanhamento pedagógico com o intuito de garantir um bom desempenho acadêmico dos estudantes assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil e sua consequente diplomação	PROAAE
TAS8	Fortalecer e ampliar a Moradia Estudantil Universitária (MEU) em Diamantina; Fomentar uma alternativa de moradia nos campi fora da sede	PROAAE
TAS9	Implementar ações de acompanhamento dos discentes egressos da UFVJM e que já foram atendidos pela Assistência Estudantil	PROAAE
TAS10	Revisão dos regulamentos do Programa de Assistência Estudantil e elaboração da Política de Assistência Estudantil institucional	PROAAE
TAS11	Revisar o Regimento interno da Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis	PROAAE
TAS12	Desenvolver políticas de promoção cultural na Moradia Estudantil Universitária (MEU); Fomentar políticas de promoção cultural nos campi fora de sede	PROAAE
TAS13	Fomentar projetos de atividades esportivas na Moradia Estudantil Universitária (MEU); Elaborar o Plano de Política de Esportes e Lazer para todos os campi	PROAAE
TAS14	Ofertar permanentemente pelo menos 4 modalidades esportivas aos estudantes da Moradia Estudantil Universitária utilizando os equipamentos disponíveis em sua área de abrangência	PROAAE
TAS15	Desenvolver um programa de apoio pedagógico para 100% dos alunos reprovados ou com risco de reprovação que sejam atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil; Desenvolver um programa de acompanhamento pedagógico a 100% dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	PROAAE
TAS16	Aumentar o número de discentes inscritos no Programa de Assistência Estudantil e que ingressam por cota de renda	PROAAE
TAS17	Adquirir pelo menos 20 computadores para utilização dos discentes da Moradia	PROAAE
TAS18	Criar áreas de convivência na Moradia Estudantil Universitária (MEU)	PROAAE
TAS19	Criar áreas de convivência voltadas aos estudantes usuários da área de convivência do RU - Campus do Mucuri	PROAAE
TAS20	Realizar seminários locais sobre assistência estudantil com a participação dos estudantes em todos os campi	PROAAE
TAS21	Reduzir o número de suspensões de benefícios devido ao não cumprimento dos regulamentos do Programa de Assistência Estudantil	PROAAE

Quadro 12 - Objetivos estratégicos área transversal de INTERNACIONALIZAÇÃO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
T2	Ampliar parcerias e convênios com instituições internacionais	I1	Índice de parcerias firmadas voltadas para a internacionalização	M1	Aumentar, em pelo menos 50%, o número de parcerias e/ou convênios internacionais ao longo da vigência do PDI	6 (2022)	DRI + PROGRAD + PRPPG + PROEXC + DCP
				M2	Renovar pelo menos 50% dos convênios que se encerrarão durante o período de vigência do PDI	5 (2023)	DRI + PGF + DCP
				M3	Aumentar em 50% a rede de cooperação internacional durante a vigência do PDI	2 (2023)	DRI + Reitoria
T3	Promover o ensino de línguas e culturas estrangeiras na UFVJM	I1	Índice de bolsistas vinculados ao núcleo de línguas por idioma	M1	Aumentar o número de bolsistas do Núcleo de Línguas em pelo menos 50% para cada idioma (inglês, espanhol e português como língua estrangeira - PLE) ao longo da vigência do PDI	4 (2023)	DRI + NUCLI
		I2	Índice de cursos ofertados, vinculados ao núcleo de línguas por idioma	M1	Aumentar em pelo 50% a oferta de cursos de línguas pelo Nucli para a comunidade acadêmica até o final do período de vigência do PDI	11 (2022)	DRI + NUCLI
T4	Promover a mobilidade acadêmica internacional	I1	Índice de mobilidade internacional outgoing	M1	Apoiar a participação de discentes e servidores da UFVJM em programas de mobilidade internacional, aumentando em, pelo menos, 50% o número de mobilidade dessas categorias durante o período de vigência do PDI	4 (2022)	DRI + PROGRAD + PRPPG + PROGEP
		I2	Índice de mobilidade internacional incoming	M1	Apoiar a participação de discentes e servidores de universidades estrangeiras em programas de mobilidade internacional, aumentando em, pelo menos, 50% o número de mobilidade dessas categorias durante o período de vigência do PDI	3 (2022)	DRI + PROAAE + PROGRAD + PRPPG + Unidades Acadêmicas
		I3	Número anual de cursos preparatórios para proficiência em língua inglesa	M1	Realizar pelo menos uma oferta anual de cursos preparatórios para exames de proficiência em língua inglesa para atender demanda de alunos da graduação e pós-graduação participantes de programas de mobilidade internacional	Não se aplica	DRI + NUCLI + FIIH
T5	Aprimorar os meios de comunicação institucionais e a divulgação da UFVJM junto à comunidade estrangeira	I1	Número de conteúdos digitais publicados voltados para a promoção da internacionalização	M1	Produzir pelo menos 10 conteúdos mensais nas redes sociais da DRI durante o período de vigência do PDI	Não se aplica	DRI + CoordCS

Quadro 13 - Ações estratégicas área transversal de INTERNACIONALIZAÇÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TAI1	Elaborar proposta de novo Regimento Interno da DRI no primeiro semestre de vigência do PDI	DRI
TAI2	Elaborar a proposta de atualização da política de internacionalização da UFVJM no primeiro semestre de vigência do PDI	DRI
TAI3	Elaborar a proposta do plano de internacionalização da UFVJM no primeiro semestre de vigência do PDI	DRI
TAI4	Assegurar a contratação de pelo menos 1 estagiário por ano, para o setor, durante a vigência do PDI	DRI + PROGEP
TAI5	Implementar, junto com a PROEXC, pelo menos 1 ação de extensão voltada para atividade de internacionalização da UFVJM, durante a vigência do PDI	DRI + PROGEP
TAI6	Implementar sistema de gestão das informações de internacionalização na UFVJM durante a vigência do PDI	DRI + PROGRAD + PRPPG + PROEXC + STI
TAI7	Elaborar o manual de celebração de acordos de cooperação acadêmica internacional, até o final do primeiro ano de vigência do PDI, visando clareza e celeridade no processo	DRI + PGF + DCP
TAI8	Participação da equipe da DRI em pelo menos 2 eventos voltados à internacionalização de IES por ano de vigência do PDI	DRI
TAI9	Elaborar a Política Linguística para institucionalizar o ensino de línguas e culturas estrangeiras na UFVJM no primeiro ano de vigência do PDI	DRI + NUCLI + FIH
TAI10	Propor o intercâmbio virtual na UFVJM por meio de parcerias com universidades estrangeiras ao longo da vigência do PDI	DRI + PROGRAD + PRPPG + PROEXC
TAI11	Elaborar o programa de acolhimento ao estudante estrangeiro na UFVJM (auxílio-moradia, alimentação e ensino da cultura/língua portuguesa) até o final da vigência do PDI	DRI + PROAAE + PROGRAD + PRPPG
TAI12	Participar dos editais de fomento às ações de internacionalização	DRI + PROAAE + PROGRAD + PRPPG
TAI13	Disponibilizar, em língua estrangeira, conteúdos institucionais do portal UFVJM para o público estrangeiro, alunos e instituições, até o término da vigência do PDI	DRI + CoordCS
TAI14	Ofertar pelo menos uma disciplina em língua inglesa em cada unidade acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação ao longo da vigência do PDI	DRI + PROGRAD + PRPPG
TAI15	Ofertar anualmente o curso de Português como Língua Estrangeira (PLE) para acolhimento de estudantes internacionais de graduação e pós-graduação em mobilidade na UFVJM	DRI + NUCLI+ FIH
TAI16	Promover, pelo menos 1 vez por ano, atividades de integração entre os estudantes estrangeiros e a comunidade acadêmica (internacionalização in house)	DRI + PROAAE + PROGRAD + PRPPG + Unidades Acadêmicas

Quadro 14 - Objetivos estratégicos área transversal de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
T6	Promover e desenvolver propostas e ações necessárias ao desenvolvimento ambiental no âmbito da universidade, tendo como foco primordial conciliar o desenvolvimento institucional com respeito ao meio ambiente, a fim de proporcionar a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de toda a comunidade acadêmica	I1	Quantidade de água tratada consumida nos campi da UFVJM	M1	Quantificar o montante de água tratada consumida nos campi da UFVJM em metros cúbicos (m³) e divulgar os dados anualmente com vistas à redução de 5% do consumo até 2028	105564 / 2022	CMA
		I2	Quantidade de energia elétrica consumida nos campi da UFVJM	M1	Quantificar o montante de energia elétrica consumida nos campi da UFVJM em quilowatt-hora (kWh) e divulgar os dados anualmente com vistas à redução 5% do consumo até 2028	2806116 / 2022	CMA
		I3	Quantidade de material reciclável coletado	M1	Quantificar a quantidade de material reciclável coletado em kg e divulgar os dados anualmente com vistas à redução do descarte incorreto. Dessa forma, pretende-se aumentar em pelo menos 10% o quantitativo coletado até 2028	11762 / 2022	CMA
		I4	Quantidade de resíduo orgânico gerado para compostagem em setores da UFVJM	M1	Quantificar a quantidade de resíduo orgânico coletado para compostagem em kg e divulgar os dados anualmente com vistas ao descarte correto dos resíduos orgânicos. Dessa forma, pretende-se aumentar em pelo menos 5% o quantitativo coletado até 2028	383549 / 2022	CMA
		I5	Quantidade de descarte de pilhas e baterias pela UFVJM	M1	Quantificar o montante de descarte de pilhas e baterias provenientes dos coletores instalados nas dependências dos campi da UFVJM por kg e divulgar os dados anualmente com vistas à redução do descarte incorreto desses resíduos	Não se aplica	CMA
		I6	Quantidade de descarte de resíduos químicos e biológicos da UFVJM	M1	Quantificar o montante de descarte de resíduos químicos e biológicos da UFVJM por kg e divulgar os dados anualmente com vistas à redução do descarte incorreto desses resíduos. Dessa forma, pretende-se aumentar em pelo menos 5% o quantitativo coletado até 2028	5573 / 2022	CMA

Quadro 15 - Ações estratégicas área transversal de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TSA1	Desenvolver ações de arborização e paisagismo nos espaços da UFVJM e divulgação das ações anualmente com vistas à melhoria dos ambientes da UFVJM	CMA
TSA2	Desenvolver ações de educação ambiental e divulgação das ações anualmente com vistas à melhoria dos indicadores relacionados ao meio ambiente na UFVJM	CMA
TSA3	Estimular a sustentabilidade ambiental nas diversas áreas de atuação da UFVJM por meio de campanhas educativas a toda a comunidade universitária	CMA

Quadro 16 - Objetivos estratégicos área transversal de INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
T7	Fomentar e incentivar ações de empreendedorismo e inovação junto à comunidade acadêmica e externa	I1	Número de Ambientes Promotores de Inovação (API)	M1	Criar, até 2026, 1 API “Espaço Conecta” em cada campi	1 / 2022	Citec + Reitoria
		I2	Número de Projetos Pré-Incubados	M1	Apoiar, anualmente, pelo menos 3 projetos e/ou iniciativas	1 / 2022	Citec
		I3	Número de Empresas Incubadas	M1	A partir de 2025, incubar, por processo seletivo anual, pelo menos 2 empresas	0 / 2022	Citec
		I4	Número de Empresas Graduadas	M1	Ao final de 2027, ter pelo menos 1 empresa graduada dentre aquelas incubadas	0 / 2022	Citec
		I5	Número de Empresas Juniores	M1	Aumentar em pelo menos 1 o número total de empresas juniores reconhecidas, por ano	14 / 2022	Citec + PROEXC + Unidades Acadêmicas
		I6	Ranking de Universidades Empreendedoras (RUE)	M1	Subir em pelo menos 2 posições por edição durante o período de vigência do PDI	96 / 2022	Citec
		I7	Número de ações visando à conscientização e/ou capacitação de recursos humanos	M1	Organizar, anualmente, 1 evento institucional, visando integrar a inovação com a pesquisa, ensino e extensão	1 / 2022	Citec + PRPPG + PROGRAD + PROEXC
				M2	Realizar, anualmente, pelo menos 1 ação presencial por campus fora de sede	0 / 2022	Citec + Unidades Acadêmicas
				M3	Realizar, semestralmente, pelo menos 3 eventos on-line	2 / 2022	Citec
				M4	Apoiar, anualmente, pelo menos 5 ações de outros setores da UFVJM, empresas juniores ou parceiros externos	2 / 2022	Citec
		I8	Número de ações visando à promoção e/ou reconhecimento de iniciativas voltadas para o empreendedorismo e inovação	M1	Realizar, anualmente, 1 premiação “Prêmio Henrique Dumont” com categorias voltadas para iniciativas que desenvolvem soluções inovadoras na pesquisa, ensino e/ou extensão	0 / 2022	Citec + PRPPG + PROGRAD + PROEXC
		I9	Total de recursos captados externos	M1	Arrecadar pelo menos R\$30.000,00, anualmente, por meio de parcerias para viabilizar a execução das ações do CITec	R\$150.000,00 / 2022	Citec
T8	Incentivar e otimizar a proteção e transferência da Propriedade Intelectual da UFVJM	I1	Número de Proteções no NIT (Patente, Marca e Programa de Computador)	M1	Aumentar em, pelo menos, 10% o número total de demandas requeridas, por ano	15 / 2022	Citec + PRPPG
				M2	Aumentar em, pelo menos, 25% o número de demandas analisadas, por ano	5 / 2022	Citec
				M3	Aumentar em, pelo menos, 20% o número de demandas depositadas no INPI, por ano	5 / 2022	Citec
		I2	Índice de Contratos de Cotitularidade Concluídos	M1	Executar, anualmente, pelo menos 50% do total das demandas depositadas em cotitularidade	39% em 2022 de 26 (vinte e seis) depositadas	Citec
		I3	Índice de Transferências de Tecnologias Formalizado	M1	Formalizar, anualmente, pelo menos 50% do total das demandas em negociação	0% em 2022 de 2 em negociação	Citec

Quadro 17 - Ações estratégicas área transversal de INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TIE1	Ter, pelo menos, 1 estagiário remunerado na equipe do CITEC e pelo menos 2 estagiários não remunerados para participarem em projetos institucionais registrados pelo CITec anualmente	CITEC

Quadro 18 - Objetivos estratégicos área transversal de GESTÃO DE PESSOAS

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
TT9	Promover saúde e qualidade de vida na instituição	I11	Índice de Servidores Licenciados para Tratamento de Saúde: ISLTS = TGDA/DA/TS x 100 TGDA é o número geral de dias de afastamentos de servidores em licença para tratamento de saúde DA é o número de dias no ano e TS é o número total de servidores	MM1	Diminuir o índice em 5% ao ano	3,6 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho – DASQVT
		I12	N.º de ações de prevenção e promoção à saúde realizadas (programas, projetos, palestras, oficinas e outros)	MM1	Aumentar em 10% ao ano o número de ações de prevenção e promoção à saúde (programas, projetos, palestras, oficinas e outros)	40 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho – DASQVT
TT10	Desenvolver as competências dos servidores alinhadas às necessidades institucionais	I11	Índice de qualificação do corpo técnico-administrativo(IQCTA) = $(5D + 3M + 2Esp + Gr + 0,5Ngr) / (D + M + Gr + Ngr)$ D é o no total de TA's doutores M é o total de TA's mestres Esp é o total de TA's especialistas Gr é o total de TA's graduados Ngr é o total de TA's não graduados	MM1	Aumentar o índice de qualificação até o nível de 2,75 até 2028	2,37 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		I12	Índice de qualificação do corpo docente (IQCD) = $(5D + 3M + 2Esp + Gr) / (D + M + Esp + Gr)$, em que: D é o n.º total de docentes doutores, M o de mestres; Esp o de especialistas; Gr o de graduados. Número Real Compreendido entre 1 (todos graduados) e 5 (todos doutores)	MM1	Aumentar o índice de qualificação até o nível de 4,87 até 2028	4,5 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		I13	Taxa de capacitação do corpo técnico-administrativo (TCTA) = $SC/TS \times 100$ em que: SC é o número de servidores técnico-administrativos capacitados; e TS é o número total de servidores técnico-administrativos	MM1	Aumentar a taxa de capacitação em 1% até 2028	17,55 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
TT11	Adequar o quadro de pessoal visando atender às necessidades institucionais	I11	Taxa de preenchimento das vagas Docentes TPVD = $NVDP / NTVD \times 100$ NVDP - número de vagas docentes preenchidas por concurso NTVD - Número Total de vagas Docentes	MM1	Manter a taxa acima de 95 até 2028	84 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		I12	Taxa de preenchimento das vagas TATPVTA = $NVTAP / NTVTA \times 100$ NVTAP - número de vagas TA preenchidas NTVTA - Número total de vagas TA	MM1	Manter a taxa acima de 95 até 2028	90 / 2023	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		I13	Taxa de Setores Dimensionados (TSD) = $SD/TS \times 100$ SD são a quantidade de UORGs dimensionados TS é o total de UORGs dimensionáveis da UFVJM	MM1	Atingir 100% de setores dimensionados até 2028	Não se aplica / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		I14	Taxa de adequação da força de trabalho das UORGs dimensionados (TAFT) = $SFTA/SD \times 100$ SFTA - Setores com força de trabalho adequada SD - Setores Dimensionamentos	MM1	Atingir 80% da adequação da força de trabalho até 2028	Não se aplica / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

Quadro 19 - Ações estratégicas área transversal de GESTÃO DE PESSOAS

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TGE1	Reestruturar o sistema de gestão de compras (requisição de compras), no período de vigência do PDI	PROGEP
TGE2	Instituir a Política de Atenção à Saúde da comunidade acadêmica	PROGEP
TGE3	Implementar programas de qualidade de vida	PROGEP
TGE4	Implantar projeto voltado para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à UFVJM, práticas de reconhecimento e valorização profissional dos servidores	PROGEP
TGE5	Reestruturar o espaço físico da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e o Espaço do Servidor	PROGEP
TGE6	Promover a formação continuada dos servidores a partir dos gargalos de competência identificados	PROGEP
TGE7	Construir Planos de Capacitações Temáticas que visem melhorar os indicadores institucionais e as relações de trabalho (Iniciação no Serviço Público, Capacitação de Gestores, Preparação para a Aposentadoria, entre outros)	PROGEP
TGE8	Revisar e consolidar as políticas institucionais de qualificação dos servidores	PROGEP
TGE9	Dimensionar quantitativamente e qualitativamente a força de trabalho da carreira técnico-administrativa em educação	PROGEP
TGE10	Pactuar junto ao MEC novas vagas para recomposição da força de trabalho	PROGEP
TGE11	Realizar um diagnóstico da rotatividade de servidores da instituição	PROGEP
TGE12	Regulamentar a distribuição de vagas docentes	PROGEP
TGE13	Regulamentar o processo de gestão dos estagiários	PROGEP
TGE14	Implantar o sistema de gerenciamento de concursos e processos seletivos	PROGEP
TGE15	Implementar o Programa de Gestão de Desempenho (PGD)	PROGEP
TGE16	Aumentar a quantidade de serviços disponibilizados no SOUGOV	PROGEP
TGE17	Criar postos de atendimento da PROGEP nos campi	PROGEP
TGE18	Criar serviço de triagem para melhor acolhimento e direcionamento do usuário	PROGEP
TGE19	Implantação de chatbot para prestação de informação em tempo real	PROGEP
TGE20	Reformular a página da PROGEP	PROGEP
TGE21	Elaborar um novo manual do servidor	PROGEP
TGE22	Realizar seminários sobre os direitos e deveres e gestão de benefícios	PROGEP
TGE23	Elaborar vídeos explicativos sobre os direitos e deveres dos servidores	PROGEP

Quadro 20 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de INFRAESTRUTURA

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G1	Dotar a instituição de infraestrutura, de insumos e de serviços, visando à execução das políticas necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, administração utilizando as boas práticas de gestão pública	11	Índice de chamados de manutenção atendidos (resolvidos)	M1	Atender em cada campus da UFVJM a, no mínimo, 70% dos chamados de serviço emitidos anualmente via GLPI para a Divisão de Manutenção dos Bens Patrimoniais	Não se aplica / 2022	DSENG + DIRETORIAS DE CADA CAMPUS
		12	Número de planos de manutenção predial	M1	Elaborar os planos de manutenção de todas as edificações da UFVJM no período de vigência do PDI	32 edificações de um total de 119 / 2022.	DSENG
		13	Número de projetos <i>as built</i> elaborados	M1	Elaborar os projetos <i>“as built”</i> de todas as edificações da UFVJM durante a vigência do PDI	28 edificações de um total de 119 / 2022	DSENG
		14	Número de projetos de combate a incêndio e pânico aprovados pelos órgãos competentes	M1	Aprovar o PPCI em todas as edificações dos campi fora de sede e de pelo menos 20 edificações do Campus JK/I no período do PDI	1 projeto aprovado (Campus JK); 1 projeto aprovado (Campus Janaúba) e 1 projeto aprovado Campus do Mucuri / 2022	DSENG
		15	Índice de edificações com sinalização tátil em conformidade com as normas vigentes	M1	Implantar a sinalização tátil, de alerta e direcional, em pelo menos: 20% das edificações no campus sede; 50% das edificações no Campus do Mucuri; 100% das edificações no campus em Janaúba e 100% das edificações no campus em Unaí	Não há sinalização tátil nas edificações em nenhum dos campi	DSENG + PROAAE
		16	Área urbanizada dos campi de Janaúba e de Unaí (pavimentação, calçamento, iluminação, drenagem, paisagismo e acessibilidade)	M1	Urbanizar área de, no mínimo, 27.000 m² no Campus Janaúba e 24.000 m² no Campus Unaí no período do PDI	Não há urbanização nos campi de Janaúba e de Unaí	DSENG + PROAD + DIRETORIAS DE CADA CAMPUS
		17	Índice de edificações climatizadas	M1	Climatizar, durante o período de vigência do PDI, pelo menos 30% das edificações da UFVJM que recebem usuários de forma contínua (salas de aulas, bibliotecas, auditórios, unidades administrativas) por meio de energia limpa	Não se aplica / 2022	PROAD + PROPLAN
G2	Aprimorar processos de compras e contratações públicas	11	Percentual de itens frustrados nos pregões	M1	Reduzir, para no máximo 25% (1ª tentativa), o percentual de itens frustrados em pregões no período de vigência do PDI	44,08% / 2022	DLC + DAPRP + DLI
		12	Percentual de execução de demanda prevista no PCA	M1	Finalizar anualmente 100% dos planejamentos referentes a contratações públicas previstas no PCA	98% / 2022	DIPLAC
		13	Taxa de sucesso nas contratações de serviços	M1	Contratar 100% dos serviços com planejamento finalizado no exercício	95 % / 2022	DIPLAC

Quadro 21 - Ações estratégicas área de governança e gestão de INFRAESTRUTURA

ID	Ação estratégica	Responsáveis
GIN1	Reestruturar o sistema de gestão de compras (requisição de compras), no período de vigência do PDI	DLC + DAPRP + DLI
GIN2	Redefinir, no período de vigência do PDI, a metodologia do calendário de compras, em consonância ao Plano de Contratação Anual (PCA)	DLC + DAPRP + DLI
GIN3	Atualizar o Plano de Logística Sustentável da UFVJM	DIPLAC + DLC
GIN4	Aprimorar a Governança das Contratações e Aquisições públicas no âmbito da UFVJM	DIPLAC + DLC
GIN5	Dotar as edificações e ambientes da UFVJM de infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração	PROAD + PROPLAN
GIN6	Garantir a execução e aprimoramento dos processos institucionais visando ao funcionamento e manutenção da UFVJM nas suas diversas áreas de atuação, sobretudo nas atividades essenciais, no intuito de propiciar maior eficiência, sustentabilidade ambiental e celeridade nos resultados	PROAD + PROPLAN
GIN7	Estruturar e consolidar os laboratórios do Comitê Técnico, Científico e Multidisciplinar (CTCM) do Campus do Mucuri da UFVJM visando ao desenvolvimento e fortalecimento de estudos e projetos de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde na região do Vale do Mucuri	PROAD + PROPLAN CTCM
GIN8	Realizar estudos relacionados à atualização e manutenção da frota de veículos oficiais da UFVJM visando maior segurança para os usuários, a sustentabilidade econômica e ambiental da UFVJM	PROAD + PROPLAN
GIN8	Elaborar um plano geral de manutenção de equipamentos da UFVJM para viabilizar processo de contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos bens identificados	PROAD + PROPLAN
GIN9	Aquisição e/ou assinatura de acervo digital no período de vigência do PDI para atender 25% dos títulos constantes nos PPCs atualizados. Atualmente atende aproximadamente 19% conforme levantamento realizado em junho de 2023	SISBI
GIN10	Modernizar e tornar mais eficiente e eficaz o sistema de segurança do acervo das bibliotecas (RFID) dos Campi JK e do Mucuri durante a vigência do PDI. Atualmente somente 2 bibliotecas possuem sistemas de segurança com tecnologia diferente da informada	SISBI
GIN11, GIN8	Implantar sistemas de segurança do acervo das bibliotecas (RFID) nas bibliotecas dos Campi Janaúba e Unaí durante a vigência do PDI	SISBI
GIN12	Modernizar os espaços de convivência e de estudos das bibliotecas das UFVJM durante o período de vigência do PDI, por meio de reativação das cabines de estudo em grupo, espaços para exposições e construção de jardins internos	SISBI + PROAD
GIN13	Desenvolver estudos e projetos para promover a auto sustentabilidade em energia limpa da UFVJM por meio de instalação de usina solar no Campus Janaúba durante o período de vigência do PDI	PROPLAN + PROAD

Quadro 22 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ ano	Responsáveis
G3	Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC	I1	Número de políticas e normativos relacionados à segurança da informação, gestão de software e governança de TIC publicadas	M1	Aumentar a quantidade de políticas publicadas em pelo menos 20% ao ano	6 / 2022	STI + CGIRC
		I2	Número de processos tratados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	M1	Identificar, no período de vigência do PDI, todos os processos de coleta de dados pessoais na instituição de acordo com a LGPD	Não se aplica	Comissão própria composta por servidores + EP + STI
				M2	Mapear e adequar pelo 50% dos processos de coletas de dados pessoais identificados de acordo com a LGPD no período de vigência do PDI	Não se aplica	Comissão própria composta por servidores + Escritório de Processo + STI
G4	Ampliar e aperfeiçoar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação	I1	Índice de área coberta por rede sem fio	M1	Aumentar a cobertura de rede sem fio em 10% a cada ano durante a vigência do PDI considerando todos os campi	65% / 2022	STI
		I2	Índice de elaboração de projetos de rede cabeada	M1	Aumentar a conclusão de projetos em 14% a cada semestre durante a vigência do PDI	0 / 2022	STI
		I3	Índice de área coberta por rede cabeada	M1	Aumentar a cobertura de rede cabeada em 10% durante a vigência do PDI considerando todos os campi	90% / 2022	STI
		I4	Índice de aparelhos VoIP atualizados	M1	Aumentar o número de VoIP atualizados em no mínimo 30% a cada ano durante a vigência do PDI	0 / 2022	STI
		I5	Índice de campi com URA (Unidade de Resposta Audível) simples implantadas	M1	Implementar URA's em 40% dos campi da UFVJM durante a vigência do PDI	0 / 2022	STI
G5	Atualizar o parque computacional, incluindo atualizações de hardware e software	I1	Índice de manutenções preventivas realizadas em hardware e software	M1	Identificar a quantidade de manutenções preventivas a serem realizadas até 2026	0 / 2022	STI
				M2	Realizar a manutenção preventiva em pelo menos 50% dos itens identificados durante a vigência do PDI	0 / 2022	STI
		I2	Índice de manutenções corretivas realizadas em hardware e software	M1	Reduzir em 30% o índice de manutenções corretivas durante a vigência do PDI	892 / 2022	STI
		I3	Índice de computadores substituídos	M1	Identificar a quantidade de computadores a serem substituídos até 2026	1391 / 2022	STI
				M2	Substituir pelo menos 15% dos computadores a cada ano durante o período de vigência do PDI	390 / 2022	STI

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G6	Aperfeiçoar e ampliar a disponibilidade dos sistemas de informação	I1	Processos estratégicos prioritários para a instituição, identificados para informatização e automação	M1	Identificar, no período de vigência do PDI, junto às pró-reitorias e unidades administrativas os processos estratégicos passíveis de informatização ou aprimoramento	Não se aplica	STI
				M2	Definir, no período de vigência do PDI, quais processos estratégicos a serem automatizados/informatizados/aprimorados conforme resultado da meta M1	Não se aplica	STI + CGIRC
		I2	Índice de projetos estratégicos informatizados	M1	Entregar 10% dos projetos estratégicos informatizados a cada semestre	Não se aplica	STI
		I3	Índice dos serviços acadêmicos em formato digital	M1	Identificar os serviços acadêmicos a serem ofertados em meio digital até 2026	Não se aplica	STI
				M2	Ofertar 100% dos serviços acadêmicos em formato digital, que atendem diretamente alunos regulares, egressos e comunidade sem vínculo com a instituição, durante o período de vigência do PDI	Não se aplica	Ouvidoria + Reitoria + STI
		I4	Índice de sistemas institucionais em conformidade com o acervo digital	M1	Realizar integração de 100% dos sistemas institucionais, passíveis de adequação, em conformidade com o acervo digital no período de vigência do PDI	Não se aplica	STI
		I5	Índice de soluções hospedadas na infraestrutura tecnológica não desenvolvidos pela STI	M1	Atender 100% das demandas aprovadas de hospedagem de software na infraestrutura tecnológica da STI para sistemas/softwares/aplicativos não desenvolvidos pela STI	5 / 2022	STI + CGIRC
		I6	Índice de sistemas e serviços migrados da nuvem privada para a nuvem pública	M1	Identificar os sistemas e serviços providos pela STI que estão hospedados no data center que podem ser migrados para nuvem pública até 2026	Não se aplica	STI + CGIRC
				M2	Realizar a migração de pelo menos 30% dos sistemas e serviços providos pela STI identificados em M1, pública durante a vigência do PDI	Não se aplica	STI + CGIRC
		I7	Índice de novos sistemas e serviços implantados nativamente em nuvem pública	M1	Identificar os sistemas e serviços a serem implantados diretamente em nuvem pública até 2026	Não se aplica	STI + CGIRC
				M2	Realizar a implantação de pelo menos 30% dos sistemas e serviços a serem implantados diretamente em nuvem pública durante a vigência do PDI	Não se aplica	STI + CGIRC

Quadro 23 - Ações estratégicas área de governança e gestão de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TIC1	Realizar pelo menos 1 ação de capacitação e 1 ação de conscientização em tópicos relacionados à segurança da informação junto à comunidade durante a vigência do PDI	STI
TIC2	Capacitar os servidores em relação à regulamentação interna de aplicação da LGPD ao longo da vigência do PDI	Comissão própria composta por servidores + PROGEPI + STI
TIC3	Implantação da política de privacidade de dados na instituição	Comissão própria + STI
TIC4	Atualizar e adquirir ferramentas e insumos para execução de manutenção	STI
TIC5	Publicar normativo de gestão de documentos e arquivos digitais e segurança da informação da instituição	Comissão própria + STI
TIC6	Implantar solução de armazenamento e gestão de arquivos digitais	STI

Quadro 24 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G7	Otimizar a gestão orçamentária	I1	Índice de execução do orçamento discricionário da LOA da UFVJM	M1	Executar trimestralmente 25% do orçamento discricionário autorizado na LOA da UFVJM	100% / 2022	DORC
G8	Otimizar a gestão contábil, financeira e patrimonial	I1	Índice de restos a pagar inscritos RP2 (discricionário) da LOA UFVJM	M1	Reduzir anualmente 1,64% dos restos a pagar inscritos RP2 da LOA UFVJM	16,38 % do RP2 LOA UFVJM / 2022	DCF
		I1	Número de bens patrimoniais regularizados da UFVJM	M2	Regularizar 100% dos bens patrimoniais da UFVJM durante o período de vigência do PDI	Não se aplica	PROPLAN + PROAD + STI CITEC
G9	Melhorar a posição da UFVJM no ranking de desempenho em contabilidade de custos entre as universidades federais no relatório anual Foco em Custos do Tesouro Nacional	I1	Ranking de desempenho em contabilidade de custos entre as universidades federais do relatório anual Foco em Custos do Tesouro Nacional	M1	Alcançar, durante a vigência do PDI, a 3ª posição entre as universidades federais brasileiras no ranking de desempenho em contabilidade de custos do relatório anual Foco em Custos do Tesouro Nacional	7ª / 2022	DCF + DORC + Contador Responsável

Quadro 25 - Ações estratégicas área de governança e gestão de PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
GPO1	Implementar um novo sistema de gestão orçamentária interno durante o período de vigência do PDI	DORC
GPO2	Instituir um sistema gestão de custos até o ano de 2025	DCF
GPO3	Instituir um sistema de prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada firmados com a UFVJM até o ano de 2025	DCF
GPO4	Regulamentar o parcelamento de débitos de terceiros com a UFVJM durante o período de vigência do PDI	DCF
GPO5	Elaborar minuta de nova resolução em substituição à Resolução nº 12/2016 Consu / UFVJM - Relacionamento da UFVJM com Fundações de Apoio e submeter à presidência do Consu para análise e deliberação no primeiro ano de vigência do PDI	PROPLAN + DCP + DRI + CITEC + PROGRAD + PRPPG + PROEXC
GPO6	Estruturar a Unidade de Convênios e Parcerias no âmbito da UFVJM	REITORIA + DCP + PROGRAD + PRPPG + PROEXC + CITEC + DRI
GPO7	Atualizar regimento interno da Proplan no primeiro ano de vigência do PDI	PROPLAN
GPO8	Estruturar a Unidade de Planejamento Institucional no âmbito da UFVJM vinculada à Proplan	REITORIA + PROPLAN
GPO9	Regulamentar o sistema de distribuição orçamentária para as unidades acadêmicas e administrativas da UFVJM	PROPLAN + PROAD

Quadro 26 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de COMUNICAÇÃO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G10	Fortalecer a imagem institucional da UFVJM com seus diversos públicos, aprimorar e consolidar os meios de comunicação institucionais	I1	Número de publicações da UFVJM nas redes sociais anualmente	M1	Ampliar para pelo menos 500 a quantidade de publicações nas redes sociais anualmente	461 (2022)	CoordCS
		I2	Fluxo anual de acesso ao portal institucional da UFVJM	M1	Ampliar o fluxo de acesso anual ao portal institucional em 10% ao longo da vigência do PDI	1.606.354 (2022)	CoordCS
		I3	Número de produção de episódios do podcast “Conto com Ciência”	M1	Ampliar em 8 por ano a produção de episódios do podcast “Conto com Ciência”	7 (2022)	CoordCS
		I4	Número de seguidores na página oficial do Instagram da UFVJM	M1	Aumentar em 20% o número de seguidores na página oficial do Instagram anualmente	19.966 (2022)	CoordCS
		I5	Número de cadastrados nas listas de transmissão pelo WhatsApp da UFVJM	M1	Aumentar em 15% o número de cadastrados nas listas de transmissão pelo WhatsApp anualmente	1.916 (2022)	CoordCS
		I6	Número de visualizações no canal oficial do YouTube da UFVJM	M1	Aumentar em 15% as visualizações no canal oficial do YouTube anualmente	14.510 (2022)	CoordCS
		I7	Índice de descrição dos cards criados pela CoordCS e postados nos perfis do Instagram, Facebook e Twitter	M1	Aumentar para 80% a descrição dos cards criados pela CoordCS e postados nos perfis do Instagram, Facebook e Twitter gerenciados pelo setor ao longo do PDI	276 (2022)	CoordCS
		I8	Índice de interpretação e tradução em Libras nos conteúdos audiovisuais produzidos	M1	Implantar a interpretação e tradução em Libras em pelo menos 20% dos conteúdos audiovisuais produzidos anualmente	27 / 2022	CoordCS
		I9	Número de pautas institucionais enviadas para veículos de imprensa	M1	Ampliar para pelo menos 12 o número de envio de pautas institucionais para a imprensa anualmente	5 (2022)	CoordCS

Quadro 27 - Ações estratégicas área de governança e gestão de COMUNICAÇÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
GCOM1	Atualizar regimento interno da CoordCS no período de vigência do PDI	CoordCS
GCOM2	Elaborar, no período de vigência do PDI, a Política de Comunicação Institucional (PCI)	CoordCS
GCOM3	Viabilizar, no período de vigência do PDI, outorga de canal educativo para rádio universitária	CoordCS
GCOM4	Implementar, no período de vigência do PDI, o projeto #VempraUFVJM	CoordCS

Quadro 28 - Ações estratégicas área governança e gestão MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
GMA	Estruturar a utilização da Plataforma FORPDI no âmbito da UFVJM para o gerenciamento estratégico do PDI	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Realizar o monitoramento do PDI por meio da Plataforma FOR no Módulo FORPDI	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Realizar a revisão, avaliação parcial e atualização anual do PDI	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Realizar estudos e delimitar as tecnologias/ferramentas estratégicas para o monitoramento, revisão e atualização do PDI como suporte intermediário à Plataforma FOR	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Instituir e atualizar a página do PDI no portal da UFVJM	DGI + PROPLAN + REITORIA + STI + CoordCS
GMA	Propor normatização de regulamento interno que institucionalize os prazos para atualização, elaboração, aprovação e avaliação do PDI da UFVJM	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Revisar e aprimorar os processos de avaliação institucional interna e externa da UFVJM, incluindo a utilização de novas tecnologias e ferramentas estratégicas	CPA + PROGRAD + PRPPG + PROEXC + UNIDADES ACADÊMICAS

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um importante instrumento de gestão acadêmica nas Instituições de Ensino Superior (IES), com aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos. Ele orienta as práticas das instituições, levando em consideração sua trajetória histórica, missão, visão, inserção regional, vocação e objetivos gerais e específicos. O PPI tem como objetivo projetar a universidade para o futuro e destacar o papel da educação superior no desenvolvimento social, tanto em nível local, regional quanto nacional, por meio do ensino, pesquisa e extensão. Busca-se estabelecer diretrizes que levem a IES a aprimorar seu desempenho institucional e contribuir cada vez mais para a sociedade.

É fundamental que o PPI esteja alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pois esse documento orienta as práticas acadêmicas, o compromisso da instituição com questões sociais e os mecanismos de integração regional. Além disso, o PPI define concepções sobre os processos de ensino, aprendizagem e avaliação. Cada IES é avaliada com base na análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), que devem estar em consonância com o PPI, PDI e os propósitos institucionais. Esses documentos permitem que a instituição expresse sua visão sobre educação e a interação do ser humano na sociedade, além de garantir políticas e ações pedagógicas que promovam uma formação de qualidade.

O documento intitulado “Projeto Pedagógico Institucional 2022/2026” foi elaborado em observância à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Estatuto e

Regulamento Geral da UFVJM; Planejamento Estratégico da UFVJM; Plano Nacional de Educação; Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); a Portaria nº 40/2007, reeditada em 2010, que consolida disposições sobre indicadores de qualidade, e a Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008, que regulamenta a aplicação do Conceito Preliminar de Cursos (CPC); a Portaria MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017, que aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); a Portaria Normativa MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008, que cria o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) como indicador de qualidade dos cursos oferecidos pelas IES; resoluções dos conselhos superiores e outros documentos oficiais desta universidade. Essa abordagem garante que a instituição esteja alinhada com os padrões de qualidade estabelecidos e promova uma educação de excelência. Cabe destacar que tais documentos serviram de base para a elaboração deste capítulo.

3.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA PRÁTICA ACADÊMICA

A política pedagógica adotada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) é pautada por princípios que orientam e norteiam as práticas acadêmicas em diferentes níveis de formação dos indivíduos. Esses princípios fundamentais visam ao desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo.

Um dos princípios que guia a política pedagógica da UFVJM é o compromisso com a qualidade da educação superior. A instituição busca constantemente aprimorar seus cursos de graduação, pós-graduação

e demais programas educacionais, oferecendo uma formação sólida e atualizada. Por meio do diálogo constante com a comunidade acadêmica e a análise de indicadores internos e externos, a UFVJM identifica as demandas e necessidades dos estudantes, adaptando suas práticas, de acordo com as especificidades de cada curso, para atender a essas expectativas.

Além disso, a UFVJM tem como princípio a valorização da formação integral dos indivíduos. A universidade reconhece a importância de promover uma educação que vá além dos aspectos técnicos e científicos, incluindo também a formação ética, cidadã e humanística. Busca-se, assim, desenvolver nos estudantes habilidades e competências essenciais para o exercício profissional e para a atuação social responsável.

Outro princípio norteador é a interação entre a universidade e a sociedade. A UFVJM entende que sua missão vai além dos muros da instituição, sendo necessário estabelecer uma relação de reciprocidade com a comunidade em que está inserida. Isso se reflete na promoção de atividades de extensão, que visam uma relação de troca de conhecimentos e experiências entre a universidade e a sociedade, buscando o desenvolvimento mútuo.

A política pedagógica da UFVJM também prioriza a interdisciplinaridade e a inovação nas práticas acadêmicas. Reconhecendo a complexidade dos problemas contemporâneos, a universidade busca estimular a integração entre diferentes áreas do conhecimento, incentivando a interação entre professores e estudantes de diferentes cursos e programas. Dessa forma, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento de soluções inovadoras e para a formação de profissionais com uma visão ampla e multidisciplinar.

Por fim, a política pedagógica da UFVJM destaca o compromisso com a inclusão e a diversidade. A universidade busca promover uma educação que respeite e valorize as diferenças garantindo o acesso equitativo aos recursos educacionais e proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes.

Com base nesses princípios, a UFVJM reafirma seu compromisso com o desenvolvimento de diferentes níveis de formação dos indivíduos, preparando-os para enfrentar os desafios e contribuir de forma significativa para a sociedade. A política pedagógica adotada pela universidade busca garantir uma educação de qualidade, integral, interdisciplinar, inovadora, inclusiva e comprometida com a transformação social.

3.2 PERFIL DO EGRESSO

O egresso dos cursos de graduação e/ou pós-graduação deve estar apto a colocar em prática competências e habilidades que foram trabalhadas em seu processo formativo e que permitam o exercício pleno de sua profissão. Deverá ter, entre outras, as seguintes características: ter visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético; estar apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora; ser capaz de reconhecer as necessidades sociais e de formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de sua área de conhecimento específica; adotar perspectivas de conhecimentos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática; considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho; atuar com isenção e comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável; e propiciar o desenvolvimento local e regional, com interlocução global.

3.3 POLÍTICAS DE ENSINO

Tendo em vista a formação e qualificação de profissionais que contribuam com o processo de desenvolvimento da região de abrangência institucional e do país, a UFVJM tem buscado estruturar sua política e diretrizes de ensino de modo a promover o aprimoramento dos seus cursos de graduação e pós-graduação.

A universidade oferece a maioria dos seus cursos de graduação em regime semestral, adotando uma organização curricular que consiste em unidades curriculares, macro disciplinas, eixos ou módulos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada área de formação, as estruturas curriculares englobam componentes obrigatórios, eletivos, optativos, de livre escolha e de opção limitada, proporcionando aos estudantes diferentes graus de autonomia e flexibilidade para complementar sua formação acadêmica. Os componentes curriculares são organizados em sistema de créditos, conforme regulamentação interna, e oferecidos em blocos, semestralmente, de acordo com as estruturas curriculares estabelecidas.

Atualmente, a UFVJM possui 51 cursos de graduação autorizados no e-MEC (46 presenciais e 5 a distância). Os cursos presenciais estão distribuídos em 11 unidades acadêmicas: Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS), Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas (Facet), Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (Facsae), Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia (Icet), Faculdade de Medicina do Mucuri (Fammuc), Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT) e Instituto de Ciências Agrárias (ICA). Com o objetivo de levar a educação superior à população impossibilitada de acessar o ensino presencial, bem como fortalecer a formação de professores para a educação básica, nas áreas do conhecimento em que ainda há carência de formação na região, a UFVJM oferece, por meio da Diretoria de Educação Aberta e a Distância, 5 cursos na modalidade a distância, sendo 4 licenciaturas e 1 bacharelado. Entre os cursos ofertados pela UFVJM, estão incluídos 13 cursos de licenciaturas, nas modalidades presencial e a distância, que apresentam especial importância para as regiões devido à demanda por esses profissionais.

As formas de ingresso aos cursos de graduação são: Seleção Seriada (Sasi); Sistema de Seleção Unificada (Sisu); processo seletivo para cursos

de Licenciatura em Educação do Campo; processo seletivo para cursos de graduação a distância. A Sasi é o processo seletivo no qual o candidato é avaliado ao longo de três etapas consecutivas, uma ao final de cada série do Ensino Médio, sendo que a classificação resulta da soma das três avaliações. Ao final de cada etapa, o candidato tem acesso à nota obtida, oportunizando a avaliação do seu rendimento, redirecionamento dos seus estudos e definição de aptidões. Na Sasi, a escolha do curso pretendido é feita apenas na terceira etapa avaliativa. Nessa etapa, é considerada a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O sistema Sisu é gerenciado pelo Ministério da Educação e constitui o processo seletivo por meio do qual os candidatos são selecionados exclusivamente por meio da nota obtida no Enem. O processo seletivo para cursos de Licenciatura em Educação do Campo é realizado anualmente e consiste na realização de uma prova que contempla os conteúdos referentes ao Ensino Médio e uma redação. Já para os cursos de graduação a distância, o processo é realizado em três modalidades: pela utilização da nota do Enem; via processo seletivo próprio realizado por meio de prova de conteúdos referentes ao Ensino Médio e uma redação; pela apresentação de comprovação de condição de professor da rede pública de ensino.

A UFVJM oferta em seus cursos de graduação presenciais, no 1º semestre letivo anual, 50% das vagas para a Sasi, sendo o restante para o ingresso via Sisu, excetuando-se as vagas para o curso de Educação do Campo, cuja seleção é realizada em processo seletivo específico. Já no 2º semestre letivo do ano, todas as vagas são destinadas aos estudantes para seleção via Sisu. A UFVJM reserva, em todos os processos seletivos para os cursos de graduação, 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, que são distribuídas entre candidatos com renda familiar per capita de até um salário mínimo per capita. O quantitativo dessa reserva de vagas é distribuído por cotas entre candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e por pessoas com deficiências. Ainda com a finalidade de ampliar a possibilidade de participação dos estudantes das escolas públicas nos processos seletivos para ingresso

nos cursos de graduação, além da isenção da taxa de inscrição prevista na Lei nº 12.799/2013, a UFVJM concede 50% de isenção aos estudantes matriculados na rede pública de ensino e 100% aos candidatos cujas famílias estão cadastradas nos programas sociais, bastando o Número de Identificação Social (NIS) válido.

Visando preencher as vagas ociosas, a UFVJM promove semestralmente o Processo Seletivo de Vagas Remanescentes, considerando a nota obtida pelo estudante em uma das três últimas edições do Enem. Com isso, o estudante da UFVJM pode pleitear a mudança de curso, de campus ou de polo, no caso da Educação a Distância. Há ainda o processo de Transferência Externa e a Obtenção de Novo Título.

3.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) possui uma visão clara e comprometida com a sociedade, entendendo a extensão universitária como um pilar fundamental na formação de seus egressos e no desenvolvimento regional. Através de sua Política de Extensão, a UFVJM estabelece diretrizes que promovem a integração entre a universidade e a sociedade, gerando ações transformadoras que melhoram a qualidade de vida da população.

A UFVJM adota a concepção de extensão da Política Nacional de Extensão, sendo um processo educativo, cultural e científico que une ensino e pesquisa de forma indissociável. Essa articulação permite uma relação de troca de conhecimentos e experiências entre a universidade e a sociedade, visando ao desenvolvimento mútuo. A extensão universitária se torna, assim, uma ponte entre a academia e a comunidade, ou seja, o conhecimento produzido na universidade é compartilhado e aplicado em benefício da sociedade.

Para atingir seus objetivos, a UFVJM adota as seguintes modalidades de atividades de extensão: programas, projetos, cursos, eventos e

prestação de serviços. Cada uma dessas modalidades possui características específicas, permitindo que a universidade atenda de forma mais adequada às demandas da sociedade e utilize suas competências de forma efetiva.

Além disso, a concessão de bolsas de extensão aos estudantes através de Programas Institucionais de Bolsas (Pibex e Procarte) torna-se um importante incentivo para a participação nas atividades extensionistas. Além dos recursos próprios da universidade, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) estimula o estabelecimento de convênios e parcerias com outras instituições. A busca por sustentabilidade financeira é fundamental para garantir a continuidade e a expansão das atividades de extensão, ampliando o seu alcance e impacto na sociedade.

Nossa política de extensão tem a preocupação com a avaliação das atividades de extensão para que seja um processo contínuo e sistemático que garanta a qualidade e a efetividade das ações desenvolvidas pela universidade. Através dessa avaliação criteriosa, considerando critérios como relevância social, impacto na formação dos estudantes, qualidade técnica e científica, entre outros, é possível aprimorar constantemente as práticas extensionistas, fortalecendo o vínculo entre a UFVJM e a sociedade.

Por fim, é imprescindível que as atividades de extensão sejam registradas e divulgadas de forma ampla e transparente. Esse registro e divulgação valorizam o trabalho dos envolvidos e contribuem para a visibilidade da universidade. Atualmente a Proexc também conta com um Sistema Integração de Extensão e Cultura (Siexc) para o registro dessas ações. A Pró-Reitoria também utiliza mídias sociais como meio de comunicação entre a universidade e a comunidade.

3.5 POLÍTICAS DE PESQUISA

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) estimula, acompanha e viabiliza as atividades de pesquisa realizadas na UFVJM. Constitui objetivo estratégico da PRPPG a promoção da Política Institucional

de Pesquisa, de modo a proporcionar condições de pesquisa em todos os seus campi, fomentando e buscando recursos para a realização das atividades de pesquisa científica para o desenvolvimento das regiões onde a instituição atua.

Nesse sentido, a PRPPG fomenta recursos para apoio às atividades de seus pesquisadores. O Programa de Apoio Financeiro à Publicação de Textos Científicos da UFVJM (PAP) auxilia os pesquisadores no custeio para publicação de artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos de livros, com recursos disponibilizados por meio de editais anuais. O programa tem o objetivo de estimular os servidores e estudantes de pós-graduação da universidade a incrementar sua produção científica qualificada, favorecer o desenvolvimento de áreas emergentes, valorizar a produção científica da UFVJM, incentivar a publicação em periódicos científicos de ampla circulação e fator de impacto e ampliar a divulgação de resultados das pesquisas científicas e tecnológicas.

Ademais, a PRPPG apoia as atividades de pesquisa por meio do Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-Científicos (PROAPP), voltado para fomentar a participação de servidores efetivos e alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação stricto sensu da instituição em eventos de natureza técnico-científica, nacionais e internacionais, sobretudo congressos, simpósios, seminários e similares. O programa tem por objetivo estimular e apoiar a participação em eventos com intuito de aprimorar a formação e atualizar nossos servidores e alunato, promover a divulgação de trabalhos conduzidos na UFVJM, estimular o contato entre os pesquisadores da UFVJM com aqueles de outras instituições nacionais e internacionais, permitindo futuras parcerias interinstitucionais e ações de internacionalização.

Ao longo dos últimos 5 anos foram registrados na UFVJM 3.408 projetos de pesquisa, sendo: 675 em Ciências Agrárias, 231 em Ciências Biológicas, 933 em Ciências da Saúde, 445 em Ciências Exatas e da Terra, 548 em Ciências Humanas, 219 em Ciências Sociais Aplicadas, 306 em

Engenharias, 48 em Linguística, Letras e Artes e 3 em outros. Auxiliando no desenvolvimento desses projetos, a PRPPG coordena e mantém 10 laboratórios multiusuários de pesquisa científica e tecnológica. Esses laboratórios possuem recursos humanos e equipamentos de grande, médio e pequeno porte, e contam com o fornecimento de insumos, bem como contratações de manutenções preventivas e corretivas e aquisição de novos equipamentos. Os laboratórios abrigam principalmente a execução de projetos de pesquisas interdisciplinares de docentes e pós-graduandos, consistindo em uma base imprescindível para a produção científica e tecnológica da instituição.

Também, a UFVJM, por meio da PRPPG, possui convênios com agências de fomento como a Fapemig, CNPq e Finep, em que acompanha, ou coordena projetos individuais e institucionais de fomento às atividades de pesquisa e pós-graduação. Atualmente a PRPPG coordena o fornecimento de 85 bolsas de IC da Fapemig, 68 oriundas do CNPq e 40 com o fomento institucional. Além dessas, 6 bolsas de ações afirmativas, 14 de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq e 54 bolsas de Inovação Tecnológica e Industrial, voltadas exclusivamente aos discentes da graduação vinculados ao Programa de Mestrados e Doutorado Acadêmicos para Inovação - MAI DAI.

Como medida para o estímulo de internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, em parceria com a Diretoria de Relações Internacionais, a PRPPG busca a participação em programas para o fomento de atividades no exterior, além da adesão a programas de mobilidade acadêmica internacional como, por exemplo, o programa de mobilidade internacional do Grupo de Cooperação de Universidades Brasileiras, o GCUB-mob.

3.6 POLÍTICAS DE GESTÃO E GOVERNANÇA

A estratégia de gestão para os próximos cinco anos tem como foco central a consolidação das práticas de gestão que visem oferecer estrutura

de apoio para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e outras áreas interligadas. No âmbito das diversas políticas de gestão administrativa, destacam-se as áreas de Comunicação, Governança, Inovação e Empreendedorismo, Internacionalização e Tecnologia da Informação.

3.6.1 Comunicação

A Unidade de Comunicação Social da UFVJM é um órgão de assessoramento, vinculado diretamente à Reitoria da UFVJM, que busca consolidar e ampliar a imagem da UFVJM como instituição de grande importância no cenário regional e nacional, assim como a de seus dirigentes, professores, alunos e técnicos administrativos; aquecer as relações com a comunidade acadêmica, opinião pública em geral e demais públicos, utilizando a imprensa como mediadora e geradora de expectativas, além de otimizar o relacionamento junto a formadores de opinião, com o objetivo de transformar a universidade em fonte de informação segura e permanente em suas áreas de atuação.

O diálogo com a sociedade ocorre, principalmente, por meio do portal institucional e das mídias digitais oficiais da universidade, que são coordenadas pela equipe da Comunicação. Atualmente, a CoordCS atua na prestação de serviços nas seguintes áreas: Portal Institucional; Mídias Sociais; Jornalismo e Imprensa; Rádio Universitária e Audiovisual; Publicidade e Programação Visual. Apesar de ainda não constarem no organograma da diretoria, tendo em vista os trâmites legais necessários para alteração, os respectivos setores já foram criados internamente para execução das atividades mencionadas.

Com o aumento do trabalho e investimento da equipe nas mídias digitais (redes sociais e canais audiovisuais), que têm trazido uma importante interação e retorno institucional, o envolvimento da CoordCS em eventos da universidade tem se resumido ao apoio à realização de cerimônias da Reitoria e orientações a eventos institucionais, como cerimônias de colação

de grau presenciais e on-line.

Além das metas apresentadas neste documento, para alcançar o objetivo proposto é imprescindível que a equipe da CoordCS passe por uma ampliação e recomposição, para que consiga aumentar as atividades de produção de conteúdo informativo e retomar o cumprimento do “Plano de Ação: Execução do projeto Novo Portal UFVJM como estratégia para o cumprimento de legislações vigentes vinculadas aos sites dos órgãos federais”.

3.6.2 Governança

A Governança é a função direcionadora que “compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. (TCU, 2020).

Algumas instâncias foram criadas buscando ampliar medidas voltadas ao acompanhamento de seus resultados e soluções para a melhoria do seu desempenho por meio de instrumentos que promovam um processo decisório baseado em evidências, a exemplo do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC) e da Diretoria de Governança Institucional (DGI). Citam-se ainda as diversas políticas implementadas, a exemplo da Política de Gestão de Riscos, o Programa de Integridade, a Gestão de Processos, com a criação do Escritório de Processos, entre outras.

A UFVJM vem trabalhando para a implementação da Política de Governança Institucional. Tão logo for aprovada a resolução pelo Conselho Universitário, a universidade formalizará a atual estrutura de governança em funcionamento.

O Modelo de Estrutura de Governança da UFVJM é representado na Figura 5 e, de modo sintetizado, compõe-se das instâncias descritas no

Quadro 29 abaixo, respectivamente:

Figura 2 - Matriz SWOT (FOFA) da UFVJM



Fonte: DGI, adaptado do TCU (2023).

Quadro 29 - Descrição das instâncias de governança que envolvem a UFVJM

Grupo	Descrição	Instância
Sociedade e Organizações superiores	A participação social é fundamental para a Governança Pública, por meio do exercício da cidadania, com o objetivo de apresentação de demandas e de controle, fiscalização, participação e avaliação dos atos governamentais. São responsáveis pelo estabelecimento das políticas, diretrizes, normas e planejamento de governo aplicados aos seus órgãos subordinados.	Sociedade Governo Federal Ministério da Educação
Instâncias Externas de Governança	São responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas apenas a uma organização.	Congresso Nacional Ministérios CGU TCU
Instâncias Internas de Governança	São responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar sua conformidade e desempenho, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público, servindo de elo entre principal e agente.	Conselho Universitário Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Curadores Reitoria/Gabinete/Diretoria de Governança
Instâncias Internas de apoio à Governança	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.	Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Própria de Avaliação, Corregedoria Unidade de Integridade, Ouvidoria, Procuradoria, Serviço de Informação ao Cidadão
Instâncias Externas de apoio à Governança	São responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança, sejam elas internas ou externas.	Agentes Sociais Agentes Institucionais Agentes Econômicos
Instâncias de Gestão	Possuem estruturas que contribuem para a boa governança da organização. São responsáveis por coordenar a gestão tática e operacional em áreas específicas.	Reitoria, Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Diretorias, Coordenadorias

Fonte: DGI, adaptado do TCU (2023).

3.6.3 Inovação e Empreendedorismo

A UFVJM vem se adequando às mudanças na legislação, em especial a Lei nº 13.243/2016, que altera a relação da universidade e estimula o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Assim, as ações institucionais deverão permitir a promoção e a execução de ações que visem ao empreendedorismo, à inovação tecnológica e ao desenvolvimento regional e nacional.

O Centro de Inovação Tecnológica (Citec) é um órgão suplementar vinculado à Reitoria, criado pela Resolução Consu nº 8, de 9 de abril de 2010, com um grande desafio, o de apoiar toda a UFVJM no cumprimento de sua Missão Institucional, reafirmando valores como a integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social, a oportunidade de acesso à UFVJM e socialização de seus benefícios, o desenvolvimento sustentável, o respeito à cidadania e à diversidade étnica e cultural e a valorização das pessoas.

Sendo o principal responsável pelas ações de desenvolvimento tecnológico e regional, o Citec busca disseminar a cultura empreendedora e promover o desenvolvimento econômico e social em toda área de abrangência institucional. Desse modo, incentiva as parcerias entre os setores público e privado e a constante aproximação com a sociedade por meio do empreendedorismo, da transferência de tecnologia e da inovação, consolidando as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFVJM, de forma indissociada entre si e integradas na educação do cidadão.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), em parceria com o CNPq oferece, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Inovação Tecnológica (PIBIT), bolsas para discentes orientados por docentes de todos os cursos de graduação. Em 2020, a PRPPG aderiu ao Programa de Mestrados e Doutorados Acadêmicos para Inovação - MAI DAI, aprovando a primeira proposta em parceria com o CNPq e sete empresas público-privadas, dando início à maior iniciativa de parceria empresarial da instituição.

3.6.4 Internacionalização

Historicamente a UFVJM sempre esteve envolvida em projetos e atividades de internacionalização, por um lado participando de Programas de mobilidade acadêmica internacional, como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), pelo qual a UFVJM recebe alunos estrangeiros desde 2008, ou estabelecendo acordos de cooperação com instituições internacionais.

Até o ano 2006 não existia uma área específica de assessoria internacional e as atividades de internacionalização se realizavam por meio da Reitoria. A partir da incorporação da, inicialmente, Assessoria de Relações Internacionais, posteriormente transformada em Diretoria de Relações Internacionais, foi possível orientar as atividades em eixos estratégicos a seguir:

- Fortalecimento das relações internacionais e o ensino de idiomas;
- Participação da UFVJM em redes;
- Participação da UFVJM em feiras internacionais;
- Implementação de programas de mobilidades;
- Apoio à assinatura de acordos de cooperação;
- Apoio ao ensino de idiomas.

A UFVJM, por meio da Unidade de Relações Internacionais, tem focado na internacionalização como forma de criar uma relação de cooperação entre a sua comunidade científica e a comunidade internacional, gerando oportunidades de conhecimento de outras culturas, fomentando o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da graduação, além de propiciar a seus docentes e discentes a oportunidade de realização de mobilidade internacional. Esta pode gerar o aprofundamento de seus conhecimentos, bem como trazer experiências para a própria Universidade.

Para tanto, a UFVJM tem estabelecido parcerias com diversos com

organismos nacionais e internacionais, por meio da adesão a programas de incentivo à internacionalização da educação superior em áreas estratégicas, tais como:

- BRAFITEC;
- BRACOL;
- GCUB-Mob;
- PEC-G;
- SUSI LEADERS WINTER;
- Idiomas Sem Fronteiras;
- Erasmus Mundus (Projeto Babel);
- Erasmus+ (Projeto ceiA3).

Além disso, a UFVJM busca associar-se a instituições que promovam a internacionalização e atualmente é associada a:

- GCUB (Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras);
- FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional);
- Rede UNIMINAS (Consórcio de Universidades Mineiras);
- Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras;
- CNPq/Capes;
- FAPEMIG;
- IFMSA Brazil;
- Universidade de Ciências Aplicadas para o Desenvolvimento Sustentável de Eberswalde (HNEE), Alemanha;
- Université de Orléans, França;
- Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Portugal.

A internacionalização como instrumento de aperfeiçoamento

acadêmico desta IES está presente desde o primeiro alinhamento estratégico efetuado para o período 2009-2013.

Desde então, o avanço foi significativo no número de convênios firmados com instituições de ensino superior estrangeiras, assim como de discentes enviados ao exterior e estudantes estrangeiros recebidos na instituição. Porém, apesar do avanço existente no campo da internacionalização, seja ele ancorado em projetos oficiais ou por iniciativa de pesquisadores, existe ainda um caminho a ser percorrido, cujas principais metas encontram-se descritas no capítulo acerca dos objetivos e metas deste PDI.

3.6.5 Tecnologia da Informação

Vinculada à Reitoria, a Superintendência de Tecnologia da Informação tem como objetivo gerenciar os recursos tecnológicos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações na UFVJM. Possui como finalidades principais gerenciar, monitorar e disponibilizar os recursos de tecnologia da informação, garantindo a disponibilidade dos serviços para a comunidade universitária, em apoio às atividades acadêmicas e administrativas, contribuindo para racionalizar os processos de tomada de decisão, por disponibilizar as informações e potencializar a comunicação entre os agentes, por meio do uso de redes de computadores e serviços.

Dentre as principais competências estão:

- Administrar os recursos computacionais de uso geral da instituição;
- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos técnicos e administrativos referentes ao uso da informática, de acordo com as necessidades da instituição;
- Desenvolver e manter os sistemas computacionais necessários à

instituição;

- Propor a adoção e a difusão de novas tecnologias da informação;
- Propiciar infraestrutura em equipamentos e serviços de TI às atividades acadêmicas e administrativas da instituição;
- Assessorar as ações relativas à compra de equipamentos de informática;
- Prestar assistência técnica na área de hardware e software;
- Fazer a manutenção e dar suporte à rede computacional interna sob os aspectos físicos e lógicos.

3.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A UFVJM, como autarquia pública, tem a responsabilidade de promover o acesso ao ensino superior de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica. Além disso, deve buscar a inclusão e a equidade, garantindo oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente da raça, gênero, orientação sexual, origem étnica ou deficiência.

A responsabilidade social da UFVJM também engloba a produção e a difusão de conhecimento científico e tecnológico em benefício da sociedade. A universidade deve desenvolver pesquisas que contribuam para a solução de problemas sociais e econômicos, bem como disseminar esse conhecimento por meio de publicações, eventos e projetos de extensão.

Outro aspecto relacionado à responsabilidade social da universidade é o estímulo à participação da comunidade acadêmica em ações sociais, como projetos de voluntariado e de extensão universitária. Nesse cenário torna-se fundamental o incentivo dos seus estudantes e professores a se engajarem em atividades que promovam o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. A UFVJM tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável, adotando práticas de gestão ambiental

e promovendo a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e, sobretudo defender de forma plena a autonomia universitária – didático-pedagógica, administrativa, política e financeira – e salvaguardar a laicidade e a liberdade de pensamento, de pesquisa, de crítica e de expressão.

Desse modo, a fim de fortalecer e firmar sua relevância social a UFVJM deve desempenhar o seu papel colaborativo nos diferentes fóruns da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e no Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais (Foripes), visando articular políticas para o ensino superior em Minas Gerais e no Brasil, defendendo a universidade pública, gratuita e de fato acessível para todos.

4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UFVJM E DOS CURSOS

Nos últimos anos, a UFVJM expandiu significativamente seus campi, cursos de graduação, polos de Educação a Distância e, conseqüentemente, a oferta de vagas para a população dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e das regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, anteriormente com acesso restrito ao sistema público de ensino superior, em virtude da ausência de universidade pública e gratuita na região. A UFVJM vem realizando seu papel de universidade regional, cumprindo a missão institucional no campo do ensino e da produção do conhecimento.

A expansão empreendida pela UFVJM tem como alicerce as demandas regionais, sendo fruto de debates com as comunidades interna e externa. Cabe à universidade dar “(...) prioridade máxima ao acesso a políticas de permanência dos filhos e filhas dos seus territórios de abrangência regional na universidade, em todos os campi. Não só estudo (estrutura), mas também condições de estudar, viver e conviver.” (Manifesto dos Povos dos Vales, 2023).

4.1 OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

A relação dos cursos de graduação (licenciatura e bacharelado), por modalidade (presencial e a distância) e por campi, atualmente ofertados pela UFVJM com as respectivas vagas, consta indicada nos quadros abaixo:

Quadro 30 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM nos Campi I e JK em Diamantina

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
FCBS	Presencial	14613	ODONTOLOGIA	Bacharelado	60
	Presencial	18235	ENFERMAGEM	Bacharelado	30
	Presencial	48923	FARMÁCIA	Bacharelado	60
	Presencial	48919	FISIOTERAPIA	Bacharelado	60
	Presencial	48926	NUTRIÇÃO	Bacharelado	50
	Presencial	100900	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	60
	Presencial	100902	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	44
	Presencial	1292614	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	36
FCA	Presencial	48921	AGRONOMIA	Bacharelado	50
	Presencial	48915	ENGENHARIA FLORESTAL	Bacharelado	50
	Presencial	48917	ZOOTECNIA	Bacharelado	50
FACET	Presencial	100906	QUÍMICA	Licenciatura	60
	Presencial	100816	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	60
FIH	Presencial	100899	TURISMO	Bacharelado	80
	Presencial	121878	CIÊNCIAS HUMANAS	Bacharelado	60
	Presencial	1178742	GEOGRAFIA	Licenciatura	70
	Presencial	1178743	HISTÓRIA	Licenciatura	80
	Presencial	1178747	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL	Licenciatura	60
	Presencial	1178746	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	60
	Presencial	1265050	EDUCAÇÃO DO CAMPO	Licenciatura	60
	Presencial	1178745	PEDAGOGIA	Licenciatura	80
ICT	Presencial	121872	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Bacharelado	300
	Presencial	1178741	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	Bacharelado	80
	Presencial	1178737	ENGENHARIA MECÂNICA	Bacharelado	80
	Presencial	1178735	ENGENHARIA QUÍMICA	Bacharelado	60
	Presencial	1292615	ENGENHARIA GEOLÓGICA	Bacharelado	80
FAMED	Presencial	1185076	MEDICINA	Bacharelado	60

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Quadro 31 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
FACSAE	Presencial	100868	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	60
	Presencial	100918	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	60
	Presencial	100822	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	60
	Presencial	100916	MATEMÁTICA	Licenciatura	60
	Presencial	100866	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	60
ICET	Presencial	121876	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Bacharelado	240
	Presencial	1103225	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	80
	Presencial	1103226	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	80
	Presencial	1103224	ENGENHARIA HÍDRICA	Bacharelado	80
FAMMUC	Presencial	1292713	MEDICINA	Bacharelado	60

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Quadro 32 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus Janaúba

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
IECT	Presencial	1270500	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Bacharelado	240
	Presencial	1270506	ENGENHARIA DE MATERIAIS	Bacharelado	80
	Presencial	1270503	ENGENHARIA DE MINAS	Bacharelado	80
	Presencial	1270502	ENGENHARIA FÍSICA	Bacharelado	80

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Quadro 33 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus Unai

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
ICA	Presencial	1270508	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Bacharelado	-
	Presencial	1270509	AGRONOMIA	Bacharelado	50
	Presencial	1270510	ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL	Bacharelado	50
	Presencial	1270511	MEDICINA VETERINÁRIA	Bacharelado	50
	Presencial	1270512	ZOOTECNIA	Bacharelado	50

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Quadro 34 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM na Educação a Distância

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
DEAD	EAD	1168159	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	300
DEAD	EAD	1165135	FÍSICA	Licenciatura	200
DEAD	EAD	1166758	MATEMÁTICA	Licenciatura	300
DEAD	EAD	1168156	QUÍMICA	Licenciatura	200
DEAD	EAD	1466648	PEDAGOGIA	Licenciatura	37

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

4.1.1 Criação e implantação de novos cursos de Graduação

Atualmente, apenas o curso de Engenharia Elétrica, em grau de bacharelado, encontra-se em fase de criação/implementação e aguarda autorização do MEC para iniciar o seu funcionamento, com previsão para 2024. O curso será implementado no Campus Janaúba, na modalidade presencial. Apesar de o número de vagas e o turno de oferta não constarem na resolução de criação do curso, a Resolução Consu nº 06/2018, o projeto pedagógico prevê a oferta de 20 vagas/semestre, em um turno de oferta integral.

Nos termos do Estatuto da UFVJM, as unidades acadêmicas são órgãos responsáveis pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nelas estão inseridos os colegiados de curso que, por sua vez, são responsáveis pela coordenação didático-científica e pedagógica dos cursos de graduação. Assim, a abertura de um curso nas unidades já existentes necessariamente deve ocorrer a partir do interesse da respectiva unidade.

Nesse sentido, fez-se um levantamento junto às unidades acadêmicas sobre o interesse na abertura de novos cursos. Nesse levantamento a FIH, FCBS, Dead e o Icet manifestaram interesse na criação de cursos, conforme consta listado no quadro abaixo:

Quadro 35 - Propostas de criação de novos cursos

Campus	Unidade acadêmica	Curso	Duração (em períodos)	Modalidade	Grau	Turno de funcionamento
JK	Faculdade Interdisciplinar em Humanidades	Geografia	8	Presencial	Bacharelado	Vespertino/noturno
		Políticas Públicas (segundo ciclo do curso Ciências Humanas)	8	Presencial	Bacharelado	Noturno
		Filosofia	8	Presencial	Licenciatura	Noturno
		Música	8	Presencial	Bacharelado/Licenciatura	Vespertino/noturno
		Psicologia - Formação de Psicólogo	10	Presencial	Bacharelado	Vespertino/noturno
	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde	Ciências Biológicas	9	Presencial	Bacharelado	Vespertino/noturno
	Diretoria de Educação Aberta e a Distância	Ciências da Natureza	8	Distância	Licenciatura	Distância
Do Mucuri	Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia	Engenharia de Gemas e Joias	10	Presencial	Bacharelado	Matutino (com a possibilidade de se tornar integral)
		Engenharia Agrícola e Ambiental	10	Presencial	Bacharelado	Matutino
		Agronomia	10	Presencial	Bacharelado	Matutino
		Engenharia de Energias Renováveis	10	Presencial	Bacharelado	Vespertino

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Como resultado da consulta pública para levantamento das demandas regionais no que concerne à criação de novos cursos de graduação, foram demandados para os campi da UFVJM no período de vigência do PDI 2024-2028 os seguintes cursos por ordem de votação:

Nos campi em Diamantina foram demandados os cursos de Medicina Veterinária; Licenciatura em Psicologia; Arquitetura e Urbanismo; Licenciatura em Matemática; Tecnólogo em Conservação e Restauro; Licenciatura em Artes; Museologia e Licenciatura em Filosofia. Para o Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, foram requeridos os cursos de Direito (integral); Biomedicina; Enfermagem; Farmácia; Pedagogia (noturno); Engenharia de Gemas e Jóias (Gemologia); Engenharia Agrícola e Ambiental; Agronomia e Licenciatura em Artes (noturno). Para o Campus Janaúba, foram indicados os cursos de Engenharia da Computação (noturno); Tecnólogo em Energias Renováveis; Administração (diurno e noturno); Engenharia da Computação; Sistema da Informação (diurno e noturno). Já para o Campus Unai foram requisitados os cursos de Medicina; Psicologia (noturno); Enfermagem; Nutrição; Fonoaudiologia; Tecnólogo em Agronegócio (noturno); Engenharia da Computação (noturno); Ciências Biológicas (noturno); Engenharia Florestal; Educação Física; Engenharia Química e Engenharia de Alimentos.

O processo de criação de novos cursos na UFVJM deverá ser ratificado pelos Conselhos Superiores da UFVJM, levando em consideração as demandas regionais, pactuações junto ao seu Órgão Superior (MEC) e governo federal, bem como contrapartidas dos governos e demais organizações locais, de modo a assegurar condições concretas e indispensáveis que garantam os recursos e demais infraestruturas (custeio, investimento, pessoal, laboratórios, equipamentos, entre outros) para a implementação e seu respectivo funcionamento.

4.2 OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Nas tabelas abaixo são apresentados os cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados pela UFVJM e suas respectivas notas da Capes.

Tabela 2 - Cursos de pós-graduação oferecidos pela UFVJM no Campus JK em Diamantina

Programa	Nível	Conceito
Biocombustíveis em rede Nacional	Mestrado e Doutorado	4
Biologia Animal	Mestrado	3
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Mestrado	3
Ciência Florestal	Mestrado e Doutorado	4
Ciências da Nutrição	Mestrado	3
Ciências da Saúde	Mestrado e Doutorado	4
Ciências Farmacêuticas	Mestrado	3
Ciências Humanas	Mestrado Profissional	4
Educação	Mestrado Profissional	3
Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia	Mestrado Profissional	3
Ensino em saúde	Mestrado Profissional	4
Estudos Rurais	Mestrado	4
Geologia	Mestrado	3
Multicêntrico em Ciência Fisiológicas	Mestrado e Doutorado	5
Odontologia	Mestrado e Doutorado	4
Produção Vegetal	Mestrado e Doutorado	5
Química	Mestrado e Doutorado	4
Reabilitação e Desempenho Funcional	Mestrado e Doutorado	4
Saúde, Sociedade e Ambiente	Mestrado Profissional	3
Zootecnia	Mestrado	4

Fonte: PRPPG, UFVJM.

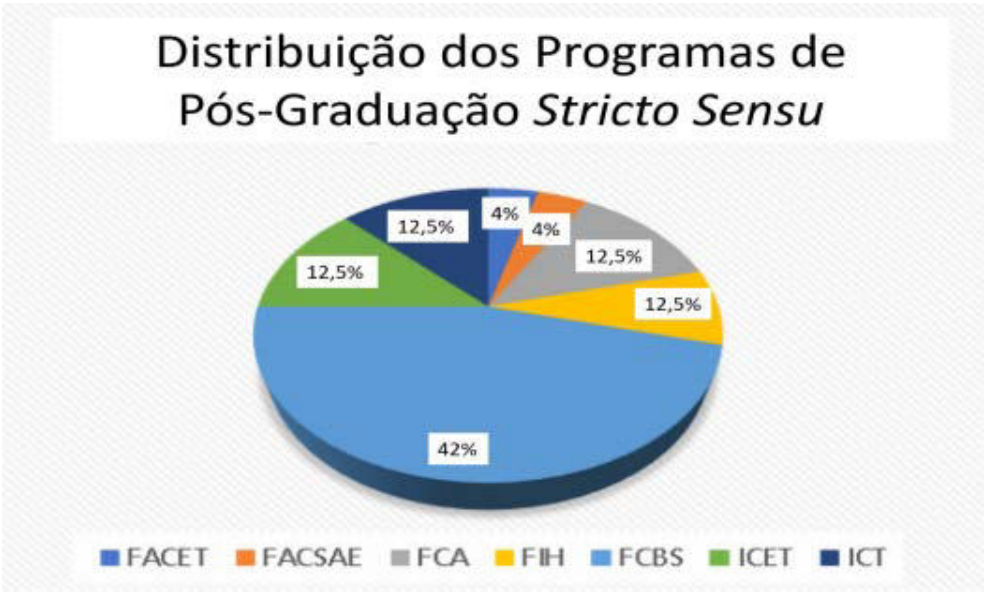
Tabela 3 - Cursos de pós-graduação oferecidos pela UFVJM no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni

Programa	Nível	Conceito
Administração Pública	Mestrado Profissional	3
Matemática em rede Nacional	Mestrado Profissional	5
Tecnologia, Ambiente e Sociedade	Mestrado Profissional	3
Multicêntrico em Química	Doutorado	4

Fonte: PRPPG, UFVJM.

Os 24 programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFVJM distribuem-se em 7 de suas 11 unidades acadêmicas, sendo 4 vinculados ao Campus do Mucuri e 20 no Campus JK, embora haja intercâmbio de docentes entre os campi e seus respectivos cursos. A FACET possui 1 programa (4%), FACSAB possui 1 programa (4%), FIH possui 3 programas (12,5%), ICET possui 3 programas (12,5%), FCA possui 3 programas (12,5%), ICT possui 3 programas (12,5%), a FCBS possui 10 programas (42%). A distribuição percentual de programas *stricto sensu* entre as unidades é apresentada no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Distribuição dos programas de pós-graduação *stricto sensu* entre as unidades acadêmicas



Fonte: PRPPG, UFVJM.

A pós-graduação *stricto sensu* ofertada pela UFVJM desempenha um papel de extrema relevância para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como para as regiões Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais. Essas áreas, embora ricas em cultura e potencialidades econômicas e de

talentos humanos, frequentemente enfrentam desafios socioeconômicos e educacionais. A oferta de programas de pós-graduação nessas localidades contribui para a capacitação de profissionais altamente qualificados, estimulando o desenvolvimento local e regional. Através da realização de pesquisas específicas sobre as particularidades dessas regiões, a pós-graduação pode direcionar soluções inovadoras para problemas locais, impulsionando o crescimento sustentável e promovendo a inclusão social.

Nesse sentido, a UFVJM tem contribuído socialmente na formação de mestres e doutores nesses locais, proporcionando a atração e retenção de talentos, evitando a fuga de cérebros para grandes centros urbanos e fortalecendo o conhecimento aplicado ao contexto regional. Dessa forma, a pós-graduação *stricto sensu* torna-se um importante agente transformador, contribuindo para o avanço científico, tecnológico e social dessas áreas de Minas Gerais.

Quanto aos programas de pós-graduação *lato sensu*, são ofertados cursos na modalidade presencial e também na modalidade a distância, considerando a integração da universidade ao sistema da Universidade Aberta do Brasil. Vejamos:

Quadro 36 - Cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela UFVJM

Programa	Modalidade
Residência em Clínica Médica	Presencial
Residência em Fisioterapia na Saúde Coletiva	Presencial
Residência em Ginecologia e Obstetrícia	Presencial
Residência em Neurocirurgia	Presencial
Residência em Pediatria	Presencial
Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso	Presencial
Especialização em Ortodontia	Presencial
Especialização em Engenharia Pública	Presencial

Programa	Modalidade
Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos	EAD
Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio	EAD
Curso de Especialização em Ensino de Geografia	EAD
Curso de Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio	EAD
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal	EAD
Curso de Especialização em Matemática para o Ensino Médio: Matemática na Prática	EAD
Curso de Ensino de Ciências "Ciência é 10!" Especialização em	EAD
Curso de Especialização em Didática, Práticas de Ensino e Tecnologias Educacionais	EAD

Fonte: PRPPG, UFVJM.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é agência governamental brasileira responsável pela abertura, acompanhamento, avaliação e recomendação dos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil desde 1951. Entre 1999 e 2013, a avaliação dos programas de pós-graduação (PPGs) ocorria a cada triênio, e a partir de 2014 a avaliação passou a ser quadrienal.

Na tabela abaixo, tem-se a relação dos PPGs da UFVJM, o respectivo ano de início de funcionamento e a nota obtida na avaliação quadrienal vigente. No quadriênio 2013-2016, dos 24 PPGs, 16 possuíam nota 3 ou conceito inicial de funcionamento A (aprovado), 6 possuíam nota 4 e dois PPGs possuíam conceito 5.

Na última avaliação quadrienal, que correspondeu ao período de 2017-2020, 5 dos 20 cursos coordenados exclusivamente pela UFVJM (20%) obtiveram aumento de nota na avaliação da Capes, sendo eles os PPGs em Ciências Humanas, em Ensino em Saúde, em Estudos Rurais e em Reabilitação e Desempenho Funcional.

Tabela 4 - Programas de pós-graduação e avaliação quadrienal vigente

Programas	Ano de Início de Funcionamento	Unidade Acadêmica	Nota Quadriênio	
			2013-2016	2017-2020
Administração Pública	2016	FACSAE	3	3
Biocombustíveis	2013	ICT	3	4
Biologia Animal	2015	FCBS	3	3
Ciência e Tecnologia de Alimentos	2016	ICT	3	3
Ciência Florestal	2010	FCA	4	4
Ciências da Nutrição	2019	FCBS	A	3
Ciências Farmacêuticas	2013	FCBS	3	3
Ciências Humanas	2013	FIH	3	4
Ciências da Saúde	2020	FCBS	A	4
Educação	2013	FIH	3	3
Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia	2019	FCBS	3	3
Ensino em Saúde	2011	FCBS	3	4
Estudos Rurais	2016	FIH	3	4
Geologia	2017	ICT	3	3
Matemática em Rede Nacional	2017	ICET	5	5
Multicêntrico em Ciências Fisiológicas	2009	FCBS	4	4
Multicêntrico em Química de Minas Gerais	2014	ICET	4	4
Odontologia	2010	FCBS	4	4
Produção Vegetal	2006	FCA	5	5
Química	2009	FACET	4	4
Reabilitação e Desempenho Funcional	2015	FCBS	3	4
Saúde, Sociedade e Ambiente	2011	FCBS	3	3
Tecnologia, Ambiente e Saúde	2014	ICET	3	3
Zootecnia	2008	FCA	4	4

Legenda: A – aprovado.
Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES.

As pós-graduações em Educação, Ensino e afins ofertadas desempenham um papel fundamental na formação de profissionais, sendo um caminho crucial para aprimorar a qualidade da educação. Esse nível avançado de estudos permite aos educadores aprofundarem seus conhecimentos teóricos e práticos, bem como desenvolver habilidades pedagógicas especializadas.

Ao ofertar programas de pós-graduação, especialmente nas áreas de formação de educadores, a UFVJM cumpre a sua missão institucional, possibilitando a melhoria dos indicadores educacionais nos territórios em que está inserida.

Por outro lado, os professores e demais profissionais da educação têm a oportunidade de se atualizar sobre as mais recentes abordagens educacionais, metodologias de ensino inovadoras e pesquisas relevantes na área.

Além disso, a pós-graduação possibilita a reflexão crítica sobre suas práticas docentes, incentivando-os a implementar mudanças positivas em suas salas de aula e, por consequência, melhorar o desempenho dos alunos. Ao valorizar a formação contínua dos professores, a pós-graduação em ensino contribui diretamente para o avanço da educação e o desenvolvimento de uma sociedade mais informada, criativa e preparada para enfrentar os desafios do futuro.

4.2.2 Criação e implantação de novos cursos de pós-graduação

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) tem ampliado significativamente sua oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu. Durante o período de vigência do último Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foram criados dois novos programas.

Além disso, a instituição planeja a implementação de cinco programas de pós-graduação adicionais nos próximos cinco anos, abrangidos pelo

PDI 2024-2028. Esses novos programas incluirão os cursos de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Inovação; Mestrado em Educação: Docência, Território e Tecnologia; Programa de Pós-Graduação Política Social e Desenvolvimento Regional; Doutorado em Zootecnia e Mestrado em Turismo e Territórios Protegidos.

Vale ressaltar que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da UFVJM atua ativamente no estímulo à colaboração entre os programas de pós-graduação, promovendo parcerias entre os diferentes campi e instituições de ensino superior. Esse esforço visa fortalecer os programas de pós-graduação existentes e em fase de criação na UFVJM, bem como alinhar a UFVJM com as Diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação, estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Na consulta pública para levantamento das demandas regionais no que concerne à criação de novos cursos de pós-graduação por área, foram indicadas, por ordem das mais votadas, as seguintes demandas de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs): Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação; Programa de Pós-Graduação em Política Social e Desenvolvimento Regional; Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil; Programa de Pós-Graduação em Letras e Programa de Pós-Graduação em Turismo e Territórios Protegidos.

Nesse aspecto, vislumbra-se durante a vigência do PDI que os cursos de pós-graduação da UFVJM mantenham-se alinhados com as atuais diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com um enfoque proeminente no desenvolvimento sustentável, conforme delineado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O presente capítulo descreve o funcionamento da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (Dead) da UFVJM, que tem como eixo estruturante a mediação desenvolvida por meio das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDICs).

Ressalta-se, no tocante à EAD, a aprovação do credenciamento da instituição para atuação na modalidade; a visita da Comissão Avaliadora do Inep aconteceu em setembro de 2019 e atribuiu à UFVJM o conceito final 4.

Os cursos na modalidade EaD são vinculados à Dead, seguindo as diretrizes institucionais da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc).

A gestão dos cursos nos aspectos tecnológicos, pedagógicos e de infraestrutura é responsabilidade da Dead, que também fornece suporte a cursos presenciais de graduação, pós-graduação, extensão e para ações de capacitação desenvolvidas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), Plataforma Moodle.

5.1 CURSOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA OFERTADOS EM CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Instituída em 3 de novembro de 2009, a Dead foi criada como um órgão de apoio responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e pela prestação de suporte técnico à execução de atividades na modalidade de educação a distância.

A Dead tem como missão ampliar o acesso à educação, possibilitando aos estudantes se envolver em programas de ensino inovadores, dinâmicos e reconhecidos pelo MEC, com cursos que caracterizam-se por um

conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica de todos os envolvidos com a dinâmica didático-pedagógica-administrativa e tecnológica, tendo em vista as especificidades comuns a cursos na supracitada modalidade.

Por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, entre os anos de 2011 e 2023 foram ofertados pela Dead, por meio de convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), os cursos de graduação na modalidade a distância de Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Química.

Para graduados e profissionais já em atuação e que buscam atualização, aperfeiçoamento ou formação continuada são oferecidos cursos de especialização que contemplem as demandas regionais e nacionais. Por tal motivo altera-se constantemente o catálogo para a oferta dos cursos.

Assim, para que se tenha uma memória dos cursos ofertados desde a fundação da diretoria, pode-se mencionar em relação à oferta de cursos de pós-graduação as especializações lato sensu na modalidade a distância subsidiados pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), ao qual a UFVJM/DEAD realizou a adesão em 2009: Gestão Pública Municipal; Ensino de Filosofia para o Ensino Médio; Ensino de Sociologia para o Ensino Médio; Ensino de Geografia para o Ensino Médio; Ensino de Matemática para o Ensino Médio; Ensino de Ciências para os Anos Finais do Ensino Fundamental: Ciência é 10!, Educação em Direitos Humanos e Didática, Prática de Ensino e Tecnologias Educacionais.

A oferta desses e outros cursos vinculados à UAB é condicionada à abertura de edital e aprovação pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e seguem as diretrizes internas da UFVJM e as especificidades estabelecidas pela Capes.

5.2 CURSOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA OFERTADOS DE FORMA INSTITUCIONAL

Além das ações vinculadas ao Convênio UAB, a DEAD/UFVJM realiza outras ações com fomentos oriundos de diferentes instâncias governamentais (estado, município e União). Pode-se mencionar cursos ofertados de forma institucional em parceria com municípios: Especialização Lato Sensu de Didática, Prática de Ensino e Tecnologias Educacionais e Curso Apoio Pedagógico para Egressos e Estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Ressalta-se ainda o processo contínuo de construção e articulação de outras parcerias pela diretoria.

Também são realizadas pela DEAD/UFVJM capacitações para técnicos e docentes que atuam nos cursos presenciais e a distância da universidade e público externo, produção de materiais audiovisuais e manutenção dos ambientes e salas virtuais de aprendizagem, um acervo digital que reúne todos os materiais desenvolvidos na diretoria, os quais estão disponíveis para a comunidade acadêmica da UFVJM.

5.3 ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Diante da necessidade de formar profissionais qualificados e contribuir para o crescimento do país, em especial das regiões Norte, Nordeste, Noroeste mineiro e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a Diretoria de Educação Aberta e a Distância (Dead) desenvolve ações de pesquisa e extensão, voltadas para a educação a distância. Essas iniciativas visam à melhoria da prática pedagógica e de gestão dos cursos e atividades da diretoria.

Sem limitação de lugar, tempo, ocupação ou idade, a Educação a Distância da UFVJM oportuniza a ascensão na carreira profissional por meio de um processo planejado que valoriza a relação entre professores

e alunos, em especial aqueles que não moram na cidade mantenedora do polo.

Do ponto de vista do impacto territorial, até 2023 a Dead atende a 42 Polos de Apoio Presencial vinculados aos seguintes municípios: Águas Formosas, Almenara, Araçuaí, Bocaiúva, Brasília de Minas, Buritis, Buritizeiro, Capelinha, Carlos Chagas, Corinto, Cristália, Diamantina, Divinolândia de Minas, Francisco Sá, Itamarandiba, Jaíba, Janaúba, Januária, Jequitinhonha, Joáima, João Pinheiro, Lagamar, Mantena, Minas Novas, Monte Azul, Montes Claros, Nanuque, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Papagaios, Paracatu, Pedra Azul, Pompéu, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São João da Ponte, Taiobeiras, Teófilo Otoni, Turmalina, Urucuia e Várzea da Palma.

Diante do exposto, ressalta-se os possíveis impactos e reflexos relacionados à capilaridade da atuação da Dead, que atende a estudantes vinculados a um universo de mais de 250 municípios localizados nas cidades circunvizinhas aos polos, oriundos de pelo menos 18 estados brasileiros.

A depender das demandas regionais, das demandas oriundas da DED/CAPEs e também das demandas institucionais, a Dead pode ampliar o atendimento inserindo novos municípios e priorizando o atendimento do território da UFVJM. Tal ampliação também se baseia em estudos já realizados pela Dead e que ainda podem ser atualizados no decorrer da vigência deste PDI, bem como respaldando-se em políticas públicas vigentes, a exemplo do Plano Nacional de Educação, os Planos Municipais de Educação e outros, respeitando-se o dimensionamento da força de trabalho.

5.4 INFRAESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E DE PESSOAL

A Dead tem sua sede no Campus JK, município de Diamantina, onde encontra-se em sede própria, com acessibilidade, contando com salas da Diretoria e Coordenação Administrativa, Equipe de Avaliações e Assuntos

Acadêmicos, Laboratório de Informática, Coordenação de Tecnologia, Sala das Coordenações de Curso e da UAB, gabinetes dos professores, duas salas de Almoxarifado, sala de reuniões, laboratório multidisciplinar, estúdio e sala de edição de vídeo. Além disso, também conta com espaço físico no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, onde há sala de coordenação de curso e salas de professores lotados na diretoria.

Para além dos espaços físicos específicos da Dead, os professores, tutores, técnicos e alunos (na ocasião dos encontros presenciais na sede da UFVJM) contam com outros espaços comuns da UFVJM como, por exemplo, biblioteca, pavilhão de aulas, auditórios, laboratórios e sala audiovisual da CoordCS.

Em termos da infraestrutura básica da EAD, destacam-se os espaços físicos dos polos de apoio presenciais. Os polos são uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

Os polos dispõem de infraestrutura adequada e recursos humanos qualificados, disponibilizam aos estudantes o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) indispensáveis à mediação didático-pedagógica dos cursos a distância, em especial quanto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado, aos conteúdos digitais das disciplinas e à biblioteca física e virtual.

A Dead conta com uma estrutura tecnológica composta por: computadores, mesa digital, servidores, *storage* e servidor Avamar, lousas interativas, impressoras e estúdio de gravação com equipamentos próprios. Todo esse aparato tecnológico favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais interativas.

A Dead possui atualmente uma equipe composta por: 12 professores efetivos, 8 vagas de técnicos administrativos - no atual contexto 7 servidores encontram-se em exercício na diretoria e 1 vaga com atuação em

outro contexto institucional. Ainda dispõe da atuação de 8 colaboradores terceirizados.

No que se refere à atuação dos docentes, esses profissionais atuam nos cursos de graduação, pós-graduação e ainda no desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão e no apoio às atividades administrativas: coordenação de cursos, estágios, tutoria, TCC, ACC, TI, direção, dentre outras.

Os servidores técnico-administrativos atuam no apoio administrativo e pedagógico no desenvolvimento de ações oriundas das diferentes fontes de fomento da Dead e ainda no atendimento das demandas específicas da oferta de cursos na modalidade da educação a distância, que exige uma atuação multiprofissional, que varia entre: atuação pedagógica, administrativa, financeira, tecnológica, dentre outras.

Possui atualmente uma equipe de profissionais especializados em Tecnologia da Informação (TI), sendo composta por analistas e técnicos. Essa equipe desempenha um papel fundamental na gestão da infraestrutura tecnológica da Dead, priorizando a manutenção dos computadores e sistemas responsáveis pelas atividades de ensino a distância (EAD), tais como: Moodle, Capacita, *Massive Open Online Courses* (MOOC) e a página oficial da Dead.

Além disso, a equipe técnica é responsável pelo suporte e manutenção dos servidores nos quais os serviços da Dead são hospedados. Vale ressaltar que todos esses servidores são do quadro permanente da instituição, garantindo assim um maior controle sobre a segurança e confiabilidade dos sistemas.

A equipe também desempenha um papel importante no suporte às mídias digitais, oferecendo assistência nas gravações e edições de vídeos, bem como nas transmissões de aulas e eventos. Esse suporte contribui para a qualidade e efetividade das atividades de ensino e aprendizagem realizadas pela diretoria.

Dada a restrição de servidores efetivos (técnicos e docentes) para atendimento a todas as demandas da Educação a Distância na UFVJM, especialmente aos seus cursos de graduação e pós-graduação, é fundamental a complementação de pessoal com equipe de colaboradores terceirizados.

Tais colaboradores são indispensáveis para auxiliar nos serviços da direção, coordenações de cursos, coordenação UAB, coordenação administrativa, coordenação de tecnologia da informação, especializações e equipe de provas. Há flutuação na quantidade de colaboradores terceirizados devido à dependência de fomentos externos, o que acarreta diversas dificuldades na realização/concretização de planejamentos.

Ainda cabe destaque a especificidade de complementação da equipe docente para oferta dos cursos de graduação e pós-graduação, o que é realizado por meio de editais de seleção de professores e tutores bolsistas e/ou voluntários, de acordo com as bolsas disponibilizadas pela DED/ CAPES ou outras fontes de fomento.

Ressalta-se ainda, diante do exposto, a importância da ampliação/manutenção da equipe vinculada à diretoria, vez que a oferta de cursos na modalidade a distância demanda uma organização que contemple as especificidades da modalidade: atendimento aos Referenciais de Qualidade para Cursos Superiores na Modalidade a Distância e continuidade e ampliação do atendimento às demandas oriundas do território de atuação.

6. COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

A comunidade universitária é constituída pelos corpos docente, discente, técnico-administrativo e terceirizado, diversificados em suas atribuições e funções e unificados em seus objetivos institucionais.

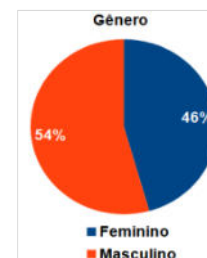
Essas pessoas colaboram com as atividades finalísticas e de apoio para o cumprimento das finalidades estatutárias e regimentais da universidade, bem como para o alcance de sua missão, visão, valores e objetivos estratégicos.

A gestão de pessoas na UFVJM divide-se na gestão dos servidores técnico-administrativos em educação e dos servidores docentes, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) e há contratos de prestação de serviço terceirizado, administrados pela Pró-Reitoria de Administração (Proad).

6.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Durante o período de 2016 a 2019, o corpo docente da UFVJM apresentou um crescimento significativo, totalizando um aumento de 14,19%. Nos últimos cinco anos, registrou-se um aumento de 1,21%, passando de 821 docentes efetivos em 2019 para 831 em 2023. Desses, 379 são do gênero feminino (46%) e 452 são do gênero masculino (54%) (SIAPE, 2023).

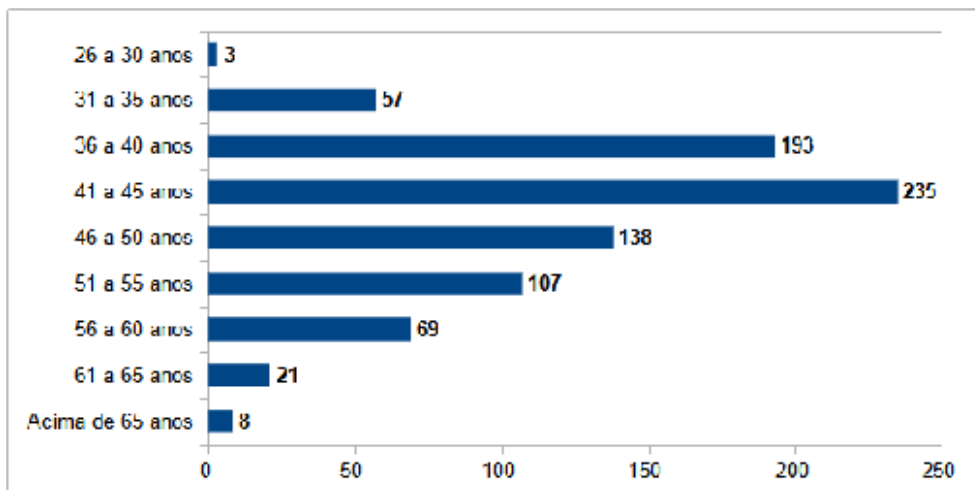
Gráfico 4 - Distribuição dos servidores docentes por gênero



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

No que se refere ao perfil por faixa etária, pode-se observar que os docentes da UFVJM são relativamente jovens, sendo que: 30,44% têm idade entre 26 e 40 anos; 28,27% estão na faixa de 41 a 45 anos; 29,48% têm entre 46 e 55 anos; 10,83% possuem entre 56 e 65 anos; e 0,96% dos docentes tem mais de 65 anos.

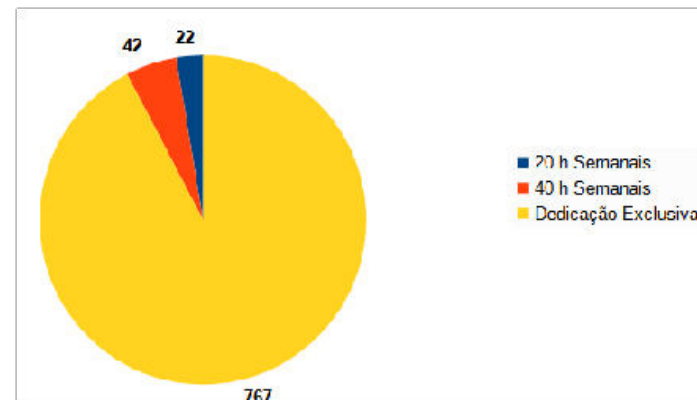
Gráfico 5 - Distribuição dos servidores docentes por faixa etária



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Na UFVJM, 92,29% dos docentes atuam em regime de dedicação exclusiva, 5,05% atuam em regime de 40h semanais sem dedicação exclusiva e 2,40% atuam 20h semanais. O regime de dedicação exclusiva é caracterizado pelo compromisso dos professores em se dedicarem integralmente às atividades acadêmicas, incluindo pesquisa, ensino, extensão, inovação e na área administrativa.

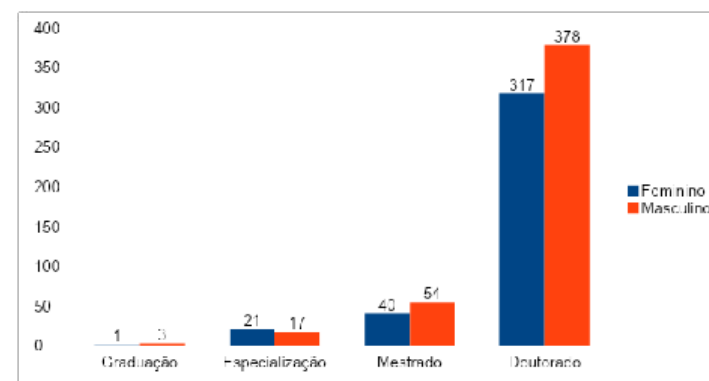
Gráfico 6- Jornada de trabalho dos servidores docentes



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

O corpo docente da UFVJM é altamente qualificado, sendo que 83,63% dos professores possuem o título de doutorado, 11,31% são mestres, 4,57% são especializados e 0,48% são graduados. Os dados indicam que a UFVJM conta com um corpo docente potencialmente preparado, com um sólido *background* acadêmico e especialistas em suas respectivas áreas de conhecimento, perfil esse que contribui sobremaneira para a qualidade do ensino, da extensão e avanços na pesquisa e geração de inovação.

Gráfico 7 - Titulação do corpo docente



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

6.1.1 Plano de carreira

O Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal foi estabelecido pela Lei n.º 12.772, datada de 28 de dezembro de 2012, e sofreu alterações através da Lei n.º 12.863, de 24 de setembro de 2013. Esse plano de carreira é composto pelas carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, além dos cargos isolados de Professor Titular-Livre do Magistério Superior e Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Na UFVJM, o corpo docente é composto exclusivamente pela carreira de Magistério Superior e por um cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior. A Carreira de Magistério Superior é organizada em classes A, B, C, D e E (§ 1º do Art. 1º da Lei 12772/2012). As designações das classes são determinadas com base na titulação do ocupante do cargo, conforme estabelecido no § 2º do Art. 1º da lei mencionada anteriormente, redação dada pela Lei n.º 12.863, de 2013. Em relação ao quantitativo de docentes por classes, a UFVJM conta com:

Tabela 5 - Distribuição do quantitativo de docentes por classe

CLASSE	CAMPUS JANAÚBA	CAMPUS UNAÍ	CAMPUS DO MUCURI	DIAMANTINA	Total
Classe A	10	7	36	50	103
Classe B	3	1	17	27	48
Classe C	34	41	103	247	425
Classe D	2	6	22	178	208
Classe E	0	0	0	46	46
Titular-Livre	0	0	0	1	1
Total	49	55	178	549	831

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Sendo:

I - Classe A, inicial da carreira, com as seguintes designações:

- a) Professor Adjunto A, para portadores do título de doutor;
- b) Professor Assistente A, para portadores do título de mestre; ou
- c) Professor Auxiliar, para graduados ou portadores de título de especialista;

II - Classe B refere-se a designação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a designação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a designação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a designação de Professor Titular.

O cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior está estruturado em uma única classe e nível de remuneração, conforme estabelecido no § 4º do Art. 1º da Lei 12772/2012. Esse cargo isolado tem como objetivo promover o desenvolvimento e o fortalecimento de competências, bem como alcançar a excelência no ensino e na pesquisa nas Instituições Federais de Ensino (IFE), conforme mencionado no § 3º do Art. 2º da lei mencionada.

A UFVJM instituiu, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 12.772/2012, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) com membros eleitos pelos seus pares. O Regimento Interno da CPPD foi estabelecido pela Resolução Consu n.º 7, datada de 23 de julho de 2021. Essa comissão é responsável por conduzir o processo de avaliação dos docentes para fins de progressão e promoção na carreira do Magistério Superior, regidas pela Resolução Consu n.º 9, de 6 de setembro de 2013, alterada posteriormente pelas Resoluções do Consu n.º 18, de 6 de novembro de 2013, e n.º 2, de 29 de abril de 2016

6.1.2 Critérios de seleção e contratação

Os professores efetivos são contratados pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) por meio de concurso

público, seguindo o regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

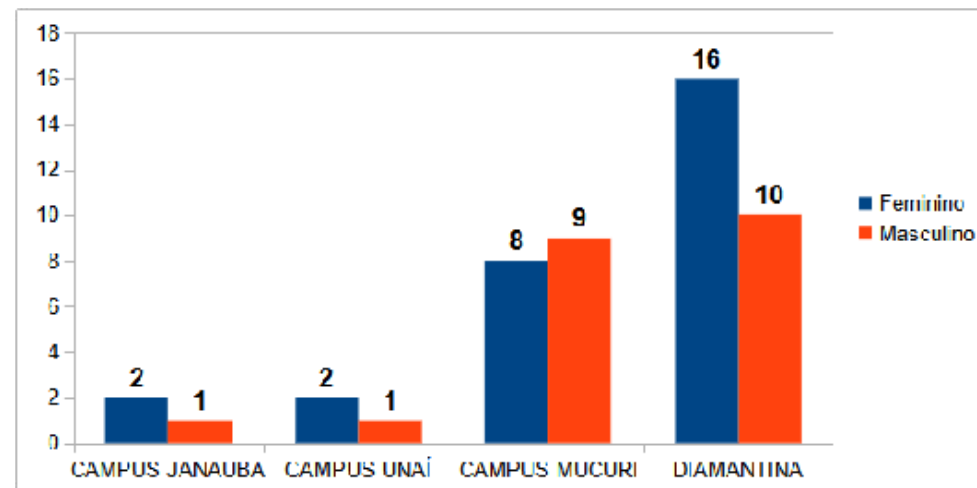
As diretrizes e procedimentos gerais para a realização do concurso público são definidos na Resolução Consu n.º 17, datada de 14 de dezembro de 2017. Adicionalmente, os editais de concurso público para professores efetivos são regidos pelo Edital de Condições Gerais (Edital 015, de 2 de janeiro de 2018), enquanto as condições específicas de cada concurso são estipuladas no Edital de Abertura de Concurso, publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no site da UFVJM.

A contratação de professores substitutos, caráter temporário, ocorre por meio de um processo seletivo simplificado, regido pela Resolução Consu n.º 10, de 8 de maio de 2009, modificada pela Resolução Consu n.º 14, de 27 de abril de 2011. Já a contratação de professores visitantes e professores visitantes estrangeiros, também em regime temporário, é feita por meio de um processo seletivo simplificado, cujos critérios são estabelecidos em edital. A contratação temporária de professores substitutos, professores visitantes e professores visitantes estrangeiros segue também as disposições da Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com observância ao estabelecido pelo Decreto n.º 7.485, de 18 de maio de 2011.

6.1.3 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro

Os procedimentos de substituição de professores do quadro ocorrem por meio de concurso público para provimentos das vagas efetivas, assim como pode ocorrer por meio da contratação de professores substitutos para situações específicas, nos termos da legislação acima referenciada. Atualmente, a UFVJM conta com 49 docentes substitutos, sendo 28 (57,14%) do sexo feminino e 21 (42,86%) do sexo masculino, abarcando os diversos campi da instituição, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Quantitativo de docentes substitutos por campus



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

A contratação de professores substitutos é realizada com o objetivo de suprir a ausência de docentes efetivos devido a situações específicas, conforme estabelecido no §1º do Artigo 2 da Lei n.º 8.745/1993. Essas situações incluem: vacância do cargo, afastamentos ou licenças, e nomeações para ocupar cargos de direção, como reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus.

O número total de professores substitutos e visitantes não pode exceder 20% do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino (§1º, art. 2º, Lei n.º 8.745/1993). A distribuição de vagas de professores substitutos para substituir os docentes efetivos afastados para qualificação na UFVJM segue as diretrizes estabelecidas na Resolução Consepe n.º 4, datada de 13 de fevereiro de 2014.

No caso de impossibilidade de contratação de professores substitutos, os colegiados de curso ou departamentos devem se organizar de forma a garantir a cobertura das disciplinas não atendidas por docentes regulares.

6.1.4 Perfil atual e pretendido

O plano de expansão do corpo docente da UFVJM, assim como o das demais IFES, segue a política de recursos humanos do governo federal quanto à autorização para a realização de novos concursos e, por conseguinte, novas contratações.

No período de 2016 a 2019, o corpo docente da UFVJM apresentou um crescimento significativo, totalizando um aumento de 14,19%. Já nos últimos cinco anos, registrou-se um aumento de 1,21%, passando de 821 docentes efetivos em 2019 para 831 em 2023.

Além disso, é relevante mencionar o crescimento absoluto no número de docentes efetivos com doutorado. Até 2016, a UFVJM contava com 486 doutores, e atualmente esse número aumentou para 695, representando 83,63% do corpo docente efetivo, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 6 - Evolução do corpo docente por escolaridade

Escolaridade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Graduação	4	4	3	4	3	4	4	4
Especialização	30	49	53	55	45	45	39	38
Mestrado	199	176	171	150	133	118	102	94
Doutorado	486	527	560	612	630	351	674	695
Total	719	756	787	821	811	818	819	831
Evolução (%)	-	5,1%	4,1%	4,3%	-1,2%	0,9%	0,1%	1,5%

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

A qualificação elevada do corpo docente é fundamental para promover um ambiente de aprendizagem enriquecedor e atualizado, proporcionando aos estudantes uma educação de qualidade e preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e para a produção de conhecimento relevante.

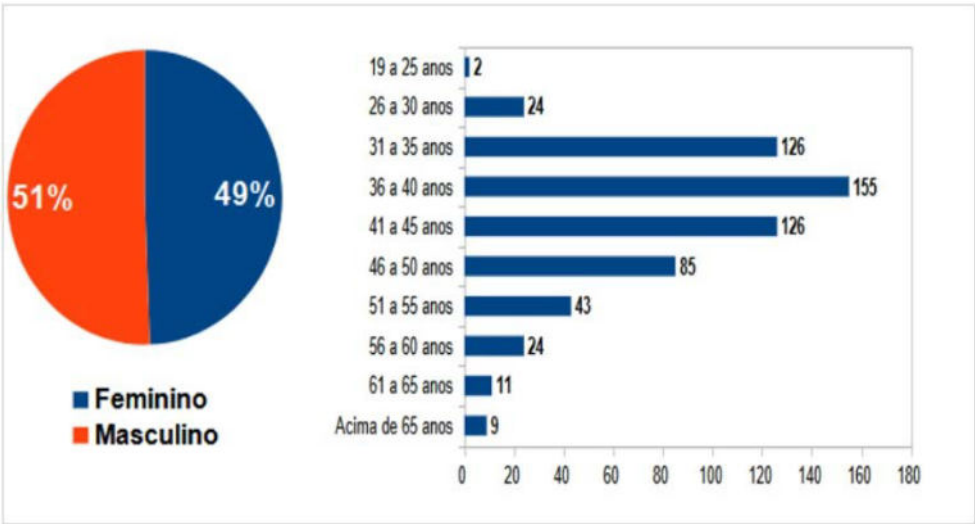
Os dados ressaltam a relevância da qualificação do corpo docente da

UFVJM, ilustrando seu compromisso com o ensino superior de qualidade e excelência. Nesse ângulo de análise, a universidade pretende, por meio de políticas de capacitação, expandir o seu quadro de docentes com título de doutorado, especialmente nas áreas de conhecimento que contribuam para os avanços na diplomação, aumento das pesquisas, publicações e patentes por meio do incentivo à inovação.

6.2 PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo em educação (TAE) da UFVJM é composto por 605 servidores, dos quais 299 são do gênero feminino (49%) e 306 do gênero masculino (51%). 92,72% do quadro é relativamente jovem, compreendendo a faixa etária de 19 a 55 anos, 5,78% estão entre 56 a 65 anos e 1,48% acima de 65 anos.

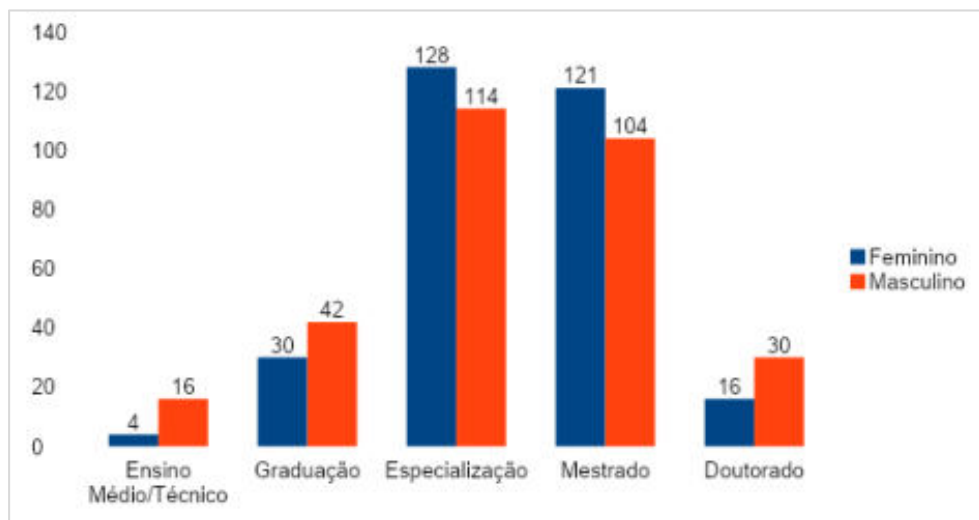
Gráfico 9 - Distribuição dos servidores TAE por faixa etária



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

No que tange à escolaridade e à titulação verifica-se, conforme gráfico a seguir, que dos 605 servidores técnico-administrativos em educação, apenas 7,6% possuem doutorado. Uma parcela significativa possui mestrado (37,19%), enquanto outros 40% possuem especialização. Além disso, 11,90% têm graduação e 3,30% possuem ensino médio ou técnico.

Gráfico 10 - Titulação do corpo-técnico administrativos em educação



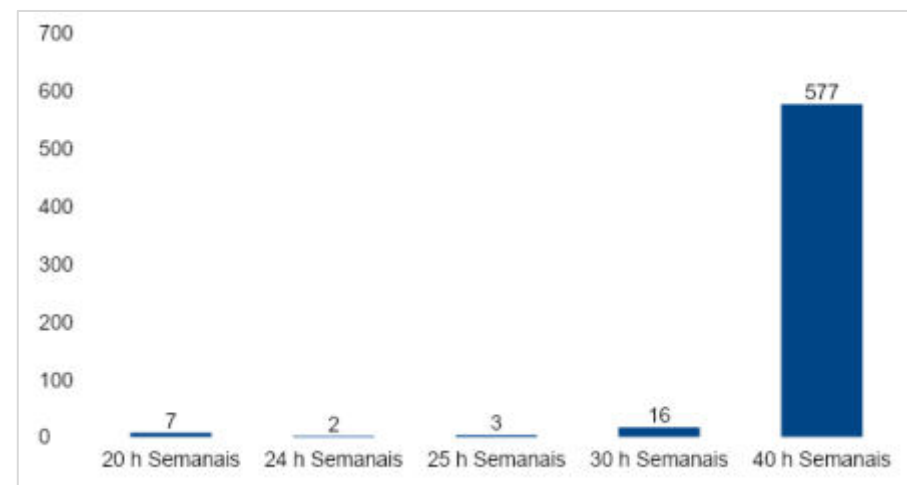
Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Os dados demonstram um quadro qualificado de servidores técnico-administrativos, especialmente no nível de mestrado e especialização. No entanto, ressalta-se a necessidade de investimentos em mais políticas de incentivo à qualificação, a fim de alcançar melhores resultados. Isso é especialmente importante para os TAES que ainda possuem nível médio e graduação que desejam e necessitam alcançar o nível de formação stricto sensu, além de elevar o número de técnicos administrativos em educação com doutorado. Essas políticas têm um impacto direto na carreira e remuneração dos servidores TAES, assim como nos indicadores e nos resultados da instituição, visando à melhoria contínua.

No que diz respeito à jornada de trabalho, observa-se que a maioria dos técnicos administrativos (95,37%) cumprem uma carga horária de 40 horas semanais. Cerca de 2,6% cumprem uma carga horária de 30 horas semanais, enquanto os demais possuem jornadas de trabalho diferenciadas devido à especificidade de seus cargos, decisões judiciais ou outros fatores.

Essa distribuição de carga horária reflete a estrutura organizacional e as necessidades operacionais da instituição. É importante garantir que as jornadas de trabalho sejam adequadas e compatíveis com as demandas de cada função desempenhada pelos técnicos administrativos, assegurando eficiência e qualidade no desempenho de suas atribuições.

Gráfico 11 - Jornada de trabalho dos técnicos administrativos em educação



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

6.2.1 Plano de carreira

A Lei n.º 11.091/2005 estabelece o Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, enquanto os Decretos n.º 5.824/2006 e 5.825/2006 regulamentam esse plano. Com o objetivo de fornecer orientações sobre questões relacionadas à carreira técnico-

administrativa em educação foi criada a Comissão Interna de Supervisão (CIS), por meio da Resolução Consu n.º 17, de 7 de agosto de 2009.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) é composto por cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Essas classes representam conjuntos de cargos com a mesma hierarquia e são definidas com base em requisitos como escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, riscos e esforço físico necessários para o desempenho das atribuições.

Cada uma dessas classes é subdividida em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV), e cada nível de capacitação possui 16 padrões de vencimento básico. Esses padrões de vencimento estabelecem a remuneração-base para os técnicos administrativos em educação, variando de acordo com o nível de capacitação alcançado.

Essa estrutura salarial e de progressão no PCCTAE permite que os servidores possam progredir ao longo de suas carreiras, por meio da capacitação e do mérito profissional, alcançando níveis superiores de classificação e correspondentes aumentos salariais. Isso estimula o desenvolvimento e a valorização dos profissionais, incentivando a busca por qualificação e o aprimoramento contínuo de suas competências.

O desenvolvimento da carreira técnico-administrativa ocorre por meio da progressão por capacitação, que é a mudança de nível de capacitação no mesmo cargo e nível de classificação, obtida através da certificação em programas de capacitação compatíveis com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida. Essa progressão requer um interstício de 18 (dezoito) meses.

Outra forma é a progressão por mérito profissional, que consiste na mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente a cada 18 (dezoito) meses, baseada na avaliação de desempenho do servidor.

No que diz respeito às estratégias de capacitação e qualificação, a

Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), implementada pelo Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019, tem como objetivo principal estabelecer uma cultura de planejamento das ações de desenvolvimento dos servidores, alinhada aos objetivos institucionais. Essa política visa identificar as necessidades de capacitação e qualificação dos servidores e registrar essas demandas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), que é elaborado anualmente.

O PDP é elaborado em conformidade com os Decretos n.º 9.991/2019, n.º 5.825/2006 e outros atos normativos da UFVJM. Ele é um instrumento importante para planejar e direcionar as ações de desenvolvimento dos servidores, levando em consideração as demandas identificadas e as diretrizes estabelecidas pela instituição. Por meio do PDP, busca-se promover a capacitação e qualificação dos servidores, de forma a atender às necessidades individuais e coletivas, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais.

O PDP está organizado em duas áreas: aperfeiçoamento e qualificação. As ações de aperfeiçoamento incluem a participação em cursos, seminários, simpósios, jornadas, congressos, encontros, oficinas, palestras, workshops e outras atividades similares. As ações de qualificação são oferecidas por instituições públicas ou privadas, nos níveis de graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, tanto internamente quanto externamente à UFVJM.

Durante o período de vigência do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), a UFVJM tem como objetivo ampliar a quantidade de ações de desenvolvimento realizadas, levando em consideração as mudanças contextuais e a disponibilidade orçamentária. O objetivo é aprimorar e qualificar ainda mais o perfil atual do corpo técnico-administrativo em educação e, inclusive, do corpo docente, conforme apresentado nos subcapítulos anteriores.

Essa ampliação das ações de desenvolvimento visa atender às demandas identificadas e proporcionar oportunidades de capacitação e

qualificação aos servidores, de forma a promover o contínuo aprimoramento de suas competências e habilidades. A UFVJM reconhece a importância de investir no desenvolvimento de seu quadro de pessoal, pois isso contribui para o fortalecimento institucional, melhoria dos serviços prestados e alcance dos objetivos propostos.

No entanto, é importante ressaltar que a ampliação das ações de desenvolvimento será realizada levando em conta as limitações orçamentárias da universidade e as diretrizes estabelecidas pelos decretos e atos normativos aplicáveis. Dessa forma, o planejamento e implementação das ações de capacitação e qualificação serão cuidadosamente gerenciados, visando maximizar os recursos disponíveis e garantir o impacto positivo no aprimoramento do corpo docente e técnico-administrativo em educação da UFVJM.

6.2.2 Composição do quadro dos TAES

O quadro de servidores administrativos da UFVJM é composto em ampla maioria pelos técnicos administrativos em educação (TAE) e uma pequena parcela de servidores extra-quadro que são os de carreiras descentralizadas (Procurador Federal, CLT e outros). O corpo TAE conta com cinco diferentes níveis de carreira. Com abordado no subcapítulo anterior, são designados como carreira A, B, C, D e E, sendo a classificação:

- A - Nível de escolaridade fundamental incompleto ou alfabetizado;
- B - Nível de escolaridade fundamental incompleto ou completo;
- C - Nível de escolaridade fundamental completo ou médio completo;
- D - Nível de escolaridade médio completo, médio profissionalizante ou curso técnico;
- E - Nível superior ou cargos de lei específica.

Tabela 7 - Composição quadro de TAE por titulação e nível do cargo

Nível de Carreira/ Titulação	B	C	D	E	Extra Quadro	Total
Ensino Médio/Técnico	2	2	16	-	-	20
Graduação	1	2	60	7	2	72
Especialização	2	3	145	92	-	242
Mestrado	1	5	132	87	-	225
Doutorado	-	-	32	13	1	46
Total	6	12	385	199	3	605

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Na UFVJM, os técnicos administrativos em educação são classificados em carreiras que abrangem os níveis B, C, D e E, conforme ilustrado na tabela. Cada uma dessas carreiras representa diferentes níveis de responsabilidades, requisitos, possibilidades de progressão na carreira e nível de escolaridade exigido para o ingresso.

Com base nos dados apresentados, é possível observar que a maioria dos técnicos administrativos em educação está concentrada em dois e três níveis de escolaridade acima do exigido para o ingresso na carreira. Especificamente na carreira de nível D, a maioria dos TAES possui escolaridade superior ao ensino médio exigido. Dos 385 TAES de nível D, 15% possuem graduação, 37,66% têm especialização, 34,28% são mestres e 8,31% são doutores.

Na carreira de nível E, que exige ensino superior, a UFVJM possui 199 TAES, dos quais 46,23% são especialistas, 43,71% são mestres e 6,53% são doutores. No entanto, de forma geral, a universidade ainda precisa investir continuamente em políticas de qualificação dos técnicos administrativos, buscando melhorar, ainda mais, os índices de qualificação. Dos 605 TAES, apenas 7,60% possuem título de doutorado.

Essa análise ressalta a importância de políticas institucionais que incentivem a qualificação contínua dos técnicos administrativos em

educação, visando aprimorar suas competências e contribuir para o avanço da instituição. O investimento em qualificação proporciona benefícios tanto para os servidores, em termos de crescimento profissional, quanto para a universidade, ao elevar seus indicadores e resultados.

6.2.3 Critérios de seleção e contratação

O processo de recrutamento, seleção e provimento dos cargos da carreira técnico-administrativa ocorre por meio de concursos públicos, que podem ser compostos por provas e títulos ou apenas provas. A responsabilidade por todo o processo do concurso é atribuída à UFVJM, conforme as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

No desenvolvimento do concurso, é elaborado um edital específico para cada cargo, que estabelece critérios e etapas classificatórias e eliminatórias. Esses critérios podem envolver a comprovação de escolaridade adequada, experiência profissional, formação técnica e científica específica, entre outros requisitos relacionados à função em questão.

Além disso, é necessário observar as reservas de vagas previstas na legislação específica, que garantem a inclusão de pessoas com deficiência, beneficiários de ações afirmativas ou outros grupos determinados pela legislação. Também é importante considerar as condicionantes e restrições relacionadas ao ambiente de trabalho em que a vaga está inserida, levando em conta as necessidades e exigências específicas do cargo.

Em suma, a UFVJM segue as diretrizes da Lei n.º 8.112/1990 para conduzir o processo de recrutamento, seleção e provimento dos cargos da carreira técnico-administrativa, adotando critérios e etapas claras e objetivas, visando garantir a escolha de profissionais qualificados para as respectivas funções e atendendo às exigências legais e ao contexto específico de trabalho.

6.2.4 Perfil atual e pretendido

A evolução do quadro de técnicos administrativos em educação na UFVJM não tem sido suficiente para suprir as demandas da universidade. Ao longo dos anos, observa-se uma diminuição significativa dos cargos de nível A, B e C, sem que tenham sido substituídos ou repostos na mesma proporção.

No período de 2016 a 2023, houve um decréscimo de -45% nos cargos de nível B e -20% nos cargos de nível C. Atualmente, esses cargos representam apenas 3% do total de postos de trabalho, com um número reduzido de 18 servidores ocupando essas posições. Essa redução no número de cargos de níveis mais baixos da carreira técnico-administrativa pode acarretar sobrecarga de trabalho para os servidores remanescentes e afetar os serviços prestados pela universidade, que precisa recorrer à terceirização em alguns casos.

Tabela 8 - Evolução do quantitativo de servidores TAE por nível do cargo

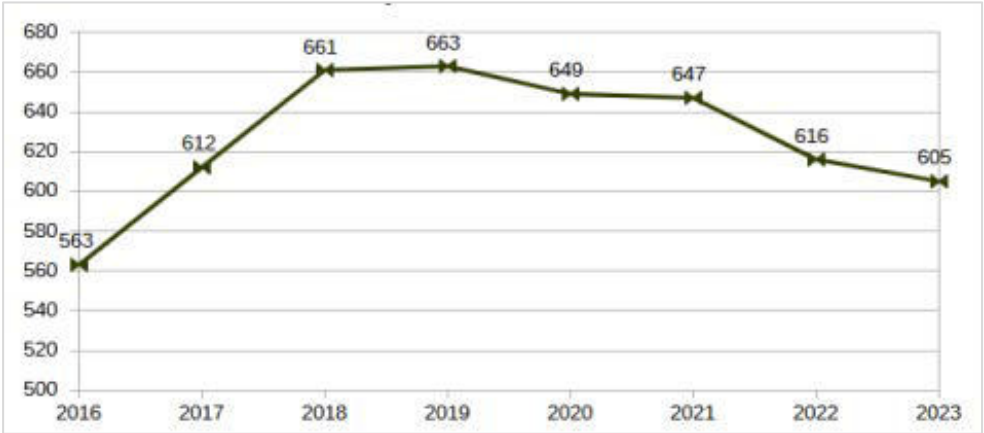
Classificação do Cargo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Evolução
Cargos externos	6	8	7	7	5	7	4	3	-50%
B	11	11	10	9	9	9	7	6	-45%
C	15	14	15	15	15	14	12	12	-20%
D	349	371	416	415	408	404	389	385	10%
E	182	208	213	217	212	213	204	199	9%
Total	563	612	661	663	649	647	616	605	7,5%
Evolução	-	8,7%	8,0%	0,3%	-2,1%	-0,3%	-4,8%	-1,8%	-

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Com base nas informações fornecidas na tabela, verifica-se que houve um aumento no quadro geral de técnicos administrativos em determinados anos. Houve um acréscimo de 8,7% de 2016 para 2017 e de 8% de 2017 para 2018. No entanto, o crescimento foi mais limitado no período de 2018 para 2019, com um pequeno aumento de apenas 0,3%. No geral, em relação

a 2016 a universidade obteve um aumento acumulado em torno de 7,5% em relação a 2023, passando de 563 para 605 técnicos administrativos em educação. O quadro autorizado para provimento de TAE conta com 667 cargos, dos quais 605 estão providos e 62 serão objeto de concurso público a ser realizado no ano de 2023.

Gráfico 12 - Evolução do quantitativo de técnicos administrativos em educação



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Diante desse cenário, a universidade precisa reavaliar as necessidades do quadro de técnicos administrativos em educação e adotar medidas contínuas para promover uma reposição adequada de cargos, visando atender às demandas institucionais e garantir uma estrutura funcional adequada.

O bom funcionamento da universidade, a valorização e desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos em educação também dependem das políticas de incentivo à capacitação e qualificação. Nesse sentido, o perfil do corpo de TAE é qualificado, concentrando-se 96,7% de seu quadro geral nos níveis de graduação a doutorado.

Nesse ângulo, é importante analisar a evolução do perfil do corpo técnico-administrativo em termos de escolaridade ao longo dos anos, a

fim de avaliar se as políticas de pessoal têm cumprido o seu efetivo papel de qualificação dos servidores em comparação com o quadro total de técnicos em cada período.

Os dados demonstram que houve uma evolução quantitativa de técnicos administrativos em educação com níveis mais elevados de escolaridade, incluindo aqueles que possuem um grau de formação superior ao exigido para o cargo. No entanto, quando comparados com o total de técnicos administrativos da época, os números mostram que o perfil de escolaridade do corpo técnico-administrativo não sofreu mudanças significativas ao longo dos anos.

Tabela 9 - Evolução do quantitativo de servidores TAE por escolaridade

Escolaridade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Evolução
Ensino Fundamental	2	1	0	0	0	0	0	0	-100,0%
Ensino Médio/Técnico	68	68	65	56	41	32	23	20	-70,6%
Graduação	142	160	159	131	116	97	85	72	-49,3%
Especialização	232	249	256	262	264	272	245	242	4,3%
Mestrado	114	124	165	182	191	206	222	225	97,4%
Doutorado	5	10	16	32	37	40	41	46	820,0%
Total	563	612	661	663	649	647	616	605	7,5%

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Em 2016, aproximadamente 25,2% dos técnicos administrativos possuíam graduação, enquanto em 2023 esse número diminuiu para 11,9%. No mesmo período, os técnicos administrativos com título de mestre representavam 41,2% do quadro em 2016, e em 2023 esse percentual se manteve em torno de 40%. Em relação aos doutores, em 2016 havia 0,9% de técnicos administrativos com esse título, enquanto em 2023 esse número aumentou para 7,6%.

Tabela 10 - Evolução do nível de escolaridade dos TAES de 2016 para 2023

Escolaridade	2016	(%)	2023	(%)
Ensino Fundamental	2	0,4	0	0,0%
Ensino Médio/ Técnico	68	12,1	20	3,3%
Graduação	142	25,2	72	11,9%
Especialização	232	41,2	242	40,0%
Mestrado	114	20,2	225	37,2%
Doutorado	5	0,9	46	7,6%
Total	563	100%	605	100%

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Esses dados indicam que, apesar do aumento no número absoluto de técnicos administrativos com pós-graduação, o perfil geral do corpo técnico-administrativo não passou por mudanças significativas ao longo do período analisado. Ainda há uma proporção considerável de técnicos administrativos com graduação e um percentual relativamente baixo de técnicos administrativos com título de mestre e doutorado em relação ao total.

Essa análise ressalta a importância de políticas de qualificação e incentivo à formação continuada para essa categoria, visando elevar o nível de escolaridade e qualificação do corpo técnico, promovendo o desenvolvimento profissional e contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição.

6.3 PESSOAL TERCEIRIZADO

Os trabalhadores terceirizados constituem uma importante parcela da comunidade universitária. Ao longo dos anos, devido à extinção de cargos de níveis A, B e alguns de nível C na carreira de técnicos administrativos em educação e à falta de reposição desses cargos, a universidade se viu

compelida a contratar serviços terceirizados para desempenhar atividades como portaria, vigilância, serviços administrativos, conservação e limpeza, entre outros, conforme elencado a seguir:

Tabela 11 - Quantitativo de terceirizados por campus / fazenda

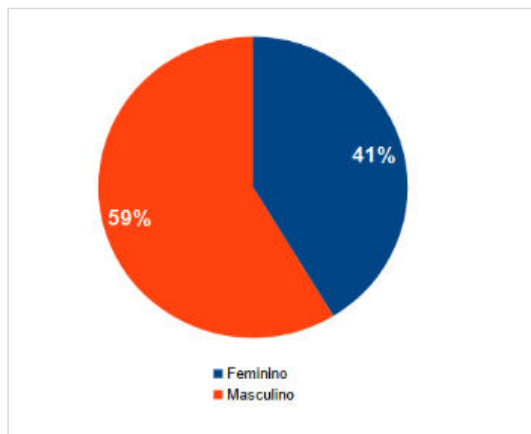
Função	Campus / Fazendas						
	Mucuri	Janaúba	Unai	Couto de Magalhães	Curvelo	Diamantina	Total
Administrativo / Contínuo	13	-	3	-	-	77	93
Carregador	-	-	-	-	-	4	4
Jardineiro	1	-	-	-	-	9	10
Limpeza e Conservação	19	10	7	1	1	119	157
Manutenção Elétrica	3	-	-	-	-	8	11
Manutenção Hidráulica	-	-	-	-	-	2	2
Manutenção Predial	5	-	-	-	-	22	27
Mecânico	-	-	-	-	-	4	4
Motorista	4	2	2	-	-	11	19
Outros	-	-	1	-	-	2	3
Porteiro	2	3	3	-	-	10	18
Recepcionista	1	-	-	-	-	9	10
Técnico em Manutenção	1	-	-	-	-	11	12
Trabalhador Agropecuário	-	-	4	3	3	13	23
Tradutor-intérprete de libras	-	-	-	-	-	6	6
Vigilância e Segurança	10	6	6	4	4	31	61
Total	59	21	26	8	8	338	460

Fonte: Planilha CGU, maio de 2023.

Os trabalhadores terceirizados representam uma parte significativa do público da comunidade universitária, com total atual de 460 terceirizados,

sendo 190 do gênero feminino e 270 do gênero masculino.

Gráfico 13 - Trabalhadores terceirizados por gênero



Fonte: Planilha CGU, maio de 2023.

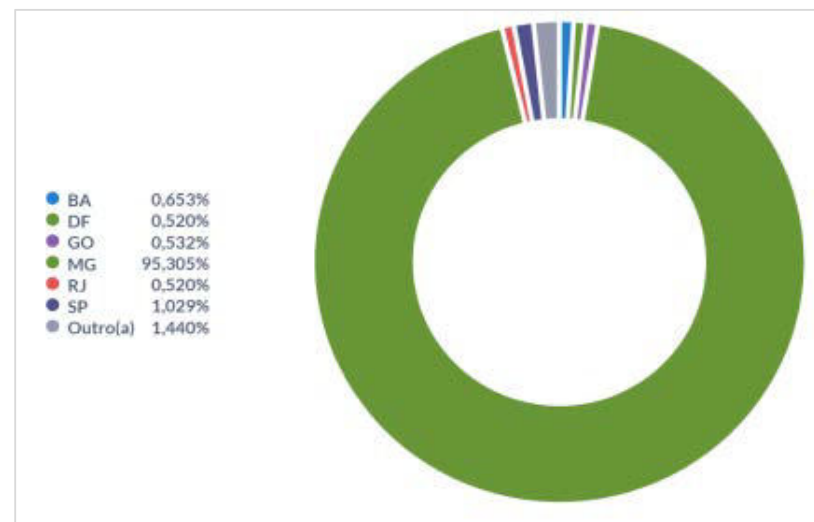
A opção pela terceirização foi uma forma de suprir a demanda por esses serviços essenciais, mantendo o funcionamento adequado da instituição. No entanto, a terceirização também apresenta desafios, como a necessidade de um acompanhamento rigoroso para garantir a qualidade dos serviços prestados e assegurar que os direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados sejam respeitados.

É fundamental estabelecer mecanismos de controle e fiscalização para garantir que as empresas contratadas cumpram com suas obrigações legais e garantam condições dignas de trabalho aos seus funcionários. Além disso, é importante considerar a necessidade de avaliar constantemente a viabilidade da terceirização e buscar alternativas inovadoras para a prestação de serviços com qualidade, sustentabilidade e eficiência.

6.4 PERFIL DO CORPO DISCENTE

A comunidade universitária também é composta por nossos alunos das disciplinas isoladas, pelos alunos da graduação e da pós-graduação, oriundos de diversas localidades do país. Em número absoluto a UFVJM conta com o total de 8.267 estudantes, atualmente em curso. Desse total mais de 95% são oriundos de Minas Gerais e os demais são de outros estados do País. A distribuição dos alunos por região imediata (microrregião) e intermediária (mesorregião) é tratada no capítulo sobre inserção ambiental da UFVJM do presente documento.

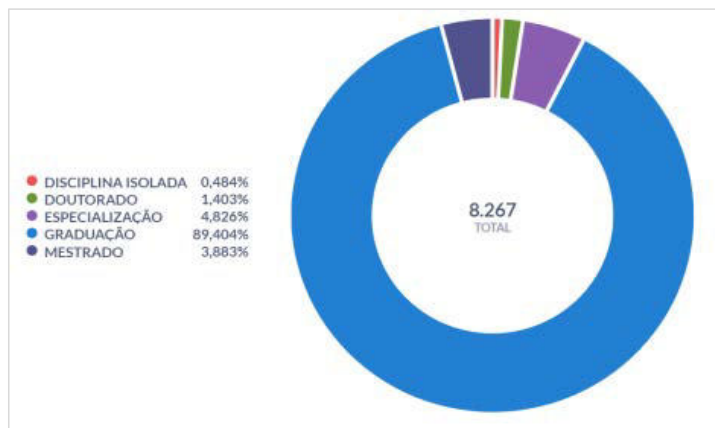
Gráfico 14 - Origem dos alunos da UFVJM



Fonte: Metabase UFVJM, 16 de junho de 2023.

Os 8.267 estudantes, atualmente em curso, são distribuídos em disciplinas isoladas (40), doutorado (116), especialização (399), graduação (7.391) e mestrado (321). Os dados a seguir demonstrados são dinâmicos e, portanto, modificam-se diuturnamente, mas em linhas gerais demonstram o perfil do corpo discente da universidade, especialmente em relação aos alunos regulares da graduação e pós-graduação.

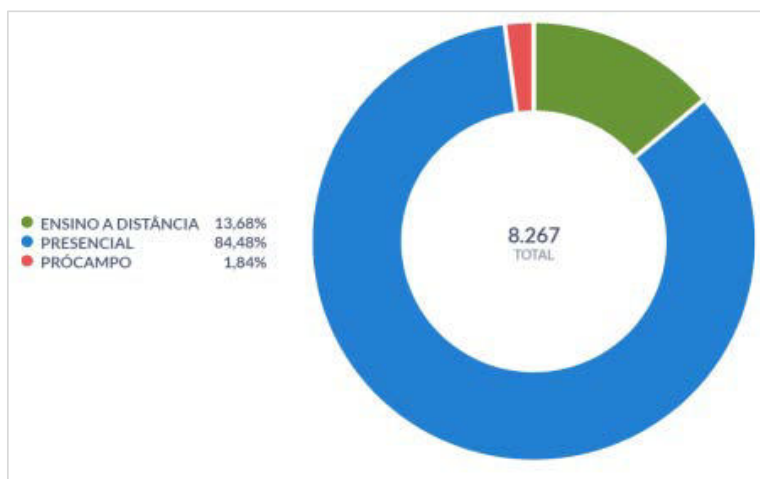
Gráfico 15- Total de alunos da UFVJM



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Os alunos da graduação, atualmente em curso, estão distribuídos em modalidades: a distância, presencial e programa Procampo. A UFVJM conta atualmente com 6.484 alunos cursando na modalidade presencial, 765 alunos na modalidade a distância e 152 alunos no programa Procampo.

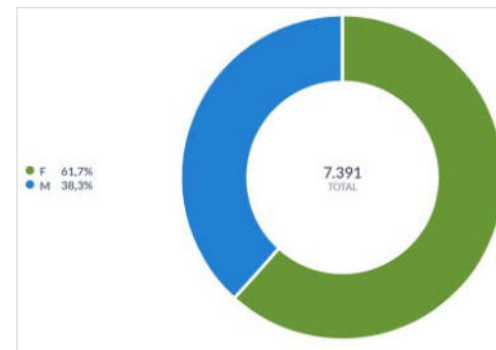
Gráfico 16 - Estratificação do total alunos por modalidade



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Com base nas informações do sistema de gestão acadêmica, o gênero feminino representa 61,7% do total de alunos da graduação, enquanto o gênero masculino representa 38,3%, conforme gráfico a seguir.

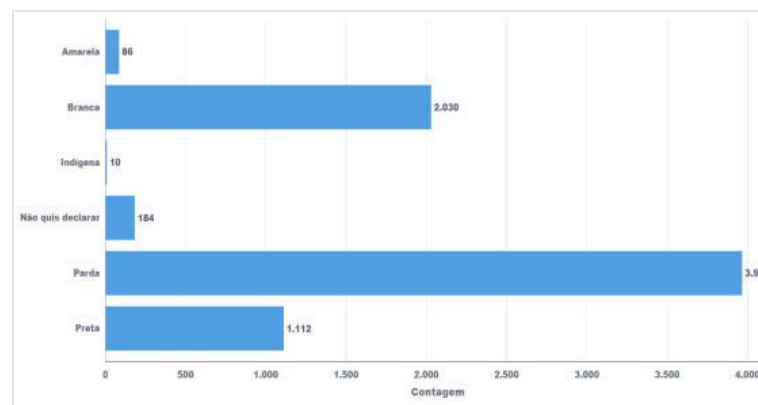
Gráfico 17 - Percentual de alunos da graduação cursando por gênero



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

No que se refere às raças e etnias autodeclaradas pelos alunos de graduação, 53,67% são da raça parda; 27,46%, branca; 15,07%, preta; 1,16%, amarela; 0,13%, indígena, e 2,49% optaram por não autodeclarar sua raça ou etnia.

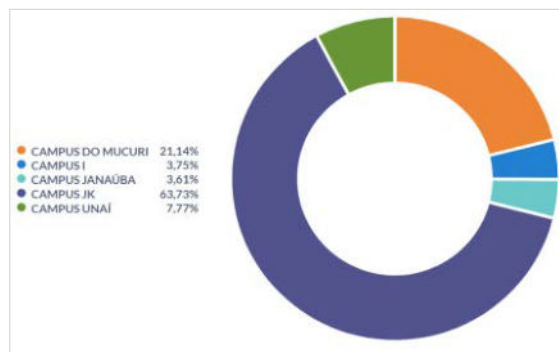
Gráfico 18 - Total de alunos da graduação por raça e etnias



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Do total de 7.391 alunos da graduação, 63,73% são do Campus JK e 3,75%, do Campus I, em Diamantina - MG. O Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, conta com 21,14% de alunos da graduação, 3,61% são do Campus Janaúba e 7,77% do Campus Unai, todos em Minas Gerais.

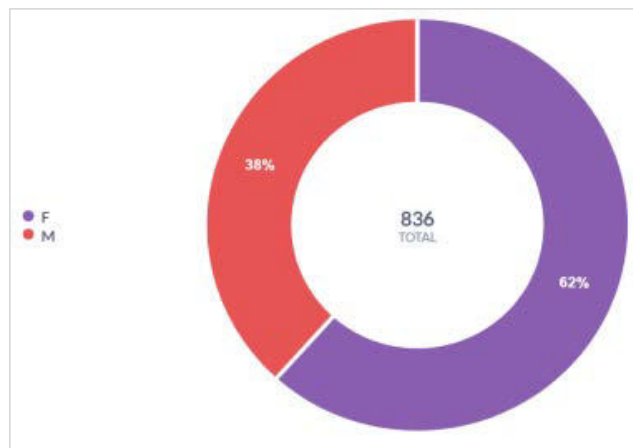
Gráfico 19 - Total de alunos da graduação por campi



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

O perfil dos estudantes de cursos de pós-graduação (836) da UFVJM é composto por 62% do gênero feminino e 38% do gênero masculino.

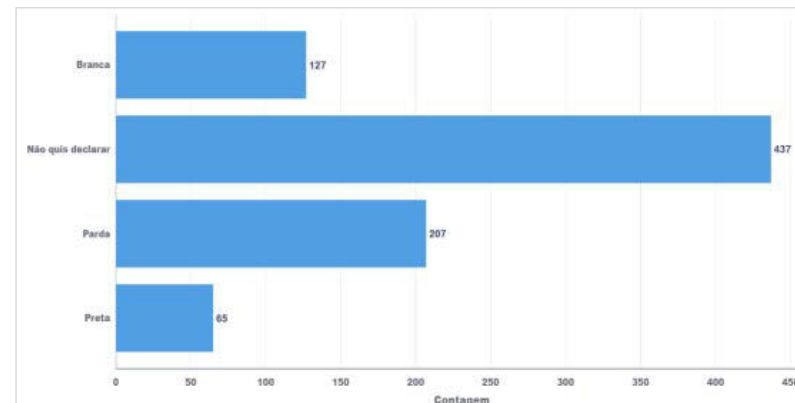
Gráfico 20 - Percentual de alunos da pós-graduação por gênero



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Os estudantes de pós-graduação, nas autodeclarações em relação a raças e etnias, se estratificam nos seguintes grupos mais comuns: brancos (15,2%), pardos (24,8%), pretos (7,8%), e 52,3% não quiseram se autodeclarar.

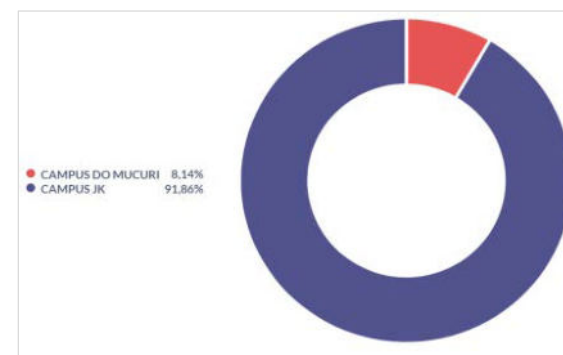
Gráfico 21 - Percentual de alunos da pós-graduação por raças e etnias



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Em termos de distribuição por campus, a instituição conta com 91,86% de seus alunos da pós-graduação no Campus JK, em Diamantina, e 8,14% no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, em razão do número de programas de pós-graduação em cada campus.

Gráfico 22 - Alunos da pós-graduação por campus



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa da UFVJM está disposta em seu [Estatuto](#) no artigo 7º e sua composição visa contemplar instâncias coletivas de consulta, decisão e supervisão; departamentalização funcional, e hierarquia de unidades de gestão conforme os níveis de planejamento estratégico, tático e operacional.

Quadro 37 - Estrutura da UFVJM

Art. 7º A UFVJM estrutura-se da seguinte forma:	Definições em artigos subsequentes:
I - Administração universitária:	-
a) Órgãos de Deliberação Superior;	SEÇÃO I DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – Consu Art. 10. O Consu é o órgão máximo de deliberação da UFVJM, de caráter Consultivo, deliberativo e normativo, em matéria de política universitária e de administração, SEÇÃO II DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – Consepe Art. 13. O Consepe é o órgão deliberativo, normativo e Consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão
b) Conselho de Curadores;	Art. 16. O Conselho de Curadores é o órgão superior de supervisão das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da UFVJM
c) Conselho de Integração Comunitária;	Art. 19. O Consic, órgão de caráter Consultivo, tem por objetivo prover apoio à Universidade, além de dar subsídios de natureza crítica, visando à maior integração da Universidade com a sociedade
d) Reitoria;	Art. 20. A Reitoria é o órgão executivo superior que coordena e supervisiona todas as atividades da UFVJM, sendo integrada pelo: I - reitor; II - vice-reitor; III - pró-reitorias; IV - assessorias; V - diretorias; VI - superintendências; VII - órgãos suplementares.

Art. 7º A UFVJM estrutura-se da seguinte forma:	Definições em artigos subsequentes:
e) Órgão Consultivo.	Não apresenta definição no estatuto
II - Unidade Acadêmica:	Art. 28. As Unidades Acadêmicas são órgãos responsáveis pelas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, em uma ou mais áreas de conhecimento, observando o princípio que veda a duplicidade de meios para fins idênticos ou equivalentes, sendo administradas por seus respectivos diretores. Art. 29. São órgãos das Unidades Acadêmicas:
a) Congregação;	I - congregação, como órgão máximo deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica;
b) Diretoria;	II - diretoria, como órgão de administração de cada Unidade;
c) Colegiados de cursos;	III - colegiado de curso, como órgão de coordenação didático-pedagógica de cada curso;
d) Órgãos Complementares.	Art. 44. A UFVJM poderá criar órgãos suplementares, diretamente vinculados à Reitoria, e, órgãos complementares, vinculados às Unidades Acadêmicas, sem lotação própria de pessoal docente, para colaborar no ensino, pesquisa, extensão e cultura, devendo sua composição e funcionamento ser disciplinados em regimentos próprios, a serem aprovados, no primeiro caso pelo Consu e, no segundo, pelas respectivas congregações, observado o Regimento Geral.
III - Órgãos suplementares	

Fonte: Estatuto UFVJM.

O posicionamento dos conselhos, congregações e colegiados em relação às demais unidades indicam que sobre a hierarquia dos níveis de gestão privilegiam-se as instâncias coletivas. Além disso, em consonância com o princípio da gestão democrática, conforme o Art. 56 da [Lei nº 9.394/1996](#), a composição dessas instâncias compreende a busca por diversidade dentro dos limites legais estabelecidos.

Quadro 38 - Instâncias coletivas da UFVJM

Instância	Composição
Consu	I- reitor, como presidente, com voto comum e de qualidade; II- vice-reitor; III- pró-reitor de Graduação; IV- pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; V- pró-reitor de Extensão e Cultura; VI- diretores das Unidades Acadêmicas; VII- dois professores lotados em cada Unidade Acadêmica, em exercício na UFVJM e eleito pela respectiva Assembleia; VIII- um representante da comunidade não universitária indicado pelo Conselho de Integração Comunitária (Consic), de acordo com seu regimento interno; IX- representantes discentes e técnico-administrativos, em número equitativo, atendida a participação mínima de 70% de docentes e considerado o representante da comunidade não universitária.
Consepe	I- reitor, seu presidente, com voto comum e de qualidade; II- vice-reitor; III- pró-reitor de graduação; IV- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação; V- pró-reitor de extensão e cultura; VI- diretores das Unidades Acadêmicas; VII- um representante de cada um dos conselhos de graduação, pesquisa e pós-graduação stricto sensu, e um de extensão; VIII- um representante docente de cada Unidade Acadêmica, eleito por seus pares; IX- um representante da comunidade não universitária, indicado pelo Consic, de acordo com seu regimento interno; X- Representantes discentes e técnico-administrativos, em número equitativo, atendida a participação mínima de 70% de docentes e considerado o representante da comunidade não universitária.
Concur	I- dois professores lotados em cada Unidade Acadêmica, eleitos por seus pares, juntamente com seu suplente; II- um representante do Ministério da Educação, designado por este órgão; III- representantes discentes e técnico-administrativos, em número equitativo, atendida a participação mínima de 70% de docentes, eleitos por seus pares.

Instância	Composição
Consic	I Presidência: o Reitor e na sua falta o Vice-Reitor; II Representantes da Comunidade Universitária: a. um representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; b. dois representantes Docentes; c. um representante dos Servidores Técnico-Administrativos; d. um representante Discente; III Representantes de Órgãos Públicos: a. um representante da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE; b. um representante da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE; c. um representante da Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha - AMBAJE; d. um representante da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri - AMUC; e. um representante da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG; f. um representante do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE. IV Representantes da Sociedade Civil: a. um representante da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Cricaré - MESOVALES; b. um representante do Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Vale do Jequitinhonha - ITAVALÉ; c. um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE; d. um representante do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Minas Gerais - Sind-Saúde; e. um representante da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - FECAJE; f. um representante da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - FEDERAMINAS. g. um representante da População Indígena, indicado por entidade ou associação pertinente; h. um representante da População Quilombola, indicado por entidade ou associação pertinente.
Congregação	I- diretor; II- vice-diretor; III- coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu; IV- responsáveis pelas estruturas administrativas hierárquicas imediatamente inferiores à diretoria, caso existam; V- dois representantes docentes; VI- diretores dos órgãos complementares; VII- representantes discentes e técnico-administrativos, em número equitativo, atendida a participação mínima de 70% de docentes.

Instância	Composição
Colegiado de Curso	I- coordenador do curso; II- vice-coordenador do curso; III- cinco docentes; IV- três discentes;

Fonte: Estatuto UFVJM.

Esse posicionamento privilegiado também está presente em algumas estruturas não descritas no estatuto. Em especial, os regimentos das Pró-Reitorias de [Graduação](#), [Pesquisa e Pós-Graduação](#), [Extensão](#) e [Acessibilidade e Assuntos Estudantis](#) definem conselhos como órgãos máximos de deliberação acima do pró-reitor.

De maneira indireta, a gestão democrática também está presente nos processos de investidura dos reitores e diretores de unidades acadêmicas, descritos no estatuto da seguinte forma:

Art. 21. O Reitor e o Vice-Reitor serão eleitos e nomeados em conformidade com este Estatuto.

§ 1º O mandato do Reitor e do Vice-Reitor, salvo disposição legal em contrário, será de quatro anos, permitida uma reeleição.

(...)

Art. 31. O diretor e o vice-diretor de cada Unidade Acadêmica serão nomeados pelo reitor, com mandato de quatro anos, a partir de eleição junto às comunidades das respectivas Unidades, em Consulta por sufrágio secreto e universal.

A departamentalização funcional é evidenciada nos incisos I e II do Art. 7º, dispondo em separado as Unidades Acadêmicas da Administração Universitária. Já o Art. 28 estabelece que as Unidades Acadêmicas se *organizam em uma ou mais áreas de conhecimento, observando o princípio que veda a duplicidade de meios para fins idênticos ou equivalentes.*

Ademais, apesar de não constarem em texto, os títulos e subtítulos

subsequentes ao *TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL* refletem em uma ou mais unidades organizacionais que compõem a estrutura da UFVJM:

Quadro 39 - Organização didático-científica da UFVJM

TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA	
SUBTÍTULO I - DO ENSINO	Pró-Reitoria de Graduação
SUBTÍTULO II - DA PESQUISA	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SUBTÍTULO III - DA EXTENSÃO E DA CULTURA	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
TÍTULO V - DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	
SUBTÍTULO I - DO CORPO DOCENTE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
SUBTÍTULO II - DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
SUBTÍTULO III - DO CORPO DISCENTE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
TÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS	Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Fonte: Estatuto UFVJM.

Por fim, quanto aos níveis estratégico, tático e operacional a organização institucional definida no Art. 7º é orientada da seguinte forma:

I - Administração universitária: estratégico

II - Unidade Acadêmica: tático-operacional

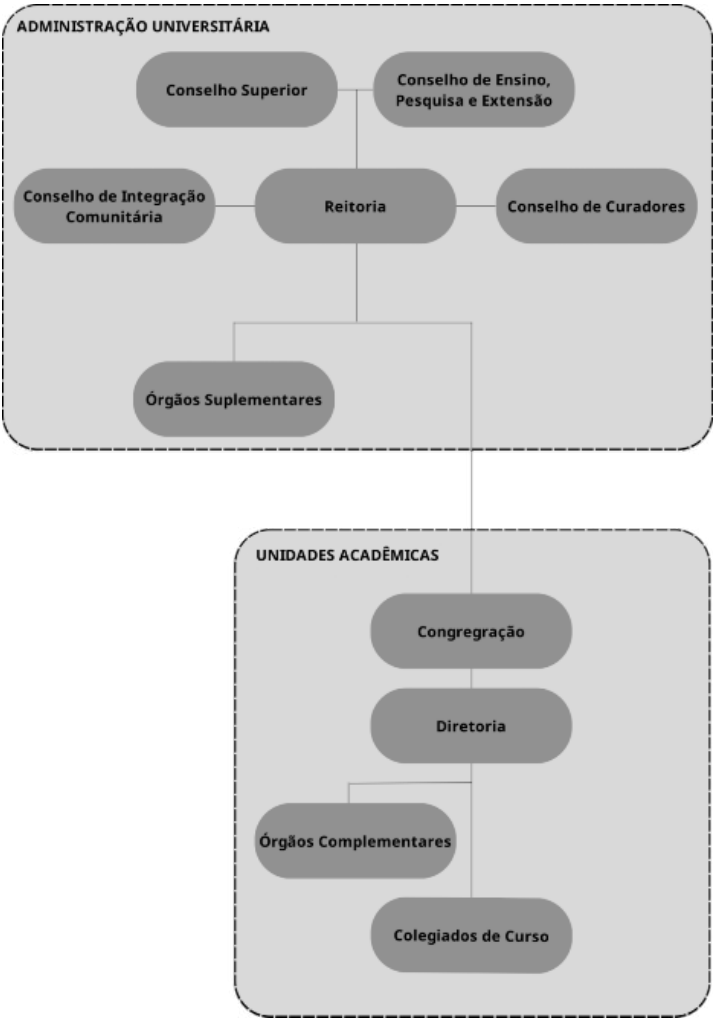
III - Órgãos suplementares: tático

Essa classificação, é bom esclarecer, aplica-se à macroestrutura apresentada no Art. 7º. Seu desdobramento revelará que os três níveis estão presentes no âmbito das subunidades, como nas pró-reitorias, por exemplo.

7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para uma melhor compreensão do núcleo central da organização administrativa da UFVJM, os artigos 7º e 20 do Estatuto da UFVJM dispostos em organograma apresentam-se da seguinte forma:

Figura 6 - Estrutura organizacional da Reitoria



Fonte: Desenvolvido pelos autores conforme estatuto da UFVJM.

Destaca-se que há um [organograma com maior detalhamento](#) publicado no portal da UFVJM, porém encontra-se defasado. Adicionalmente, nos últimos quatro anos, a universidade passou por reformas estruturais implementadas em caráter precário, que ainda necessitam de apreciação pelo Consu.

Visto que há a possibilidade de alteração ou reversão dessas reformas e que, no momento de elaboração deste documento, a universidade passa por um período de transição da alta gestão, não será apresentado um organograma atual sob o risco de apresentar mais um documento defasado.

Para suprir essa falta, os dados mais atuais da estrutura organizacional da UFVJM podem ser obtidos consultando o [Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG](#).

As reformas em caráter precário não são os únicos desafios impostos à ordenação de um organograma que traduza de maneira mais adequada a realidade do funcionamento da instituição. No estatuto encontramos em seu Art. 1º:

Art. 1º (...)

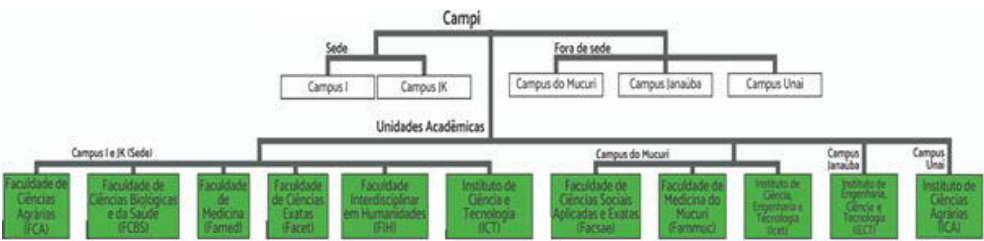
Parágrafo único. A UFVJM caracteriza-se como uma universidade multicampi, com ênfase de atuação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Esse enunciado do parágrafo único põe em evidência uma contradição que permeia o funcionamento da instituição, não só em termos de estrutura, em seus processos, e nas relações entre instâncias de autoridade. A universidade multicampi aponta para descentralização; já a ênfase nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri aponta para uma centralização nos campi situados nessas regiões, em especial o campus-sede.

Hoje, a universidade possui cinco campi: Campus I e Campus JK em Diamantina, Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, Campus Unaí e Campus Janaúba. Essa dispersão no território de Minas Gerais acaba por forçar uma departamentalização geográfica. Em contraponto, a departamentalização

funcional aparta as unidades acadêmicas na cadeia de comando:

Figura 7 - Estrutura dos campi da UFVJM



Fonte: Organograma UFVJM

Destaque para a cadeia de comando (visualizada pelo fluxo das linhas, de cima para baixo) que não conecta as unidades acadêmicas aos campi.

Nesses problemas aqui identificados vislumbra-se um dos grandes desafios a serem enfrentados para este plano.

7.2 INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Já apresentados no início deste capítulo, o Consu e o Consepe, regidos pelo princípio da gestão democrática, são os Órgãos de Deliberação Superior da UFVJM. A partir de seus [regimentos internos](#) suas atribuições e escopo de ação são melhor evidenciados:

Consu: Delibera e determina sobre a) o planejamento, organização, regulamentação e funcionamento da instituição; b) a administração dos bens imóveis da UFVJM, e c) a relação da universidade com entes externos por meio de contratos, convênios ou acordos de cooperação. São decisões que afetam a instituição de maneira ampla e irrestrita, salvo limitações impostas à autonomia universitária por dispositivos legais.

Consepe: Delibera e determina sobre o planejamento, organização, regulamentação e operacionalização dos macroprocessos que garantem à UFVJM o cumprimento dos objetivos estabelecidos no [Art. 2º da Lei](#)

[1173/2005](#): *ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa*. Além disso, atua como órgão consultivo nos casos em que as deliberações do Consu afetam ou se relacionam com os macroprocessos supracitados.

7.3 ÓRGÃOS DE APOIO À ATIVIDADE ACADÊMICA

Já apresentadas na seção 7.1, as unidades acadêmicas estão definidas e arregimentadas pelo Subtítulo II do estatuto. Conforme o já apresentado Art. 28, elas são os órgãos diretamente responsáveis pela execução da atividade-fim; por isso também foram classificadas como pertencentes ao nível tático-operacional de acordo com a departamentalização por hierarquia em níveis de planejamento.

Ao todo a UFVJM conta com 11 unidades acadêmicas, conforme disposto no abaixo:

Quadro 40 - Unidades acadêmicas da UFVJM

Unidade Acadêmica	Sigla	Localização	Estrutura	Quantitativo de Coordenações
Faculdade de Ciências Agrárias	FCA	Diamantina	Com 3 Departamentos	3 Graduação 3 Pós-Graduação
Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde	FCBS	Diamantina	Com 8 Departamentos	8 Graduação 10 Pós-Graduação
Faculdade de Ciências Exatas	Facet	Diamantina	Com 3 Departamentos	2 Graduação 1 Pós-Graduação
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas	Facsae	Teófilo Otoni	Com 5 Departamentos	5 Graduação 2 Pós-Graduação
Faculdade de Medicina de Diamantina	Famed	Diamantina	Única	1 Graduação
Faculdade de Medicina do Mucuri	Fammuc	Teófilo Otoni	Única	1 Graduação

Unidade Acadêmica	Sigla	Localização	Estrutura	Quantitativo de Coordenações
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades	FIH	Diamantina	Única	8 Graduação 3 Pós-Graduação
Instituto de Ciência e Tecnologia	ICT	Diamantina	Única	5 Graduação 3 Pós-Graduação
Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia	ICET	Teófilo Otoni	Única	4 Graduação 1 Pós-Graduação
Instituto de Ciências Agrárias	ICA	Unaí	Única	5 Graduação
Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia	IECT	Janaúba	Única	4 Graduação

Fonte: Desenvolvido pelos autores

A partir das características das unidades acadêmicas depreendem-se duas categorizações básicas de organização:

1. Por tipo de estrutura, na qual 4 têm estrutura departamental e 7 têm estrutura única;
2. Por abrangência de área, na qual 2 unidades oferecem apenas um curso superior e 9 oferecem mais de um.

Além disso, os departamentos de unidades acadêmicas também são organizados em duas formas:

1. Com curso de graduação vinculado, quando se aloca pessoal docente de atuação exclusiva ou prioritária;
2. Sem curso de graduação vinculado, quando se aloca pessoal docente por área de conhecimento que ministra aulas em cursos de qualquer unidade acadêmica demandante. O Departamento de Ciências Básicas (FCBS) e o Departamento de Matemática e Estatística (Facet) são os únicos exemplos desse tipo de funcionamento.

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

A UFVJM tem conhecimento do seu papel e de sua responsabilidade social no exercício da formação do ser humano, especialmente dos membros do corpo discente que apresentam fragilidades de educação básica e financeira para se manterem na universidade.

Isso leva a UFVJM a desenvolver programas de apoio financeiro e pedagógico, visando não apenas ao acesso, mas principalmente à permanência e sucesso estudantil.

Nesse contexto, este capítulo contempla as políticas de atendimento aos discentes, ofertadas pela UFVJM, especialmente por suas pró-reitorias finalísticas, quais sejam: Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis (PROAAE), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC).

8.1 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO COORDENADOS PELA PROGRAD

A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) desenvolve a política de ensino da UFVJM de forma integrada com as Unidades Acadêmicas e cursos, por meio da coordenação e acompanhamento de ações que visam a melhoria da formação dos estudantes, sua permanência e sucesso acadêmico. Entre as principais ações destacam-se:

i) Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (Proae) e o Programa de Monitoria, desenvolvidos com fomento institucional para o custeio de bolsas

O Proae tem como objetivo estimular a implementação de projetos que resultem em ações concretas para a melhoria das condições de oferta

dos cursos, através de novas práticas e experiências pedagógicas.

O Programa de Monitoria é exercido de forma remunerada ou voluntária, com foco na redução dos índices de retenção e evasão. Objetiva melhorar o desenvolvimento acadêmico dos discentes, estimular a iniciação à docência e a cooperação nas atividades de ensino, bem como promover a aprendizagem colaborativa.

ii) Programa de Educação Tutorial (PET), cuja fonte de fomento é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O PET tem por objetivos contribuir para a elevação da qualidade da formação técnica, científica, tecnológica e acadêmica dos estudantes de graduação, mediante o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão por grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar. Atualmente, a UFVJM conta com 6 (seis) grupos PET que integram 72 estudantes e 6 tutores bolsistas.

iii) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e Programa de Residência Pedagógica (PRP), fomentados com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Os Programas de Iniciação à Docência (Pibid) e Residência Pedagógica integram a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e são constituídos pela relação interinstitucional entre a universidade, Capes e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

O Pibid visa contribuir para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior, por meio da aproximação prática dos estudantes do cotidiano das escolas públicas de educação básica, na primeira metade do curso de licenciatura.

O Programa de Residência Pedagógica tem por finalidade o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão dos estudantes nas

escolas, a partir da segunda metade do curso. Visa ao aprofundamento teórico-prático, à valorização da experiência dos professores da educação básica, induzindo a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica.

iv) O Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA)

Este programa tem por objetivo proporcionar ao estudante de graduação o aprimoramento da sua formação acadêmica, por meio de intercâmbio científico-cultural em outra instituição de ensino ou em outro campus da UFVJM, para fomentar a inovação e/ou flexibilização curricular, possibilitando diversificar os tempos e espaços de aprendizagem, bem como de formação.

Além dos programas mencionados, a Prograd incentiva o desenvolvimento de projetos de ensino sem custeio, que tenham como foco o apoio ao ensino, à formação e à capacitação de recursos humanos em cursos de graduação.

8.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO COORDENADOS PELA PRPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) realiza a coordenação de bolsas de pesquisas de demanda social/Capes (cotas dos programas de pós-graduação); demanda social/Capes (cotas da PRPPG); Programa de Apoio à Pós-Graduação - PAPG/FAPEMIG; Cota Institucional/UFVJM.

As referidas bolsas de pesquisas são ofertadas para os programas de pós-graduação, níveis de mestrado e doutorado ligados às áreas da educação. Os programas de pós-graduação profissionais não possuem e não recebem bolsas da Capes e da Fapemig; somente da cota institucional da UFVJM.

Os bolsistas de pós-doutoramento contam com o recebimento de bolsa demanda social/Capes (cotas do programa pós-graduação).

Cabe ressaltar que são recebidas na UFVJM bolsas de pesquisa, além das distribuídas pela Capes, Fapemig e cota institucional/UFVJM. No entanto, essas não são coordenadas pela PRPPG e sim pelas respectivas coordenações dos programas em que se encontram e ou pelos orientadores dos discentes/bolsistas que as recebem.

A PRPPG também coordena o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFVJM, que desempenha um papel fundamental na formação dos futuros pesquisadores, incentivando a busca pelo conhecimento, o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de investigação científica.

O programa possui financiamento institucional e da Fapemig e CNPq e objetiva fomentar o envolvimento de estudantes de graduação em atividades de pesquisa científica e tecnológica, propiciando a oportunidade de participarem ativamente de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores da UFVJM, contribuindo para a produção de conhecimento nas mais diversas áreas do saber.

Os estudantes selecionados para o programa recebem uma bolsa de iniciação científica, o que lhes proporciona uma oportunidade valiosa de desenvolvimento acadêmico e profissional, e são acompanhados por um orientador qualificado que os auxilia na execução do projeto e no aprimoramento de suas habilidades de pesquisa.

8.3 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO COORDENADOS PELA PROEXC

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) é responsável por fomentar e coordenar a política institucional de Extensão e Cultura da UFVJM, realizando o registro, o acompanhamento, a avaliação e a certificação dos programas, projetos e ações de extensão e cultura.

Também, compete à Proexc propor programas, projetos e ações de extensão e cultura visando à integração acadêmica, bem como buscar

parcerias e captar recursos para a implementação e manutenção dessas atividades.

Atualmente, a Proexc possui dois programas institucionais de bolsas: um voltado ao apoio à extensão (Pibex) e um voltado à arte e cultura (Procarte). Ainda, tem reorganizado seus recursos para fomentar o apoio à creditação da extensão nos cursos de graduação.

Nos últimos anos, a Proexc também tem fomentado bolsas para a realização de cursos on-line, ampliando o acesso a bolsas pelos estudantes, e apoiado financeiramente diversos projetos de extensão e cultura avulsos.

8.4 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

A Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis (Proaae) é a responsável pela execução do Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UFVJM, regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e pela Resolução nº 18, de 17 de março de 2017.

O PAE é um conjunto de ações que busca ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, viabilizar a igualdade de oportunidades quanto ao acesso à graduação presencial e contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão. Para viabilizar a execução do PAE, a Proaae possui uma equipe multidisciplinar: Assistentes Sociais, Pedagogos, Intérprete de Libras e Assistentes em Administração.

O regulamento do Programa de Assistência Estudantil da UFVJM instituiu os seguintes benefícios: Bolsa Integração; Auxílio-Emergencial; Auxílio-Manutenção; Auxílio-Material Pedagógico; Auxílio-Creche; Moradia Estudantil Universitária; e Auxílio-Moradia.

A fim de contextualizar a relevância dos benefícios para a permanência dos estudantes na instituição, cabe evidenciar a que se propõem esses benefícios:

i) Bolsa Integração (regulamentado pela Resolução nº 16, de 14 de julho de 2016)

Benefício financeiro que possui o objetivo de contribuir para a permanência dos discentes matriculados nos cursos presenciais da UFVJM que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Pretende, ainda, fomentar atividades de ensino, pesquisa, extensão/cultura e/ou administrativas, contribuindo para a melhoria da qualidade da formação dos discentes e preparação para o mercado de trabalho.

ii) Auxílio-Emergencial (regulamentado pela Resolução nº 08, de 19 de agosto de 2016)

Auxílio financeiro destinado prioritariamente ao discente do primeiro e segundo semestres dos cursos de graduação presenciais da UFVJM, em dificuldades socioeconômicas emergenciais e transitórias, que ofereçam riscos à sua permanência na universidade.

iii) Auxílio-Manutenção (regulamentado pela Resolução nº 19, de 17 de março de 2017)

Possui a finalidade de contribuir, parcialmente, para que o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenha condições de custear alimentação e transporte durante os meses em que estiver em atividades didáticas de seu curso.

iv) Auxílio-Material Pedagógico (regulamentado pela Resolução nº 20, de 17 de março de 2017)

Tem como objetivo primordial o empréstimo, ao discente vulnerável socioeconomicamente, de instrumental específico de alto custo exigido para a realização de atividades práticas nos cursos de graduação.

v) Auxílio-Creche

Concessão de auxílio financeiro para custeio parcial das despesas com os dependentes legais do discente beneficiário, até o limite de idade de quatro anos incompletos.

vi) Moradia Estudantil Universitária (Regulamentado pela Resolução nº 13, 23 de novembro de 2016)

É um conjunto de edificações destinadas ao alojamento temporário de discentes regularmente matriculados em um dos cursos presenciais da UFVJM. Tem por finalidade proporcionar aos estudantes um ambiente em condições adequadas à moradia, estudo e convivência, visando ao bom desempenho acadêmico, além de incentivar o espírito de organização, cooperação e convivência coletiva entre os discentes moradores.

vii) Auxílio-Moradia (Regulamentado pela Resolução Consu nº 3, de 27 de julho de 2022)

Possui o objetivo de contribuir parcialmente nas condições de moradia dos discentes que, devido ao ingresso na UFVJM e em razão da distância do seu domicílio de origem, necessitam pagar aluguel na cidade do respectivo campus no qual está matriculado.

viii) Restaurante Universitário (RU);

O Restaurante Universitário visa fornecer uma alimentação balanceada e acessível aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente, apenas no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, é oferecida essa política de assistência.

O Serviço de Tradução e Interpretação de LIBRAS também é disponibilizado via Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI), vinculado à Proaae. A instituição conta com cinco tradutores e intérpretes de Libras / Língua Portuguesa no quadro efetivo de servidores, sendo 2 (dois) no Campus JK - Diamantina, 1 (um) em Teófilo Otoni, 1(um) em Janaúba e 1(um) em Unaí. Tais profissionais atuam de maneira articulada ofertando os serviços de acessibilidade comunicacional institucional.

A Proaae gerencia também o Programa da Bolsa Permanência do Ministério da Educação (Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013) destinado para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em

cursos de graduação presencial ofertados por instituições federais de ensino superior, que visa viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Aliado ao PAE, a Proaee disponibiliza o Serviço de Pedagogia, que tem como principal objetivo executar ações de apoio e orientação, capazes de promover o protagonismo estudantil para uma formação de qualidade e sua inserção enquanto sujeito crítico, construtor de sua própria história. Considerando as diferentes dimensões que envolvem o ensino superior, o Serviço de Pedagogia está estruturado a partir de três eixos: **acolhimento, acompanhamento e permanência**.

O **acolhimento** consiste em desenvolver atividades integradas à recepção de calouros mediante a apresentação do Serviço de Pedagogia e suas principais diretrizes. Compreende também a oferta de um espaço de diálogo, buscando a construção de ações e pensamentos que ajudem na organização pedagógica e autonomia universitária.

Na fase do **acompanhamento** elaboram-se com o estudante ações e estratégias pedagógicas que o auxiliem no enfrentamento de obstáculos acadêmicos e na melhoria contínua da sua aprendizagem ou relacionamento acadêmico, tentando construir ferramentas de superação e possibilidade de reflexão individual e coletiva do processo educacional no qual está inserido.

E, por fim, as ações objetivam auxiliar a sua **permanência** e o acompanhamento sistemático no sentido de acolher, escutar, orientar, motivar e instrumentalizar o estudante em todo o seu percurso acadêmico para o autogerenciamento de seus estudos, evidenciando assim o protagonismo estudantil.

A Diretoria de Atenção à Saúde (Dasa/Progep), tem por finalidade promover o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade acadêmica, por meio da proposição, planejamento e execução de ações de promoção

e atenção à saúde, segurança do trabalho e avaliação pericial. Embora o público da Dasa abranja toda a comunidade acadêmica, algumas ações de promoção e atenção à saúde são voltadas especificamente para os discentes. Dentre as ações dessa diretoria destacam-se eventos voltados para a Promoção da Qualidade de Vida do Estudante e Projetos de Ação voltados para Prevenção do Suicídio valorização da vida. É disponibilizado, também, o Serviço de Psicologia, que oferece atendimento psicológico a toda comunidade da UFVJM, de todos os campi, sendo seu público prioritário os estudantes de graduação presencial e a distância, e de pós-graduação.

8.5 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os espaços de participação e representatividade dos estudantes estão presentes na UFVJM. A instituição possui, por exemplo, o Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (Cace), que é um órgão consultivo e deliberativo da Proaee, e que tem entre os membros eleitos representantes dos discentes da graduação e da pós-graduação.

A representação discente está presente também no Conselho da Moradia, instância máxima de deliberação da Moradia Estudantil Universitária. É importante destacar que esse conselho foi inativado temporariamente, tendo em vista que, no regulamento vigente, a constituição de membros natos e membros eleitos pelos pares não obedece a regra de distribuição de vagas de acordo com proporção prevista para cada categoria nos conselhos da universidade: 70% docentes, 15% técnicos administrativos e 15% discentes. Para que as demandas da moradia não fossem interrompidas, foi instituído o Conselho pró-tempore da Moradia, considerando a composição de membros prevista legalmente.

Tendo em vista a infraestrutura inacabada dos campi da UFVJM, observa-se a falta de espaços de convivência para os estudantes. Assim, faz-se necessário aplicar recursos na urbanização dos campi da UFVJM, a

fim de que sejam consolidados espaços de acolhimento e convivência para os estudantes.

A resolução Consepe n.º 56/2018, que trata do funcionamento dos Grupos de Trabalho Integrado (GTI) e das ligas acadêmicas da UFVJM, dispõe em seu Art. 4º que “O registro, acompanhamento e a certificação dos GTIs serão realizados pelas Unidades Acadêmicas a qual pertence o coordenador”. Ou seja, a criação e estruturação dos GTIs ocorre no âmbito da unidade acadêmica. Por outro lado, conforme disciplinado no art. 5º da referida resolução, o registro, acompanhamento e certificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas por tais grupos deverão ser realizadas pelas pró-reitorias competentes.

Assim, cabe à Prograd, acompanhar e certificar as atividades de ensino registradas pelos referidos grupos.

Atualmente, todo o registro e o controle de atividades de ensino ocorrem por meio de processo SEI e planilhas eletrônicas, o que dificulta o controle e acompanhamento efetivo das atividades de ensino registradas no âmbito da Prograd. Nesse sentido, espera-se que nos próximos anos seja criado um sistema para registro de atividades de ensino, de forma que torne-se possível a efetivação do art. 5º da Resolução Consepe nº 56/2018 por essa pró-reitoria.

8.6 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A UFVJM não possui, ainda, uma política consolidada de acompanhamento dos egressos. Existem, atualmente, ações pontuais de alguns departamentos e cursos, que buscam elementos para melhorar seus PPCs. Uma ferramenta que tem sido usada pela pós-graduação para acompanhar a trajetória dos seus egressos é a Plataforma Sucupira, que é um sistema da Capes para coleta e análise de informações sobre a pós-graduação no Brasil.

Nesse sentido, a relação com os egressos apresenta-se como um

campo fértil de ações que podem ser adotadas pela UFVJM a fim de oferecer aos ex-alunos a oportunidade de registrar suas experiências na universidade. A partir daí será possível traçar metas de melhorias, buscando cada vez mais aproximar os egressos da UFVJM.

9. INFRAESTRUTURA

A UFVJM apresenta-se como uma universidade relativamente nova, com relevante alcance regional, a qual passou por um processo abrupto de expansão e que até então carece ser concluído/consolidado em diversos aspectos - que envolvem desde a infraestrutura física necessária para o seu funcionamento até o quantitativo de pessoal efetivo e terceirizado para o cumprimento efetivo de seu papel social.

Este capítulo apresenta informações sobre infraestrutura física, de bibliotecas, laboratórios e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) à disposição da comunidade acadêmica da UFVJM.

9.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A UFVJM atualmente desenvolve suas atividades em cinco campi: Campus I e Campus JK, localizados em Diamantina/MG; Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni/MG; Campus Janaúba e Campus Unai, todos em Minas Gerais. Além disso, a UFVJM também possui a Fazenda Experimental do Moura em Curvelo/MG, a Fazenda Experimental de Rio Manso em Couto de Magalhães de Minas/MG e a Fazenda Experimental Santa Paula, localizada em Unai/MG.

O Campus JK, também conhecido como Campus II, abriga a maior parte dos cursos de graduação e de pós-graduação, os centros de ensino, laboratórios e projetos de extensão, além dos principais setores administrativos da universidade, como a reitoria, as pró-reitorias e as diretorias administrativas. Esse campus abriga ainda cantinas, restaurante e a Biblioteca Central. Possui ginásio de esportes, campo de futebol, pista de atletismo e praça de serviços. No entorno do campus constam áreas mantidas sob proteção ambiental.

O Campus I, que abriga o curso de Odontologia, está localizado no centro histórico da cidade de Diamantina. Em suas adjacências encontram-

se outras dependências como: a casa de apoio aos docentes, espaços de lazer, o Núcleo de Turismo e a Casa de Apoio dos Servidores.

No Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, funcionam 2 (duas) faculdades e 1 (um) instituto. Esse campus conta com prédios administrativos, miniauditórios, casa de apoio, prédio de salas de aulas, almoxarifado, prédio FINEP, galpão de transporte, restaurante universitário e ginásio poliesportivo.

No Campus Janaúba, encontra-se o Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT), que possui três edificações: o prédio de Salas de Aula e o Prédio da Biblioteca, além de uma cabine de medição de energia elétrica. Essas edificações passaram por adaptações para atender a todas as necessidades do campus. No prédio da Biblioteca, o espaço destinado à biblioteca, uma lanchonete, um depósito e um almoxarifado estão localizados no pavimento térreo. O pavimento superior abriga a sala da direção acadêmica, secretarias, sala de convivência, sala de reunião e gabinetes para os docentes. Já o prédio de Salas de Aula contempla salas de aula, salas administrativas, sala para terceirizados, auditório e laboratórios.

No Campus Unai, está localizado o Instituto de Ciências Agrárias (ICA), que possui uma edificação concluída subdividida em salas de aula, biblioteca, salas administrativas, gabinetes de docentes, gabinetes administrativos e gabinetes para uso dos técnicos administrativos. Além dessa, são mais cinco outras edificações na Fazenda Santa Paula.

Quanto às edificações destinadas a atividades administrativas, pedagógicas, entre outras, a universidade conta com um espaço físico de 158.739,18 m² em áreas construídas e 148.280,51 m² em áreas em construção; que compreendem as edificações em execução e as edificações paralisadas.

O quadro abaixo apresenta um retrato, com maior grau de detalhamento, da situação das edificações da UFVJM nos seus diversos campi:

Quadro 41 - Espaço físico das edificações UFVJM

Localização	Edificações em números			Área (m2)		
	Concluídas	Em execução	Paralisadas	Construída	Em execução	Paralisada
Campus JK	85	1	11	104.730,33	1.450,82	130.302,67
Campus I e adjacências - Rua da Glória/ Centro Histórico	12	-	-	14.061,37	-	-
Campus do Mucuri	12	1	1	25.082,01	1.350,00	1.550,55
Campus Janaúba	2	-	-	9.224,20	-	-
Campus Unai	1	-	3	5.641,27	-	13.626,47
Total	112	2	15	158.739,18	2.800,82	145.479,69

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD em setembro/2023.

No que se refere aos terrenos ocupados pela universidade, 68% são próprios, 21% foram cedidos pelo estado de Minas Gerais e/ou prefeituras municipais e 11% estão em processo de reversão aos entes cedentes. Quanto à área total de tais terrenos, os campi da UFVJM em Diamantina representam 32% do total, seguidos da Fazenda Experimental do Moura, que corresponde a uma área de 20%.

O Campus Unai é o segundo maior campus da UFVJM em termos territoriais, com uma área de 16% em relação ao total, quando considerada a área da Fazenda Experimental Santa Paula. A Fazenda Experimental do Rio Manso possui uma área correspondente a 12%, seguida dos Campi do Mucuri e Janaúba, que possuem uma área em metros quadrados de 5% e 2%, respectivamente, em relação à área total.

Nos terrenos, tanto próprios quanto cedidos, o espaço físico da universidade conta com salas de aula, laboratórios, auditórios, bibliotecas, entre outros, que dão apoio ao ambiente acadêmico, conforme apresenta-se a seguir.

Quadro 42 - Espaço físico - terrenos¹

Município	Área (m²)
Diamantina	2.677.280,23
Teófilo Otoni	390.780,95
Janaúba	200.000,00
Unai	1.323.028,00
Couto de Magalhães de Minas	300,00
Couto de Magalhães de Minas	1.000.000,00
Curvelo	1.674.271,00
Serro	1.206.894,31
TOTAL	8.472.554,49

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

1. O terreno de 300 m² situado no município de Couto de Magalhães de Minas e o terreno situado no município de Serro encontram-se em processo de reversão aos entes cedentes.

9.2 BIBLIOTECA

O Sistema de Bibliotecas (Sisbi) da UFVJM é um órgão suplementar vinculado à Reitoria da UFVJM, que tem como missão “prover o acesso e uso da informação de forma eficiente e eficaz, subsidiando o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para a educação universitária e formação profissional do indivíduo, para que o conhecimento adquirido seja aplicado no desenvolvimento da sociedade”. Nesse mesmo sentido, possui como finalidades “cumprir os objetivos especiais de natureza técnico-científica, cultural, atendendo à comunidade acadêmica e externa, buscando democratizar o acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade; prover as informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade; e coordenar, administrar e divulgar os recursos informacionais das bibliotecas da UFVJM”.

O Sisbi conta com quatro bibliotecas, sendo a Central localizada no Campus JK, em Diamantina; a Biblioteca do Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni; a Biblioteca do Campus Janaúba e a Biblioteca do Campus Unai.

As bibliotecas do Sisbi são abertas à comunidade externa para estudos, pesquisas e consulta ao acervo, porém o público-alvo é a comunidade acadêmica. Dessa forma, o acervo é voltado para os cursos e disciplinas oferecidos na Universidade.

As bibliotecas prestam diversos serviços à comunidade universitária, dentre eles: acessos a bases de dados de e-books e periódicos; consulta ao acervo; empréstimo domiciliar; empréstimo de exemplares entre bibliotecas; acesso remoto à base de dados, reserva e renovação de empréstimos; serviço de comutação bibliográfica (COMUT); orientação sobre normalização bibliográfica; orientação e solicitação do ISBN; elaboração de ficha catalográfica para livros, dissertações e teses da UFVJM; orientação e treinamento de usuários no uso de base de dados; visita orientada à biblioteca; disponibilização de armários para usuários durante a permanência nas bibliotecas; e emissão de declaração de Nada consta.

Tendo um papel central na universidade, o Sisbi exerce um papel primordial ao atuar em conjunto com as atividades técnico-científicas de ensino, de pesquisa e de extensão da UFVJM, oferecendo o ferramental necessário não só para a formação plena de seus estudantes, como também para o estudo continuado por parte de seus servidores, trabalhando de forma articulada com as demais unidades institucionais e envolvendo-se em ações e projetos relativos à sua área de atuação.

9.2.1 Estrutura

A área total destinada às bibliotecas na UFVJM é de 7.311 metros quadrados. A infraestrutura de cada biblioteca é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 12 - Infraestrutura física das Bibliotecas

Itens de infraestrutura	Biblioteca Central – Campus JK	Biblioteca do Campus do Mucuri	Biblioteca do Campus de Janaúba	Biblioteca do Campus de Unai
Área total	4.000 m ²	1.145 m ²	1.936 m ²	230 m ²
Sala de estudo em grupo	15	10	5	-
Mesa de estudo em grupo	44	45	67	17
Cabine de estudo/ mesa individual	166	40	16	17
Computadores para pesquisa	21	15	9	9
Computador PCD	1	2	1	1
Escaninhos	316	276	64	48
Bebedouros	2	-	1	-
Banheiros	18	4	4	-

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

O prédio da Biblioteca Central – Campus JK possui três pavimentos, que totalizam 5.982,25 metros quadrados. No entanto, atualmente o terceiro piso está em uso pela administração da universidade para fins de guarda de bens pertencentes a outros setores que estão em obras de adequações prediais. As cabines para estudo individual e as salas para estudo em grupo totalizam 408 assentos para estudo. São 20 computadores ligados à internet para estudo, 3 computadores para pesquisa ao catálogo do acervo da biblioteca e 18 computadores para uso dos técnicos administrativos.

No Campus do Mucuri, a edificação da biblioteca é composta por dois pavimentos, cujos espaços são divididos entre a biblioteca e a parte administrativa do Campus. Quanto ao espaço destinado ao funcionamento da Biblioteca, o espaço físico é de 1.145 metros quadrados. Essa biblioteca possui 40 cabines para estudo individual e 10 salas de estudo em grupo, totalizando 154 assentos para estudo. São 15 computadores ligados à

internet para estudo, 2 computadores para pesquisa no catálogo do acervo da biblioteca e 12 computadores para uso dos técnicos administrativos.

O prédio da biblioteca do Campus Janaúba possui dois pavimentos, que totalizam 3.582,88 metros quadrados, dos quais 1.936,00 metros quadrados são utilizados para atender exclusivamente à biblioteca. Essa biblioteca possui 16 cabines para estudo individual e 5 salas para estudo em grupo. São 8 computadores ligados à internet para estudo, 1 computador para pesquisa ao catálogo do acervo da biblioteca e 4 computadores para uso dos técnicos administrativos.

O espaço físico no qual funciona, provisoriamente, a biblioteca no Campus Unai possui 230 metros quadrados e contém 17 cabines para estudo individual e 12 mesas, totalizando 53 assentos para estudo. Contudo, por ainda não ter um espaço definitivo de funcionamento, não possui salas de estudo em grupo. São 4 computadores ligados à internet para estudo, 1 para pesquisa ao catálogo do acervo da Biblioteca e 4 computadores para uso dos técnicos administrativos.

No quesito de acessibilidade física, todas as bibliotecas possuem mesas adaptadas e computador com teclado em braille e lupa eletrônica. A biblioteca central possui um espaço amplo com corredores largos, sendo o acesso ao pavimento superior via rampa, banheiros adaptados para Pessoas com Deficiência (PcD), além de salas acessíveis, para estudos individuais e em grupo. A Biblioteca do Campus do Mucuri possui rampa de acesso com corrimão e oferece espaço adequado para locomoção e sala de estudo em grupo adaptada.

A biblioteca do Campus Janaúba, por sua vez, é localizada no andar térreo do prédio e possui um espaço amplo com corredores largos, o que possibilita um fácil tráfego de pessoas com deficiência. A biblioteca do Campus Unai tem seu funcionamento no andar térreo do prédio de salas de aula, pois a edificação para seu funcionamento próprio não está concluída.

9.2.2 Recursos humanos

As equipes nas bibliotecas são compostas por bibliotecários, secretária executiva, assistentes em administração e colaboradores terceirizados, possuindo rotinas e atribuições distintas em função do cargo e das bibliotecas em que atuam. A tabela abaixo apresenta os detalhes acerca dos recursos humanos do Sisbi.

Tabela 13 - Evolução do quantitativo de trabalhadores das Bibliotecas

Cidade	Diamantina						Teófilo Otoni			Janaúba			Unai		
Unidade	Campus JK			Sisbi			Campus do Mucuri			Campus Janaúba			Campus Unai		
Horário de funcionamento	8h às 21h			8h às 17h			8h às 21h			7h às 19h			8h às 18h		
Ano	2019	2020	2023	2019	2020	2023	2019	2020	2023	2019	2020	2023	2019	2020	2023
Bibliotecários	6	6	5	1	1	1	4	4	3	2	1	1	2	2	2
Assistente em Administração	5	4	2	-	-	-	3	3	3	2	2	1	2	2	1
Secretária Executiva	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terceirizados	6	2	-	-	-	-	5	3	1	-	-	-	-	-	-
Total	17	12	7	2	1	1	12	10	7	4	3	2	4	4	3

Fonte: SISBI, 2023.

As bibliotecas passaram por uma perda de colaboradores no decorrer dos últimos anos, o que impacta diretamente no serviço prestado, uma vez que as bibliotecas não contam com serviço de autoatendimento, fazendo com que todo trabalho dependa do processamento por um servidor.

Tal cenário está pautado nos objetivos estratégicos deste documento. Visando alternativas de reestruturação das bibliotecas por meio da implantação de autoatendimento, o Sisbi utiliza a tecnologia de Identificação por Radiofrequência (RFID) nos campi de Janaúba e Unai, além de modernizar e tornar mais eficiente e eficaz o uso do referido sistema pelos Campi JK e do Mucuri.

Essa ação visa promover a automação e otimização dos serviços prestados pelas bibliotecas, conferindo maior segurança ao seu acervo e, consequentemente, melhorar a qualidade do atendimento prestado, apesar

das limitações de pessoal aqui apresentadas.

9.2.3 Acervo

O acervo bibliográfico das bibliotecas do Sisbi/UFVJM é composto por livros, e-books, periódicos, CDs, DVDs, distribuídos por áreas de conhecimento de acordo com as necessidades dos usuários de cada biblioteca, além de monografias de especialização, teses, dissertações, entre outros.

A atualização e expansão do acervo é realizada conforme a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo, que é um documento que tem por objetivo orientar a análise de obras a serem incorporadas ao acervo, quantitativa e qualitativamente, como também as atividades técnico administrativas executadas nas diferentes unidades. A aquisição de obras é realizada conforme os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), tendo suas atualizações sempre monitoradas. Os PPCs são planilhados e, com base nas quantidades que contêm no acervo e na base de livros digitais, efetua-se a compra, ou seja, havendo recursos financeiros, será conhecido exatamente o que comprar para todos os cursos que estão com os PPCs atualizados. Nos últimos anos têm sido realizadas ações com destinação de recursos orçamentários para adequar o acervo dos cursos que mais necessitam.

As bibliotecas estão automatizadas com o software Pergamum, utilizado para gerenciamento dos serviços prestados pelas bibliotecas da UFVJM, implantado julho de 2018. O sistema permite ao usuário realizar a pesquisa, utilizando o terminal de consulta e acesso remoto à base de dados para consulta, reserva e renovação de empréstimos. Todo o acervo é tombado e informatizado no sistema. As bibliotecas Central, do Mucuri e de Janaúba possuem portal de segurança, para assegurar maior proteção do acervo.

Além disso, as bibliotecas disponibilizam à comunidade acadêmica

a assinatura da biblioteca digital de e-books (livros eletrônicos) Minha Biblioteca, que possui atualmente mais de 11 mil títulos de acesso on-line. Também são disponibilizados 1.091 e-books open access (acesso aberto) e acesso às principais Normas Técnicas da ABNT on-line.

A biblioteca digital Minha Biblioteca, dispõe de recursos de acessibilidade, como leitura em voz alta, ajuste do tamanho da fonte, alteração do plano de fundo para leitura fomentando a inclusão no processo de aprendizagem.

Tabela 14 - Usuários e acessos à biblioteca digital Minha Biblioteca

Ano	Usuários ativos	Acessos realizados	Páginas visualizadas
2019	734	9.645	73.044
2020	1.799	41.509	325.369
2021	2.886	102.520	1.033.915
2022	2.132	44.837	769.322

Fonte: SISBI, 2023.

A evolução do acervo nos últimos cinco anos pode ser vista na tabela abaixo:

Tabela 15 - Número de títulos e exemplares - 2018-2022

Ano	Títulos	Exemplares
2018	26.951	132.325*
2019	28.392	132.364*
2020	28.543	132.307**
2021	40.237***	132.673**
2022	28.593	132.334**

Legenda: *Considera material adicional / ** Não considera material adicional / *** Inclui Acervo da Minha Biblioteca

Fonte: SISBI, 2023.

O fluxo de circulação do acervo das bibliotecas nos últimos cinco

anos está apresentado em números na tabela abaixo

Tabela 16 - Empréstimos anuais - 2018-2022

Biblioteca/Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Biblioteca Central - Campus JK	45.701	46.228	5.020	1.880	12.000
Biblioteca do Campus do Mucuri	21.102	17.644	1.701	1.222	3.881
Biblioteca do Campus de Janaúba	3.793	4.054	469	18	629
Biblioteca do Campus de Unaí	5.485	5.759	880	48	2.123

Fonte: SISBI, 2023.

Tendo por objetivos a gestão, preservação e ampla disseminação da produção científica da universidade, a UFVJM possui o Repositório Institucional (R.I), que permite o acesso ao conteúdo em formato integral, possibilitando o acesso aos usuários a mais de 2 mil publicações.

Além de atender a demanda dos cursos de graduação, o R.I atende, consequentemente, ao critério de avaliação do MEC, contido no Instrumento de Avaliação de cursos de graduação, referente à disponibilização dos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) em repositórios institucionais próprios acessíveis pela internet.

Na tabela abaixo é possível identificar a evolução, em números, do R.I da UFVJM nos últimos cinco anos:

Tabela 17 - Evolução do Repositório Institucional - 2018-2022

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Dissertações	858	1077	1216	1485	1785
Artigos	137	140	140	156	160
Trabalhos publicados em eventos	72	61	61	61	61
Livros	40	24	28	45	64
Vídeos	11	11	11	11	11
Teses	19	49	72	116	136
Trabalhos técnicos	3	3	3	3	3
Outros	11	12	12	12	12
Patentes	11	11	20	20	20
Monografias (esp.)	-	-	-	16	25
Folhetos	-	26	29	35	38
Anais	-	13	14	14	15
Capítulo de Livro	-	-	-	-	5
Total Geral	1162	1427	1606	1974	2335

Fonte: SISBI, 2023.

9.3 SALAS DE AULA, AUDITÓRIOS E LABORATÓRIOS

Com relação às salas de aula na UFVJM, elas são destinadas ao ensino nos cursos de graduação e pós-graduação e dividem-se entre salas de aula e laboratórios. As salas de aula são utilizadas principalmente para aulas teóricas, enquanto os laboratórios são destinados a aulas práticas.

Todas as salas de aula são equipadas com mesa para professor, quadro de vidro temperado transparente e fundo branco e/ou quadro-negro. A maioria das salas de aula possui um projetor multimídia e, para as que não possuem equipamento fixo, são disponibilizados aos docentes projetores para instalação momentânea. Além disso, algumas são providas, também, de lousa digital. As salas são dotadas dos consumíveis necessários

ao desenvolvimento das atividades para as quais são utilizadas e permitem acesso à rede wi-fi.

A manutenção das salas de aula é de responsabilidade das diretorias das unidades acadêmicas e da Diretoria de Administração, em consonância com a Diretoria de Infraestrutura, sendo que a limpeza das salas de aula é realizada por uma empresa terceirizada. A seguir são apresentadas as características das edificações, concebidas como salas de aula, existentes nos campi:

Tabela 18 - Salas de Aula - quantidade, capacidade e tamanho

Salas de Aula	Quantidade	Capacidade	Tamanho (m²)
Campus JK/ Campus I	88	4.071	6.107,10
Campus do Mucuri	51	1.872	2.249,44
Campus Janaúba	16	900	1.322,90
Campus Unaí	15	840	1.250,00
Total	170	7.683	10.929,44

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

Os auditórios, por sua vez, destinam-se precipuamente para a realização de atividades de cunho acadêmico, científico e cultural, tais como: colação de grau, recepção aos novos alunos, atividades administrativas, congressos, conferências, seminários, colóquios, workshops e atividades afins.

A UFVJM possui estrutura completa de auditórios no Campus JK, em Diamantina, e no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, equipados com projetor, som, equipamentos para transmissão on-line e acesso à rede wi-fi, poltronas confortáveis, aparelhos de ar-condicionado e acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD). O Campus Janaúba possui um auditório climatizado, que funciona no prédio de salas de aula. O Campus Unaí ainda não possui auditório.

Tabela 19 - Auditórios - localização e capacidade

Campus	Localização	Capacidade
I	Anfiteatro	120
	Prédio de auditórios	1200
	Fisioterapia	42
	Enfermagem	62
	DCBio	152
	CIPQ	85
	FACET	36
	Agronomia	76
	Zootecnia	99
	Centro de Estudos das Humanidades	180
	ICT	75
	Engenharia Florestal	135
	Sistemas de Informação	50
	Educação Física	127
Do Mucuri	Reitoria	177
	Prédio de auditórios	600
	FAMMUC	300
Janaúba	NIPE	98
	Prédio de salas de aulas	104

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

Os laboratórios da UFVJM cumprem com as exigências de segurança, garantindo a integridade dos seus usuários. Neles constam, quando necessário, capelas de exaustão, exaustores, extintores de incêndio compatíveis com os produtos e atividades laboratoriais, além de chuveiros lava-olhos para casos emergenciais envolvendo contato com produtos químicos.

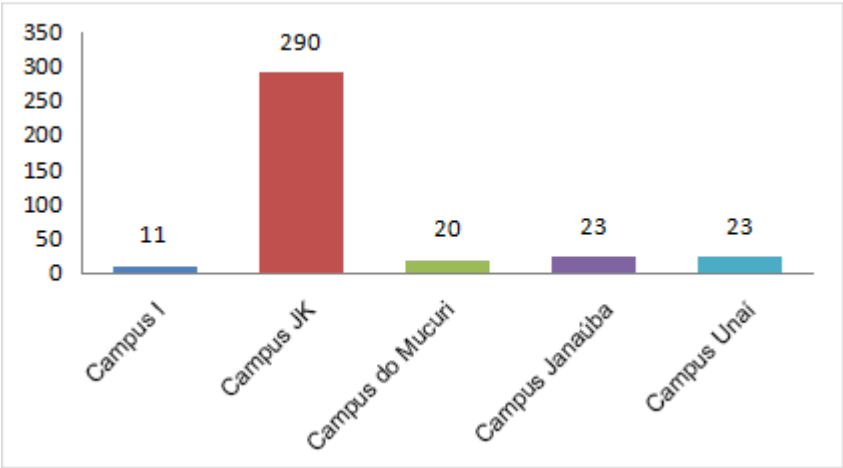
Esses espaços são avaliados periodicamente pelos docentes responsáveis, pelos técnicos de laboratório e por meio do questionário de avaliação da CPA. Todos os equipamentos presentes nos laboratórios são

identificados e patrimoniados, adequadamente armazenados e registrados em tabelas que ficam afixadas nos locais de sua guarda. Os laboratórios são acessíveis e possuem normas de segurança e utilização impressas e afixadas em local visível.

Os usuários são orientados e treinados quando utilizam os laboratórios para suas pesquisas e também nas aulas práticas, sendo informados das normas de segurança e de utilização do laboratório, dos equipamentos. O uso de equipamentos de proteção individual, quando necessário, é exigido e fiscalizado pelo professor ou técnico responsável pelo laboratório.

O gráfico abaixo apresenta, em números, a relação de laboratório por campus da UFVJM:

Gráfico 23 - Laboratórios da UFVJM por campus



Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

Nos Campi JK e I, em Diamantina, e no campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, existem ainda diversos laboratórios de informática, de uso compartilhado por todos os cursos, não somente para as aulas teóricas e práticas, como também para estudo e pesquisa dos alunos.

9.4 INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A infraestrutura de TIC na UFVJM é de responsabilidade da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A STI, vinculada à Reitoria, é responsável por gerenciar os recursos tecnológicos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações na UFVJM.

No decorrer deste documento, de maneira esparsa, foram fornecidas informações sobre infraestrutura relacionadas à TIC. Esta seção complementa essas informações de base tecnológica, em particular, de questões sobre rede lógica, disponibilidade e Acordo de Nível de Serviço (ANS), e segurança da informação.

A rede lógica, no tocante à tecnologia da informação e comunicação, compreende a estruturação virtual, utilizando-se de softwares, para configurar equipamentos de forma a propiciar a comunicação de dados na UFVJM, seja via cabos ou sem fio. Atualmente, a universidade possui as seguintes coberturas de acesso à rede:

Tabela 20 - Coberturas de acesso à rede lógica

Campus/Unidade	Cabeada	Sem fio
Campus I	49%	69%
Campus JK	92%	80%
Moradia Estudantil	100%	100%
Núcleo de Estudos Avançados em Turismo	100%	100%
Campus do Mucuri	55%	83%
Campus Janaúba	10%	90%
Campus Unai	5%	95%
Fazenda Experimental JK	0%	0%
Fazenda Experimental do Moura	100%	100%
Fazenda Experimental Rio Manso	29%	29%
Fazenda Experimental Santa Paula	0%	80%

Fonte: STI, 2023.

A UFVJM conta hoje com ligação por fibra óptica da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com as seguintes taxas de transferências:

Tabela 21 - Coberturas de acesso à rede lógica

Campus/Unidade	Taxa de transferência
Campus I	100 Mbps
Campus JK	1Gbps
Moradia Estudantil	100 Mbps
Núcleo de Estudos Avançados em Turismo	100 Mbps
Campus do Mucuri	1Gbps
Campus Janaúba	100 Mbps
Campus Unai	100 Mbps
Fazenda Experimental JK	Ainda não possui
Fazenda Experimental do Moura	100 Mbps
Fazenda Experimental Rio Manso	100 Mbps
Fazenda Experimental Santa Paula	100 Mbps

Fonte: STI, 2023.

Conforme consta no Capítulo 2, a instituição visa ampliar e aprimorar o acesso à conectividade de rede nos campi e atualizar o parque computacional, incluindo atualizações de hardware e software.

Atualmente, percebe-se a preocupação da instituição com questões relacionadas à disponibilidade de TIC e ANS, do original em inglês, Service Level Agreement (SLA). No tocante aos serviços prestados pela STI, solicitados através do sistema GLPI, o prazo médio de atendimento varia entre 3 (três) e 5 (cinco) dias úteis, podendo ser superior conforme complexidade técnica, disponibilidade de recursos computacionais, disponibilidade orçamentária, envolvimento de setores fora da STI, etc. Tais prazos foram definidos pelas chefias da antiga DTI, agora superintendência, em acordo com o gestor máximo de TI.

Espera-se que o acordo de nível de serviço seja formalizado junto ao

Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos.

Quanto à segurança da informação, o tema tem ganhado destaque e importância na UFVJM, tanto que houve a aprovação da [Resolução CGIRC nº 08/2023](#) que trata da composição da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) e a adesão da UFVJM à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos.

Além disso, a STI possui um servidor designado para a função de Gestor de Segurança da Informação, sendo periodicamente realizadas campanhas por e-mail sobre temas relacionados à segurança da informação e a promoção de solução de hardware e software de controle de tráfego de dados.

Quanto aos sistemas de informação, a UFVJM é uma organização com várias unidades acadêmicas e administrativas que possuem funções vitais ao bom andamento dos processos da instituição. A STI, por meio da Divisão de Sistemas Institucionais (DSI), é responsável pelo planejamento, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação desenvolvidos pelo setor. Tem como principais atividades a definição, padronização e gerenciamento dos modelos e soluções dos sistemas de informação da universidade, além da prospecção de soluções que envolvem parcerias com outras universidades federais e demais órgãos públicos. Estão sob sua tutela os seguintes sistemas:

Quadro 43 - Sistemas de informação

Desenvolvimento próprio	Desenvolvido por terceiros	Mantido por outras áreas
Pressiga: Controle e gestão de candidatos	GLPI	Reuse
e-Campus: Sistema de Gestão Integrado	e-Voto	
Assinador Digital: Assinador digital de documentos	GeoNode	
PagTesouro (fase de homologação): Integração com o sistema de pagamentos do Tesouro Nacional para disponibilizar meios de pagamentos digitais	Mautic	
API de integração por meio de microserviços	Metabase	
	Pergamum	
	Portal de Dados Abertos	

Fonte: STI,2023.

A STI, através da Divisão de Infraestrutura, Redes e Telecomunicação (DIRT), disponibiliza a solução robusta de comunicação e colaboração da Google, o Workspace for Education Plus. É ofertado serviço de e-mail, chat, videochamadas, documentos on-line, etc. De forma complementar, a UFVJM também tem parceria com a Microsoft para disponibilizar o pacote de ferramentas de comunicação e colaboração Microsoft 365.

9.5 PLANO DE ACESSIBILIDADE

Os setores buscam viabilizar e eliminar as barreiras arquitetônicas e promover a acessibilidade física na UFVJM. Dessa forma, desenvolve ações que visam à permanência e diplomação dos estudantes com necessidades especiais, a saber: acompanhamento acadêmico, Programa de Tutoria Especial, parceria com a Biblioteca Digital e Sonora (BDS), realização de cursos e palestras para as comunidades internas e externa. A acessibilidade, no entanto, não se restringe ao aspecto físico, mas inclui também as

comunicações e as atitudes.

As ações para viabilizar a promoção de acessibilidade física na UFVJM se traduzem-se nas obras e reformas executadas no período. Todas as obras e reformas projetadas e executadas atendem à legislação de acessibilidade (sinalização implantada, sanitários adaptados e plataformas elevatórias. Foram realizadas diversas intervenções pelo setor de manutenção da Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção dos Bens Patrimoniais, incluindo a execução de rampas para acesso a calçadas, passagens elevadas (“quebra-molas”) e fixação de pisos táteis no prédio da Reitoria.

Cabe destacar que a UFVJM ainda não possui uma política de acessibilidade e inclusão instituída. Contudo, em consonância com programas, políticas governamentais e legislações que asseguram o direito da pessoa com deficiência à educação, a instituição vem realizando importantes ações, tais como:

- atendimento à legislação no que se refere tanto ao acesso da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação, quanto a processos seletivos dos cursos de graduação e pós-graduação e também a concursos públicos, analisando e dando os devidos encaminhamentos no sentido de atender às solicitações dos candidatos que relatam alguma “necessidade especial” no ato de inscrição;

- designação de comissões de avaliação da condição dos candidatos que concorrem à vaga PcD (Pessoa com Deficiência) nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como nos concursos para cargos efetivos ou de substitutos;

- constituição do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Naci) da UFVJM (Resolução nº 19 - Consu, de 04 de julho de 2008) e sua reestruturação (Resolução nº 11 - Consu, de 11 de abril 2014). O Naci é responsável pela articulação de ações entre pró-reitorias, coordenações de cursos, corpo docente e empresas externas que prestam serviços para a comunidade

acadêmica, com o objetivo de garantir a acessibilidade e inclusão dos estudantes, servidores e colaboradores terceirizados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e com altas habilidades/superdotação;

- disponibilização de variados recursos de acessibilidade nas bibliotecas de todos os campi da universidade, como computadores com acessibilidade e respectivos periféricos, teclado com teclas ampliadas para facilitar a visualização da pessoa com baixa visão, lupa, mouse, mesa adaptada para estudante cadeirante, banheiros com acessibilidade, espaço adequado entre as estantes de livros, bebedouros com layouts adaptados (bica e torneira). Além disso, o acervo dessas bibliotecas possui alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade visual e áudio. A biblioteca digital Minha Biblioteca possui a função de leitor de texto para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

Para o fortalecimento da acessibilidade e inclusão na UFVJM, vem sendo destinado recurso financeiro no Plano Orçamentário Programa Viver sem Limites - Incluir. Esse recurso, atualmente gerenciado pela equipe do Naci/Proace/UFVJM, possibilita o desenvolvimento de ações importantes para a promoção da acessibilidade na instituição. Como exemplo podem ser destacadas a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva e montagem de estúdio de Libras; visitas técnicas em Núcleos de Acessibilidade de outras instituições; organização e realização de eventos (palestras, seminários, entre outros) para sensibilizar a comunidade acadêmica e a comunidade externa sobre a importância da acessibilidade e do respeito para com as diferenças, bem como para capacitar servidores sobre o uso de ferramentas relacionadas à inclusão; participação em eventos nacionais sobre a temática e capacitação dos servidores que atuam no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da universidade.

Ainda que essas ações sejam desenvolvidas institucionalmente, há necessidade de outras providências que possibilitem o fortalecimento da

responsabilidade institucional em promover a acessibilidade e inclusão e minimizar e/ou eliminar as barreiras para o acesso, permanência e usufruto dos espaços físicos e serviços oferecidos à comunidade universitária com deficiência e mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação no ensino superior.

Respalhada nos marcos legais, políticos e pedagógicos, a UFVJM quer inserir uma Política de Acessibilidade e Inclusão coesa e atuante, que assegure o direito à educação e promova a autonomia e a independência da comunidade universitária.

É imprescindível que se compreenda a necessidade de diálogo e ações conjuntas entre os diversos setores da instituição, para que se torne real a acessibilidade dos campi. Dessa maneira, acredita-se que a proposta de desenvolver esse plano possibilitará demais adequações e recursos destinados a demandas urgentes.

É importante informar que, apesar do foco deste documento terem sido as ações realizadas para garantir a acessibilidade aos estudantes, também voltou-se a atenção às condições de melhorias para os servidores.

Cabe destacar que, em complemento ao trabalho do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Naci), existe a Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor, vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), que pode auxiliar/apoiar os servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades/ superdotação. Cabe ressaltar que todas as ações em andamento objetivam minimizar as barreiras arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, pedagógicas, digitais e atitudinais.

Apesar de tais ações ainda caminharem de modo bastante acanhado, o objetivo-fim da UFVJM sempre será o de ofertar o ensino público superior gratuito e de qualidade para todas as pessoas, sem distinção.

9.5.1 Acessibilidade metodológica ou pedagógica

O documento denominado Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) descreve que é possível notar a acessibilidade metodológica ou pedagógica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência como, por exemplo, pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Para contribuir com a eliminação de barreiras relacionadas a esse tipo de acessibilidade, a universidade instituiu o citado Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - Naci/Proace/UFVJM e, em 2014, implantou subcomissões nos campi localizados fora da de sua sede.

Desde sua criação, a equipe do Naci vem desenvolvendo as seguintes ações relacionadas à acessibilidade metodológica ou pedagógica:

- elaboração do “Formulário de Demanda” para levantamento e atualização de demandas apresentadas pelo estudante que faz parte do público-alvo do Naci;
- mapeamento semestral da situação de matrícula dos alunos que ingressam em vaga PcD e dos que relatam “necessidade especial” no ato de matrícula no Pressiga;
- envio de e-mails a todos os estudantes ingressantes que declaram ter alguma “necessidade especial” no ato da matrícula e para os que entram em vaga PcD, bem como para os que foram acompanhados pela equipe do Naci nos semestres anteriores, para verificação ou atualização de demanda; e realização de reuniões com os alunos que responderam aos e-mails, para dar os devidos encaminhamentos;
- realização de reuniões com professores e coordenadores de cursos

para repasse de orientações sobre adequações didático-pedagógicas, métodos e estratégias de estudo e encaminhamento por e-mail das referidas orientações, para formalizar o assunto discutido em reunião e dar ciência aos que não tiveram disponibilidade de participar;

- realização de reuniões com outros setores da instituição e empresas que prestam serviço para intermediação de demandas (por exemplo, empresas de ônibus);
- disponibilização do Serviço de Tradução/Interpretação de Libras para atendimento da comunidade surda que se comunica via Libras;
- contratação de intérpretes de Libras por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP);
- realização de reuniões multiprofissionais para discussão de casos, alinhamento de ações e encaminhamentos de alunos;
- participação em levantamentos de recursos financeiros, materiais, pedagógicos, de pessoal, equipamentos e estrutura necessários para a implementação da política pública para pessoas com deficiência, sempre que solicitado;
- aquisição e disponibilização de mobiliários adaptados (disponíveis nas salas de aula e bibliotecas) e equipamentos de tecnologia assistiva (disponíveis para empréstimo na sala do Naci e bibliotecas);
- organização e realização de eventos de sensibilização sobre a temática de inclusão;
- disponibilização e administração diária do canal de comunicação com a comunidade acadêmica (e-mail) para tratar de questões relativas à acessibilidade;
- divulgação das ações realizadas no portal institucional, no boletim informativo, na recepção de calouros, entre outros meios de comunicação e eventos.

Ainda em relação à acessibilidade metodológica ou pedagógica, a UFVJM realiza as seguintes ações:

- oferta da disciplina de Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciaturas e optativo nos cursos de bacharelados, bem como da disciplina de Português como Segunda Língua na Modalidade Escrita para Surdos, nos currículos dos cursos de graduação em Pedagogia e Letras, como unidade curricular obrigatória;
- abordagem da temática “Diversidade e Inclusão” em diversos cursos de graduação, por meio de disciplinas obrigatórias, optativas e/ou eletivas, e em eventos institucionais;
- desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa que abordam a temática da inclusão;
- disponibilização de variados dispositivos de acessibilidade nas bibliotecas de todos os campi da universidade, conforme informado no item anterior.

9.5.2 Acessibilidade nas comunicações

Promover acessibilidade nas comunicações significa oferecer recursos, atividades e bens culturais que promovam independência e autonomia aos indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo proposto. Audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em Braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes.

Para atender a esse tipo de acessibilidade, a UFVJM disponibiliza nas bibliotecas de todos os campi alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade audiovisual. Além disso, a instituição vem executando as seguintes ações:

- melhoria e ampliação de estratégias de atendimento às pessoas com deficiência na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), com aperfeiçoamento e entendimento dos recursos de audiodescrição e

demais recursos de acessibilidade nas comunicações, que aumentam a compreensão de pessoas com deficiência visual, idosos e disléxicos, colaborando para a construção de uma sociedade mais inclusiva;

- esforço da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) em entender a legitimação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a obrigatoriedade do poder público em adotar formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão dessa língua como meio de comunicação, de acordo com a Lei nº 10.436/02, garantindo o atendimento e tratamento adequado às pessoas com deficiência auditiva;

- aprimoramento e ensino de habilidades e conhecimentos relativos a Libras aos servidores da instituição. A UFVJM já possui demanda de comunicação com os usuários surdos, mas é preciso ampliar as possibilidades comunicativas para desempenhar seu papel formativo de modo inclusivo.

9.5.3 Acessibilidade digital

Promover acessibilidade digital significa readequar a linguagem adotada na comunicação, tornando tangível o entendimento da informação, e implementar um conjunto de normas relacionadas aos padrões web de acessibilidade e de responsividade, com o intuito de oferecer recursos que promovam independência e autonomia às pessoas que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo publicizado.

Para garantir a acessibilidade nos sistemas e veículos de comunicação institucionais da UFVJM, a Coordenadoria de Comunicação Social Social (CoordCS) e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) têm implementado um portal digital e sistemas institucionais acessíveis de acordo com as recomendações descritas nas cartilhas de Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG) e diretrizes de acessibilidade presentes no World Content Accessibility Guide (WCAG), no World Wide Web Consortium (W3C) e no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

Para fazer com que os usuários possam perceber, entender, navegar e interagir de maneira efetiva (com necessidades especiais ou não e independentemente da idade) com as aplicações institucionais da UFVJM, a CoordCS e a STI vêm desenvolvendo as seguintes ações:

- condução do desenvolvimento e adaptação dos sites, subsites, páginas e sistemas acadêmicos e administrativos, com ênfase na implementação da Acessibilidade Digital e viabilização do acesso por qualquer usuário;
- utilização das ferramentas Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES) e do Access Monitor para o processo de validação automática de acessibilidade;
- disponibilização de elementos padronizados de acessibilidade digital, tais como primeira folha de contraste, barra de acessibilidade, mapa do site, links destacados, alteração do tamanho e espaçamento dos textos;
- integração dos sistemas e veículos de comunicação institucionais com o sistema de tradução para Língua Brasileira de Sinais (Libras) multiplataforma - VLibras 2.0;
- disponibilização de audiodescrição dos conteúdos midiáticos nos sites, subsites e páginas do novo portal institucional e nas mídias sociais oficiais gerenciadas pela CoordCS.

É importante destacar ainda que a UFVJM disponibiliza nas bibliotecas de todos os campi alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade audiovisual. A biblioteca digital Minha Biblioteca possui a função de leitor de texto para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

9.5.4 Acessibilidade atitudinal

Acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de

acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

De acordo com o documento “Referenciais de Acessibilidade”, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o desenvolvimento de ações que buscam eliminar barreiras atitudinais pode ser verificado quando existem, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.

Nesse contexto, para garantir a acessibilidade atitudinal, a UFVJM desenvolve as ações já descritas nos itens anteriores e ainda:

- disponibilização no orçamento anual de recursos financeiros por meio da rubrica Programa Viver Sem limites - Incluir, que favorecem a aquisição de tecnologias assistivas, equipamentos e mobiliários adaptados, realização de eventos de sensibilização e capacitação abordando a temática da inclusão, complementação de valores para ações relacionadas à adequação arquitetônica e prestação de serviços voltados a atender demandas apresentadas ao Naci, entre outros;
- consideração da condição de deficiência no ranqueamento final do Programa de Assistência Estudantil (PAE), em que o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) é o parâmetro utilizado para a classificação dos benefícios disponibilizados. Para isso, a condição mencionada deve ser comprovada, por meio de laudo médico atualizado, na etapa da entrega de documentação;
- prioridade no atendimento psicológico sempre que a deficiência é informada ao Serviço de Psicologia, em conformidade com o Art. 9º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

9.5.5 Acessibilidade nos transportes

O transporte de passageiros na universidade é realizado atualmente de duas formas: por meio de veículos coletivos intermediados pelas prefeituras das cidades, no deslocamento de pessoas até os campi da universidade, e com veículos próprios, para deslocamentos internos e viagens institucionais.

Em relação aos veículos e pontos de transporte coletivo, é importante que a universidade, enquanto beneficiária no deslocamento de grande parte dos usuários (estudantes, servidores, colaboradores, comunidade em geral), realize parcerias e reuniões com o poder público municipal para discutir a contratação e fiscalização das empresas intermediárias que prestam os serviços de transporte público. O objetivo é garantir que essas empresas estejam de acordo com a legislação no que se refere às condições de uso de sua frota, que deve ser adaptada ao uso de todas as pessoas, sem distinção.

Sobre a frota própria da universidade, que atualmente conta com veículos de passeio e coletivos, há também a necessidade de atender aos normativos da Lei de Acessibilidade, sendo fundamental que, em cada campus, exista pelo menos um veículo de passeio e outro coletivo adaptados e disponíveis para a acessibilidade nas viagens institucionais.

Já dentro dos campi da UFVJM, o destaque vai para as vias, calçamento, locais de parada e estacionamento, que também devem ser acessíveis, sem barreiras ou obstruções que dificultem o deslocamento das pessoas, e devem incluir facilitadores a quem possua alguma dificuldade de locomoção. Exemplos desses facilitadores são as rampas, pisos podotáteis, vagas privativas nos estacionamentos, sinalizações, entre outras medidas, ainda bastante deficitárias em todos os campi da instituição.

9.5.6 Acessibilidade arquitetônica

Tendo em vista o processo de execução de obras dos projetos arquitetônicos do Campus JK e do Campus do Mucuri, os membros do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFVJM (Naci), tomando como referência a NBR 9050/04 e o Decreto Federal nº 5.296/2004, desenvolveram, em 2009, um material para checagem dos itens indispensáveis para a acessibilidade das edificações da instituição. Para a elaboração desse Plano de Garantia de Acessibilidade da UFVJM, o material foi revisto e ampliado, uma vez que a NBR 9050 teve sua quarta edição publicada em agosto de 2020.

9.6 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Os trabalhos da fase diagnóstica para elaboração do PDI permitiram compreender o cenário atual da UFVJM no que concerne à necessidade de consolidação e expansão da sua infraestrutura física e tecnológica.

Os campi novos de Janaúba e Unaí encontram-se num cenário crítico no que se refere à oferta de um ambiente acessível, urbanizado e propício para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Todos os campi da UFVJM apresentam necessidades relacionadas à infraestrutura predial, acervo bibliográfico, laboratorial, acessibilidade, segurança, pessoal, de TIC, entre outras.

Atualmente, a UFVJM carece de pelo menos R\$ 190 milhões em investimentos para estruturar/consolidar os seus espaços físicos e infraestrutura tecnológica prioritários para o seu funcionamento. No que se refere à oferta de moradia aos estudantes classificados nos índices de vulnerabilidade socioeconômica, o valor demandado ultrapassa a casa dos R\$ 60 milhões.

A infraestrutura tecnológica e segurança da informação da UFVJM

tornam-se fatores preocupantes, as quais também carecem de uma atenção especial. A sobrecarga de demandas relacionadas à automatização dos processos e segurança da informação tem acionado o sinal de alerta institucional, quanto à garantia da manutenção e preservação dos dados institucionais, bem como à adequação e otimização dos processos nas diversas áreas de atuação, principalmente na área de ensino e administração sob a perspectiva da legislação em vigor.

As demandas gerais acerca da expansão da infraestrutura física da UFVJM, entre outras, coletadas nos trabalhos para elaboração do PDI foram: construção de prédio anexo ao prédio da Facsae para o desenvolvimento de ações voltadas para a cultura, ensino, pesquisa e extensão dos atuais e novos cursos de graduação e pós-graduação da Facsae (R\$ 5 milhões); climatização do prédio da Facsae (R\$ 130 mil); paisagismo do entorno do prédio da Facsae (R\$ 20 mil); aquisição de computadores e impressoras para atender a demanda da FIH (R\$ 604 mil); aquisição de cortinas para o Centro de Humanidades da FIH (R\$50 mil); aquisição de mobiliário, software e equipamento de TIC para atender a demanda da Proplan (R\$ 180 mil); construção de uma guarita com banheiro para os porteiros e do muro do entorno e retomada das construções paralisadas da Moradia Estudantil Universitária em Diamantina (R\$16,8 milhões); aquisição de computadores (aproximadamente 20 máquinas), de estação de trabalho e cadeiras para os servidores da Proaae (R\$ 19 mil); aquisição de 4 cadeiras de roda especiais para deslocamento de discente em trabalho de campo - uma para cada campus (R\$ 28 mil); adequação dos espaços da Proaae para alocação dos servidores em um espaço único (R\$ 5 milhões); aquisição de equipamentos de laboratórios, projetores e computadores para atender a demanda do ICA (R\$ 3,03 milhões); aquisição de equipamentos e mobiliários para a Fazenda Experimental Santa Paula (R\$ 1 milhão); aquisição de veículos com capacidade de transportar cargas para execução e atividades na FESP e em fazendas da região para implantação de experimentos (R\$ 180 mil); aquisição de mobiliários e equipamentos para melhorar a permanência dos estudantes no Campus

Unai - mesas para refeição, itens recreativos, micro-ondas, geladeiras, poltronas, pufes (R\$ 60 mil); pintura do prédio principal do ICT (R\$ 500 mil); aquisição de materiais permanentes - equipamentos extremamente básicos e de pequeno porte para realização de atividades práticas de ensino; demandas dos cinco cursos de graduação do ICT (BCT, Eng. de Alimentos, Química, Mecânica e Geológica) e alguns projetos de representação institucional como Baja Espinhaço, AeroVale - AeroDesign, Fórmula Real Racing, Starkbotz (R\$ 250 mil); softwares específicos de engenharia para realização de atividades práticas de ensino; instalação e manutenção de equipamentos laboratoriais dos cursos do ICT, tais como componentes eletroeletrônicos, gases, óleos lubrificantes, dentre outros; insumos diversos para instalação de vários equipamentos (R\$ 50 mil); construção do prédio do curso de Eng. Geológica CEGEO em um bloco específico (administrativo e laboratório), para atender as demandas do curso dispostas em seu projeto pedagógico (R\$ 3 milhões); adequação de espaços para funcionamento do laticínio-escola, frigorífico-escola, padaria-escola, cereais, de suma importância para o funcionamento do curso de Engenharia de Alimentos do ICT (R\$ 3,3 milhões); aquisição de mobiliários para alguns laboratórios de ensino do ICT (R\$ 40 mil); Aquisição de equipamentos de informática (computadores, notebooks e impressoras) para atender a demanda do ICT (R\$ 500 mil); urbanização dos Campi Janaúba e Unai, com calçamento, rede de drenagem, sinalização, arborização, espaços de convivência e melhoria da iluminação (R\$ 15 milhões); implantação da rede lógica e melhoria dos equipamentos de T.I no Campus Janaúba (R\$ 20 mil); construção do portal de entrada dos Campi Janaúba e Unai, com cancela, guarita e sinalização apropriada visando melhorar o controle e acesso aos campi, bem como instalação de outdoor/totem/portal que sinalize a entrada dos campi (R\$ 2,5 milhões); construção de um galpão, vestiário com chuveiro para atividades de ensino, pesquisa e extensão e melhorar as condições de permanência dos alunos e servidores no Campus Janaúba (R\$ 800 mil); equipar uma sala maker com impressora 3D, cortadores laser, modelos no Campus Janaúba (R\$ 400

mil); aquisição de computadores desktops, servidor de alto desempenho tipo rack, subscrição VMWare (2 x VmWareVcenter, 20 VmWareVsPhere 01 VmWare Site Recovery), switch gerenciável com 24 e 48 portas gigabit; acess point wifi; controladora e software de gerenciamento wireless virtualizada, notebooks, monitores e switch core 48 portas para atender a demanda de infraestrutura de TIC da UFVJM (R\$ 11,7 milhões); aquisição de sonorização, microfone profissional, câmeras digital e tripé profissional, refletores canhão LED Par 64 RGB 54 Leds 3w DmxStrobo, caixa de som para guitarra, baixo ou teclado, projetor LED de até 100 polegadas Full HD com alto falante, kit desktop / monitor 21,5 polegadas / HD externo / notebooks / antenas kit Starlin, palco praticável 2x1mt para atender a demanda das ações e projetos de cultura, arte e extensão da Proexc (R\$ 350 mil); instalação de rede lógica e climatização do prédio dos laboratórios das engenharias do ICET (R\$ 300 mil); aquisição de gerador de energia para o prédio do ICET e laboratório das engenharias (R\$ 180 mil); pintura geral do prédio do ICET (R\$ 450 mil); aquisição de equipamentos laboratoriais, computadores e mobiliários para desenvolvimento de aulas práticas nos laboratórios do ICET (R\$ 4,9 milhões); construção de áreas de convivência e paisagismo entre o prédio do ICET e o prédio dos laboratórios das engenharias (R\$ 300 mil); construção de um auditório no terceiro andar do prédio dos laboratórios das engenharias do ICET (R\$ 1,2 milhão); montagem e instalação de uma oficina de precisão completa com serralheria, carpintaria, marcenaria, vidraçaria, etc para atender a demanda do ICET (R\$ 800 mil); implantação do CFTV nos Campi I, do Mucuri, Unai e Janaúba da UFVJM (R\$ 2,8 milhões); implantação dos dispositivos de segurança e combate a incêndio em todos os campi da UFVJM (R\$ 1 milhão); obras de acessibilidade em todos os campi da UFVJM (R\$ 2,5 milhões); pintura e manutenção nos telhados das edificações de todos os campi da UFVJM (R\$ 4 milhões); construção de uma ETE e poço artesiano nos Campi Unai e Janaúba, e construção de poço artesiano no Campus JK (R\$ 2 milhões); instalação de iluminação de LED nas vias dos Campi do Mucuri, Janaúba e Unai (R\$ 1 milhão); execução das seguintes obras: 1 - galpão de

máquinas agrícolas FERM, 2 - cercamento Campus JK, 3 - espaço para o pessoal da limpeza, 4 - construção de depósito de agrotóxicos de no máximo 20 m², nas Fazendas Experimentais Rio Manso, em Couto de Magalhães de Minas e em Curvelo, 5 - construção das lavanderias para os Campi I e JK, 6 - construção de dois pequenos galpões (Campus 1 e JK), para guardar ferramentas e materiais de limpeza, utilizados pelos funcionários terceirizados, 7 - construção da drenagem Campus JK, 8 - execução da pavimentação Campus JK, 9 - construção do acesso ao Campus JK, 10 - execução da sinalização interna e externa do Campus I, JK, Fazenda do Moura, Fazenda Rio Manso, Casa de Apoio e Núcleo de Turismo, 11 - construção dos setores de transportes dos Campi Unai e Janaúba (R\$ 15 milhões); implantação do CFTV, dispositivos de prevenção e combate a incêndio e acessibilidade para a Casa de Apoio, Moradia Estudantil Universitária, fazendas e Núcleo de Turismo (R\$ 1 milhão); construção e adequação dos laboratórios do Comitê Técnico, Científico e Multidisciplinar (CTCM) (R\$ 5 milhões); aquisição de acervo bibliográfico para as bibliotecas dos campi da UFVJM (R\$ 800 mil); construção do prédio da Fammuc no Campus do Mucuri (R\$ 7,5 milhões); adequação do prédio da Famed para aulas práticas e atividades administrativas no Bloco III (R\$ 4 milhões); construção do prédio administrativo da Facet (R\$ 3 milhões); adequação do prédio do curso de Química da Facet (R\$ 2 milhões); construção da clínica veterinária no Campus Unai (R\$ 3 milhões); construção de refeitórios e praça de serviços nos Campi Janaúba e Unai (R\$ 4 milhões) e conclusão de algumas obras paralisadas consideradas essenciais para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFVJM (R\$ 55 milhões).

Ademais, foram apresentadas pela sociedade demandas por expansão de campi para outros municípios, bem como criação de novos cursos nos campi já existentes.

A consulta pública para levantamento das demandas regionais no que concerne à expansão de novos campi teve participação significativa da população. Foram quase 5 mil respondentes, os quais indicaram que, além

da necessidade de a UFVJM consolidar os seus campi atuais, ela precisa se expandir para demais municípios do estado de Minas Gerais, sendo os mais votados: Capelinha, Curvelo, Itamarandiba, Almenara, Araçuaí, Januária, Contagem, Itaobim, Salinas e Conceição do Mato Dentro.

A expansão para outros campi deverá ser ratificada pelo Conselho Universitário da UFVJM, levando em consideração as demandas regionais, pactuações junto ao seu órgão superior (MEC) e governo federal, bem como contrapartidas dos governos e demais organizações locais, de modo a assegurar condições concretas e indispensáveis que garantam os recursos e demais infraestruturas (custeio, investimento, pessoal, terrenos, urbanização, laboratórios, equipamentos, entre outros) para a construção e o seu respectivo funcionamento.

10. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Na esfera educacional, o processo de avaliação da Instituição de Ensino Superior (IES) é realizado de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A avaliação é um fator indispensável ao desenvolvimento institucional, tendo por finalidade favorecer um processo reflexivo sobre as ações realizadas identificando o que funcionou e o que precisa ser alterado ou melhorado. A avaliação, portanto, subsidia a tomada de decisões, uma vez que ela atua como um instrumento de acompanhamento do planejamento.

Nesse diapasão, o Decreto nº 9.235/2017 registra que a avaliação realizada por meio do Sinaes é o referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. O Sinaes é composto por basicamente três subsistemas, quais sejam: avaliação institucional, avaliação dos cursos e avaliação dos estudantes.

Registra-se que o processo de autoavaliação estrutura-se de acordo com os cinco eixos que atendem às dez dimensões avaliativas do sistema, conforme quadros abaixo:

Quadro 44 - Dimensões definidas pelo SINAES

Dimensão	Descrição
1	Missão e PDI
2	Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão
3	Responsabilidade social da IES
4	Comunicação com a sociedade
5	As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo
6	Organização de gestão da IES
7	Infraestrutura física
8	Planejamento de avaliação
9	Política de atendimento aos estudantes
10	Sustentabilidade financeira

Fonte: INEP.

Quadro 45 - Eixos de avaliação definidos pelo SINAES

Eixos	Descrição	Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Institucional	Contempla a Dimensão 8 e inclui o Relato Institucional
2	Desenvolvimento Institucional	Contempla as Dimensões 1 e 3
3	Políticas Acadêmicas	Contempla as Dimensões 2, 4 e 9
4	Políticas de Gestão	Contempla as Dimensões 5, 6 e 10
5	Infraestrutura	Contempla a Dimensão 7

Fonte: INEP.

Conforme quadro abaixo, a avaliação dos cursos de graduação, de pós-graduação e a avaliação institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) ocorre por meio de diversos instrumentos internos e externos. Tais avaliações resultam em relatórios que proporcionam o autoconhecimento institucional e a melhoria da sua qualidade, além de gerar indicadores que parametrizam o seu desempenho.

Quadro 46 - Mecanismos de avaliação dos cursos e da instituição

Avaliação Institucional			
Instrumentos do SINAES			
Avaliação Interna		Avaliação Externa	
Instrumentos	Produtos	Instrumentos	Produtos
Autoavaliação (CPA)	Relatório de Autoavaliação Institucional, Relato Institucional	ENADE	Conceito ENADE, IDD, CPC, microdados e relatórios
		Avaliação <i>in loco</i>	Relatórios das Visitas
		Bases de dados e-MEC e Censup	Relatórios
Outros Instrumentos de Avaliação			
Avaliação Interna		Avaliação Externa	
Instrumentos	Produtos	Instrumentos	Produtos
IAE	Relatórios	Capes	Conceito Capes e Relatórios

Fonte: Comissão Própria de Avaliação (CPA), UFVJM.

A partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) estabeleceram-se os seguintes mecanismos de avaliação externa: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); as visitas de avaliação *in loco* em processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos de graduação e em processos de credenciamento e credenciamento institucional, presencial e a distância, e, ainda, as bases de dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) e do Censo da Educação Superior (sistema Censup) como fontes para a avaliação. Como instrumento de avaliação interna, o Sinaes estabeleceu a autoavaliação, a ser promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), por sua vez, são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Cabe destacar que as avaliações promovidas pelo Ministério de Educação (MEC) não suprimem a adoção de outros instrumentos de

avaliação interna estabelecidos pela instituição. Muito pelo contrário, quanto mais a instituição buscar o autoconhecimento e a investigação das suas características particulares, mais chance terá de atingir altos níveis de qualidade dentro da sua área de abrangência. Nesse sentido, a UFVJM conta também com o Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE) conforme será visto mais adiante. Os resultados obtidos pela Avaliação Institucional estimulam os coordenadores dos cursos, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e diversos atores envolvidos na gestão institucional a identificar as suas potencialidades, a buscar a superação das fragilidades apontadas e, conseqüentemente, a melhorar a qualidade do ensino.

10.1 AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação interna institucional das universidades federais é um processo fundamental para a melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos por essas instituições. É realizada por meio de indicadores e critérios estabelecidos pelos órgãos competentes, como a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e envolve a análise e monitoramento de diferentes aspectos da vida acadêmica e administrativa, como a estrutura física, a formação dos docentes, a produção científica, a oferta de programas de pós-graduação, a inclusão social, entre outros.

10.1.1 Autoavaliação institucional

A autoavaliação é realizada pela CPA, cujo regimento foi aprovado pela Resolução do Conselho Universitário nº 6, de 11 de maio de 2021, com o objetivo de atender as recomendações do Sinaes e visando a adequação da sua composição e funcionamento para uma CPA multicampi, atendendo a realidade da UFVJM.

Os procedimentos metodológicos adotados pela CPA estão em

consonância com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, de 9 de outubro de 2014, que estabelece as diretrizes para elaboração dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Ensino Superior (IES). Desse modo, estão em interlocução com os cinco eixos de avaliação institucional definidos pelo Sinaes.

Além disso, a metodologia está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional e, como instrumentos para coleta de dados para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, a comissão utiliza os seguintes dispositivos:

- Relatórios de Autoavaliação Institucional dos anos anteriores
- Relatórios de avaliação externa dos cursos de graduação e relatório institucional (Relatórios de visitas in loco)
- Dados e relatórios do IAE
- Coleta de dados da Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias da UFVJM – solicitação por meio de ofício eletrônico
- Formulários de avaliação on-line direcionados aos segmentos da comunidade interna e externa com questões referentes às 10 dimensões do Sinaes
- Documentos institucionais: Relatório de Gestão e PDI
- Atas das reuniões da Comissão Própria de Avaliação

Ressalte-se que, no contexto da pandemia, a comissão aplicou o questionário on-line baseado na oferta e nos procedimentos do ensino e do trabalho remoto. Uma campanha de divulgação referente ao processo de autoavaliação foi criada pela Coordenadoria de Comunicação Social (CoordCS), com várias peças para cada segmento, e foi amplamente divulgada em várias plataformas e mídias digitais.

Entendendo a autoavaliação institucional como um processo que precisa ser contínuo e participativo, a CPA apresenta seu planejamento com

as seguintes estratégias: elaborar novos questionários de autoavaliação institucional; realizar oficinas sobre autoavaliação em todos os campi; disponibilizar caixas de coleta de comentários; aumentar a participação da comunidade externa; ampliar as ações de divulgação da CPA em parceria com a CoordCS e implementar seminários periódicos de devolução das análises coletadas na autoavaliação.

10.1.2 Instrumento de Avaliação do Ensino

O IAE é uma ferramenta de avaliação interna própria da UFVJM, criado pela Resolução Consepe nº 22, de 25 de julho de 2014, e alterado pela Resolução Consepe nº 63, de 23 de novembro de 2017. Esse instrumento foi desenvolvido para investigar as condições particulares do ensino em conformidade com a realidade institucional e é composto por questionários disponibilizados dentro do Sistema de Gestão Acadêmica (e-Campus) para os estudantes e professores dos cursos de graduação, possibilitando a avaliação do conjunto de aspectos para o dimensionamento e planejamento de ações que concorrem para a melhoria das condições de oferta dos cursos.

Algumas atualizações previstas no instrumento em 2017 encontram-se em fase de implementação no sistema, sendo utilizado, até o momento, o questionário elaborado em 2014, que conta com questões sobre infraestrutura e de avaliação da gestão. Os resultados da avaliação são disponibilizados aos discentes e docentes, de acordo com os temas avaliados. E, a partir dos resultados coletados com a aplicação do IAE, os coordenadores de curso de graduação analisam os resultados gerais e identificam as necessidades de melhoria nas condições de ensino e de oferta do curso, promovendo diálogos e ações visando ao aprimoramento das condições didático-pedagógicas de oferta das disciplinas e componentes curriculares do curso sob a sua coordenação. Também com base nos resultados coletados no IAE, as Pró-Reitorias de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação podem promover discussões acerca das melhorias das

condições de ensino e oferta do curso propostas pelos Colegiados de Cursos, nos seus respectivos conselhos.

10.2 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa das universidades federais é um processo essencial para garantir a qualidade do ensino superior no Brasil. Essa avaliação é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Essa avaliação tem como objetivo principal analisar a qualidade e a eficiência das universidades federais em diversos aspectos, como ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Busca identificar os pontos fortes e fracos das instituições e propor medidas de melhoria.

10.2.1 Mecanismos de avaliação externa no âmbito do Sinaes

O conceito Enade é uma variável discreta que assume valores de 1 a 5, resultante da nota dos estudantes concluintes do curso participantes do exame em conteúdos de formação geral e específica. A partir do desempenho dos estudantes é possível avaliar a qualidade dos cursos de graduação em relação a outras instituições e essas medidas oferecem parâmetros em busca da melhoria contínua e da oferta de cursos de excelência.

Aplicado junto com o Enade, merece destaque o Questionário do Estudante, pois ele também oferece, a partir da opinião dos estudantes, a oportunidade de os cursos e a instituição conhecerem melhor as suas forças e fraquezas. Nele os estudantes têm a oportunidade de manifestar a sua visão sobre os seguintes aspectos: organização didático-pedagógica, infraestrutura e instalações físicas e oportunidade de ampliação da formação.

Por seu turno, os resultados obtidos pelas visitas de avaliação in

loco, cujos processos tramitam no sistema e-MEC, parametrizados pelos diversos indicadores que compõem as dimensões do instrumento de avaliação, é outra importante fonte de redirecionamento da gestão em busca da melhoria contínua da qualidade e do alcance dos seus objetivos. Os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância estão distribuídos em três dimensões, quais sejam: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura. Por sua vez, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância estão distribuídos entre 5 eixos, conforme consta no Quadro 45. Dessa forma, os relatórios emitidos a partir desses instrumentos fornecem mais uma fonte de identificação de fragilidades em busca da melhoria contínua da qualidade.

Vale dizer que o Censup coleta diversas informações sobre a infraestrutura das IES, as vagas oferecidas, a quantidade de candidatos, as matrículas, os ingressantes, concluintes e docentes, permitindo às instituições e ao MEC conhecer e acompanhar os cursos de graduação e fornecer subsídios para que programas de expansão e da melhoria da qualidade desse nível de ensino sejam implementados.

10.2.2 Avaliação externa promovida pela Capes

A pós-graduação brasileira passa por avaliações periódicas a fim de que seja assegurada a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos no país. A avaliação promovida pela Capes certifica (ou não) o funcionamento do curso e atribui a nota final. Segundo a Capes, os programas avaliados devem receber uma nota que deve ser um número inteiro entre 1 (menor nota) e 7 (nota máxima). Para os programas que só oferecem mestrado, a nota máxima que pode ser alcançada é 5. As notas 6 e 7 são as reservadas aos programas que possuem doutorado e que foram qualificados como programas de excelência. A Capes emite relatórios oriundos de seus processos de avaliação. A partir desses relatórios, a instituição pode fazer um diagnóstico dos seus programas a partir das

características avaliadas, identificando as necessidades de melhoria. Esse, portanto, constitui-se outro importante instrumento de avaliação ao qual a UFVJM é submetida.

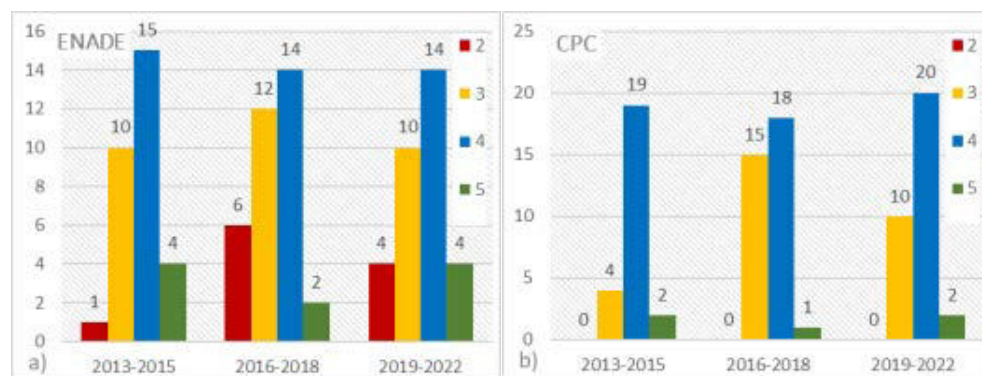
Os conceitos obtidos pela UFVJM no âmbito das avaliações promovidas pela Capes, considerando a última avaliação quadrienal (2017-2020) dos programas foram os seguintes: 10 programas com nota 3, 11 programas com nota 4 e 3 programas com nota 5.

10.3 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Do conjunto de instrumentos utilizados para a promoção da avaliação externa no âmbito do MEC, são divulgados os indicadores de qualidade que servem para as instituições parametrizarem seu desempenho em relação a outras instituições públicas e privadas do país.

Os conceitos obtidos pela UFVJM no âmbito do Sinaes, que variam de 1 a 5, constam no gráfico abaixo. É possível notar que no último triênio (2019-2022), de acordo com a metodologia de cálculo do Código Preliminar de Curso (CPC), há prevalência de cursos de alta qualidade (conceitos iguais ou superiores a quatro) na UFVJM. Isso demonstra, de maneira geral, a partir dos vários aspectos de análise, que a maioria dos cursos de graduação da instituição possui infraestrutura, instalações físicas e corpo docente adequados, apta a formar profissionais competentes e inseri-los no mercado de trabalho.

Gráfico 24 - Número de cursos de graduação da UFVJM por conceito ENADE (a) e CPC (b) nos últimos 3 ciclos avaliativos do ENADE



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (CPA)/UFVJM.

11. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Por ser uma autarquia federal, os recursos da UFVJM advêm em ampla maioria de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União (OGU), aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). Constituem-se ainda de Termos de Execução Descentralizada (TED), projetos desenvolvidos pela UFVJM, pelas arrecadações próprias da universidade e emendas parlamentares. A instituição tem o Ministério da Educação (MEC) como órgão superior mantenedor e interlocutor junto ao governo federal.

A partir dos eixos estratégicos inseridos no Plano Plurianual (PPA) do MEC são estabelecidos programas temáticos governamentais para a busca dos objetivos preestabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE). Parte deles está relacionada com as universidades federais. Assim, o orçamento público traduz-se em instrumento essencial para o planejamento e desenvolvimento dos objetivos institucionais da UFVJM e nacionais.

O orçamento da UFVJM agrega os grupos de despesas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos. O montante alocado pelo MEC para cobertura das despesas com funcionamento e manutenção tem como parâmetro o indicador de aluno equivalente, o qual contempla em sua fórmula de cálculo dados coletados no Censo da Educação Superior (Censup) relacionados ao desempenho dos cursos ofertados pela universidade, consubstanciando-se na Matriz de Orçamento de Outros Custeios e Capital (Matriz OCC ou Matriz Andifes).

A despesa pública é dividida entre despesa corrente e despesa de capital, as quais podem ser classificadas em despesa obrigatória ou discricionária, respectivamente. As despesas obrigatórias são aquelas que o governo não pode deixar de executar, seja por força de lei ou por determinação constitucional. São exemplos práticos dessas despesas o

pagamento dos salários, aposentadorias e benefícios sociais com pessoal ativo e inativo. Já as despesas discricionárias são aquelas que o governo tem uma maior autonomia para sua aplicação e englobam gastos com custeio e investimento. São exemplos dessas despesas contratos de serviços continuados (energia, vigilância, água e esgoto, limpeza e conservação, manutenção de imóveis e reformas, entre outros), bolsas, auxílios, diárias e passagens, aquisição de material de consumo, equipamentos, obras, entre outros.

A disponibilidade orçamentária para as despesas correntes e de capital tem relação direta com a realização da receita fixada (resultado primário). Por força da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como a Emenda do Teto dos Gastos Públicos, o montante do orçamento projetado para o exercício corrente deve ser equivalente ao orçamento do exercício anterior corrigido pela inflação. Desse modo, o orçamento total da universidade tem aumentado a cada exercício fiscal, impactado pelas despesas obrigatórias com pessoal, enquanto o orçamento para despesas discricionárias tem sofrido contingenciamentos e cortes lineares para adequação ao teto de gastos, colocando em risco e afetando o planejamento e cumprimento dos objetivos institucionais da universidade.

11.1 DEMONSTRAÇÕES DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A UFVJM tem no arcabouço de suas atribuições a execução de todas as atividades contábeis e financeiras correlatas ao universo de uma organização pública federal, e deve assegurar o cumprimento das obrigações fiscais e tributárias em conformidade com as características legais e específicas dos órgãos de controle, a fim de garantir um correto encerramento de exercício financeiro, certificado numa regularidade tributária e fiscal plena.

A UFVJM está em um processo de fortalecimento de cada unidade

que a constitui, no sentido de que cada uma possa acompanhar seus saldos de restos a pagar. Essa atitude prima-se pela boa gestão das obrigações, resultando em significativa redução de inscrição de restos a pagar e garantindo maior eficiência da aplicação da LOA no exercício correspondente.

Ademais, vem avançando de forma significativa no ranking da gestão de custos das universidades federais, elaborado pelo Boletim Foco em Custos (BFC) elaborado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no qual ocupava a 22ª posição em 2019, a 12ª posição em 2020, a 5ª posição em 2021 e atualmente a 7ª posição no Ranking de 2022. A gestão de custos foi imprescindível para que a UFVJM alcançasse o destaque na regularidade dos registros contábeis realizados mensalmente, recebendo a pontuação máxima.

Dentre as atividades desempenhadas no quesito da transparência ativa, a de maior relevância constitui-se na construção de painéis interativos de restos a pagar e a gestão efetiva nas etapas da execução do orçamento para a redução de inscrição de restos a pagar.

A regularidade de registros contábeis é um instrumento essencial para que a instituição possa honrar seus compromissos junto aos seus fornecedores e cumprir com maior regularidade e integridade o seu papel social.

11.2 HISTÓRICO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

A proposta orçamentária da UFVJM vincula-se à proposta do Ministério da Educação, a qual é encaminhada ao Congresso Nacional pelo Executivo federal por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para análise e aprovação, sendo posteriormente devolvida para sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA). O orçamento é um instrumento essencial para que as universidades possam realizar seus desígnios, devendo estar alinhado com a gestão, principalmente em momentos de escassez, cortes,

bloqueios orçamentários que, inclusive, estão ocorrendo com grande força atualmente.

Na Tabela 22 pode ser observada a série histórica do orçamento da UFVJM autorizado no período de 2019 a 2023 por meio da Lei Orçamentária Anual da instituição.

Tabela 22 - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social global da UFVJM 2019 - 2023

Grupo de Despesa		2019	2020	2021	2022	2023
1	Pessoal e encargos sociais	229.647.360,00	242.075.136,00	249.873.858,00	257.243.004,00	276.541.981,00
3	Outras despesas correntes	59.538.800,00	53.477.964,00	39.116.983,00	55.338.148,00	60.587.844,00
4	Investimentos	3.768.181,00	8.091.973,00	11.479.215,00	2.905.282,00	4.366.880,00
Total		292.954.341,00	303.645.073,00	300.470.056,00	315.486.434,00	341.496.705,00

Fonte: SIAFI, 2023.

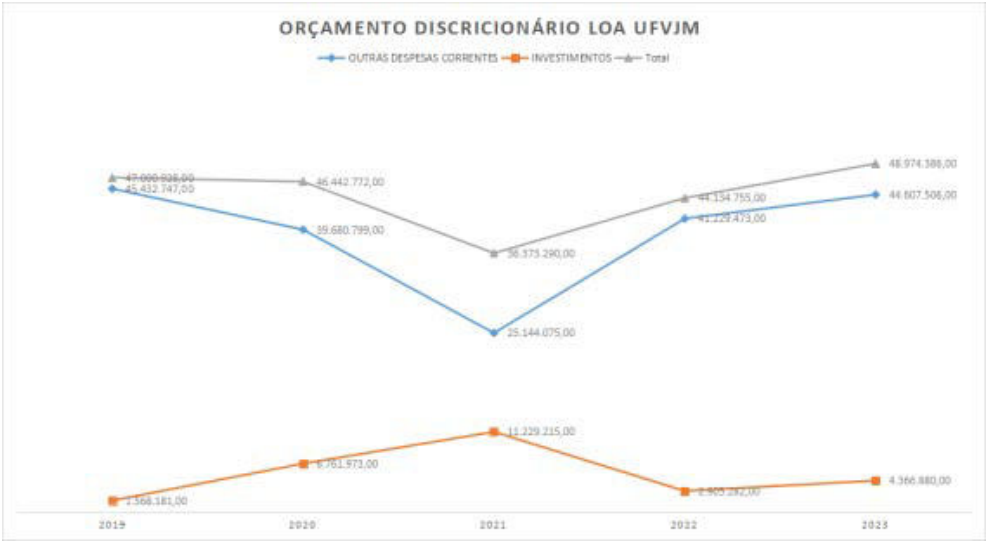
A fim de traçar um paralelo com o orçamento global da UFVJM apresenta-se na Tabela 23 o detalhamento do orçamento aprovado pela Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da instituição no período de 2019 a 2023. Esse orçamento é composto pelos grupos de despesas “outras despesas correntes” e “investimentos” que se destinam à cobertura dos gastos com funcionamento e manutenção da universidade e possibilitam maior liberdade na sua aplicação. Insta ressaltar que o orçamento com receita própria que compõe o orçamento da UFVJM depende de arrecadação anual para execução.

Tabela 23 - Orçamento Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM autorizado no quinquênio 2019 - 2023

Ano Lançamento	2019	2020	2021	2022	2023
Outras despesas correntes	45.432.747,00	39.680.799,00	25.144.075,00	41.229.473,00	44.607.506,00
Investimentos	1.568.181,00	6.761.973,00	11.229.215,00	2.905.282,00	4.366.880,00
Total	47.000.928,00	46.442.772,00	36.373.290,00	44.134.755,00	48.974.386,00

Fonte: SIAFI, 2023.

Gráfico 25 - Evolução do Orçamento Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM 2019 - 2023



Fonte: SIAFI, 2023.

Dentre os tipos de receita que financiam as atividades da universidade estão as fontes de recursos próprios, que provêm de esforço de arrecadação da própria instituição com venda de excedentes de produção do ensino e da pesquisa (agropecuária, florestal, entre outras), leilões, taxas administrativas, multas de biblioteca, aluguéis, inscrições em concursos, processos seletivos públicos. Tais receitas fortalecem a sustentabilidade financeira da UFVJM possibilitando maior investimento no funcionamento e manutenção da instituição.

Ademais, a UFVJM recebe recursos provenientes de Emendas Parlamentares, Termos de Execução Descentralizada e de transferências diretas entre unidades gestoras da União. As Emendas Parlamentares são instrumentos utilizados pelo Congresso Nacional para participar da Lei Orçamentária Anual. Em outros termos, são dotações orçamentárias de autoria de deputados e senadores, indicadas diretamente para a universidade, com o intuito de atender as necessidades da região que esses

parlamentares representam.

As descentralizações de créditos, definidas no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, são um instrumento por meio do qual são ajustadas as transferências de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Objetivam a execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática. Configuram delegação de competência para a unidade descentralizada (UFVJM), proporcionando a execução de programas, projetos ou atividades previstas no orçamento da unidade descentralizadora da União.

Para a projeção do orçamento da Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM foram considerados os valores atualizados constantes no volume V da LOA 2023 e corrigidos monetariamente nos exercícios subsequentes em 6,04%, 6,29%, 6,54%, 6,79% e 7,04% respectivamente, com base na inflação (IPCA-IBGE de 5,79%) do ano de 2022.

Tabela 24 - Projeção do orçamento da Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM 2024 - 2028

Grupo de Despesa	2023	2024	2025	2026	2027	2028
3 Outras	44.607.506,00	47.301.799,36	50.277.082,54	53.565.203,74	57.202.281,07	61.229.321,66
4 Investimentos	4.366.880,00	4.630.639,55	4.647.230,03	4.951.158,87	5.287.342,56	5.659.571,48
Total	48.974.386,00	51.932.438,91	54.924.312,57	58.516.362,61	62.489.623,63	66.888.893,14

Fonte: PROPLAN, 2023.

11.3 PLANOS DE INVESTIMENTO

Os planos de investimentos demandados pela UFVJM e inseridos neste PDI (Capítulos 2 e 9) atualmente permeiam a casa dos R\$ 250 milhões. Fazendo uma analogia com os recursos discricionários totais recebidos anualmente pela UFVJM (R\$ 49 milhões em 2023), torna-se absolutamente

inviabilizado, pelo modelo de financiamento atual da universidade, atender mesmo que de forma parcial tais planos, visto que do total de recursos discricionários recebidos, cerca de R\$ 4,3 milhões destinam-se a despesas de investimentos e R\$ 44,7 milhões a despesas de custeio para funcionamento, conforme a LOA 2023 UFVJM atualizada.

Para proporcionar a solidez e a factibilidade do orçamentário projetado na Tabela 24 Projeção do orçamento da Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM para o quinquênio 2024-2028 e os planos de investimentos apresentados nos Capítulos 1 e 9, é fundamental que a UFVJM esteja engajada na busca por pactuações e parcerias entre órgãos federais, estaduais e municipais, emendas parlamentares, doações de pessoas físicas e jurídicas, a fim de executar os planos de maior necessidade e relevância para a sua finalidade institucional e consolidar-se como uma universidade socialmente relevante nas suas áreas de atuação e abrangência.

12 FUNDAÇÕES DE APOIO: RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO

As universidades são consideradas instrumentos de transformação social e nessa ótica não devem atuar como organizações fechadas em si mesmas. Para cumprirem sua função social e promoverem um fortalecimento do coletivo, é preciso que ações compartilhadas sejam gerenciadas, de modo que o outro também possa se fortalecer nesse meio.

As universidades carecem de certa liberdade gerencial que lhes amenize o caráter burocrático e as dificuldades dele decorrentes. Alguns dos maiores obstáculos enfrentados pelas universidades para o alcance dos seus objetivos decorre do fato de que os recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, entre outros, ainda não são suficientes, o que demanda estabelecer novas estratégias de captação de recursos adicionais junto a organizações de fomento públicas e privadas por meio de projetos e parcerias. Ademais, é preciso conferir às universidades a agilidade para competir com demais instituições que pleiteiam os mesmos recursos.

Nesse contexto, as fundações de apoio tornam-se um elo entre a universidade e as demais organizações, a fim de promover o desenvolvimento dos diversos processos que envolvem a cadeia produtiva, científica e tecnológica por meio do conhecimento compartilhado. As fundações de apoio contribuem de forma significativa para o fortalecimento da interação da UFVJM com a sociedade e surgem como uma via alternativa ao engessamento imposto pela ausência de instrumentos que possibilitem às universidades uma maior agilidade e flexibilidade nos diversos processos.

A UFVJM possui uma fundação de apoio, a Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fundaepe), que não se encontra atuante por estar sob a curadoria do Ministério Público Estadual para saneamento de pendências administrativas e financeiras.

Diante desse cenário, a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), entidade de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida em 1979, tem atuado junto à UFVJM como fundação de apoio autorizada. O processo de inclusão da Funarbe como fundação de apoio começou em novembro de 2017, por intermédio da aprovação no Conselho Universitário (Consu). A Funarbe trabalha para oferecer suporte técnico e gerencial às atividades de ensino, pesquisa e extensão junto à universidade. O principal objetivo é atender e colaborar para a execução de pesquisa e projetos, no intuito de aperfeiçoamento de professores e alunos e consequente ampliação das pesquisas e novos conhecimentos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da pesquisa e inovação, práticas de extensão e efetivação dos projetos desenvolvidos por esta universidade, nos termos da Resolução Consu nº 12, de 23 de novembro 2016, e em conformidade com a Lei nº 8958/1994 e Decreto nº 7423/2010. Os instrumentos utilizados são definidos de acordo com as organizações envolvidas e como elas pretendem efetivar seus objetivos, podendo envolver convênios, contratos, acordos de cooperação, acordos de parceria, entre outros, desde que respeitem a forma e a viabilidade administrativa e jurídica.

À título de exemplificação, pode-se citar alguns dos projetos geridos pela fundação na UFVJM: projeto Tecnologias para o Manejo Sustentável do Cultivo da Palmeira Macaúba; Fortalecimento de Capacidades Governativas em Municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha e do Vale do Mucuri – MG; Manutenção do laboratório multiusuário de difração de raios X da UFVJM; Efeito do Déficit Hídrico e Épocas de Semeadura sobre a Produtividade de Grãos, Rendimento e Qualidade do Óleo de Canola no Cerrado Mineiro; Diagnóstico Molecular de Infecções Virais no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais: 31 municípios atendidos em uma das regiões mais carentes do Brasil; Curso de Especialização em Ortodontia, executado no Departamento de Odontologia da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde- FCBS/UFVJM.

A UFVJM continua a realizar chamamento público de fluxo contínuo

para a autorização de fundações interessadas em estabelecer parcerias com a UFVJM, no intuito de ampliar o leque de atendimentos, com foco no crescimento institucional e um melhor atendimento da sociedade. A UFVJM almeja aprimorar as relações de parceria com as fundações, principalmente nas ações de desenvolvimento institucional, inovação e prestação de serviços, sem deixar de lado as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A Diretoria de Convênios e Projetos (DCP/Reitoria), Diretoria de Planejamento das Contratações (Diplac/Proplan) e a Diretoria de Licitações e Contratos (DLC/Proad) atuam como facilitadores, de forma a permitir a efetivação de projetos institucionais intermediados com as fundações de apoio, objetivando amparar a administração de projetos e procurando conferir flexibilidade e agilidade, imprescindíveis ao processo de desenvolvimento dos campos da pesquisa, pós-graduação, extensão, inovação e do desenvolvimento institucional na UFVJM.

Torna-se fundamental compreender as naturezas dos projetos de desenvolvimento institucional a serem fomentados por meio de parceria com as fundações de apoio, conforme determina o artigo 1º da Lei nº 8.958/94.

Ademais, é premente que a UFVJM priorize estratégias para fortalecimento das parcerias por meio de convênios e instrumentos congêneres com intermédio de fundações de apoio por meio de ações como: atualização dos normativos internos regulamentando os fluxos relacionados a parcerias com apoio de fundações na UFVJM; instituição de uma unidade organizacional para gerenciar e atuar nos processos de parcerias com fundação de apoio e execução de projetos; criação de um banco de projetos institucionais por área para captação de recursos; promoção de ações de inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo por meio de parcerias e projetos com fundações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.466, de 12 de julho de 2001. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/P1465.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 10, de 11 de março de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/reso10.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Portaria MEC nº 7, de 19/03/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi/portaria%20sesu%20n07%20de%2019%20de%20marco%20de%202004.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 2.051, de 09/07/2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 4.361, de 29/12/2004. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/Portaria-MEC-n%C2%BA-4361-2004.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 03, de 14/10/2010. Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e reconhecimentos de

REFERÊNCIAS

universidades do Sistema Federal de Ensino. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6850-rces003-10&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 11/03/2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 18 abr. 2023.

FORPLAD. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. / Tomás Dias Sant'Ana... [et al]. – Alfenas: FORPDI, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MANIFESTO dos povos dos Vales. Diamantina: [s. n.], 6 de setembro de 2023. 7 p. SEI 1207258. Acesso restrito.

UFVJM. Estatuto da UFMG. Regulamenta o funcionamento da UFMG. Disponível em: <https://portal.ufvm.edu.br/page/aceso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/estatuto-da-ufvm/view>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Regimento Geral da UFMG. Dispõe sobre o funcionamento das atividades comuns às Unidades e aos demais órgãos da UFMG nos planos didático-científico, administrativo, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial. Disponível em: <https://portal.ufvm.edu.br/page/aceso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/regimento-geral-da-ufvm>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021. Documento norteador utilizado no período de 2017 a 2021. Disponível em: <https://portal.ufvm.edu.br/page/aceso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-da-ufvm-2017-2021>. Acesso em: 06 mar. 2023.

REFERÊNCIAS

UFVJM. Relatório de Gestão 2019. Documento norteador utilizado no exercício de 2020. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/rg-2019.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Relatório de Gestão 2020. Documento norteador utilizado no exercício de 2021. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2020>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Relatório de Gestão 2021. Documento norteador utilizado no exercício de 2022. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2021>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Relatório de Gestão 2022. Documento norteador utilizado no exercício de 2023. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2022>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Relatório de Autoavaliação Institucional 2023. Ano base 2022. Documento norteador utilizado no exercício de 2023. Disponível em: <http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/53/2023/03/Relat%C3%B3rio-de-Autoavalia%C3%A7%C3%A3o-Institucional-2023.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PLANO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PDI (SEI 1239164)

APÊNDICE B - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - VERSÃO 1.1 (SEI 1239167)

APÊNDICE C - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - VERSÃO 1.2 (SEI 1239169)



Campus I

Rua da Glória, 187 – Centro
CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Campus JK

Rodovia MG-367 – Km 583, 5.000 – Alto da Jacuba
CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Campus do Mucuri

Rua do Cruzeiro, 1 – Jardim São Paulo
CEP: 39803-371 – Teófilo Otoni/MG

Campus Janaúba

Avenida Um, 5.050 – Cidade Universitária
CEP: 39447-790 – Janaúba/MG

Campus Unaí

Avenida Universitária, 1.000 – Universitários
CEP: 38610-000 – Unaí/MG

Data de Envio:

28/10/2025 15:10:29

De:

UFVJM/E-mail da Unidade <coord.geografia@ufvjm.edu.br>

Para (com cópia oculta):

pi@ufvjm.edu.br

coord.geografia@ufvjm.edu.br

Danielle Piuzana Institucional <danielle.piuzana@ufvjm.edu.br>

dap@ufvjm.edu.br

den@ufvjm.edu.br

Assunto:

Proposta de adequação do número de vagas do curso de Geografia - Licenciatura

Mensagem:

Prezados Sra. Anne Raquel dos Santos e Professor Douglas Sathler dos Reis

Boa tarde!

O Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri vem, por meio deste ofício, submeter à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação e da Procuradoria Educacional Institucional a proposta de adequação do número de vagas anuais do curso, considerando a reestruturação em andamento do Projeto Pedagógico.

Atualmente, a Licenciatura em Geografia oferta 70 vagas anuais, distribuídas em 35 por semestre. Em virtude da proposta de ingressos semestrais para anuais e da implantação do curso de Bacharelado em Geografia, propomos a seguinte adequação:

Licenciatura em Geografia (oferta anual): 20 vagas - (em processo de reestruturação - SEI 23086.138630/2025-15)

Bacharelado em Geografia (oferta anual): 30 vagas - (solicitação para criação no processo SEI 23086.137133/2025-08)

Com essa redistribuição, os cursos passarão a ofertar 50 vagas anuais no total, número que consideramos mais condizente com a capacidade de atendimento do corpo docente e com a oferta de disciplinas unificadas entre as duas modalidades. Importante destacar que a criação do bacharelado não implica necessidade de ampliação de quadro docente, uma vez que montamos uma estrutura curricular com inúmeras undiades curriculares compartilhadas.

A justificativa para as mudancas encontram-se na integra no processo 23086.138734/2025-20 e ofício em anexo.

Neste contexto enviamos neste processo de forma a dar prosseguimento aos trâmites institucionais:

1) o Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028) documento 1922840, que apresenta o Bacharelado em Geografia como um dos cursos a ser criado no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (p. 67);

2) a ata de reunião de Congregação desta faculdade aprovando, por unanimidade, a viabilidade do curso mediante entrada anual (1921693), e despacho da direção da faculdade com o mesmo teor (1921697);

3) atas do Colegiado da Licenciatura em Geografia com a aprovação de pontos de pauta quanto à redução de vagas da licenciatura para 20 e trasnferência de 30 vagas para o bacharelado (1921743 e 1921745).

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o encaminhamento dos trâmites necessários,

Atenciosamente,

Danielle Piuzana Mucida

Coordenadora do Curso Geografia - Licenciatura

Portaria REITORIA Nº 2752, de 12 de dezembro de 2023
Presidente da Comissão instituída para propor o Projeto Político-Pedagógico do curso de Geografia Bacharelado
Portaria PROGRAD Nº 12, de 10 de fevereiro de 2025

Anexos:

Oficio_1921687.html
Ata_1921693_SEI_1626878_Ata_de_Reuniao__1_.pdf
Despacho_1921697_SEI_1854199_Despacho_1_2.pdf
Ata_1921743_SEI_1721341_Ata_de_Reuniao07_04_2025.pdf
Ata_1921745_SEI_1537056_Ata_de_Reuniao_Colegiado_Geografia.pdf
Relatorio_1921764_diplomados_em_geografia_.pdf
Plano_1922840_plano_de_desenvolvimento_institucional_pdi_da_ufvjm_2024_2028.pdf

Data de Envio:

28/10/2025 15:11:26

De:

UFVJM/E-mail da Unidade <coord.geografia@ufvjm.edu.br>

Para:

pi@ufvjm.edu.br
coord.geografia@ufvjm.edu.br
Danielle Piuzana Institucional <danielle.piuzana@ufvjm.edu.br>
dap@ufvjm.edu.br
den@ufvjm.edu.br

Assunto:

Proposta de adequação do número de vagas do curso de Geografia - Licenciatura

Mensagem:

Prezados Sra. Anne Raquel dos Santos e Professor Douglas Sathler dos Reis

Boa tarde!

O Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri vem, por meio deste ofício, submeter à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação e da Procuradoria Educacional Institucional a proposta de adequação do número de vagas anuais do curso, considerando a reestruturação em andamento do Projeto Pedagógico.

Atualmente, a Licenciatura em Geografia oferta 70 vagas anuais, distribuídas em 35 por semestre. Em virtude da proposta de ingressos semestrais para anuais e da implantação do curso de Bacharelado em Geografia, propomos a seguinte adequação:

Licenciatura em Geografia (oferta anual): 20 vagas - (em processo de reestruturação - SEI 23086.138630/2025-15)

Bacharelado em Geografia (oferta anual): 30 vagas - (solicitação para criação no processo SEI 23086.137133/2025-08)

Com essa redistribuição, os cursos passarão a ofertar 50 vagas anuais no total, número que consideramos mais condizente com a capacidade de atendimento do corpo docente e com a oferta de disciplinas unificadas entre as duas modalidades. Importante destacar que a criação do bacharelado não implica necessidade de ampliação de quadro docente, uma vez que montamos uma estrutura curricular com inúmeras undiades curricualres compartilhadas.

A justificativa para as mudancas encontram-se na integra no processo 23086.138734/2025-20 e of´cio em anexo.

Neste contexto enviamos neste processo de forma a dar prosseguimento aos trâmites institucionais:

- 1) o Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028) documento 1922840, que apresenta o Bacharelado em Geografia como um dos cursos a ser criado no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (p. 67);
- 2) a ata de reunião de Congregação desta faculdade aprovando, por unanimidade, a viabilidade do curso mediante entrada anual (1921693), e despacho da direção da faculdade com o mesmo teor (1921697);
- 3) atas do Colegiado da Licenciatura em Geografia com a aprovação de pontos de pauta quanto à redução de vagas da licenciatura para 20 e trasnferência de 30 vagas para o bacharelado (1921743 e 1921745).

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o encaminhamento dos trâmites necessários,

Atenciosamente,

Danielle Piuzana Mucida
Coordenadora do Curso Geografia - Licenciatura

Portaria REITORIA Nº 2752, de 12 de dezembro de 2023
Presidente da Comissão instituída para propor o Projeto Político-Pedagógico do curso de Geografia Bacharelado
Portaria PROGRAD Nº 12, de 10 de fevereiro de 2025

Anexos:

Oficio_1921687.html
Ata_1921693_SEI_1626878_AtadeReuniao__1_.pdf
Despacho_1921697_SEI_1854199_Despacho_1_2.pdf
Ata_1921743_SEI_1721341_AtadeReuniao07_04_2025.pdf
Ata_1921745_SEI_1537056_AtadeReuniao_Colegiado_Geografia.pdf
Relatorio_1921764_diplomados_em_geografia_.pdf
Plano_1922840_plano_de_desenvolvimento_institucional_pdi_da_ufvjm_2024_2028.pdf
E_mail_1922960.html

Data de Envio:

28/10/2025 15:17:14

De:

UFVJM/E-mail da Unidade <coord.geografia@ufvjm.edu.br>

Para:

avaex.prograd@ufvjm.edu.br

Assunto:

Proposta de adequação do número de vagas do curso de Geografia - Licenciatura

Mensagem:

Prezados Sra. Anne Raquel dos Santos e Professor Douglas Sathler dos Reis

Boa tarde!

O Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri vem, por meio deste ofício, submeter à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação e da Procuradoria Educacional Institucional a proposta de adequação do número de vagas anuais do curso, considerando a reestruturação em andamento do Projeto Pedagógico.

Atualmente, a Licenciatura em Geografia oferta 70 vagas anuais, distribuídas em 35 por semestre. Em virtude da proposta de ingressos semestrais para anuais e da implantação do curso de Bacharelado em Geografia, propomos a seguinte adequação:

Licenciatura em Geografia (oferta anual): 20 vagas - (em processo de reestruturação - SEI 23086.138630/2025-15)

Bacharelado em Geografia (oferta anual): 30 vagas - (solicitação para criação no processo SEI 23086.137133/2025-08)

Com essa redistribuição, os cursos passarão a ofertar 50 vagas anuais no total, número que consideramos mais condizente com a capacidade de atendimento do corpo docente e com a oferta de disciplinas unificadas entre as duas modalidades. Importante destacar que a criação do bacharelado não implica necessidade de ampliação de quadro docente, uma vez que montamos uma estrutura curricular com inúmeras unidades curriculares compartilhadas.

A justificativa para as mudanças encontram-se na íntegra no processo 23086.138734/2025-20 e ofício em anexo.

Neste contexto enviamos neste processo de forma a dar prosseguimento aos trâmites institucionais:

- 1) o Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028) documento 1922840, que apresenta o Bacharelado em Geografia como um dos cursos a ser criado no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (p. 67);
- 2) a ata de reunião de Congregação desta faculdade aprovando, por unanimidade, a viabilidade do curso mediante entrada anual (1921693), e despacho da direção da faculdade com o mesmo teor (1921697);
- 3) atas do Colegiado da Licenciatura em Geografia com a aprovação de pontos de pauta quanto à redução de vagas da licenciatura para 20 e transferência de 30 vagas para o bacharelado (1921743 e 1921745).

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o encaminhamento dos trâmites necessários,

Atenciosamente,

Danielle Piuzana Mucida

Coordenadora do Curso Geografia - Licenciatura

Portaria REITORIA Nº 2752, de 12 de dezembro de 2023

Presidente da Comissão instituída para propor o Projeto Político-Pedagógico do curso de Geografia Bacharelado

Portaria PROGRAD Nº 12, de 10 de fevereiro de 2025

Anexos:

Oficio_1921687.html
Ata_1921693_SEI_1626878_Ata_de_Reuniao__1_.pdf
Despacho_1921697_SEI_1854199_Despacho_1_2.pdf
Ata_1921743_SEI_1721341_Ata_de_Reuniao07_04_2025.pdf
Ata_1921745_SEI_1537056_Ata_de_Reuniao_Colegiado_Geografia.pdf
Relatorio_1921764_diplomados_em_geografia_.pdf
Plano_1922840_plano_de_desenvolvimento_institucional_pdi_da_ufvjm_2024_2028.pdf
E_mail_1922960.html
E_mail_1922963.html

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 20/2025/DIRFIH/FIH

Processo nº 23086.138734/2025-20

Interessado: Docentes do Curso de Geografia, Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia, Núcleo Docente Estruturante do Curso de Geografia

A DIRETORA DA FACULDADE INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

AUTORIZA, *ad referendum* da Congregação, que as 70 vagas anuais do curso de Geografia sejam reduzidas para 50 vagas e distribuídas da seguinte maneira:

- 20 vagas para a Licenciatura em Geografia, por oferta anual; e
- 30 vagas para o Bacharelado em Geografia, também com ingresso anual.



Documento assinado eletronicamente por **Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale**, **Diretor(a)**, em 28/10/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1923081** e o código CRC **5D27A6F9**.

Referência: Processo nº 23086.138734/2025-20

SEI nº 1923081



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades
Diretoria da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades
Coordenação do Curso de Geografia

OFÍCIO Nº 25/2025/COORDGEO/DIRFIH/FIH

Diamantina, 28 de outubro de 2025.

Ao
Professor Douglas Sattler dos Reis
Pró-Reitor de Graduação da UFVJM

C/C
Sra. Anne Raquel dos Santos
Procuradoria Educacional Institucional da UFVJM

Assunto: Retifica Ofício 24 - Proposta de adequação do número de vagas do curso de Geografia - Licenciatura

Prezados Sra. Anne Raquel dos Santos e Professor Douglas Sathler dos Reis
Boa tarde!

O Colegiado do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri vem, por meio deste ofício, submeter à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação e da Procuradoria Educacional Institucional a proposta de adequação do número de vagas anuais do curso, considerando a reestruturação em andamento do Projeto Pedagógico.

Atualmente, a Licenciatura em Geografia oferta 70 vagas anuais, distribuídas em 35 por semestre. Em virtude da proposta de ingressos semestrais para anuais e da implantação do curso de Bacharelado em Geografia, propomos a seguinte adequação:

- Licenciatura em Geografia (oferta anual): 20 vagas - (em processo de reestruturação - SEI 23086.138630/2025-15)
- Bacharelado em Geografia (oferta anual): 30 vagas - (solicitação para criação no processo SEI 23086.137133/2025-08)

Com essa redistribuição, os cursos passarão a ofertar 50 vagas anuais no total, número que consideramos mais condizente com a capacidade de atendimento do corpo docente e com a oferta de disciplinas unificadas entre as duas modalidades. Importante destacar que a criação do bacharelado não implica necessidade de ampliação de quadro docente, uma vez que montamos uma estrutura curricular com inúmeras unidades curriculares compartilhadas.

A justificativa da solicitação vincula-se ao fato do curso de Licenciatura em Geografia da UFVJM atravessar um momento crítico que exige reflexão profunda e ação estratégica. A análise dos dados históricos do período 2012-2025 quanto à diplomação, evasão e retenção do curso (documento 1921764) revela um cenário preocupante que compromete não apenas a sustentabilidade do curso, mas também a qualidade da formação oferecida aos estudantes. Atualmente, o curso oferta 35 vagas semestrais, totalizando 70 vagas anuais. Entretanto, a realidade dos números mostra uma ocupação média significativamente inferior, com períodos críticos registrando 4/5 ingressantes por semestre (em especial nos segundos semestres dos últimos

anos). Atualmente os dados indicam uma taxa de ocupação de cerca de 30% das vagas da licenciatura. Esta baixa procura resulta em salas praticamente vazias, onde a dinâmica pedagógica fica severamente comprometida e as metodologias de ensino-aprendizagem não conseguem ser desenvolvidas adequadamente.

Paralelamente à baixa procura, observa-se um agravamento progressivo dos índices de evasão e uma redução significativa nas taxas de diplomação, que caíram de 66% para 28%, considerando os dados referentes aos dois currículos da Licenciatura em Geografia. Esta situação gera um ciclo vicioso: turmas pequenas desmotivam estudantes e professores, a infraestrutura fica subutilizada, o custo por aluno formado se torna excessivamente alto, e a relevância do programa passa a ser questionada institucionalmente. É neste contexto que surge a necessidade urgente de repensar o modelo atual e propor alternativas inovadoras.

1.1. A Proposta de Reestruturação: redução da oferta da vagas e transferência de vagas da Licenciatura para o Bacharelado

Diante do cenário apresentado, propomos uma reestruturação abrangente que envolve três mudanças estratégicas interconectadas. Primeiro, a passagem do ingresso de semestral para anual, concentrando os esforços de captação e formando turmas mais robustas, acompanhando as mudanças recentes do Sistema de Seleção Unificada - SISU, que passou a edição anual. Segundo, a criação do curso de Bacharelado em Geografia, diversificando as opções de formação e atendendo diferentes perfis profissionais. Terceiro, uma nova distribuição de vagas que contemple 20 vagas anuais para licenciatura e 30 para bacharelado, totalizando 50 vagas anuais.

A mudança para ingresso anual se justifica pela baixa procura no ingressos em semestres pares dos últimos anos; a criação do curso de Bacharelado em Geografia, apoia-se na infraestrutura acadêmico-administrativa e no capital intelectual geográfico já consolidados pela Licenciatura, que gera três oportunidades institucionais: (i) ampliar a atratividade da oferta formativa em Geografia para perfis profissionais diversos; (ii) elevar indicadores de permanência, conclusão e inserção socioprofissional; e (iii) otimizar o uso de recursos docentes, laboratoriais e de gestão, hoje subaproveitados em razão do baixo número de estudantes por turma.

1.2. Benefícios Pedagógicos e Acadêmicos

A reestruturação proposta promoverá uma transformação qualitativa significativa na dinâmica pedagógica dos cursos, com unidades curriculares compartilhadas entre licenciatura e bacharelado que criarão um ambiente acadêmico mais rico e diversificado. Esta convivência acadêmica entre modalidades diferentes da Geografia proporcionará uma formação mais completa e contextualizada para ambos os perfis profissionais.

A flexibilização curricular inerente a esta estrutura também oferecerá aos estudantes a possibilidade de reorientação durante o percurso formativo. Um estudante que ingressou na licenciatura, mas descobriu aptidão para a área técnica poderá migrar para o bacharelado, e vice-versa, aproveitando as disciplinas já cursadas. Esta mobilidade reduzirá significativamente os índices de evasão por inadequação de escolha inicial.

Além disso, turmas maiores e mais heterogêneas criarão um ambiente propício para metodologias de ensino mais dinâmicas. A própria motivação docente será renovada pelo desafio de trabalhar com turmas mais engajadas e participativas.

1.3 Otimização de Recursos, Eficiência Institucional

Sob a perspectiva da gestão institucional, a reestruturação proposta configura-se como uma estratégia consistente para mitigar a subutilização de recursos. O quadro docente atualmente constituído, dimensionado para atender de forma adequada às demandas do curso, poderá atuar em sua plenitude por meio do compartilhamento de disciplinas entre as duas modalidades permitindo o aproveitamento mais amplo e eficiente de suas competências acadêmicas e profissionais.

1.4 Impacto Regional e Social

Esta dupla contribuição - profissionais para o mercado técnico especializado e educadores para a formação básica - posicionará o programa como um elemento estratégico no desenvolvimento regional, justificando plenamente os investimentos institucionais e consolidando a relevância social da ciência geográfica.

Neste contexto enviamos neste processo de forma a dar prosseguimento aos trâmites institucionais:

- 1) o Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028) documento 1922840, que apresenta o Bacharelado em Geografia como um dos cursos a ser criado no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (p. 67);
- 2) a ata de reunião de Congregação desta faculdade aprovando, por unanimidade, a viabilidade do curso mediante entrada anual (1921693), e despacho da direção da faculdade com o mesmo teor (1921697);
- 3) despacho da Direção *ad referendum* aprovando redução de vagas da licenciatura para 20 e transferência de 30 vagas para o bacharelado (documento 1923081)
- 3) atas do Colegiado da Licenciatura em Geografia com a aprovação da proposta de Bacharelado em Geografia (1921745) e quanto à redução de vagas da licenciatura de 70 vagas anuais para 20 vagas anuais e transferência de 30 vagas de oferta anual para o bacharelado (ponto de pauta 2, pg 2, documento 1921743).

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o encaminhamento dos trâmites necessários,

Atenciosamente,

Danielle Piuzana Mucida

Coordenadora do Curso Geografia - Licenciatura

Portaria REITORIA Nº 2752, de 12 de dezembro de 2023

Presidente da Comissão instituída para propor o Projeto Político-Pedagógico do curso de Geografia – Bacharelado
Portaria PROGRAD Nº 12, de 10 de fevereiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Piuzana Mucida, Coordenador(a)**, em 28/10/2025, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1923228** e o código CRC **5A162184**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.138734/2025-20

SEI nº 1923228

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000

Data de Envio:

28/10/2025 17:28:29

De:

UFVJM/E-mail da Unidade <coord.geografia@ufvjm.edu.br>

Para:

prograd@ufvjm.edu.br
avaex.prograd@ufvjm.edu.br
dap@ufvjm.edu.br

Assunto:

Favor considerar o ofício 25 do processo 3086.138734/2025-20

Mensagem:

Prezados Sra. Anne Raquel dos Santos e Professor Douglas Sathler dos Reis

Boa tarde!

Solicito, por getileza que considerem o Ofício 25 (em anexo) no lugar no ofício 24.

Além do 1) o Plano de Desenvolvimento Institucional (2024-2028) documento 1922840, que apresenta o Bacharelado em Geografia como um dos cursos a ser criado no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (p. 67); e

da 2) a ata de reunião de Congregação desta faculdade aprovando, por unanimidade, a viabilidade do curso mediante entrada anual (1921693), e despacho da direção da faculdade com o mesmo teor (1921697);

adicionamos :

3) despacho da Direção ad referendum aprovando redução de vagas da licenciatura para 20 e transferência de 30 vagas para o bacharelado (documento 1923081)

4) identificação das atas do Colegiado da Licenciatura em Geografia com a aprovação da proposta de Bacharelado em Geografia (1921745) e quanto à redução de vagas da licenciatura de 70 vagas anuais para 20 vagas anuais e transferência de 30 vagas de oferta anual para o bacharelado (ponto de pauta 2, pg 2, documento 1921743).

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e para o encaminhamento dos trâmites necessários,

Atenciosamente,

Danielle Piuzana Mucida

Coordenadora do Curso Geografia - Licenciatura

Portaria REITORIA Nº 2752, de 12 de dezembro de 2023

Presidente da Comissão instituída para propor o Projeto Político-Pedagógico do curso de Geografia Bacharelado

Portaria PROGRAD Nº 12, de 10 de fevereiro de 2025

Anexos:

Oficio_1923228.html

Ata_1921693_SEI_1626878_Ata_de_Reuniao__1_.pdf

Despacho_1921697_SEI_1854199_Despacho_1_2.pdf

Ata_1921743_SEI_1721341_Ata_de_Reuniao07_04_2025.pdf

Ata_1921745_SEI_1537056_Ata_de_Reuniao_Colegiado_Geografia.pdf

Relatorio_1921764_diplomados_em_geografia_.pdf

Plano_1922840_plano_de_desenvolvimento_institucional_pdi_da_ufvjm_2024_2028.pdf

Despacho_1923081.html



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Pró-Reitoria de Graduação

Coordenadoria de Avaliação Externa e Regulação Institucional.

PARECER Nº 1/2025/AVAEX/PROGRAD

PROCESSO Nº 23086.138734/2025-20

COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA,

INTERESSADO:DIRETORIA DA FACULDADE INTERDISCIPLINAR DE

HUMANIDADES, PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ASSUNTO: Proposta de redução de vagas do curso de Geografia - Licenciatura

Senhor Pró-reitor,

I. RELATÓRIO

O Colegiado do Curso de Geografia da UFVJM submeteu à Pró-Reitoria de Graduação e à Procuradoria Educacional Institucional uma proposta de reestruturação do Projeto Pedagógico, que visa a adequação do número de vagas anuais.

A reestruturação proposta engloba três mudanças estratégicas:

1. **Mudança no Ingresso:** Passagem do ingresso semestral para anual;
2. **Criação de Novo Curso:** Implantação do curso de Bacharelado em Geografia;
3. **Nova Distribuição de Vagas:** Redistribuição das vagas anuais, passando de **70 vagas anuais** (35 por semestre) para um total de **50 vagas anuais**, assim distribuídas:
 - Licenciatura em Geografia (oferta anual): **20 vagas**.
 - Bacharelado em Geografia (oferta anual): **30 vagas**.

A presente proposta busca formalizar uma redução que já se verifica na prática, ao mesmo tempo em que incorpora medidas voltadas à otimização dos recursos disponíveis, mitigando a subutilização e ampliando a eficiência institucional.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A redução para 50 vagas totais (20 na Licenciatura e 30 no Bacharelado) é um ajuste à realidade da demanda e visa otimizar o quadro docente e da infraestrutura, que já é suficiente para atender as duas modalidades.

A perda orçamentária decorrente dessa redução é improcedente uma vez que o curso só conseguia preencher, em média, cerca de 30% de suas 70 vagas anuais. A Universidade já não estava recebendo recursos baseados na totalidade das vagas autorizadas, dada a sua baixíssima taxa de ocupação. A redução da oferta é um ajuste administrativo à demanda real, mitigando a ineficiência do modelo anterior.

A oferta de 70 vagas anuais não é correspondida pela demanda, o que gera subutilização da infraestrutura e um custo por aluno formado excessivamente alto.

A criação do Bacharelado e a reorientação das vagas ofertadas (Licenciatura + Bacharelado) e a formação de turmas mais estáveis (com ingresso anual) podem aumentar os indicadores de permanência, diplomação e inserção socioprofissional, otimizando o investimento por aluno e justificando os custos com o curso.

III. CONCLUSÃO

A redução de vagas ofertadas no curso de Geografia - Licenciatura, combinada com a criação do Bacharelado e a transferência de vagas, não resultará em perda orçamentária para a UFVJM.

A medida pode representar um ganho em eficiência institucional e gestão de recursos públicos em resposta aos dados que demonstram uma baixa procura histórica. Ao formalizar a adequação de 70 para 50 vagas anuais no total, com a otimização da estrutura para duas modalidades, configura-se como uma ação estratégica e economicamente racional. A proposta visa:

1. Ajustar a oferta à demanda real, que hoje ocupa apenas cerca de 30% das vagas da Licenciatura.
2. Reduzir o "custo por aluno formado", que se tornou excessivamente alto devido às turmas pequenas.
3. Otimizar o uso do quadro docente e da infraestrutura, que está subutilizada.

A adoção dessa medida revela-se fundamental para a sustentabilidade acadêmica e administrativa do curso, promovendo a utilização racional e eficiente dos recursos institucionais.

À consideração superior.

Anne Raquel dos Santos
Procuradora Educacional Institucional
Avaex/Prograd



Documento assinado eletronicamente por **Anne Raquel dos Santos, Procurador(a) Educacional Institucional**, em 03/11/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1927938** e o código CRC **CDEFEC4D**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 174/2025/PROGRAD

Processo nº 23086.138177/2025-47

Interessado: Conselho de Graduação

O PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, encaminha o processo ao Conselho de Graduação para apreciação;

DOUGLAS SATHLER DOS REIS
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Sathler dos Reis, Pro-Reitor(a)**, em 03/11/2025, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1928066** e o código CRC **8E90B824**.

Referência: Processo nº 23086.138734/2025-20

SEI nº 1928066

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PPG

GEOGRAFIA -BACHARELADO

Diamantina, 2025

Reitor: Heron Laiber Bonadiman

Vice-Reitor: Flaviana Tavares Vieira Teixeira

Pró-Reitor de Graduação: Douglas Sathler dos Reis

Diretor de Ensino: Marcus Alessandro de Alcantara

Diretor da Unidade Acadêmica: Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale

Coordenadora de Curso: Danielle Piuzana Mucida

✧ **Membros da Comissão de elaboração de proposta de bacharelado em Geografia -
Portaria PROGRAD N° 12, de 10 de fevereiro de 2025:**

Profª. Danielle Piuzana Mucida (Presidente);

Profª. Aline Weber Sulzbacher (membro);

Profª. Anne Priscila Dias Gonzaga (membro);

Prof. Marcelo Fagundes (membro);

Prof. Marcelino Santos de Moraes (membro); e,

Prof. Pacelli Henrique Martins Teodoro (membro).

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	4
1.1	<i>Identificação.....</i>	4
1.2	<i>Base Legal de Referência</i>	6
1.3	<i>Apresentação.....</i>	10
1.4	<i>Missão, Visão e Valores do curso.....</i>	11
1.5	<i>Histórico Acadêmico</i>	12
1.5.1	<i>Da UFVJM.....</i>	12
1.5.2	<i>Da Unidade Acadêmica – Faculdade Interdisciplinar em Humanidades</i>	13
1.5.3	<i>Do curso: A criação do Bacharelado em Geografia.....</i>	13
1.5.4	<i>Aspectos Geoambientais</i>	15
1.5.5	<i>Aspectos socioespaciais</i>	17
1.6	<i>Número de vagas.....</i>	23
1.7	<i>Justificativa para implementação do PPC.....</i>	24
2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	27
2.1	<i>Políticas institucionais.....</i>	27
2.2	<i>Políticas de atendimento ao discente.....</i>	29
2.2.1	<i>Recepção aos discentes ingressantes</i>	29
2.2.2	<i>Apoio à discente via pró-reitorias: assistência estudantil e programas de ensino, pesquisa e extensão</i>	29
2.2.3	<i>Políticas afirmativas</i>	31
2.3	<i>Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.....</i>	32
2.4	<i>Objetivos do curso - Geral e Específicos</i>	33
2.5	<i>Perfil profissional do egresso</i>	34
2.6	<i>Competências e Habilidades</i>	35
2.7	<i>Áreas de atuação do egresso.....</i>	37
2.8	<i>Estrutura Curricular: Núcleo de Formação Comum entre Bacharelado e Licenciatura e Núcleo do Bacharelado: Diálogos entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e o Capital Geográfico</i>	38
2.8.1	<i>Marco Teórico-Fundamentador: CTS e Capital Geográfico</i>	39
2.8.2	<i>Articulação Curricular e Desenvolvimento de Competências.....</i>	39
2.8.3	<i>Eixos Estruturantes</i>	40
2.8.4	<i>Síntese da estrutura curricular proposta.....</i>	44
2.8.5	<i>Conteúdos curriculares.....</i>	45
2.8.6	<i>Educação ambiental</i>	51
2.8.7	<i>Educação em direitos humanos.....</i>	51
2.8.8	<i>Educação das relações étnico-raciais</i>	52
2.8.9	<i>Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)</i>	52
2.8.10	<i>Inovação e empreendedorismo.....</i>	53
2.8.12	<i>Atividades complementares - ACs</i>	54
2.8.13	<i>Trabalho de Conclusão de Curso.....</i>	55
2.8.14	<i>Inserção curricular da extensão na graduação.....</i>	56
2.9	<i>Metodologia.....</i>	58
2.9.1	<i>Metodologias ativas</i>	59
2.9.2	<i>O Trabalho Discente Efetivo (TDE).....</i>	60
2.9.3	<i>- Integração entre teoria e prática</i>	61
2.9.4	<i>Tecnologias de informação e comunicação - TICs no processo de ensino- aprendizagem</i>	62
2.9.5	<i>Ambiente virtual de aprendizagem - AVA</i>	63

2.10	<i>Fluxograma da matriz curricular</i>	65
2.11	<i>Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem</i>	84
2.12	<i>Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa</i>	86
2.12.1	<i>Acompanhamento e Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC): NDE, Colegiado e Coordenação</i>	86
2.12.2	<i>Instrumentos de avaliação Internos à UFVJM</i>	88
2.12.2.1	<i>Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE)</i>	88
2.12.2.2	<i>Instrumentos da Comissão Própria de Avaliação (CPA)</i>	89
2.12.3	<i>Ações de atenção à retenção e a evasão</i>	89
2.12.4	<i>Instrumentos de avaliação externos à UFVJM: Avaliação de Curso pelo INEP e ENADE</i>	90
2.12.5	<i>Programa de acompanhamento do egresso</i>	92
3	CORPO DOCENTE E TUTORIAL	93
3.1.	<i>Atuação do/a coordenador/a</i>	93
3.2.	<i>Colegiado de Curso</i>	94
3.3.	<i>Núcleo Docente Estruturante – NDE</i>	96
3.4.	<i>Corpo docente</i>	97
4	INFRAESTRUTURA	102
4.1	<i>Espaços de trabalho e recursos</i>	102
4.2	<i>Recursos de TICs que são utilizadas para o trabalho dos docentes, do coordenador e do pessoal técnico administrativo</i>	103
4.3	<i>Biblioteca</i>	105
5	ANEXOS	107
5.1	<i>Ementário e bibliografia básica e complementar</i>	107
5.2	<i>Regulamento de trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Geografia</i>	250
5.3	<i>Quadro descrição da natureza de extensão do curso de Bacharelado em Geografia</i>	258
6	REFERÊNCIAS	266
7	GLOSSÁRIO	268

1. APRESENTAÇÃO DO CURSO

1.1 Identificação

DADOS DA INSTITUIÇÃO		
Instituição	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	
Endereços	Campus I	- Rua da Glória, nº 187- Centro - Diamantina/MG - CEP 39100-000
	Campus JK	- Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba Diamantina/MG - CEP 39100-000
	Campus do Mucuri	- Rua do Cruzeiro, nº 01- Jardim São Paulo - Teófilo Otoni/MG - CEP 39803-371
	Campus Janaúba	- Avenida Um, nº 4.050 - Cidade Universitária - Janaúba/MG - CEP 39447-790
	Campus Unaí	- Avenida Universitária, nº 1.000, Universitários - Unaí/ MG - CEP 38610-000
Código da IES no INEP	596	
DADOS DO CURSO		
Curso de Graduação	Geografia	
Área de conhecimento	Ciências Humanas	
Classificação CINE BRASIL	Área Geral	(03) - Ciências sociais, comunicação e informação
	Área Específica	(031) - Ciências sociais e comportamentais
	Área Detalhada	(0312) - Ciências sociais e políticas
	Rótulo	(0312G01) - Geografia
Grau	Bacharelado	
Habilitação	Bacharel em Geografia	
Modalidade	Presencial	
Regime de matrícula	Anual	

Formas de ingresso	- Processo Seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SISu) via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Processo Seletivo por Avaliação Seriada (SASI) da UFVJM; Processo Seletivo Simplificado; Processo Seletivo Vagas Remanescentes; 60 +; Vestibular Único.
Número de vagas autorizadas	30
Turno de oferta	Noturno
Carga horária total	2400
Tempo de integralização	Mínimo 4 anos (8 semestres) * ¹
	Máximo 6 anos (12 semestres)
Local da oferta	Diamantina
Ano de início do curso	2026/1
Atos autorizativos do curso	Criação
	Autorização
	Reconhecimento
	Renovação de Reconhecimento

¹ Considerar o item IV do Artigo 2º da RESOLUÇÃO CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf

1.2 Base Legal de Referência

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Arts. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n. 10.098/2000, na Lei n. 13.146/2015, nos Decretos n. 5.296/2004, n. 6.949/2009, n. 7.611/2011 e na Portaria n. 3.284/2003 – Prevê as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Brasília, DF: Senado, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, DF, 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, DF, 2001b.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 e alterada pelo Decreto nº 9.656/2018. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.seid.pi.gov.br/download/202011/CEID12_150684ec58.pdf.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga até 31 de dezembro de 2025 a vigência do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14934.htm.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Recomendações do Forproex sobre a inserção curricular da extensão. 48º Encontro Nacional do Forproex – UERJ, 2021. Disponível em: https://proex.ufes.br/sites/proex.ufes.br/files/field/anexo/recomendacoes_forproex.pdf

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 213, de 17 de dezembro de 2019. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF, 2019. Disponível em:
file:///D:/Users/usuario/Downloads/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%20213.pdf.

RESOLUÇÃO CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces002_07.pdf.

RESOLUÇÃO CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos relativos ao conceito de hora-aula. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866.

RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

RESOLUÇÃO CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae.

UFVJM. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Resolução Consepe Nº 01, de 21 de setembro de 2007. Aprova o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Anexo Alterado pela Resolução nº. 24 - Consepe, de 17 de outubro de 2008. Diamantina, 2007.

UFVJM. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução Consepe Nº 06, de 17 de abril de 2009. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. Diamantina, 2009.

UFVJM. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 9, de 9 de junho de 2009. Estabelece competências dos coordenadores de cursos de graduação. Diamantina, 2009.

UFVJM. Conselho Universitário. Resolução nº 03 CONSU, de 23 de março de 2015. Aprova adequações no Regimento Geral da UFVJM em conformidade ao Estatuto aprovado em 04 de setembro de 2014. Disponível em: <http://portal.ufvjm.edu.br/page/aceso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/regimento-geral-da-ufvjm>.

UFVJM. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 4, de 10 de março de 2016. Institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE. Diamantina, 2016.

UFVJM. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 63, de 23 de novembro de 2017. Aprova alterações na Resolução nº 22/2014 (Instrumento de Avaliação do Ensino de Graduação – IAE). Diamantina, 2017b.

UFVJM. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 2, de 18 de janeiro de 2021, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFVJM. Diamantina, 2021.

UFVJM. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 33, de 14 de dezembro de 2022. Estabelece equivalência em horas das Atividades Complementares – AC e AACC. Diamantina, 2022.

UFVJM. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 24, de 12 de setembro de 2025. Estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM. Diamantina, 2025.

UFVJM. Conselho Universitário. Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2022-2026. Diamantina, 2021. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/noticias/2021/aberta-consulta-publica-sobre-projeto-pedagogico-institucional/PPI20222026.pdf>

UFVJM. Conselho Universitário. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028. Diamantina, 2023. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-da-ufvjm-2024-2028>.

1.3 Apresentação

Este documento apresenta o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Geografia, habilitação: Bacharelado, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O curso vincula-se à Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) um dos cursos contemplados para análise e proposição no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 da instituição.

O curso de Geografia - habilitação Licenciatura - existe na instituição desde 2008 e passou por reestruturação em 2012 e 2018. Foi criado pelo Decreto nº 6.096/2007 da Presidência da República, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Quase 16 anos depois, o grupo de professores da Geografia propõe a habilitação para Bacharelado que se justifica pela racionalização dos recursos institucionais, com aproveitamento da infraestrutura existente e otimização do espaço físico. Nesse sentido, propõe-se a substituição do ingresso semestral por ingresso anual, com oferta total de 50 vagas anuais, sendo 30 destinadas ao Bacharelado e 20 à Licenciatura, em lugar das atuais 70 vagas. Tal adequação considera a realidade de ocupação das vagas nos últimos processos seletivos, que evidencia a necessidade de ajustes para compatibilizar a oferta com a demanda.

A proposta propiciará aos estudantes uma ampliação profissional do futuro geógrafo. Além disso, a reforma curricular para a criação do bacharelado em Geografia se restringe aos recursos que dispomos no momento. Assim sendo, na proposta consideramos o atual corpo docente (14 docentes) e a infraestrutura de laboratórios, salas de aula, equipamentos e recursos para os trabalhos de campo e visitas técnicas com os discentes. Entretanto, esperamos que, para o melhor andamento, mais recursos humanos e físicos estejam disponíveis em um cenário próximo.

A comissão responsável por este projeto, instituída pela Portaria/PROGRAD Nº 12, de 10 de fevereiro de 2025, foi composta por docentes do curso, com o objetivo de atender às exigências legais vigentes. Este documento caracteriza-se por elementos necessários a um projeto político-pedagógico (PPP), em especial pelo conjunto de unidades curriculares (UCs) específicas voltadas para a formação do bacharel, além daquelas compartilhadas entre o bacharelado e a licenciatura, bem como UCs voltadas à curricularização da extensão. Tais UCs compõem a matriz curricular, o ementário e bibliografias, a concepção pedagógica e a organização curricular do curso, traçando assim o perfil de formação profissional proposto. Também fazem parte deste documento a descrição das Atividades Complementares (AC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além de toda a base legal que ampara o projeto.

1.4 Missão, Visão e Valores do curso

Missão:

Formar profissionais para atuar com responsabilidade e justiça social, ética, capacidade crítica, inovação e cidadania nos campos de atuação da Geografia.

Visão:

Reconhecimento enquanto um dos cursos de graduação em Geografia de qualidade e socialmente referenciado, na modalidade presencial, em Minas Gerais, para a formação cidadã visando a atuação nos diferentes campos da área de Geografia com abordagem interdisciplinar e crítica.

Valores:

Humanidade, alteridade e cidadania

Colaboração, parceria e confiança

Responsabilidade ética, social e ambiental e

Excelência e qualidade

1.5 Histórico Acadêmico

1.5.1 Da UFVJM

Em 1951, Juscelino Kubitschek assumiu o governo de Minas Gerais. Tinha, dentre alguns projetos, a interiorização do Ensino Superior. Visando o desenvolvimento da região, em 1953, ele fundou a Faculdade de Odontologia de Diamantina (Faod). Em 1960, foi transformada em Faculdade Federal de Odontologia (Fafeod) e, no ano de 2002, pautada na busca pela excelência em ensino e apoio à comunidade regional, tornou-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid). A Fafeid passou a oferecer, além de Odontologia, os cursos de Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Fisioterapia, na área de Ciências da Saúde, e de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia, nas Ciências Agrárias.

Em 2005, as Faculdades Federais Integradas de Diamantina foram transformadas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por meio da Lei nº 11.173. A implantação da universidade nos referidos Vales, também por meio da implementação do Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica. Em 2011, o Conselho Universitário da UFVJM deliberou pela criação dos campi de Unaí e Janaúba. E no ano seguinte, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados nos Campi de Unaí e Janaúba. Também em 2011, foi criada a Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAD) que oferece cursos na modalidade a distância.

A UFVJM tem como compromisso atuar nos territórios da metade setentrional do Estado, por meio de sua inserção nas quatro mesorregiões do Estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste e Norte de Minas. Um de seus desafios é estabelecer uma gestão *multicampi* orgânica eficiente, valorizando a autonomia no contexto de um sistema universitário integrado, promovendo a construção do conhecimento com a capilaridade ao alcance do conjunto.

No cumprimento da missão, a UFVJM, busca soluções para os problemas regionais, oportunizando o acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade às populações das regiões de sua área de abrangência. Desta forma, a UFVJM torna-se, então, um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento de uma vasta região na medida em que, ao longo de um curto espaço de tempo, amplia seu raio regional de ação, aumentando consideravelmente a oferta de oportunidades educacionais com cursos de graduação e pós-graduação, propiciando uma educação integral e de

qualidade, capaz de formar agentes multiplicadores das ações de transformação da realidade social, econômica e ambiental dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais (Referência: Adaptado do PDI).

1.5.2 Da Unidade Acadêmica – Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

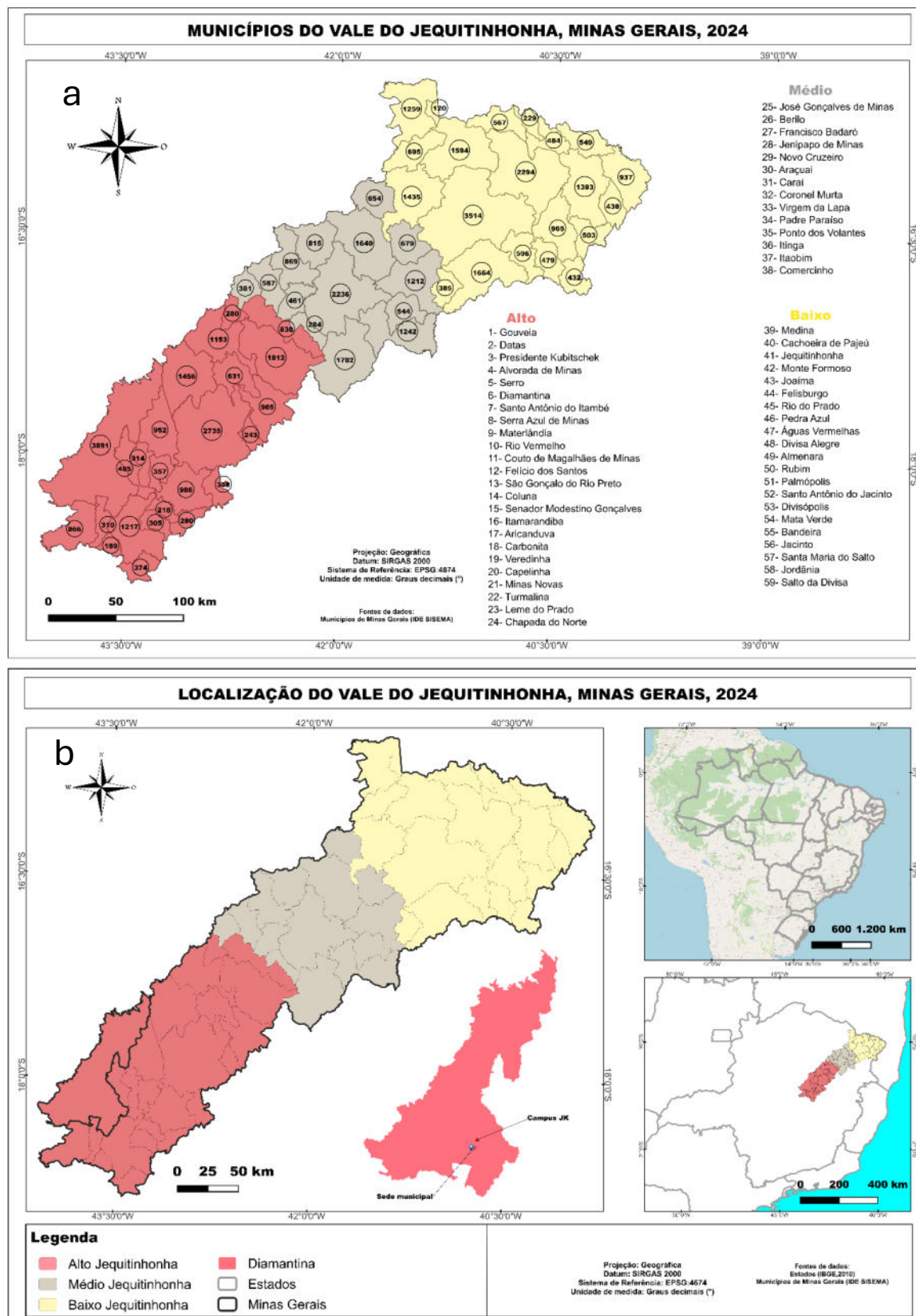
Em 2007, o Decreto nº 6.096 da Presidência da República instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujo maior objetivo era criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação. Com a adesão ao REUNI no ano de 2009, a UFVJM iniciou a implementação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI), que atendiam à exigência de uma maior flexibilização do ensino superior. A UFVJM passou a ofertar dois cursos nesta modalidade: Humanidades (BHu) e Ciência e Tecnologia (BC&T). O BHu, vinculado à atual Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) e ofertado em Diamantina, tinha duração de três anos, com ingresso e terminalidade próprias. Após a conclusão, o discente tinha a opção de continuar seus estudos nos cursos de Geografia, História, Letras/Espanhol, Letras/inglês, Pedagogia (Licenciaturas) e Turismo (Bacharelado). Em 2014, um novo curso foi criado: a licenciatura em Educação no Campo, que se vinculou à FIH.

Portanto, atualmente, a Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH) oferece os cursos de Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social e em Turismo e as licenciaturas em Geografia, História, Letras Português/Inglês, Letras Português/Espanhol, Pedagogia e a Licenciatura em Educação para o Campo (LEC).

1.5.3 Do curso: A criação do Bacharelado em Geografia

O bacharelado em Geografia é ofertado no campus JK da UFVJM, município de Diamantina (MG). Localiza-se na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. Dividido em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, compreende 59 municípios (Figura 1.1a) distribuídos em cerca de 54.769 km². O Vale é marcado por características socioeconômicas desafiadoras e vasto patrimônio cultural, sendo conhecido tanto pela rica produção de artesanato quanto pelas carências de infraestrutura em algumas áreas. Uma breve caracterização regional com aspectos geoambientais e socioespaciais será apresentada a seguir. A figura 1.1b apresenta a localização do município de Diamantina e do Campus JK da UFVJM no contexto do Vale do Jequitinhonha, MG.

Figura 1.1: A) Mesorregião do Vale do Jequitinhonha, com subdivisão em Alto, médio e Baixo e localização dos municípios; B) Localização de Diamantina e do Campus JK, Vale do Jequitinhonha/MG



Fonte: Autores, a partir de dados do IBGE (2010).

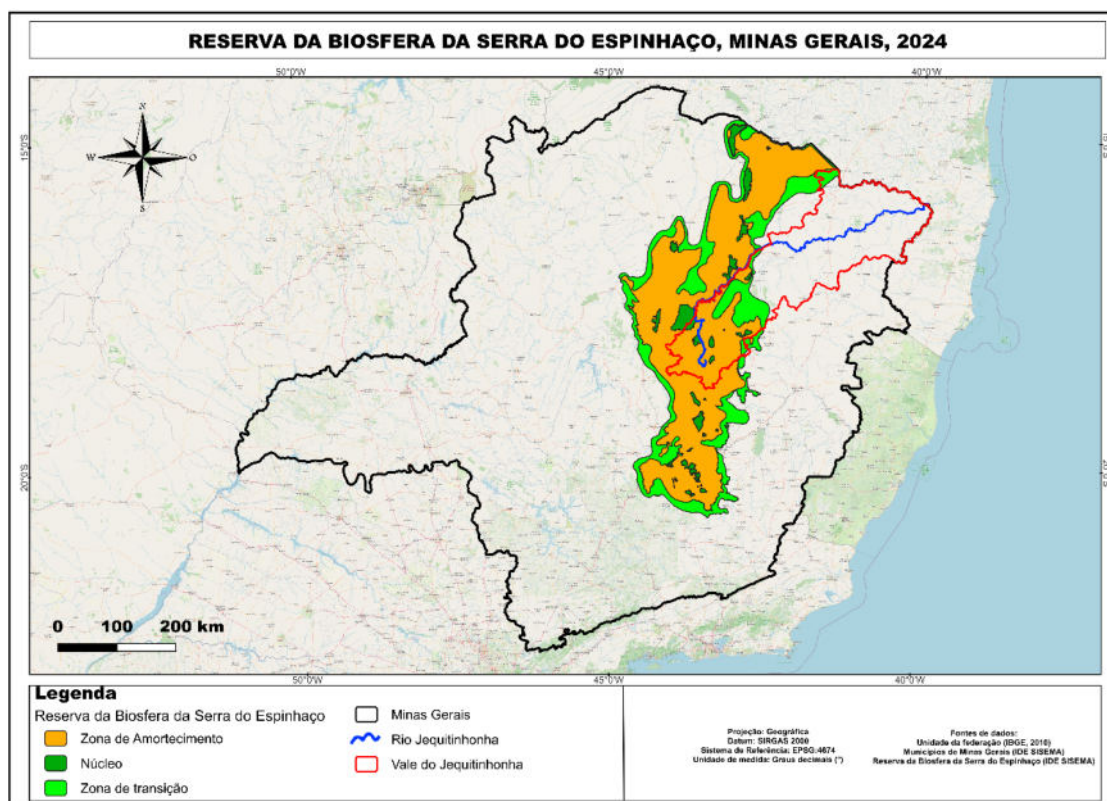
1.5.4 Aspectos Geoambientais

O *campus* JK da UFVJM está localizado na Serra do Espinhaço Meridional, posicionando-se como o único centro de pesquisa instalado nesta região, que é ambientalmente singular e de importância global. A Serra do Espinhaço é um marco geográfico de Minas Gerais, que se estende até a Bahia e forma um divisor hidrográfico entre bacias do centro-leste brasileiro com rios como Jequitinhonha e Doce, que fluem diretamente para o Atlântico, e a bacia do rio São Francisco, a oeste. Além disso, esta serra delimita dois *hotspots* de biodiversidade globais: a Mata Atlântica e o Cerrado, ecossistemas que abrigam alta diversidade biológica e estão entre os mais ameaçados do planeta.

Caracterizada como uma faixa ecotonal, a região apresenta um complexo mosaico de Florestas Estacionais a leste e Savanas a oeste, com diversas fitofisionomias, incluindo os complexos campestres quartzíticos e ferruginosos que acompanham o substrato geológico da serra. Desde o século XVII, a vegetação da Serra do Espinhaço tem atraído interesse científico. No século XIX, naturalistas como Auguste de Saint-Hilaire, Spix e Martius, e George Gardner exploraram a área, atraídos tanto pelas jazidas minerais (diamante e ouro em depósitos secundários) quanto pela biodiversidade. Pesquisas recentes indicam que aproximadamente dois terços das espécies vegetais ameaçadas de extinção em Minas Gerais se encontram na Serra do Espinhaço e arredores, além de abrigar grande número de espécies endêmicas. Com cerca de 15% da flora do Brasil concentrada em apenas 1% do território nacional, a região é prioridade para órgãos federais e estaduais em termos de conservação e pesquisa científica.

Em 2005, a Serra do Espinhaço foi reconhecida pela UNESCO como uma Reserva da Biosfera, uma das sete no Brasil. Em 2019, sua área foi ampliada em cerca de 220% (totalizando 10.218.895,20 hectares), alcançando o norte do estado até o limite com a Bahia (Figura 1.3). Esta área inclui diversas Unidades de Conservação, entre parques federais, estaduais, municipais e estações ecológicas, além de áreas de preservação ambiental. Esses espaços reforçam a importância da região como laboratório natural para pesquisas focadas na sustentabilidade ambiental e socioeconômica, perspectivas valiosas para a ciência geográfica.

Figura 1.3: Vale do Jequitinhonha no contexto da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço/MG.



Fonte: Autores, a partir de dados do IDE-SISEMA (2025).

Aliada à importância ambiental, há a necessidade de se considerar a necessidade de ocupação pelo ser humano deste território. A atividade minerária na Serra do Espinhaço e Vale do Jequitinhonha sempre teve grande destaque no cenário nacional e internacional, principalmente em Diamantina, desde sua ocupação no período colonial. O início do extrativismo mineral se deu há cerca de 300 anos com o ouro e o diamante. Atualmente são explorados, ainda, minérios de ferro e manganês, rochas ornamentais como quartzito, granito, além de minerais industriais como quartzo e preciosos ou semipreciosos, como topázio, berilo e turmalina. Mais recentemente, destaca-se a extração de lítio no Médio Jequitinhonha. É relevante constatar que, para quase todos os minerais-minério e rochas descritos, a grande parte dos empreendimentos minerários são de pequeno e médio porte. No entanto, a mineração de ferro que se estabeleceu nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim e Serro (borda leste da Serra do Espinhaço) e área de atuação da UFVJM, conta com a instalação de mineradoras de grande porte.

Neste contexto, não são poucos os lugares que possuem áreas que foram degradadas em distintos momentos da história, a partir da ocupação europeia, seja por mineração em diversos setores (iniciada há mais de três séculos e comum até os dias atuais), seja por outras formas de extrativismo e, ou, desmatamento com finalidades agropastoris, como o é o Alto Jequitinhonha, mais especificamente a Serra do Espinhaço Meridional. Devido ao seu longo período de exploração, a região caracteriza-se como passivo ambiental de grande magnitude, o que mais uma vez ressalta a relevância da atuação do bacharel em Geografia nesta região.

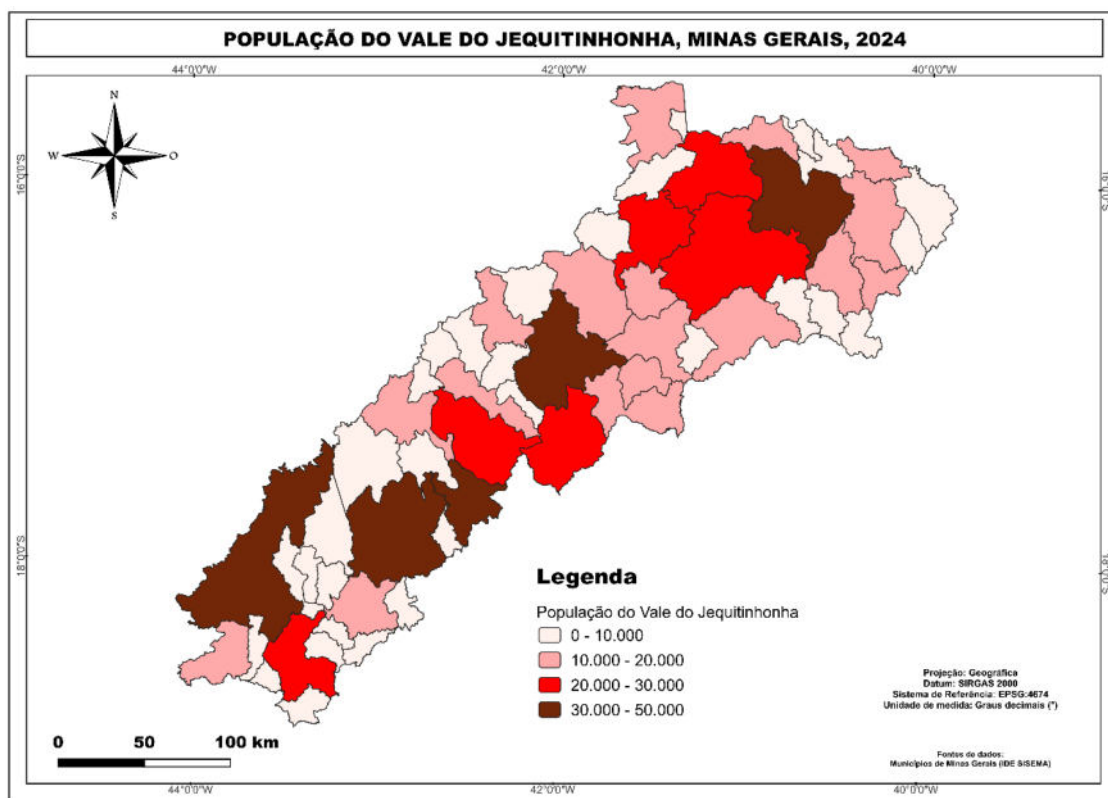
Outro aspecto relevante em relação aos recursos hídricos e ao planejamento de bacias hidrográficas é a demanda pelo uso dos mananciais da região para as atividades mencionadas. O rio Jequitinhonha, um dos mais importantes recursos naturais locais, tem sido impactado ao longo dos anos pelas atividades humanas, como o desmatamento para fins agropastoris, a mineração e a garimpagem em seu alto curso e em alguns de seus afluentes. Essas ações têm provocado alterações significativas no ciclo hidrológico, comprometendo a sustentabilidade dos ecossistemas regionais.

Portanto, atribuições do bacharel em Geografia, como estudos e diagnósticos geoambientais e socioespaciais, além de serem uma das principais alternativas socioeconômicas para a região, são também uma necessidade ambiental contemplada na legislação vigente. O que reforça a necessidade atual e futura da criação do curso aqui pleiteado.

1.5.5. Aspectos socioespaciais

Informações sobre a população dos municípios do Vale do Jequitinhonha a partir de dados do Censo Demográfico de 2022 (Figura 1.4). Diamantina, um dos 5 municípios mais populosos do Vale do Jequitinhonha, possui uma população de 47.702 pessoas, número superior aos 45.884 registrados no Censo anterior (2010). Apesar do crescimento demográfico pouco expressivo entre 2010 e 2022 e da perda de significativos estoques populacionais diante dos intensos fluxos emigratórios nas últimas décadas, e da pandemia do coronavírus entre 2020 e 2022, a estimativa mais recente do IBGE revelou crescimento significativo da população municipal de Diamantina entre 2010 e 2022 de 1.817 pessoas. Ainda de acordo com o IBGE, a estimativa de crescimento populacional para 2024 seria de um total de 49.353 pessoas (IBGE, 2022).

Figura 1.4: População do Vale do Jequitinhonha (MG) por municípios, 2022



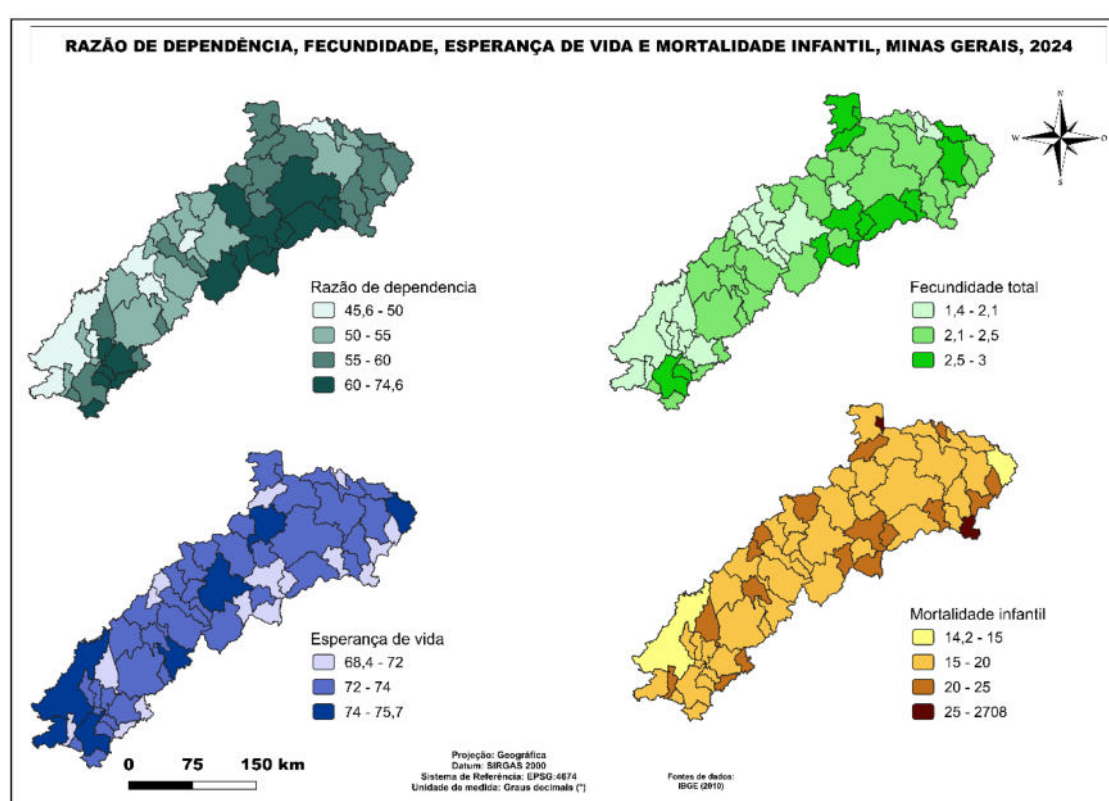
Fonte: Autores, a partir de dados do IDE-SISEMA (2025).

A Figura 1.5 apresenta a Fecundidade Total, a Razão de Dependência, a Esperança de Vida ao Nascer (e^0) e a Mortalidade infantil dos municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (2010). A Taxa de Fecundidade Total (TFT) representa o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao final do seu período reprodutivo. A Razão de Dependência se refere à proporção da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (População em Idade Ativa - PIA). Já a e^0 corresponde ao número médio de anos que um indivíduo viverá a partir do nascimento, considerando o nível e estrutura de mortalidade por idade naquela população. A Taxa de Mortalidade Infantil consiste na mortalidade infantil observada durante um ano dividida pelo número de nascidos vivos do mesmo período (IBGE, 2010).

Diamantina possui TFT relativamente baixa (1,98) em relação ao restante da região (Figura 1.5). A maioria dos municípios analisados apresenta TFT acima do nível de reposição (2,1), ou seja, nesses municípios a atual geração de pais deverá repor em igual ou maior valor a geração atual no futuro. Com isso, a população dos municípios tenderá a aumentar caso esta diferença não seja impactada por fluxos migratórios. Apesar de relativamente baixa em relação ao entorno regional, a TFT de Diamantina é

superior à média de Minas Gerais (1,77 em 2010) e do país (1,90 em 2010). As TFT relativamente altas da região são responsáveis pela estrutura populacional jovem e, também, pelos altos valores de Razão de Dependência nos municípios da região. De forma geral, a Razão de Dependência é alta nos municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, diante da alta proporção de crianças na população. A estrutura etária jovem e o relativo atraso no processo de Transição Demográfica, responsável pela queda geral nas taxas de fecundidade e mortalidade no país, são características marcantes das populações do Vale do Jequitinhonha (IBGE, 2010).

Figura 1.5: Fecundidade Total, Razão de Dependência, Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil nos municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais, 2010



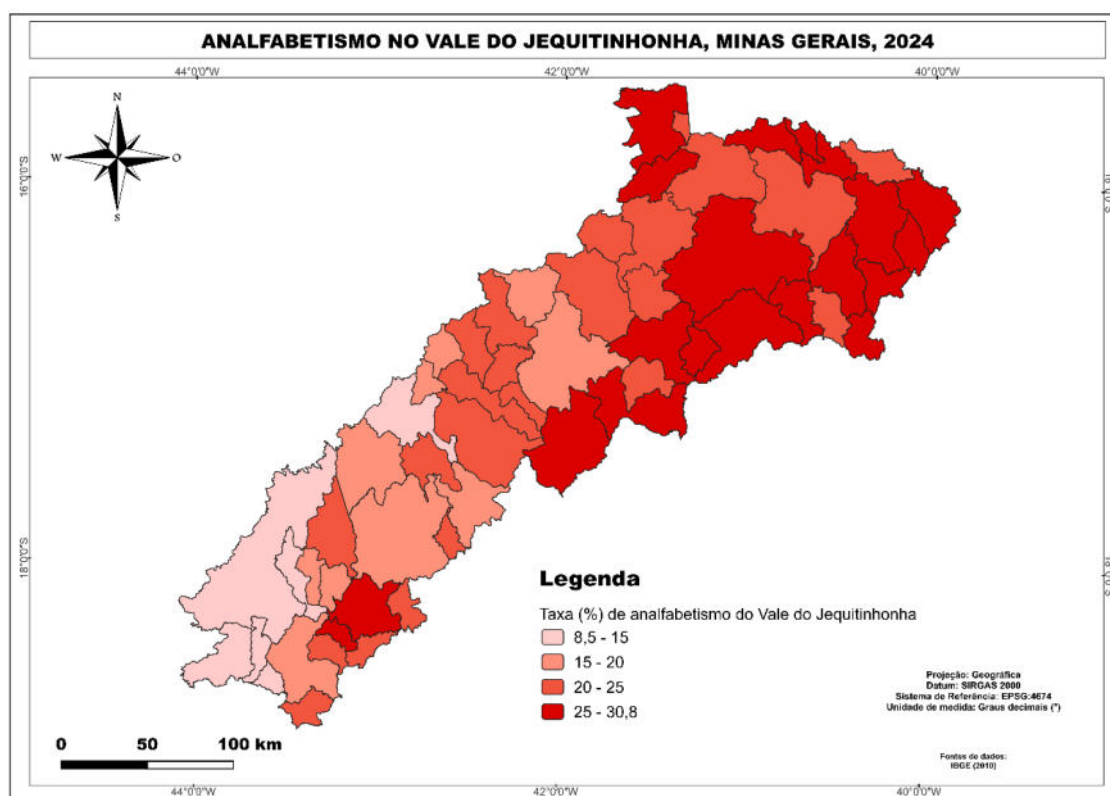
Fonte: Autores, a partir de dados do IBDE (2010).

Diamantina possui Esperança de Vida ao Nascer (e^0) e TMI significativamente distintas dos demais municípios do Vale do Jequitinhonha (Figura 5). Enquanto os valores de e^0 e TMI para Diamantina são bem próximos da média brasileira, os demais municípios, de forma geral, possuem níveis de e^0 e TMI bem preocupantes. A e^0 de Diamantina em 2010 foi a mais alta registrada para toda a região, atingindo 75,33. Por outro lado, os municípios de Divisa Alegre (68,39), Palmópolis (69,29), Felisburgo (69,66) e Mata Verde (69,92) se destacaram pelos baixos valores de e^0 . Diamantina (14,8) possui a segunda menor TMI da região, perdendo apenas para Salto da Divisa (14,2). Na outra ponta, Divisa Alegre

(27,8), Palmópolis (25,8), Felisburgo (25,0) e Mata Verde (24,4) também se destacam pelos altos valores de TMI (IBGE, 2010).

A Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais) calculada para os municípios do Vale do Jequitinhonha (2010) é nitidamente superior no Médio e Baixo Jequitinhonha, assumindo valores alarmantes (Figura 6). Em boa parte dos municípios analisados, o analfabetismo atinge mais de 25% da população com 15 anos ou mais. Diamantina (9,22) possui a segunda menor Taxa de Analfabetismo da região, perdendo apenas para Gouveia (8,49), embora estes valores ainda sejam considerados altos. Os dados coletados para o último censo realizado em 2022 ainda não foram divulgados com os valores exatos para a informação da Taxa de analfabetismo.

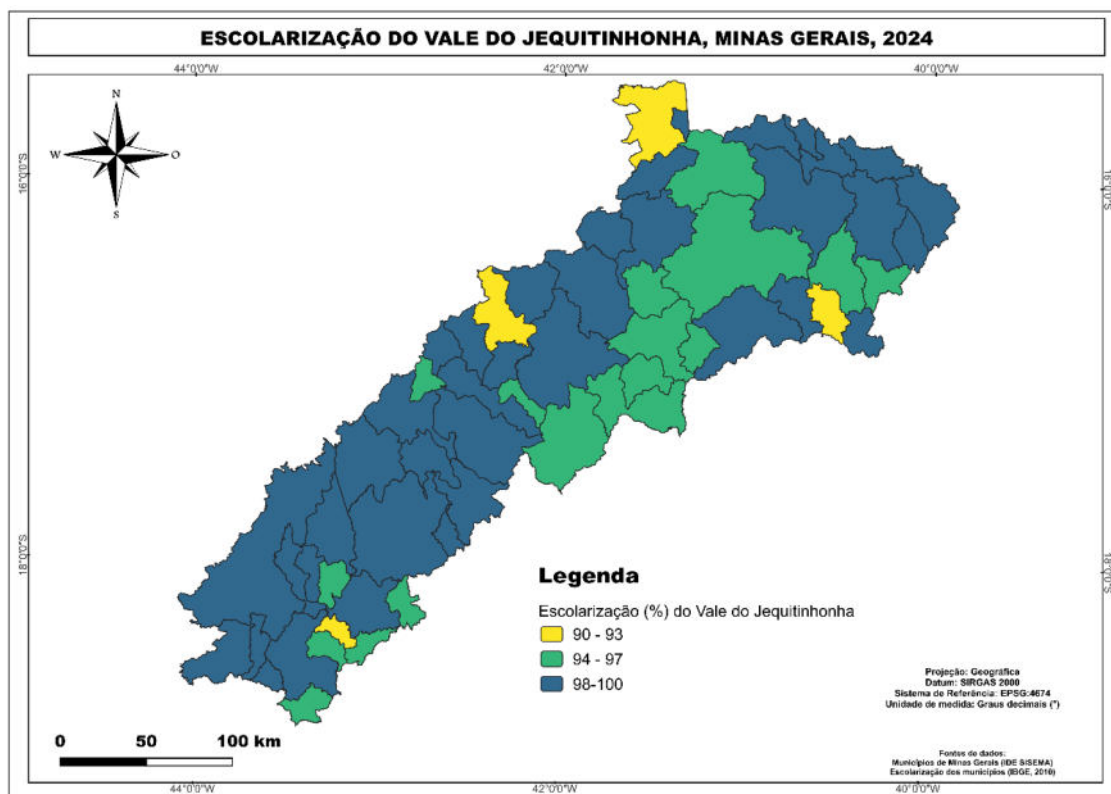
Figura 1.6: Taxa de Analfabetismo (15 anos ou mais) dos municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais, 2010



Fonte: Autores, a partir de dados do IBGE (2010).

Valores percentuais referentes à escolarização do Vale do Jequitinhonha são apresentados na Figura 7. Os municípios que correspondem aos menores valores de 90% a 93% são Serra Azul de Minas, Virgem da Lapa, Águas Vermelhas e Rio do Prado. Diamantina está situada na faixa de escolarização correspondente a 98% a 100%.

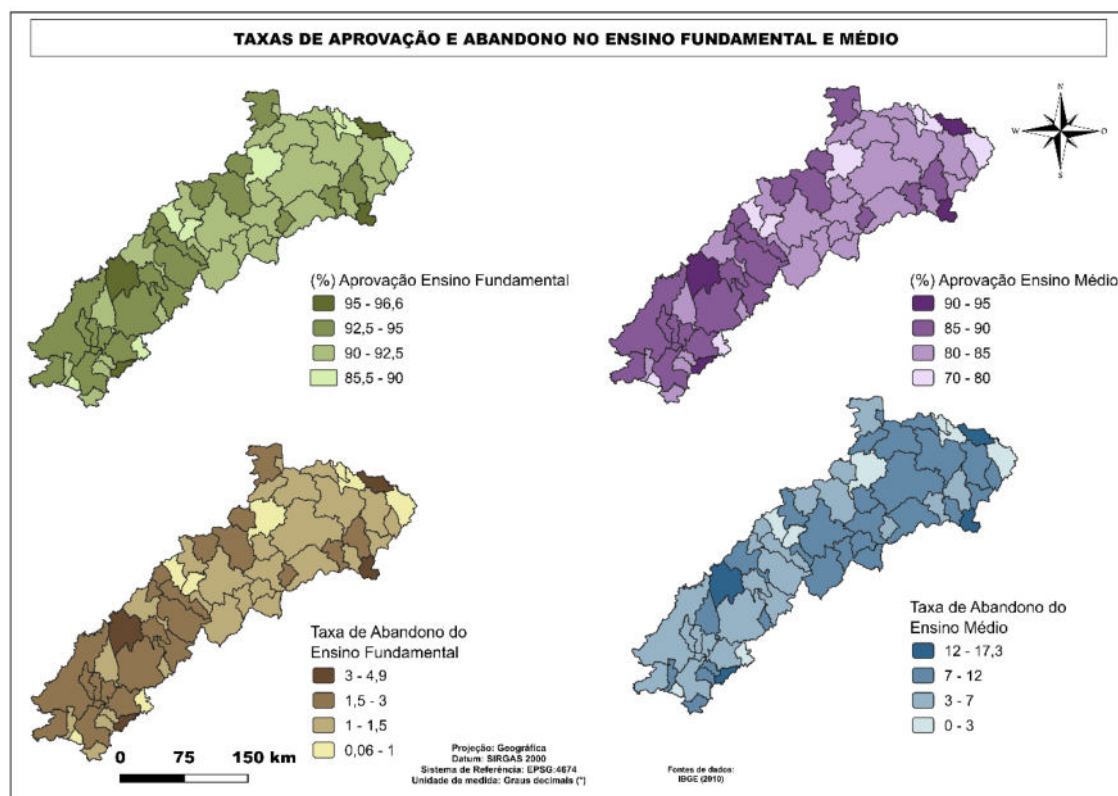
Figura 1.7: Percentual de escolarização dos municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais, 2010



Fonte: Autores, a partir de dados do IBGE (2010).

O percentual de aprovados e taxa de abandono no ensino fundamental e médio dos municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, conforme dados do Censo Escolar 2014 (Figura 8). De maneira geral, as taxas de aprovação são nitidamente superiores no ensino fundamental do que no ensino médio, enquanto as taxas de abandono são bem inferiores no ensino fundamental em relação ao ensino médio. Em Diamantina, 91,13% dos discentes do ensino fundamental foram aprovados em 2014, contra apenas 76,46% do ensino médio. Ainda, 6,76% dos discentes do ensino fundamental abandonaram a escola em 2014, contra 18,13% do ensino médio.

Figura 1.8: Percentual de aprovados e taxa de abandono no ensino fundamental e médio dos municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais, 2014



Fonte: Autores, a partir de dados do IBGE (2010).

Os dados disponibilizados pelo IBGE (2010 e 2022) e pelo Censo Escolar (2014) indicam a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas para a educação em Diamantina e nos demais municípios situados no Vale do Jequitinhonha. A redução das Taxas de Analfabetismo, o aumento do percentual de aprovados e a redução da evasão escolar no ensino fundamental e médio exigem ações imediatas indispensáveis para a promoção do desenvolvimento da região. Conforme os indicadores demográficos, a alta proporção de crianças nos municípios do Vale do Jequitinhonha lança um grande desafio para as políticas públicas de educação, de desenvolvimento e de combate à pobreza na região. Por outro lado, a alta proporção de crianças pode significar uma oportunidade para o Vale do Jequitinhonha que, com o almejado aprimoramento da educação na região, poderá formar, no médio prazo, uma geração de jovens e adultos mais produtivos e capazes de gerar riqueza, conhecimento e inovação para a região.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o Vale do Jequitinhonha apresenta valor baixo e responde por uma pequena parcela do PIB de Minas Gerais: em 2013, com 3,9% da população do Estado, o Vale do Jequitinhonha respondeu por apenas 1,3% do PIB mineiro. Na composição do PIB (2013), o setor de serviços representa 70,3%, enquanto a agropecuária (14,6%) e a indústria (9,4%)

respondem por parcelas menores (FJP, 2017). Esta alta concentração de serviços no Vale do Jequitinhonha, em boa parte representada por serviços públicos, comércio e serviços de baixa complexidade, ocorre diante da baixa diversificação econômica e da simplicidade da estrutura produtiva. Já o PIB per capita de Diamantina era de R\$ 20.537,92 em 2021 (IBGE, 2022).

1.6 Número de vagas

O Bacharelado em Geografia da UFVJM conta com a oferta de 30 vagas, com forma de ingresso anual, alinhando-se à capacidade docente e às condições de infraestrutura disponíveis. Fundamenta-se em análises quantitativas e qualitativas periódicas, realizadas a partir de dados históricos de ingresso, evasão, retenção e diplomação do curso de Licenciatura em Geografia (2012–2025), bem como em estudos internos sobre a capacidade docente e de infraestrutura da instituição. Tais análises evidenciam a necessidade de adequar a oferta de vagas às reais condições de demanda, garantindo a sustentabilidade acadêmica e a qualidade da formação geográfica oferecida.

A criação do Bacharelado em Geografia vincula-se diretamente ao fato de que o curso de Licenciatura atravessa um momento crítico, que exige reflexão profunda e ação estratégica. Até 2025, a Licenciatura oferta 35 vagas semestrais, totalizando 70 vagas anuais; contudo, a ocupação efetiva tem se mantido em torno de 30%, com períodos críticos registrando apenas 4 a 5 ingressantes por semestre, sobretudo nos segundos semestres. Essa baixa procura tem comprometido a dinâmica pedagógica, dificultando o desenvolvimento adequado das metodologias de ensino-aprendizagem e impactando a experiência formativa dos estudantes.

Além da baixa demanda, observa-se um agravamento progressivo dos índices de evasão e uma redução significativa nas taxas de diplomação, que passaram de 66% para 28%, considerando os dois currículos vigentes da Licenciatura em Geografia. Essa realidade cria um ciclo de desmotivação: turmas pequenas reduzem a interação acadêmica, a infraestrutura torna-se subutilizada, o custo por aluno formado se eleva e a sustentabilidade institucional do curso é comprometida.

Nesse contexto, propõe-se a substituição do ingresso semestral por ingresso anual, com oferta total de 50 vagas anuais, sendo 30 destinadas ao Bacharelado e 20 à Licenciatura. Essa reorganização busca racionalizar os recursos institucionais, otimizar o uso da infraestrutura existente e fortalecer o corpo discente, garantindo turmas mais estáveis e pedagogicamente dinâmicas.

A estrutura docente, composta por 14 professores doutores, é plenamente capaz de atender às demandas de ambos os cursos sob o regime anual, assegurando equilíbrio entre o número de vagas, o corpo docente e as condições de infraestrutura física e tecnológica. A UFVJM dispõe de uma base consolidada de recursos materiais e humanos, incluindo salas de aula equipadas, laboratórios de ensino e pesquisa, biblioteca com acervo atualizado, ambientes de convivência acadêmica e suporte tecnológico adequado.

Além da otimização dos recursos, a criação do Bacharelado representa uma ação estratégica de fortalecimento da formação geográfica no Vale do Jequitinhonha. Enquanto a Licenciatura mantém seu papel essencial na formação de professores para a Educação Básica, o Bacharelado amplia as possibilidades formativas, preparando profissionais aptos a atuar em pesquisa, análise espacial, planejamento territorial e ambiental, atendendo a demandas regionais emergentes e contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região.

1.7 Justificativa para implementação do PPC

A criação do curso de Bacharelado em Geografia, apoiada na infraestrutura acadêmico-administrativa e no capital intelectual já consolidados pela Licenciatura, responde simultaneamente a três desafios institucionais: (i) ampliar a atratividade da oferta formativa em Geografia para perfis profissionais diversos; (ii) elevar indicadores de permanência, conclusão e inserção socioprofissional; e (iii) otimizar o uso de recursos docentes, laboratoriais e de gestão, hoje subaproveitados em razão do baixo número de estudantes por turma e da segmentação de percursos formativos.

Quanto aos benefícios pedagógicos e acadêmicos, a reestruturação proposta promoverá uma transformação qualitativa significativa na dinâmica do bacharelado e da licenciatura. A carga horária (unidades curriculares) compartilhada entre os cursos, estimada em 55% para o Bacharelado e 40% para a Licenciatura, criarão um ambiente acadêmico mais rico e diversificado. Estudantes com diferentes perspectivas profissionais - futuros professores e futuros geógrafos consultores - compartilharão salas de aula, laboratórios e projetos de pesquisa, enriquecendo mutuamente suas formações.

Esta convivência acadêmica entre modalidades diferentes da Geografia permitirá que licenciandos compreendam melhor as aplicações práticas dos conteúdos que ensinarão, enquanto bacharelandos

desenvolverão maior consciência sobre a dimensão educativa da Geografia. O resultado será uma formação mais completa e contextualizada para ambos os perfis profissionais.

A flexibilização curricular inerente a esta estrutura também oferecerá aos estudantes a possibilidade de reorientação durante o percurso formativo. Um estudante que ingressou na licenciatura, mas descobriu aptidão para um mercado de trabalho voltado a análise socioespacial, geotecnologias, gestão territorial e projetos ambientais (p.ex) poderá migrar para o bacharelado, e vice-versa, aproveitando UCs cursadas da área de conhecimento comum. Esta mobilidade reduzirá significativamente os índices de evasão por inadequação de escolha inicial.

Além disso, turmas maiores e mais heterogêneas criarão um ambiente propício para metodologias de ensino mais dinâmicas. Seminários, debates, trabalhos em grupo, estudos de caso e projetos integrados ganharão nova dimensão quando desenvolvidos em salas com 20-25 estudantes ao invés dos atuais grupos de 4-8 alunos. A própria motivação docente será renovada pelo desafio de trabalhar com turmas mais engajadas e participativas.

Sob a perspectiva da gestão institucional, ou seja, otimização de recursos e eficiência institucional a reestruturação proposta configura-se como uma estratégia consistente para mitigar a subutilização de recursos. O quadro docente atualmente constituído, dimensionado para atender de forma adequada às demandas do curso, poderá atuar em sua plenitude por meio do compartilhamento de disciplinas entre as duas modalidades, permitindo o aproveitamento mais amplo e eficiente de suas competências acadêmicas e profissionais.

A infraestrutura existente, citada no PPP, será otimizada por meio do uso mais intensivo e racional. Salas de aula, equipamentos de projeção, acervo bibliográfico e recursos tecnológicos terão seu potencial plenamente explorado, justificando os investimentos já realizados pela instituição. Esta otimização se traduzirá em melhores indicadores de ingressantes e diplomados. As projeções baseadas nos dados históricos apontam para cenários promissores. Mesmo mantendo a atual taxa de procura (36% das vagas ofertadas), a reestruturação resultaria em aproximadamente 18 ingressantes anuais, distribuídos entre 7 licenciandos e 11 bacharelandos. Este número, embora modesto, já representaria uma melhoria qualitativa significativa na formação de turmas.

Como resultados esperados, destacam-se: (a) aumento da procura pela área de Geografia, ao diversificar as possibilidades de carreira; (b) redução de evasão por reorientação vocacional, graças à mobilidade entre percursos; (c) melhoria das taxas de conclusão e diplomação; (d) incremento da inserção profissional de egressos em áreas técnicas e de planejamento; e (e) intensificação da

produção acadêmica e extensionista aplicada ao território. Para monitorar a efetividade da política, propõem-se indicadores anuais de ingresso, retenção, conclusão, empregabilidade e uso de infraestrutura, com ciclos de avaliação e ajuste coordenados pelo colegiado e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Portanto, a reestruturação proposta transcende os limites institucionais e alcança dimensões regionais importantes. A região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri apresenta demandas crescentes por profissionais geógrafos qualificados em áreas como planejamento municipal, gestão ambiental, análise territorial para projetos de desenvolvimento e consultoria técnica especializada. A formação de bacharéis em Geografia atenderá diretamente estas demandas regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local pela disponibilização de profissionais capacitados para enfrentar os desafios territoriais contemporâneos. Paralelamente, a licenciatura continuará formando professores qualificados para a educação básica, mantendo sua importante função social.

Esta dupla contribuição - profissionais para o mercado técnico especializado e educadores para a formação básica - posicionará a proposta das duas habilitações em Geografia como um elemento estratégico no desenvolvimento regional, justificando plenamente os investimentos institucionais e consolidando a relevância social do curso.

Concluindo, a análise dos dados históricos do curso de Licenciatura em Geografia da UFVJM evidencia inequivocamente a necessidade de mudanças estruturais profundas. A atual situação de baixa procura, alta evasão e subutilização de recursos não é sustentável nem desejável para uma instituição comprometida com a excelência acadêmica e a responsabilidade social. A reestruturação proposta - transição para ingresso anual, criação do bacharelado e redistribuição de vagas entre bacharelado e licenciatura - representa uma resposta integrada e estratégica aos desafios identificados. Mais que uma simples reorganização administrativa, esta proposta configura uma oportunidade de renovação acadêmica que beneficiará estudantes, professores, instituição e sociedade.

Os benefícios projetados são múltiplos e interconectados: otimização de recursos humanos e materiais, melhoria da dinâmica pedagógica, diversificação da formação profissional, redução da evasão, aumento da diplomação e fortalecimento da relevância social do curso. Trata-se de uma transformação que, fundamentada em dados concretos e projeções realistas, promete revitalizar o curso de Geografia da UFVJM e consolidá-lo como referência regional na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento territorial sustentável.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Políticas institucionais

Com base nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028 (UFVJM, 2023) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2022-2026 da UFVJM (UFVJM, 2021), a proposta de implantação do curso de Bacharelado em Geografia está plenamente alinhada às políticas institucionais e aos princípios que norteiam a atuação da universidade. O curso se apresenta como instrumento de fortalecimento da missão da UFVJM de promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e sociocultural da sua região, por meio da construção, aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental e da formação de profissionais comprometidos com a justiça social.

A implantação do Bacharelado em Geografia concretiza políticas institucionais voltadas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação, internacionalização, gestão e formação para a sustentabilidade:

- **Política de Ensino:** o curso adota uma concepção formativa crítica, reflexiva e interdisciplinar, articulando os saberes da Geografia para a leitura e transformação da realidade. O curso incentiva a inserção precoce dos discentes em atividades de ensino por meio de programas institucionais como monitorias e Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE). A proposta pedagógica prevê metodologias ativas, práticas de campo, atividades em laboratórios e ambientes virtuais, dialogando com as diretrizes nacionais de ensino superior e com a realidade regional.
- **Política de Pesquisa:** o curso incentiva a inserção precoce dos discentes em atividades científicas por meio de programas institucionais como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT), Programa de Educação Tutorial (PET), buscando integrar os saberes acadêmicos às demandas dos territórios nos quais se insere. O fortalecimento de núcleos como o Laboratório GAIA, LAEP, YBYlab e o Grupo de Estudo em Ecologia e Biogeografia do Espinhaço (GEEBE), Observatório dos Vales e Semiárido Mineiro potencializa a formação de uma cultura de pesquisa voltada ao território.
- **Política de Extensão:** em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o curso se compromete com ações formativas extensionistas, promovendo

o diálogo entre a universidade e a sociedade civil. Projetos relacionados à cartografia participativa, gestão ambiental, geotecnologias sociais e valorização de saberes tradicionais fortalecem essa dimensão.

- **Política de Inovação:** a formação propõe a criação e aplicação de soluções inovadoras, inclusive de base social, para os desafios regionais. O uso de tecnologias como Sistemas de Informações Geográficas (SIG), sensoriamento remoto e modelagem espacial estimula a análise crítica de problemas socioambientais e o desenvolvimento de estratégias integradas de intervenção territorial.
- **Política de Internacionalização:** a inserção do curso nas redes interinstitucionais promovidas pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) possibilita a participação de docentes e discentes em programas de intercâmbio, cooperação com universidades da América Latina, África e projetos que contemplem a diversidade geográfica em escala global.
- **Política de Educação a Distância (EaD) e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs):** o curso integra tecnologias de informação e comunicação no processo formativo, em ambientes híbridos de aprendizagem. A experiência com o Google Workspace, o uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a promoção de formações para o uso pedagógico das tecnologias estão entre as práticas instituídas.
- **Política de Gestão:** a gestão do curso, por meio da coordenação e do colegiado, é pautada por princípios democráticos e participativos, com planejamento institucional articulado aos setores acadêmicos e administrativos da universidade, promovendo o acompanhamento sistemático das ações e a melhoria contínua da qualidade do curso.

Além disso, o Bacharelado em Geografia foi concebido em consonância com os princípios fundamentais do PDI da UFVJM:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** estrutural no desenho curricular do curso, garantindo práticas interdisciplinares e projetos integradores com impacto territorial.
- **Interdisciplinaridade e transversalidade:** a formação geográfica exige o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e campos do saber, o que se reflete na organização curricular, na integração com outros cursos e nos componentes optativos e livres.

- Contextualização: o curso é voltado à realidade do semiárido mineiro, da Serra do Espinhaço e dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, contribuindo para a superação de desigualdades sociais e promoção da justiça territorial.
- Flexibilidade: a proposta permite percursos formativos diversificados, respeitando as especificidades dos interesses dos discentes e suas inserções no território.
- Diversidade, acessibilidade e inclusão: o curso contempla políticas afirmativas, estratégias de permanência estudantil e valorização das pluralidades étnico-raciais, territoriais e culturais da região.
- Sustentabilidade socioambiental: transversal no currículo e nas práticas formativas, a sustentabilidade é abordada em múltiplas escalas, promovendo formação crítica diante da crise ambiental e das transições socioecológicas contemporâneas.

2.2 Políticas de atendimento ao discente

2.2.1 Recepção aos discentes ingressantes

A recepção aos discentes é contemplada na estrutura curricular do curso, em uma unidade curricular (UC) de 15 horas (1 crédito) intitulada Seminários de Introdução à Geografia. Ofertada normalmente nas primeiras semanas do 1º período, os discentes ingressantes se apresentam e conhecem a coordenação de curso, estudantes do centro acadêmico, da Atlética, demais estudantes e docentes do curso. Percorrem espaços como o Laboratório de Geografia (LABGEO), laboratórios vinculados a professores (Tópico 4.3). e biblioteca Central do campus JK (Tópico 4.3). Além disso, os discentes são apresentados aos programas de assistência estudantil disponibilizados pela UFVJM, bem como programas de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, ao projeto pedagógico do curso, seus princípios, diretrizes e objetivos. A atividade é preparada pela coordenação do curso em parceria com o centro acadêmico, a atlética e a unidade acadêmica.

2.2.2 Apoio à discente via pró-reitorias: assistência estudantil e programas de ensino, pesquisa e extensão

No âmbito institucional, apresentamos as pró-reitorias voltadas ao apoio a discente do bacharelado em Geografia:

Pró-reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis (PROAAE): contribuir com a promoção da educação inclusiva do bem-estar, da equidade, da qualidade de vida e do desenvolvimento da

comunidade acadêmica, por meio da proposição, planejamento e execução de ações de assistência e atenção ao estudante. Possui a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) que propõe, planeja e executa ações de assistência e promoção social, dirigidas à comunidade acadêmica. Atualmente, a DAE possui alguns programas de assistência estudantil, cujas chamadas são realizadas semestralmente pela PROAAE. Atualmente, os auxílios prestados aos discentes da UFVJM são:

- *Auxílio Emergencial I* - Regulamentado pela Resolução Consu nº. 08/2016, trata-se de auxílio financeiro creditado na conta bancária dos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, identificada pelo Serviço Social e que não estejam recebendo bolsa institucional ou auxílio, não podendo ser acumulado com a modalidade Auxílio Emergencial II.
- *Auxílio Emergencial II* - Regulamentado pela Resolução Consu nº. 08/2016. Oferece vaga na Moradia Estudantil Universitária (MEU) aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que não estejam recebendo bolsa institucional ou auxílio, não podendo ser acumulado com a modalidade Auxílio Emergencial I - Auxílio Financeiro. O discente que deseja pleitear uma vaga deverá concorrer ao edital de seleção/concessão de benefícios do Programa de Assistência Estudantil – PAE, publicado semestralmente;
- *Auxílio Manutenção* - consiste no repasse financeiro correspondente ao valor estabelecido pelo Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis da PROAAE, creditado na conta dos discentes classificados para recebimento do benefício.
- *Programa de Bolsa Permanência* – MEC Instituído em 2013 é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio-financeiro para estadia de estudantes de graduação em instituições federais de ensino superior, que têm por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial, os indígenas e quilombolas, nas instituições federais de ensino superior.

Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): desenvolve atividades administrativas e pedagógicas, direcionadas aos Cursos de Graduação, sendo responsável pela política do ensino de graduação, pelo gerenciamento do sistema acadêmico e pelo *Programa de Monitoria*, este visa proporcionar aos discentes, de forma remunerada ou voluntária, a participação efetiva e dinâmica em projeto acadêmico de ensino, no âmbito de determinado módulo, sob a orientação direta do docente. O monitor terá seu trabalho acompanhado pelo professor-supervisor. A seleção dos monitores é realizada no âmbito dos

cursos, sob a coordenação dos professores responsáveis, por meio de edital padrão publicado na página da unidade acadêmica e no prazo estabelecido em cronograma específico. Há ainda o *Programa de Apoio ao Ensino de Graduação – PROAE*, que visa estimular e apoiar a apresentação de projetos que resultem em ações concretas para a melhoria das condições de oferta dos cursos e componentes curriculares de graduação, intensificando a cooperação acadêmica entre discentes e docentes a partir de novas práticas e experiências pedagógicas e profissionais. As normas específicas do Proae são definidas por resolução vigente da UFVJM, normalmente com editais anuais.

Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC): responsável pela coordenação das ações de extensão e cultura da UFVJM. A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. São exemplos de programas da Proexc: *Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex* e *Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte – Procarte* que propiciam aos discentes a oportunidade de obterem bolsas de extensão e de cultura, respectivamente. Anualmente, por meio de editais, docentes e técnicos administrativos da instituição podem submeter projetos de extensão, os quais preveem bolsas para estudantes integrantes destes projetos.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG): tem como objetivos incentivar as iniciativas de pesquisa na instituição, buscar condições para o desenvolvimento de pesquisas, incentivar a formação de grupos de pesquisa, coordenar os Programas de Iniciação Científica, juntamente com a Comissão de Iniciação Científica e Tecnológica (CICT) e estabelecer políticas de apoio à pesquisa junto aos órgãos financiadores. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic* é gerido pela PRPPG e tem como principal objetivo proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre discentes de graduação, mediante envolvimento em projetos de pesquisa. O Pibic é regulamentado por resolução específica vigente na UFVJM.

2.2.3 Políticas afirmativas

A Política Afirmativa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) visa garantir o acesso e a permanência de grupos historicamente discriminados, como negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda em todos os seus cursos e espaços. A Resolução CONSEPE nº 24/2025 consolida e amplia as políticas afirmativas da UFVJM, reafirmando o compromisso institucional com a inclusão, a equidade e a justiça social em todas as dimensões do ensino superior. Seguindo a diretriz, pauta-se a promoção da educação cidadã e valorização das

diversidades étnicas, culturais, de gênero e geracionais. Essa política abrange o enfrentamento de todas as formas de discriminação — racial, de gênero, religiosa, por deficiência, parentalidade, nacionalidade ou condição socioeconômica —, buscando garantir um ambiente acadêmico respeitoso, plural e acessível.

Entre as medidas concretas implementadas pela UFVJM destacam-se a reserva de vagas nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o estabelecimento de comissões de heteroidentificação, a criação de ferramentas tecnológicas para o monitoramento do ingresso e da permanência de estudantes beneficiados por políticas afirmativas e a promoção de ações de acolhimento, assistência estudantil e acompanhamento pedagógico. Além disso, a Resolução introduz políticas específicas de acessibilidade educacional e apoio à parentalidade, ampliando a rede de proteção e suporte à permanência estudantil.

Essas iniciativas reforçam a política institucional de inclusão da UFVJM, que compreende a diversidade como valor central da vida universitária e reconhece o papel da universidade na reparação histórica das desigualdades sociais. Assim, as políticas afirmativas deixam de ser ações pontuais e passam a constituir um eixo estruturante da formação acadêmica e cidadã, em consonância com os princípios de uma educação pública, democrática e socialmente referenciada.

2.3 Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

O atendimento aos discentes com necessidades especiais é realizado pela Diretoria de Acessibilidade e Inclusão (DACI), cuja finalidade é o desenvolvimento de ações voltadas à inclusão e acessibilidade da comunidade acadêmica com deficiência, necessidades específicas e ao público da educação especial. A diretoria objetiva: 1) Implementar a política de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na UFVJM; 2) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações; 3) Combater de forma explícita toda e qualquer manifestação de preconceito; 4) Promover ações que favoreçam a redução das desigualdades sociais e segregação de pessoas; 5) Despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade; 6) Garantir a educação inclusiva; 7) Adquirir e assegurar a tecnologia assistiva e comunicação alternativa; 8) Apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo; 9) Garantir a segurança e integridade física de pessoas com necessidades educacionais.

2.4 Objetivos do curso - Geral e Específicos

O curso de Bacharelado em Geografia da UFVJM objetiva formar profissionais com sólida base nos fundamentos teóricos e práticos da ciência geográfica, capacitados para analisar, compreender, interpretar e atuar na complexa dinâmica socioespacial e geoambiental. Almeja-se que o bacharel em Geografia pela UFVJM reconheça a ciência geográfica como instrumento para conhecer, refletir e transformar a realidade, compreendendo-a como resultado da relação entre sociedade e natureza em sua totalidade. Ao concluir o curso, os geógrafos deverão estar aptos a atuar de forma crítica, ética e inovadora em múltiplos contextos profissionais. Sua formação o capacitará para desenvolver investigação científica de excelência, aplicar métodos geotecnológicos avançados e produzir diagnósticos socioambientais que orientem o planejamento territorial e a gestão de recursos naturais.

O curso busca formar profissionais com visão interdisciplinar, sensibilidade social e compromisso com a justiça territorial, capazes de articular ciência, tecnologia e saberes locais. Com isso, o geógrafo egresso estará apto a responder aos desafios contemporâneos, ampliando sua inserção no mercado de trabalho e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e democrática. Ao concluir o curso, os geógrafos deverão estar aptos a atuar de forma crítica, ética e inovadora em múltiplos contextos profissionais. Sua formação o capacitará para desenvolver investigação científica de excelência, aplicar métodos geotecnológicos avançados e produzir diagnósticos socioambientais que orientem o planejamento territorial e a gestão de recursos naturais.

O curso busca formar profissionais com visão interdisciplinar, sensibilidade social e compromisso com a justiça territorial, capazes de articular ciência, tecnologia e saberes locais. Com isso, o geógrafo egresso estará apto a responder aos desafios contemporâneos, ampliando sua inserção no mercado de trabalho e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e democrática.

Como objetivos específicos, visa:

- Proporcionar sólida formação nos fundamentos teóricos e metodológicos da ciência geográfica;
- Desenvolver a capacidade de articular conteúdos básicos e específicos;
- Promover a prática da interdisciplinaridade entre os conteúdos teóricos e práticos;
- Estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar profissionais capacitados para inserção em diferentes setores do mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira e promovendo a

formação continuada;

- Incentivar a pesquisa, com foco no avanço da ciência e tecnologia articuladas à extensão universitária e incentivo à cultura;
- Produzir conhecimentos que contextualizem as questões socioculturais e ambientais, articuladas com políticas públicas de base social;
- Aplicar novas tecnologias na produção e análise socioespacial, socioambiental e inteligência territorial;
- Contribuir por meio de um percurso formativo que incentive o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para atuação profissional como geógrafo/a;
- Qualificar o egresso para atuar de forma ética, crítica e fundamentada em todas as áreas de produção e aplicação do conhecimento geográfico.

2.5 Perfil profissional do egresso

De acordo com o Parecer no CNE/CES nº 492/2001, o perfil do formando em Geografia deve compreender os elementos e processos vinculados ao meio natural e ao construído, fundamentado nos princípios filosóficos, teóricos e metodológicos da geografia. Ademais, deve dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico (BRASIL, 2001, p.10).

Neste sentido, os egressos do bacharelado em Geografia devem estar preparados e capacitados para desenvolver pesquisas e apresentar alternativas sociais, econômicas e ambientais nas áreas de atuação do Geógrafo. Para alcançar o objetivo proposto, o estudante deverá ter uma sólida formação interdisciplinar, com capacidade para contribuir no planejamento, formulação e implementação de políticas públicas, econômicas e socioambientais e territoriais. Pode atuar em órgãos governamentais, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e empresas privadas, como docente, pesquisador, planejador e gestor.

Considerando sua formação na UFVJM, cujos *campi* encontram-se na porção centro-norte de Minas Gerais, o bacharel em Geografia estará apto a entender as particularidades dessa região, em especial do Vale do Jequitinhonha incluindo suas características ambientais, sociais, culturais e econômicas, e a atuar de forma proativa na promoção de um desenvolvimento que respeite e valorize a diversidade local, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Além disso, terá a oportunidade de se formar como um profissional capacitado quanto à compreensão crítica das questões territoriais e para a proposição de soluções inovadoras que contribuam para o

desenvolvimento sustentável da região e do país. Almeja-se, ainda, que o egresso tenha perfil de profissional comprometido com o desenvolvimento regional, sensível às especificidades locais e capaz de atuar de maneira ética e responsável, buscando soluções para problemas que afetam diretamente as comunidades locais, como a desigualdade socioeconômica, a escassez de água, o racismo ambiental, a degradação ambiental, processos antrópicos diversos e a migração.

Deverá estar apto para atuar de forma competente como profissional de nível superior em áreas emergentes que ganham cada vez mais espaço no campo da Geografia, em função dos avanços teóricos e das novas geotecnologias. Apto também para atuar como pesquisador, com amplas condições para o aprofundamento dos estudos em nível de pós-graduação, contribuindo para a produção e disseminação de conhecimentos na área da Geografia.

Por fim, o bacharel deverá utilizar o conhecimento geográfico para propor ações que promovam a justiça social, a inclusão e a sustentabilidade. Seu perfil crítico e transformador permitirá identificar, denunciar e combater práticas que sejam prejudiciais ao ambiente e às populações locais, promovendo o uso equilibrado e consciente dos recursos naturais.

2.6 Competências e Habilidades

O Curso de Geografia Bacharelado assume as competências e habilidades propostas no Parecer CNE/CES nº 492/2001, subdivididas em gerais e específicas. Segundo o parecer, são consideradas competências e habilidades gerais:

- Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações dos conhecimentos;
- Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- Dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento geográficos;
- Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia;
- Utilizar os recursos da informática;
- Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.

São consideradas competências e habilidades específicas:

- Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
- Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- Avaliar representações ou tratamentos gráficos e matemático-estatísticos
- Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;
- Dominar os conteúdos básicos objetos de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
- Organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino.

A partir das competências e habilidades gerais e específicas listadas e de acordo com a estrutura curricular proposta pelo bacharelado em Geografia da UFVJM, pode-se elencar, em síntese, as seguintes competências e habilidades que o curso proporciona ao seu estudante:

1) Análise Ambiental e Territorial: com capacidade de analisar, diagnosticar e interpretar as dinâmicas ambientais e territoriais considerando perspectiva histórica, fatores físicos, socioeconômicos, culturais e políticos. O egresso será capaz de realizar estudos, avaliações, pareceres, laudos técnicos, perícias sobre uso e ocupação da terra, zoneamento territorial, vulnerabilidade ambiental, recursos hídricos, mudanças climáticas, soluções baseadas na natureza, entre outros aspectos relevantes para o desenvolvimento regional. Entre os tipos de estudos que podem ser realizados pelos geógrafos estão: Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA e RIMA), Plano de Controle Ambiental (PCA) e Relatório de Controle Ambiental (RCA), Projeto Básico Ambiental (PBA), Relatório Ambiental Simplificado (RAS), de Monitoramento Ambiental, relatórios de caracterização do meio físico e antrópico, estudos e pesquisas geomorfológicas.

2) Gestão e Planejamento: com competência para atuar em atividades de gestão e planejamento urbano e regional, gestão de políticas públicas, elaboração de planos diretores urbanos, rurais e regionais e de áreas protegidas, soluções baseadas na natureza, dentre outros. Atuação em cadastros rurais e urbanos, em implantação e gerenciamento de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), estruturação e reestruturação dos sistemas de circulação de pessoas, bens e

serviços; de estudos populacionais e geoeconômicos. Além disso, como o geógrafo atua como conector entre ciência, território e sociedade, este é capaz de planejar, implementar e monitorar soluções baseadas na natureza em diferentes escalas — do espaço urbano ao regional.

3) Geotecnologias e Geoprocessamento: por meio da habilidade no uso de ferramentas de geotecnologias, como sistemas de informação geográfica (SIG), sensoriamento remoto, cartografia e seus conteúdos de base e digitais e modelagem espacial. O egresso será capacitado para coletar, processar, analisar e interpretar dados geográficos, aplicando-os na gestão territorial, na avaliação de impactos ambientais e na tomada de decisão estratégica. Os produtos são elencados como elaboração de mapas básicos e temáticos, mapas urbanos, delimitação do espaço territorial municipal, distrital, regional; cartas de declividade e perfil de relevo; cálculo de áreas.

4) Pesquisa, Inovação e Extensão: capacidade para conduzir pesquisas científicas em temas geográficos, com ênfase em problemáticas locais e regionais, como degradação ambiental, desertificação, racismo ambiental, mudanças climáticas, migração, conflitos socioambientais e preservação do patrimônio natural e cultural. O egresso será apto a desenvolver soluções inovadoras, tecnológicas e/ou baseadas na natureza para os desafios enfrentados pela região, atuação em projetos de extensão para atender as demandas sociais e ambientais.

5) Comunicação e Articulação Interdisciplinar: habilidade de trabalhar em equipe e comunicar informações geográficas de maneira clara e acessível para públicos diversos, desde a comunidade científica até gestores públicos e a sociedade em geral. Capacidade de trabalhar de forma colaborativa, interdisciplinar e em equipe, integrando as diferentes áreas do conhecimento.

2.7. Áreas de atuação do egresso

O bacharel em Geografia apresenta amplo leque de possibilidades de atuação, incluindo:

- Mapeamento de áreas de risco para gestores municipais e privados;
- Projetos de Educação Ambiental para diversas instituições da sociedade civil;
- Análise de mobilidade urbana;
- Zoneamentos ecológico-econômico e Ambiental e Produtivo (ZAP);
- Estudos de impacto ambiental;
- Monitoramento de mudanças ambientais (monitoramento de desmatamento, mudanças

no uso do solo, expansão agrícola e urbana);

- Monitoramento de Indicadores ambientais (por exemplo de degradação, sustentabilidade ou mitigação/compensação);
- Projetos de educação e valorização do patrimônio cultural e natural.

No setor público, pode trabalhar em secretarias municipais, estaduais e federais de meio ambiente, planejamento urbano e regional, recursos hídricos, agricultura, turismo e cultura, contribuindo para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas eficazes e em consonância com a ciência.

No setor privado, em ambientes de consultoria pode atuar como consultor ou assessor em empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, cooperativas e associações, oferecendo expertise em estudos de impacto ambiental, gestão de recursos naturais, ordenamento territorial, entre outros. A bagagem adquirida a partir do geoprocessamento e geotecnologias possibilita a atuação em atividades em empresas com serviços voltados para cartografia digital, análise espacial, sensoriamento remoto e elaboração de mapas temáticos. Ainda nesta vertente, há a possibilidade empreendedora de atuação em projetos e iniciativas próprias, nas áreas de turismo sustentável, agroecologia, economia criativa da natureza (como com o design bioartesanal), manejo de áreas protegidas, conservação ambiental, entre outros.

Há a opção de carreira acadêmica e de pesquisa em universidades, centros de pesquisa, institutos técnicos e agências de desenvolvimento, realizando estudos e pesquisas sobre temas geográficos relevantes para a região, como geografia agrária, conflitos socioambientais, dinâmica de uso da terra, oferta e pagamento de serviços ecossistêmicos, fragilidade ambiental, desertificação, recursos hídricos e mudanças climáticas.

2.8 Estrutura Curricular: Núcleo de Formação Comum entre Bacharelado e Licenciatura e Núcleo do Bacharelado: Diálogos entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e o Capital Geográfico

O bacharelado em Geografia estrutura-se a partir de um conjunto comum de unidades curriculares desse curso e a Licenciatura em Geografia. Este núcleo é alicerçado no diálogo teórico-metodológico entre a perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) (Grzebieluka e Silveira, 2024) e a abordagem do Capital Geográfico, adaptada do modelo *Primary Science Capital Teaching Approach* (PSCTA) (Rocca, Botelho e Stocco, 2025). Esta opção pedagógica nasce do entendimento de que a Geografia, enquanto ciência, é um campo de conhecimento intrinsecamente crítico, espacial e social,

cujas práticas – seja na pesquisa, no planejamento ou no ensino – exige formação que transcende a mera transmissão de conteúdos técnicos.

A integração entre CTS e Capital Geográfico constitui o ponto de aglutinação entre os dois perfis profissionais, formando o geógrafo com base epistemológica sólida e compartilhada. Esse profissional é capaz de compreender criticamente a produção do espaço geográfico, atuar de forma ética e responsável diante dos desafios socioambientais contemporâneos e, ao mesmo tempo, comunicar e traduzir o conhecimento geográfico para diferentes públicos e finalidades.

2.8.1 Marco Teórico-Fundamentador: CTS e Capital Geográfico

A educação CTS posiciona-se criticamente contra a visão neutra, linear e tecnocrata da ciência e da tecnologia. Inspirada pela pedagogia libertadora, orientada pelas ideias de Paulo Freire e da histórico-crítica, modelada em Demerval Saviani, tem como objetivo promover a alfabetização científica e tecnológica dos cidadãos, capacitando-os para participação democrática em decisões que envolvem impactos sociotécnico-ambientais. Além disso, busca favorecer a compreensão das complexas inter-relações entre os avanços científico-tecnológicos e a dinâmica social, cultural, política e econômica, problematizando quem se beneficia e quem é impactado por tais transformações. Por fim, procura despertar “ativismo científico e tecnológico”, incentivando uma atuação proativa na solução de problemas concretos da sociedade.

Já a abordagem do Capital Geográfico define-se como o conjunto de conhecimentos, experiências, relações e disposições que um indivíduo mobiliza para se engajar e compreender o mundo geográfico. Sua construção intencional no curso busca valorizar o repertório experiencial do discente, conectando os saberes acadêmicos formais às suas vivências e percepções do espaço. Ao mesmo tempo, torna a aprendizagem significativa e inclusiva e ultrapassa interesses puramente economicistas. Além disso, dedica-se ao desenvolvimento de competências críticas, sistêmicas e colaborativas, fundamentais para leitura e intervenção consciente no espaço, promovendo a sustentabilidade e a equidade socioespacial.

2.8.2 Articulação Curricular e Desenvolvimento de Competências

O Núcleo de formação comum entre o bacharelado e a licenciatura em Geografia é operacionalizado por meio de unidades curriculares e atividades que cultivam perfil profissional unificado pela base crítica e diversificado pela aplicação prática. As competências a seguir são desenvolvidas em ambos os itinerários formativos:

- Análise Crítica e Reflexiva: Ambos os geógrafos (pesquisador/professor) são formados para analisar processos políticos, económicos, sociais e ambientais, indo além da descrição para a interpretação e problematização das contradições inerentes à produção do espaço.
- Compreensão das Relações Ser Humano-Natureza-Tecnologia: O curso enfatiza que o espaço geográfico é um híbrido de técnicas, normas e naturezas. O domínio de geotecnologias é articulado com reflexão crítica sobre seus impactos, funcionando como uma ferramenta de poder, inclusão e controle, vinculado ao seu papel na gestão e transformação do território.
- Formação para a Cidadania Ativa e Atuação Ética: Seja atuando em sala de aula, em órgãos públicos, ONGs ou empresas, o egresso é incentivado a ser um agente de transformação, combatendo injustiças socioespaciais e pautando sua prática por princípios democráticos e de justiça socioambiental.
- Capacidade de Mediação e Comunicação do Conhecimento Geográfico: O núcleo comum fortalece a capacidade de ler, produzir e comunicar informações espaciais de forma clara e crítica. Para o bacharel, isso se aplica a relatórios, mapas e projetos de intervenção. Para o licenciado, na transposição didática desse conhecimento para a Educação Básica.

A opção por estruturar o núcleo comum de formação em torno do diálogo entre CTS e Capital Geográfico representa um posicionamento acadêmico inovador. Ele garante que todos os egressos do curso de Geografia, independentemente da habilitação específica, compartilhem base epistemológica crítica e postura ética e proativa perante o mundo. Dessa forma, o bacharel não será mero técnico especializado, mas um profissional capaz de contextualizar socialmente sua prática e intervir com responsabilidade. Da mesma forma, no compartilhamento de unidades curriculares com a Licenciatura, o licenciado não será simples transmissor de conteúdos, mas um mediador capaz de construir pontes entre o saber científico e a realidade dos alunos, ampliando seu Capital Geográfico para formar cidadãos conscientes e críticos. Este é o cerne da formação geográfica que se pretende: crítica, cidadã e transformadora.

2.8.3 Eixos Estruturantes

Os eixos emergem de forma coerente e necessária de unidades curriculares comuns entre o bacharelado e a licenciatura ou apenas voltadas ao bacharelado, pautados pelo diálogo entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e o Capital Geográfico. Os eixos constituem pilares interdependentes que operacionalizam concretamente a nossa visão de formação. Eles traduzem os princípios teóricos e

éticos do núcleo comum em dimensões curriculares articuladas, garantindo que a formação do geógrafo, no bacharelado ou na licenciatura, seja integral, crítica e aplicada. A definição dos eixos estruturantes deste projeto abarca: (i) Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico; (ii) Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais; (iii) Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia; (iv) Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos; e (v) Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos. Os próximos subtópicos detalham a justificativa e ligação às unidades curriculares do curso.

Eixo Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico: Este é o eixo metodológico central. Objetiva formar um profissional que vai além da memorização de fatos, desenvolvendo a capacidade de *pensar geograficamente*. Isto significa questionar a organização espacial dos fenômenos, analisar relações de causa e consequência no espaço e no tempo e compreender as escalas geográficas. Este eixo é a materialização do "pensamento crítico" promovido pela CTS e da "capacidade de ler criticamente o espaço", núcleo do Capital Geográfico.

Este eixo é central e transversal, pois o desenvolvimento do pensamento espacial e o estímulo ao raciocínio geográfico são considerados a grande contribuição da Geografia para a Educação Básica e a base para a leitura do mundo. O raciocínio geográfico aplica princípios como analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem para compreender a realidade terrestre (Brasil, 2018). Este eixo deve desenvolver a capacidade de mobilizar esses conceitos e princípios lógicos para a análise geográfica e atuação crítica-propositiva na realidade.

No Bacharelado em Geografia, a centralidade deste eixo se expressa no fortalecimento da formação técnica e científica, uma vez que o pensamento espacial fundamenta análises complexas do território, subsidiando atividades regulamentadas por lei para o profissional, como levantamentos, zoneamentos, estudos e diagnósticos ambientais e planejamento territorial (Brasil, 1979). A mobilização de princípios como escala, localização e conexão é essencial para o uso de geotecnologias (SIG, sensoriamento remoto, modelagem espacial), permitindo ao futuro bacharel compreender e intervir de forma qualificada e assertiva nos processos socioambientais e territoriais.

Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais: Eixo ferramental e crítico. Ele responde diretamente ao componente "Tecnologia" da sigla CTS, posicionando-se criticamente perante as geotecnologias. Ensina-se a dominar técnicas de Geoprocessamento, SIG e Sensoriamento Remoto, mas sempre problematizando seu papel na sociedade, suas limitações e seu potencial como instrumento

de poder ou de emancipação. É fundamental para ampliar o Capital Geográfico, fornecendo as ferramentas para decodificar e produzir representações do mundo.

A Cartografia é concebida como linguagem fundamental para a construção e a comunicação de visões de mundo. Este eixo propicia a alfabetização cartográfica e o domínio de um repertório diversificado de representações espaciais — desde mapas, gráficos e mapas mentais até fotografias aéreas, imagens de satélite, maquetes, geotecnologias e produtos digitais. O trabalho com essas linguagens desenvolve competências essenciais, como as relações espaciais e temporais (orientação, distância, escala, localização), e estimula o raciocínio lógico-matemático, ampliando a capacidade de leitura, interpretação e intervenção qualificada no espaço. A integração das geotecnologias, por sua vez, consolida a formação profissional. Para a formação do bacharel, este eixo é basilar, constituindo o alicerce técnico e científico para a atuação profissional. O domínio da cartografia e das representações geoespaciais é imprescindível para a execução de levantamentos, zoneamentos, diagnósticos ambientais e planos de ordenamento territorial. O aprofundamento no uso de geotecnologias — como Sistemas de Informação Geográfica (SIG), sensoriamento remoto, veículos aéreos não transportados (VANTs) e modelagem espacial — capacita o futuro geógrafo para a coleta, análise e interpretação de dados complexos. Desse modo, o eixo assegura o desenvolvimento de competências essenciais ao exercício profissional regulamentado em Geografia, com ênfase na aplicação de representações espaciais voltadas à gestão territorial, aos estudos ambientais, à análise de paisagens e à elaboração de projetos de planejamento urbano e regional (Brasil, 1979).

Eixo Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia: Eixo de base epistemológica, no qual conceitos como Lugar, Território, Paisagem, Região e Espaço Geográfico constituem o alicerce teórico-metodológico do conhecimento geográfico. Aqui, eles não são ensinados de forma estanque, mas como construções históricas e sociais, em diálogo com a perspectiva CTS, que questiona a neutralidade do conhecimento. Compreendê-los é essencial para construir um Capital Geográfico robusto e significativo, permitindo ao aluno analisar a realidade com profundidade teórica. Partiu-se do pressuposto de que dominar a linguagem geográfica – seus conceitos-chave como espaço, território, lugar, região, natureza, paisagem e tempo, bem como seus princípios analíticos de localização, distribuição, conexão e causalidade – é apenas a primeira etapa.

É imprescindível que esse domínio esteja articulado à compreensão dos fundamentos epistemológicos e dos métodos de investigação que conferem rigor científico à análise geográfica. Essa dupla apropriação, conceitual e metodológica, é o que permite ir além da descrição superficial, capacitando o profissional a gerar explicações críticas e intervenções qualificadas na realidade. O objetivo central

deste eixo é, portanto, a construção do que se pode denominar de capital geográfico: um conjunto integrado de conhecimentos teóricos, habilidades metodológicas, experiências práticas e atitudes éticas que habilita o geógrafo a decifrar e transformar o território.

Na modalidade de bacharelado, este capital se materializa na base científica necessária para o exercício das competências técnicas regulamentadas por lei para o profissional (Brasil, 1979). Isso envolve a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos, a valorização das diferenças culturais e, sobretudo, a formação de cidadãos críticos capazes de compreender as múltiplas relações que conformam o espaço em que vivem (Brasil, 2018).

Eixo Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos: Este eixo é o campo de aplicação e problematização, no qual a visão CTS e o Capital Geográfico se voltam para os problemas reais do mundo. Ele fornece o conteúdo substantivo para exercitar o raciocínio geográfico e aplicar os conceitos fundamentais na análise de conflitos, riscos ambientais, mudanças climáticas e injustiças socioespaciais. É a materialização do "ativismo" e da "consciência crítica" que ambas as perspectivas almejam desenvolver.

A Geografia posiciona a relação sociedade-natureza como seu núcleo epistemológico fundante, compreendendo os processos físico-naturais não como uma esfera apartada, mas como um substrato dinâmico constantemente transformado pela ação humana ao longo da história. Este eixo investiga, portanto, a produção social da natureza e os impactos socioambientais decorrentes da apropriação dos recursos, evidenciando as profundas desigualdades na distribuição de seus benefícios e riscos. Essa abordagem dialética permite desvendar desde disputas geopolíticas até a gênese de injustiças socioespaciais, capacitando o estudante a analisar criticamente a realidade e a formular alternativas pautadas pela ética socioambiental e por práticas de sustentabilidade.

O eixo promove o desenvolvimento de competências que permitem a leitura crítica do território, articulando-se diretamente às Ciências Humanas para preparar o discente para grandes desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas, a gestão dos recursos hídricos, a degradação ambiental e os conflitos agrários.

Para a formação do bacharel, este eixo é estruturante. Ele fornece o arcabouço teórico e analítico indispensável para a realização de diagnósticos ambientais integrados, estudos de impactos ambientais, zoneamentos ecológico-econômicos e planos de ordenamento territorial. O domínio da interface entre os sistemas físico-natural e socioeconômico capacita o profissional a identificar vulnerabilidades, conflitos e potencialidades, fundamentando a proposição de soluções técnicas robustas. Dessa forma,

o eixo consolida as competências exigidas para a sua atuação, que é regulamentada por lei, como a elaboração de relatórios, perícias e planos de manejo —, reforçando a responsabilidade ética e profissional inerente à gestão do território (Brasil, 1979).

Eixo Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos: Eixo caracterizado por um horizonte ético-político. Ele sintetiza e direciona todos os anteriores para a formação de um profissional-cidadão. Atuando como professor ou bacharel, o egresso é incentivado a utilizar seu conhecimento geográfico para intervir de forma ética e responsável na sociedade, mediando conflitos, planejando territórios mais justos e participando do debate público. Esse eixo coroa o processo de construção do Capital Geográfico, como instrumento para a ação transformadora quanto à cidadania ativa.

Este eixo posiciona a formação para a cidadania como horizonte último e razão de ser do conhecimento geográfico. Para além da transmissão de conteúdos, a Geografia é concebida aqui como prática educativa e profissional emancipatória, que capacita o indivíduo a decifrar criticamente o espaço para nele intervir de forma ética e transformadora. O eixo visa instrumentalizar os estudantes para a análise e o enfrentamento de situações-problema concretas da vida cotidiana, fomentando a compreensão das desigualdades socioespaciais e incubando o senso de corresponsabilidade na construção de alternativas para o bem comum. É integrada a este propósito a abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), que fornece as lentes para compreensão crítica das interações entre o avanço técnico-científico e a dinâmica social, problematizando seus impactos e orientando sua aplicação para a resolução de problemas reais e a promoção de justiça socioambiental.

Na formação do bacharel, este eixo consolida a dimensão ético-política da profissão. Ele capacita o futuro geógrafo a transcender a mera produção de diagnósticos técnicos, exigindo que ele avalie os impactos sociais, ambientais e territoriais de suas intervenções e propostas. Essa formação é crucial para o diálogo qualificado com comunidades, poder público e setor produtivo, permitindo a mediação de conflitos e a cocriação de soluções inovadoras que harmonizem eficiência técnica, sustentabilidade e equidade social. A perspectiva CTS, neste contexto, amplia o repertório do profissional, alertando-o para a responsabilidade de aplicar ciência, geotecnologias e inovação de forma crítica, reflexiva e comprometida com o interesse coletivo.

2.8.4. Síntese da estrutura curricular proposta

A estrutura em cinco eixos garante que a inovação proposta pelo núcleo comum – o diálogo entre CTS e Capital Geográfico – não permaneça no plano abstrato (Quadro 2.1).

Quadro 2.1: Quadro-síntese dos eixos estruturantes do Núcleo de Formação Comum e a articulação com a perspectiva CTS e o Capital Geográfico.

Eixo Estruturante	Articulação com a Perspectiva CTS	Articulação com o Capital Geográfico
1. Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico	Instrumentaliza a crítica. Fornece as ferramentas intelectuais para analisar como a ciência e a tecnologia (SIG, geotecnologias) modelam o espaço e como as estruturas sociais se manifestam territorialmente, indo além da descrição para a explicação crítica.	É o "como pensar" geograficamente. Amplia o capital geográfico ao desenvolver o hábito de questionar a organização do espaço ("Por que isso está aqui?", "Quem se beneficia?"), transformando a observação passiva em uma leitura ativa e crítica do mundo.
2. Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais	Problematisa o poder da técnica. Ensina a usar e, simultaneamente, a desconstruir criticamente as geotecnologias e mapas, entendendo-os não como ferramentas neutras, mas como produtos sociais que carregam intencionalidades e podem reforçar ou contestar visões de mundo.	É um pilar do "saber fazer". Constitui uma dimensão fundamental do capital geográfico, equipando o aluno com a capacidade de ler, interpretar e produzir representações espaciais, um repertório essencial para a ação e a comunicação no mundo contemporâneo.
3. Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia	Contextualiza o conhecimento. Os conceitos (lugar, território, paisagem, região) são ensinados não como fórmulas estáticas, mas como construções intelectuais em diálogo com seu contexto histórico e social, mostrando como a própria ciência geográfica evoluiu e foi influenciada pela sociedade.	Forma o vocabulário e a estrutura mental. É o arcabouço de conceitos que compõe a base do capital geográfico. Permite ao aluno nomear, conectar e dar significado às suas experiências espaciais, transformando vivências isoladas em um entendimento sistêmico.
4. Relação Sociedade-Natureza e Desafios Socioambientais	É o campo de atuação por excelência. Coloca no centro da formação a análise dos impactos do modelo de desenvolvimento técnico-científico (crítica CTS) sobre o ambiente, incentivando a busca por alternativas tecnológicas e sociais mais justas e sustentáveis.	É a aplicação da consciência crítica. Direciona o capital geográfico para a compreensão dos maiores desafios contemporâneos (mudanças climáticas, injustiça ambiental), mobilizando conhecimentos e valores para uma atuação responsável.
5. Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos	É o objetivo final. Operacionaliza o "ativismo" proposto pela CTS, capacitando o geógrafo a intervir em debates públicos, planejar políticas e mediar conflitos socioespaciais, usando seu conhecimento técnico a serviço da democracia e da equidade.	É a culminância do processo. Representa a mobilização integral do capital geográfico (conhecimentos, habilidades, consciência crítica, redes de relacionamento) para uma participação informada e transformadora na sociedade.

2.8.5 Conteúdos curriculares

Considerando os eixos orientadores apresentados na seção anterior, o eixo Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico constitui-se como o eixo integrador da formação geográfica. No bacharelado, fornece a base para a atuação técnica e científica; na licenciatura, fundamenta a mediação pedagógica e a edificação da cidadania crítica. Desse modo, assegura-se a formação de profissionais aptos a interpretar, explicar e solucionar os desafios da realidade contemporânea. O elo entre as duas modalidades é a produção colaborativa do conhecimento geográfico, a qual serve de subsídio tanto para o ambiente educacional quanto para o âmbito profissional.

O eixo Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais exerce a função estratégica de elo integrador entre a formação técnica do bacharel e a didático-pedagógica do licenciado. Embora ambos os perfis dominem as técnicas de leitura e representação do espaço geográfico, suas finalidades são específicas e complementares: ao bacharel cabe a aplicação do conhecimento para a intervenção direta no território; ao licenciado, compete a mediação desse saber para formar cidadãos autônomos, capazes de decifrar e representar criticamente a sua realidade. No quadro 2.2 apresentam-se unidades curriculares e suas articulações com os eixos Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico e Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais.

Quadro 2.2: Unidades curriculares e suas articulações com os eixos Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico e Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais.

Eixo 1: Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico		
Unidades Curriculares	Curso	Justificativa
Cartografia e de Introdução às Geotecnologias	Bach./Lic.	Fornecer as bases para a leitura, representação e análise do espaço geográfico, desenvolvendo o raciocínio espacial por meio de mapas, imagens e ferramentas digitais.
Geografia da População	Bach./Lic.	Analisa a distribuição e mobilidade populacional, favorecendo o raciocínio geográfico sobre migrações, densidades e desigualdades territoriais.
Estatística aplicada	Bacharelado	Auxilia na interpretação de padrões espaciais e na identificação de regularidades, fornecendo base lógica para análises de distribuição e diferenciação.
Geografia do Brasil: Formação Territorial	Bach./Lic.	Analisa a constituição histórica e política do território nacional, permitindo compreender processos de diferenciação e conexão em escala nacional.
Introdução ao Pensamento Geográfico	Bach./Lic.	Apresenta os conceitos estruturantes da Geografia (espaço, território, lugar, região, paisagem), fundamentais para a mobilização do raciocínio geográfico.
Geografia Urbana	Bach./Lic.	Exercita a análise das dinâmicas socioespaciais das cidades, possibilitando compreender processos de diferenciação, conexão e distribuição em escala urbana.
Geotecnologias I	Bacharelado	Trabalha diretamente os princípios lógicos do raciocínio geográfico (localização, distribuição, diferenciação, conexão), aplicados à organização e interpretação do espaço.
Metodologia Quantitativa e Banco de Dados	Bacharelado	Integra técnicas de organização e análise de dados espaciais, permitindo a operacionalização do raciocínio geográfico em contextos empíricos.
Teoria e Método em Geografia	Bach./Lic.	Explora os fundamentos epistemológicos e metodológicos da ciência geográfica, permitindo compreender como se constroem interpretações críticas sobre o espaço.
Geografia Econômica	Bach./Lic.	Investiga fluxos, redes e padrões de produção, circulação e consumo, estimulando a aplicação dos princípios geográficos à economia espacial.
Geografia Agrária	Bach./Lic.	Aborda a produção do espaço no campo, suas transformações e conflitos, aplicando o raciocínio geográfico às questões do território agrário.
Geotecnologias II	Bacharelado	Oferece instrumentos técnicos para coleta, processamento e análise de dados espaciais, ampliando a capacidade de modelagem e leitura crítica do território.
Análise de Paisagem	Bacharelado	Permite interpretar a paisagem como síntese das relações sociedade-natureza, estimulando o raciocínio espacial sobre processos de transformação do espaço.
Metodologia Científica	Bach./Lic.	Integra técnicas de organização e análise de dados espaciais, permitindo a operacionalização do raciocínio geográfico em contextos empíricos.
Espaço e Poder	Bach./Lic.	Discute as relações de poder e territorialidade, favorecendo uma leitura crítica do espaço e a compreensão de disputas e hegemonias em diferentes escalas.
Eixo 2: Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais		
Unidades Curriculares	Curso	Justificativa
Cartografia e de Introdução às Geotecnologias	Bach./Lic.	Fundamental para a alfabetização cartográfica e domínio de ferramentas digitais de representação do espaço, possibilitando ler, produzir e interpretar mapas e imagens geográficas.
Fundamentos de Geologia	Bach./Lic.	Requer mapas geológicos, seções e cortes estruturais como formas de representação espacial para compreender os processos da Terra.
Geografia do Brasil: Formação Territorial	Bach./Lic.	Integra mapas históricos, cartas temáticas e representações cartográficas do território brasileiro, permitindo compreender as transformações espaciais ao longo do tempo.
Estatística aplicada	Bacharelado	Permite organizar e interpretar dados geográficos, transformando-os em gráficos e mapas temáticos que favorecem a compreensão de padrões espaciais.
Geomorfologia Geral	Bach./Lic.	Utiliza perfis topográficos, mapas de declividade e modelos digitais de terreno para interpretar o relevo e suas dinâmicas.
Climatologia	Bach./Lic.	Se insere no eixo pelo emprego de mapas, gráficos e imagens de satélite para interpretar padrões atmosféricos e climáticos, tornando possível a leitura espacial de fenômenos meteorológicos e das mudanças climáticas.
Geografia Urbana	Bach./Lic.	Exercita a análise das dinâmicas socioespaciais das cidades, possibilitando compreender processos de diferenciação, conexão e distribuição em escala urbana.
Geotecnologias I	Bacharelado	Desenvolve a aplicação prática de princípios como distribuição, conexão e diferenciação, utilizando representações geoespaciais para compreender a organização do território.
Geografia Agrária	Bach./Lic.	Aborda a produção do espaço no campo, suas transformações e conflitos, aplicando o raciocínio geográfico às questões do território agrário.
Biogeografia	Bach./Lic.	Contribui ao eixo por meio do uso de mapas e geotecnologias na análise da distribuição de espécies, ecossistemas e biomas, permitindo representar espacialmente processos ecológicos e áreas prioritárias para conservação.
Geotecnologias II	Bacharelado	Oferece instrumentos técnicos para coleta, processamento e análise de dados espaciais, ampliando a capacidade de modelagem e leitura crítica do território.
Análise de Paisagem	Bacharelado	Explora a paisagem como representação e síntese das interações sociedade-natureza, recorrendo à cartografia, imagens e registros visuais.
Manejo e Gestão das Águas	Bach./Lic.	Depende de representações cartográficas de bacias, fluxos e usos do solo para planejar e gerir a disponibilidade e qualidade da água.
Planejamento Territorial	Bacharelado	Integra técnicas de organização e análise de dados espaciais, permitindo a operacionalização do raciocínio geográfico em contextos empíricos.
Avaliação de Impacto Ambiental	Bacharelado	Exige mapas temáticos e modelagens espaciais para diagnosticar e comunicar áreas de impacto, tornando a cartografia indispensável à gestão ambiental.

Unidades curriculares vinculadas ao eixo Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia garantem que a formação para bacharelados e licenciandos seja fundada na capacidade de pensar geograficamente, unindo a solidez conceitual ao rigor metodológico para compreender e intervir no mundo.

Já as unidades curriculares vinculadas ao eixo Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos articulam sinergicamente a dimensão técnico-científica do bacharelado com a dimensão formativa da licenciatura. O cerne é comum e estratégico: formar geógrafos, técnicos, cientistas ou educadores, analítica e eticamente preparados para interpretar, intervir e transformar a realidade, enfrentando os complexos desafios do século XXI com rigor científico e compromisso social. No quadro 2.3 apresentam-se unidades curriculares e suas articulações com os eixos Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia e Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos.

Unidades do eixo Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos articulam de forma sinérgica as duas modalidades do curso. No bacharelado, fortalece o compromisso social da técnica; na licenciatura, instrumentaliza a prática pedagógica para a formação cidadã. A meta unificadora é robusta e clara: formar geógrafos, tanto técnicos quanto educadores, como agentes de transformação social, analítica e eticamente preparados para enfrentar os complexos desafios do século XXI e para contribuir, com rigor e compromisso, na construção de projetos societários mais justos, democráticos e sustentáveis. No quadro 2.4 são apresentadas unidades curriculares e suas articulações com o eixo Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos.

Quadro 2.3: Unidades curriculares e suas articulações com o eixo Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia e Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos.

Eixo 3 - Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia		
Unidades Curriculares	Curso	Justificativa
Comunicação Acadêmica e Produção Textual	Bacharelado	Desenvolve a linguagem científica necessária para expressar conceitos e análises geográficas com clareza e rigor.
Geografia da População	Bach./Lic.	Explora os princípios de distribuição, localização e conexão ao analisar dinâmicas populacionais, migrações, densidades demográficas e suas implicações territoriais.
Geografia do Brasil: Formação Territorial	Bach./Lic.	Integra conceitos fundamentais à análise da construção histórica e política do território brasileiro, articulando tempo e espaço na explicação do processo de territorialização.
Introdução ao Pensamento Geográfico	Bach./Lic.	Oferece a base conceitual da Geografia, apresentando espaço, território, lugar, região, paisagem e natureza como categorias de análise, fundamentais para a formação do raciocínio geográfico.
Geografia Urbana	Bach./Lic.	Utiliza categorias como espaço, território e região para analisar os processos de urbanização, a organização do espaço urbano e as desigualdades socioespaciais nas cidades.
Metodologia Quantitativa e Banco de Dados	Bacharelado	Oferece instrumentos para a coleta, organização e análise de dados espaciais, reforçando a aplicação dos princípios de distribuição, localização e conexão na análise geográfica.
Teoria e Método em Geografia	Bach./Lic.	Discute os fundamentos epistemológicos e metodológicos da disciplina, permitindo compreender como o conhecimento geográfico é produzido e aplicado com rigor científico.
Arqueologia e Geografia	Bach./Lic.	Investiga, por meio da conceitual da paisagem, a ocupação pretérita do espaço geográfico
Geografia Econômica	Bach./Lic.	Investiga fluxos, redes e padrões de produção, circulação e consumo, estimulando a aplicação dos princípios geográficos à economia espacial.
Análise da Paisagem	Bacharelado	Explora a paisagem como categoria geográfica e síntese das interações sociedade-natureza, recorrendo a cartografia, imagens e registros visuais.
Geografia Agrária	Bach./Lic.	Aborda a produção do espaço no campo, suas transformações e conflitos, aplicando o raciocínio geográfico às questões do território agrário.
Metodologia Científica	Bach./Lic.	Capacita o estudante a formular problemas, hipóteses e métodos de investigação, unindo os fundamentos teóricos da Geografia a práticas de pesquisa científica.
Espaço e Poder	Bach./Lic.	Analisa a produção do espaço a partir das relações de poder, territorialidade e disputas políticas, favorecendo a compreensão crítica das dinâmicas geopolíticas e socioespaciais.
Eixo 4: Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos		
Unidades Curriculares	Curso	Justificativa
Antropologia	Bacharelado	Permite a leitura integrada das relações sociedade-natureza, interpretando a paisagem e seu uso e ocupação pretérito pelo ser humano.
Cartografia e de Introdução às Geotecnologias	Bach./Lic.	Oferece instrumentos para representar e analisar espacialmente os fenômenos naturais e sociais, permitindo compreender os impactos socioambientais e subsidiar processos de planejamento e gestão do território.
Fundamentos de Geologia	Bach./Lic.	Fornecer a base para compreender a estrutura e dinâmica interna da Terra, permitindo analisar como a apropriação dos recursos geológicos influencia processos produtivos, ambientais e sociais.
Geografia da População	Bach./Lic.	Relaciona distribuição demográfica, migrações e pressões sobre recursos naturais, destacando os desafios da gestão territorial e ambiental em diferentes escalas.
Geotecnologias I	Bacharelado	Trabalha diretamente os princípios lógicos do raciocínio geográfico (localização, distribuição, diferenciação, conexão), aplicados à organização e interpretação do espaço.
Estatística aplicada	Bacharelado	Auxilia na interpretação de padrões espaciais e na identificação de regularidades, fornecendo base lógica para análises de distribuição e diferenciação.
Arqueologia e Geografia	Bach./Lic.	Permite a leitura integrada das relações sociedade-natureza, interpretando a paisagem e seu uso e ocupação pretérito pelo ser humano.
Geomorfologia	Bach./Lic.	Estuda as formas de relevo e sua gênese, possibilitando compreender a interação entre processos naturais e transformações humanas, essenciais para o planejamento e mitigação de riscos ambientais.
Climatologia	Bach./Lic.	Analisa os sistemas atmosféricos e suas dinâmicas, fundamentais para avaliar os efeitos das mudanças climáticas, extremos meteorológicos e suas implicações sociais e territoriais.
Geografia Urbana	Bach./Lic.	Investiga a urbanização e suas consequências socioambientais, como poluição, ilhas de calor, déficit de saneamento e consumo intensivo de recursos.
Metodologia Quantitativa e Banco de Dados	Bacharelado	Integra técnicas de organização e análise de dados espaciais, permitindo a operacionalização do raciocínio geográfico em contextos empíricos.
Pedologia	Bach./Lic.	Explora as características e funções dos solos, relacionando-as ao uso agrícola, à degradação, ao manejo sustentável e à conservação ambiental.
Geografia Econômica	Bach./Lic.	Estuda as atividades produtivas e fluxos econômicos em sua dimensão espacial, evidenciando como impactam o uso de recursos naturais e a organização territorial.
Educação Ambiental	Bach./Lic.	Trabalha a formação crítica e cidadã, preparando o estudante para promover práticas sustentáveis, consumo consciente e engajamento socioambiental em diferentes escalas.
Geografia Agrária	Bach./Lic.	Analisa as dinâmicas do campo, abordando produção, uso da terra, conflitos fundiários e impactos ambientais do agronegócio e da agricultura familiar.
Biogeografia	Bach./Lic.	Investiga a distribuição da biodiversidade, relacionando-a às ações humanas, como desmatamento e fragmentação de habitats, e às políticas de conservação e uso sustentável.
Geotecnologias II	Bacharelado	Ferramenta essencial para integrar e analisar dados ambientais e socioespaciais, permitindo mapear, modelar e propor soluções para os desafios socioambientais. Contribui tanto para diagnósticos técnicos quanto para práticas pedagógicas voltadas à compreensão das relações sociedade-natureza.
Análise de Paisagem	Bacharelado	Permite a leitura integrada das relações sociedade-natureza, interpretando a paisagem como resultado dinâmico da interação entre elementos físicos e sociais.
Planejamento Territorial	Bacharelado	Orienta a formulação de estratégias de ordenamento do espaço, considerando vulnerabilidades socioambientais e a necessidade de equilibrar desenvolvimento e conservação.
Manejo e Gestão das Águas	Bach./Lic.	Capacita para a gestão sustentável da água, envolvendo o diagnóstico de disponibilidade, qualidade e conflitos socioambientais relacionados ao recurso.
Avaliação de Impacto Ambiental	Bacharelado	Instrumentaliza para identificar, medir e propor medidas mitigadoras dos impactos ambientais decorrentes de grandes obras e atividades econômicas, com base em critérios técnicos e legais.
Geografia do Brasil: Domínios Morfoclimáticos	Bach./Lic.	Integra clima, relevo, vegetação, solos e hidrografia em grandes compartimentos, permitindo analisar como os diferentes sistemas ambientais condicionam e são condicionados pelas sociedades humanas.

Quadro 2.4: Unidades curriculares e suas articulações com o eixo Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos

Eixo 5: Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos		
Unidades Curriculares	Curso	Justificativa
Antropologia	Bacharelado	Promove a valorização da memória, do patrimônio cultural e do pertencimento, articulando identidade e cidadania.
Comunicação Acadêmica e Produção Textual	Bacharelado	Instrumentaliza os estudantes a expressar ideias e análises críticas, fortalecendo a participação social e o debate público.
Extensão I	Bacharelado	Atividades extensionistas integram teoria e prática, aproximando a universidade das comunidades e incentivando o protagonismo social.
Geografia da População	Bach./Lic.	Permite compreender desigualdades demográficas, fluxos migratórios e exclusões territoriais, fundamentais para o debate sobre cidadania.
Geografia do Brasil: Formação Territorial	Bach./Lic.	Permite uma análise da ocupação, a exploração da natureza e a criação das desigualdades regionais e sociais. Esse conhecimento é essencial para entender os problemas atuais do país e para embasar uma atuação cidadã que proponha um desenvolvimento mais justo e sustentável.
Extensão II	Bacharelado	Atividades extensionistas integram teoria e prática, aproximando a universidade das comunidades e incentivando o protagonismo social.
Geografia Urbana	Bach./Lic.	Aborda segregação socioespacial, urbanização desigual e desafios da vida nas cidades.
Geografia Econômica	Bach./Lic.	Discute as dinâmicas produtivas e seus impactos sociais, fortalecendo a leitura crítica da desigualdade.
Educação Ambiental	Bach./Lic.	Forma cidadãos críticos e conscientes, incentivando práticas sustentáveis e engajamento em questões locais e globais.
Geografia Agrária	Bach./Lic.	Analisa a questão fundiária, a luta pela terra e os conflitos no campo, associando-os à justiça social.
Extensão III	Bacharelado	Atividades extensionistas integram teoria e prática, aproximando a universidade das comunidades e incentivando o protagonismo social.
Análise de Paisagem	Bacharelado	permite compreender a paisagem como expressão das interações entre sociedade e natureza, evidenciando desigualdades, impactos ambientais e transformações sociais. Ao articular dimensões estéticas, culturais e ambientais, favorece a leitura crítica do território e subsidia práticas de intervenção voltadas à sustentabilidade e à cidadania ativa.
Metodologia Científica		Favorece a investigação crítica e aplicada, estimulando a construção de soluções para problemas concretos.
Extensão IV	Bacharelado	Atividades extensionistas integram teoria e prática, aproximando a universidade das comunidades e incentivando o protagonismo social.
Planejamento Territorial	Bach./Lic.	Conecta a dimensão técnica à responsabilidade social, promovendo alternativas para cidades e territórios mais justos e sustentáveis.
Avaliação de Impacto Ambiental	Bacharelado	Capacita a considerar os efeitos sociais e ambientais das intervenções, articulando técnica e ética.
Geografia do Brasil: Domínios Morfoclimáticos	Bach./Lic.	favorece a reflexão crítica sobre vulnerabilidades, desigualdades regionais e alternativas para uma gestão territorial sustentável e socialmente justa.

Assim, os eixos dão coerência curricular, equilibrando entre teoria, técnica, natureza, sociedade e prática aplicada. Isso garante que a formação em Geografia seja ao mesmo tempo ampla, crítica e voltada para diferentes possibilidades de atuação profissional e acadêmica.

Os 5 eixos, associados às UCs do curso (Quadro 2.5), tornam possível interpretar a lógica que os representa: eles funcionam como núcleos estruturantes da formação geográfica, reunindo disciplinas afins e orientando a progressão do estudante ao longo do curso.

Quadro 2.5: Associação direta entre os eixos estruturantes das UCs da Geografia comuns entre bacharelado e licenciatura e específicas do bacharelado.

Período	UC	Curso	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5
1	Cartografia e Introdução às Geotecnologias	Bach./Lic.					
1	Seminários de Introdução à Geografia	Bach./Lic.					
1	Fundamentos de Geologia	Bach./Lic.					
1	Antropologia	Bacharelado					
1	Comunicação Acadêmica e Produção Textual	Bach./Lic.					
1	Extensão I	Bacharelado					
2	Geografia da População	Bach./Lic.					
2	Geomorfologia Geral	Bach./Lic.					
2	Geografia do Brasil: Formação Territorial	Bach./Lic.					
2	Estatística Aplicada	Bacharelado					
2	Arqueologia e Geografia	Bacharelado					
3	Geografia Urbana	Bach./Lic.					
3	Climatologia	Bach./Lic.					
3	Introdução ao Pensamento Geográfico	Bach./Lic.					
3	Metodologia Quantitativa e Banco de Dados	Bacharelado					
3	Extensão II	Bacharelado					
4	Geografia Econômica	Bach./Lic.					
4	Pedologia	Bach./Lic.					
4	Teoria e Método da Geografia	Bach./Lic.					
4	Geotecnologias I	Bacharelado					
4	ELETIVA	Bacharelado					
5	Biogeografia	Bach./Lic.					
5	Metodologia Científica	Bach./Lic.					
5	Educação Ambiental	Bach./Lic.					
5	Geotecnologias II	Bacharelado					
5	Extensão III	Bacharelado					
6	Geografia Agrária	Bach./Lic.					
6	Análise de Paisagem	Bacharelado					
6	Manejo e Gestão de Águas	Bach./Lic.					
6	Planejamento Territorial	Bacharelado					
6	ELETIVA	Bach./Lic.					
7	Geografia do Brasil Domínios Morfoclimáticos	Bach./Lic.					
7	Espaço e Poder	Bach./Lic.					
7	ELETIVA	Bach./Lic.					
7	TCC 1	Bach./Lic.					
7	Avaliação de Impactos Ambientais	Bacharelado					
7	Extensão IV	Bacharelado					
8	ELETIVA	Bacharelado					
8	TCC 2	Bacharelado					

A formação em Geografia demanda não apenas o domínio técnico-científico sobre o espaço geográfico, mas também o compromisso ético e social com a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso contempla de forma integrada dimensões fundamentais da educação contemporânea, como a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e a Educação das Relações Étnico-Raciais. Esses eixos transversais fortalecem o caráter crítico e transformador da Geografia, promovendo a articulação entre teoria e prática, entre universidade e sociedade, e preparando profissionais capazes de compreender, intervir e propor soluções diante dos desafios socioambientais e culturais do mundo atual.

2.8.6 Educação ambiental

O vínculo entre o curso de Geografia e a Educação Ambiental é profundo e se dá pela relação intrínseca entre o estudo do espaço geográfico e as questões ambientais. A Geografia, como ciência que se dedica à análise das interações entre sociedade e natureza, desempenha papel fundamental na compreensão e no ensino das problemáticas ambientais, enquanto a Educação Ambiental busca promover a conscientização e a ação em prol da sustentabilidade e da preservação ambiental. No curso, há a UC Educação Ambiental que objetiva trabalhar temas como degradação ambiental, impactos das atividades humanas no planeta, mudanças climáticas, urbanização e uso do solo, tornando-se ferramenta para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de reconhecer a importância do equilíbrio entre desenvolvimento humano e preservação ambiental.

A UC apresenta ainda a possibilidade de sustentabilidade e as relações entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça social, conceitos que também fundamentam a Geografia. A formação geográfica aliada a Educação Ambiental prepara os futuros educadores ambientais para promover a cultura de sustentabilidade, em que a utilização dos recursos naturais seja feita de maneira responsável, visando a sua manutenção às gerações futuras.

Além do conteúdo vinculado à UC, a Educação Ambiental será promovida no curso de bacharelado por meio de ações de extensão, como oficinas, palestras, atividades em escolas e comunidades, nas quais estudantes de Geografia podem atuar diretamente na conscientização da população sobre a importância de práticas sustentáveis. Neste contexto, a Educação Ambiental visa não apenas a conscientização, mas também a mobilização da sociedade para a ação em prol da sustentabilidade, por meio do desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária, como programas de reciclagem, conservação e restauração de áreas verdes e campanhas educativas sobre o uso racional dos recursos naturais.

2.8.7 Educação em direitos humanos

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e CNE/CP nº 1/2012), este PPC prevê, de forma interdisciplinar e transversal, o tratamento da temática em diferentes espaços acadêmicos, fortemente presente nas UCs Antropologia, Espaço e Poder e na UCs eletivas 1) Direitos Humanos e Diversidade, 2) Educação, Diversidade e Inclusão, 3) Conflitos E Movimentos Sociais Contemporâneos e 4) Diversidade e Educação.

2.8.8 Educação das relações étnico-raciais

A Resolução CNE/CP Nº 01/ 2004 orienta que os currículos apresentem as relações étnico-raciais de maneira a contemplar aspectos referentes à igualdade. Essa integração reforça o papel da Geografia como ciência crítica e transformadora, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. Neste contexto, a abordagem étnico-racial assume grande importância na matriz curricular devendo interferir na construção das identidades dos discentes, na valorização de seus conhecimentos tradicionais e em suas perspectivas de atuação humana e profissional.

No currículo do Bacharelado em Geografia, temas étnico-raciais podem ser incorporados em unidades curriculares como Geografia Agrária e Espaço e Poder, as quais discutem o impacto de políticas públicas, a preservação ambiental e o papel das populações tradicionais. Ademais, as UCs Geografia da População e Geografia Urbana permitem interligar aspectos históricos, sociais, econômicos e ambientais, proporcionando uma abordagem ampla para o entendimento das desigualdades étnico-raciais. A interseção desses temas também prepara o bacharel para atuar em áreas com sensibilidade às questões de identidade e diversidade cultural, como abordado nas UCs: Espaço e Poder e Geografia Agrária a partir de temáticas como desenvolvimento sustentável e políticas públicas, com sensibilidade às questões de identidade e diversidade cultural. UCs eletivas como Educação e Relações Étnico-Raciais e História, Cultura e Identidade Nacional dão suporte ao tema.

2.8.9 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Para atender ao Decreto Nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, o curso de bacharelado em Geografia conta com a UC Libras como UC eletiva, ofertada nos turnos vespertino e noturno por professores da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. A oferta desta UC contribui para a formação de profissionais inclusivos e socialmente responsáveis, ampliando suas competências comunicativas e culturais. O conhecimento de Libras permite ao bacharel em Geografia atuar de maneira acessível em diferentes contextos sociais e institucionais, promovendo a comunicação com pessoas surdas e contribuindo para a democratização do acesso a informações geográficas, ambientais e territoriais. Além disso, o domínio de Libras fortalece a compreensão de diversidade linguística e cultural, alinhando-se aos princípios de cidadania, direitos humanos e inclusão social.

2.8.10 Inovação e empreendedorismo

O empreendedorismo na educação superior visa preparar os estudantes para aplicar conhecimentos geográficos de forma inovadora, transformando ideias em soluções práticas, viáveis e sustentáveis para desafios do mercado de trabalho e da sociedade. No contexto geográfico, isso significa capacitar os discentes a identificarem oportunidades nos campos de atuação geográfica e a desenvolverem iniciativas que possam gerar impacto social, econômico e ambiental positivo. A educação empreendedora deve passar pelo amadurecimento do discente nas metodologias ativas e aplicação prática do conhecimento geográfico ao longo das UCs. A ideia é incentivar os estudantes a aplicarem as ferramentas e técnicas geográficas (como geotecnologias, sensoriamento remoto, análise de paisagens) para desenvolver produtos, serviços ou soluções que respondam a necessidades sociais e ambientais.

Outras estratégias pedagógicas do curso compreendem execução de trabalho de campo que promovam projetos interdisciplinares integrativos entre as diversas vertentes da Geografia para soluções inovadoras e com potencial de impacto no mercado; além disso, incentiva a criação de empresa júnior vinculada ao curso e o contato com outras empresas juniores da UFVJM, estimulando os discentes a desenvolverem projetos de negócios no âmbito geográfico.

2.8.11 Estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório

No momento de implantação do bacharelado em Geografia não serão ofertados estágios supervisionados obrigatórios nem não obrigatórios. A decisão fundamenta-se na necessidade de consolidar, em um primeiro momento, a estrutura curricular, a equipe docente e os espaços formativos vinculados às diferentes áreas de atuação do bacharel em Geografia.

O curso prevê, entretanto, que com a evolução de suas atividades acadêmicas e extensionistas, o NDE analisará a pertinência da inclusão de estágio supervisionado em etapas posteriores da consolidação do curso. Essa análise considerará a demanda dos egressos, a adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais da Geografia e as possibilidades institucionais de formalização de parcerias com órgãos públicos, empresas e instituições de pesquisa.

Ainda que o estágio não integre inicialmente o currículo, as experiências práticas, técnicas e aplicadas estarão contempladas por meio de disciplinas de campo, projetos de pesquisa e extensão, e pelas Atividades Complementares, que permitirão ao estudante vivenciar diferentes dimensões do exercício profissional do geógrafo.

2.8.12. Atividades complementares - ACs

As atividades complementares no bacharelado em Geografia compreenderão 105 horas. A regulamentação de AC é estabelecida pela Resolução CONSEPE nº. 24/ 2025. Cada hora comprovada por meio de certificado, que deve conter o tipo de participação, carga horária, data e assinatura do responsável/organizador, será contabilizada como uma hora de AC. Para o bacharelado em Geografia, define-se que as horas devem ser distribuídas com, no mínimo:

- i. 10 horas em atividades de ensino e/ou suas publicações (ex: iniciação à docência, monitoria, bolsa atividade, PET, PROAE, participação em eventos acadêmicos, científicos ou tecnológicos);
- ii. 10 horas em atividades de pesquisa e/ou suas publicações (ex: iniciação científica, PET);
- iii. 10 horas em atividades de extensão e/ou suas publicações (ex: participação em projetos de extensão, estágio não obrigatório, PET).

O enquadramento da atividade como Ensino, Pesquisa ou Extensão será baseado no certificado apresentado e avaliado pela Comissão de AC do Curso de Geografia. Projetos como PET, PIBIC ou RP podem gerar certificados em mais de uma dessas áreas.

Quanto às publicações mencionadas no item i, a publicação de textos como autor ou coautor em revistas acadêmicas ou em livros, será pontuada em 20 horas. Publicações de textos completos como autor ou coautor em anais de eventos serão pontuadas em 10 horas.

As horas restantes podem ser distribuídas livremente entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão ou, ainda, em participação em órgãos colegiados da UFVJM, comissões designadas por portaria, entidades de representação estudantil, ou em atividades culturais, desportivas ou de formação integral/holística. As atividades de formação integral/holística, desportivas e culturais serão limitadas a um máximo de 10 horas. O Quadro 2.6 sintetiza a divisão das ACs do curso.

Quadro 2.6 Atividades Complementares para o bacharelado em Geografia – Carga Horária Mínima

Área de Formação	Carga Horária Mínima (h)	Exemplos de Atividades
Ensino	10	Iniciação à docência, monitoria, PET, PROAE, eventos acadêmicos, publicações
Pesquisa	10	Iniciação científica, grupos de pesquisa, PET, publicações acadêmicas
Extensão	10	Projetos de extensão, estágio não obrigatório, PET, ações comunitárias, publicações
Demais atividades	Até 75	Participação em órgãos colegiados, comissões, entidades estudantis, atividades culturais, esportivas ou de formação integral/holística (limitadas a 10h)
Total	105 horas	

As Atividades Complementares (AC) são registradas no sistema acadêmico e-Campus pela comissão designada pelo Colegiado de Curso. No início de cada semestre letivo, a coordenação do curso divulgará as orientações gerais para a submissão e validação das AC, após aprovação, pelo Colegiado, do cronograma elaborado pela referida comissão. A comunicação aos discentes contemplará a apresentação da sistemática de contabilização das horas, bem como o formulário eletrônico destinado ao registro das informações pessoais do estudante.

2.8.13 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Bacharelado em Geografia representa uma etapa em que o discente deve demonstrar sua competência para desenvolver um trabalho acadêmico ao abordar temas relacionados à Ciência Geográfica. O TCC exige a aplicação de metodologias adequadas, a capacidade de identificar e correlacionar variáveis e, ao final, a elaboração de um texto que sintetize a pesquisa realizada.

O TCC é regulamentado por Resolução CONSEPE na UFVJM, além das Normas Complementares internas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado e aprovado pelo Colegiado do Curso. Durante o desenvolvimento do TCC, o discente deverá demonstrar as competências adquiridas ao longo do curso, particularmente no que se refere à realização do trabalho acadêmico vinculado à pesquisa, ensino ou extensão, com rigor metodológico e à discussão aprofundada do tema escolhido.

Para apoiar o estudante nesse processo, são disponibilizadas as UCs Metodologia Científica (60 horas), oferecida no 6º período, TCC1 (7º período) e TCC 2 (8º período), com 15 horas cada. Estas UCs fornecerão subsídios teóricos e práticos necessários para a elaboração do TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como componente curricular, será oferecido em turmas específicas vinculadas a cada docente do curso, de modo que os discentes realizem a matrícula diretamente com o professor orientador. A matrícula deverá ocorrer em **TCC I**, correspondente à elaboração do projeto e início de sua execução. Na UC **TCC II**, destinada à finalização e à entrega do trabalho acadêmico. A coordenação do curso publicará, no início de cada semestre letivo, após aprovação pelo colegiado do curso, o calendário referente às etapas do TCC, estabelecendo prazos para a entrega das versões finais, quando aplicável, bem como para o envio dos demais documentos exigidos, de forma a garantir o cumprimento dos fluxos e prazos institucionais definidos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou sistema correlato utilizado pela universidade.

Os detalhes e orientações específicas sobre a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) estão descritos no Anexo 5.2 deste Projeto.

2.8.14. Inserção curricular da extensão na graduação

As universidades brasileiras têm a atribuição de desenvolver atividades e projetos de extensão, conforme o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988. A partir da Lei nº. 10.172/2001 tornou obrigatória a curricularização da extensão por parte dos cursos superiores. Esta inovação na legislação objetivou fomentar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Universidade pública no percurso formativo do discente. Nesse sentido, a legislação passou a recomendar que os cursos de graduação atendam ao mínimo de 10% de atividades de extensão, não devendo implicar em acréscimo de carga horária. No Bacharelado em Geografia, que possui carga horária total de 2.400 horas, a carga extensionista tem total de 240 horas.

- Conforme a legislação, a realização da extensão no curso deverá estar articulada ao longo da formação do discente, via atividades realizadas em unidades curriculares. Estas UCs abarcarão a participação e organização de eventos, cursos, ações, etc., tendo cuidado para não sobrepor com as atividades complementares (AC). A extensão no Bacharelado em Geografia está emoldurada em quatro unidades curriculares - Extensão I, II, III e IV de 60 horas cada (4 créditos), que visam ações como:
- Planejar, organizar e montar exposições permanentes e provisórias; o intuito deste modelo se permeia da facilitação da sociedade na obtenção do conhecimento, bem como atuará no despertar do interesse do público nas áreas de conhecimento em Geografia, principalmente voltado para crianças e jovens e o público adulto. Ocorre vinculado às UCs extensionistas com atividades como apoio na curadoria de coleções científicas, como da reserva técnica do Laboratório de

Arqueologia e Estudos da Paisagem (LAEP), dentre outros. As ações vinculadas às UCs incentivarão atividades planejar, organizar e montar exposições permanentes e provisórias; O intuito deste modelo se permeia na facilitação da sociedade na obtenção do conhecimento, bem como atuará no despertar do interesse do público nas áreas de conhecimento em Geografia, principalmente voltado para crianças e jovens, que utilizam tanto as redes e mídias sociais quanto as TDICs, a exemplo das plataformas virtuais de vídeo, *podcasts*, dentre outras tecnologias.

- Planejar, organizar, montar e executar ações e eventos de divulgação e popularização da ciência; as UCs de extensão fomentam ações de divulgação científica, articulando o conhecimento técnico desenvolvido no âmbito da área de conhecimento em Geografia, com foco em espaços de popularização da ciência, como acontece no laboratório GAIA. Da mesma forma, ações vinculadas às UCs se voltarão às atividades de redes e mídias sociais.
- Planejar, organizar, montar e executar workshops e cursos de treinamento e capacitação; os docentes, discentes e técnicos administrativos participantes de projetos de extensão promovem cursos de capacitação, público externo e a aproximação de membros da comunidade acadêmica, de profissionais da área da Geografia, além de outras categorias profissionais vinculadas ao campo.
- Planejar, elaborar e executar projetos em andamento e novos projetos de professores e técnicos vinculados à Geografia;
- Planejar, elaborar, montar e executar a participação do curso em eventos institucionais, como o que acontece no #vempraufvjm – ação para recepção de estudantes vinculados à educação básica e ou outros grupos; nesta abordagem, são promovidas visitas aos espaços da UFVJM e, em especial, do curso de Geografia, que são monitoradas por discentes vinculados às UCs de Extensão. Para estes eventos, os graduandos também atuarão no planejamento e confecção de variados produtos de diversas áreas de interesse da Geografia. Estas ações têm por finalidade a aproximação entre o ambiente acadêmico-científico e a realidade das comunidades e escolas da educação básica, o que contribui tanto para a divulgação científica quanto para o estímulo ao ingresso no ensino superior. Trata-se, também, de uma oportunidade para divulgação das ações e produtos e vinculados ao curso. Estas visitas têm cunho educativo e são metodologia de construção de conhecimento. Ainda, pretende-se promover interação com a comunidade externa por meio de redes sociais e de novas mídias para a divulgação do curso, das atividades do curso e de conhecimento científico produzido por discentes e servidores ligados ao curso.

- outras atividades e ações a serem apreciadas pelo Colegiado do Curso.

Do ponto de vista de operacionalização, ao considerar a articulação do corpo docente, o curso, por meio do docente(s) responsável(is) pelas UCs, passa a elaborar e registrar, no sistema em uso pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), ações de extensão nas modalidades programa, projeto, curso, evento ou prestação de serviço, que envolvam a comunidade externa e com participação ativa dos estudantes matriculados. Estas ações podem estar vinculadas a programas que receberão normativas específicas, sendo conduzidos por uma comissão com vigência bianual e que terá por função estabelecer o planejamento de ações, de modo a envolver o entorno comunitário e ou as áreas de influência da UFVJM.

O custeio das atividades será realizado por meio de recursos do Curso de Geografia ou de recursos adicionais provenientes de órgãos de fomento, de patrocinadores e/ou contribuição de projetos vinculados aos docentes. Serão, ainda, enviados projetos específicos nos editais da PROEXC/UFVJM e outros editais vinculados à captação de recursos. Ressalta-se que é imprescindível o apoio orçamentário da UFVJM para viabilização de recursos de atividades que envolvam a curricularização da extensão, pois trata-se de um componente curricular obrigatório em todos os cursos de graduação.

Demais detalhes estão apresentados no Quadro descrição da natureza de extensão para o Bacharelado em Geografia (Anexo 5.3), aprovado pelo Conselho de Extensão e Cultura (Coexc), em sua 79ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de julho de 2021, objetivando subsidiar a apreciação referente à natureza extensionista dos PPCs pela Proexc.

2.9 Metodologia

A metodologia de ensino refere-se ao conjunto de abordagens, estratégias e técnicas que orientam o processo de ensino-aprendizagem. Ela determina como o conteúdo será ensinado, como os discentes serão estimulados a aprender e de que maneira os objetivos educacionais serão alcançados. As estratégias didáticas consistem nos métodos e procedimentos utilizados pelos professores das unidades curriculares para facilitar o aprendizado. Aulas expositivas de acordo com o conteúdo programático em planos de ensino são amplamente usadas, bem como, trabalhos em grupo, projetos, estudos de caso, elaboração de mapas mentais etc. A fim de estimular a capacidade crítica dos estudantes, as aulas são estruturadas de modo a incluir debates e discussões sobre temas propostos tanto pelos docentes quanto pelos discentes.

2.9.1 Metodologias ativas

O uso de metodologias ativas, ou seja, formas de inovações pedagógicas que favorecem o desenvolvimento do discente no seu processo de formação acadêmica oportunizando a construção do seu conhecimento, vem sendo reforçado. Dentre as metodologias ativas, utilizamos **Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)** ou *Problem Based Learning* (PBL) que se fundamenta na análise e solução de problemas os quais representam material instrucional, usado para desencadear a discussão e motivação prática visando possíveis soluções. Essa estratégia visa à incorporação de princípios educacionais que refletem o trabalho em pequenos grupos, priorizando a integração de UC's de conteúdos básicos e de geotecnológicas, socioespaciais e geoambientais. Em Cartografia, por exemplo, discentes elaboram mapas temáticos sobre problemas socioambientais regionais, como áreas de queimada e de desmatamento.

Há o uso, ainda, da metodologia de **Aprendizagem baseada em desafios (CBA)**, como em disciplinas como Cartografia e Introdução às Geotecnologias, Geotecnologias I, Geotecnologia II, Planejamento Territorial, que usam da metodologia na busca de resoluções de problemas reais, como mapear áreas de queimadas ou planejar zonas de expansão urbana utilizando SIG. Outra metodologia ativa aplicada é a **simulação e jogos de papéis**, nos quais discentes assumem o lugar de diferentes atores (governo, ONGs, empresas, advogado de defesa, juiz, procurador) no debate ou defesa em temas sobre: (i) a importância de correntes de pensamento geográfico, (ii) criação ou não de unidades de conservação e conflitos socioambientais, (iii) conflitos minerários etc. Neste contexto aplica-se também a **Aprendizagem por pares**, na qual estudantes preparam apresentações ou materiais didáticos para ensinar conceitos uns aos outros, comuns em UCs como Biogeografia, Geografia do Brasil, Avaliação de Impacto Ambiental, etc. Já as **Oficinas de problematização** envolvem o trabalho em grupo de discentes para propor soluções contextualizadas a problemas trazidos para o ambiente das aulas nas UCs. Normalmente, estas oficinas são apresentadas em disciplinas como Fundamentos de Geologia, Análise de Paisagem, Biogeografia, Gestão e Manejo das Águas.

Inúmeras UCs dos núcleos socioespacial, geoambiental e geotecnológico realizam as **saídas de campo investigativas**, um outro tipo de metodologia ativa, no qual os discentes podem coletar dados de interesse da UC em campo e, de volta ao ambiente formal de ensino, eles podem analisar as informações e interpretar seus dados e resultados no contexto local. A **Aprendizagem invertida** (*Flipped Classroom*) normalmente é utilizada em UCs que propõem a elaboração de tutoriais ou manuais ou livretos para aplicação em sala de aula em atividades práticas ou como ação extensionista. Os recursos pedagógicos incluem as ferramentas e materiais usados para apoiar o ensino, como livros, tecnologias, jogos, vídeos,

plataformas digitais, entre outros. Quanto às **formas de avaliação**, que envolvem a maneira como os discentes serão avaliados em relação ao seu desempenho e progresso nas unidades curriculares, podem ser utilizadas avaliações tradicionais (provas, trabalhos), avaliação contínua (portfólios, estudos dirigidos) ou autoavaliação.

2.9.2 O Trabalho Discente Efetivo (TDE)

O Trabalho Discente Efetivo (TDE) constitui parte integrante da carga horária dos componentes curriculares do curso, conforme estabelece Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM. O TDE tem base legal (Lei nº19.394/1996, Parecer CNE/CES nº 261/2006 e Resolução CNE/CES nº 03/2007). Trata-se de um conjunto de atividades acadêmicas supervisionadas, planejadas, orientadas e avaliadas pelo docente responsável, a serem desenvolvidas pelo estudante fora do horário regular de aulas presenciais. O TDE tem como finalidade promover a autonomia intelectual e a aprendizagem ativa, estimulando a investigação, a reflexão crítica e o protagonismo discente.

Cada componente curricular deve prever, em seu plano de ensino, a carga horária destinada ao TDE — limitada a até 20% da carga horária presencial, bem como as atividades correspondentes e seus critérios de avaliação. Essas atividades podem envolver leituras e estudos dirigidos, produção de textos e relatórios, elaboração de mapas, fichamentos e resenhas, práticas de campo, pesquisas orientadas, participação em fóruns e outras ações que contribuam para o desenvolvimento das competências previstas na formação geográfica. O acompanhamento e a avaliação das atividades de TDE serão realizados pelo docente e registrados no sistema acadêmico e-Campus, compondo a integralização da carga horária total do componente curricular. No Bacharelado em Geografia, tais práticas assumem relevância ao considerar a diversidade de campos de atuação do geógrafo, como planejamento territorial, geotecnologias, gestão ambiental, análise espacial, estudos urbanos e rurais, entre outros. Os tipos de atividade e métricas aplicáveis às unidades curriculares do Bacharelado em Geografia encontram-se no Quadro 2.6.

Quadro 2.6: Tipos de Atividades e Métricas do Trabalho Discente Efetivo (TDE) no Bacharelado em Geografia

Tipo de Atividade	Descrição/Exemplos	Métrica de Utilização
Leituras dirigidas	Artigos científicos, capítulos de livros, relatórios técnicos	1 hora de TDE para cada leitura de até 20 páginas, com entrega de síntese/resenha
Produção de textos acadêmicos	Resumos, resenhas, fichamentos, ensaios críticos	2 horas de TDE por texto entregue (mín. 2 páginas)
Exercícios de cartografia e geoprocessamento	Mapas temáticos, análises em SIG, tratamento de dados espaciais	3 horas de TDE por atividade concluída
Estudos de caso	Análise de fenômenos geográficos (urbano, rural, ambiental)	2 horas de TDE por estudo de caso
Relatórios de campo	Registro analítico de visitas técnicas e saídas de campo	4 horas de TDE por relatório entregue
Participação em projetos de pesquisa ou extensão	Atividades vinculadas a grupos/laboratórios	5 horas de TDE por participação comprovada
Seminários temáticos	Apresentação oral individual ou em grupo	2 horas de TDE por apresentação
Elaboração de material didático/cartográfico	Painéis, infográficos, maquetes, mapas	3 horas de TDE por produto entregue
Participação em eventos acadêmicos	Congressos, simpósios, semanas acadêmicas	2 horas de TDE por evento, mediante comprovação

2.9.3 - Integração entre teoria e prática

A integração entre teoria e prática se dá por meio dos trabalhos de campo e visitas técnicas, uma das metodologias mais significativas no curso, permitindo aos estudantes vivenciarem o espaço geográfico de maneira direta. Ao confrontar os conceitos teóricos com a realidade observada, o estudante desenvolve uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos geográficos, fortalecendo suas habilidades analíticas e interpretativas. Além disso, o contato com diferentes paisagens e dinâmicas territoriais facilita a assimilação de conteúdos acadêmicos e a contextualização da teoria em cenários concretos. As visitas técnicas a instituições, empresas e organizações são complementos importantes às atividades práticas do curso, muitas vezes vinculados ao planejamento urbano, à gestão ambiental, à agricultura, entre outros setores.

Além disso, o uso de laboratórios em parte do conteúdo das UC, como os de geoprocessamento, sensoriamento remoto, cartografia, arqueologia, análise de paisagem, biogeografia, é outra ferramenta essencial para a integração entre teoria e prática. Nesses ambientes, os estudantes têm a oportunidade de aplicar técnicas e ferramentas tecnológicas que são amplamente discutidas no curso. Essa prática fortalece as competências técnicas do estudante, preparando-o para o mercado de trabalho.

Outra forma de integração entre teoria e prática é a participação dos estudantes em projetos de extensão, ensino e pesquisa, que oferecem oportunidades de aplicar o conhecimento adquirido ao longo do curso em iniciativas que envolvem diretamente a sociedade e os territórios. Esses projetos, muitas vezes

interdisciplinares, permitem que os estudantes utilizem a teoria geográfica para resolver problemas concretos, envolvendo desde questões ambientais até sociais e econômicas. A pesquisa também promove o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de análise científica.

Por fim, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também desempenha papel importante na integração entre teoria e prática. Ao elaborar o TCC, o estudante tem a oportunidade de desenvolver um trabalho acadêmico sobre tema relevante da Geografia ou área afim, aplicando métodos e teorias aprendidas durante o curso. Esse processo exige a capacidade de relacionar a teoria à análise prática de dados e realidades territoriais, promovendo uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados.

2.9.4 Tecnologias de informação e comunicação - TICs no processo de ensino- aprendizagem

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm produzido impactos profundos na educação, especialmente quando analisadas sob a lente da abordagem a Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). A integração das TIC no ensino superior não se limita ao uso de ferramentas tecnológicas; envolve a compreensão crítica de como essas tecnologias se inserem nos contextos sociais, culturais e territoriais, impactando diretamente as formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento. No curso de Geografia, essa compreensão é fundamental, pois permite articular os avanços técnicos com os desafios educacionais vividos em realidades marcadas pela desigualdade no acesso à informação e à infraestrutura digital, como ocorre em diversas comunidades do Vale do Jequitinhonha.

No contexto da CTS, as TIC não são ferramentas neutras ou meramente instrumentais, mas produtos sociotécnicos que refletem interesses, desigualdades e possibilidades de emancipação. Analisar criticamente o seu uso implica problematizar quem tem acesso a elas, quais práticas de poder reproduzem e de que forma podem contribuir para a democratização do conhecimento e para a justiça socioespacial.

Assim, as TIC, quando mediadas pela abordagem CTS e orientadas pela construção do Capital Geográfico, deixam de ser recursos descontextualizados e tornam-se instrumentos críticos para compreender e intervir no espaço geográfico. Elas possibilitam tanto a leitura ampliada do mundo — por meio de geotecnologias, plataformas digitais e ambientes virtuais de aprendizagem — quanto a construção de práticas pedagógicas inclusivas, que fortalecem a autonomia dos estudantes e sua inserção cidadã. O desafio, nesse processo, é formar geógrafos capazes de utilizar a tecnologia com consciência crítica, ética e sensibilidade social, transformando-a em ferramenta de emancipação e de atuação responsável diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

A utilização de softwares geotecnológicos, plataformas de ensino adaptativo e ferramentas com inteligência artificial, por exemplo, possibilita trajetórias de aprendizagem mais personalizadas, permitindo que cada estudante desenvolva sua autonomia conforme seu próprio ritmo. No entanto, a abordagem CTS nos convida a discutir também como esses sistemas processam dados, que critérios de avaliação utilizam e como podem reproduzir desigualdades, se não forem utilizados com consciência crítica. A análise da relação entre tecnologia e território, tão cara à Geografia, revela como a infraestrutura digital está desigualmente distribuída, afetando especialmente populações rurais e periféricas.

2.9.5 Ambiente virtual de aprendizagem - AVA

No caso da UFVJM, a adoção do pacote Google Suite for Education em 2020 constituiu um marco para a institucionalização das TIC e AVA, permitindo o uso de e-mails institucionais, salas virtuais no Google Classroom e armazenamento em nuvem via Google Drive. Essas ferramentas passaram a ser amplamente utilizadas como suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão, favorecendo práticas colaborativas por meio de aplicativos como Documentos, Planilhas, Apresentações e Formulários. Mais recentemente, plataformas como o Canva também vêm sendo incorporadas como instrumentos de expressão criativa e comunicação visual, contribuindo para a formação de habilidades essenciais no mundo contemporâneo.

Ao estimular o uso das TIC de forma contextualizada, o curso de Geografia promove a articulação entre teoria e prática, técnica e sensibilidade social, inovação e justiça territorial. A abordagem CTS, nesse contexto, fortalece a educação transformadora, que reconhece o papel da ciência e da tecnologia como construções humanas situadas historicamente, comprometidas com o bem comum e com a sustentabilidade ambiental. Por sua vez, o Capital Geográfico permite que os conteúdos desenvolvidos nas Unidades Curriculares partam de situações reais e significativas para os estudantes, promovendo o protagonismo estudantil e a construção coletiva de soluções voltadas para os territórios onde vivem e atuam.

A utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) no curso de Bacharelado em Geografia da UFVJM representa uma estratégia pedagógica fundamental para potencializar o processo formativo. Esses ambientes, como Google Classroom, Canvas, oferecem recursos que ampliam a flexibilidade da aprendizagem, permitindo que os discentes acessem conteúdos, bibliografias, dados geoespaciais e materiais complementares em diferentes tempos e espaços. Além disso, possibilitam a integração de ferramentas geotecnológicas e bases de dados digitais, aproximando os estudantes das práticas profissionais contemporâneas ligadas ao planejamento territorial, à análise espacial e à gestão ambiental.

Outro aspecto relevante refere-se ao estímulo ao trabalho colaborativo, uma vez que fóruns de discussão, wikis e projetos coletivos favorecem a construção compartilhada do conhecimento, fortalecendo a interdisciplinaridade característica da Geografia. Do mesmo modo, os AVAs contribuem para o registro e acompanhamento contínuo das atividades acadêmicas, permitindo ao docente avaliar o desempenho discente de forma processual e formativa.

Por fim, a adoção de AVAs contribui para a aproximação entre o ambiente acadêmico e as demandas do mercado de trabalho, visto que consultorias, órgãos de planejamento e empresas da área já utilizam plataformas digitais de gestão e compartilhamento de informações. Assim, o uso desses ambientes no curso não apenas aprimora a qualidade do ensino, mas também prepara os futuros bacharéis em Geografia para atuarem de maneira crítica, inovadora e socialmente comprometida em diferentes contextos profissionais.

2.10 Fluxograma da matriz curricular

A matriz curricular do curso de Bacharelado em Geografia está organizada em cinco categorias de formação quanto às unidades curriculares, além das Atividades Complementares (AC) e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), totalizando 2.400 horas. Essa estrutura busca articular fundamentos teóricos, práticos, técnicos e metodológicos, de modo a formar profissionais com capacidade crítica e domínio científico sobre as múltiplas dimensões da Geografia.

As UCs consideradas básicas compreendem 195 hs e reúnem UCs de Seminários de Introdução à Geografia (15hs), Comunicação Acadêmica e Produção Textual (60hs) (ambas no 1º período), Estatística Aplicada (60hs) (3º período) e Metodologia Científica (60hs) (6º período) que oferecem a base metodológica e instrumental para o percurso formativo. Essas unidades curriculares se justificam nesse núcleo porque fornecem as ferramentas necessárias à análise quantitativa, à produção científica e à inserção no universo acadêmico, sendo indispensáveis para sustentar os demais eixos da formação geográfica.

As UCs de caráter socioespaciais compreendem cerca de 705h, contemplando Geografia da População (60hs), Urbana (60hs), Agrária (75hs) e Econômica (60hs), Introdução ao Pensamento Geográfico (60hs), Teoria e Método em Geografia (60hs), Planejamento Territorial (75hs), Espaço e Poder (75hs), Antropologia (60hs), Arqueologia e Geografia (60hs), Geografia do Brasil: Formação Territorial (75hs). Essas unidades curriculares permitem compreender a organização e a dinâmica dos espaços sociais, econômicos, culturais e políticos. Assim, possibilitam ao estudante analisar criticamente os processos de produção do espaço e os impactos que deles decorrem, formando uma visão integrada sobre o papel da sociedade na configuração territorial.

As UCs de carácter geoambiental (615h) são voltadas à compreensão dos sistemas físicos e ambientais, como Fundamentos de Geologia (60 hs), Geomorfologia Geral (75hs), Climatologia (60 hs), Biogeografia (60hs), Pedologia (60hs), Análise de Paisagem (60hs), Avaliação de Impactos Ambientais (60hs) e Educação Ambiental (60hs), Manejo e Gestão das Águas (60hs) e Geografia do Brasil: Domínios Morfoclimáticos (60hs). Essas unidades estão agrupadas nesse núcleo porque fornecem os fundamentos necessários para o entendimento das dinâmicas naturais e suas interações com a sociedade. Dessa forma, permitem ao bacharel atuar em análises ambientais, diagnósticos territoriais e políticas de conservação e manejo de recursos naturais.

As UCs consideradas geotecnológicas compreendem cerca de 270h e são voltadas para o uso de técnicas e ferramentas de análise espacial, como Cartografia e Geotecnologias (60hs), Geotecnologias I (75hs) e

II (75 hs) e Metodologia Quantitativa e Banco de Dados (60hs). Essas unidades curriculares compõem esse núcleo por oferecerem competências aplicadas à representação, modelagem e interpretação do espaço geográfico, fundamentais para o planejamento territorial, o monitoramento ambiental e a tomada de decisão.

As Atividades Complementares, com 105 h, valorizam a diversidade de experiências formativas além da sala de aula, como participação em eventos, cursos, estágios e projetos acadêmicos. Sua inclusão na matriz garante flexibilidade e reconhecimento da trajetória individual do estudante.

As UCs voltadas à curricularização da extensão abarcam 240h nas UCs Extensão I, II, III e IV, que integram o estudante a práticas pedagógicas e sociais junto à comunidade. Esse núcleo reforça o papel social da universidade e possibilita aplicar o conhecimento geográfico em contextos reais, fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, o Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC1) (15h) e Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC2) (15h) finalizam a formação, permitindo ao estudante desenvolver uma investigação científica orientada, que consolida as competências adquiridas ao longo do curso.

A articulação entre UCs de carácter socioespaciais, básicas, geoambientais e geotecnológicas garante uma formação completa e coerente ao bacharel em Geografia. As UCs básicas fornecem as ferramentas fundamentais; UCs socioespaciais desenvolvem a compreensão crítica das dinâmicas sociais e territoriais; UCs geoambientais aprofundam a análise dos sistemas naturais e ambientais e UCs geotecnológicas oferecem suporte técnico e metodológico para o estudo do espaço. As Atividades Complementares (AC) e UCs de extensão ampliam a vivência acadêmica e social. Essa organização assegura que o egresso do curso possua uma formação sólida, interdisciplinar e capaz de responder aos desafios contemporâneos da ciência geográfica.

Estrutura Curricular do Curso de Geografia Bacharelado da UFVJM

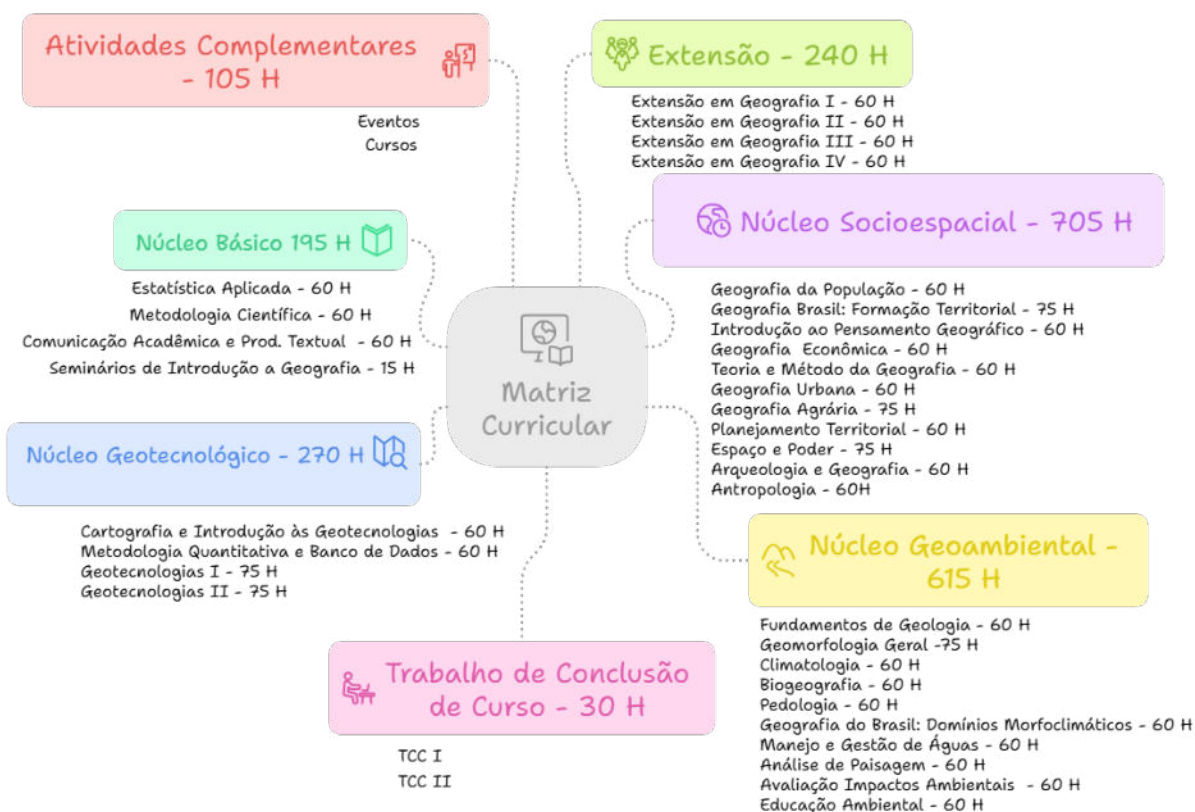
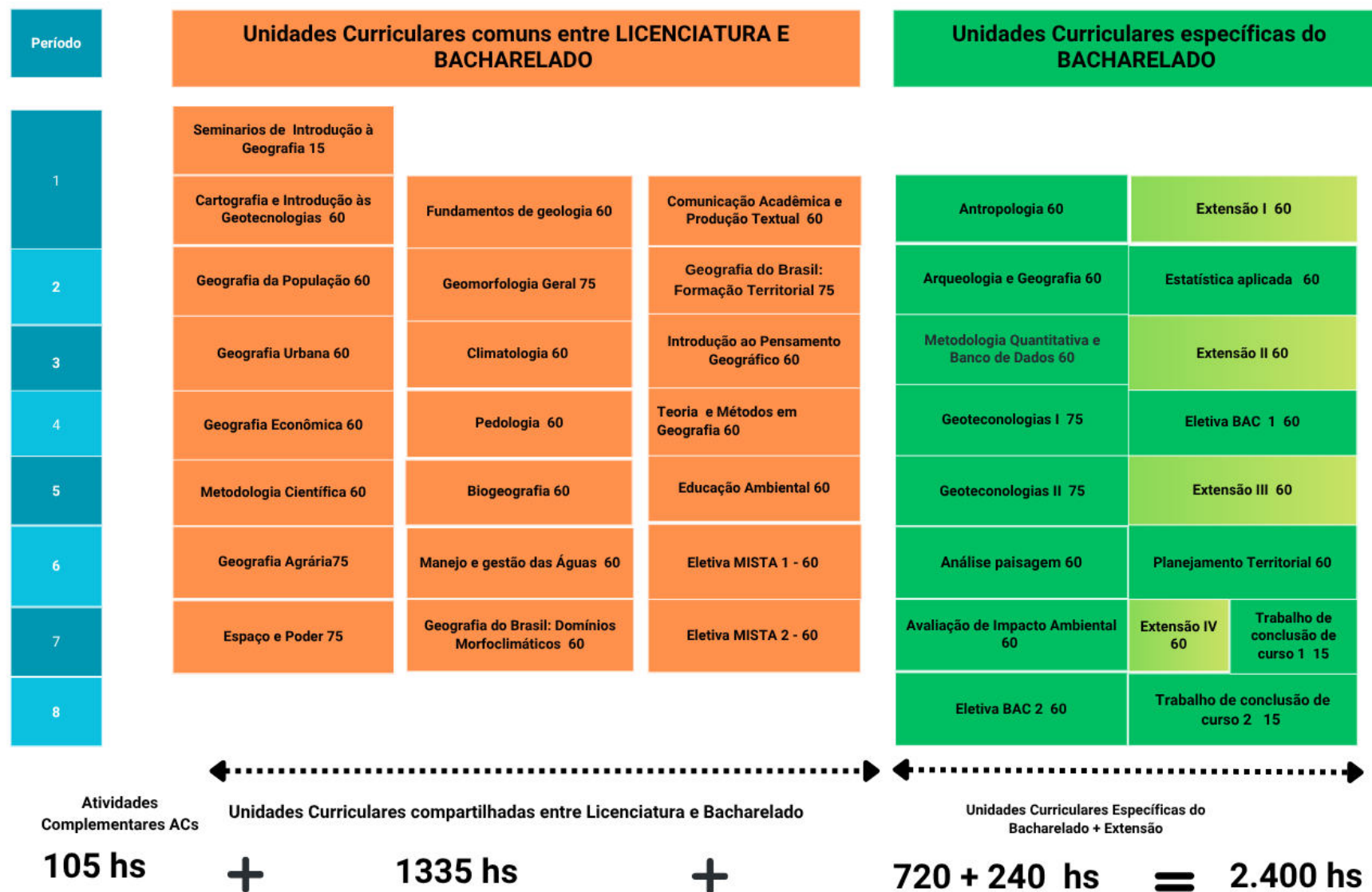


Figura 2.2: Fluxograma da matriz curricular, por período, com as Unidades Curriculares comuns entre os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia e as específicas do Bacharelado.



Matriz curricular

Quadro 2.7 - Matriz Curricular do curso de Bacharelado em Geografia da UFVJM com apresentação, por período, dos Componentes Curriculares, cargas horárias, créditos, Pré-requisitos e Equivalências.

1º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
GEOXXX	Cartografia e Introdução às Geotecnologias	O	P	50	10	--	-	--	60	4	—	—	GEO004 - Introdução à cartografia 60h BHU419- Introdução à Cartografia 75h BHU403 - Introdução à Cartografia 60h
GEOXXX	Seminários de Introdução à Geografia	O	P	15					15	1	—	—	GEO005 Seminários de Introdução à Geografia 15h
GEOXXX	Fundamentos de Geologia	O	P	50	10	--	-	--	60	4	—	—	GEO008- Fundamentos de Geologia 60h BHU417 Fundamentos de Geologia 75h BHU402- Fundamentos de Geologia 90h
GEOXXX	Antropologia	O	P	50	10	--	-	--	60	4	—	—	GEO001 Antropologia Cultural 60h BHU121 Antropologia Cultural 60hs BHU124 - Introdução à Antropologia 75 hs
GEOXXX	Comunicação Acadêmica e Produção Textual	O	P	50	10	--	-	--	60	4	—	—	GEO 077 - Comunicação Acadêmica e Produção Textual 60h BHU604 - Oficinas de Produção de Textos 75h BHU116 - Oficina de Texto em Língua Portuguesa 60hs BHU130 Leitura e Produção de Texto 90h BHU155- Redação Acadêmica em Língua Portuguesa LET671 -Oficina de Leitura e Produção de textos 60h LET667 - Oficina de Texto Acadêmico 60h
GEOXXX	Extensão I	O	P	--	--	--	-	60	60	4	—	—	
TOTAL				215	40	0	0	60	315	21			

2º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	M od	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
GEOXXX	Geografia da População	O	P	50	10	--	- -	--	60	4	_____	_____	GEO 009 Geografia da População - 60h BHU418- Geografia da População 75h BHU401- Geografia da População 90h
GEOXXX	Geomorfologia Geral	O	P	60	15	--	- -	--	75	5	_____	_____	GEO 016- Geomorfologia Geral 75h BHU413 Geomorfologia Geral 75h BHU407 Geomorfologia e Recursos Hídricos 60h
GEOXXX	Geografia do Brasil: Formação Territorial	O	P	60	15	--	- -	--	75	5	_____	_____	GEO003 Geografia do Brasil: Formação Territorial 75h GEO 434- Geografia do Brasil 90h
GEOXXX	Estatística Aplicada	O	P	50	10	--	- -	--	60	4	_____	_____	BHU206 – Estatística 60h
GEOXXX	Arqueologia e Geografia	O	P	50	10	--	- -	--	60	4	_____	_____	GEO048- Fundamentos de Arqueologia 60h BHU178 - Técnicas e Métodos de Laboratório de Arqueologia 60h BHU182 - Pré-História Geral 60 h BHU183 Pré-História Geral 75 h
TOTAL				270	60	0	0	0	330	22			

3º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
GEOXXX	Geografia Urbana	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO021 Geografia Urbana 60h BHU414-Geografia Urbana 75h BHU406- Geografia Urbana – Planejamento e Gestão Urbano Ambiental 90h
GEOXXX	Climatologia	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO013- Climatologia Geográfica 60h BHU416- Climatologia 75h BHU404- Climatologia 60h
GEOXXX	Introdução ao Pensamento Geográfico	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO010 Introdução ao Pensamento Geográfico 60h BHU420-Introdução ao Pensamento Geográfico 75h BHU410- Introdução ao Pensamento Geográfico 60h BHU143- Fundamentos da Ciência Geográfica 60h
GEOXXX	Metodologia Quantitativa e Banco de Dados	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO430 - Análise de Banco de Dados Quantitativos 90hs GEO062 Metodologia Quantitativa 75hs BPP039 - Pesquisa Quantitativa em Políticas Públicas 75hs
GEOXXX	Extensão II	O	P	--	--	--	-	60	60	4	_____	_____	
TOTAL				200	40	0	0	60	300	20			

4º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
GEOXXX	Geografia Econômica	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO050 - Geografia Econômica 60h
GEOXXX	Pedologia	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO026 Solos e Paisagens 75h GEO433 Solos e Paisagens 90h
GEOXXX	Teoria e Método da Geografia	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO073 - Teoria e Método em Geografia 60h
GEOXXX	Geotecnologias I	O	P	60	15	--	-	--	75	5	_____	_____	GEO018 Análise Espacial 75hs GEO437-Sensoriamento Remoto e Sistemas de Inf. Geográficas 90h
GEOXXX	ELETIVA	EL	P	60	0	--	-	--	60	4	_____	_____	
TOTAL				270	45	0	0	0	315	21			

5º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
GEOXXX	Biogeografia	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO019- Biogeografia 60 hs BHU412- Fundamentos de Ecologia e Biogeografia 75h BHU405- Ecologia e Biogeografia 60h
GEOXXX	Metodologia Científica	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO025 - Metodologia Científica 60h GEO440- Seminários de Metodologia de Pesquisa – TCC 60h BHU133- Metodologia da Pesquisa Científica – 60h BHU135- Metodologia da Pesquisa Científica 75h BHU136 - Projeto de Pesquisa 75h
GEOXXX	Educação Ambiental	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO020- Educação Ambiental 75h GEO438- Educação Ambiental 90h
GEOXXX	Geotecnologias II	O	P	60	15	--	-	--	75	5	_____	_____	
GEOXXX	Extensão III	O	P	--	--	--	-	60	60	4	_____	_____	
TOTAL				210	45	0	0	60	315	21			

6º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
GEOXXX	Geografia Agrária	O	P	60	15	--	-	--	75	5	_____	_____	GEO015 - Geografia Agrária 75h GEO439 - Geografia Rural e Agrária 90h
GEOXXX	Análise de Paisagem	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO037 - Análise de Paisagem 60h BHU101 Análise de Paisagem 75h
GEOXXX	Manejo e Gestão de Águas	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO030 - Hidrogeografia 60hs
GEOXXX	Planejamento Territorial	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO065 - Planejamento Urbano e territorial 75h TUR091 Planejamento Territorial e Urbano 60h GEO432 Planejamento Urbano e regional 90h
GEOXXX	ELETIVA	EL	P	60	0	--	-	--	60	4	_____	_____	
TOTAL				270	45	0	0	0	315	21			

7º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Corr equi sites	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
GEOXXX	Geografia do Brasil Domínios Morfoclimáticos	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO032 - Geografia do Brasil - Domínios Morfoclimáticos 60hs
GEOXXX	Espaço e Poder	O	P	60	15	--	-	--	75	5	_____	_____	GEO029 - Espaço e Poder 75h GEO431-Organização do Espaço Mundial 90h
GEOXXX	ELETIVA	EL	P	60	0	--	-	--	60	4	_____	_____	
GEOXXX	TCC 1	O	P	15	--	--	-	--	15	1	_____	_____	
GEOXXX	Avaliação de Impactos Ambientais	O	P	50	10	--	-	--	60	4	_____	_____	GEO041 - Avaliação de Impacto Ambiental e Unidades de Conservação 60hs BHU411 - Avaliação de Impacto Ambiental 75ha
GEOXXX	Extensão IV	O	P	--	--	--	-	60	60	4	_____	_____	
TOTAL				235	35	0	0	60	330	22			

8º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Corr equi sites	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
GEOXXX	ELETIVA	EL	P	60					60	4	— —	— —	
GEOXXX	Atividades Complementares	O							105	7			
GEOXXX	TCC 2	O	P	15		--	- -	--	15	1	— —	— —	
TOTAL				75	0	0	0	0	180	12			

Legenda:	
Mod - Modalidade	T - Teórica
P/D - Presencial/Distância	P - Prática
EL - Eletiva	EX - Extensão
CHT Carga Horária Total	CR Crédito

As Unidades Curriculares Eletivas que compõem o Quadro 2.8, de códigos BHU (curso Bacharelado em Humanidades), HST (licenciatura em História), BCH (Bacharelado em Ciências Humanas), BPP (Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social), TUR (Bacharelado em Turismo) e LET (Licenciatura em Letras), deverão, obrigatoriamente, passar por um acordo de cooperação atestando ciência e anuência por parte dos cursos que as ofertam. Os trâmites serão coordenação de curso após a proposta deste bacharelado ser aceita nas instâncias superiores da UFVJM. Neste contexto, a coordenação deverá tomar as providências para acrescentar o(s) acordo(s) de cooperação(ões) na parte dos ANEXOS deste volume.

Quadro 2.8 - Unidades curriculares eletivas

Código	Componente curricular	Tipo	Mod1	Carga horária				Pré-requisitos	Equivalência
				T	P	CHT	CR	*Correquisitos	
GEOXXX	Climatologia Aplicada	EL	P	60	0	60	4		
GEOXXX	Tópicos Especiais I	EL	P	60	0	60	4		
GEOXXX	Tópicos Especiais II	EL	P	60	0	60	4		
GEO002	Educação em Geociências	EL	P	60	15	75	5		BHU138- Fisiologia da Terra 75hs
GEO007	Cartografia Temática	EL	P	60	0	60	4		
GEO011	Patrimônio e Educação Colaborativa	EL	P	60	15	75	5		
GEO024	Geografia Humanista	EL	P	60	15	75	5		
GEO028	Direitos Humanos e Diversidade	EL	P	75		75	5		
GEO038	Arqueologia e História Indígena antes do Contato	EL	P	60	0	60	4		
GEO039	Arte, Espaço e Educação	EL	P	60	0	60	4		
GEO042	Climatologia Urbana	EL	P	60	0	60	4		
GEO043	Ensino de Geotecnologias	EL	P	60	0	60	4		
GEO044	Espaço de Deslocamento e Potencialidades	EL	P	60	0	60	4		

	Turísticas								
GEO045	Espaço Geográfico e Teoria Social Crítica	EL	P	60	0	60	4		
GEO046	Fitogeografia	EL	P	60	0	60	4		
GEO047	Fotogeografia	EL	P	60	0	60	4		
GEO049	Geografia e Música	EL	P	60	0	60	4		
GEO052	Geografia Regional	EL	P	60	15	75	5		
GEO053	Geografias do Sensível	EL	P	60	0	60	4		
GEO054	Geografias Feministas	EL	P	60	0	60	4		
GEO055	Geomorfologia Ambiental	EL	P	60	15	75	5		
GEO056	Geomorfologia Climática Estrutural	EL	P	60	0	60	4		
GEO057	Geoquímica Ambiental	EL	P	60	0	60	4		
GEO058	População, Pobreza e Desigualdade	EL	P	60	0	60	4		
GEO059	Introdução à Fenomenologia	EL	P	60	0	60	4		
GEO060	Introdução ao Direito Ambiental	EL	P	60	0	60	4		
GEO061	Meio Ambiente e Sociedade	EL	P	60	0	60	4		BHU117 – Meio Ambiente e Sociedade – 75hs
GEO063	Movimentos Sociais e Educação	EL	P	60	0	60	4		
GEO064	Paisagem e Cultura	EL	P	60	0	60	4		BHU 105- Paisagem e Cultura 75h
GEO066	Políticas Urbanas	EL	P	60	0	60	4		
GEO067	População, Espaço e Ambiente	EL	P	60	0	60	4		
GEO069	Questões Urbano-Ambientais	EL	P	60	0	60	4		
GEO070	Representação da Paisagem pelo Olhar de Viajantes Naturalistas	EL	P	60	0	60	4		
GEO071	Seminário sobre o Vale do Jequitinhonha	EL	P	60	0	60	4		
GEO072	Técnicas para a Análise da Vegetação	EL	P	60	0	60	4		
GEO442	Geografia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	EL	P	90	0	90	6		
GEO074	Unidades de Conservação e Conflitos Socioambientais	EL	P	60	0	60	4		
GEO075	Educação Inclusiva e Especial	EL	P	60	0	60	4		

BHU126	Introdução à Política	EL	P	75	0	75	5		
BHU125	Introdução à Sociologia	EL	P	75	0	75	5		
BHU181	Políticas Públicas	EL	P	75	0	75	5		
BHU137	Espanhol Instrumental	EL	P	75	0	75	5		
BHU128	Inglês Instrumental	EL	P	75	0	75	5		
BHU185	Ética	EL	P	75	0	75	5		
BHU186	Estética	EL	P	75	0	75	5		
BHU115	Introdução à Filosofia	EL	P	75	0	75	5		
BHU117	Meio Ambiente e Sociedade	EL	P	75	0	75	5		
BHU187	Teoria do Conhecimento e Epistemologia	EL	P	75	0	75	5		
BHU188	Introdução aos Estudos Históricos	EL	P	75	0	75	5		
BHU139	Cognição, Representação Linguística e Interação	EL	P	75	0	75	5		
BHU127	Introdução à Psicologia	EL	P	75	0	75	5		
BHU184	Psicologia do Desenvolvimento Infantil	EL	P	75	0	75	5		
BHU119	Tecnologia, Cognição e Sociedade	EL	P	75	0	75	5		
BHU114	Atualidades – Seminários	EL	P	75	0	75	5		
BHU198	Comunicação Midiática	EL	P	75	0	75	5		
BHU129	Formadores do Brasil	EL	P	75	0	75	5		
BHU097	História e Cidadania no Brasil	EL	P	75	0	75	5		
BHU191	História, Memória e Patrimônio	EL	P	75	0	75	5		
BHU100	Identidade, Narrativa e Formação Humana	EL	P	75	0	75	5		
BHU098	Intérpretes contemporâneos do Brasil	EL	P	75	0	75	5		
BHU099	Patrimônio Cultural Material e Imaterial	EL	P	75	0	75	5		
BHU107	Política e o Estado Brasileiro	EL	P	75	0	75	5		
BHU102	Semiologia e Comunicação	EL	P	75	0	75	5		
BHU103	Sociologia da Cultura e da Arte	EL	P	75	0	75	5		
BHU106	Subjetividades e a Escrita Autobiográfica	EL	P	75	0	75	5		
BHU199	Seminário sobre o Vale do Jequitinhonha	EL	P	75	0	75	5		
BHU118	Universidade e Ciência	EL	P	75	0	75	5		
BHU622	Língua Estrangeira I/Espanhol	EL	P	75	0	75	5		
BHU625	Língua Estrangeira I/Inglês	EL	P	75	0	75	5		
BHU421-	Cartografia Temática- Fundamentos e Aplicações	EL	P	75	0	75	5		BHU415- Cartografia Temática:

									Fundamentos e Aplicações 60hs
BHU409	Cartografia Temática	EL	P	90	0	90	6		
BCH001	Fundamentos em Ciências Sociais	EL	P	60	0	60	4		
BCH002	Fundamentos em Economia	EL	P	60	0	60	4		
BCH003	Fundamentos de Filosofia	EL	P	60	0	60	4		
BCH004	Fundamentos em Políticas Públicas	EL	P	60	0	60	4		
BCH052	Sociologia da Educação	EL	P	60	15	75	5		
BCH053	Psicologia da Educação	EL	P	60	15	75	5		
BCH056	Ciclo Orçamentário Brasileiro e Teoria do Estado	EL	P	60	0	60	4		
BCH058	Desenvolvimento e Sustentabilidade	EL	P	60	0	60	4		
BCH060	Economia Brasileira	EL	P	60	0	60	4		
BCH061	Economia Política	EL	P	60	0	60	4		
BCH064	Ética e Justiça	EL	P	60	0	60	4		
BCH065	Federalismo e Políticas Públicas	EL	P	60	0	60	4		
BCH072	Participação e Movimentos Sociais	EL	P	60	0	60	4		
BCH076	Psicologia do Desenvolvimento Humano	EL	P	60	0	60	4		
BCH077	Psicologia Social	EL	P	60	0	60	4		
BCH079	Seminários do Vale	EL	P	60	0	60	4		
BCH080	Sistema Político Brasileiro	EL	P	60	0	60	4		
BCH083	Teoria Social Contemporânea	EL	P	60	0	60	4		
BCH157	Métodos Qualitativos	EL	P	60	0	60	4		
HST559	História da África	EL	P	75	0	75	5		
HST560	História Indígena nas Américas	EL	P	60	0	60	4		
HST566	História da América Colonial	EL	P	60	15	75	5		
HST567	História da América Portuguesa	EL	P	60	15	75	5		
HST571	História da América Independente	EL	P	60	15	75	5		
HST572	História do Brasil Monárquico	EL	P	60	15	75	5		
HST573	Historiografia Contemporânea	EL	P	60	0	60	4		
HST575	História Contemporânea no Século XIX	EL	P	60	15	75	5		
HST576	História da América Contemporânea	EL	P	60	15	75	5		
HST577	História do Brasil Republicano	EL	P	75	0	75	5		
HST582	Minas Gerais	EL	P	60	0	60	4		

HST607	Fotografia e História	EL	P	60	0	60	4		
HST608	História da Ciência	EL	P	60	15	75	5		
HST616	Intérpretes Contemporâneos do Brasil	EL	P	75	0	75	5		
HST591	Sociedade e Economia	EL	P	60	15	75	5		
LET675	Literatura Brasileira Contemporânea	EL	P	60	0	60	4		
LET679	Literaturas Africanas em Língua Portuguesa	EL	P	36	24	60	4		
LIBR001	Língua Brasileira de Sinais Libras	EL	P	60	0	60	4		LPI634- Fundamentos da Libras 75hs
TUR001	Leitura e Produção de Textos	EL	P	40	20	60	4		
TUR004	Geografia do Turismo	EL	P	46	14	60	4		
TUR073	Meio Ambiente e Turismo	EL	P	60	0	60	4		
TUR081	Antropologia e Turismo	EL	P	36	24	60	4		
TUR084	História, Cultura e Identidade Nacional	EL	P	52	8	60	4		
TUR099	Turismo de Base Local	EL	P	40	20	60	4		
TUR105	Fundamentos de Filosofia e Sociologia	EL	P	48	12	60	4		
TUR109	Teoria Geral do Turismo	EL	P	30	30	60	4		
TUR112	História Geral da Arte	EL	P	44	16	60	4		
TUR113	Patrimônio e Turismo	EL	P	20	40	60	4		
TUR117	Administração Financeira	EL	P	60	0	60	4		
TUR129	Gestão de Áreas Protegidas	EL	P	60	15	75	5		
TUR132	Métodos e Práticas em Pesquisa Patrimonial	EL	P	60	15	75	5		
BPP001	Análise de Políticas Públicas	EL	P	60	0	60	4		
BPP002	Economia e Políticas Públicas	EL	P	60	0	60	4		
BPP003	Estado e Teorias Sociais	EL	P	60	0	60	4		
BPP006	Cidadania no Brasil	EL	P	60	0	60	4		
BPP007	Economia Política e Estado	EL	P	60	0	60	4		
BPP008	Estado e Comunidades Tradicionais	EL	P	60	0	60	4		
BPP009	Seminários do Vale do Jequitinhonha	EL	P	60	0	60	4		
BPP022	Conflitos e Movimentos Sociais Contemporâneos	EL	P	60	0	60	4		
BPP023	Desenvolvimento e Políticas Públicas	EL	P	60	0	60	4		
BPP024	Economia Brasileira	EL	P	60	0	60	4		

BPP030	Ética e Justiça	EL	P	60	0	60	4		
BPP031	Federalismo e Políticas Públicas	EL	P	60	0	60	4		
BPP032	Finanças Públicas	EL	P	60	0	60	4		
BPP036	Migração e Deslocamentos Populacionais	EL	P	60	0	60	4		BCH071- Migrações e Deslocamento Populacionais 60hs
BPP038	Pesquisa Qualitativa em Políticas Públicas								
BPP045	Psicologia e Compromisso Social	EL	P	60	0	60	4		
BPP047	Sistema Político Brasileiro	EL	P	60	0	60	4		
BPP051	Teoria Social Contemporânea	EL	P	60	0	60	4		

Quadro 2.9 - Síntese para integralização curricular

Componente Curricular	Carga horária presencial (h)	Carga horária a distância (h)	Nº Créditos
Unidades Curriculares Obrigatórias	2025	-	135
Unidades Curriculares Eletivas	240	-	16
Trabalho de Conclusão de Curso I e II	30	-	2
Atividades Complementares	105	-	7
Estágio Curricular Supervisionado	-	-	-
Atividades de Extensão	240	-	16
Total	2400	0	160
Percentagem (%)			
Tempo para Integralização Curricular	Mínimo: 4 anos*		
	Máximo: 8 anos		

*De acordo com a Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que estabelece carga horária mínima de 2.400 horas para os cursos de bacharelado e prevê integralização em três ou quatro anos, admite-se a possibilidade de prazos distintos, desde que devidamente justificados no Projeto Pedagógico. Nesse sentido, o Bacharelado em Geografia da UFVJM, ao compartilhar parte de suas Unidades Curriculares (UCs) com a Licenciatura em Geografia, possibilita que estudantes que já tenham cursado determinados componentes curriculares reduzam o tempo necessário para integralização. Essa condição aplica-se tanto aos discentes que migrem entre as habilitações de Geografia quanto àqueles que ingressarem no curso por meio do regime de obtenção de novo título, ou SISU, ou pelo vestibular, uma vez que poderão ter aproveitamento de disciplinas já cursadas. Assim, embora o tempo regular de integralização mínimo esteja previsto para três anos, conforme a Resolução, a estrutura curricular do curso admite que estudantes concluam o Bacharelado em prazo inferior, sempre respeitando a carga horária mínima definida pela legislação vigente (Brasil, 2007).

2.11 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

Um dos princípios fundamentais da avaliação da aprendizagem é a garantia da transparência e da clareza dos critérios, instrumentos e mecanismos avaliativos para os estudantes, de forma que compreendam os objetivos e parâmetros do processo ao qual estão inseridos. A avaliação, nesse sentido, deve ser entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento pedagógico e formativo que acompanha o desenvolvimento acadêmico de forma contínua, crítica e emancipatória.

No curso de Geografia, os procedimentos de avaliação estão diretamente articulados à concepção formativa do Projeto Pedagógico, que valoriza a construção coletiva do conhecimento e a mediação entre ciência, cultura e território. Considerando o contexto social da maioria dos estudantes, historicamente marcados por situações de vulnerabilidade social, adota-se uma perspectiva de avaliação que respeita os ritmos, trajetórias e especificidades dos sujeitos envolvidos, alinhando-se aos princípios da acessibilidade educacional e da equidade.

Nesse sentido, a avaliação se desenvolve em diferentes dimensões: diagnóstica, prospectiva, formativa e somativa, e articula metodologias diversas que integram a prática de sala de aula às experiências de campo, ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e às realidades socioterritoriais vivenciadas pelos discentes. O processo de ensino-aprendizagem envolve atividades teóricas e práticas, como elaboração de textos, mapas, maquetes, relatórios de aulas práticas e de campo, apresentações orais, produções em grupos, avaliações escritas, projetos investigativos, atividades laboratoriais e uso de ferramentas digitais colaborativas. A diversidade de instrumentos avaliativos reflete a busca por uma abordagem mais contextualizada, crítica e interativa, conforme proposto pela Abordagem Temática Contextualizada (ATC).

O trabalho de campo, como eixo estruturante da formação geográfica, constitui uma das metodologias centrais de avaliação. Ele possibilita a vivência concreta da relação entre teoria e prática, favorecendo a aprendizagem significativa, especialmente quando associado à análise de problemáticas reais do território. A partir da Resolução CONSEPE nº 14/2024, que regulamenta a concessão de auxílio financeiro para participação em trabalhos de campo e visitas técnicas, espera-se o fortalecimento dessas atividades no bacharelado, com impactos positivos tanto na qualidade do ensino quanto na equidade de participação.

A avaliação também deve assumir caráter formativo, proporcionando retornos constantes aos estudantes, de forma individual ou coletiva. A observação sistemática das atividades realizadas, quando registrada adequadamente, permite que os professores acompanhem de forma mais próxima o progresso acadêmico dos discentes, promovendo momentos de orientação pedagógica, seja por meio de entrevistas, devolutivas escritas ou comentários avaliativos. A interlocução entre estudantes e docentes é valorizada como espaço de mediação e construção do conhecimento.

O regulamento dos cursos de graduação da UFVJM estabelece que será aprovado o discente que obtiver frequência mínima de 75% das aulas e média final igual ou superior a 60 pontos, em escala de 0 a 100. Será submetido a exame final o estudante que obtiver média entre 40 e 59 pontos, desde que não reprovado por frequência. Para aprovação após o exame, exige-se nota igual ou superior a 60 pontos, sendo esta registrada no histórico acadêmico. Embora tais critérios normativos garantam parâmetros objetivos, o curso defende que a nota final deve representar uma síntese ampliada do percurso do estudante, considerando todas as atividades realizadas ao longo do período e não apenas o desempenho em provas finais.

A abordagem CTS reforça que as práticas avaliativas devem considerar também os contextos sociais, culturais, tecnológicos e ambientais em que os estudantes estão inseridos, sendo sensíveis à diversidade de seus territórios de origem. A presença de TIC no cotidiano acadêmico, como o uso de plataformas como Google Classroom, Drive, Docs, Formulários e Canva, vem ampliando as possibilidades de avaliação colaborativa, diagnóstica e interativa. O curso estimula a utilização crítica e pedagógica dessas ferramentas, especialmente para favorecer a participação ativa dos estudantes, o trabalho coletivo e o uso ético da tecnologia educacional.

Em síntese, o curso de Geografia orienta-se por uma concepção de avaliação comprometida com o desenvolvimento de competências críticas, com o amadurecimento acadêmico e com a valorização dos saberes territoriais e culturais. A avaliação é, portanto, compreendida como um processo de escuta, observação e devolutiva, que fortalece o protagonismo estudantil e contribui para a formação de geógrafos comprometidos com a transformação social e a justiça territorial.

2.12 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

O processo de acompanhamento e avaliação do PPC é uma atividade primordial para a melhoria e para a garantia de qualidade do curso. Deve indicar os avanços, as discontinuidades e os resultados do processo de ensino-aprendizagem, devendo ser motivo de constante reflexão. Neste sentido, são realizadas ações sistemáticas de autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

Tais avaliações ocorrem em um fluxo constante e permanente que, objetivando a constante melhoria e atualização da formação do estudante em Geografia, atua em três frentes principais:

- Acompanhamento e Avaliação do PPC: NDE, Colegiado e Coordenação,
- Instrumentos de avaliação internos e externos à UFVJM e
- Ações de atenção à retenção e evasão.

No momento que o curso passar a ter turmas concluídas, com egressos, será realizado o Programa de acompanhamento do egresso.

2.12.1 Acompanhamento e Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC): NDE, Colegiado e Coordenação

O acompanhamento e avaliação do PPC se dá pela atuação conjunta do Núcleo Docente Estruturante (NDE), do Colegiado e da Coordenação dos Cursos de Geografia, de forma contínua, e deve buscar a participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, como: docentes, discentes e demais profissionais da educação ligados ao curso. A interação com docentes de outros cursos que atuam na Geografia, em especial da FIH, deve ser considerada na perspectiva de que sejam geradas propostas para aprimorar os conteúdos, as atividades e as ações inerentes ao processo de gestão do curso.

O NDE é corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do PPC, tendo função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. São atribuições do NDE Acompanhamento e Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, conforme normativa da UFVJM:

- elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso e/ou estrutura curricular;
- avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- indicar, formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de iniciação científica e de extensão;
- propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;
- propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- receber, sistematizar e avaliar o Programa de Acompanhamento de Egressos;
- propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando formação continuada.

O Colegiado de Curso possui as seguintes atribuições quanto ao acompanhamento e avaliação do PPC:

- propor ao Conselho de Graduação a elaboração, acompanhamento e revisão do projeto pedagógico;
- propor à direção da FIH que ofereça disciplinas ao curso, modificações de ementas e pré-requisitos das disciplinas do curso;
- providenciar a oferta semestral das disciplinas e decidir em conjunto com o Departamento ou órgão equivalente, questões relativas aos respectivos horários;
- coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso.

A Coordenação de Curso desempenha um papel relevante frente à avaliação do PPC, atuando como articuladora e organizadora na implantação do PPC, de forma planejada com a equipe docente, buscando a integração do conhecimento das diversas áreas. Entre suas competências estão:

- apresentar aos docentes e discentes do Curso, o Projeto Pedagógico do Curso, enfatizando a sua importância como instrumento orientador das ações desenvolvidas;
- apresentar ao Colegiado de Curso as propostas de revisão e alterações do Projeto Pedagógico do Curso, no que diz respeito à ementas, cargas horárias e pré-requisitos;
- propor inovações curriculares introduzindo mudanças no Curso, de forma planejada e consensual, visando a produzir uma melhora da acabo educacional;
- coordenar o processo permanente de melhoria do Curso (UFVJM, 2009b).

O PPC deverá ser apreciado e aprovado pelos órgãos consultivos e deliberativos da UFVJM, incluídos o Colegiado do Curso, o Conselho de Graduação (CONGRAD) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

2.12.2 Instrumentos de avaliação Internos à UFVJM

2.12.2.1 Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE)

O IAE é aplicado semestralmente em data estabelecida no Calendário Acadêmico da UFVJM, e é regulamentado pela Resolução CONSEPE n. 63 de 2017. O IAE conta com a participação dos docentes e discentes nas respostas aos questionários compostos por questões relacionadas ao desenvolvimento das unidades curriculares do curso durante o período, considerando a metodologia de ensino, conteúdo, didática entre outros. Há, ainda, questões de autoavaliação dos docentes, discentes e sobre a gestão acadêmica do curso.

O IAE é disponibilizado aos docentes e discentes, *online*, via sistema e-Campus, em prazo estabelecido (normalmente entre o término de um semestre e início do próximo) e mantém-se o anonimato daqueles que o preenchem. O IAE considera a importância da participação dos discentes na avaliação dos aspectos didáticos e pedagógicos, bem como considera a relevância dos processos avaliativos na elaboração de diagnósticos mais apurados, visando ao planejamento de ações e políticas com vistas ao aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem. Os resultados do IAE são acompanhados e

analisados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, a quem compete propor estratégias de intervenção, de modo a promover o desenvolvimento e melhorias no curso.

2.12.2.2 Instrumentos da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A CPA da UFVJM é responsável por coordenar e articular o processo interno e contínuo de avaliação da Universidade conforme diretrizes do Ministério da Educação (MEC), da Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior (CONAES) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). É regulamentada por Resolução do Conselho Universitário da UFVJM e seus objetivos são:

- coordenar os processos internos de avaliação da instituição e sistematizar os dados para a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- executar os trabalhos necessários voltados para o alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- Conduzir os processos de autoavaliação da UFVJM; estimular a cultura da autoavaliação no meio institucional.

Os resultados oriundos do trabalho da CPA que dizem respeito ao curso são importantes fontes de informação que norteiam a elaboração de estratégias de melhoria da gestão do curso. Além dos instrumentos mencionados, poderão ser utilizados outros instrumentos próprios do curso, propostos e construídos internamente, como questionários, avaliação de resultados, pesquisa de opinião entre outros, para atendimento de objetivos específicos.

2.12.3 Ações de atenção à retenção e a evasão

Conforme discussões e diagnóstico realizado pelo corpo docente e pelo NDE, o perfil dos discentes que têm ingressado na UFVJM e, em especial, nos cursos de licenciatura, indica necessidade de planejar ações contínuas para reduzir a retenção e/ou evasão. Tal problemática tem relação direta com o perfil socioeconômico dos discentes, em sua maioria, trabalhadores ativos, sendo a primeira geração da família a ter acesso a Universidade pública. Possuem origem interiorana e do espaço rural marcados pela vivência de fortes estigmas sociais amplamente reconhecidos para o Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais. Ademais, apresentam muita dificuldade com a construção de hábitos de leitura e

reflexão sistematizada. Embora essas questões tragam desafios concretos para a sua formação científico-acadêmica, por outro lado, apontam para possibilidades de articulação com a realidade local e regional, com os saberes e experiências vividas e cujos repertórios são fundamentais para a problematização sobre o papel da Geografia e do ensino de geografia nestes contextos.

A UFVJM já realiza, semestralmente, o Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE) – tópico 13.2.1, por meio de consulta à comunidade acadêmica e que é disponibilizada para que os cursos possam identificar lacunas ou problemas e realizar ações visando melhorias no ensino-aprendizagem e que dão suporte a reuniões semestrais de avaliação com todo corpo docente de modo que seja possível identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos discentes no acompanhamento dos conteúdos disciplinares, bem como estabelecer medidas visando evitar a retenção e a evasão.

2.12.4 Instrumentos de avaliação externos à UFVJM: Avaliação de Curso pelo INEP e ENADE

Como instrumento de avaliação externa, o curso se submete ao SINAES, instituído pela Lei Nº 10861/2004. O SINAES visa promover: a avaliação de instituições, feitas pelo INEP; avaliação dos cursos de graduação; e a avaliação de desempenho dos estudantes, pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Os três formam o tripé avaliativo que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior brasileiras (BRASIL, 2004).

A avaliação dos cursos de graduação é realizada pelo Ministério da Educação (MEC) e tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos discentes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e à organização didático-pedagógica. São utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento. A avaliação dos cursos de graduação resulta em atribuição de conceitos, de 1 a 5 a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O resultado desse processo de avaliação constitui uma importante base para a revisão, atualização ou reformulação das atividades de organização e gestão do curso.

O Enade avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. Os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Estudante, são insumos para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (INEP, 2022). Os resultados do Enade ocorrem como conceitos, de 1 a 5. A

inscrição é obrigatória para estudantes ingressantes e concluintes habilitados de cursos vinculados às áreas de avaliação da edição. A situação de regularidade do estudante é registrada no histórico escolar.

O cálculo do Conceito Enade, segundo a nota técnica Nº 5/2020/CGCQES/DAES/INEP, considera as seguintes informações: a) o número de estudantes participantes no exame e com resultados válidos; b) o desempenho dos estudantes participantes na parte de Formação Geral (FG) do exame; c) o desempenho dos estudantes participantes na parte de Componente Específico (CE) do exame (NEVES, 2019).

O cálculo do Desempenhos Observado e Esperado - IDD (nota técnica Nº 34/2020/CGCQES/DAES) considera as seguintes informações: a) número de estudantes concluintes participantes no Enade com resultados válidos; b) desempenho geral dos estudantes participantes no Enade; c) desempenho dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nas áreas de Ciências da Natureza (CN), Ciências Humanas (CH), Linguagens e Códigos (LC) e Matemática e suas Tecnologias (MT); d) número de participantes no Enade com nota do Enem recuperada (NEVES, 2019).

O cálculo do Conceito Preliminar de Curso - CPC (nota técnica Nº 58/2020/CGCQES/DAES/INEP) leva em consideração as seguintes informações com pesos distintos: a) nota dos concluintes no Enade; b) nota do IDD; c) proporção de professores mestres; d) proporção de professores doutores; e) proporção de professores em regime de trabalho parcial ou integral; f) média das respostas do Questionário do Estudante referentes à organização didático-pedagógica; g) média das respostas do Questionário do Estudante referentes à infraestrutura e às instalações físicas; h) média das respostas do Questionário do Estudante referentes às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NEVES, 2019).

O cálculo do Índice Geral de Cursos - IGC considera as seguintes informações: a) notas contínuas de CPCs referentes aos cursos de graduação avaliados no último triênio, considerando o CPC mais recentemente publicado para cada curso; b) número de matrículas nos cursos de graduação (estudantes cursando ou formandos no ano de referência do CPC), conforme base de dados oficial do Censo da Educação Superior; c) conceitos dos cursos de Mestrado e Doutorado atribuídos pela Capes na última avaliação divulgada oficialmente, para os programas de pós-graduação reconhecidos, incluindo a avaliação dos novos programas recomendados para o ano de referência do IGC, conforme base de dados oficial encaminhada pela Capes ao INEP; e d) número de matrículas (matriculados e titulados

no ano de referência) nos cursos de Mestrado e Doutorado, conforme base de dados oficial encaminhada pela Capes ao INEP (NOTA TÉCNICA No 59/2020/CGCQES/DAES/INEP).

2.12.5 Programa de acompanhamento do egresso

Como forma de acompanhar a inserção profissional do egresso, ou, conforme o caso, sua continuidade na vida acadêmica, serão realizadas pesquisas *online*, por meio de questionários encaminhados ao e-mail dos egressos, como forma de coletar informações que possam ser objeto de discussão e construção de estatísticas, visando ao acompanhamento da gestão do curso. A abordagem de questões como: área de atuação profissional; Inserção profissional; região onde exerce atividade profissional; efetiva contribuição dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso para a atuação profissional; principais dificuldades encontradas para sua inserção profissional; entre outros, pode contribuir significativamente para a análise da estrutura do curso e para a elaboração de estratégias de aperfeiçoamento das suas atividades.

Outra estratégia a ser desenvolvida como forma de acompanhamento do egresso é a criação, como parte do próprio *site* da Geografia, de um “portal dos egressos”, espaço que oportunizará informações sobre inserção profissional ou prosseguimento da vida acadêmica, bem como contribuir com críticas e sugestões as atividades desenvolvidas pelo curso.

3 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1. Atuação do/a coordenador/a

O Coordenador de Curso exerce uma função estratégica e multidimensional no âmbito da gestão universitária, atuando como gestor pedagógico comprometido com a melhoria contínua da qualidade acadêmica. Sua atuação se dá de forma democrática e participativa, abrangendo as dimensões didáticas, pedagógicas, administrativas e políticas, com foco na liderança propositiva e na articulação de ações que promovam a integração entre os diferentes atores do curso e a consolidação de uma formação crítica e de excelência.

Na UFVJM, as atribuições dos Coordenadores de Curso de graduação estão estabelecidas pela Resolução CONSEPE nº 09/2009, o regime de trabalho previsto do coordenador é de tempo integral, possibilitando coordenar, acompanhar e orientar todas as atividades didático-pedagógicas do curso; representar o curso nas instâncias universitárias; planejar e realizar reuniões com os docentes para discutir o desempenho acadêmico discente e propor estratégias de aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem; além de zelar pelo cumprimento do Calendário Acadêmico e pela busca contínua da qualidade formativa. De acordo com o Estatuto da UFVJM, o coordenador e o vice-coordenador são eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, sendo permitida uma reeleição (UFVJM, 2014).

A atuação da coordenação do curso de Geografia está plenamente alinhada à concepção pedagógica e às diretrizes definidas no PPP, tanto na licenciatura quanto na proposta de bacharelado. A gestão é conduzida com base em princípios participativos e dialogados, buscando a mediação entre as demandas dos estudantes, dos docentes e dos setores institucionais, com vistas à promoção da qualidade acadêmica, da permanência estudantil e do fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O coordenador organiza e acompanha reuniões periódicas com o corpo docente para análise do desempenho acadêmico discente, planejamento pedagógico e definição de estratégias coletivas de enfrentamento dos desafios identificados no cotidiano do curso. Também participa ativamente das instâncias colegiadas, garantindo representatividade e encaminhamento das demandas do curso nas esferas superiores da instituição.

A gestão do curso se estrutura com base em um plano de ação documentado e compartilhado, elaborado em diálogo com a comunidade acadêmica, e revisto periodicamente conforme as metas institucionais e as avaliações internas. Esse plano contempla diretrizes para a melhoria contínua do curso, incluindo

ações voltadas à qualificação docente, revisão curricular, apoio à iniciação científica, incentivo à extensão universitária e fortalecimento da articulação com os egressos. Sempre que necessário, a coordenação poderá anexar ao PPP o plano de ação vigente, em consonância com as orientações da Divisão de Assessoria Pedagógica.

A coordenação também se compromete com a transparência dos indicadores de desempenho, como dados de matrícula, evasão, integralização curricular, avaliação institucional e outros instrumentos de acompanhamento. Esses indicadores subsidiam o planejamento de ações pedagógicas e administrativas, contribuindo para a consolidação de uma gestão baseada em evidências.

Outro aspecto central da atuação do coordenador diz respeito à valorização do corpo docente, promovendo a integração entre os professores e incentivando projetos interdisciplinares, práticas colaborativas e o desenvolvimento de competências didático-pedagógicas. A gestão da potencialidade do corpo docente favorece a inovação metodológica e o fortalecimento de uma cultura acadêmica comprometida com o território e com as transformações sociais.

A coordenação do curso de Geografia conta com um coordenador em regime de trabalho de tempo integral, o que assegura a disponibilidade necessária para o atendimento à comunidade acadêmica, acompanhamento de processos institucionais e participação ativa nas decisões relativas ao curso.

3.2. Colegiado de Curso

A coordenação didático-pedagógica do curso de Geografia da UFVJM é exercida de forma colegiada, por meio de um órgão formalmente institucionalizado e reconhecido na estrutura organizacional da Universidade: o Colegiado de Curso. Esse colegiado constitui um espaço democrático e estratégico de gestão acadêmica, sendo responsável pelas decisões pedagógicas, administrativas e curriculares que garantem a qualidade formativa e o bom funcionamento do curso, em conformidade com o PPP.

O Colegiado de Curso está devidamente institucionalizado, conforme previsto na estrutura da UFVJM e regulamentado pelas normas internas da Universidade. Sua constituição segue os princípios da representatividade, sendo composto por membros do corpo docente do curso, representantes discentes eleitos pelos pares e, quando aplicável, por servidores técnico-administrativos que atuam diretamente nas atividades do curso. Essa diversidade de segmentos assegura a participação ativa de todos os envolvidos no processo formativo, fortalecendo a gestão democrática e a corresponsabilidade pela formação de qualidade.

As reuniões do Colegiado ocorrem com periodicidade regular, conforme calendário interno, podendo ser convocadas extraordinariamente sempre que necessário. Suas deliberações são registradas em atas assinadas pelo presidente da sessão após a leitura e análise de todos os membros e disponibilizadas à comunidade acadêmica, garantindo a transparência, o acompanhamento e a rastreabilidade das decisões. A coordenação do curso, enquanto executora das decisões do colegiado, é responsável por articular a implementação das ações aprovadas, sempre em diálogo com os demais setores envolvidos.

Além disso, o Colegiado adota um fluxo estruturado para o encaminhamento das decisões, o que permite a tramitação organizada das propostas, desde sua apresentação e debate até a efetiva execução e monitoramento. Esse fluxo articula a atuação da coordenação com os setores acadêmicos e administrativos da UFVJM, assegurando a eficácia das resoluções e a continuidade das ações de melhoria do curso.

Para apoiar a gestão das informações e a execução das decisões, o Colegiado utiliza sistemas institucionais e plataformas digitais (como o Sistema Acadêmico da UFVJM, Google Drive e outras ferramentas colaborativas), que possibilitam o registro e acompanhamento dos processos, a guarda documental e a análise dos resultados obtidos. Essa prática reforça o compromisso com a avaliação permanente e com a gestão baseada em dados e evidências, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional de autoavaliação e aperfeiçoamento contínuo.

Cabe ressaltar que, conforme a Resolução CONSEPE nº 09/2009, é competência do coordenador de curso: coordenar, acompanhar e orientar todas as atividades didático-pedagógicas do curso; representar o curso nas diversas instâncias universitárias; planejar e realizar reuniões com os docentes para discussão do desempenho acadêmico dos discentes e proposição de estratégias para o aprimoramento do ensino; coordenar o processo permanente de melhoria do curso; e zelar pelo cumprimento do calendário acadêmico institucional.

O coordenador e o vice-coordenador do curso são eleitos pela comunidade acadêmica do curso, conforme estabelece o Estatuto da UFVJM (2014), com mandato de dois anos, permitida uma reeleição. A atuação da coordenação, em consonância com as deliberações do Colegiado, assegura a gestão pedagógica participativa e o acompanhamento sistemático das ações do curso, promovendo o alinhamento entre a prática acadêmica, os princípios institucionais e os desafios contemporâneos da formação geográfica.

3.3. Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é uma instância consultiva do curso, voltada para a análise e a contribuição sobre assuntos pedagógicos, além de oferecer apoio à Coordenação no que tange à gestão e atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC). De acordo com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), “o *NDE de um curso de graduação é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC*” (CONAES, 2010).

O NDE desempenha um papel crucial na avaliação e na qualidade contínua de um curso de graduação, sendo considerado um dos critérios na avaliação do Ministério da Educação (MEC), particularmente por meio do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG). O NDE é responsável pelo acompanhamento, aprimoramento e atualização constante do PPC, garantindo que o curso esteja alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), às exigências do mercado de trabalho e às necessidades da sociedade. Para assegurar a eficácia desse processo, o NDE deve ser composto por membros com qualificação adequada e deve adotar estratégias para garantir sua continuidade e inovação.

O NDE deve ser constituído por, no mínimo, cinco docentes pertencentes ao curso. Essa composição mínima garante a necessária diversidade de perspectivas e áreas de atuação, promovendo uma abordagem interdisciplinar fundamental para o processo de elaboração, análise e contínua atualização do PPC. No que se refere ao regime de trabalho e qualificação profissional, os membros do NDE podem atuar em regime de tempo integral ou parcial. É imprescindível, no entanto, que pelo menos 20% do total de seus integrantes possuam dedicação em tempo integral à instituição, assegurando que uma parcela significativa do núcleo tenha a disponibilidade e o comprometimento necessários para se dedicar às demandas de gestão e avaliação do curso. Quanto à titulação, pelo menos 60% dos docentes que compõem o NDE devem possuir titulação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado), garantindo que as decisões e as atualizações do PPC sejam fundamentadas em um alto nível de conhecimento acadêmico e científico. Adicionalmente, o coordenador do curso integra o NDE obrigatoriamente, desempenhando um papel central na articulação entre a gestão administrativa do curso e as atividades de planejamento pedagógico.

Entre as principais atribuições do NDE no acompanhamento e atualização do PPC, destaca-se a realização de estudos e atualizações periódicas. O NDE deve manter-se atento às mudanças nas DCNs, às exigências do mercado de trabalho e às inovações pedagógicas. Por meio de reuniões sistemáticas e

da análise constante dos resultados provenientes dos processos de avaliação institucional e de aprendizagem, o NDE é responsável por propor as devidas alterações e melhorias no projeto do curso. Outra atribuição crucial é avaliar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos estudantes, verificando a eficácia das estratégias adotadas em relação aos objetivos do curso e ao perfil do egresso esperado. Paralelamente, o NDE deve analisar periodicamente a adequação desse perfil do egresso às necessidades da sociedade e do mercado de trabalho, assegurando que a formação oferecida seja coerente e relevante para o contexto atual e futuro.

Por fim, a renovação parcial dos integrantes do NDE é uma estratégia vital para equilibrar a continuidade dos trabalhos com a incorporação de novas ideias. Esse processo permite a entrada de novos membros, que trazem consigo experiências e perspectivas inovadoras, atualizando o curso conforme as tendências educacionais e de mercado. Simultaneamente, a permanência de membros experientes garante a necessária continuidade e coerência nas ações do núcleo ao longo do tempo, preservando a memória e a consistência do projeto pedagógico.

3.4. Corpo docente

O corpo docente que compõe o curso de Geografia da UFVJM é formado por profissionais altamente qualificados, com ampla experiência em ensino, pesquisa e extensão. Os docentes apresentam formações interdisciplinares e áreas de atuação diversificadas, que abrangem os campos da Geografia Física e Humana, das Tecnologias da Informação Geográfica, da Educação em Geociências, do Planejamento Territorial, da Ecologia da Paisagem, da Demografia e da Análise Ambiental. Essa diversidade permite que o curso de bacharelado em Geografia se sustente em uma abordagem ampla, crítica e integrada do conhecimento geográfico.

Há uma clara articulação entre os perfis de atuação dos docentes e os princípios que norteiam a proposta pedagógica do bacharelado, especialmente no que se refere à interdisciplinaridade, ao compromisso com as questões territoriais e socioambientais e à formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável. Os docentes desenvolvem pesquisas aplicadas e ações de extensão em diálogo com os territórios do Vale do Jequitinhonha e de outras regiões de Minas Gerais, o que fortalece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A presença de docentes com atuação em Geoprocessamento, Cartografia, Análise Espacial, Planejamento Urbano e Regional, Geomorfologia, Recursos Hídricos, Climatologia, Demografia e Geografia da Saúde confere ao curso um sólido suporte para a formação técnica e científica dos futuros bacharéis em Geografia. Por outro lado, áreas como Geografia Agrária, Geografia Política, Geografia

Humanista, Educação do Campo, Patrimônio Cultural e Educação Ambiental asseguram uma formação crítica, socialmente engajada e sensível à diversidade dos sujeitos e dos territórios.

O colegiado do curso, com essa diversidade, está alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Geografia, contribuindo para a consolidação de uma formação que integra teoria e prática, ciência e sociedade, técnica e sensibilidade territorial.

A qualificação e a formação continuada do corpo docente são princípios fundamentais para garantir a excelência na formação de geógrafos e geógrafas comprometidos com os desafios contemporâneos e com o desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, a UFVJM conta com o Núcleo de Formação Docente (NUFOR), que substituiu o Programa de Formação Pedagógica Continuada para a Docência (FORPED), que existe desde 2009. O NUFOR é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que atua como instância de assessoramento e de promoção de ações formativas voltadas à docência no ensino superior.

O NUFOR estrutura suas ações em consonância com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFVJM, tendo como principais objetivos a valorização da docência, a promoção da inovação pedagógica, o fortalecimento da reflexão sobre as práticas educativas, a integração entre ensino, pesquisa e extensão, e o estímulo ao desenvolvimento curricular e metodológico. Também atua para consolidar uma cultura institucional de formação continuada e colaborativa entre docentes, setores acadêmicos e unidades de ensino, como previsto no PPI (UFVJM, 2021).

A proposta de Programa Permanente de Formação e Desenvolvimento Docente do curso de Geografia alinha-se diretamente às diretrizes do NUFOR, sendo estruturada em cinco eixos:

- Formação pedagógica e metodológica, com foco em práticas interdisciplinares, metodologias ativas e educação inclusiva;
- Atualização científica e tecnológica, incentivando a participação em eventos e pesquisas nas áreas de atuação dos docentes;
- Formação em TIC e inovação educacional, com ênfase no uso de AVAs, geotecnologias e recursos digitais no ensino;
- Integração com extensão e pesquisa, por meio da curricularização da extensão e de projetos aplicados aos territórios;

- Apoio à gestão acadêmica e institucional, qualificando os docentes para atuação em colegiados, coordenação de curso e planejamento pedagógico.

Esse programa é desenvolvido de forma permanente e sistemática, em ciclos semestrais, articulado com o NUFOR e com apoio da PROGRAD. A participação docente é monitorada por meio de relatórios, instrumentos de autoavaliação e feedbacks, que alimentam o planejamento das formações seguintes.

Assim, o curso de Geografia contribui ativamente para a consolidação de uma cultura de desenvolvimento docente, essencial para o fortalecimento do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Quadro 3.1 Corpo docente do curso de Bacharelado em Geografia

Nome	Titulação	Área de atuação	Tempo	Lattes
Aline Weber Sulzbacher	Licenciada em Geografia (UFSM) Mestre Extensão Rural (UFSM), Esp. Agric. Familiar Camponesa e Educ. Campo (UFSM), Doutora em Geografia (UNESP – PP)	Geografia Agrária; Geografia Política; Educação e Geografia	11	http://lattes.cnpq.br/5594210004604442
Anne Priscila Gonzaga	Graduada em Ciências Biológicas (UNIMONTES) Mestre em Ciências Florestais (UFLA) Doutora em Ciências Florestais (UnB)	Fitogeográficos; Relações climáticas e vegetação; Ecologia da Paisagem	13	http://lattes.cnpq.br/3457070198865502
Cláudio Marinho	Graduado em Geografia (UFMG), Mestre em Conhecimento e Inclusão Social (UFMG), Doutorando em Ensino e História de Ciências da Terra (UNICAMP)	Ensino de Geografia; Educação e Meio Ambiente; Ambientes Virtuais de Aprendizagem	15	http://lattes.cnpq.br/9345386470359859
Danielle Piuzana Mucida	Bacharel em Geologia (UFMG) Mestre e Doutora em Geologia (UnB) Pós-Doutora em Geografia e Análise Ambiental (UFMG)	Análise de Paisagem; Educação em Geociências; Geografia Física	17	http://lattes.cnpq.br/1730953268502384
Douglas Sathler dos Reis	Bacharel em Geografia (UFMG) Doutor em Demografia (Cedeplar/UFMG) Pós-doutor (Columbia University e UFMG)	Demografia; Planejamento urbano e regional; Geografia Urbana; Análise Espacial e Mudanças Ambientais	15	http://lattes.cnpq.br/1052035923470692
Geovane da Conceição Máximo	Graduado em Matemática (UFOP)/ Especialista em Estatística (UFMG) Doutor em Demografia (Cedeplar/UFMG)	Demografia/Geografia da Saúde e da Educação; Métodos Quantitativos	13	http://lattes.cnpq.br/2351399624285760
Glauco José de Matos Umbelino	Bacharel em Geografia Mestre e Doutor em Demografia (Cedeplar/UFMG)	Geoprocessamento; Demografia; Planejamento Urbano	13	http://lattes.cnpq.br/9883831272642807

Hernando Baggio Filho	Bacharel em Geografia (UFMG) Mestre em Geografia (UFMG) Doutor em Geologia (UFMG) Pós-doutor (UFOP)	Geoquímica ambiental; Geomorfologia ambiental; Recursos Hídricos	14	http://lattes.cnpq.br/6323791102858582
Humberto Catuzzo	Bacharel em Geografia (Unesp/Rio Claro) Mestre em Engenharia Urbana – (UFSCar) Doutor em Geografia (USP)	Meio Ambiente e sustentabilidade; Planejamento urbano- ambiental; Climatologia- Clima Urbano	11	http://lattes.cnpq.br/3222443647515970
Letícia Carolina Teixeira Pádua	Licenciada e Bacharel em Geografia (PUC/MG) Mestre em Tratamento da Informação Espacial: Geografia (PUC/MG) Doutora em Ciências: Geografia Física (USP/SP)	Geografia Humanista; Fenomenologia e Geografia; Geografia e Arte	12	http://lattes.cnpq.br/9910225264199647
Lúcio do Carmo Moura	Graduado em Geografia (PUC-MG) Mestrado em Geografia (UFMG) Doutor em Ciência do Solo (UFLA)	Cartografia; Geoprocessamento; Análise Ambiental	14	http://lattes.cnpq.br/1776538100686006
Marcelino Santos de Moraes	Bacharel em Geografia Mestre em Geografia Física e Análise Ambiental, Doutor em Geografia (UFMG) Pós Doutor em Geografia Física (UFMG)	Geomorfologia; Unidades de Conservação; Conflitos sócio- ambientais	19	http://lattes.cnpq.br/3821688027953675
Marcelo Fagundes	Graduado em História (USP) Mestre e Doutor em Arqueologia (USP)	Arqueologia; Educação Patrimonial; Análise da Paisagem	15	http://lattes.cnpq.br/8995380304167773
Pacelli Henrique Martins Teodoro	Licenciado, Bacharel e Doutor em Geografia (UNESP) Pós-Doutor (UFMG)	Geografia; Geociências; Planejamento Urbano e Regional	12	http://lattes.cnpq.br/5396521803010731

4 INFRAESTRUTURA

4.1 Espaços de trabalho e recursos

Os professores do curso de Geografia da UFVJM contam com gabinetes individuais ou compartilham ambientes em laboratórios e núcleos de pesquisa para o exercício de suas atividades acadêmicas. Esses espaços são essenciais para o planejamento das aulas, a orientação de estudantes, a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividades extensionistas, garantindo condições adequadas de trabalho e atendimento à comunidade acadêmica. Alguns docentes mantêm suas atividades predominantemente em gabinetes próprios, localizados no prédio da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), onde realizam atendimentos, reuniões, estudos e outras ações vinculadas ao ensino. Outros atuam a partir de seus laboratórios de pesquisa, ensino e extensão, que funcionam também como ambientes de formação de estudantes de graduação e pós-graduação, integração com bolsistas e organização de projetos institucionais.

Os professores que coordenam laboratórios contam com infraestrutura equipada com computadores, materiais didáticos, bibliografia especializada, instrumentos técnicos e acesso à internet, o que favorece a realização de atividades práticas, produção científica e ações de ensino-aprendizagem mais dinâmicas. Além disso, muitos desses espaços estão abertos à participação de discentes em projetos de iniciação científica, extensão universitária e monitoria. A utilização desses ambientes de forma articulada entre docentes e estudantes reforça o compromisso do curso com a formação crítica, prática e integrada, respeitando as necessidades pedagógicas e os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A coordenação do curso de Geografia da UFVJM atua em gabinetes do coordenador e a partir do Laboratório de Geografia, no prédio da FIH. Esse espaço é utilizado para o planejamento e acompanhamento das atividades acadêmico-administrativas do curso, atendimento a estudantes, reuniões com docentes e apoio à organização de projetos institucionais. A opção por instalar a coordenação em um ambiente integrado ao Laboratório de Geografia fortalece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando maior proximidade com os discentes e demais professores, além de facilitar o acesso à infraestrutura necessária ao trabalho cotidiano da coordenação. O espaço é equipado com mobiliário adequado, computador com acesso à internet, recursos de impressão, materiais de escritório e acesso a plataformas institucionais, garantindo condições apropriadas para o exercício das funções de gestão pedagógica e acadêmica.

O LABGEO funciona ainda como uma sala coletiva de professores, cujas características devem possibilitar a realização de reuniões e outras atividades de integração; O Laboratório de Geografia (LABGEO) funciona como um espaço multifuncional de apoio ao curso, integrando atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Além disso, o LABGEO abriga ações de formação discente, sendo um espaço de convivência entre professores, estudantes bolsistas e voluntários vinculados a projetos diversos. Essa convivência estimula a integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com a proposta pedagógica do curso. sala coletiva de professores, localizada no prédio da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), que funciona como espaço de apoio às atividades docentes. A sala é equipada com mesas de trabalho, cadeiras, computadores, armários e conexão à internet, permitindo a preparação de aulas, a realização de estudos e a permanência dos professores entre os turnos de aula.

Quanto aos espaços para aulas, a UFVJM – Campus JK apresenta três pavilhões de aulas e um pavilhão de auditórios que atendem a demanda de espaços para aulas, com aparelhos multimídia à disposição no setor responsável em cada prédio. O espaço GAIA, no centro de Diamantina funciona como espaço para as atividades extensionistas do curso e para algumas aulas. Há, também, a estrutura de salas do Campus I. Portanto, há atendimento da demanda no que tange a espaços para realização das aulas.

4.2 Recursos de TICs que são utilizadas para o trabalho dos docentes, do coordenador e do pessoal técnico administrativo

Além dos gabinetes para professores e do LABGEO no prédio da FIH, no centro de Humanidades há um anfiteatro no piso térreo e um auditório no piso superior, nos quais ocorrem várias atividades que o Curso de Geografia participa ou coordena. Os principais laboratórios vinculados diretamente aos docentes do Curso de Geografia são:

- LABGEO - Laboratório de Geografia, com 120 m2 no prédio da FIH, aberto diariamente para reuniões do curso, uso dos discentes e para aulas no noturno; o uso do espaço e gerenciado pelo técnico da Geografia;
- Cartografia Didática – YBYLAB - Laboratório de 45 m2, coordenado pelo prof. Marcelino Santos de Moraes. Criado em 2022 com o intuito de sistematizar o acervo cartográfico e proporcionar espaço para elaboração de práticas de ensino.
- 01 Laboratório (110 m2) de Informática, no Centro de Humanidades, com espaço destinado ao Centro Acadêmico da Geografia, sob responsabilidade do prof. Glauco Umbelino; criado em 2022;

- Laboratório GAIA – Funciona na Casa da rua Macau do Meio, n. 200, centro de Diamantina. É coordenado pelos professores Danielle Piuzana Mucida e Marcelino Santos de Moraes. Neste espaço, voltado à extensão com interface em ensino, os discentes do curso de graduação em Geografia elaboram conteúdos didáticos destinados a exposições itinerantes nos ambientes escolares e na própria Universidade assim como recebem excursões de escolas de Diamantina e cidades adjacentes. O projeto conta com mais de 16.000 visitantes ao espaço ao longo dos últimos 13 anos; já teve mais de 300 bolsistas voluntários e inúmeros livros voltados à popularização das Geociências.
- Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem (LAEP) - Funciona no Centro de Estudos em Geociências (CEGEO/ICT), campus JK. É coordenado pelo professor Marcelo Fagundes. O LAEP emite endossos institucionais, autorizados pelo IPHAN/MinC, para projetos voltados às pesquisas acadêmicas, licenciamento ambiental e doações de vestígios de forma voluntária (Resolução CONSU 18, de 1 de agosto de 2024). Possui uma reserva técnica completa, de acordo com Portaria IPHAN 196/1996, para estudos ligados à Arqueologia Indígena, afrodiáspórica, histórica e contemporânea. Sua Educação Patrimonial, que já ocorre, está sendo adaptada para que seja realmente inclusiva, inclusive atendendo pessoas com deficiência (de todos os tipos), para tanto novas obras estão sendo realizadas. Em seu site (<http://www.laep.ict.ufvjm.edu.br>) há exposições online, acesso a banco de dados sobre a Arqueologia, e dados de produção acadêmica. Exposições itinerantes são elaboradas; O projeto já teve mais de dezenas de bolsistas; inúmeros livros voltados à Arqueologia e Educação Patrimonial.
- Laboratório de População e Ambiente (LPA) - Funciona no Centro de Estudos em Geociências (CEGEO), campus JK. É coordenado pelo professor Glauco José Umbelino. O LPA.
- Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LAUR)- Funciona no Centro de Estudos em Geociências (CEGEO), campus JK. É coordenado pelo professor Douglas Sathler dos Reis. O LAUR.
- Laboratório de Geoquímica Geral e Ambiental (LGA)- Funciona no Centro de Estudos em Geociências (CEGEO), campus JK. É coordenado pelo professor Hernando Baggio Filho. O LGA.
- O Laboratório de Produção de Conteúdos Educacionais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - L@proce - Funciona no EaD/PIBID/LIFE/PROCAMPO, campus JK.

É coordenado pelo professor Cláudio Marinho. O L@proce (<https://laproce.com.br>) tem como objetivo propiciar, à comunidade interna e externa, condições de implementar e fortalecer a pesquisa, a extensão e o ensino a partir da produção de conteúdos educacionais para todos os níveis de ensino. A sua natureza é multidisciplinar e prioriza atividades voltadas para o desenvolvimento regional por meio de processos educativos tais como: Transmissão de vídeos, Vídeos Educacionais, E-books, Sites, Mídias Sociais, Cursos, Introdução a EAD, Criação Lives e vídeos aulas (OBS, Meet e kdenlive), Criação de Sites (WordPress).

- Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro - Funciona no pavilhão de aulas 1, sala 209, campus JK. É coordenado pela professora Aline Weber Sulzbacher. Grupo interdisciplinar de pesquisa, ensino e extensão vinculado à UFVJM, para produção de conhecimentos e saberes junto com organizações sociais.
- Phytogeography Vegetation and Ecology (PHYVE) - O PHYVE funciona no MULTIFLOR, campus JK. É coordenado pela professora Anne Priscila Dias Gonzaga. Tem como objetivo conhecer, descrever e divulgar a biodiversidade vegetal de ecossistemas terrestres, em especial os presentes na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Nossos estudos se baseiam na realização de levantamentos da flora para a promoção de comparações fitogeográficas em todos os tipos de ecossistemas, buscando compreender os padrões da distribuição dessa biodiversidade, assim como das funções de suas comunidades, e variações ambientais nas dimensões espaço-temporais.
- Laboratório de estudos da paisagem - LandLab. O LandLab funciona no MULTIFLOR, campus JK. É coordenado pela professora Danielle Piuzana Mucida. Realiza estudos por meio do SIG destinados à espacialização e análise do estado da conservação e degradação ambiental de regiões/territórios, uso e ocupação da terra, métricas da paisagem, como suporte a políticas públicas de ordenamento territorial.

4.3 Biblioteca

O Sistema de Bibliotecas da UFVJM (Sisbi) é subordinado à Reitoria e em Diamantina funciona no Campus JK. A biblioteca oferece espaços para estudo individualizados e espaços para estudos em grupos. Dispõe de coleções direcionadas às áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciência e Tecnologia. Sua página inicial (<http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/>) apresenta como notícias principais o convite para conhecer o

Portal de Recursos Educacionais EduCAPES (<https://educapes.capes.gov.br/>). Trata-se de um repositório que reúne objetos educacionais abertos para uso de alunos e professores da Educação Básica, Superior e Pós-Graduação. Estão disponíveis em seu acervo milhares de itens educacionais abertos, como textos em formato PDF, livros didáticos, artigos de pesquisa, teses, dissertações, videoaulas, áudios, imagens, planos de aula e quaisquer outros materiais de pesquisa e ensino que estejam licenciados de maneira aberta ou sob domínio público. Convida, ainda, a conhecer o Acesso remoto ao Portal de Periódicos da Capes que pode ser acessado remotamente por meio do sistema CAFE. O acesso é feito via conta institucional e senha, dando diretrizes quanto à criação de conta institucional.

O Pergamum é o software utilizado atualmente para gerenciamento dos serviços prestados pelas Bibliotecas da UFVJM e foi implantado em julho de 2018. Desde 2013 existem 11 unidades de atendimento com acervo da biblioteca nos pólos para atender aos cursos EaD. As bibliotecas da UFVJM têm contribuído de modo efetivo para a disseminação da informação e do conhecimento, prestando serviços ao público interno e externo. Apresenta interface de acesso a informações pelo portal institucional e pelo Sistema de gestão acadêmica: e-Campus.

Por meio de convênio da UFVJM com o IBICT, foram cedidos, em comodato, equipamentos de informática para implementar o Repositório Institucional – RI. Os serviços vinculados são: Empréstimo/Devolução; Renovação/Reserva de títulos online; Treinamento de usuários para uso da Biblioteca e de seu Software; Treinamento em pesquisa bibliográfica nas bases do Portal de Periódicos da CAPES; Solicitação de artigos científicos, dissertações e teses através do Sistema de COMUT do IBICT e BIREME; Orientação no uso de Normas (ABNT/NBR) para elaboração de trabalhos acadêmicos, monografias, dissertações, teses. O acervo é composto por livros, periódicos, CDs, DVDs, monografias de especialização, teses, dissertações, e fitas de vídeo distribuídas por áreas de conhecimento de acordo com as necessidades do usuário potencial de cada biblioteca.

5 ANEXOS

5.1 Ementário e bibliografia básica e complementar

1º PERÍODO	
COMPONENTE CURRICULAR: ANTROPOLOGIA	
CH	60h
Ementa: Os primórdios da Antropologia, como base teórico-metodológico. O conceito de cultura nas Ciências Sociais. Teoria antropológica. Antropologia e Geografia. Arqueologia e história indígena. Antropologia no mundo contemporâneo: diversidade, identidade, gênero e direitos humanos. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.	
Abordagem CTS – Capital Geográfico Eixos Estruturantes: Eixos Estruturantes: Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia e. Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos. A UC Comunicação Acadêmica e Produção Textual é componente estratégico para a formação do geógrafo uma vez que a aborda como prática social e estratégica para a formação do geógrafo, em consonância com a perspectiva CTS (Ciência–Tecnologia–Sociedade) e o conceito de Capital Geográfico. Integra fundamentos teóricos e exercícios de leitura, escrita e divulgação científica, assegurando precisão conceitual, ética da informação e clareza comunicativa. Valoriza categorias centrais da Geografia (espaço, território, paisagem, escala e lugar) e a responsabilidade social da produção textual, orientando o estudante a transformar vivências territoriais e dados locais em narrativas analíticas, relatórios, pareceres e peças multimodais, capazes de sustentar pesquisa, ensino, extensão e participação qualificada no debate público. Contempla atividades supervisionadas de TDE, integradas aos objetivos do componente curricular.	
Bibliografia básica: SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CUCHE, D. A noção de cultura em ciências sociais. Bauru: Edusc, 1999. DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. ERIKSEN, T. H. História Da Antropologia. Petrópolis: Vozes: 2012. GEERTZ, C. Nova Luz Sobre A Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. GOMES, M. P. Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2011. LAPLANTINE, F. Antropologia: uma chave para a compreensão do homem. São Paulo: Brasiliense, 1991. LATOUR, B. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. LÉVI-STRAUSS, C. O Pensamento Selvagem. Campinas: Papirus, 2009. MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Edusp, 1974. GRECO, Wellington S. Espelho De Pedra: A Estrutura Emergente da Arte Rupestre nas Matas do Alto Araçuaí, Felício Dos Santos, MG. 2019. 215f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, 2019.	

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Bibliografia complementar:

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Org. CASTRO, Celso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

EVANS-PRITCHARD, E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FAGUNDES, Marcelo. Being Here! Serra Negra Landscape, Alto Araçuaí, Minas Gerais, Brasil. **London Journal of Research in Humanities and Social Science** 25(18), 2025

FAGUNDES, Marcelo; ARCURI, Marcia. Paisagem cíclica, lugares de retorno: um estudo resiliência cultural em Cerro Ventarrón, Lambayeque, Peru. **Revista de Arqueologia**, v. 36, n. 1, p. 225-244, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v36i1.1014>

FAUSTO, Carlos. **Ardís da Arte**: imagem, agência e ritual na Amazônia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A oleira ciumenta**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

MELLO, L. G. **Antropologia cultural**: iniciação, teorias e temas. Petrópolis: Vozes, 2005.

VIDAL, Lux. (Org.). **Grafismo indígena**: estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

SILVA, Fabíola A. **Etnografando a Arqueologia**: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/978560984701>

SOARES, Dé Leonel. **Trabajando con huacos: curanderismo, huaqueo e cerâmica arqueológica na Costa Norte peruana**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: CARTOGRAFIA E INTRODUÇÃO ÀS GEOTECNOLOGIAS

CH	60h

Ementa:

Cartografia como linguagem e tecnologia para interpretar e intervir no espaço. Aborda fundamentos técnicos (escalas, projeções, coordenadas) e suas implicações sociais. Introduz leitura crítica de mapas, cartografia temática/participativa e noções de geotecnologias (SIG, VANTs, GPS). Inclui atividades práticas e de campo para coleta, análise e representação de dados, articulando teoria e prática na formação do geógrafo. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

Cartografia e Geotecnologias é núcleo estruturante da formação do geógrafo ao integrar linguagem, técnica e intervenção territorial sob a perspectiva CTS. O domínio de escalas, projeções e coordenadas envolve implicações sociais e políticas da representação espacial, efeitos de distorção, mediações tecnológicas e ética de dados.

Com leitura crítica de mapas e prática de cartografia temática e participativa articulada a SIG, sensoriamento remoto e GPS, promove letramento geoespacial para interpretar fenômenos e apoiar planejamento, monitoramento ambiental, avaliação de riscos e gestão de recursos, consolidando o pensamento espacial.

No eixo Linguagens e Representações, as práticas de campo percorrem o fluxo completo do dado ao produto com precisão, transparência e reprodutibilidade. No eixo Relação Sociedade–Natureza e Desafios Socioambientais, enfrenta conflitos, ordenamento e justiça espacial, aproximando ciência e decisão pública. À luz do Capital Geográfico, mobiliza repertórios locais dos estudantes para gerar mapas com devolutiva social, unindo rigor técnico e reflexão crítica em intervenções éticas no território.

Bibliografia básica:

CARVALHO, Gladys Goulart; CASTRO, Coeli Regina Jardim de. **Mapas: por que, para que e para quem?** 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2019.

CASTRO, Coeli Regina Jardim de. **Cartografia: princípios e conceitos.** 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MARTINELLI, Marcelo. **Cartografia: conceitos e tecnologias.** 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2021.

OLIVEIRA, Geraldo Augusto de; PASSINI, Elias. **Cartografia básica.** 7. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções básicas de cartografia.** Rio de Janeiro: DGC; DECAR, 1998.

DUARTE, Paulo A. **Fundamentos de Cartografia.** 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 208 p.

JOLY, Fernand. **A Cartografia.** Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas: Papyrus, 1990. 136 p.

LEME, Alexandre Magnum. **Utilização de cartografia e geotecnologias para o ensino de geografia: experiências do projeto GEOENCART.** 1. ed. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/887abc8a-0e81-4bdd-a6c4-adf9b7be866f/download>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MARTINELLI, M. **Gráficos e mapas: construa-os, você mesmo.** São Paulo: Moderna, 1998. 120 p.

MEIRELES, Tatiane Assis Vilela; SILVA, Claudionor Ribeiro da; SANTIL, Fernando Luiz de Paula. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento.** 1. ed. Uberlândia: PGE Editora, 2018.

Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22463>. Acesso em: 10 mar. 2025.

NOGUEIRA, R. E. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais.** 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

OLIVEIRA, C. **Curso de Cartografia Moderna.** Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152 p.

RAISZ, E. **Cartografia Geral.** Tradução: Neide M. Scheneider e Pericles A.M. Neves. Rio de Janeiro: Científica, 1969. 414 p.

REOLON, Cleverson Alexsander. **Geotecnologias à cartografia temática.** 1. ed. São Paulo: Editora ClickGeo, 2020. Disponível em: <https://clickgeo.com.br/geotecnologias-a-cartografia-tematica/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, Charlei Aparecido da; LEITE, Emerson Figueiredo (org.). **Cartografia & geotecnologias: conceitos e aplicações**. 1. ed. São Paulo: Editora Independente, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380664051_Cartografia_geotecnologias_conceitos_e_aPLICACOES. Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, Fabrício Sousa da; SANTOS, Rafael Lima dos; SILVA, Rosângela Leal da (org.). **Cartografia e sensoriamento remoto: fundamentos e uso – Volume 1**. 1. ed. São Paulo: Editora Poisson, 2019. Disponível em: https://www.poisson.com.br/livros/cartografia/sensoriamento_remoto/fundamentos_e_uso_voll.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: COMUNICAÇÃO ACADÊMICA E PRODUÇÃO TEXTUAL

CH	60h

Ementa:

Atividades teóricas e práticas relacionadas à divulgação e comunicação acadêmica e à produção textual. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes: Eixos Estruturantes: Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia e. Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos.

A UC Comunicação Acadêmica e Produção Textual é componente estratégico para a formação do geógrafo uma vez que a aborda como prática social e estratégica para a formação do geógrafo, em consonância com a perspectiva CTS (Ciência–Tecnologia–Sociedade) e o conceito de Capital Geográfico. Integra fundamentos teóricos e exercícios de leitura, escrita e divulgação científica, assegurando precisão conceitual, ética da informação e clareza comunicativa. Valoriza categorias centrais da Geografia (espaço, território, paisagem, escala e lugar) e a responsabilidade social da produção textual, orientando o estudante a transformar vivências territoriais e dados locais em narrativas analíticas, relatórios, pareceres e peças multimodais, capazes de sustentar pesquisa, ensino, extensão e participação qualificada no debate público.

Bibliografia básica:

ABREU-TARDELLI, Lília Santos; MACHADO, Anna Rachel (coord.). **Planejar gêneros acadêmicos**: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. São Paulo, SP: Parábola, 2005. 116 p.

DUTRA, Deise Prina; MELLO, Heliana (org.). **Educação continuada**: diálogos entre ensino, pesquisa e extensão. Campinas, SP: Pontes, 2013. 297 p.

LISE, Fernanda (org.). **Etapas da construção científica**: da curiosidade acadêmica à publicação dos resultados. Pelotas: UFPel, 2018. 1 recurso eletrônico ISBN 9788551700211.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Resolução CNE/CES no 7, de 18 de dezembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014.

CALGARO NETO, Silvio. **Extensão e universidade**: a construção de transições paradigmáticas por meio das realidades sociais. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016. 184 p. ISBN 9788547301538.

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **Construindo o saber** – metodologia científica: fundamentos e técnicas. 21. ed. Campinas: Papirus, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

LASMAR, Idárci Esteves; MAGALHÃES, Márcia Andréa Nogueira. **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Minas Gerais: uma proposta de participação cidadã**. Belo Horizonte: SEMAD, Diretoria de Educação e Extensão Ambiental, 2007. 68 p.

LAZIER, Josué Adam; VALENTIN, Ismael Forte (org). **A extensão como potencial para uma educação cidadã**. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2017. 1 recurso eletrônico (171 p. ISBN 9788585541897. Disponível em: <http://editora.metodista.br/publicacoes/a-extensao-como-potencial-para-uma-educacao-cidada>

LUCIO, P. B.; SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA

CH	60h

Ementa:

Conceito e subdivisão da Geologia. Sistemas dinâmicos e estrutura da Terra. Noções de tectônica de placas. Tempo geológico. Princípios de mineralogia. Rochas ígneas, sedimentares e metamórficas. Noções de Geodiversidade. Trabalho de Campo voltado a geologia básica - minerais, rochas, mapas geológicos. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Vinculada aos Eixos Estruturantes: (i) Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais e (ii) Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos, a UC Fundamentos de Geologia é estratégica para compreender a relação sociedade-natureza e enfrentar desafios socioambientais. Aborda conceitos básicos da Geologia, dinâmica da Terra, tectônica de placas, tempo geológico, mineralogia e tipos de rochas, são trabalhados em articulação com o conceito de geodiversidade, entendida como patrimônio natural que sustenta ecossistemas e práticas sociais. Na perspectiva CTS (Ciência Tecnologia e Sociedade) apresenta-se os bancos de dados disponíveis sobre a geologia em escala regional, e do Capital Geográfico, a UC mobiliza experiências e dados locais para transformar problemas como deslizamentos, mineração e escassez hídrica em análises e soluções com retorno social. Forma geógrafos críticos, capazes de comunicar evidências com rigor e atuar eticamente no território.

Bibliografia básica:

GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. **Para Entender a Terra**. 6. ed. Ed. Bookman. 2013. 768 p.

CONEJO, C.; BARTORELLI, A. **Minerais e pedras preciosas do Brasil**. São Paulo: Solaris, 2010.

TEIXEIRA, W.; TAIOLI, F.; TOLEDO, M.C.M.; FARCHILD, T.R. (Org.). **Decifrando a Terra**. Oficina de Textos: São Paulo. 2009. 568 p

Bibliografia complementar:

BITAR, O. Y. **Meio ambiente e geologia**. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac: 2010.

EMMANUEL L.; RAFÉLIS M.; PASCO, A. **82 Resumos Geológicos**. 1a ed. São Paulo: Oficina de textos, 2014.

GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MACHADO, M. F. **Geodiversidade do estado de Minas Gerais**. MACHADO, M. F.; SILVA S.F (Org). 1ª ed. Belo Horizonte: CPRM, 2010.131 p. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/14704>

MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA. SERVIÇO GEOLOGICO DO BRASIL. **Gestão Territorial: levantamento da Geodiversidade**. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/levantamento-da-geodiversidade>.

NASCIMENTO, M.A.L.; MANSUR, K. L.; MOREIRA, J.C. Bases conceituais para entender geodiversidade, patrimônio geológico, geoconservação e geoturismo. **Revista Equador**, v. 4, n. 3, p. 48-68, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jasmine-Moreira/publication/280925520_BASES_CONCEITUAIS_PARA_ENTENDER_GEODIVERSIDADE_E_PATRIMONIO_GEOLOGICO_GEOCONSERVACAO_E_GEOTURISMO/links/55cba47908aecca747d6c1fb7/BASES-CONCEITUAIS-PARA-ENTENDER-GEODIVERSIDADE-PATRIM

POPP, J. H. **Geologia geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WINCANDER, R.; MONROE, J. S. **Fundamentos de Geologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: SEMINÁRIOS DE INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA

CH	15hs

Ementa:

Apresentação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), sua estrutura organizacional, funções institucionais e espaços físicos. Inserção do estudante no contexto universitário, por meio da apresentação ao curso de Geografia, contemplando sua organização curricular, corpo docente, projetos e grupos de pesquisa, ensino e extensão. Apresentação do Programa de Assistência Estudantil (PAE). Orientações sobre o uso das plataformas virtuais, portais do aluno e demais Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) aplicadas ao ensino e aprendizagem. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular

Bibliografia básica:

MOREIRA, R. **O que é geografia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RIBEIRO, D. **Universidade para quê?** Brasília, DF: Ed. UnB, 1986.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

UFVJM. **Geografia**. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/cursos/geografia.html>

UFVJM. **Calouro, vem cá**. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/estudantes/calouro-vem-ca/2025>

Bibliografia complementar:

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LUCKESI, C. et. al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

TAVARES, F. et al. **Manual do Calouro UFVJM**. 2ªed. Diamantina: UFVJM, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360458063_Manual_do_Calouro_UFVJM_-_2ed

UFVJM. Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis. **Bolsas e Auxílios.**

<https://portal.ufvjm.edu.br/proace/estudante/bolsas-e-auxilios>

UFVJM. Pró-Reitoria de Graduação. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Geografia –** Diamantina: UFVJM, 2025.

UFVJM. CONSEPE. **Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.** Diamantina: UFVJM, 2025

UFVJM. Reitoria. **Projeto de desenvolvimento institucional 2024-2028.** Diamantina, 2024.

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: EXTENSÃO I

CH 60 hs (60 horas de extensão)

Ementa:

A atuação do Bacharel em Geografia e sua articulação com a sociedade. Caracterização das atividades de extensão em Geografia. Participação na elaboração e/ou desenvolvimento de atividades que envolvam a divulgação e/ou popularização de estudos/temáticas produzidos na universidade e mais especificamente no curso de Geografia. Ações de extensão devidamente registradas na PROEXC. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes: Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico; Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais; Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia; Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos e Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos.

A UC Extensão I constitui a porta de entrada para a integração sistemática entre universidade e sociedade, articulando a formação do bacharel em Geografia ao enfrentamento de problemas públicos em contextos locais. Ancorada na perspectiva CTS (Ciência–Tecnologia–Sociedade), toma a extensão como prática de coprodução de conhecimento, em que diagnósticos, metodologias e tecnologias são negociados com sujeitos e instituições do território, promovendo circulação de saberes, transparência nos processos e devolutivas socialmente úteis. Quanto à abordagem do Capital Geográfico (adaptação do PSCTA), mobiliza repertórios, experiências e redes do estudante, potencializando pertencimento, agência e autoria na transformação de vivências do lugar em ações formativas de alto impacto: ao identificar atores, recursos e memórias territoriais, o discente amplia seu capital cultural e técnico, aprende a mediar interesses e a produzir intervenções ancoradas em evidências e sensíveis às desigualdades socioespaciais. Nesta etapa, em processo de reconhecimento da realidade universitária, a participação em eventos abertos como o #vempraufvjm, em espaços extensionistas como o Projeto GAIA, LAEP e outros projetos dos docentes do curso ou da universidade, é consolidador para o entendimento da importância da extensão no âmbito de sua formação. Neste contexto, a UC Extensão I legitima a extensão como prática acadêmica de excelência, que integra conhecimento científico, tecnologias apropriadas e compromisso social, qualificando o estudante para atuar criticamente no território e fortalecer a ciência Geográfica.

Bibliografia básica:

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

CALLAI, H. C. A formação do professor de Geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032>

FAGUNDES, M. Arqueologia e educação-programa" Arqueologia e comunidades" para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 1, p. 199-216, 2013. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2013000100013&lng=en&nrm=iso

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf Acesso em: 15 set 2025.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2006. 93 p. (O mundo hoje; 24).

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017. Disponível em: https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf

LIMA, M.C.O.; MORAIS, M. S.; MUCIDA, D. P. Roteiro Pedagógico Patrimonial do centro colonial de Diamantina, Minas Gerais: Personagens Ilustres. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e4559108711, 2020. [10.33448/rsd-v9i10.8711](https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8711)

RIBEIRO, E. M. **Estradas da vida**: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2013.

SANTOS, J. D. et al. Projeto GAIA: 10 anos de divulgação científica em espaço não formal. **Terrae Didactica**, v. 17, p. e021040-e021040, 2021. [10.20396/td.v17i00.8667218](https://doi.org/10.20396/td.v17i00.8667218).

SOUZA, L. L., STOCOCO, A. F., SULZBACHER, A.W. A criação do "Vale do Jequitinhonha": análise da formação histórica e seu processo de regionalização. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 14, n. 1, p. 113–132, 2024. <https://doi.org/10.54446/bcg.v14i1.3111>

UFVJM. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução CONSEPE nº 2**, de 18 de janeiro de 2021, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFMJM. Diamantina, 2021.

Bibliografia complementar:

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 1999. 80p.

CALLAI, H.C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de geografia do Norte Grande**, Santiago, n.70, p.9-30, 2018. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022018000200009>

CARNEIRO, R.N. et al. A disciplina extensão e práticas acadêmicas em geografia e o protagonismo de fala dos graduandos. **EXTENDERE**, v. 10, n. 1, 2024. <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/EXT/article/view/6551>

DEUS, S. **Extensão universitária: trajetórias e desafios / Sandra de. Deus**. – Santa Maria, RS: Ed.PRE-UFSM, 2020. 96 p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf

FORPROEX. **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira. Belo Horizonte: FORPROEX/ CPAE; PROEX/UFMG, 2013 (Coleção Extensão Universitária; v.8). Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-livro_8.pdf

NASCIMENTO, E. C. do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. **Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades**, n. 4, mai./out., 2009, p. 01-15. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/jequiti.pdf>

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, J. C. F. **Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha**: a difícil construção de nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S.; SANTOS, Sônia R. M. **Extensão universitária**: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba, CRV: 2022.

VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: ARQUEOLOGIA E GEOGRAFIA

CH

60h

Ementa:

O desenvolvimento científico da Arqueologia a partir do XIX. O desenvolvimento de técnica e métodos. Escolas e paradigmas arqueológicos. Desenvolvimento da Arqueologia no Brasil. Povoamento da América. A ocupação do território brasileiro. Os grupos de caçadores coletores. Horticultores ceramistas. Arte rupestre. Arqueologia do litoral brasileiro. Arqueologia Amazônica. Ocupações Holocênicas da Serra do Espinhaço. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Pela perspectiva da abordagem Ciência–Tecnologia–Sociedade (CTS), o estudo da Arqueologia não se restringe à acumulação de dados sobre o passado, mas se conecta à reflexão crítica sobre como o conhecimento arqueológico é produzido, legitimado e aplicado socialmente. Assim, o exame das escolas e paradigmas arqueológicos evidencia tanto rupturas metodológicas quanto os contextos históricos e sociais que lhes deram origem.

Do mesmo modo, os conteúdos que tratam do povoamento da América, da ocupação do território brasileiro, dos grupos de caçadores-coletores, horticultores ceramistas, da arte rupestre, da Arqueologia do litoral e da Amazônia, bem como das ocupações holocênicas da Serra do Espinhaço, revelam uma dimensão prática do Capital Geográfico. Esse conceito, aplicado à Arqueologia, possibilita reconhecer o espaço como recurso e patrimônio cultural, cujos registros materiais – sítios, vestígios e paisagens culturais – constituem um capital simbólico e científico que fundamenta identidades, memórias e formas de pertencimento.

Bibliografia básica:

PROUS, André. **Arqueologia do Brasil**. Brasília: UNB, 1992.

BICHO, N. P. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

GASPAR, N. **Arte rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro. Zahar, 2006.

FERNANDEZ MARTINEZ, V. **Teoria y método de la arqueología**. Madrid: Síntesis, 2009.

Bibliografia complementar:

- BAHN, Paul; RENFREW, C. **Arqueología. Teorías, Métodos Y Prácticas**. Barcelona, Akal, 2009.
- BINFORD, Lewis. **Em busca do passado**. Lisboa: Europa-América, 1992.
- FAGUNDES, M.; TAMEIRÃO, J. R. Conjuntos líticos do Sítio Arqueológico Mendes II, Diamantina, MG: um estudo de cadeia operatória dos artefatos unifaciais em quartzito da face meridional da Serra do Espinhaço. **Tarairiú** – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, 01 (06), pp. 164-187, 2010.
- FAGUNDES, M. et. al. Implicações Geológicas e Ecológicas para Assentamentos Humanos Pretéritos – Estudo de Caso no Complexo Arqueológico Campo das Flores, Área Arqueológica de Serra Negra, Vale do Araçuaí, Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, 1(1), pp. 41-58, 2012.
- FERREIRA, E. **Conjuntos estilísticos da Serra dos Índios: Estudo da arte Rupestre do Alto Jequitinhonha, Planalto de Minas, MG**. Trabalho de Conclusão de Curso. Diamantina, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Bacharelado em Humanidades, 2011.
- GAMBLE, C. **Arqueología Básica**. Madrid: Akal, 2004.
- ISNARDIS, A. **Entre as pedras: as Ocupações Pré-históricas recentes e os Grafismos Rupestres da Região de Diamantina, Minas Gerais**. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.
- LEITE, V. A. **Flores e Pinturas na Paisagem: Análise Espacial e Intra-Sítio em Campo das Flores**. Universidade de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2016.
- LINKE, Vanessa. Paisagem dos sítios de arte rupestre da região de Diamantina. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- PERILLO FILHO, A. **Análise lítica e dispersão espacial dos materiais arqueológicos do sítio Itanguá 02, Vale do Jequitinhonha, MG**. Pelotas-RS. Dissertação de Mestrado, PPG em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, 2016.
- TAMEIRÃO, J. R. **Além das Pedras: uma abordagem tecnológica do conjunto artefactual do sítio arqueológico Mendes II, Diamantina, MG**. Trabalho de Conclusão de Curso. Diamantina, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Bacharelado em Humanidades, 2013.

2º PERÍODO**COMPONENTE CURRICULAR: ESTATÍSTICA APLICADA****CH**

60h

Ementa:

Introdução à Estatística e sua importância nas Geociências. Coleta de dados quantitativos. Estatística descritiva. Noções de Probabilidade. Variáveis aleatórias. Distribuições de probabilidade discretas e contínuas. Estimação de parâmetros e determinação de tamanhos amostrais. Testes de hipótese e intervalos de confiança. A linguagem R para análise estatística de dados. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Estatística Aplicada consolida-se como pilar metodológico indispensável à formação geográfica, articulando, na perspectiva CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade), a produção, o tratamento e a interpretação crítica de dados às decisões públicas e mediações tecnológicas que fundamentam o conhecimento geocientífico. A disciplina percorre conteúdos essenciais – estatística descritiva, probabilidade, distribuições, estimação de parâmetros e testes de hipóteses – consolidando rigor conceitual e precisão terminológica no âmbito dos, permitindo relacionar categorias como espaço, escala e incerteza a fenômenos territoriais concretos. No âmbito do Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico, a ênfase em coleta qualificada de dados, planejamento amostral e análise inferencial sustenta a formulação de problemas, construção de hipóteses e validação de padrões em séries temporais e superfícies ambientais, com transparência metodológica e comunicação responsável de incertezas.

A incorporação da linguagem **R** como ambiente de análise promove autonomia técnica, reprodutibilidade e documentação de procedimentos, integrando-se a fluxos geoespaciais e ampliando a capacidade de transformar dados brutos em resultados interpretáveis. Em diálogo com a Relação Sociedade-Natureza, aplica ferramentas estatísticas à leitura de riscos, vulnerabilidades e avaliação de impactos, considerando ética do dado, vieses e desigualdades de acesso à informação.

Na chave do Capital Geográfico, mobiliza repertórios e redes discentes para transformar experiências territoriais em investigações quantitativas situadas, resultando em produtos socialmente úteis como diagnósticos, painéis de indicadores e notas técnicas que qualificam o debate público.

Bibliografia básica:

ARAUJO, L. M. M.; FERRAZ, M. S. A.; LOYO, T.; et al. **Fundamentos de matemática**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595027701. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522115952/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6.ed. Florianópolis: UFSC, 2006.

BISPO, C. A. F.; CASTANHEIRA, L. B.; FILHO, O. M. S. **Introdução à Lógica Matemática**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2017. E-book. ISBN 9788522115952. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027701/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CUNHA, M. O.; MACHADO, N. J. **Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

IEZZI, G, *et. al.* **Matemática: ciência e aplicações**. Coleção, Vol. 1. São Paulo: Atual Editora, 2010.

LACERDA, P. S. P.; PEREIRA, M. A.; LENZ, M. L.; et al. **Programação em Big Data com R**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. ISBN 9786556901091. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901091/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MEDEIROS, V. Z.; CALDEIRA, A. M.; SILVA, L. M. O.; et al. **Pré-Cálculo**. 3. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. ISBN 9788522116515. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522116515/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

OLIVEIRA, Francisco Estevam Martins de. **Estatística e Probabilidade - Exercícios Resolvidos e Propostos**, 3ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2017. E-book. ISBN 9788521633846. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521633846/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ROGERSON, P. A. **Métodos estatísticos para Geografia: um guia para o estudante**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. E-book. ISBN 9788540701021. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788540701021/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Bibliografia complementar:

AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. (Métodos de pesquisa). 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. ISBN 9788563899651. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563899651/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ALCOFORADO, L. F. **Utilizando a Linguagem R**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. E-book. ISBN 9786555201277. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555201277/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BATISTA, B. D. O.; OLIVEIRA, D. A. B. J.. **R básico**. Ouro Branco, MG: [s.n.]. 2022. (Estudando o Ambiente R, v.1). ISBN 978-65-00-51599-2. Disponível em: <https://bendeivide.github.io/books/eambr01/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BROLEZZI, A. C. **Problemas e criatividade**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

GARBI, G. G. **A Rainha das Ciências: um passeio histórico pelo maravilhoso mundo da Matemática**. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

BUSSAB, W.O. E MORETTIN, B.O. **Estatística Básica**. 8ª Edição. São Paulo: Atual Editora, 2011.

SCHMULLE, J. **Análise Estatística com R Para Leigos**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2019. E-book. ISBN 9788550807850. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550807850/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SEIFE, C. **Os números (não) mentem: como a matemática pode ser usada para enganar você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 14. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2024. E-book. 395p. ISBN 9788521638780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521638780/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

TRIOLLA, M. H. **Introdução à Estatística**. São Paulo: LTC, 2012.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

CH	60h
Ementa: A população como objeto de estudo geográfico. Análises históricas da população. Teorias demográficas. Componentes básicos da dinâmica demográfica e sua evolução no Brasil e no mundo. Conceitos básicos e medidas em Demografia. A teoria da transição demográfica e epidemiológica. A população brasileira: indicadores socioeconômicos. Distribuição espacial da população. Migrações internas e internacionais. A relação entre população, espaço e ambiente. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular	
Abordagem CTS – Capital Geográfico Quanto aos eixos estruturantes, a disciplina contribui diretamente para Conceitos e Princípios Fundamentais mediante consistência teórico-conceitual na discussão de espaço, território e escala; Linguagens e Representações através do tratamento e visualização de dados com transparência e reprodutibilidade; Relação Sociedade-Natureza na interface entre dinâmica populacional, uso do solo e justiça ambiental; Cidadania Ativa na produção de diagnósticos e narrativas públicas para o enfrentamento de desigualdades. Integrando teoria, método e tecnologias de análise, a Geografia da População forma profissionais capazes de explicar padrões demográficos, comunicar evidências com rigor e intervir eticamente na formulação e avaliação de políticas territoriais, reforçando o compromisso social e técnico da geografia. Na perspectiva CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade), a disciplina aborda os componentes da dinâmica demográfica — como fecundidade, mortalidade e migração — e as transições demográfica e	

epidemiológica, exigindo domínio de conceitos, medidas e fontes diversificadas, incluindo censos, pesquisas amostrais e registros administrativos. Paralelamente, promove a reflexão sobre as mediações tecnológicas que orientam a produção, circulação e uso desses dados, destacando seu papel na construção do conhecimento.

A interpretação de indicadores socioeconômicos, padrões de distribuição espacial e fluxos migratórios — em conexão com condições ambientais e infraestrutura urbana e regional — capacita o estudante para análises baseadas em evidências, reconhecimento de incertezas e consideração de implicações éticas, elementos essenciais para qualificar a tomada de decisão pública.

Em diálogo com o Capital Geográfico, a disciplina mobiliza repertórios e redes dos discentes para transformar vivências e dados territoriais em problemas investigáveis com devolutiva social, gerando produtos como perfis demográficos locais, mapas de fluxos migratórios e notas técnicas para políticas públicas.

Bibliografia básica:

BAENINGER, R. (org.). **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas, SP: UNICAMP, 2010. 301p.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JUNIOR, E.; OJIMA, R. **População e ambiente**: desafios à sustentabilidade. São Paulo, SP: Blucher, 2010. (Sustentabilidade; 1).

GUIMARÃES, J. R. S. (Org.). **Demografia dos negócios**: campo de estudo, perspectivas e aplicações. Campinas: ABEP, 2006.

PINNELLI, A. (Org.). **Gênero nos estudos de população**. Campinas: ABEP, 2004.

SILVEIOL, A. C.; GOIS, G. R. **Geografia da população**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. 260 p. ISBN 9786556900780. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900780>. Acesso em: 12 mar. 2025.

Bibliografia complementar:

ALVES, J. E. D.; GALIZA, F. **Demografia e economia nos 200 anos da independência do Brasil e cenários para o século XXI**. Rio de Janeiro: ENS, 2022. Disponível em:

https://prdapi.ens.edu.br/media/downloads/Livro_Demografia_e_Economia_digital_2.pdf. Acesso em: 11 mar. 2025.

CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico brasileiro**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3288> Acesso em: 11 mar. 2025.

CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. São Paulo: ABEP, 1998. Disponível em:

<https://www.ernestoamaral.com/docs/indsoc122/biblio/Carvalho1998.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

FAUSTO, Boris. **Negócios e Ócios**. Histórias da Imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GRUPO DE FOZ. **Métodos demográficos**: uma visão desde os países de língua portuguesa. Grupo de Foz – São Paulo: Blucher, 2021. 1030p. <https://doi.org/10.5151/9786555500837>. Acesso em: 11 mar. 2025.

LEMOS, A.I.G. de; ROSS, J.L.S.; LUCHIARI, A. **América Latina**: Sociedade e meio Ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINE, G. (Org.). **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento**: Verdades e Contradições. Editora da Unicamp, 2ª edição, 1996.

MARTINS, R. **Do Cairo a Nairóbi**: 25 anos da agenda de população e desenvolvimento no Brasil. Revista Brasileira De Estudos De População, 36, e0094, 2019. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0094>.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo, Editora da USP, 1998.
 SILVA, D. M., ANAZAWA, T. M., KAMPEL, S. A., FEITOSA, F. F., RIGOTTI, J. I. R., & MONTEIRO, A. M. V. Em busca de novas representações demográficas: O campo de estudos das grades populacionais em tempos de máquinas que aprendem. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 41, e0268., 2024, <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0268>.
 SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Contexto, 1998.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA DO BRASIL: FORMAÇÃO TERRITORIAL

CH	75h

Ementa

A construção do território brasileiro ao longo dos processos econômicos, políticos e sociais, abrangendo da colônia aos dias atuais. Regionalização do espaço geográfico brasileiro. Infraestrutura como o grande salto para o processo industrial e o surgimento da metropolização. Crescimento das cidades e suas novas formas de organização. Trabalho de campo no contexto da cidade histórica ou da metrópole no que tange a materialização desses espaços. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

A disciplina Geografia do Brasil: Formação Territorial posiciona-se como eixo central para a compreensão da produção histórica do espaço nacional, articulando, na perspectiva CTS (Ciência–Tecnologia–Sociedade), a análise dos processos de ocupação e organização do território – da colônia à contemporaneidade – com os sistemas técnicos, políticas públicas e práticas sociais que conformaram regionalizações, redes urbanas, infraestruturas e processos de metropolização.

Ao examinar as dinâmicas econômicas, políticas e culturais estruturadoras do espaço brasileiro, a disciplina evidencia a coevolução entre tecnologia (transportes, energia, comunicações), decisões institucionais e transformações demográficas, explicando a gênese das desigualdades regionais, hierarquias urbanas e novas morfologias metropolitanas. Por meio do trabalho de campo em cidades históricas e metrópoles, articulado ao uso de fontes documentais, bases estatísticas e geotecnologias, os estudantes observam a materialidade dos processos territoriais e transformam evidências locais em interpretações espacialmente fundamentadas. Essa prática fortalece o pensamento espacial e o raciocínio geográfico, além de aprimorar o domínio de categorias como território, região, rede e escala.

Norteados pelo Capital Geográfico, a disciplina integra repertórios e vivências territoriais dos discentes aos saberes acadêmicos, fomentando a produção de análises e produtos com contrapartida social – como mapas interpretativos, notas técnicas e materiais para o debate público – que qualificam a participação cidadã no enfrentamento de desigualdades, na avaliação de políticas públicas e na discussão de desafios contemporâneos, a exemplo de reestruturações produtivas, investimentos em infraestrutura e lutas por justiça territorial.

Nessa realidade, a disciplina consolida a capacidade de analisar a formação territorial brasileira em sua complexidade histórica e multidimensional, preparando geógrafos para intervir de maneira crítica, ética e tecnicamente fundamentada nos debates e ações que moldam o presente e o futuro do território nacional.

Bibliografia básica:

ALBUQUERQUE, E. S. de et. al. (Org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2006.
 DEMANGEOT, J. **O continente brasileiro**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Bibliografia complementar:

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 6 ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: GEOMORFOLOGIA GERAL

CH	75h

Ementa:

Estudo do relevo terrestre a partir de suas teorias, processos formadores e formas resultantes. Analisa as interações entre litologia, clima e dinâmica morfogenética, incluindo a ação antrópica. Aborda a aplicação dos conhecimentos geomorfológicos na análise de problemas ambientais. Introduz o uso de geotecnologias, como sensoriamento remoto e modelos digitais de elevação, para mapeamento e análise. Inclui componentes práticos e de campo para interpretação da paisagem. Discute a relevância da Geomorfologia para o planejamento territorial e a gestão de riscos. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

Geomorfologia Geral é disciplina basilar para compreender e intervir na dinâmica da superfície terrestre. Sob a perspectiva CTS e do Capital Geográfico, integra teorias do relevo, processos e formas às mediações técnicas, institucionais e culturais, articulando litologia, clima, morfogênese e ação humana. Desenvolve leitura qualificada da paisagem e fundamenta escolhas metodológicas e éticas no planejamento e na gestão territorial.

No eixo do Pensamento Espacial e do Raciocínio Geográfico, promove a formulação de problemas e hipóteses multiescalares com uso crítico de geotecnologias, modelos digitais, índices morfométricos e análise de conectividades, assegurando reprodutibilidade e comunicação de incertezas.

Na Relação Sociedade e Natureza, aplica o conhecimento geomorfológico à avaliação de suscetibilidades e riscos, articulando diagnósticos, normativas e participação social. Valoriza o trabalho de campo e práticas aplicadas que transformam repertórios discentes em investigações situadas, mapas e notas técnicas com relevância socioterritorial, formando geógrafos aptos a medir, modelar e interpretar o relevo com rigor científico, compromisso público e sensibilidade ética.

Bibliografia básica:

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 1980.

PRESS, Frank et al. **Para entender a Terra**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

TEIXEIRA, Wilson et al. (org.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

Bibliografia complementar:

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FLORENZANO, Teresa Graziela. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Manoel Sérgio. **Geomorfologia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990.

ROSS, Jurandyr L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 15, p. 11-43, 2004. Disponível em: <https://revistas.fflch.usp.br/rdg/article/view/8998/6266>. Acesso em: 10 mar. 2025.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: CLIMATOLOGIA

CH	60h

Ementa:

Tempo e clima, Meteorologia e Climatologia (Geográfica), Ciências Exatas e Humanas. Interações clima-sociedade. História brasileira da Climatologia: o clima como fenômeno geográfico. Organização das escalas espacial e temporal do clima. Características da atmosfera terrestre. Interação entre elementos climáticos e fatores geográficos. Circulação e dinâmica atmosférica. Classificações climáticas e seus grandes domínios do mundo. Climas do Brasil. O clima na agricultura, saúde e cidade: introdução. Riscos e vulnerabilidades – natureza, sociedade e espaço. Mudanças climáticas e aquecimento global: dinâmicas, agentes sociais, geopolítica. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

A disciplina de Climatologia fundamenta-se como base essencial para compreender e intervir no território, articulando os processos atmosféricos do clima às dimensões econômicas, políticas e culturais que influenciam sua observação e comunicação, sob a perspectiva CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade). Assim, tende a distinguir tempo de clima, situar o diálogo entre Ciências Exatas e Humanas e examinar a dinâmica atmosférica, desenvolvendo o pensamento espacial e raciocínio geográfico por meio da interpretação de variabilidades, tendências e padrões multiescalares.

Integra, também, a leitura técnica de classificações climáticas e domínios globais, com ênfase no Brasil, utilizando tecnologias digitais e, ao mesmo tempo, problematizando incertezas, vieses e a governança de dados. No eixo Relação Sociedade-Natureza, explora a interação da atmosfera terrestre com a agricultura, saúde e cidade, discutindo riscos e vulnerabilidades no contexto das mudanças climáticas.

Valorizando o Capital Geográfico, a disciplina mobiliza experiências territoriais dos discentes (previsões do tempo, ilhas de calor, eventos extremos etc.) para investigações situadas e socialmente úteis, como a elaboração de climogramas municipais e espacializações de vulnerabilidade climática. Dessa forma, integrando a teoria-prática atmosférica, tecnologias e o compromisso público, forma geógrafos capazes de analisar, comunicar e agir eticamente frente aos desafios climáticos contemporâneos.

Bibliografia básica:

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

TEIXEIRA, W. et al. (Org.). **Decifrando a terra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. 2. ed. Viçosa: Ed. UFV, 2012.

Bibliografia complementar:

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAVALCANTI, I. F. A. (Org.). **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

GARTLAND, L. **Ilhas de calor**: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

MARENGO, J. A. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade**: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XX. 2. ed. Brasília: MMA, 2007. (Biodiversidade, 26).

MONTEIRO, C. A. F. et al. (Org.). **Clima urbano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA URBANA

CH	60h

Ementa:

Discutir os elementos da produção do espaço urbano, enquanto processo histórico, social e desigual. Urbanização: conceitos básicos. Urbano e rural. Urbanização extensiva. Redes urbanas e sistemas de hierarquia: como as cidades se organizam. Hierarquia urbana no Brasil. Transformações urbanas e demográficas recentes no Brasil. Cidades médias. Emergência dos pequenos municípios. Metropolização. Diferentes modos de vida nas metrópoles e os movimentos sociais urbanos. Os desafios ambientais da cidade. Cidades e Mudanças Climáticas. Cidades no contexto da pandemia. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

A disciplina Geografia Urbana articula fundamentos da ciência geográfica à análise crítica da produção do espaço urbano como processo histórico, social e desigual, em diálogo com a perspectiva CTS e o Capital Geográfico. Aborda temas como urbanização, redes e hierarquias urbanas, metropolização, cidades médias, pequenos municípios e os impactos de políticas, técnicas e infraestruturas na organização espacial e nas desigualdades socioambientais.

Ao tratar de transformações demográficas, modos de vida metropolitanos, movimentos sociais e desafios ambientais — incluindo mudanças climáticas e aprendizados da pandemia —, a disciplina estimula a articulação entre dados empíricos, referenciais teóricos e ética pública na interpretação de conflitos e estratégias de adaptação urbana.

Integrando vivências territoriais dos estudantes, promove a investigação de problemas locais com devolutiva social, o uso crítico de estatística, cartografia e geotecnologias e a consolidação de categorias geográficas (espaço, território, paisagem, escala, redes). Dessa forma, fortalece o pensamento espacial e a cidadania ativa, qualificando os discentes para atuar eticamente em políticas e projetos urbanos, transformando a análise do urbano em competência aplicada ao planejamento e à gestão da cidade como bem comum.

Assim, Geografia Urbana justifica-se como eixo de formação que integra teoria e método, crítica social e tecnologia, convertendo a análise do urbano em competência aplicada para planejar, gerir e disputar a cidade como bem comum.

Bibliografia básica:

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
 CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
 LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. 2. ed. UFMG, 2019.

Bibliografia complementar:

BRITO, M. A. de et. al. **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Ed. UFGD, 2008.
 CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
 SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
 SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
 SATHLER, D. Repercussões locais das mudanças climáticas globais: urbanização, governança e participação comunitária. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 51, p. 1–19, 2014.
 SATHLER, D.; LEIVA, G. A cidade importa: urbanização, análise regional e segregação urbana em tempos de pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v.39, 1–30, 2022.
 VALENÇA, M. M.; CAVALCANTE, G. M. (Org.). **Transformações urbanas**. Natal: Ed. UFRN, 2008
 VALLADARES, L. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. **RBCS** vol. 15, 2000.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

CH

60h

Ementa: Pensamento geográfico pré-científico. Fundamentos filosóficos e escolas do pensamento geográfico. Constituição da geografia enquanto ciência: escolas clássicas. Geografias do pós-guerra: nova geografia, geografias críticas, geografias humanistas culturais. Perspectivas do pensamento geográfico. O trabalho de campo na prática do fazer geográfico. Contempla atividades

supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

A disciplina Introdução ao Pensamento Geográfico justifica-se por fornecer o alicerce epistemológico da formação em Geografia, situando a trajetória do campo desde o pensamento pré-científico e suas cosmologias até a constituição da disciplina como ciência. Ao discutir fundamentos filosóficos, escolas clássicas e as viradas do pós-guerra, incluindo nova geografia, geografias críticas e humanistas culturais, o componente evidencia que todo conhecimento geográfico é historicamente situado e mediado por tecnologias, instituições e valores, em consonância com a perspectiva CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade).

Nesse percurso, a disciplina aprofunda a compreensão de categorias como espaço, território, lugar, paisagem, escala, rede e região, mostrando como elas orientam a formulação de problemas, a seleção de evidências e os modos de explicação. A reflexão teórica conceitual se articula às linguagens de representação e comunicação do conhecimento geográfico, com ênfase na cartografia, nos gráficos, nos modelos e nas tecnologias geoespaciais, o que fortalece a precisão terminológica, a transparência metodológica e a capacidade de dialogar com outros campos do saber.

Em chave de Capital Geográfico, na adaptação do PSCTA, a disciplina mobiliza repertórios, experiências e redes do estudante para transformar vivências do lugar em questões de pesquisa, desenhos metodológicos e narrativas analíticas de relevância socioterritorial. Ao integrar história e filosofia da ciência, escolas do pensamento, práticas de campo e linguagens de representação, Introdução ao Pensamento Geográfico forma profissionais capazes de compreender as bases teóricas da disciplina, relacioná-las a mediações tecnológicas e comunicar interpretações com rigor e responsabilidade.

Bibliografia básica:

CASTRO, I. E. de et. al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2011.

CLAVAL, P. **História da geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

_____. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011. GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Bibliografia complementar:

CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, I. E. de et. al. (Org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2012.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

RECLUS, E. **Da ação humana na geografia física: geografia comparada no espaço e no tempo**. São Paulo: Expressão & Arte, 2010.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA QUANTITATIVA E BANCO DE DADOS

CH

60h

Ementa:

Estudos observacionais (coorte e caso-controle). Análise longitudinal e transversal. Instrumentos de coleta de dados quantitativos. Tabulação e construção de bancos de dados com o auxílio do Microsoft Excel e do R. Bancos de dados secundários e suas fontes. O Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Estrutura e extração dos microdados de algumas pesquisas domiciliares, do IBGE; educacionais, do INEP; e demográfico-epidemiológicas, do DataSus. Análise estatística de bancos de dados secundários: testes paramétricos e não-paramétricos. Introdução aos Modelos de regressão linear simples e múltipla. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Metodologia Quantitativa e Banco de Dados consolida-se como eixo técnico-epistemológico fundamental na formação geográfica, articulando, na perspectiva CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade), o desenho de pesquisa, a governança de dados e a inferência estatística à tomada de decisão em políticas territoriais.

O programa abrange estudos observacionais, análises longitudinal e transversal, e instrumentos de coleta de dados quantitativos, assegurando base conceitual alinhada aos Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia ao relacionar espaço, escala, variabilidade e causalidade a fenômenos territoriais concretos. A tabulação e construção de bases em Microsoft Excel e R, o trabalho com bancos secundários (SIDRA/IBGE, microdados do IBGE, INEP e DataSUS) e a análise estatística (testes paramétricos e não paramétricos, regressão linear) consolidam o Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico, capacitando os estudantes para formular problemas, planejar amostras, modelar relações e avaliar incertezas com rastreabilidade e reprodutibilidade.

Em convergência com as Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais, a disciplina enfatiza documentação de metadados, padronização, integração com fluxos geoespaciais e comunicação clara de resultados através de visualizações e relatórios técnicos, reforçando a ética da informação.

No eixo Relação Sociedade-Natureza, as ferramentas são aplicadas à leitura de riscos, vulnerabilidades e impactos, construindo evidências quantitativas para diagnósticos territoriais e monitoramento de políticas.

Em diálogo com o Capital Geográfico, mobiliza repertórios e redes discentes para transformar experiências territoriais em investigação quantitativa situada, gerando aplicações de utilidade pública como painéis de indicadores, notas técnicas e bases abertas.

Dessa forma, a disciplina integra teoria, método e tecnologia para formar geógrafos capazes de produzir, analisar e interpretar dados com rigor científico, responsabilidade informacional e compromisso com o interesse coletivo.

Bibliografia básica:

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6.ed. Florianópolis: UFSC, 2006.

CUNHA, M. O.; MACHADO, N. J. **Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FILHO, N. A.; BARRETO, M. L. **Epidemiologia & Saúde - Fundamentos, Métodos e Aplicações**.

Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. E-book. ISBN 978-85-277-2119-6. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-2119-6/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

IEZZI, G, et. al. **Matemática: ciência e aplicações**. Coleção, Vol. 1. São Paulo: Atual Editora, 2010.

OLSEN, W. **Coleta de dados**. Porto Alegre: Penso, 2015. E-book. 273p. ISBN 9788584290543.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584290543/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

ROGERSON, P. A. **Métodos estatísticos para Geografia: um guia para o estudante**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. E-book. p.40. ISBN 9788540701021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788540701021/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Metodologia de coleta do Censo da Educação Superior: 2022**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/metodologia_de_colta_do_censo_2022.pdf. Acesso em 12 mar 2025.

BROLEZZI, A. C. **Problemas e criatividade**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

BUSSAB, W.O. E MORETTIN, B.O. **Estatística Básica**. 8ª Edição. São Paulo: Atual Editora, 2011.

GARBI, G. G. **A Rainha das Ciências: um passeio histórico pelo maravilhoso mundo da Matemática**. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

LACERDA, P. S. P.; PEREIRA, M. A.; LENZ, M. L.; et al. **Programação em Big Data com R**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. 258 p. ISBN 9786556901091. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901091/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MALAGUTI, J. G., ALVES, P. Amostra Mestra do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares Nacional: revisão e discussão das propostas de atualização. **Ciência & Saúde Coletiva**, 29(11), 2024, e03712024. <https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.03712024>.

MEDEIROS, V. Z.; CALDEIRA, A. M.; SILVA, L. M. O.; et al. **Pré-Cálculo**. 3. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. ISBN 9788522116515. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522116515/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MERCHÁN-HAMANN, E.; TAUILL, P. L. Proposta de classificação dos diferentes tipos de estudos epidemiológicos descritivos. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online]. v. 30, n. 1 [Acessado 12 Março 2025], e2018126. ISSN 2237-9622. <https://doi.org/10.1590/s1679-49742021000100026>.

OLIVEIRA, L. A. P.; SIMÕES, C. C. S. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira De Estudos De População**, 22(2), 2005, 291–302. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982005000200007>.

PINTO, L. F. et al. Sistemas Nacionais de Informação e levantamentos populacionais: algumas contribuições do Ministério da Saúde e do IBGE para a análise das capitais brasileiras nos últimos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 6 [Acessado 12 Março 2025], pp. 1859-1870. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05072018>.

SEIFE, C. **Os números (não) mentem: como a matemática pode ser usada para enganar você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Inquéritos antropométricos e alimentares na população brasileira: importante fonte de dados para o desenvolvimento de pesquisas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2), 2017, 499–508. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.07292016>.

TRIOLLA, M. H. **Introdução à Estatística**. São Paulo: LTC, 2012.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 14. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2024. E-book. 395 p. ISBN 9788521638780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521638780/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

WALDMAN, E. A. et al. Inquéritos populacionais: aspectos metodológicos, operacionais e éticos. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. suppl 1, p. 168-179, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rbepid/v11s1/17.pdf>. Acesso em 12 mar 2025.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: EXTENSÃO II

CH	60 hs (60 horas de extensão)

Ementa:

A atuação do Bacharel em Geografia e sua articulação com a sociedade. Caracterização das atividades de extensão em Geografia. Participação na elaboração e/ou desenvolvimento de atividades que envolvam a divulgação e/ou popularização de estudos/temáticas produzidos na universidade e mais especificamente no curso de Geografia. Ações de extensão devidamente registradas na PROEXC. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes: Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico; Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais; Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia; Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos e Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos.

A UC Extensão II dá continuidade à integração sistemática entre universidade e sociedade, articulando a formação do bacharel em Geografia ao enfrentamento de problemas públicos em contextos locais. Ancorada na perspectiva CTS (Ciência–Tecnologia–Sociedade), toma a extensão como prática de coprodução de conhecimento, em que diagnósticos, metodologias e tecnologias são negociados com sujeitos e instituições do território, promovendo circulação de saberes, transparência nos processos e devolutivas socialmente úteis. Quanto à abordagem do Capital Geográfico (adaptação do PSCTA), mobiliza repertórios, experiências e redes do estudante, potencializando pertencimento, agência e autoria na transformação de vivências do lugar em ações formativas de alto impacto: ao identificar atores, recursos e memórias territoriais, o discente amplia seu capital cultural e técnico, aprende a mediar interesses e a produzir intervenções ancoradas em evidências e sensíveis às desigualdades socioespaciais. Nesta etapa, em processo de reconhecimento da realidade universitária, a participação em eventos abertos como o #vempraufvjm, em espaços extensionistas como o Projeto GAIA, LAEP e outros projetos dos docentes do curso ou da universidade, é consolidador para o entendimento da importância da extensão no âmbito de sua formação. Neste contexto, a UC Extensão II legitima a extensão como prática acadêmica de excelência, que integra conhecimento científico, tecnologias apropriadas e compromisso social, qualificando o estudante para atuar criticamente no território e fortalecer a ciência Geográfica.

Bibliografia básica:

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

CALLAI, H. C. A formação do professor de Geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032>

FAGUNDES, M. Arqueologia e educação-programa" Arqueologia e comunidades" para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 1, p. 199-216, 2013.

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2013000100013&lng=en&nrm=iso

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf
Acesso em: 15 set 2025.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2006. 93 p. (O mundo hoje; 24).

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017. Disponível em: https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf

LIMA, M.C.O.; MORAIS, M. S.; MUCIDA, D. P. Roteiro Pedagógico Patrimonial do centro colonial de Diamantina, Minas Gerais: Personagens Ilustres. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e4559108711, 2020. [10.33448/rsd-v9i10.8711](https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8711)

RIBEIRO, E. M. **Estradas da vida**: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2013.

SANTOS, J. D. et al. Projeto GAIA: 10 anos de divulgação científica em espaço não formal. **Terrae Didatica**, v. 17, p. e021040-e021040, 2021. [10.20396/td.v17i00.8667218](https://doi.org/10.20396/td.v17i00.8667218).

SOUZA, L. L., STOCCO, A. F., SULZBACHER, A.W. A criação do "Vale do Jequitinhonha": análise da formação histórica e seu processo de regionalização. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 14, n. 1, p. 113–132, 2024. <https://doi.org/10.54446/bcg.v14i1.3111>

UFVJM. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução CONSEPE nº 2**, de 18 de janeiro de 2021, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFMG. Diamantina, 2021.

Bibliografia complementar:

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 1999. 80p.

CALLAI, H.C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de geografia do Norte Grande**, Santiago, n.70, p.9-30, 2018. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022018000200009>

CARNEIRO, R.N. et al. A disciplina extensão e práticas acadêmicas em geografia e o protagonismo de fala dos graduandos. **EXTENDERE**, v. 10, n. 1, 2024. <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/EXT/article/view/6551>

DEUS, S. **Extensão universitária: trajetórias e desafios / Sandra de. Deus.** – Santa Maria, RS: Ed.PRE-UFSM, 2020. 96 p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf

FORPROEX. **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira. Belo Horizonte: FORPROEX/ CPAE; PROEX/UFMG, 2013 (Coleção Extensão Universitária; v.8). Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf

NASCIMENTO, E. C. do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. **Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades**, n. 4, mai./out., 2009, p. 01-15. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/jequiti.pdf>

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo:Cortez, 2011.

SILVA, J. C. F. **Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha**: a difícil construção de nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S.; SANTOS, Sônia R. M. **Extensão universitária**: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba, CRV: 2022.

VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA ECONÔMICA

CH	60h
Ementa: Revisitando conceitos básicos de economia; dimensão espacial dos processos econômicos e sociais; as divisões técnicas, social e territorial do trabalho; distribuição espacial das atividades econômicas; centro, periferia e difusão das modernizações; cadeias e circuitos espaciais produtivos; concentração e centralização dos capitais; o território nacional como mediação entre os fluxos globais do capital e as economias regionais; geo-história econômica do Brasil; reorganização dos processos produtivos no mundo contemporâneo; tecnologia, espaço e economia. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.	
Abordagem CTS – Capital Geográfico A disciplina examina as divisões técnica, social e territorial do trabalho, as relações centro-periferia e os impactos das modernizações tecnológicas, demonstrando como cadeias produtivas e processos de concentração de capital se materializam em redes, infraestruturas e paisagens desiguais. O território nacional é analisado como instância de mediação entre fluxos globais e economias regionais, considerando a geo-história econômica brasileira e os rearranjos produtivos contemporâneos impulsionados por tecnologias digitais, logística avançada e finanças, sem perder de vista seus efeitos socioambientais e distributivos. O curso consolida os Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia ao qualificar categorias como espaço, território, escala, rede e região; fortalece as Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais através da leitura e produção de mapas temáticos, fluxos e cartogramas; e aprofunda a Relação Sociedade-Natureza ao analisar cadeias extrativas, usos do solo e vulnerabilidades ambientais. Simultaneamente, promove a Cidadania Ativa ao preparar os estudantes para qualificar o debate público com diagnósticos transparentes e eticamente responsáveis. Em diálogo com o Capital Geográfico, a disciplina mobiliza repertórios e experiências territoriais dos discentes para transformar vivências locais em investigações aplicadas de utilidade pública - como sínteses técnicas, mapas de cadeias produtivas e leituras regionais - ampliando a agência profissional e o compromisso com a justiça territorial. A disciplina Geografia Econômica integra teoria, método e tecnologia para formar geógrafos capazes de explicar, representar e intervir criticamente nas complexas tramas que conectam tecnologia, espaço e economia na contemporaneidade.	
Bibliografia básica: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 GUIMARÃES, A. Políticas públicas e desenvolvimento em Minas Gerais. Appris, 2021. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006. 251p. MANKIW, G. Introdução à Economia. Cengage Learning; Tradução Da 8ª Edição Norte-Americana, 2019. SOJA, E. W. Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.	
Bibliografia complementar: ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia econômica. São Paulo: Atlas, 1989. GEORGE, Pierre. Geografia Econômica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998. SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.	

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**: o papel do desenvolvimento populacional no desenvolvimento econômico. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 250 p.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: GEOTECNOLOGIAS I

CH

75h

Ementa

Geotecnologias. Princípios físicos do Sensoriamento Remoto. O espectro eletromagnético. Sensores Orbitais e VANTs. GNSS. Estrutura de representação de dados espaciais. Interpretação de fotografias aéreas e imagens orbitais. Sistemas de Informação Geográfica. Entrada e armazenamento de dados em SIG. Análise e modelagem espacial. Novas geotecnologias. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

A disciplina Geotecnologias I constitui fundamento metodológico da formação geográfica ao integrar, sob a perspectiva CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), os princípios físicos do sensoriamento remoto, o funcionamento do espectro eletromagnético, a operação de sensores orbitais e VANTs, os sistemas GNSS e a interpretação de fotografias aéreas e imagens orbitais no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica. Essa integração permite compreender como se produzem e circulam evidências sobre o território, da captação ao processamento e à comunicação. Ao tratar das estruturas de representação dos dados espaciais, dos procedimentos de entrada e armazenamento e das técnicas de análise e modelagem espacial, o componente consolida precisão conceitual em torno de espaço, escala, resolução, projeção e incerteza, ao mesmo tempo em que desenvolve competências para formular problemas, selecionar modelos adequados, avaliar acurácia posicional e temática, documentar metadados e comunicar resultados de forma transparente e reproduzível. O percurso formativo enfatiza rastreabilidade de procedimentos e validação crítica de padrões, articulando trabalho de campo, processamento digital e análise inferencial.

A mediação tecnológica é examinada criticamente, discutindo limites e potencialidades de plataformas e algoritmos, vieses de dados, implicações éticas relacionadas a privacidade, consentimento e rastreabilidade, além de formas de governança da informação territorial. Nessa direção, a disciplina orienta o uso de geotecnologias para enfrentar problemas públicos como o mapeamento de suscetibilidades e riscos, o monitoramento ambiental, a gestão hídrica, o planejamento urbano e rural e a adaptação climática.

Na chave do Capital Geográfico em adaptação do PSCTA (*Primary Science Capital Teaching Approach*), mobiliza repertórios e redes do discente para transformar experiências do território em investigação aplicada, conectando dados locais, saberes comunitários e técnicas avançadas na produção de diagnósticos, mapas e modelos de aplicação socialmente útil. Ao integrar teoria, método e reflexão ética sobre as tecnologias que estruturam a produção do conhecimento espacial, a disciplina forma geógrafos capazes de medir, modelar e interpretar o território com rigor científico e compromisso público.

Bibliografia básica:

CÂMARA G, **Geoprocessamento para projeto ambiental**. 2 ed. São José dos Campos (SP): INPE, 1998.

MOREIRA, M. A., **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**, São José dos Campos-SP; Editora Com Deus, 2001.

PAREDES, E. A., **Sistema de Informação Geográfica: princípios e aplicações**. São Paulo: Erica, 1994. 696 p.

Bibliografia complementar:

ASSAD, E. **Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura**. 2.ed. Brasília, DF: SPI-Serviço de Produção de Informação, 1998.

BLASCHKE, T; KUX, H. **Sensoriamento Remoto e SIG Avançados: novos sistemas sensores: métodos inovadores**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

CÂMARA G, **Geoprocessamento para projeto ambiental**. 2 ed. São José dos Campos: INPE, 1998. Livro on-line: www.dpi.inpe.br

CÂMARA, C; DAVIS, C. **Fundamentos de Geoprocessamento**. São José dos Campos: INPE, 1996. Livro on-line: www.dpi.inpe.br

FLORENZANO, T.G. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

NOVO, E. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2008.

ROCHA, C. H. B. **Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar**. 3 ed. Juiz de Fora: UFJF, 2007.220 p.

SILVA, J. X.; ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 363 p.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: PEDOLOGIA

CH

60h

Ementa

A gênese da cobertura pedológica a partir do material de origem e a atuação dos agentes para sua formação. Principais tipos de solos do Brasil e do Mundo. Os solos e a formação das paisagens a partir de aspectos como: relevo, clima, hidrografia e localização. O uso do solo e seus aspectos no meio urbano, rural e ambiental. Levantamento pedológico por meio de trabalho de campo (Análise Estrutural da Cobertura Pedológica). Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Pedologia constitui base fundamental para a compreensão e intervenção nos desafios socioambientais contemporâneos, examinando a gênese e a dinâmica da cobertura pedológica por meio da interação entre material de origem, clima, relevo, hidrografia e fatores bióticos, na perspectiva CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade).

O estudo comparado dos principais tipos de solos do Brasil e do mundo permite reconhecer propriedades, funções e vulnerabilidades, fertilidade, estoque de carbono, capacidade de infiltração e suscetibilidade à erosão e contaminação -relacionando-as criticamente a usos urbanos, rurais e ambientais. Essa abordagem informa decisões sobre ocupação territorial, conservação e recuperação de áreas degradadas.

A ênfase em levantamento pedológico com trabalho de campo e na Análise Estrutural da Cobertura Pedológica desenvolve competências em observação, amostragem, descrição e interpretação, articulando ciência e prática para qualificar diagnósticos e orientar o planejamento territorial e a gestão de riscos.

Em diálogo com o Capital Geográfico, a disciplina mobiliza repertórios e experiências dos discentes para transformar vivências territoriais em investigações situadas, produzindo sínteses e materiais de utilidade

pública que valorizam saberes locais e fortalecem a mediação entre conhecimento técnico e demandas comunitárias. Assim, a disciplina de Pedologia consolida seu papel no eixo Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos, formando geógrafos capazes de integrar processos pedogenéticos, usos do solo e justiça ambiental com rigor científico e responsabilidade socioambiental.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de pedologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. (Manuais Técnicos em Geociências, 4).

LEPSCH, I. F. **Dezenove lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

RESENDE, M.; CURTI, N. **Pedologia e fertilidade do solo: interações e aplicações**. Brasília, DF: MEC, 1988.

SANTOS, H. G et al. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 6ª ed. Brasília, DF: Embrapa, 2025. <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1176834>

Bibliografia complementar:

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 4. ed. São Paulo: Ícone, 1999. Página 101 de 169

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos - Sexta Aproximação**. Brasília: EMBRAPA e Centro Nacional de Pesquisa de Solos. 1999. 412 p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecológica: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Org.). **Geomorfologia e meio ambiente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1979.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: TEORIA E MÉTODOS EM GEOGRAFIA

CH

60h

Ementa:

História e Epistemologia da Ciência. Ontologia e Epistemologia: categorias, fundamentos, conceitos e princípios da Geografia. As bases epistemológicas das categorias de análise geográficas e suas múltiplas abordagens. Teorias da Geografia Física. Teorias da Geografia Humana. Teorias e métodos propedêuticos. Trabalho de campo em Geografia. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Teoria e Métodos em Geografia constitui o núcleo epistemológico e metodológico da formação geográfica, integrando a história e a filosofia da ciência com as bases teóricas das categorias fundamentais — espaço, território, paisagem, escala, região e rede — em suas múltiplas abordagens na Geografia Física e Humana.

Em perspectiva CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade), a disciplina posiciona o conhecimento geográfico como prática social situada, mediada por tecnologias de observação, registro e comunicação,

examinando como diferentes paradigmas teóricos orientam escolhas metodológicas, critérios de validação e formas de circulação pública do conhecimento.

A articulação entre teoria e prática é concretizada através do trabalho de campo como espaço privilegiado de produção de evidências, consolidando os Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia por meio do rigor conceitual e da coerência entre problema, método e explicação.

A disciplina desenvolve o Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico mediante a formulação de questões, construção de hipóteses e elaboração de modelos explicativos multiescalares. Simultaneamente, qualifica as Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais ao exigir transparência metodológica, documentação de metadados e reprodutibilidade analítica.

No eixo Relação Sociedade-Natureza, aplica referenciais teóricos à análise de conflitos, riscos socioambientais e transformações territoriais, enquanto promove a Cidadania Ativa através do engajamento com questões públicas contemporâneas.

Em diálogo com o Capital Geográfico, mobiliza repertórios e experiências territoriais dos discentes para transformar vivências locais em problemas investigáveis e produtos analíticos de utilidade pública, fortalecendo a agência profissional, a ética da pesquisa e o compromisso com o debate informado.

Dessa forma, a disciplina integra fundamentos epistemológicos, escolhas metodológicas e práticas de investigação para formar geógrafos capazes de produzir conhecimento com rigor teórico-metodológico, comunicar evidências com clareza e intervir criticamente na compreensão e gestão do espaço geográfico.

Bibliografia básica:

AMORIM FILHO, O. B.: **Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia**. Belo Horizonte, IGC-UFGM, 1985, 56 p.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1985.

Bibliografia complementar:

BERTALANFFY, L. **A teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973, pp. 52-81

BUENO, G. T. **O conceito de equilíbrio aplicado aos sistemas em Geografia Física: considerações acerca de uma evolução**. 2014.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Una introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981

CASTRO, I. GOMES, P.C.C.; CORREA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis, Editora UFSC, 2011.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: Natureza da realidade geográfica**, Trad. Werther Holzer.– São Paulo: Perspectiva, 2011.

DOLLFUS, O. **A análise geográfica**. São Paulo: DIFEL. 1973, 211 p.

GEORGE, P. **Os métodos da geografia**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

GOMES, P.C.C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GRIGORYEV, A. A. **Os fundamentos da Geografia Física Moderna: o estrato geográfico da Terra**. In: *The interaction of sciences in the study of the Earth*. Trad. Míriam Ramos Gutjahr. Moscou, 1968.

HARTSHORNE, R. **Questões sobre a natureza da Geografia**. Trad. Thomaz N. Neto. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1969. pp.148-199.

KOZEL, S.; SILVA, J.da C.; GIL FILHO, S.F. **Da Percepção & Cognição à Representação: Reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. –São Paulo: Terceira Margem; Curitiba:NEER, 2007.

OLIVEIRA, P. de S. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: UNESP, 1998.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1990.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: BIOGEOGRAFIA

CH

60h

Ementa:

Conceitos ecológicos básicos da Biogeografia. Abordagens histórica, ecológica e evolutiva da Biogeografia. Estudo da distribuição espacial e temporal dos seres vivos e suas relações com o meio físico. A biosfera e os padrões de diversidade biológica. Distribuições atuais das espécies e os principais biomas terrestres. Fitogeografia do Brasil, com ênfase nas regiões fito-geográficas e suas especificidades. Integração entre teoria e prática por meio de trabalho de campo curricular, destacando processos ecológicos, paisagens e desafios de conservação. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

A Biogeografia estuda a organização da vida no espaço e no tempo, relacionando fatores bióticos, abióticos e históricos nas paisagens geográficas. Sob a perspectiva CTS (Ciência–Tecnologia–Sociedade), integra observações de campo, dados e cartografia para analisar a distribuição dos seres vivos e fundamentar decisões sobre conservação e uso do território. O estudo dos biomas e domínios brasileiros desenvolve pensamento espacial e raciocínio geográfico, conectando biodiversidade, serviços ecossistêmicos e conflitos socioambientais. Em diálogo com o conceito de Capital Geográfico, mobiliza vivências e repertórios dos estudantes para produzir investigações aplicadas e socialmente relevantes, formando geógrafos capazes de intervir criticamente nos desafios socioambientais contemporâneos.

Bibliografia básica:

AB’SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 6. ed. Cotia: Ateliê, 2010.

BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. **Biogeografia**. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2006.

CARVALHO, Claudio José Barros de; ALMEIDA, Eduardo A. B. **Biogeografia da América do Sul: padrões e processos**. São Paulo, SP: Roca, 2011. xii, 306 p. ISBN 9788572418966.

Bibliografia complementar:

AB’SABER, A. N. **Ecossistemas do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2009.

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CARVALHO, C. J. B. de; ALMEIDA, E. A. B. **Biogeografia da América do Sul: padrões e processos**. São Paulo: Roca, 2011.

COX, C. B.; MOORE, P. D. **Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

FELFILI, J. M.; SILVA JÚNIOR, M. C. da (Org.). **Biogeografia do bioma cerrado: estudo fitofisionômico na chapada do Espigão Mestre do São Francisco**. Brasília,

DF: [s.n.], 2001.

HAIDAR, Ricardo Flores; FELFILI, Jeanine Maria. **Manual para o monitoramento de parcelas permanentes nos biomas cerrado e pantanal**. Brasília, DF: Universidade Federal de Brasília, 2005. 55 p. ISBN 8587599232.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CH 60h

Ementa: De crescimento a desenvolvimento: a crise ambiental e seu modo de regulação. Inserção da questão ambiental na educação básica. Educações ambientais e seus marcos teóricos em eventos internacionais. Política Nacional de Educação Ambiental e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Interdisciplinaridade e transversalidade. Espaços formais e não formais para ensino-aprendizagem. Injustiças, racismo, conflitos – desigualdades ambientais. Nova racionalidade e outros saberes na formação do sujeito. Educação ambiental crítica. Atividades pedagógicas e materiais didáticos na prática docente. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

Educação Ambiental consolida-se como disciplina fundamental para a formação de geógrafos comprometidos com a transformação socioambiental, articulando, na perspectiva CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade), a crítica ao paradigma do crescimento ilimitado com a construção de alternativas orientadas pela justiça ambiental e sustentabilidade.

A disciplina situa a questão ecológica na educação básica a partir dos marcos internacionais e da legislação brasileira (PNEA e Diretrizes Curriculares Nacionais), examinando conflitos, desigualdades e vulnerabilidades ambientais como processos históricos e territoriais. Por meio da articulação entre interdisciplinaridade e transversalidade em espaços formais e não formais, promove letramento científico, tecnológico e político para a ação coletiva.

Em diálogo com o Capital Geográfico, mobiliza repertórios, experiências e redes discentes e comunitárias para desenvolver projetos pedagógicos situados, como materiais didáticos, oficinas, práticas de campo e mapeamentos participativos, com a relevância socioterritorial e ética do cuidado.

No eixo Relação Sociedade-Natureza, desenvolve a compreensão crítica das dinâmicas natureza-sociedade e das políticas ambientais, enquanto no eixo Cidadania Ativa, fortalece a participação pública, o diálogo intercultural e a articulação entre saberes científicos e tradicionais.

Dessa forma, Educação Ambiental integra fundamentos teóricos e intervenção educativa para formar profissionais capazes de analisar, comunicar e agir responsavelmente face aos complexos desafios e transições ecológico-sociais contemporâneos, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Bibliografia básica:

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

DIAS, G. F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**: práticas inovadoras de educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUZZI, D.; PHILIPPI JUNIOR, A. (Ed.). **Educação e meio ambiente**: uma relação intrínseca. São Paulo: Manole, 2012.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

5º PERÍODO**COMPONENTE CURRICULAR: GEOTECNOLOGIAS II****CH**

75h

Ementa Estudos de caso com a utilização de geotecnologias na ciência geográfica. Aplicação prática com a utilização de softwares.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

A disciplina Análise Espacial constitui fundamento metodológico da formação geográfica ao integrar, sob a perspectiva CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), os princípios físicos do sensoriamento remoto, o funcionamento do espectro eletromagnético, a operação de sensores orbitais e VANTs, os sistemas GNSS e a interpretação de fotografias aéreas e imagens orbitais no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica. Essa integração permite compreender como se produzem e circulam evidências sobre o território, da captação ao processamento e à comunicação. Ao tratar das estruturas de representação dos dados espaciais, dos procedimentos de entrada e armazenamento e das técnicas de análise e modelagem espacial, o componente consolida precisão conceitual em torno de espaço, escala, resolução, projeção e incerteza, ao mesmo tempo em que desenvolve competências para formular problemas, selecionar modelos adequados, avaliar acurácia posicional e temática, documentar metadados e comunicar resultados de forma transparente e reproduzível. O percurso formativo enfatiza rastreabilidade de procedimentos e validação crítica de padrões, articulando trabalho de campo, processamento digital e análise inferencial.

A mediação tecnológica é examinada criticamente, discutindo limites e potencialidades de plataformas e algoritmos, vieses de dados, implicações éticas relacionadas a privacidade, consentimento e rastreabilidade, além de formas de governança da informação territorial. Nessa direção, a disciplina orienta o uso de geotecnologias para enfrentar problemas públicos como o mapeamento de suscetibilidades e riscos, o monitoramento ambiental, a gestão hídrica, o planejamento urbano e rural e a adaptação climática.

Na chave do Capital Geográfico em adaptação do PSCTA (*Primary Science Capital Teaching Approach*), mobiliza repertórios e redes do discente para transformar experiências do território em investigação aplicada, conectando dados locais, saberes comunitários e técnicas avançadas na produção de diagnósticos, mapas e modelos de aplicação socialmente útil. Ao integrar teoria, método e reflexão ética sobre as tecnologias que estruturam a produção do conhecimento espacial, a disciplina forma geógrafos capazes de medir, modelar e interpretar o território com rigor científico e compromisso público.

Bibliografia básica:

CÂMARA G, **Geoprocessamento para projeto ambiental**. 2 ed. São José dos Campos (SP): INPE, 1998.

MOREIRA, M. A., **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**, São José dos Campos-SP; Editora Com Deus, 2001.

PAREDES, E. A, **Sistema de Informação Geográfica: princípios e aplicações**. São Paulo: Erica, 1994. 696 p.

Bibliografia complementar:

ASSAD, E. **Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura**. 2.ed. Brasília, DF: SPI-Serviço de Produção de Informação, 1998.

BLASCHKE, T; KUX, H. **Sensoriamento Remoto e SIG Avançados: novos sistemas sensores: métodos inovadores**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

CÂMARA G, **Geoprocessamento para projeto ambiental**. 2 ed. São José dos Campos: INPE, 1998. Livro on-line: www.dpi.inpe.br

CÂMARA, C; DAVIS, C. **Fundamentos de Geoprocessamento**. São José dos Campos: INPE, 1996. Livro on-line: www.dpi.inpe.br

FLORENZANO, T.G. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

NOVO, E. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2008.

ROCHA, C. H. B. **Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar**. 3 ed. Juiz de Fora: UFJF, 2007.220 p.

SILVA, J. X.; ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 363 p.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: EXTENSÃO III

CH	60 hs (60 horas de extensão)

Ementa:

A atuação do Bacharel em Geografia e sua articulação com a sociedade. Caracterização das atividades de extensão em Geografia. Participação na elaboração e/ou desenvolvimento de atividades que envolvam a divulgação e/ou popularização de estudos/temáticas produzidos na universidade e mais especificamente no curso de Geografia. Ações de extensão devidamente registradas na PROEXC. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes: Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico; Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais; Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia; Relação Sociedade-Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos e Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos.

A Unidade Curricular (UC) **consolida** a integração entre universidade e sociedade, ampliando a capacidade do estudante de transformar sua formação acadêmica em práticas e produtos extensionistas. No 5º período, já apoiado pela base conceitual e metodológica adquirida nas unidades curriculares (UC) anteriores, o discente encontra-se apto a elaborar diagnósticos, propor intervenções territorializadas e desenvolver materiais técnicos e de divulgação científica. A disciplina articula produção acadêmica, mediações tecnológicas e demandas socioambientais na perspectiva CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade), em diálogo com o Capital Geográfico, mobilizando repertórios, experiências e redes discentes para gerar aplicações socialmente úteis que ampliam a compreensão pública da Geografia.

Nesta etapa, a participação em eventos abertos como o #vempraufvjm, assim como em projetos extensionistas como o GAIA, o LAEP e outras iniciativas da universidade, consolida a compreensão da extensão como dimensão estruturante da formação profissional. As atividades extraclasse promovem a produção de cartografias temáticas, painéis interpretativos, relatórios técnicos, sistemas de informação geográfica, indicadores ambientais e materiais de divulgação científica, expressando a maturidade acadêmica alcançada. Dessa forma, a UC Extensão 3 fortalece os eixos estruturantes do curso, unindo rigor conceitual, tratamento público das evidências e compromisso ético com a sociedade, qualificando o bacharelado para atuar criticamente em campos de maior complexidade instrumental vinculadas à ciência geográfica.

Bibliografia básica:

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

CALLAI, H. C. A formação do professor de Geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032>

FAGUNDES, M. Arqueologia e educação-programa "Arqueologia e comunidades" para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 1, p. 199-216, 2013.

http://www.scielo.org/co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2013000100013&lng=en&nrm=iso

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf
Acesso em: 15 set 2025.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2006. 93 p. (O mundo hoje; 24).

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017. Disponível em: https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arg20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf

LIMA, M.C.O.; MORAIS, M. S.; MUCIDA, D. P. Roteiro Pedagógico Patrimonial do centro colonial de Diamantina, Minas Gerais: Personagens Ilustres. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e4559108711, 2020. [10.33448/rsd-v9i10.8711](https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8711)

RIBEIRO, E. M. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri**, Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2013.

SANTOS, J. D. et al. Projeto GAIA: 10 anos de divulgação científica em espaço não formal. **Terrae Didactica**, v. 17, p. e021040-e021040, 2021. [10.20396/td.v17i00.8667218](https://doi.org/10.20396/td.v17i00.8667218).

SOUZA, L. L., STOCCO, A. F., SULZBACHER, A.W. A criação do "Vale do Jequitinhonha": análise da formação histórica e seu processo de regionalização. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 14, n. 1, p. 113–132, 2024. <https://doi.org/10.54446/bcg.v14i1.3111>

UFVJM. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução CONSEPE nº 2**, de 18 de janeiro de 2021, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFMJM. Diamantina, 2021.

Bibliografia complementar:

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 1999. 80p.

CALLAI, H.C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de geografia do Norte Grande.**, Santiago, n.70, p.9-30, 2018. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022018000200009>

CARNEIRO, R.N. et al. A disciplina extensão e práticas acadêmicas em geografia e o protagonismo de fala dos graduandos. **EXTENDERE**, v. 10, n. 1, 2024.
<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/EXT/article/view/6551>

DEUS, S. **Extensão universitária: trajetórias e desafios** / Sandra de. Deus. – Santa Maria, RS: Ed.PRE-UFSM, 2020. 96 p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf

FORPROEX. **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira. Belo Horizonte: FORPROEX/ CPAE; PROEX/UFMG, 2013 (Coleção Extensão Universitária; v.8). Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf

NASCIMENTO, E. C. do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. **Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades**, n. 4, mai./out., 2009, p. 01-15. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/jequiti.pdf>

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo:Cortez, 2011.

SILVA, J. C. F. **Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha**: a difícil construção de nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S.; SANTOS, Sônia R. M. **Extensão universitária**: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba, CRV: 2022.

VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIA CIENTÍFICA

CH	60h

Ementa

Estudo do método científico aplicado à produção de artigos acadêmicos. Fundamentos e objetivos da escrita científica. Características de um bom texto: coerência, clareza, simplicidade, concisão e ênfase, bem como a identificação e correção de vícios de linguagem. Procedimentos de revisão bibliográfica e análise crítica de fontes. Revistas científicas, impacto, indexadores e critérios de avaliação da produção científica. O problema da autoria e do plágio; tipos de plágio; formas para se evitar o plágio; o uso da Inteligência Artificial (IA) na pesquisa científica. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes

A disciplina Metodologia Científica é base da formação geográfica, entendendo a ciência como prática social na perspectiva CTS e em diálogo com o Capital Geográfico. Distingue ciência de outros saberes, aborda métodos clássicos e das ciências humanas, relacionando-os a categorias geográficas como espaço, território, escala e paisagem. No campo prático, trata da relação entre fatos, teorias e hipóteses, do planejamento da pesquisa e de técnicas como documentação, observação, fichamento e seminários. Valoriza a transformação de vivências territoriais em projetos situados e fundamentados.

A disciplina também enfatiza a comunicação científica (projetos, relatórios, gêneros acadêmicos, normas ABNT e IBGE), a ética em pesquisa (autoria, plágio, comitês de ética e uso de IA) e a responsabilidade pública do pesquisador. Ao integrar epistemologia, métodos, técnicas, comunicação e

ética, forma geógrafos capazes de produzir pesquisas rigorosas, socialmente relevantes e comprometidas com a gestão do território.

Bibliografia básica:

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico**: técnicas de redação e de pesquisa científica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação** – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2023.

_____. **Informação e documentação** – referências – elaboração: NBR 6023. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2024.

_____. **Informação e documentação** – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação: NBR 6024. São Paulo: ABNT, 2012.

_____. **Informação e documentação** – projeto de pesquisa – apresentação: NBR 15287. São Paulo: ABNT, 2021.

_____. **Informação e documentação** – trabalhos acadêmicos – apresentação: NBR 14724. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2024

_____. **Informação e documentação** – livros e folhetos – apresentação: NBR 6029. São Paulo: ABNT, 2006.

BOT, G.; ETHIËNNE E.S.K. inteligência artificial potencializando a pesquisa: ferramentas para a escrita acadêmica. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 9, n. 1, p. 1–17, 2025.

<https://doi.org/10.12957/redoc.2024.83222>

BOTH, S.J; SIQUEIRA, C.J de Souza. **Metodologia científica faça fácil sua pesquisa**. Tangará da Serra, MT: Editora São Francisco, 2004.

BOTELHO, L.L.R.; ALMEIDA CUNHA, C.C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/b99b/4f7d8cb581a59f92915a0c64430d43dc65b0.pdf>

CONCEICAO, V.A.S.; CHAGAS, A.M. O pesquisador e a divulgação científica em contexto de cibercultura e inteligência artificial. **Acta Educ.**, Maringá, v. 42, e52879, 2020

<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.52879>

JACOMINI, M.A. et al. Pesquisas estado da arte em educação: características e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e262052, 2023. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349262052por>

JÚNIOR, N.A.; AZEVEDO, R.C.G.; LOPES, V.V.R. educação e cibercultura: o impacto da IA na construção do conhecimento geográfico. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 9, n. 2, p. 1-22, 2025.

<https://doi.org/10.12957/redoc.2025.90386>.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

POPPER, Karl S. **A lógica da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

RAMON Y CAJAL, Santiago. **Regras e conselhos sobre a investigação científica**. 3.ed.

RUDIO, V. V. **Introdução a projetos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: ANÁLISE DA PAISAGEM	
CH	60h
Ementa: A paisagem como categoria de análise a abordagem sistêmica no seu estudo de elaboração, organização e funcionamento, em especial das paisagens tropicais. O conhecimento e as metodologias em análise de paisagem para o reconhecimento de suas unidades em diferentes escalas, sua estrutura geoecológica, dinâmica e potencialidades. Aplicação dos estudos de paisagem na análise ambiental e no planejamento territorial. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.	
Abordagem CTS – Capital Geográfico A UC Análise da Paisagem, vinculada aos eixos: (i) Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico, (ii) Linguagens e representações cartográficas e geoespaciais e (iii) Relação Sociedade-Natureza e desafios socioambientais, constitui uma unidade central para a compreensão integrada das dinâmicas territoriais na perspectiva CTS. Trabalha a paisagem como categoria central da Geografia, abordando conceitos como paisagem, escala e geossistema, com rigor teórico e metodológico. Forma o estudante na identificação e análise de unidades de paisagem em múltiplas escalas, integrando evidências de campo e gabinete e exercitando a comunicação de resultados e incertezas quanto à escalabilidade vinculadas às bases de dados geoespaciais. Aplicação ao planejamento e à gestão ambiental e territorial, subsidiando diagnósticos de vulnerabilidades e orientando medidas de mitigação, conservação e ordenamento. Em diálogo com o Capital Geográfico, mobiliza repertórios e experiências locais dos discentes para gerar investigações situadas e aplicações socialmente úteis, como mapeamentos e notas técnicas. Dessa forma, integra teoria, método e prática para formar geógrafos capazes de interpretar criticamente as paisagens e propor intervenções voltadas à justiça socioambiental e à sustentabilidade.	
Bibliografia básica: AB SABER, A. Domínios da Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Cotia, 6a Ed. 2010,160p. BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais: vol. 1, 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009. v. 1. 425 p. SCHAEFER, C. E. G. R. Bases físicas da paisagem brasileira: estrutura geológica, relevo e solos. Tópicos em ciência do solo. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, v. 8, p. 1-69, 2013. VENTURI, L. A. B. (Org.). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 240 p. il. (algumas color.). Bibliografia: p. 233-238. ISBN 9788586238444.	
Bibliografia complementar: AB'SABER, A. N. Ecossistemas do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2009. BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise, [S. l.], v. 8, 2004. DOI: https://doi.org/10.5380/raega.v8i0.3389 CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 2. ed. São Paulo: Blucher, 1980. FLORENZANO, T.G. Imagens de satélite para estudos ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. FRANÇA, L.C.J.; MUCIDA, D.P. A fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha em Minas Gerais. Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022. 52p. https://doi.org/10.46420/9786581460242 LABOURIAU, M.M.S. Critérios e técnicas para o quaternário. São Paulo: Edgar Blücher, 2007, 387 p.	

MACHADO, M. F. **Geodiversidade do estado de Minas Gerais**. MACHADO, M. F.; SILVA S.F (Org). 1ª ed. Belo Horizonte: CPRM, 2010.131 p. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/14704>

MINAS GERAIS. **Metodologia do Zoneamento Ambiental Produtivo de sub-bacias hidrográficas**. Belo Horizonte: SEMAD/SEAPA, 2025. https://www.mg.gov.br/system/files/media/agricultura/documento_detalhado/2024/zoneamento-ambiental-e-produtivo/metodologia-zap_4ed.pdf

MUCIDA, D. P. et al. Designing optimal agrosilvopastoral landscape by the potential for conservation use in Brazil. **Sustainable Horizons**, v. 5, p. 100045, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.horiz.2022.100045>

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. **Para Entender a Terra**. 4ª. Ed, Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2006.

SILVA, A.C.; PEDREIRA, L.C.V.S.F.; ABREU, P.A.A. **Serra do Espinhaço Meridional: paisagens e ambientes**. Belo Horizonte: o Lutador, 2005. 272 p.

SANTOS, H. G et al. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 6ª ed. Brasília, DF: Embrapa, 2025. <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1176834>

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA AGRÁRIA

CH	75h

Ementa

Relação sociedade-natureza e a agricultura nos diferentes modos de produção. Trabalho e renda fundiária. Modernização conservadora no campo e industrialização da agricultura. Os movimentos sociais e a reforma agrária. Questão agrária e conflitos no campo por terra e água, trabalho análogo à escravidão, grandes projetos de desenvolvimento e territórios tradicionais. Agroecologia e relação cidade-campo. Ruralidades, pluriatividade, multifuncionalidade e agricultura urbana. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Bibliografia básica:

CALDART, Roseli S. et. al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Bibliografia complementar:

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, B. M. et al. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

PLOEG, J. D. V. der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008

6º PERÍODO

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: MANEJO E GESTÃO DAS ÁGUAS

CH

60h

Ementa:

Estudo integrado das águas continentais e oceânicas e suas relações com clima, relevo e solos. Análise das bacias hidrográficas brasileiras, com ênfase em Minas Gerais e rio Jequitinhonha. Impactos ambientais e estratégias de gestão dos recursos hídricos. Uso de geotecnologias para análise e monitoramento das águas. Atividades práticas e de campo para reconhecimento e manejo de sistemas hídricos. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes

Disciplina basilar para compreender sistemas hídricos de forma integrada, articulando clima, relevo e solos à dinâmica de estoques, fluxos e qualidade da água, reconhecida como bem comum e infraestrutura ecológica para abastecimento, produção, conservação e justiça hídrica.

No eixo do Pensamento Espacial e do Raciocínio Geográfico, trabalha em escala de bacia, conectando cabeceiras, planícies e estuários; interpreta séries hidrometeorológicas e indicadores e aplica geotecnologias (sensoriamento remoto, MDE, GNSS e SIG) ao delineamento de bacias, ao monitoramento do uso do solo e à análise de riscos, com rastreabilidade e ética de dados.

Na relação Sociedade e Natureza, analisa impactos e instrumentos de gestão como outorga, proteção ciliar, manejo de eventos extremos e adaptação climática, com ênfase em Minas Gerais e no rio Jequitinhonha. Mobiliza o Capital Geográfico discente para produzir perfis, mapas e relatórios de utilidade pública, formando profissionais capazes de medir, modelar e comunicar a dinâmica das águas com rigor científico, relevância socioterritorial e responsabilidade ética.

Bibliografia básica:

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (org.). **Geomorfologia e meio ambiente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

REBOUÇAS, Aldo Cláudio et al. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2006.

TEIXEIRA, Wilson et al. (org.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

Bibliografia complementar:

BRAGA, Benedito Pires et al. **Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. **Gestão de recursos hídricos e educação ambiental: articulações para a sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

LEINZ, Vicente; AMARAL, Sérgio Estanislau do. **Geologia geral**. São Paulo: Nacional, 1980.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (org.). **Gestão da qualidade da água e do meio ambiente**. Barueri, SP: Manole, 2005.

TUNDISI, José Galizia; TUNDISI, Takako Matsumura. **Limnologia**. 3. ed. São Carlos: Oficina de Textos, 2017.

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: PLANEJAMENTO TERRITORIAL

CH

60h

Ementa:

Fundamentos teórico-conceituais do território e planejamento. Planejamento, gestão e participação. Estado, globalização e planejamento estratégico. Planejamento e ordenamento territorial no Brasil. Instrumentos de planejamento e políticas de desenvolvimento. Planejamento e gestão territorial das políticas urbana, rural e ambiental. Políticas públicas brasileiras de desenvolvimento territorial. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes

Planejamento Territorial consolida-se como disciplina fundamental para a compreensão e atuação nas dinâmicas contemporâneas, articulando na perspectiva CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) o planejamento como campo sociotécnico que integra saberes geográficos, instrumentos jurídicos e mediações tecnológicas na construção do território como espaço de direitos.

A disciplina situa a Geografia no debate sobre políticas urbanas, rurais e ambientais, examinando a trajetória do planejamento no Brasil e demonstrando como decisões sobre uso e ocupação do solo resultam de escolhas históricas, disputas institucionais e capacidades técnicas.

No âmbito do Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico, desenvolve diagnósticos e cenários multiescalares, relacionando forma e conteúdo, redes de infraestrutura e padrões de deslocamento a evidências empíricas. O estudo de planos, zoneamentos e instrumentos de desenvolvimento local favorece a formulação de problemas e validação de alternativas de ordenamento com transparência metodológica.

Na Relação Sociedade-Natureza, integra mudanças ambientais globais, vulnerabilidades e estratégias de adaptação, discutindo enchentes, ilhas de calor, saneamento e justiça territorial. O enfoque em governança regional e metropolitana evidencia interdependências entre territórios e convoca arranjos cooperativos para compatibilizar crescimento espacial, proteção ambiental e inclusão social.

No eixo Cidadania Ativa, analisa mecanismos de participação popular e controle social como condições de legitimidade do planejamento. Em diálogo com o Capital Geográfico, mobiliza repertórios e experiências dos discentes para transformar vivências territoriais em investigações aplicadas - como leituras comunitárias, mapas temáticos e notas técnicas - que qualifiquem o debate público e apoiem decisões compartilhadas.

Dessa forma, Planejamento Territorial integra teoria, método e compromisso público para formar profissionais aptos a interpretar criticamente o espaço geográfico e intervir de modo ético, tecnicamente fundamentado e participativo na construção de territórios urbanos mais justos e sustentáveis.

Bibliografia básica:

DEMO, P. **Participação é conquista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade** – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Bibliografia complementar:

ANJOS, R. S. A. dos. **Dinâmica territorial**. Brasília: Mapas & Consultoria, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento do território**. Brasília, DF, 2005.

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade do início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SOUZA, Maria A. A. de. **Território brasileiro – usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

7º PERÍODO**COMPONENTE CURRICULAR: AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL**

CH	60h

Ementa:

Conceitos e fundamentos da Avaliação de Impactos Ambientais. Instrumentos de gestão ambiental: EIA/RIMA, Relatórios Simplificados, Planos de Recuperação e licenciamento ambiental. Métodos e técnicas de identificação, previsão e mensuração de impactos antrópicos. Inovações tecnológicas aplicadas à AIA. Práticas de campo voltadas à análise de impactos e estratégias de mitigação, recuperação e sustentabilidade. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

A disciplina Avaliação de Impactos Ambientais forma geógrafos capazes de integrar ciência, tecnologia e sociedade (CTS) na análise, previsão e gestão de impactos, articulando fundamentos, métodos e etapas do EIA-RIMA ao contexto histórico, conceitual e legal do licenciamento ambiental. Por meio de geotecnologias, análise multiescalar e leitura de vulnerabilidades territoriais, os estudantes desenvolvem competências para diagnosticar, modelar e propor medidas de mitigação e monitoramento de forma rigorosa e transparente.

Em diálogo com o Capital Geográfico, a disciplina valoriza experiências e repertórios dos discentes, transformando vivências territoriais em produtos aplicados, como mapas, indicadores e notas técnicas, fortalecendo a participação social, a ética da informação e a tomada de decisões compartilhadas, promovendo processos ambientais mais democráticos e sustentáveis.

Bibliografia básica:

BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. **Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Antônio Inagê de Assis. **Introdução à legislação ambiental brasileira e licenciamento ambiental**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2005. 659 p. ISBN 8573876123.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

Bibliografia complementar:

ASSIS, W. F. T.; ZUCARELLI, M. C. **Despoluindo incertezas: impactos territoriais da expansão de agrocombustíveis e perspectivas para uma produção sustentável**. Belo Horizonte: O Lutaador, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais. Caderno de licenciamento ambiental**. Brasília, DF: MMA, 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

BITAR, O. Y. et al. **O meio físico em estudos de impacto ambiental**. São Paulo. 1990.

BRANCO, S. B. **Ecosistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do Meio Ambiente**. São Paulo. Edgard Blucher. 2002.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **Avaliação e perícia ambiental**. São Paulo. Editora Bertrand. 2004.

KASKANTZIS, G. **Avaliação de Impactos na Perícia Ambiental. Curso de capacitação profissional na área de meio ambiente**. Curitiba, PR, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275099658_Apostila_de_Avaliacao_de_Impactos_Ambientais. Acesso em: 26 dez.2024.

REIS, M.J.L. **ISO 14000: Gerenciamento Ambiental - Um novo desafio para a sua competitividade**. Qualitymark Editora, RJ, 1996.

SERRANO, L.M.; BARBIERI, A.F. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Brasil: uma descrição de indicadores de sustentabilidade ambiental aplicáveis à realidade brasileira**. 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1599.pdf. Acesso em: 26 dez. 2024.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: ESPAÇO E PODER

CH	75h

Ementa

Abordagens teóricas e metodológicas da Geografia Política e da Geopolítica. Formação do Estado e nacionalismo. Produção social do espaço e relações de poder. Regionalizações do espaço mundial. As colonialidades do saber e do poder. O mundo Pós-45. Direito Internacional e os Organismos Internacionais. Os conflitos mundiais contemporâneos e a conformação dos novos territórios de poder. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

Espaço e Poder consolida-se como disciplina central para a compreensão das dinâmicas geopolíticas contemporâneas, articulando a Geografia Política e a Geopolítica como chaves de leitura da produção social do espaço e das relações de poder que o estruturam, na perspectiva CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade).

A disciplina examina a formação do Estado, do nacionalismo e as colonialidades do saber e do poder como processos históricos e sociotécnicos, nos quais tecnologias de transporte, energia, comunicação e informação atuam conjuntamente com instituições e imaginários para produzir fronteiras, territorialidades e hierarquias espaciais.

No âmbito dos Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia, consolida categorias como espaço, território, soberania, fronteira e escala, explicitando seus fundamentos ontológicos e epistemológicos. Simultaneamente, nas Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais, discute o papel

político dos mapas, projeções e visualizações de fluxos, abordando escolhas de classificação, semiologia gráfica e ética no uso de dados geográficos.

A análise do período pós-1945 incorpora Direito Internacional, organismos multilaterais e regimes de governança, destacando a conformação de novos territórios de poder associados a cadeias logísticas, finanças globais, plataformas digitais e infraestruturas críticas. O debate evidencia como disputas geopolíticas se materializam em paisagens, normas e dispositivos de segurança, exigindo leitura geograficamente informada para avaliar interesses, riscos e possibilidades de cooperação.

Em diálogo com o Capital Geográfico, mobiliza repertórios e experiências dos discentes para transformar vivências territoriais em investigações situadas e aplicações socialmente úteis - como dossiês temáticos, mapas interpretativos e notas técnicas - que qualifiquem o debate público.

Ao integrar teoria, método e linguagens de representação, Espaço e Poder forma geógrafos capazes de decifrar criticamente as tramas que conectam política, tecnologia e território, intervir de maneira responsável em disputas espaciais e comunicar evidências com rigor acadêmico e relevância social.

Bibliografia básica:

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

Bibliografia complementar:

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Paripus, 1988.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

WESSELING, H. I. **Dividir para dominar: a partilha da África - 1880-1914**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA DO BRASIL: DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS

CH

60h

Ementa

Estudo integrado dos domínios morfoclimáticos do Brasil e suas inter-relações físicas e socioambientais. Análise dos biomas, sistemas naturais e impactos territoriais. Aplicação de geotecnologias na interpretação dos domínios morfoclimáticos. Atividades práticas e de campo para análise e representação de elementos naturais e antrópicos. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes:

Disciplina que auxilia na leitura e interpretação do território brasileiro de forma integrada, articulando domínios morfoclimáticos e biomas às mediações técnicas, institucionais e culturais. Desenvolve análise multiescalar de processos e formas da paisagem, com uso crítico de geotecnologias para interpretar padrões, estimar incertezas e comunicar evidências com transparência.

No eixo Relação Sociedade-Natureza, qualifica diagnósticos de vulnerabilidades, pressões e riscos, relacionando clima, relevo, solos, hidrografia e ocupação humana a estratégias de conservação, restauração e adaptação. No eixo Cidadania Ativa, incorpora participação social, comunicação científica e educação ambiental; trata geotecnologias como linguagem de acesso democrático à informação territorial, fortalecendo o debate sobre justiça ambiental e desenvolvimento sustentável.

Em diálogo com o Capital Geográfico, converte vivências discentes em produtos aplicados (roteiros de campo, perfis ambientais, mapas interpretativos), formando geógrafos capazes de medir, modelar e comunicar fenômenos com rigor, relevância socioterritorial e ética.

Bibliografia básica:

ABSABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. 6. ed. Cotia: Ateliê, 2010.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Org.). **Geomorfologia do Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia:** noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

Bibliografia complementar:

COX, C. B.; MOORE, P. D. **Biogeografia:** uma abordagem ecológica e evolucionária. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MACHADO, P. J. O; TORRES, F. T. P. **Introdução à hidrogeografia.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MENDONÇA, F. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos.** Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

TEIXEIRA, W. et. al. (Org.). **Decifrando a terra.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: EXTENSÃO IV

CH	60 hs (60 horas de extensão)

Ementa: A atuação do Bacharel em Geografia e sua articulação com a sociedade. Caracterização das atividades de extensão em Geografia. Participação na elaboração e/ou desenvolvimento de atividades que envolvam a divulgação e/ou popularização de estudos/temáticas produzidos na universidade e mais especificamente no curso de Geografia. Ações de extensão devidamente registradas na PROEXC. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Abordagem CTS – Capital Geográfico

Eixos Estruturantes: Pensamento Espacial e Raciocínio Geográfico; Linguagens e Representações Cartográficas e Geoespaciais; Conceitos e Princípios Fundamentais da Geografia; Relação Sociedade-

Natureza e Abordagem dos Desafios Socioambientais Contemporâneos e Cidadania Ativa e Desafios Contemporâneos.

A Unidade Curricular (UC) **Extensão IV** finaliza a integração entre universidade e sociedade, ampliando a capacidade do estudante de transformar sua formação acadêmica em práticas e produtos extensionistas. No 5º período, já apoiado pela base conceitual e metodológica adquirida nas unidades curriculares (UC) anteriores, o discente encontra-se apto a elaborar diagnósticos, propor intervenções territorializadas e desenvolver materiais técnicos e de divulgação científica. A disciplina articula produção acadêmica, mediações tecnológicas e demandas socioambientais na perspectiva CTS (Ciência–Tecnologia–Sociedade), em diálogo com o Capital Geográfico, mobilizando repertórios, experiências e redes discentes para gerar aplicações socialmente úteis que ampliam a compreensão pública da Geografia. Nesta etapa, a participação em eventos abertos como o #vempraufvjm, assim como em projetos extensionistas como o GAIA, o LAEP e outras iniciativas da universidade, consolida a compreensão da extensão como dimensão estruturante da formação profissional. As atividades extraclasse promovem a produção de cartografias temáticas, painéis interpretativos, relatórios técnicos, sistemas de informação geográfica, indicadores ambientais e materiais de divulgação científica, expressando a maturidade acadêmica alcançada. Dessa forma, a UC Extensão IV fortalece os eixos estruturantes do curso, unindo rigor conceitual, tratamento público das evidências e compromisso ético com a sociedade, qualificando o bacharelado para atuar criticamente em campos de maior complexidade instrumental vinculadas à ciência geográfica.

Bibliografia básica:

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

CALLAI, H. C. A formação do professor de Geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032>

FAGUNDES, M. Arqueologia e educação-programa "Arqueologia e comunidades" para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 1, p. 199-216, 2013.

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2013000100013&lng=en&nrm=iso

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf
Acesso em: 15 set 2025.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2006. 93 p. (O mundo hoje; 24).

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017. Disponível em: https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf

LIMA, M.C.O.; MORAIS, M. S.; MUCIDA, D. P. Roteiro Pedagógico Patrimonial do centro colonial de Diamantina, Minas Gerais: Personagens Ilustres. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e4559108711, 2020. [10.33448/rsd-v9i10.8711](https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8711)

RIBEIRO, E. M. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri**, Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2013.

SANTOS, J. D. et al. Projeto GAIA: 10 anos de divulgação científica em espaço não formal. **Terrae Didactica**, v. 17, p. e021040-e021040, 2021. [10.20396/td.v17i00.8667218](https://doi.org/10.20396/td.v17i00.8667218).

SOUZA, L. L., STOCCO, A. F., SULZBACHER, A.W. A criação do "Vale do Jequitinhonha": análise da formação histórica e seu processo de regionalização. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 14, n. 1, p. 113–132, 2024. <https://doi.org/10.54446/bcg.v14i1.3111>

UFVJM. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução CONSEPE nº 2**, de 18 de janeiro de 2021, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFMJM. Diamantina, 2021.

Bibliografia complementar:

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 1999. 80p.

CALLAI, H.C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de geografia do Norte Grande.**, Santiago, n.70, p.9-30, 2018. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022018000200009>

CARNEIRO, R.N. et al. A disciplina extensão e práticas acadêmicas em geografia e o protagonismo de fala dos graduandos. **EXTENDERE**, v. 10, n. 1, 2024.

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/EXT/article/view/6551>

DEUS, S. **Extensão universitária: trajetórias e desafios** / Sandra de. Deus. – Santa Maria, RS: Ed.PRE-UFSM, 2020. 96 p. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf

FORPROEX. **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira. Belo Horizonte: FORPROEX/ CPAE; PROEX/UFMG, 2013 (Coleção Extensão Universitária; v.8). Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf

NASCIMENTO, E. C. do. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural.

Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades, n. 4, mai./out., 2009, p. 01-15. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/jequiti.pdf>

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo:Cortez, 2011.

SILVA, J. C. F. **Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha**: a difícil construção de nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

THIOLLENT, M.; IMPERATORE, S.; SANTOS, Sônia R. M. **Extensão universitária**: concepções e reflexões metodológicas. Curitiba, CRV: 2022.

VENTURI, L. A. B. (Org.). **Praticando geografia**: técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

CH	15h

Ementa:

Elaboração do projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. Definição do tema, problema de pesquisa, hipóteses (quando aplicável), objetivos geral e específicos. Fundamentação teórico-conceitual ancorada nas correntes contemporâneas do pensamento geográfico. Estados da arte. Definição da estratégia metodológica, incluindo métodos, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados geográficos. Discussão sobre a ética em pesquisa, incluindo uso de Inteligências artificiais (IA). Estruturação e formatação do projeto de pesquisa conforme as normas técnicas e acadêmicas vigentes. Contempla atividades supervisionadas de Trabalho Discente Efetivo (TDE), integradas aos objetivos do componente curricular.

Bibliografia básica:

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico**: técnicas de redação e de pesquisa científica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação** – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2023.

_____. **Informação e documentação** – referências – elaboração: NBR 6023. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2024.

_____. **Informação e documentação** – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação: NBR 6024. São Paulo: ABNT, 2012.

_____. **Informação e documentação** – projeto de pesquisa – apresentação: NBR 15287. São Paulo: ABNT, 2021.

_____. **Informação e documentação** – trabalhos acadêmicos – apresentação: NBR 14724. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2024

_____. **Informação e documentação** – livros e folhetos – apresentação: NBR 6029. São Paulo: ABNT, 2006.

BOT, G.; ETHIËNNE E.S.K. inteligência artificial potencializando a pesquisa: ferramentas para a escrita acadêmica. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 9, n. 1, p. 1–17, 2025.

<https://doi.org/10.12957/redoc.2024.83222>

BOTELHO, L.L.R.; ALMEIDA CUNHA, C.C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/b99b/4f7d8cb581a59f92915a0c64430d43dc65b0.pdf>

BOTH, S.J; SIQUEIRA, C.J de Souza. **Metodologia científica faça fácil sua pesquisa**. Tangará da Serra, MT: Editora São Francisco, 2004.

CONCEICAO, V.A.S.; CHAGAS, A.M. O pesquisador e a divulgação científica em contexto de cibercultura e inteligência artificial. **Acta Educ.**, Maringá, v. 42, e52879, 2020

<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.52879>

JACOMINI, M.A. et al. Pesquisas estado da arte em educação: características e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e262052, 2023. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349262052por>

JÚNIOR, N.A.; AZEVEDO, R.C.G.; LOPES, V.V.R. educação e cibercultura: o impacto da IA na construção do conhecimento geográfico. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 9, n. 2, p. 1-22, 2025.

<https://doi.org/10.12957/redoc.2025.90386>

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

POPPER, Karl S. **A lógica da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

RAMON Y CAJAL, Santiago. **Regras e conselhos sobre a investigação científica**. 3.ed.

RUDIO, V. V. **Introdução a projetos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Sistema de Bibliotecas. **Manual de normalização**: monografias, dissertações e teses. 2. ed.

Diamantina: UFVJM, 2024. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/manual-de-normalizacao.html>.

8º PERÍODO	
COMPONENTE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	
CH	15h
Ementa: Execução da pesquisa em continuidade ao TCC 1. Coleta, organização, processamento e análise dos dados empíricos e/ou documentais. Articulação crítica entre os dados coletados e o referencial teórico-conceitual construído. Discussão dos resultados à luz da problemática geográfica investigada. Discussão sobre a ética em pesquisa, incluindo uso de Inteligências artificiais. Redação, formatação e finalização do Trabalho de Conclusão de Curso em uma das modalidades aceitas pelas resoluções da UFVJM e do curso.	
Bibliografia básica: MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Sistema de Bibliotecas. Manual de normalização: monografias, dissertações e teses. 2. ed. Diamantina: UFVJM, 2024. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/manual-de-normalizacao.html.	
Bibliografia complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2023. _____. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2024. _____. Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação: NBR 6024. São Paulo: ABNT, 2012. _____. Informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação: NBR 15287. São Paulo: ABNT, 2021. _____. Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação: NBR 14724. 3ª ed. São Paulo: ABNT, 2024 _____. Informação e documentação – livros e folhetos – apresentação: NBR 6029. São Paulo: ABNT, 2006. BOT, G.; ETHIÉNNE E.S.K. inteligência artificial potencializando a pesquisa: ferramentas para a escrita acadêmica. Revista Docência e Cibercultura, v. 9, n. 1, p. 1–17, 2025. https://doi.org/10.12957/redoc.2024.83222 BOTH, S.J.; SIQUEIRA, C.J de Souza. Metodologia científica faça fácil sua pesquisa. Tangará da Serra, MT: Editora São Francisco, 2004. BOTELHO, L.L.R.; ALMEIDA CUNHA, C.C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e sociedade, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/b99b/4f7d8cb581a59f92915a0c64430d43dc65b0.pdf CONCEICAO, V.A.S.; CHAGAS, A.M. O pesquisador e a divulgação científica em contexto de cibercultura e inteligência artificial. Acta Educ., Maringá, v. 42, e52879, 2020 https://doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.52879. JACOMINI, M.A. et al. Pesquisas estado da arte em educação: características e desafios. Educação e Pesquisa, v. 49, p. e262052, 2023. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349262052por	

JÚNIOR, N.A.; AZEVEDO, R.C.G.; LOPES, V.V.R. educação e cibercultura: o impacto da IA na construção do conhecimento geográfico. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 9, n. 2, p. 1-22, 2025. <https://doi.org/10.12957/redoc.2025.90386>

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

POPPER, Karl S. **A lógica da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

RAMON Y CAJAL, Santiago. **Regras e conselhos sobre a investigação científica**. 3.ed.

RUDIO, V. V. **Introdução a projetos de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

5.2 Ementário e bibliografia básica e complementar – Unidades Curriculares Eletivas

A ser Criada: CLIMATOLOGIA APLICADA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Balanço global de radiação. Elementos climáticos e fatores geográficos: medições e registros. Climatologia dinâmica. Observação, análise e previsão do tempo atmosférico. Climas brasileiros e seus climogramas. Clima e agricultura. Clima e saúde. Clima e cidade: Sistema Clima Urbano. Satélites meteorológicos e cartas sinóticas. Climatologia aplicada à Geografia: análise rítmica. Balanço hídrico climatológico. Mudanças climáticas e modelagem climática. Estação meteorológica convencional e automática: visita técnica e trabalho de campo.

Bibliografia básica:

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. 2. ed. Viçosa: Ed. UFV, 2012.

Bibliografia complementar:

CAVALCANTI, I. F. A. (Org.). **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

GARTLAND, L. **Ilhas de calor**: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

MARENGO, J. A. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade**:

caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XX. 2. ed. Brasília: MMA, 2007. (Biodiversidade, 26).

MONTEIRO, C. A. F. et al. (Org.). **Clima urbano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

STRAHLER, A. N.; STRAHLER, A. H. **Geografia física**. 3. ed. Barcelona: Omega, 2000.

TEIXEIRA, W. et al. (Org.). **Decifrando a terra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

ZAVATTINI, J. A.; BOIN, M. N. **Climatologia geográfica**: teoria e prática de pesquisa. Campinas: Alínea, 2013.

A ser Criada: TÓPICOS ESPECIAIS I

Carga horária: 60 h/a

Os tópicos especiais poderão ser oferecidos por docentes conforme a demanda de unidades curriculares não elencadas no rol de e eletivas do Bacharelado em Geografia. Seu ementário deverá ter aderência à formação do egresso do Bacharelado.

A ser Criada: TÓPICOS ESPECIAIS I

Carga horária: 60 h/a

Os tópicos especiais poderão ser oferecidos por docentes conforme a demanda de unidades curriculares não elencadas no rol de e eletivas do Bacharelado em Geografia. Seu ementário deverá ter aderência à formação do egresso do Bacharelado.

GEO002 EDUCAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS

Carga horária: 75 h/a

Ementa: A Terra e geossistemas: litosfera, atmosfera, hidrosfera, biosfera e Contextualização do tempo geológico na evolução do Planeta. As geociências no ensino básico.

Bibliografia básica:

LOMBORG, B. **O ambientalista cético**: medindo o verdadeiro estado do mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

TEIXEIRA, W. et. al. (Org.). **Decifrando a terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

CHRISTOPHERSON, R. W.; BIRKELAND, G. H. **Geossistemas**: uma introdução à geografia física. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017

Bibliografia complementar:

ANELLI, L. E.; CAMOLEZ, T. **Extinção é para sempre**: a história dos mamíferos gigantes da América do Sul. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

BERBERT, C. O. Ciências da Terra para a sociedade: o ano internacional do planeta Terra. **Revista USP**, São Paulo, n. 71, p. 70-80, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13552/15370>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CARNEIRO, C. D. R. et. al. Dez motivos para a inclusão de temas de geologia na educação básica. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 553-60, 2016. Disponível em: <<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/viewFile/9787/9135>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LENZI, E.; FAVERO, L. O. B. **Introdução à química da atmosfera**: ciência, vida e sobrevivência. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

LICCARDO, A.; LICCARDO, V. B. **Pedra por pedra**: mineralogia para crianças. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

PIRANHA, J. M.; CARNEIRO, C. D. R. O ensino de geologia como instrumento formador de uma cultura de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 129-37, 2009. Disponível em: <<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/view/7634>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

SALGADO-LABOURIAU, M. L. **História ecológica da terra**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.

SILVA, C. R. da (Ed.). **Geodiversidade do Brasil**: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/geodiversidade_brasil.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2016.

GEO007 CARTOGRAFIA TEMÁTICA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Fundamentos e objetivos da Cartografia temática. Organização e tratamento de dados geográficos e bases cartográficas para geração de mapas temáticos e cartogramas. Semiologia gráfica. Construção de mapas temáticos. Gráficos: construção e uso. Ensino de cartografia temática. Mapas temáticos na educação escolar.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, R. D. **Do Desenho ao Mapa**: Iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

JOLY, F. **A cartografia**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2011.

SOUZA, J. G. de; KATUTA, A. M. **Geografia e conhecimentos cartográficos**: a cartografia no movimento de renovação da Geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001.

Bibliografia complementar:

ARCHELA, R. S. **Cartografia sistemática e cartografia temática**. Londrina: [s.n.], 1999.

Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/girardi/Cartografia_Tematica/TEXT0_01.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: DGC; DECAR, 1998. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/indice.htm>. Acesso em: 8 nov. 2016.

CASTRO, F. V. F. de. **Cartografia temática**. Belo Horizonte: [s.n.], 2004. Disponível em:

<<http://csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/apostilacartografiatematicafredericovale.pdf>>.

Acesso em: 8 nov. 2016.

DECANINI, M. M. S. **Cartografia temática: métodos de classificação dos dados geográficos quantitativos**. Presidente Prudente: [s.n.], 2003. Disponível em:

<http://www.georeferencial.com.br/old/material_didatico/cartografia_tematica_monica.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

LE SANN, J. G. O papel da cartografia temática nas pesquisas ambientais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 16, p. 61-9, 2005. Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_16/Janine_Le_Sann.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

LUDWIG, A. B. et. al. Cartografia temática e ensino de geografia: reflexões e experiências. In:

ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anais...** Lima: UGI, 2013. 18 p. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Ensenanzadelageografia/Metodologiapara laensenanza/47.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

MATIAS, L. F. **Por uma cartografia geográfica** – uma análise da representação gráfica na geografia. 1996. 58 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em:

<<http://www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/teses/Por%20uma%20Cartografia%20Lindon.pdf>>.

Acesso em: 8 nov. 2016.

ROSETTE, A. C.; MENEZES, P. M. L. de. Erros comuns na cartografia temática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 21., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SBC, 2003. 9 p. Disponível em:

<http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/2003/Erros_Cart_Tematica_2003.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO COLABORATIVA

Carga horária: 75 h/a

Ementa: O desenvolvimento do conceito de patrimônio. O patrimônio no Brasil. Legislação de defesa do patrimônio. Educação e ensino do/para patrimônio. Patrimônio nas escolas. Ação colaborativa e sensibilização. Práticas sociais e patrimônio.

Bibliografia básica:

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BESSA, S. M. **Preservação do patrimônio cultural** – nossas casas e cidades, uma herança para o futuro. Brasília, DF: IPHAN/MinC, 2004.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006

CORREA, A. F. **Patrimônios bioculturais: ensaios de antropologia das memórias sociais e do patrimônio cultural**. São Luís: Edufma, 2008.

DUARTE, M. T. (Org.). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007.

Bibliografia complementar:

JORGE, V. O. **Arqueologia, patrimônio e cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

MALTEZ, C. R. et. al. Educação e patrimônio: O papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. **Pedagogia em ação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 39-49, nov. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4840/5023>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MARTINS, C. **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Rocca, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Instituto Estadual de Florestas. **Parques de Minas**: patrimônio natural de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa das Artes, 2006.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PORTUGUEZ, A. P. (Org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca: 2004.

SILVA, J. C. **Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha**: a difícil construção da nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

SILVA, S. P. da. **Teoria e prática na educação**: o que dizem: novas tecnologias; currículo; inclusão; avaliação; história; estágio; psicologia; didática e antropologia filosófica? Catalão: Ed. UFG, 2008.

SOUZA, S. L. M. de; CARVALHO, E. L. de. Educação para o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: INEPAC, 2014. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/exibir/20/0>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

GEO024 GEOGRAFIA HUMANISTA

Carga horária: 75 h/a

Ementa: Introdução à Fenomenologia e ao Humanismo na Geografia. A crise das ciências e a refundação ontológica. Geografia fenomenológica. Geografia e arte. Essências espaciais em geografia: paisagem, espaço, lugar, mundo, território. Geografias do sensível e do cotidiano. Experiência, mundo-da-vida e sentidos – entre o edético e o transcendental. A pesquisa e a prática em geografia humanista: trabalho de campo.

Bibliografia básica:

DARDEL, E. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SARTRE, J. P. O existencialismo é um humanismo. A imaginação questão de método. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

TUAN, Y. F. Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

Bibliografia complementar:

ARENHART, L. O. Ser-no-mundo e consciência-de-si: uma leitura dos escritos fenomenológicos de Martin Heidegger a partir de um conceito filosófico-analítico plausível da consciência-de-si imediata. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DARTIGUES, A. O que é fenomenologia? São Paulo: Centauro, 2008.

DEPRAZ, N. Compreender Husserl. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

HEIDEGGER, M. Conferências e escritos filosóficos. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

_____. Ser e tempo. Petrópolis: Vozes, 2011.

HUSSERL, E. Investigações lógicas: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MERLEAU-PONTY, M. Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SARTRE, J. P. O ser e o nada: ensaios de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2007.

WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

GEO028 DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE

Carga horária: 75 h/a

Ementa: O Direito, a lei e suas divisões. A origem e filosofia dos direitos humanos. O futuro dos direitos humanos. Estabelecimento de relações entre os direitos humanos, o ambiente e a sociedade. Confronto entre direitos humanos no Brasil e minorias. Questões étnico-raciais e educação especial. Educação em Direitos Humanos. Legislação e direitos das pessoas portadoras de deficiência(s) ou com mobilidade reduzida.

Bibliografia básica:

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

SYMONIDES, J. **Direitos humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília, DF: UNESCO, 2003.

VENTURI, G. (Org.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análise de pesquisa nacional**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

Bibliografia complementar:

CORDEIRO, A. C. F.; PINHEIRO, Â. A. A. (Org.). **Direitos humanos de crianças e adolescentes: aprendizagens compartilhadas**. Fortaleza: NUCEPEC/UFC, 2009.

DORNELLES, J. R. W. **O que são direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LYRA FILHO, R. **O que é direito**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.

GEO038 ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA INDÍGENA ANTES DO CONTATO

Carga horária: 60 h/a

Ementa: A imigração do gênero Sapiens. O povoamento do continente americano. As primeiras grandes civilizações americanas. O povoamento do território do atual Brasil. Arqueologia: história, métodos e técnicas. Cultura material. Culturas, tecnologias e modo de vida das populações ameríndias antes do contato. Povoamento, modo de vida e cultura ameríndia no Vale do Jequitinhonha. Arqueologia e Ensino de História e Cultura Indígena.

Bibliografia básica:

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Editora da UNB, 1992.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

JUNQUEIRA, Carmem. **Antropologia indígena: uma (nova) introdução**. São Paulo: EDUC, 2008.

NOELLI, F.; FUNARI, P. P. **Pré-História do Brasil – as origens do Homem brasileiro, o Brasil antes de Cabral e descobertas arqueológicas recentes**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIALOU, A. V. **Pré-História do Mato Grosso**. São Paulo: Edusp, 2005.

Bibliografia complementar:

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora da UFPE, 1999.

LINKE, Vanessa. **Paisagem dos sítios de arte rupestre da região de Diamantina**. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de Mestrado, 2008.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2006.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia, patrimônio e cultura**. Lisboa, Instituto Piaget, 2007.

FAGUNDES, Marcelo. *O Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha – sítios arqueológicos, cultura material e cronologias para compreensão das ocupações indígenas holocênicas no Alto Vale do Rio Araçuaí, Minas Gerais - Brasil*. **Revista Vozes**, 10 (05), pp. 1-25, 2016. Disponível em:

<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/volume-x/> Acesso em julho de 2017.

FAGUNDES, Marcelo. Arqueologia e paisagens das terras altas mineiras: Serra do Espinhaço Meridional. **MORRODOPILAR** carta arqueológica, p. 38-71, 2015.

PERILLO FILHO, Átila. **Análise lítica e dispersão espacial dos materiais arqueológicos do Sítio Itanguá 02, Vale do Jequitinhonha – MG**. Pelotas – RS: Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Dissertação de Mestrado, 2016. Disponível em: < <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3184> >

SILVA, Lidianie Aparecida da. **O Holoceno médio na Serra Negra: Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais**. Pelotas – RS: Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Dissertação de Mestrado, 2017.

LEITE, Valdinêy A. **Flores e Pinturas na Paisagem: análise espacial e intra sítio em Campo das Flores**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

GEO039 ARTE, ESPAÇO E EDUCAÇÃO

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Espaço, cultura e arte. As representações no geográfico. Espaço, cultura e identidade. Imagem, discurso, estigma, “contraimagem”, “contradiscurso” e “contraestigma”. Espaço e arte no ensino de Geografia.

Bibliografia básica:

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, R. Do sertão aos pampas: o território da literatura nacional no século XX. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, n. 4-5, não paginado, 2003. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/347>>.

Acesso em: 19 dez. 2016.

BRANDÃO, C. R. **O que é folclore**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORAES, A. C. R. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, n. 4-5, não paginado, 2003. Disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/341>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

POEL, F. V. D. **Cultura popular e inclusão**. Ribeirão das Neves: [s.n.], [20--]. Disponível em: <<http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/inclusao.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. **Irreverência, riso e humor: dinamismo da religiosidade popular**. Ribeirão das Neves: [s.n.], [20--]. Disponível em: <<http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/irreverencia.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

GEO042 CLIMATOLOGIA URBANA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Climatologia aplicada e os sistemas climáticos. O sistema clima urbano, estudo das condições e impactos na cidade e no entorno. A questão microclimática e possíveis ações para minimizar os impactos nas áreas urbanas. O estudo da cidade e as condições de arborização como fator de conforto térmico. A estrutura das cidades e o clima.

Bibliografia básica:

AYOADE, J. O. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**. São Paulo: DIFEL, 1986. p. 331 p.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de textos, 2007.

ARAÚJO, G. H. DE S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Bibliografia complementar:

- CATUZZO, H. Telhado Verde: impacto positivo na temperatura e umidade do ar. O Caso da cidade de São Paulo. 2013. 206 f. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-18122013-123812/pt-br.php#referencias>.
- GARTLAND, L. Ilhas de calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
- JONSTON, J.; NEWTON, J. **Build Green**: A guide to using plants on roofs, walls and pavements. London: Mayor of London, 2004. p. 1-121. Disponível em: http://legacy.london.gov.uk/mayor/strategies/biodiversity/docs/Building_Green_main_text.pdf.
- LOMBARDO, M. A. **Ilha de calor nas metrópoles**: O exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985. 244 p.
- MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e Clima Urbano**. 1975. 219 f. Tese de Livre-docência – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

GEO043 - ENSINO DE GEOTECNOLOGIAS

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Geotecnologias aplicadas ao ensino. Introdução ao sensoriamento remoto e Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Sistema de Posicionamento Global (GPS). Conhecimento e manuseio de materiais, equipamentos e técnicas de geotecnologias utilizadas no ensino de Geografia (sensoriamento remoto, GPS, SIG, mapas temáticos, ferramentas de visualização Web, jogos-simuladores, aplicativos para *smartphones*). As tecnologias digitais de informação e comunicação e relações com as novas geotecnologias.

Bibliografia básica:

- FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- FLORENZANO, T. G. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- SILVA, J. X. da; ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e análise ambiental**: aplicações. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Bibliografia complementar:

- ASSAD, E. D. **Sistema de informações geográficas**: aplicações na agricultura. 2. ed. Brasília, DF: SPI, 1998.
- CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Fundamentos de geoprocessamento**. São José dos Campos: DPI/INPE, 1999. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/tutoriais/fundamentos>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- _____; _____. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html>. Acesso em: 22 dez. 2016.
- HETKOWSKI, T. M. Geotecnologia: como explorar educação cartográfica com as novas gerações? In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 15., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENDIPE, 2010. Disponível em: <http://endipe.pro.br/anteriores/15.rar>. Acesso em: 19 dez. 2016.
- NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento remoto**: princípios e aplicações. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2010.

GEO044 -ESPAÇO DE DESLOCAMENTO E POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Tipologias do turismo. Conceitos-chave da Geografia e sua aplicabilidade ao Turismo. Categorias de análise geográfica e seu relacionamento com o turismo. Áreas de interesse para o Turismo nos espaços de deslocamento. Impactos ambientais, culturais e socioeconômicos do turismo.

Bibliografia básica:

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 6. ed. Cotia: Ateliê, 2010.

CORIOLO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

Bibliografia complementar:

CRUZ, R. C. A. da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PELEGRI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PORTUGUEZ, A. P. (Org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 2010.

GEO045 ESPAÇO GEOGRÁFICO E TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: O pensamento científico e a teoria social crítica. O espaço geográfico e o pensamento social crítico. A Geografia e o pensamento anarquista. A Geografia e o pensamento dialético materialista histórico. A Geografia e o pensamento foucaultiano. A Geografia e o pensamento descolonialista. A pluralidade e as possibilidades de unidade da epistemologia geográfica crítica.

Bibliografia básica:

CASTRO, J. de. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Bibliografia complementar:

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em:

<<http://www.antropologias.org/rpc/files/downloads/2010/08/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%Aancias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MASSEY, D.; KEYNES, M. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**.

GEOgraphia, Niterói, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004. Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/151/146>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

MIGNOLO, W. **Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos**. **GEOgraphia**, Niterói, v. 7, n. 13, p. 7-28, 2005.

Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/177/169>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-80, 2002. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/1285>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Conferência...** Coimbra: FEUC, 2004. 45 p. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

GEO046 FITOGEOGRAFIA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Fatores geográficos, ecológicos e evolutivos que orientam a distribuição dos domínios morfoclimáticos no Brasil e como estes são retratados no contexto escolar. Elementos formadores da vegetação brasileira. Identificação das principais formas de ocupação antrópica dos domínios. Fundamentos teórico-práticos de métodos e delimitação para o ensino de biótopos. Trabalho de campo curricular.

Bibliografia básica:

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. 6. ed. Cotia: Ateliê, 2010.

AB'SABER, A. N. Ecossistemas do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2009.

FELFILI, J. M., REZENDE, R. P. Conceitos e métodos em fitossociologia. Brasília, Universidade de Brasília, 2003. (Comunicações técnicas florestais; v.5, n.1).

Bibliografia complementar:

AB'SABER, A. N. Leituras indispensáveis: 2. São Paulo: Ateliê, 2010.

AB'SABER, A. N. Ecossistemas do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2009.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 2ªed revisada e ampliada. 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf> Acessado em: 23 ago. 2017

RIZZINI, C.T. Tratado de Fitogeografia do Brasil. São Paulo, Âmbito Cultural, 1997.

ROMARIZ, D. Aspectos da Vegetação do Brasil, São Paulo, Liv. Bio-ciência, 1996.

GEO047 FOTOGEOGRAFIA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Papel da prática e linguagem fotográfica para observação e reconhecimento dos fenômenos geográficos. Análise do espaço geográfico por meio de fotografias e fotos aéreas. Fotografia como instrumento de ensino. Introdução e conceitos básicos de fotografia. Fotografia científica. Estereoscopia e ortofotografia. Fundamentos metodológicos da fotointerpretação. Geotecnologias, fotografias e fotos aéreas. Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) para aquisição de fotografias aéreas e análise espacial. Usos da linguagem fotográfica e suas possibilidades enquanto tecnologia digital de informação e comunicação.

Bibliografia básica:

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Lisboa: Edições 70, 2006.

CARVER, A. J. **Fotografia aérea para planejadores de uso da terra**. Brasília, DF: MA; SNAP; SRN; CCSA, 1988.

KUBRUSLY, C. A. **O que é fotografia**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia complementar:

ALBUQUERQUE, P. C. G. de. Elementos de fotogrametria e cartografia. In: BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Curso de treinamento:** introdução às técnicas de sensoriamento remoto e aplicações. São José dos Campos: DTT; DPDA; DATD, 1980, p. III.1-III.19. Disponível em: <<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1912/2005/07.18.21.11.26/doc/INPE%201869.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BLASCHKE, T.; KUX, H. **Sensoriamento remoto e SIG avançados:** novos sistemas sensores – métodos inovadores. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

FLORENZANO, T. G. **Iniciação em sensoriamento remoto.** 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento remoto:** princípios e aplicações. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2010.

TRAVASSOS PANISSET, L. E. A fotografia como instrumento de auxílio no ensino da geografia. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Paraíba, v. 1, n. 2, p. 1-3, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50010207>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

GEO049 GEOGRAFIA E MÚSICA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Geografia e geografia. Geografias e Cartografias do sensível. Soundscape. Músicas clássicas e a ambiência. Música popular e a paisagem. Brasil, brasilidade e música. O trabalho de campo em geografia e música.

Bibliografia básica:

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. Literatura, música e espaço. Coleção NEPEC. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007

SCHAFER, Murray. O ouvido pensante. Tradução Marisa Trench Fonterrada. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SCHAFER, Murray. A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. Tradução Marisa Trench Fonterrada. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

Bibliografia complementar:

SACKS, Oliver. Alucinações musicais: relatos sobre a música e o cérebro. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

SCHURMANN, Ernst. A música como linguagem> uma abordagem histórica. São Paulo: Brasiliense, 1989.

WISNIK, José Miguel. O som e o sentido: uma outra história das músicas. São Paulo : Companhia das letras, 1989.

GEO052 GEOGRAFIA REGIONAL

Carga horária: 60 h/a

Ementa: A questão regional e os conceitos de região. Espaço, escalas e relações sociais. Os processos de “emergência” regional. Região, regionalização, regionalidade, regionalismo e identidade regional. A produção do espaço nacional e a questão regional. A região entre o nacional e o global. Os processos históricos de colonização dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Dimensões da formação socioespacial do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Desenvolvimento regional. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri como um novo ator sociopolítico regional.

Bibliografia básica:

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Bibliografia complementar:

CORRÊA, R. L. C. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. et. al. (Org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HEIDRICH, A. L. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 63-75, jun. 1999. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/39730/26286>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2009

GEO053 GEOGRAFIAS DO SENSÍVEL

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Os sentidos e a geografia. Cotidiano, mundo-da-vida e geografia. Geografia ordinária. Paisagem olfativa. Paisagem do tato. Soundscape – Paisagem sonora. Sabor, gosto e paladar na geografia. Geografia e literatura. Linguagens. A sensibilidade praticada no Trabalho de Campo.

Bibliografia básica:

AUSTIN, J.L. Sentido e Percepção. São Paulo : Editora Martins Fontes, 1993.

SERRES, Michel. Os cinco sentidos : filosofia dos corpos misturados. Rio de Janeiro : Betrand Brasil, 2001.

BESSE, Jean-Marc. O gosto do mundo : exercícios de paisagem. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro : Ed UERJ, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo : Martins Fontes Editora, 1999.

Bibliografia complementar:

ECO, Umberto. História da Beleza. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro : Record, 2014.

LANGER, Susanne. Filosofia em Nova chave. São Paulo : Editora Perspectiva, 2004.

GEO054 GEOGRAFIAS FEMINISTAS

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Compreensão histórica das lutas feministas. Contribuições dos movimentos feministas para a Geografia e a ciência. Relações de poder, espaço, gênero e a produção de conhecimento. Trabalho e gênero. Reflexões geográficas sobre temas como gênero, relações de poder, corpo, sexualidade. Espaços públicos e privados e relações sociais de gênero. Geografia feminista no mundo e no Brasil.

Bibliografia Básica

- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 18 ed. São Paulo: Graal, 2003.
- SILVA, J. M. (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa. Paraná, Brasil. Editora Todapalavra, 2009.
- WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1987.
- Bibliografia Complementar**
- ALVAREZ, G. e SANTOS, L. **Tradições negras, políticas brancas: previdência social e populações afro-brasileiras**. Ministério da Previdência Social – MPS, Brasília, 2006
- ALVES, M. A. A tecnotipologia da cerâmica popular do Vale do Jequitinhonha. Niterói, 27-30 mar. 1994. Trabalho apresentado no GT 16: Organização social e cultura material rural, do XIX Congresso da ABA.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BINNIE, J.; VALENTINE, G. **Geographies of sexuality** a review of progress. Progress in Human Geography, 1999, vol. 23, nº 2, p. 175-187.
- BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. XXX Encontro Anual da ANPOCS. **Anais**, p. 01-25, 2006.
- BORGES, A. et. al. (org.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- BRANCO, A. de M. **Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre**. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 2000.
- BRUSCHINI, M. C.; ROSEMBERG, F. (Orgs). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Os direitos das mulheres na legislação pós-constituente**. Brasília: Letras Livres, 2006.
- COSTA, A. de O. et. al. (Org.). **Mercado de trabalho e gênero**. Comparações internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.
- FERNÁNDEZ HASAN, V. **El Espacio Público ampliado: Entre el intercambio virtual y las prácticas reales**. El feminismo como contrapúblico. Revista F@ro. Nº 8, 2008.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HEREDIA, B. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LANDERDAHL, M. C. et. al. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 17, n. 2, p. 306-312, 2013.
- LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUZ, J. et. al. **Mulheres de Minas: lutas e conquistas**. Belo Horizonte, Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.
- MATTOS, R. B. de; RIBEIRO, M. Â. C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. In: **Revista Território**, 1996, vol. 1, nº 1, p. 59-76.
- MOURA, M. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008.
- PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.
- REGO, W. D. L. e PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, abr. 2013, p. 21-42.
- ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. In: **Informações Econômicas**, 1993, p. 41-52.

ROSSINI, R. E. mulher e meio ambiente: o trabalho da mulher na agricultura canavieira do estado de São Paulo (Brasil). In: **Mulher e Meio Ambiente**, EDUFAL - Alagoas, 1994, vol. 1, p. 15-40.

ROSSINI, R. E. A Mulher como Força de Trabalho na Agricultura da Cana (Estado de São Paulo). **Boletim de Geografia Teorética**, 1992, vol. 22, n° 43-44, p. 295-305.

ROSSINI, R. E. As Geografias da modernidade - Geografia e gênero - mulher, trabalho e família. O exemplo de Ribeirão Preto - SP. In: **Revista do Departamento de Geografia**, 1998, n° 12, p. 7-26.

SCOTT, J. W. Uma categoria útil para análise histórica. **Cadernos de História UFPE**, n. 11, 2016.

SEGATO, R. L. “Qué es un feminicidio. Notas para un debate emergente”, en **Revista Mora**. Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, N° 12. Buenos Aires: UBA, 2006.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **Revista e-cadernos CES**, 18, 2012, não paginado. Disponível em: <https://eces.revues.org/1533> Acesso em 17 abr. 2017.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. In: **Revista de História Regional**, verão 2003, vol. 1, p. 31-45.

SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. da (org.). **Espaço, Gênero e Poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa. Paraná, Brasil. Editora Todapalavra, 2011.

SMITH, D. **El mundo silenciado de las mujeres**. Santiago de Chile, CIDE, 1989.

GEO056 GEOMORFOLOGIA CLIMÁTICA ESTRUTURAL

Carga horária: 60 h/a

Ementa: 01 Introduzir os conceitos básicos e o vocabulário específico da disciplina; 02 Destacar a interação entre os fatores e processos endógenos e exógenos na formação das formas de relevo e evolução do modelado; 03 Ressaltar a relevância dos fatos e processos geomorfológicos nos estudos ambientais; 04 Orientar a observação, registro e análise das formas de relevo em diferentes documentos e em campo; 05 Natureza, objeto e especialidades da Geomorfologia. Histórico da Geomorfologia: antecessores, de Davis a época atual. Bases conceituais da Geomorfologia contemporânea; 06 Geomorfologia Estrutural: influência dos fatores estruturais (litologia e tectônica) sobre as formas de relevo; as grandes unidades morfoestruturais do globo; 07 relevos associados a estruturas falhadas; relevos associados a estruturas monoclinaes, relevos associados a estruturas dobradas; 08 relevos associados a estruturas de maciços antigos; 09 Geomorfologia Climática: influência dos fatores climáticos sobre o modelado; 10 intemperismo e processos morfogenéticos; domínios morfoclimáticos; 11 Evolução das vertentes: dinâmica morfogenética e mudanças climáticas Quaternárias; 11 depósitos correlatos; balanço morfogenético e sistema morfogenético; 12 A taxonomia do relevo terrestre: escala, compartimentação e níveis metodológicos, identificação e caracterização das formas de relevo, morfografia e morfometria. Trabalho de campo na região de Jequitaiá, norte do estado de Minas Gerais.

Bibliografia básica:

GUERRA A J.T & CUBHA S.B. (Orgs.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos, Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1994.

GUERRA A. J.T & CUNHA S.B. (Orgs.) Geomorfologia e Meio Ambiente. 3a ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, 372p.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. 2000. Decifrando a Terra. Ed. Oficina de Textos, São Paulo, 557p

LEINZ, V. & AMARAL, S.E. 1980. Geologia Geral. Cia. Editora Nacional, São Paulo..

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blucnher, 1980.

BIGARELLA, J. J. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais. 2ª. Ed. Florianópolis: Ed.UFSC, vols. 1, 2, 3, 2007.

CASSETTI, V. Elementos de geomorfologia. Goiânia: CEGRAF, 1994.

CUNHA, Sandra Baptista e GUERRA, Antonio José Teixeira. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Bibliografia complementar:

GUERRA, A.T.; SILVA, A.S. da e BOTELHO, R. G. M. Erosão e conservação dos solos – conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

GUERRA, A.T. Dicionário Geológico-Geomorfológico. São Paulo: IBGE., 1987.

McKNIGHT, T.L. Physical Geography – a landscape appreciation. 6^a edition, New Jersey: Prentice Hall, 1999.

PENTEADO, M. Fundamentos de geomorfologia, Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

PRESS, F., GROTZINGER, J.; SIEVER, R.; JORDAN, T.H. Para entender a Terra. Tradução Menegat, R.coord.). 4^a. Ed., Porto Alegre: Bookman, 2006.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M. de; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

GEO057 GEOQUÍMICA AMBIENTAL

Carga horária: 60 h/a

Ementa: 1.Introdução à geoquímica ambiental, o ciclo geoquímico; 2. geoquímica das águas e sedimentos; 3. Ensino das técnicas de amostragem de solo, sedimentos de corrente e água superficial e subterrânea em estudos de superfície regionais; 4. abordagem aspectos teóricos sobre teoria básica (conceitos, objeto, dentre outros aspectos); 5. as técnicas para escolha da malha de amostragem em cada ambiente geoquímico; 6. as técnicas de coleta, envasamento, e preservação das amostras em campo; Metodologias de tratamento estatístico dos resultados analíticos e de interpretação; 6. Conceitos básicos de Geologia Médica, estado atual da ciência no mundo e no Brasil, Projetos do Serviço Geológico na área de Geologia Médica e Geoquímica Ambiental. Trabalho de campo, em que o discente participará de amostragem de sedimentos de fundos e análise *in situ* da água superficial – em subbacias do rio Jequitinhonha.

Bibliografia básica:

Baird, B. 2002. Química Ambiental. Trad. Bookman. 622p.

Drever, J.I. 2005. Surface and Ground Water, Weathering and Soils. TREATISE ON GEOCHEMISTRY, vol. 5 Elsevier.626p.

Lollar, B. 2005. Environmental Geochemistry. TREATISE ON GEOCHEMISTRY, vol 9. Elsevier. 630p.

Fortescue, J.A. 1980. Environmental Geochemistry. A Holistic Approach. Springer & Verlag, New York 374p.

Gill, R. 1992. Chemical Fundamentals of Geology, Chapman & Hall, London. 292p.

Bibliografia complementar:

Licht, O.B.; Mello, C.S.B.; Silva, C.R. 2007. Prospecção Geoquímica. Depósitos Minerais Metálicos, Não-metálicos, Óleo e Gás. Editor es. SBGq/CPRM. Rio de Janeiro. 7.

Hem, J.D. 1970. Study and Interpretation of the Chemical Characteristics of Natural Water. 2nd ed. Geological Survey Water Supply Paper 1473. Washington. 363p.

Lloyd, J.W. & Heathcote, J.A. 1985. Natural inorganic hydrochemistry in relation to groundwater. An introduction. Clarendon Press, Oxford. 295 p.

Stumm, W. & Morgan, J.J. 1996. Aquatic Chemistry, Chemical Equilibria and Rates in Natural Waters, 3rd ed. John Wiley & Sons, Inc., New York.

GEO058 POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Discutir as inter-relações entre dinâmica populacional, pobreza, desigualdade e exclusão social, além da centralidade assumida por esse debate no contexto internacional atual. Analisar as peculiaridades e origens da pobreza e da desigualdade no Brasil, no Vale do Jequitinhonha, em especial, e nas sociedades ocidentais, de um modo geral, assim como as possibilidades e limites das políticas públicas no combate à pobreza e nas transferências de renda, especialmente no caso do Programa Bolsa Família. Discutir ainda as relações intrincadas entre demografia, pobreza, desigualdade, mercado de trabalho, saúde, educação, discriminação racial e gênero.

Bibliografia Básica:

BARROS, R. P. de; Carvalho, M. de; Franco, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. IPEA - TD nº 1227: Rio de Janeiro, 2006.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

SOUZA, P. H. G. F. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. (Tese) - Programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2016.

Bibliografia Complementar:

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. v. 2.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, jun/2001. 29 p. (Texto para Discussão nº 800). (disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0800.pdf).

CAMARANO, A. A. **Novo Regime Demográfico Brasileiro: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23975. Acessado em: 23/08/2017.

CONSIDERA, C. M.; PESSOA, S. de A. A distribuição funcional da renda no Brasil no período 1959–2009. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 43, n.3, p. 479–511, 2013.

DEDECCA, C. S. A queda da desigualdade de renda corrente e a participação do 1% de domicílios de maior renda, 2000–2010. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 2, p.249–265, 2014.

GEO059 INTRODUÇÃO À FENOMENOLOGIA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Crise das ciências. Fundamentos Husserlianos. Conceitos: experiência, essência, intencionalidade, intersubjetividade. As Fenomenologias e seus filósofos. O Mundo-da-vida e o ser-no-mundo. Ciências Humanas e fenomenologia. A pesquisa e a prática em fenomenologia: Trabalho de Campo.

Bibliografia básica:

ALES BELLO, A. Introdução à fenomenologia. Bauru, SP: Edusc. 2006.

ALES BELLO, A. Fenomenologia e ciências humanas. Bauru, SP: Edusc. 2004.

DARTIGUES, A. O que é a fenomenologia? São Paulo: Centauro, 2008. Biblioteca Campus Mucuri 142.7 D226q

ZILLES, U. A fenomenologia husserliana como método radical. In: HUSSERL, E. A crise da humanidade européia e a filosofia. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 11-55.

Bibliografia complementar:

ARENHART, Lívio Osvaldo. Ser-no-mundo e consciência-de-si : uma leitura dos escritos fenomenológicos de Martin Heidegger a partir de um conceito filosófico-analístico plausível da consciência-de-si imediata. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2004 (biblioteca mucuri 193 A681s)

DEPRAZ, Natalie. Compreender Husserl. Rio de Janeiro : Vozes, 2008. (Biblioteca mucuri 142.7 D424c)

GOTO, T. A. Introdução à psicologia fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl. São Paulo: Paulus, 2008.

HEIDEGGER, M. Ser e tempo. Petrópolis: Vozes, 2011. Biblioteca Campus JK 193 H465s

HEIDEGGER, Martin. Conferências e escritos filosóficos. São Paulo : Nova Cultural, 2005 (biblioteca jk 193.9 H465)

HUSSERL, E. A crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, E. Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

HUSSERL, E. Investigações Lógicas: sexta investigação. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Biblioteca Campus Mucuri 193.9 H972i

MERLEAU-PONTY, M. Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Biblioteca Campus Mucuri 109 M564t

SARTRE, J. O existencialismo é um humanismo. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Biblioteca Campus JK 194 S251e

SARTRE, Jean-Paul. O ser o e nada : ensaios de ontologia fenomenológica. Petrópolis, : Vozes, 2007.

GEO060 INTRODUÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Conceitos gerais e princípios de direito ambiental. Tutela constitucional do meio ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente – Estado e proteção ambiental. Cidadania e meio ambiente. Dano ambiental. Características e aspectos jurídicos da poluição. A questão da biodiversidade e sua relevância sócio-econômica e cultural. Prevenção e reparação do dano ambiental. Crimes ambientais. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento.

Bibliografia básica:

BORGES, R. C. B. **Função ambiental da propriedade rural**. São Paulo: LTr, 1999.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia complementar:

CARPENA, G. Os princípios específicos do direito ambiental que confirmam a responsabilidade civil pela reparação do dano ecológico. **Revista da Unifebe**, Brusque, v. 11, p. 62-75, 2012.

FARIAS, T. Q. Princípios gerais do direito ambiental. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano IX, n. 35, não paginado, dez. 2006. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1543>.

Acesso em: 8 nov. 2016.

SAMPAIO, R. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u100/direito_ambiental_2015-2.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

SILVA, R. S. da. **Apostila de direito ambiental**. Rio de Janeiro: [s.n.], [20--]. Disponível em: <http://www.jurisite.com.br/apostilas/direito_ambiental.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

SILVEIRA, C. E. M. da (Org.). **Princípios de direito ambiental**: articulações teóricas e aplicações práticas. Caxias do Sul: Educs, 2013. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Principios_de_Direito_Ambiental.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

GEO061 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Carga horária: 60h/a

Ementa: Conceito de população, sociedade, espaço e meio ambiente. O meio ambiente global e a sua importância em nível local. Métodos analíticos aplicados ao meio ambiente; geoquímica de processos exógenos; padrões de qualidade e monitoramento ambiental.

Bibliografia básica:

ALBUQUERQUE, E. S., **Que País é Esse?** Pensando o Brasil Contemporâneo. São Paulo: Globo 2005.

HISSA, C.E.V. **Saberes Ambientais**: Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMONS, A.I.G. de; ROSS, J.L.S.; LUCHIARI, A. **América Latina**: Sociedade e meio Ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Bibliografia complementar:

AB'SABER A. Refletindo sobre questões ambientais: ecologia, psicologia e outras ciências. **Psicologia USP**, 2005, 16(1/2), 19-34. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n1-2/24639.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CORTEZZI, Giane. Geomedicina. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/media/geosaude.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

LOMBORG, B., **O ambientalista cético revelando a real situação do mundo**. Elsevier: 2002.

MINAYO, M. C. S., MIRANDA, A. C. **Saúde e ambiente sustentável**: estreitando nós. Abrasco, 2002.

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. **Para Entender a Terra** (Tradução: Rualdo Menegat). 4ª. Ed, Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2006.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. (org.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2001.

GEO063 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Mobilizações e lutas na formação histórico-geográfica dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Movimentos sociais no campo e na cidade. Novos movimentos sociais. A educação popular e educação do campo. Escolas no campo, emancipação e cidadania a partir de projetos de educação do campo. Contribuições da análise geográfica para compreensão dos movimentos sociais e educação.

Bibliografia básica:

GOHN, M. da G. M. **Movimentos sociais e educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.
CECEÑA, A. E. (org.) **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: expressão popular, 2008.
GONZÁLEZ, A. M. et. al. (org.). **Por uma educação do campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

Bibliografia complementar:

ALONSO, A. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.
CALDART, R. S. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2012. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
CALDART, R. S. Movimento Sem Terra: Lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun, 2003
CASTRO, J. de. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
ESCOBAR, A. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, media ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Lima: Copyleft, 2010.
FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro, formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). **Tese** (Doutorado em Geografia), Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1999.
FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais - **VI Encontro da Anpege**. 2005, p. 01-10.
FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 19-48, Junho 1989. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200003&lng=en&nrm=iso> . Acesso em 23 ago. 2017.
GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
GOHN, M. da G. M. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. São Paulo, SP: Loyola, 2004.
GOMES, P. C. da C. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1995.
GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Revista Estudos Avançados, n. 15, v. 43, 2001, p. 37-50.
MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
MEDEIROS, L. S. de.; LEITE, S. P. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
PLOEG, J. D. V. der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008
PONTUSCHKA, N. N. et. al. (org.). **Para ensinar e aprender geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. Reforma agraria y lucha por la tierra en América Latina, Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL, Buenos Aires), n. 16, 2005.
SADER, E. América Latina: um século de revoluções e contra-revoluções. 2002. Disponível em:
<http://geografiaeconjuntura.sites.uol.com.br/americalatina/al14.htm>
SANTOS, B. de S. Los nuevos movimientos sociales. **Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL**, 5, 177-188, 2001

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 21: 109-130, 2006.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. [tradução Dinah de Abreu Azevedo]. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, I. S. da et. al. (org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação de educadores**: reflexões a partir do curso de licenciatura em educação do campo do sul e sudeste do Pará. Brasília, DF: MDA, 2014.

ZIBECCHI, R. Gobiernos y movimientos: entre la autonomía y las nuevas formas de dominación. **Viento Sur**, Número 100/Enero 2009 247-254, 2009.

GEO064 PAISAGEM E CULTURA

Carga horária: 60 h/a

Ementa: A formulação científica do conceito de cultura entre os séculos XIX e XX. A geografia cultural saueriana e o desenvolvimento do conceito científico de paisagem. As diferentes abordagens sobre paisagem (Antropologia, História, Geografia e Ciências Biológicas). A geografia cultural: de Ratzel a Geografia Crítica. As humanidades em seus ambientes: uma construção teórica. Visões e percepções do mundo. Perspectivismo e multiculturalismo.

Bibliografia básica:

CORREA, R. L; ROSENDHAL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998

CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

CLAVAL, P. Geografia Cultural. Florianópolis: Ed. Da UFSC , 2001.

DI DEUS, Eduardo. Antropologia e Ambiente: entre transgressões e sínteses. 2007. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, 2007. 111f.

VIVEIRO DE CASTRO, E. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

Bibliografia complementar:

DANIELS, S.; COSGROVE, D. The Iconography of landscape. New York: Cambridge, 1993.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2ª Ed. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

CLAVAL, Paul. Epistemologia da Geografia. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

FORTUNA, Carlos. Identidades, percursos, paisagens culturais. Lisboa: Celta editora, 1999.

INGOLD, Tim. Estar Vivo. Ensaios Sobre Movimento, Conhecimento e Descrição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MCDOWELL, L. A transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, D. et alii. (Org.) Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. Abordagem cultural na Geografia. *Temporis*, v. 1, n. 9, 2007.

Disponível em < <http://www.nec.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28about:Tabs>>>

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

GEO066 POLÍTICAS URBANAS

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Estatuto da Cidade e Plano Diretor. Produção do espaço: breves notas. Sociedade urbana. Mercado global e Estado brasileiro, políticas urbanas e desenvolvimento territorial. Planejamento

estratégico urbano: cidade como mercadoria, empresa e pátria. Participação popular e movimentos sociais. Políticas de habitação, mobilidade e saneamento básico. Megaeventos esportivos e cidade. Direitos, justiça e desenvolvimento desigual. Políticas urbanas locais e regionais, no Brasil e na América Latina.

Bibliografia básica:

ARANTES, O. et. al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Bibliografia complementar:

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden: Blackwell Publishing, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MARICATO, E. et. al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da cidade: novas perspectivas para a reforma urbana**. São Paulo: Pólis, 2001. 36 p. (Cadernos Pólis, 4).

SMITH, N. **Uneven development: nature, capital, and the production of space**. 3rd ed. Athens: University of Georgia Press, 2008.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GEO067 POPULAÇÃO, ESPAÇO E AMBIENTE

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Fundamentos básicos sobre população, espaço e ambiente. Demografia ambiental. População, consumo e ambiente. População e mudanças climáticas. Migração e mudanças ambientais. Demografia da seca. População e desflorestamento. Economia, sociedade e meio ambiente.

Bibliografia básica:

HOGAN, D. J. **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2007.

_____; MARANDOLA JÚNIOR, E.; OJIMA, R. **População e ambiente: desafios à sustentabilidade**. São Paulo: Blucher, 2010.

TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente: debate e desafios**. 2. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2006.

Bibliografia complementar:

ALVES, J. E. D. Sustentabilidade, aquecimento global e o decrescimento demo-econômico. **Revista Espinhaço**, Diamantina, v. 3, n. 1, p. 4-16, 2014. Disponível em:

<<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/espinhaco/article/view/331/280>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

CRAICE, C. População e consumo: considerações para o debate ambiental. **Revista Espinhaço**, Diamantina, v. 1, n. 1, p. 15-24, 2012. Disponível em:

<<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/espinhaco/article/view/166/164>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

DEMENY, P. Consumo e consumismo: nem sei se posso, mas quero comprar. **Cidadania e Meio Ambiente**, Mangaratiba, 20 ago. 2012. Disponível em:

<<https://www.ecodebate.com.br/2012/08/20/consumo-e-consumismo-nem-sei-se-posso-mas-quero-comprar>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

LEITE, M. **Meio ambiente e sociedade**. São Paulo: Ática, 2005.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 433-60, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v32n3/0102-3098-rbepop-S0102-3098201500000027P.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

GEO0069 QUESTÕES URBANO-AMBIENTAIS

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Impactos urbano-ambientais. Meio ambiente, sustentabilidade e a educação ambiental. As questões climáticas e hídricas no meio urbano. O solo e a paisagem como parte do meio urbano. Aspectos do ensino mediante os impactos.

Bibliografia básica:

BELLEN, H. M. van. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Geomorfologia e meio ambiente. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUERRA, A. J. T. Geomorfologia Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

MENDONÇA, F. DE A. Geografia e Meio Ambiente. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

Bibliografia complementar:

AB' SABER, A., A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. Geomorfologia, 4, p.1-39, São Paulo.

SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceito e métodos. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

PEREIRA, D. S.; FERREIRA, R.B. Ecocidadão. São Paulo: SMA/CEA, 2008.

GEO070 REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM PELO OLHAR DE VIAJANTES NATURALISTAS

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Viajantes naturalistas estrangeiros do século XIX no Brasil. Representações de paisagens por meio de literatura de viagem. Aspectos fisiográficos e de recursos naturais em Minas Gerais pelo olhar de viajantes naturalistas e sua importância para educação patrimonial.

Bibliografia básica:

MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

Bibliografia complementar:

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 6. ed. Cotia: Ateliê, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

BURTON, R. F. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Brasília, DF: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 1976. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1116>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

CARVALHO, M. de. **O que é natureza?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAVES, M. L. S. C.; CARDOSO, L. M. C. F. R. **Diamante**: a pedra, a gema, a lenda. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

GOULART, E. M. A. **Viagens do naturalista Saint-Hilaire por toda província de Minas Gerais**. Ouro Preto: Graphar, 2013.

TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2016.

TSCHUDI, J. J. V. **Viagens através da América do Sul**. Belo Horizonte: Ed. FJP, 2006. 2 v.

GEO071 SEMINÁRIO SOBRE O VALE DO JEQUITINHONHA

Carga horária: 60h/a

Ementa: Construção do conhecimento por meio de discussão holística e abrangente de fatos e fenômenos que auxiliem nas interpretações sociais, econômicas, culturais e ambientais do Vale do Jequitinhonha

Bibliografia básica:

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2007.

FERREIRA, Graça Maria Lemos, MARTINELLI, Marcelo. **Atlas geográfico**: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 1998.

VIANA, Gilney, SILVA, Marina; DINIZ, Nunez (organizadores). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Amablume, 2010.

LESSA, Simone Narciso (Org.); SOUZA, João Valdir Alves de (Org.). **Planomesos**: Plano de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Unimontes, 2005.

Bibliografia complementar:

ARCE, Tacyana. **Bolsa-Escola: educação e esperança no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001. 140 p

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Pólo Jequitinhonha 10 anos (1996-2006)**: a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008. 68 p.

PEREIRA, V.L.F. **O artesanato da memória no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

SILVA, J.C.F. **Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha**: a difícil construção da nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

GEO072 TÉCNICAS PARA A ANÁLISE DA VEGETAÇÃO

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Introdução: abordagens científicas e estudos de vegetação, escalas de estudo, fatores ambientais e vegetação. Delineamento amostral e coleta de dados: sistemas de amostragem, descrições fisionômicas e florísticas da vegetação. A natureza e propriedade dos dados de vegetação: matriz de

dados brutos, medidas de (dis)similaridade, índices de diversidade de espécies. Métodos de análise da vegetação: estudar os aspectos fitossociológicos de comunidades florestais visando o conhecimento da estrutura e dinâmica das mesmas, bem como computar e compreender os parâmetros fitossociológicos clássicos.

Bibliografia básica:

FELFILI, J. M.; REZENDE, R. P. **Conceitos e métodos em fitossociologia**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2003.

_____. et. al. **Fitossociologia no Brasil: métodos e estudos de casos**. Viçosa: Ed. UFV, 2011.

MAGURRAN, A. E. **Measuring biological diversity**. Malden: Blackwell, 2004.

Bibliografia complementar:

FREITAS, W. K.; MAGALHÃES, L. M. S. Métodos e parâmetros para estudo da vegetação com ênfase no estrato arbóreo. **Floresta e Ambiente**, Seropédica, v. 19, n. 4, p. 520-40, out./dez. 2012.

Disponível em: <<http://www.floram.org/files/v19n4/v19n4a15.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

MARTINS, S. V. (Ed.). **Ecologia de florestas tropicais do Brasil**. Viçosa: Ed. UFV, 2009.

PORTO, M. L. **Comunidades vegetais e fitossociologia: fundamentos para avaliação e manejo de ecossistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

RODAL, M. J. N.; SAMPAIO, E. V. S. B.; FIGUEIREDO, M. A. (Org.). **Manual sobre métodos de estudos florístico e fitossociológico: ecossistema caatinga**. Brasília, DF: Sociedade de Botânica, 2013.

Disponível em: <https://www.botanica.org.br/ebook/man_sob_met_est_flo_fit.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

SOUZA, A. L.; SOARES, C. P. B. **Florestas nativas: estrutura, dinâmica e manejo**. Viçosa: Ed. UFV, 2013.

GEO074 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Pensamento ambiental. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Zoneamento de unidades de conservação. Economias e populações tradicionais. Apresentação e tipificação do conflito ambiental. Espaço para empreendedorismo.

Bibliografia básica:

GUERRA, A. J. T.; NUNES COELHO, M. C. (Org.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007.

TAKAHASHI, L. Y. **Uso público em unidades de conservação**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

Bibliografia complementar:

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2008.

Disponível em:

<https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/141603/mod_folder/content/0/Antonio%20Carlos%20Diegues%20-%20O%20mito%20moderno%20da%20natureza%20intocada.pdf?forcedownload=1>.

Acesso em: 21 dez. 2016.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; _____.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 87-155. Disponível em:

<<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/LayrarguesGestaoAmb.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

MERCADANTE, M. **Avanços na implementação do SNUC e desafios para o futuro**. Brasília, DF: [s.n.], 2007. Disponível em:

<http://assets.wwf.org.br/downloads/mauricio_mercadante_avancos_na_implementacao_do_snuc_e_de_safios_para_o_futuro.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. **Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Senac, 2006.

GEO075 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL

Carga horária: 60 h/a

Ementa: Legislação sobre a Educação Especial e sua relação com as políticas educacionais. Conceituação e análise das principais necessidades educacionais especiais. Estrutura e funcionamento dos serviços de educação especial. PEI e PAEE. Práticas baseadas em evidência. Diferentes necessidades e abordagens de intervenção educacional para os públicos-alvo da Educação Especial.

Bibliografia Básica

BEYER, H.O. **Inclusão e a avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina P I. (Orgs.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marins, 2008. v. 1. 471p.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marins, 2008.

JANNUZZI, G.S.M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004 (demais edições).

MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marins, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. (Org.). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BCH 001 FUNDAMENTOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Carga Horária: 60 horas

Ementa: História das ciências sociais. Divisão das ciências sociais. Autores e conceitos clássicos. Interação social. Espaços urbanos. Desigualdade e pobreza. Mídia e sociedade. Trabalho e economia. Classe e estratificação. Crime, desvio e violência.

Bibliografia Básica:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BRYM, Robert (et al.). **Sociologia: sua bússola para o futuro**. São Paulo, Thomson Learning, 2006.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1987.

QUINTANEIRO, Tania (et al.) Um Toque de Clássicos. Marx, Weber e Durkheim. Belo Horizonte, UFMG, 2003

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto (et al.) Dicionário de Política. Brasília, Editora UNB, 2007. CARDOSO, F.H., MARTINS, Carlos Estevam. Política e Sociedade. Editora Nacional, 1979.

DAMATTA, R. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro, 1997.

DOMINGUES, José M. Teorias sociológicas no século XX. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2008.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre, editora Artmed, 2005.

LARAIA, Roque. Cultura. Um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

QUIRINO, Célia G., VOUGA, Claudio e BRANDÃO, Gildo M. Clássicos do pensamento político. São Paulo, EDUSP, 1998.

BCH002 - FUNDAMENTOS EM ECONOMIA

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: A constituição da Economia política no interior das ciências sociais. As formas históricas de produção da riqueza. O valor e as principais abordagens teóricas. As forças de mercado: oferta, demanda, equilíbrio e elasticidades. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência imperfeita. A mensuração da atividade econômica: renda, dispêndio; variáveis reais e nominais, índices de preços. Produto, crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O papel do Estado na economia: gastos do governo, tributação e regulação. As funções da moeda. O sistema monetário: bancos comerciais, o banco central e a oferta de moeda. O balanço de pagamentos, a questão do câmbio e outros conceitos básicos de economia internacional. A perspectiva econômica sobre as crises contemporâneas.

Bibliografia Básica:

CANO, W. Introdução à Economia. Uma abordagem crítica. 3ª ed., São Paulo: Editora Unesp. 2013.

MANIKW, G. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning (tradução da 6ª ed.), 2013.

GONTIJO, C. Introdução à Economia: uma abordagem lógico-histórica. 1ª ed., Curitiba: Editora CRV, 2013.

KEYNES, J.M. A teoria geral do juro, do emprego e da moeda. SP: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomos I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os economistas, 1982.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção Os economistas, 1983 [1776].

Bibliografia Complementar:

CHANG, H-J. 23 Coisas que não nos Contaram sobre o Capitalismo. São Paulo: Cultrix, 2013.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M.A.S.; TONETO Jr., R. (orgs.). Manual de Economia. Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 2017.

PAULANI, L.M.; BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia. 4ª ed.

BCH003 - FUNDAMENTOS EM FILOSOFIA

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: Origem e gênese da filosofia. Principais períodos da história da filosofia, filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Principais campos de investigação filosófica ontologia ou metafísica, lógica, epistemologia, teoria do conhecimento, ética, filosofia política, filosofia da história, história da filosofia, estética, filosofia da linguagem. Respostas contemporâneas às questões filosóficas.

Bibliografia Básica:

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Mestre Jou. 1982. GIANNOTTI, José Arthur. Lições de Filosofia Primeira. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.
LÉVÊQUE, Pierre. A aventura grega. Tradução Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Edições Cosmos, 1967. Coleção Rumos do Mundo.

Bibliografia Complementar:

BORNHEIM, Gerd. Introdução ao filosofar. Porto Alegre: Editora Globo, 1980.
CHARBONNEAU, Paul-Eugène. Curso de Filosofia. São Paulo: EPU, 1986.
DOMINGUES, Ivan. Epistemologia das ciências humanas - Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
HOTTOIS, Gilbert. História da Filosofia. Da Renascença à Pós-modernidade. Lisboa: Piaget Editora, 2003.
IGLÉSIAS, Maura. O que é filosofia? Curso de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
JAPIASSU, Hilton. Nascimento e morte das ciências humanas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
REALE, G. & ANTISERI, D. História da Filosofia. São Paulo: Paulus, 1991.
TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. Compêndio de filosofia. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
VAZ. Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia I: Problemas de Fronteira, São Paulo: Loyola, 1986.
VAZ. Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura, São Paulo: Loyola, 1997.

BCH004 - FUNDAMENTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: A disciplina tem como objetivo apresentar os principais estudos, tradições dentro da ciência política, que abordam todos os processos decisórios, bem como, os atores e instituições envolvidas. Também apresentar as principais transformações contemporâneas nos contextos de políticas públicas. Para isso, trabalharemos a globalização, a descentralização e outros fatores determinantes dessas transformações.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta T. S; RODRIGUEZ, Vicente IPEA. Descentralização das políticas sociais no Brasil. São Paulo: FAPESP: FUNDAP; Brasília: IPEA, 1999. 184 p.
DI GIOVANNI, Geraldo.; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Dicionário de políticas públicas. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015. 1065 p.
FERRAREZI, Elisabete Roseli.; SARAIVA, Enrique. Políticas públicas. Brasília: ENAP, 2006. 2 v.
HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta T. S.; MARQUES, Eduardo Cesar. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007. 397p.
PETERS, B. Guy.; PIERRE, Jon. Administração pública: coletânea. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: ENAP, 2010. 649 p.

RODRIGUES, Marta Maria Assunção. Políticas Públicas. 1. Ed. São Paulo: Publifolha, 2013. 92 p

Bibliografia Complementar:

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processo. São Paulo: Atlas, 2012. 252 p.

Giddens, A. O Debate Global sobre a Terceira Via. São Paulo, Ed. Unesp.

IPEA. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília, D.F.:

IPEA, 2011. 370 p.

IPEA. Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 2012. 2 v.

IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos Sociais, 2000

BCH056 - CICLO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO E TEORIA DO ESTADO

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: O papel do setor público na economia. Visão keynesiana de Governo: conceitos de falhas de mercado, externalidades e bens públicos. As funções do governo em Musgrave. Bens públicos, escolha pública e produção pública de bens privados. A visão de O'Connor de Estado. A Política Fiscal, as visões de dívida pública e déficit público na teoria econômica e no Brasil. Os indicadores de endividamento e de déficit público. O Orçamento Público na teoria econômica e no Brasil. A despesa pública: classificação e determinantes, os gastos públicos no Brasil. As receitas públicas: classificação, conceitos e determinantes da carga tributária e de sua distribuição, o sistema tributário no Brasil.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

MUSGRAVE, Richard. Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental. São Paulo: Atlas; Brasília; INL, 1973. Volume 1.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 16ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

SICSÚ, J. (org.). Arrecadação e gastos públicos. De onde vêm? Para onde vão? Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, F. A. Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

REZENDE, F. Finanças Públicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas. 4a. ed. A Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

BCH058 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: A disciplina tem por objetivo estabelecer uma abordagem crítica acerca das perspectivas de desenvolvimento econômico, estabelecendo um resgate histórico de suas origens. Abordar a teoria da dependência e sua análise do tradicional papel subordinado do Brasil e dos demais países da América Latina na divisão internacional do trabalho, bem como as tentativas de reversão desse quadro - como a política de substituição de importações - e os motivos de sua crise. Também serão trabalhados os conceitos de neodesenvolvimentismo e neoextrativismo relacionados ao atual contexto de

transformações do capitalismo contemporâneo e à emergência de uma nova divisão mundial do trabalho, em que o Brasil e os países da América Latina se reprimarizaram.

Bibliografia Básica:

- BOITO Jr., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. In: *Crítica Marxista*, n.42, p.155-162, 2016.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia nacional e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 26, no 2 (102), pp. 203-230 abril-junho de 2006.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1973.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg e FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novodesenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. In: *Revista de Economia Política*, vol 33, no 2 (131), pp 222-239, abril-junho/2013
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL, *Boletín económico de América Latina*, vol. VII, n" 1, Santiago do Chile, 1962 Disponível em <http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/003.pdf>
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 200

Bibliografia Complementar:

- CARVALHO, David Ferreira e CARVALHO, André Cutrim. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. In: *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- _____. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LOWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. In: *Crítica Marxista*, n.28, p.35-50, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Bien Vivir: entre el desarrollo y la Des/Colonialidad del Poder. In: QUIJANO, Aníbal. *Questiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder / Aníbal Quijano; selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.*
- RODRIGUES, Bernardo Salgado. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2016.

BCH060 ECONOMIA BRASILEIRA

Carga Horária: 60 Horas

Ementa A crise do modelo agrário exportador e o advento da industrialização. O processo de industrialização por substituição de importações. O Plano de Metas e a crise política e econômica dos anos 60. A retomada do crescimento e o milagre econômico brasileiro. O II PND, a crise da Dívida Externa e o fim de um modelo de desenvolvimento. Neoliberalismo, a estabilização monetária e a política econômica do Plano Real. A economia brasileira pós- estabilização.

Bibliografia básica

- ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionisio Dias. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil, São Paulo: Nacional, 1984.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, Rosa Maria; RÊGO, José Márcio (Org.). Economia brasileira. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

ALMEIDA, J. S. G.; BELLUZZO, L. G. M. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

OLIVEIRA, F. A. Política econômica, estagnação e crise mundial (1980-2010). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

Bibliografia complementar

BAER, M. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994.- 105 -

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: <<https://goo.gl/YCZJKQ>>. Acesso em 04 nov 2016.

CANO, W. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 15, jul-dez 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/SrcQx0>>. Acesso em 04 nov 2016.

GIAMBIAGI, F. Et al. (org.) Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2005.

FILGUEIRAS, L. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A economia política do Governo Lula. São Paulo: Ed. Contraponto, 2007.

FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (org.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

FRANCO, G. O Plano Real e outros ensaios. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995.

LACERDA, A. C. Et al. (org.). Economia Brasileira. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

MARQUES, R.; FERREIRA, M. J. (org.). O Brasil sob a nova ordem: uma análise dos Governos Collor a Lula. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

PAULA, J. A. (org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2005.

PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. Estudos Avançados, São Paulo, 27 (77), 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/ll0rdX>>. Acesso em 09 nov 2016.

SALAMA, P. China-Brasil: industrialização e desindustrialização precoce. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, jan-jun 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/GBaXoL>>. Acesso em 04 nov 2016.

SARTI, F. LAPLANE, M. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n.1 (18), pp. 63- 94, jan-jun 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/F9Uzzu>>. Acesso em 06 nov 2016.

SERRANO, F. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 30, n. 1, mar 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/PcLmfv>>. Acesso em 11 nov 2016.

WILLIAMSON, J. Reformas políticas na América Latina na década de 80. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 12, n. 1 (45) jan-mar 1992. Disponível em: <<https://goo.gl/oPNKKo>>. Acesso em 07 nov 2016.

BCH061 - ECONOMIA POLÍTICA

Cargo Horário: 60 Horas

Ementa: Revisão dos principais pensadores da Economia Política e da escola neoclássica. Os liberais e a ciência da Economia Política. A Crítica da Economia Política e seus principais expoentes

Bibliografia Básica:

BEAUD, M. História do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HAYEK, Friedrich August von, Os fundamentos da liberdade; introdução de Henry Maksoud; Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983.

KEYNES, JOHN MAYNARD. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. (Coleção Os Economistas) Objetivos: Aproximar os discentes do Bacharelado em Ciências Humanas dos principais conceitos da Economia Política.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Vol. 1, Livro Primeiro: O processo de produção do capital, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Introdução de Piero Sraffa; apresentação de Paulo Singer; tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997, (Coleção os Economistas)

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.

VON MISES, Ludwig. Intervencionismo: uma análise econômica. Tradução Donald Stewart Junior. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/EXPED, 1999.

VON MISES, Ludwig. Liberalismo: Segundo a Tradição Clássica. Tradução de: Haydn Coutinho Pimenta São Paulo : Instituto Ludwig von Mises, Brasil, 2010.

Bibliografia Complementar:

GALBRAITH, John Kenneth. O novo estado industrial. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. 2. ed., São Paulo: Pioneira, 1977.

KURZ, Robert (a). Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Tradução de Lumir Nahodil. Lisboa: Portugal: Antígona, 2014.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. 4. ed., Tradução de Giasone Rebuá, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARCUSE, Herbert. Materialismo histórico e existência. Introdução, tradução e notas de Vamireh Chacon, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de uma crítica da economia política. Tradução Mário Duayer, Nélio Shineider. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Capital: essência e aparência. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. CARCANHOLO, Reinaldo A. (Org.). Capital: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, vol. 2, 2013.

GOMES, H. (Org.). Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BCH064 - ÉTICA E JUSTIÇA

Cargo Horária: 60 Horas

Ementa: Análise da experiência moral: a dialeticidade da condição humana, a ação, a felicidade, o finalismo do agir, os valores, a obrigação e a sanção. Interpretações da experiência moral: principais correntes do pensamento ético. A essência e o fundamento da moralidade. A ordem moral objetiva: prescritividade, universalidade e variedade das normas morais; a lei natural; o direito e a moral. Questões controvertidas de ética. Ética e política. Natureza das normas de moralidade. Interpretação dos princípios morais. Constituinte ético: Origem da Ética e seu caráter histórico e social. Realização individual e coletiva da Ética. Fundamentação axiológica da Ética. Paradigmas éticos na história da Filosofia (teorias, autores, problemas e obras).

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. Tradução de Vincenzo Cocco... [et al.], São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e agir comunicativo. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACINTYRE, A. Depois da Virtude. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.

Bibliografia Complementar:

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros (Curso no Collège de France: 1982- 1983) Tradução e Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: Entre facticidade e validade. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Vols. I e II . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. Tradução de George Speder e Paulo Astor Soethe (UFPR). São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARE, Richard. Ética: problemas e propostas. Tradução Mário Mascherpe e Cleide Antonia Rapucci. São Paulo: UNESP, 2003.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

KANT, Immanuel. Doutrina do Direito. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993.

KANT, Immanuel. A paz perpétua e outros opúsculos. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

MACINTYRE, Alasdair. Justiça de quem? Qual racionalidade? Tradução de Marcelo Marques. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

RAWLS, John. Justiça e democracia. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Justiça e direito)

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAZ, H. C. de Lima. Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura, São Paulo: Loyola, 1988.

VAZ, H. C. de Lima. Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica I, São Paulo: Loyola, 1999.

BCH065 - FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Cargo Horária: 60 horas

Ementa:

A disciplina abordará o impacto do federalismo e das relações intergovernamentais sobre as políticas públicas, em particular a experiência intergovernamental brasileira em diversas políticas públicas.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012. 232 p.

_____. Estado Federativo e Políticas Sociais. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

FILIPPIM, E. S e ROSSETTO, A. M. (orgs.). Políticas Públicas, Federalismo e Redes de Articulação para o Desenvolvimento. 1 ed. Joaçaba: Unoesc/Fapesc, 2008.

REZENDE, Fernando e OLIVEIRA, Fabrício A. de. (orgs.). Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

Bibliografia Complementar:

ABRUCIO, F L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula. In Revista de Sociologia e Política. n° 24/ junho 2005.

ALMEIDA Maria Hermínia Tavares de. Federalismo democracia e governo no Brasil: ideias, hipóteses e evidências. In BIB, 2001.

ARRETCHE, M. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. Ciência e Saúde Coletiva Vol. 8, n° 2; 2002.

MELO, Marcus André. O Sucesso Inesperado das Reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social. In Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 4, 2005, pp. 845 a 889.

STEPAN, Alfred. (1999) Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos. Dados, vol. 42, n° 2, pp. 197-251.

VARSANO, Ricardo et al. Uma análise da carga tributária do Brasil. Texto para discussão n. 583. Rio de Janeiro, IPEA, agosto de 1998

BCH 071 - MIGRAÇÃO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

Cargo Horária: 60h

Ementa: A disciplina propõe tratar questões referentes à migrações internacionais como um campo multidisciplinar e relacionado às políticas públicas. O objetivo é debater o lugar desta questão e suas implicações no cenário da política brasileira atual. Com isso, pretende-se refletir como o Estado brasileiro vem atuando frente aos fluxos migratórios do país, bem como, entre os estados federados e como isso implica economicamente, socialmente e as mudanças de políticas federais e estaduais.

Bibliografia Básica:

FAUSTO, Boris – 1997 – Negócios e Ócios. Histórias da Imigração – São Paulo : Companhia das Letras.

FREITAS, P. T. D.- 2009 - Imigração e Experiência Social - o circuito de subcontratação transnacional de força-de- trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FUSCO, W – 2005 - Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. (Doutorado) - Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FUSCO, W. - 2000 - Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOULIN, Carolina. - 2011 – “Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto” in Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. vol.26, n.76, pp. 145- 155. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000200008>)

PATARRA, Neide Lopes. (2005) “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas.” in São Paulo em Perspectiva. [online] vol.19, n.3, pp. 23-33. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300002>)

REIS, Rossana R. - 2011 – “A Política do Brasil para as Migrações Internacionais” in Contexto Internacional, vol. 33, n.1, janeiro/junho 2011. (in <http://contextointernacional.iri.pucriobr/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=545&sid=75>)

SALES, Teresa – 1998 – Brasileiros Longe de Casa – São Paulo : Cortez Editora. SAYAD, Abdelmalek – 1999 – A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade – São Paulo : EDUSP.

TRUZZI, Oswaldo – 1992 – De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.- 101 –

Bibliografia Complementar

ASSIS, Gláucia de O. - 2004 - De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. (Doutorado) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BAENINGER, Rosana (2005) “São Paulo e suas migrações no final do século 20” in São Paulo em Perspectiva [online]. vol.19, n.3, pp. 84-96. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300008>)

DOMINGUES, D. T. - 2008 - Dos Estados Unidos da América para Governador Valadares: conexões e desconexões. (Mestrado) - Departamento de Sociologia Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,

FAUSTO, Boris – 1991 – Historiografia da Imigração para São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

FAUSTO, Boris; TRUZZI, Oswaldo; GRÜN, Roberto & SAKURAI, Célia – 1995 – Imigração e Política em São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré/Editora da UFSCar.

FELDMAN-BIANCO, B. . “Imigração, Confrontos Culturais e (Re)construções de Identidade Feminina: O caso das intermediárias culturais.” in Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 65-83, 1997.

FELDMAN-BIANCO, B. . “Immigration, Cultural Constestations and the Reconfiguration of Identities.” Journal Of Latin American Anthropology, Estados Unidos, v. 4, n. 2, p. 126-141, 2000.

PARK, Robert – 1928 – “Human Migration and the Marginal Man” in The American Journal of Sociology, Vol. 33, No. 6 (May, 1928), 881-893.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. – 1998 – Teorias da Etnicidade – São Paulo : Editora da Unesp.

REIS, Rossana R. - 2006 – “Migrações: casos norte - americano e francês” in Estudos avançados. [online]. vol.20, n.57, pp. 59-74. (in <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200006>)

SASAKI, E. M. - 1998 - O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento Dekassegui. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRUZZI, Oswaldo – 2001 – “Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo” in Revista Estudo Históricas, 28:2001/2, CPDOC/FGV.

BCH072 - PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Cargo Horária: 60 Horas

Ementa: Democracia, participação social e movimentos sociais. Teoria dos movimentos sociais. Desenvolvimento de movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Democratização e sociedade civil organizada. Movimentos urbanos e rurais. Gênero, meio ambiente, etnia, raça, religião, gênero e

sexualidade. Controle social e políticas públicas. Orçamento participativo e conselhos. Globalização e movimentos sociais

Bibliografia Básica:

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. Lua Nova, nº 39. 1997.
CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
SANTOS, B. S. e AVRITZER, L. Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

Bibliografia Complementar:

AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009.
BERGER, P. L e HUNTINGTON, S. P. Muitas Globalizações. Diversidade Cultural no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro; Record, 2002.
DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
GOHN, Maria G. Novas teorias dos Movimentos sociais. São Paulo, Loyola, 2008.
GOHN, Maria G. Manifestações e protestos no Brasil. São Paulo, Cortez, 2017.
FREIRE, Silene (org.). Direitos Humanos e a Questão Social na América Latina. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.
HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do Outro. Estudos de Teoria Política. SP, Loyola, 2002.
NEVES, Angela Vieira. Democracia e Participação Social. Desafios Contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2016.
SORJ, Bernardo (et al.). Economia e Movimentos Sociais na América latina. Rio de Janeiro, 2008.
SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970- 1980). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

BCH076 – PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Cargo Horário: 60 Horas

Ementa: Análise do desenvolvimento humano enquanto processo de interação entre as dimensões biológicas, sociocultural, afetiva e cognitiva e sua relação com o processo de ensino e aprendizagem ao longo do ciclo vital.

Bibliografia básica

ARAUJO, L. F.; FALCÃO, D.V.S. (Orgs). Psicologia do Envelhecimento. Campinas: Alínea, 2009.
BERGER, K. S. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade. Tradução de D. C. Alencar. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs). Desenvolvimento e psicologia da educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.
DESSEN, M. A. & COSTA JR, A. L. (Orgs). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.- 127 -

Bibliografia complementar

ARIÉS, P. O homem diante da morte. São Paulo: Francisco Alves, 1990.
BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
BELSKY, J. Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo de vida. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FALCÃO, D.V.S.; DIAS, C.M.S.B. (Orgs) Maturidade e Velhice: Pesquisa e Intervenções Psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GRIFFA, M. C., & MORENO, J. E. Chaves para a psicologia do desenvolvimento, infância, adolescência, vida adulta e velhice. São Paulo: Paulinas, 2001.

LORDELO, E. R; CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. (Orgs). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo/UFBA, 2002.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VALSINER, J. Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BCH077 - PSICOLOGIA SOCIAL

Carg Horária – 60 H

Ementa: Fundamentos epistemológicos e históricos das abordagens em Psicologia Social. Processos de mútua constituição subjetividade-mundo: múltiplos contextos de saber. Processos grupais e intervenções psicossociais. Debates contemporâneos em Psicologia Social.

Bibliografia básica

Álvaro, J. L. & Garrido, A. L. (2006). Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas (M. C. Fernandes, Trad.). São Paulo: McGraw-Hill. Campos, R. H. F.; Guareschi, P. (2000). Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latinoamericana. Petrópolis, RJ: Vozes.

Farr, R. M. (2006). As raízes da psicologia social moderna (P. Guareschi & P. V. Maya, Trad.s). Petrópolis, RJ: Vozes.

Lane, S. (2006). O que é Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L. & Jablonski, B. (2009). Psicologia Social. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bibliografia complementar

Abrantes, A. A., Silva, N. R. & Martins, S. T. F. (Org.s). (2005). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Andaló, C. (2006). Mediação grupal: uma leitura histórico-cultural. São Paulo: Ágora.

Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Bauman* (C. A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bosi, E. (2008). *Cultura de massa e cultura popular*. São Paulo: Vozes.

Brandão, C. R. (Org). (1990). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 51-64.

Fried Schnitman, D. (Org.) (1996). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.

González Rey, F. L. (2005). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural* (R. S. L. Guzzo, Trad.). São Paulo: Thomson Learning.- 128 -

Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do Saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Coleção Psicologia Social).

Lane, S. & Codo, W. (2004). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Martín-Baró, I. (2010). *Sistema, grupo y poder: psicologia social desde Centroamerica* (II). San Salvador: UCA.

Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas* (P. Guareschi, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes.

Ploner, K. S. (2008). *Ética e paradigmas na psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas.

Schutz, A. (2012). *Sobre fenomenologia e relações sociais* (H. T. R. Wagner, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

BCH079 - SEMINÁRIOS DO VALE

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Construção do conhecimento por meio de discussão holística e abrangente de fatos e fenômenos que auxiliem nas interpretações sociais, econômicas e ambientais do Vale do Jequitinhonha.

Bibliografia Básica:

CORREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 2007.

FERREIRA, Graça Maria Lemos; MARTINELLI, Marcelo. Atlas geográfico: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 1998.

VIANA, Gilney, SILVA, Marina; DINIZ, Nunez (organizadores). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Viagens e viajantes. São Paulo: Annablume, 2010.

LESSA, Simone Narciso; SOUZA, João Valdir Alves de (Orgs.). Planomesos: Plano de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Unimontes, 2005.

Bibliografia Complementar:

ARCE, Tacyana. Bolsa-Escola: educação e esperança no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Pólo Jequitinhonha 10 anos (1996-2006): a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008. 68 p.

PEREIRA, V.L.F. O artesão da memória no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

SILVA, J.C.F. Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha: a difícil construção da nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

BCH080 - SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Apresentar a organização do Estado brasileiro. Analisar as diretrizes constitucionais, levando em consideração as mudanças político-institucionais, administrativas e legais. Para tanto, serão discutidos alguns conceitos básicos, tais como o federalismo, o presidencialismo, a separação dos três poderes, sistema partidário, as elites políticas e também as reformas

Bibliografia Básica:

AVRITZER, Leonardo & ANASTASIA, Fátima. Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CINTRA, A. O.; AVELAR, L., (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Curitiba: Fundação. KonradAdenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira. 1951-2010. De Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015

Bibliografia Complementar:

AVRITZER, Leonardo. Impasses da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FALCÃO, Joaquim (org.). Reforma Eleitoral no Brasil. Legislação, democracia e internet em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LESSA, Renato. A Invenção Republicana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. LIJPHART, Arendt. Modelos de democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NICOLAU, Jairo M. Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SOUSA, Pedro (org.). Brasil, sociedade em movimento. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro Internacional Celso Furtado de políticas de desenvolvimento, 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. A Democracia e os Três Poderes no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

BCH083 - TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Cargo Horária: 60 h

Ementa: A disciplina procura abordar perspectivas teóricas e metodológicas do pensamento social clássico e contemporâneo, discutindo as principais correntes do pensamento social que analisaram a emergência da modernidade.

Bibliografia Básica:

ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. 264p. BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 202p.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTTOMORE, T. B.; NISBET, Robert A.; DUTRA, Waltensir. História da análise sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 936 p.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. 231p.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 25. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 318 p.

MERTON, Robert King. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970. 758p.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 312p.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 204p.

VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965. 358p.

BCH157 - MÉTODOS QUALITATIVOS

Cargo Horária: 60 horas

Ementa: A pesquisa nas ciências sociais aplicáveis às políticas públicas. Pesquisa e métodos qualitativos. Técnicas de coleta e análise de dado

Bibliografia Básica:

BECKER, Howard - A história de vida e o mosaico científico, Métodos de pesquisa em ciências sociais, São Paulo: Hucitec, 1993, p. 101-116.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos & Abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1978.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In: *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 (243-255).

FOOT-WHYTE, William. Treinando a observação participante. IN.: ZALUAR, Alba. (Ed.), *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 1975.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In.: *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1981.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In: *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 (243-255).

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). In.: *Cadernos de Campo*. No. 14/15. São Paulo: 2006.

Bibliografia Complementar:

BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico, Métodos de pesquisa em ciências sociais, São Paulo: Hucitec, 1993, p. 101-116.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In.: ZALUAR, Alba (org.), *Desvendando máscaras sociais*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 123-174

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. PÉTONNET, Colette. *Observação Flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense*. In.: *Antropolítica Revista de Antropologia Contemporânea*. Niterói, Eduff: 2009.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Martin Claret: 2002, 155p.

MILLS, Wright. Do artesanato intelectual. In: *A Imaginação Sociológica*. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1975.

TURNER, Victor. *Muchona A Vespa*. In.: *Floresta de Símbolos Aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói, Eduff: 2005.

BHU115 INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

75h

Ementa: Origem e gênese da filosofia. Principais períodos da história da filosofia – filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Principais campos de investigação filosófica – ontologia ou metafísica, lógica, epistemologia, teoria do conhecimento, ética, filosofia política, filosofia da história, história da filosofia, estética, filosofia da linguagem. Respostas contemporâneas às questões filosóficas.

Bibliografia básica:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Mestre Jou. 1982.

GIANNOTTI, José Arthur. **Lições de Filosofia Primeira**. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

LÉVÊQUE, Pierre. **A aventura grega**. Tradução Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Edicoes Cosmos, 1967. Coleção Rumos do Mundo.

TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Bibliografia complementar:

ABRANTES, Paulo. *Imagens da natureza, imagens de ciência*. Campinas: Papirus, 1998.

COLLINGWOOD, R. G. *Ciência e filosofia*. Lisboa: Editora Presença, 1976.

PASCAL, I. *A arte de pensar*. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga* (5 volumes). SP: Loyola, 1993.

ARENDT, Hanna. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Ed. Universidade São Paulo, 1981.

BHU137 ESPANHOL INSTRUMENTAL

75h

Ementa: Estudo instrumental do idioma Espanhol para o curso Bacharelado em Humanidades, com ênfase na ampliação dos conhecimentos culturais (literários, inclusive) sobre o universo hispânico, no desenvolvimento das habilidades de compreensão leitora e auditiva, bem como no da proposta transdisciplinar subjacente ao curso em questão. Estudo introdução das principais questões gramaticais da língua estrangeira.

Bibliografia básica:

- BELLI, Gioconda. El ojo de la mujer. Madrid: Visor libros, 1992.
- BENEDETTI, Mario. Existir todavía. Madrid: Visor libros, s/d.
- CASTRO, Francisca. Uso de la gramática española: elemental. Madrid: Edelsa Grupo Didascalía, 2000.
- DICIONÁRIO ESCOLAR ESPANHOL. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FANJUL, Adrián. (org.). Gramática y práctica de español para brasileños. São Paulo: Santillana/Moderna, 2005.
- GALEANO, Eduardo. Patas arriba: la escuela del mundo al revés. Madrid: Siglo XXI de España, 2005.
- GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo & et alii. En uso: ejercicios de gramática: forma y uso A1. Madrid: Edelsa, 2007.
- GUANTANAMERA. Direção: Tomás G. Alea, Juan Carlos Tabío, Eliseo Alberto Diego. Cuba: Coproducción Cuba-España-Alemania, 1995. 1 DVD (101 min.), son., color., legendado.
- HUIDOBRO, Vicente. Poemas. Santiago de Chile: LOM Editores, 1998.
- LA TETA ASUSTADA. Direção: Claudia Llosa. Peru: Vela Producciones, Oberón Cinematográfica, Wanda Visión, 2009. 1 DVD (93 min.), son., color., legendado.
- LEMEBEL, Pedro. Adiós mariquita linda. Barcelona: Mandadori, 2006.
- LUNA DE AVELLANEDA. Direção: Juan José Campanella. Argentina: Coproducción Argentina-España, 2004. 1 DVD (140 min.), son., color., legendado.
- MARÍA, LLENA ERES DE GRACIA. Direção: Joshua Marston. Colômbia: Coproducción Colombia-USA, HBO Films, Santa Fe Productions, 2004. 1 DVD (101 min.), son., color., legendado.
- MARTÍ, José. poemas sueltos.
- MASTRETTA, Ángeles. Mujeres de ojos grandes. Barcelona: Seix Barral, 2003.
- MATURANA, Andrea. (Des) encuentros y (des) esperados. Chile: Alfaguara, 2000.
- NERUDA, Pablo. Canto general. Buenos Aires: Debolsillo, 2003.
- OLAZIEREGUI, Mari Jose (org.). Pintxos: nuevos cuentos vascos. Madrid: Ediciones Lengua de trapo, 2005.
- REYES, Efraim Medina. Textos esparsos publicados em seu Facebook.
- web.tiscali.it/cubaitalia/prensa/palink.html (contém os endereços de jornais em língua espanhola de toda a América Latina e também dos Estados Unidos) www.palabravirtual.com www.rae.es (Real Academia Española) www.trinity.edu/mstroud/grammar/

Bibliografia complementar:

- ALLENDE, Isabel. Afrodita. Barcelona: Debolsillo, 2003.
- BENEDETTI, Mario. Cotidianas. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.50
- EL BAÑO DEL PAPA. Direção: César Charlone e Enrique Fernández. Uruguai: Laroux Cine, 2007. 1 DVD (90 min.), son., color., legendado.
- EL MISMO AMOR, LA MISMA LLUVIA. Direção: Juan José Campanella. Argentina: Coproducción Argentina-EEUU; JEMPSA / Warner Bros. Pictures, 1999. 1 DVD (120 min.), son., color., legendado.
- GÓMEZ TORREGO, Leonardo. Gramática didáctica del español. Madrid: SM ediciones, 1998.

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. Conjugar es fácil. Madrid: Edelsa, 1997.
 GRANDES, Almudena. Castillos de cartón. Barcelona: Tusquets Editores, 2004.
 LISTA DE ESPERA. Direção: Juan Carlos Tabío. Cuba: Coproducción Cuba-España-Francia-México-Alemania; ICAIC / Tornasol Films S.A. / DMVB / Tabasco Films / Producciones Amaranta / Road Movies Film Production, 2000. 1 DVD (102 min.), son., color., legendado.
 MONZÓ, Quim. Guadalajara. Barcelona: Anagrama, 2006.
 REYES, Efraim Medina. Pistoleros/putas y dementes: greatest hits. Buenos Aires: Bajo la luna, 2005.
 RODRÍGUEZ, María & RODRÍGUEZ, Amparo. Leer en español: ejercicios de comprensión lectora. Madrid: Sociedad General Española de Librería, 2004.
 RODRÍGUEZ, María & RODRÍGUEZ, Amparo. Escucha y aprende: ejercicios de comprensión auditiva. Madrid: Sociedad General Española de Librería.
 SEÑAS: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BHU119 TECNOLOGIA, COGNIÇÃO E SOCIEDADE – 75h

Ementa: Relação Tecnologia e Sociedade. Tecnologia, informação e Ciências Humanas. Aplicações da informática na pesquisa acadêmica. Internet. Windows Explorer. Editor de texto Word. Planilha eletrônica Excel. PowerPoint.

Bibliografia básica:

CAPRON, H. L; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 350 p.
 LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. 204 p.
 MICROSOFT CORPORATION. Obtendo resultados com o Microsoft Office 97. São Paulo: Microsoft, 1996. 716 p

Bibliografia complementar:

RAMALHO, José Antônio. Introdução à informática. 5.ed. São Paulo: Futura, 2003. 168 p.
 SIEVER, Ellen et al. Linux: o guia essencial. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 851 p.

BHU125 INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA - 75h

Ementa: Surgimento da Sociologia como ciência. Principais vertentes da sociologia. Autores clássicos –Marx, Durkheim e Weber – e princípios de suas teorias. Campos e objetos de análise sociológicos. Sociedade contemporânea: temas e metodologias de pesquisa sociológica.

Bibliografia básica:

DIAS, Edmundo (org). Introdução ao pensamento sociológico. São Paulo, 2005.
 DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2002.
 MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002.
 WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Bibliografia complementar:

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita**. Repensar a Reforma. Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
 SANTOS, Laymert Garcia. **Politizar as novas tecnologias:** o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. SP: ed. 34, 2003.
 SARTORI, Giovanni. **Homo Videns**. Televisão e Pós-Pensamento. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público**. As tiranias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNET, Richard. **Respeito. A Formação do Caráter em um Mundo Desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, T. T. **O que se produz e o que se reproduz em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Silva, T.T.(org.) **Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**, Petrópolis: Vozes, 1995, p. 208-45.

BHU127 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA – 75 h

Ementa: A emergência da Psicologia. A Psicologia como estudo científico. Conceitos e Fundamentos da Psicologia. As correntes da Psicologia moderna. A psicanálise. Abordagem geral das principais áreas de estudos e aplicação da Psicologia. Tópicos emergentes em Psicologia.

Bibliografia básica:

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAPRA, F (2002). Conexões ocultas. Retirado de: <http://fontevida.com.br/artigos/conexoes%20ocultas%20-%20capra.pdf>

CAPRA, F (1982). O ponto de mutação. Retirado de: <http://www.filestube.com/736e46b0def960c003e9,g/Fritijof-Capra-O-Ponto-de-Muta-o.html>

ALBERTINI & FREITAS. (2009) **Fundamentos da psicologia: Jung e Reich**. RJ: Guanabara.

GLASSMAN, W. E.; HADAD, M. **Psicologia, abordagens atuais**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HENNEMAN, RH. **O que é psicologia**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1979. PP.3-38.

HERRMANN, F. **O que é a psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MENON PINTO, FE. (2009) **Quem é o sujeito psicológico: algumas reflexões e apontamentos futuros**. Retirado de: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0505.pdf53>

PAPALIA, DIANE E.; OLDS, SALLY WENDKOS; FELDMAN, RUTH DUSKIN. **Desenvolvimento humano**. 8.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006

PATTO, M. H. S.; FRAYZE-PEREIRA, J. A. (Orgs). **Pensamento cruel, humanidades e ciências humanas: há lugar para a psicologia?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SACKS, O. **Um antropólogo em Marte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

SCHULTZ, D., P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix, 1995.

Bibliografia complementar:

AMATUZZI, M. M. **Por uma psicologia humana**. Campinas: Alínea, 2001.

BASTOS, A. V. B.; ROCHA, N. M. D. (orgs). **Psicologia. Novas direções no diálogo com outros campos de saber**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CARPIGIANI, B. **Lugares da Psicologia**. São Paulo: Vetor, 2008

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

GAZZANIGA, M. S., & HEATHERTON, T. F. **Ciência Psicológica. Mente, Cérebro e Comportamento**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

GOODWIN, C. J. **História da psicologia moderna**. São Paulo, Cultrix, 2005.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MYERS, DAVID. **Introdução à psicologia Geral**. Rio de Janeiro: LTC, 1999

MORVAL, J. **Psicologia ambiental**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

PENNA, A. G. **Introdução à psicologia do Séc. XX**. Porto Alegre: Imago Editora, 2004.

PFROMM NETTO, S. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. São Paulo: EPU, 1987.

PFROMM NETTO, S. **Psicologia guia de estudo**. São Paulo: EPU, 1985.

ROSENFELD, A. **O pensamento psicológico**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

VYGOTSKI, L.S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (1988) Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo, Ícone. 228pp.

**BHU 128- INGLÊS INSTRUMENTAL –
75h**

Ementa: Aquisição das competências comunicativas: gramatical, sócio- cultural, discursiva e de estratégias de leitura em língua inglesa. Estudos morfo-sintáticos, semânticos e fonológicos através de textos escritos e orais.

Bibliografia básica:

SOUZA, A. G. F. et al. **Leitura em Língua Inglesa:** uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.

MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental:** estratégias de leitura / Módulos 1 e 2. São Paulo: Texto Novo, 2004.

MURPHY, R. **Essential Grammar in Use:** a self-study reference and practice book for elementary students of English with answers. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Bibliografia complementar:

BEZERRA, L. A.; LOPES, C. R.; MARQUES, L. O. Módulos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de Língua Inglesa do Programa Pró-Universitário, São Paulo, 2004.

HEWINGS, M. **Advanced Grammar in Use:** a reference and practice book for advanced students of English. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LATERZA, A. C., coord. **Inglês Instrumental.** Uberaba, Universidade Federal do Triângulo Mineiro em Uberaba, 53 [digitado].

MURPHY, R. **Essential Grammar in Use:** a self-study reference and practice book for elementary students of English with answers. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000

MURPHY, R. **English Grammar in Use:** a self-study reference and practice book for intermediate students

BHU 138 FISIOLOGIA DA TERRA - 75h

Ementa: A Terra e seus geossistemas: litosfera, atmosfera, hidrosfera, biosfera. Contextualização do tempo geológico na evolução do planeta.

Bibliografia básica

LABOURIAU, M.M.S. Critérios e técnicas para o quaternário. São Paulo= Edgar Blücher, 2007. xiii, 387 p.

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. Para Entender a Terra (Tradução: Rualdo Menegat). 4ª. Ed, Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2006.

SCHUMANN, W. Rochas e Minerais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. (org.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2001.

Bibliografia Complementar

COCKEL, C. 2011. SISTEMA TERRA VIDA: uma introdução. São Paulo: Oficina de Textos, 360 p.

LEINZ, V.; CAMPOS, J.E.S. Guia para determinação de minerais. 7º ed. =20 São Paulo: Editora

Universal, 197.

CARVALHO, I. de S. (ed.), et al. Paleontologia: cenários de vida. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

v 1. 834 p. ISBN 978-85-7193-184-8.

OZIMA, M. Geohistória: a evolução global da terra. Brasília:UnB, 1991.

SUGUIO, K.; SUZUKI, U.. A evolução geológica da Terra e a fragilidade da vida. São Paulo: Blücher, 2003.152 p.

BHU181 - POLÍTICAS PÚBLICAS

75h

Ementa: A disciplina tem como objetivo apresentar os principais estudos, tradições dentro da ciência política, que abordam todos os processos decisórios, bem como, os atores e instituições envolvidas. Também apresentar as principais transformações contemporâneas nos contextos de políticas públicas. Para isso, trabalharemos a globalização, a descentralização e outros fatores determinantes dessas transformações.

Bibliografia Básica:

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo e WILLIANSO, John. (2004), *Depois do Consenso de Wasington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo, Ed. Saraiva.

MELO, Marcus André. (2004) “Escolha institucional e difusão dos paradigmas de política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias”. Dados, vol 47, nº 1.

ANASTASIA, Fátima; RANULFO, Carlos e SANTOS, Fabiano. (2004) *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, 2003.

RICO, Elizabeth, (org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, 2006

BHU 126 INTRODUÇÃO À POLÍTICA

Ementa: Fundamentos e argumentos teórico-históricos da fundação do Estado Moderno ao Liberalismo.

Fortalecimento de movimentos sociais, crise do liberalismo e o neoliberalismo. O papel do Estado e os diferentes regimes políticos. O desenvolvimento da democracia e as reivindicações derivadas da afirmação dos direitos humanos. Política Social e crise Contemporânea.

Bibliografia básica:

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1970

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

ARISTÓTELES. A política. Brasília, Ed. UnB, 1997.

PLATÃO, A República. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo, Abril59 Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo, Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).

MONTESQUIEU. Do espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

HAMILTON, A.; MADISON, J.; JAY, J. O Federalista. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

MARX, K. Dezoito de Brumário. (a indicar ainda) MARX, K e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

VIANNA, L W. A revolução passiva. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

STUART MILL. Sobre a liberdade. São Paulo: Nacional, 1942.

STUART MILL. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Ed. UnB, 1981.

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia; EDUSP, 1987.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social democracia. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Michels, Robert. As tendências burocráticas das organizações partidárias. In: Cardoso, FH. Política & Sociedade. São Paulo: Editora Nacional. V2.

GIDDENS, Anthony. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia. Rio de Janeiro, Record, 2000.

DAHL, R. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 1997.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo, EDUSP, 1999.

OLSON Jr., M. A lógica da ação coletiva. São Paulo: Edusp, 1999.

ELSTER, Jon. Peças e engrenagens das ciências sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RAWLS, J. O liberalismo político. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade (2 vols.). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

BENDIX, R. A ampliação da cidadania. In: Cardoso, FH. Política & Sociedade. São Paulo: Editora Nacional.

HABERMAS, J. Participação política. In: Cardoso, FH. Política & Sociedade. São Paulo: Editora Nacional.

1 SANTOS, B S e Avritzer, L. Para ampliar o cânone democrático. In Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (introdução)

Bibliografia complementar:

HOBBS, T. *Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. SP: Ícone, 2000.

KROPOTKIN, P. *O Estado e seu papel histórico*. SP: Nu-sol; Ed. Imaginário; 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WELFORT, F. Pensadores da Política, Vol. I e II. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Por quê democracia? Paulo: Ática, 1989.

BHU 184- PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

75h

Ementa: Análise do desenvolvimento humano enquanto processo de interação entre as dimensões biológicas, sociocultural, afetiva e cognitiva e sua relação com o processo de ensino e aprendizagem ao longo do ciclo vital.

Bibliografia Básica:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs) **Desenvolvimento e psicologia da educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.1.60

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs) **Desenvolvimento e psicologia da educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.3.

PIAGET, J; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Difel, 2009. **Bibliografia Complementar:** (FALTA 1)

GESELL, A. **A criança de 0 a 5 anos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed,

2006.

VIGOTSKI, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BHU139 COGNIÇÃO, REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA E INTERAÇÃO – 75h

Ementa: Reflexão sobre as estratégias que caracterizam os gêneros textuais falados, com base na perspectiva textual-interativa. Compreensão dos processos constitutivos do texto, por meio do reconhecimento das diferenciações entre a fala e a escrita.

Bibliografia Básica:

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

BHU185 - ÉTICA 75 H

Ementa: Análise da experiência moral: a dialeticidade da condição humana, a ação, a felicidade, o finalismo do agir, os valores, a obrigação e a sanção. Interpretações da experiência moral: principais correntes do pensamento ético. A essência e o fundamento da moralidade. A ordem moral objetiva: prescritividade, universalidade e variedade das normas morais; a lei natural; o direito e a moral. Questões controvertidas de ética. Ética e política. Natureza das normas de moralidade. Interpretação dos princípios morais. Constituinte ético: Origem da Ética e seu caráter histórico e social. Realização individual e coletiva da Ética. Fundamentação axiológica da Ética. Paradigmas éticos na história da Filosofia (teorias, autores, problemas e obras).

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano. Livro II**, Tradução de Vincenzo Cocco... [et al.], São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros** (Curso no College de France: 1982-1983) Tradução e Eduardo Brandão, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. **Filosofia da práxis**. Tradução de Maria Encarnación Moya. Buenos Aires:

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. In **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Dialética: teoria e práxis; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética**. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Biblioteca de filosofia contemporânea. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 45.

VAZ, Henrique C. de Lima, SJ. **Raízes da modernidade: Escritos de filosofia VII**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HORKHEIMER M. & ADORNO T.W. O Conceito de Esclarecimento. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

FREUD, Sigmund. FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas. Vol.XXI. Rio de Janeiro: Imago, sd.

BHU186 - ESTÉTICA

75 H

Ementa: Apresentação dos conteúdos do pensamento estético no âmbito filosófico e da teoria da arte, por meio das idéias de vários pensadores na história da Filosofia. Análise das relações entre cultura e natureza, entre sujeito e objeto com foco na criação de linguagens e entendimentos das experiências sensíveis e racionais do ser humano.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano. Livro II**, Tradução de Eudoro de Souza, São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

JIMENEZ, Marc. O que é estética? Santa Maria, RGS: Editora UNISINOS, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Bibliografia complementar

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *A estratégia dos signos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.

ORTEGA Y GASSET, José. *A desumanização da arte*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTAELLA, Lucia. *Estética, de Platão a Peirce*. São Paulo: Ed. Experimento, 2000.

GIANNOTTI, José Arthur. *Lições de Filosofia Primeira*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BHU187 TEORIA DO CONHECIMENTO E EPISTEMOLOGIA

75 H

Ementa: A função do conhecimento. O círculo hermenêutico. A pergunta e o problema: o processo da hipótese: certeza e construção crítica. Inventário do processo do conhecimento no Ocidente. O ser, a ontologia, a natureza. Em perspectiva, modernidade e modernização, o estatuto da onto-antropologia e a ciência contemporânea. Contribuição do ordenamento da ciência em seu propósito epistemológico. As teorias do conhecimento e a influência da estrutura sistêmica do capitalismo. História como elemento de compreensão do ser e do objeto. Conflito entre objetividade e subjetividade. A ciência contemporânea e sua crise ontológica. O projeto civilizador iluminista em diálogo entre positivismo e dialética negativa, estruturalismo, fenomenologia e conhecimento histórico. A tecnologia como senhora do saber articulado e fragmentado.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro VII, Trad. Leonel Vallandro, Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

DESCARTES, René. Discurso do método. **Os Pensadores**. 3. ed., Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 3. ed. Tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujao, Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.62

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TSUI-JAMES, E. P, BUNNIN, Nicholas. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Bibliografia complementar

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Dialética: teoria e prática; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética**. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

HEGEL, G. W. F. **Ciencia de la lógica**. 4ª. Edición castellana. Traducción directa del alemán de Augusta Y Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1976.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução Rodnei Nascimento, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas**. Volume I, 3. ed., Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

WOODS, Alan, GRANT, Ted. **Razão e revolução**. Tradução Fabiano Adalberto de Almeida Leite e Fernando Borges Leal. São Paulo: Editora Lutas de Classe Ltda, 2007.

BHU188 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

75 H

Ementa: As bases fundamentais da história da disciplina: do seu nascimento na Antiguidade Clássica aos seus desdobramentos no século XX. Noções fundamentais do trabalho do historiador: veracidade, temporalidade, objetividade, memória, alteridade, interdisciplinaridade. Diálogos da História com saberes afins: Ciências Sociais, Estudos Literários e Linguísticos, Geografia. A escolha, o estudo e o manejo dos objetos, fontes e métodos historiográficos. Métodos e Técnicas da Pesquisa em História.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.

Bibliografia Complementar:

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O início da História e as lágrimas de Tucídides. In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. São Paulo: Imago, 1997. p. 15-37.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEPETIT, Bernard. Proposições para uma prática restrita de interdisciplinaridade. In: *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

BHU 099 PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

75 h

Ementa: A multiplicidade das definições conceituais de patrimônio. Reflexões conceituais sobre patrimônio histórico-cultural. Das edificações antigas ao patrimônio imaterial. Políticas culturais e de preservação. Gestão e legislação patrimonial. O papel da Unesco. As Instituições nacionais e as cidades históricas. Educação Patrimonial. Valorização dos saberes e fazeres locais e regionais.

Bibliografia Básica:

ABREU, Regina e CHAGAS, Mario. *Memoria e patrimônio: Ensaio contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ: UNIRIO, 2003.

ARANTES, Augusto. A (org). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. S. Paulo: Brasiliense. 1984

CHOAY, Françoise. *O patrimônio histórico na era da indústria cultural: a alegoria do patrimônio*. S. Paulo: Ed. UNESP 2001.

Bibliografia complementar

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico Cultural*. São Paulo: ALEPH, 2002.

CUNHA, Danilo Fontanele Sampaio. *Patrimônio Cultural: proteção legal e constitucional*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araujo e FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

SIMAO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio Cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

BHU098 INTÉRPRETES CONTEMPORANEOS DO BRASIL

75 h

Ementa: O Brasil do século XX. As reinterpretações e releituras sobre a construção da nação. Estudo da produção cultural e intelectual. Novos temas que interpretaram o Brasil. Novas abordagens sobre a constituição social brasileira. O Brasil do século XXI e suas múltiplas abordagens.

Bibliografia Básica:

BOTELHO André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um Enigma Chamado Brasil – 29 Intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Um banquete no trópico – Introdução ao Brasil*. São Paulo Editora Senac. Volume 1, 5ª ed., 2008 e volume 2, 2ª ed, 2002.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2 - De Calmon a Bomfim: A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Bibliografia Complementar:

BOTELHO André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda brasileira: Temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: Ensaio de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.64

SOIHET, Rachel...[et al.](orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas: Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras: Ensaio*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

BHU097 HISTÓRIA E CIDADANIA DO BRASIL

75 h

Ementa: Conceituação e contextualização da cidadania moderna. A formação da cidadania no Brasil Imperial: ordem constitucional e critérios de inclusão. Lutas pela ampliação da cidadania e emergência da sociedade civil entre os séculos XIX e XX. Continuidades e rupturas na ordem política e jurídica e na prática social no Brasil republicano.

Leituras do déficit democrático no Brasil. O processo constituinte de 1988 e os debates sobre a cidadania hoje.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. SP: Brasiliense, 1994.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

Bibliografia complementar

BECKER, Antonio e CAVALCANTI, Vanuza. *Constituições brasileiras de 1824 a 1988*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DALLARI, Dalmo. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revolutas, motins revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

SANTOS, B. S. (ORG.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BHU098 IDENTIDADE NARRATIVA E FORMAÇÃO HUMANA

75 h

Ementa: O círculo entre a narratividade e a temporalidade. A história e a narrativa. O tempo narrado. Poética da narrativa: história, ficção, tempo. A configuração do tempo na narrativa de ficção. A experiência temporal fictícia. O tempo narrado.

Bibliografia básica:

AMARAL, Roberto Antônio Penedo do Amaral. **Paul Ricoeur e as faces da ideologia**. Goiânia-GO: Editora UFG, 2008.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Coleção Os Pensadores).

ARISTÓTELES. **A Poética**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Coleção os Pensadores).

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultura, 1996 (Coleção os Pensadores).

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* - tomo III. Trad. De Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.

Bibliografia complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2 ed. ver. E atual. São Paulo, SP: Moderna, 2000.65

CHAUI, Marilena. **Convite a filosofia**.13 ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia:** dos pré-socráticos a Aristóteles.

BHU 102 SEMIOLOGIA E COMUNICAÇÃO - 75h

Ementa: Estudo e análise semiológica dos meios de comunicação. Leitura e textos verbais, visuais, audiovisuais e hipermediáticos. A construção da imagem e a manipulação simbólica no processo da informação.

Bibliografia básica

- BARTHES, Roland. Elementos de Semiologia. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- DEBRAY, Régis. Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. A troca simbólica e a morte. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- ECO, Umberto. Tratado Geral de Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- NETTO, J. Teixeira Coelho. Semiótica, Informação e Comunicação. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- NÖTH, Winfried. Panorama da Semiótica. São Paulo: Annablume, 1998.
- NÖTH, Winfried. A Semiótica no Século XX. São Paulo: Annablume, 1999.
- PINTO, Júlio. 1, 2, 3 da Semiótica. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- SANTAELLA, Lúcia. O que é Semiótica. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTAELLA, Lúcia. Semiótica Aplicada. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- SUBIRATS, Eduardo. A cultura como espetáculo. São Paulo: Nobel, 1989.

Bibliografia Complementar

- BARTHES, Roland. Aula. São Paulo: Cultrix, 1998.
- ECO, Umberto. Viagem na irrealidade cotidiana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- DURANT, Will. A idade da fé. São Paulo: Nova Cultural, 1985.69
- DURANT, Will. A história da filosofia. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PLATÃO. A República. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- SANTAELLA, Lúcia e NÖTH, Winfried. Imagem: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 2001.

BHU 103 SOCIOLOGIA DA CULTURA E DA ARTE

75h

Ementa: Constituição da “esfera cultural”; Produção artística e intelectual; Obras e seus públicos; Invenção social do artista e do intelectual nas sociedades moderna e contemporânea; História social da arte e suas correntes teóricas; A formação dos campos artísticos e as inovações estéticas; Indústrias culturais; A dinâmica das políticas culturais, democratização da cultura, democracia cultural, autonomia relativa da “esfera da cultura”; processos civilizatórios na modernidade; Sociologia da cultura e pensamento social no Brasil.

Bibliografia básica:

- CUCHE, Denis. *A noção de cultura das ciências sociais*. São Paulo: Edusc, 2002.
- FREDERICO, Celso. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Cortez, 2006.
- HEINICH, Nathalie. *Sociologia da arte*. Bauru: Edusc, 2008.

Bibliografia complementar:

- ADORNO, Theodor. *Dialéctica negativa*. Madrid: Taurus, 1984.
- ADORNO, Theodor. *Ideias para uma sociologia da música*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção “Os Pensadores”.
- ADORNO, Theodor. *Notas de literatura*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- ADORNO, Theodor. *Prismas: la crítica de la cultura y la sociedad*. Barcelona: Ariel, 1962.
- ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialéctica de la Ilustración*. Madrid: Trotta, 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. *As fontes da arte moderna*. Revista Novos Estudos Cebrap, nº 18, setembro de 1987, p. 49- 56.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Trajetórias da sociologia da cultura no Brasil: os anos recentes*. In: Revista USP, nº 50, jun-jul-ago de 2001.

AUERBACH, Eric. *Mimesis: La representación de la realidad en la literatura occidental*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BAUDELAIRE, Charles. *Escritos sobre arte*. São Paulo: Imaginário, 1998.

BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica; arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: aventuras da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. São Paulo: Edusp, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Meditaciones pascalianas*. Barcelona: Anagrama, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRETON, André; TROTSKY, Leon. *Por uma arte independente e revolucionária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BURKE, Edmund. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. Campinas: Papirus, 1993.70

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Diferentes, desiguales y desconectados*. Barcelona: Gedisa, 2005.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1975.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1962. Volumes 04 e 05.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. São Paulo: DP&A, 2000.

EAGLETON, Terry. *La estética como ideologia*. Madrid: Trotta, 2006.

EAGLETON, Terry. *La función de la crítica*. Barcelona: Paidós, 1999.

EAGLETON, Terry. *La idea de cultura*. Barcelona: Paidós, 2004.

ELIAS, Norbert. *A peregrinação de Watteau à ilha do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. *La sociedad de los individuos*. Barcelona: Península, 1990.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil: aspectos das formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

GAUTIER, Théophile. *Baudelaire*. São Paulo: Boitempo, 2001.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HEGEL, G.W.F. *Cursos de estética*. São Paulo: Edusp, 2001. Volumes 01 e 03.

HUGO, Victor. *Do grotesco e do sublime*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

JAMESON, Frederic. *A virada cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

LAURENT, Fleury. *Sociologia da cultura e das práticas culturais*. São Paulo: SENAC, 2008.

LESSING, Georg. *Laocoonte ou sobre as fronteiras da poesia e da pintura*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

LÖWY, Michael. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georgy. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

LUKÁCS, Georgy. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre literatura e arte*. Lisboa: Estampa, 1974.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1945)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1999.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PEIXOTO, Fernanda Areas. *Diálogos brasileiros: uma análise sobre a obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp, 2000.

PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.71

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANCHEZ-VAZQUEZ, Adolfo. *Convite à estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é literatura?* São Paulo: Ática, 2004.

SCHELLING, Friedrich. *Filosofia da arte*. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHILLER, Friedrich. *Cartas sobre a educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 1990.

SCHILLER, Friedrich. *Kallias ou sobre a beleza*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

SCHILLER, Friedrich. *Poesia ingênua e sentimental*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

SCHLEGEL, Friedrich. *Conversa sobre poesia*. São Paulo: Iluminuras, 1994.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SIMMEL, Georg. *La tragédie de la culture et autres essais*. Marseille: Rivages, 1988.

WEBER, Max. *Fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995.

WEBER, *Sociología de la religión*. Madrid: Taurus, 1982.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura y sociedad: 1780-1950*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *El campo y la ciudad*. Argentina: Paidós, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BHU114 ATUALIDADES SEMINÁRIOS - 75h

Ementa: Construção do conhecimento contemporâneo por discussões sobre diversos temas presentes no atual espaço global, política, economia, educação e sociedade.

Bibliografia básica:

- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.) et.al. Que país é esse?: Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: GLOBO, 2006.
- ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAUDRILLARD, Jean. Modernidade. Enciclopédia Universalis, vol. 11. Trad. Guedes. (s/d).
- BOBBIO, N. (org.) Dicionário de Política. 2 vols. Brasília: Ed. UnB, 1993.
- DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LENOIR, Hugues. Educar para Emancipar. SP: Editora Imaginário; Manaus: Edit. Da Univ. Federal do Amazonas, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. A Felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. SP: Companhia das Letras, 2007.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, Herbert de. Como se faz análise de conjuntura. 19ª d. RJ: Vozes, 1999.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.) et al. Sociedade e meio ambiente. 4.ed. São Paulo : Cortez, 2006.
- ROSENFELD, Denis L.. O que é democracia. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- AZEVEDO, Fernando de. Sociologia Educacional: Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

Bibliografia complementar:

- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- MAAR, Wolfgang Leo. O que é política. Editora brasiliense, 1988.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). A formação do cidadão produtivo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- KUPSTAS, Márcia (org.). Educação em Debate. São Paulo: Moderna, 1998.
- Leite, Marcelo. Meio ambiente e sociedade. São Paulo: Ática, 2005
- LOMBARDI, José Claudinei (org.). Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2001.

BHU117 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE - 75h

Ementa: Conceito de população, sociedade, espaço e meio ambiente. O meio ambiente global e a sua importância em nível local. Métodos analíticos aplicados ao meio ambiente; geoquímica de processos exógenos; padrões de qualidade e monitoramento ambiental.

Bibliografia básica:

- AB" SABER A. Refletindo sobre questões ambientais: ecologia, psicologia e outras ciências. Psicologia USP, 2005, 16(1/2), 19-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n1-2/24639.pdf>.
- HISSA, C.E.V. Saberes Ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEMONS, A.I.G. de; ROSS, J.L.S.; LUCHIARI, A. América Latina: Sociedade e meio Ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LOMBORG, B., O ambientalista cético revelando a real situação do mundo. Elsevier: 2002.
- MINAYO, M. C. S., MIRANDA, A. C. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Abrasco, 2002.
- PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. Para Entender a Terra (Tradução: Rualdo Menegat). 4ª. Ed, Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2006.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.M.; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. (org.). Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2001.

Bibliografia complementar:

ALBUQUERQUE, E. S., Que País é Esse? Pensando o Brasil Contemporâneo. São Paulo: Globo 2005.

CORTEZZI, Giane. Geomedicina. Disponível em:

<http://www.cprm.gov.br/publique/media/geosaude.pdf>. 30 p.

RIBEIRO, H., Olhares geográficos: meio ambiente e saúde. Senac: 2005

SICHE, Raúl; AGOSTINHO, Feni; ORTEGA, Enrique e ROMEIRO, Ademar. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. Ambient. soc. [online]. 2007, vol.10, n.2 [citado 2010-03-05], pp. 137-148 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000200009)

753X2007000200009&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-753X. doi: 10.1590/S1414-

753X2007000200009.

Filmes Indicados: How the Earth was made (documentário do History Channel)

BHU118 UNIVERSIDADE E CIÊNCIA - 75h

Ementa: Aspectos históricos das Ciências e da Universidade na civilização ocidental. Conceitos modernos de Universidade, seu papel social e político. A Universidade no Brasil e a UFVJM.

Universidade e construção dos campos do conhecimento científico em humanas: Turismo, História, Geografia, Letras e Pedagogia.

Bibliografia básica:

ANDEY, Maria Amália (et al). Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. RJ: Espaço e tempo. SP: EDUC, 2001.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. S. P.: Unesp, 1999.

CHAUÍ, Marilena; LEHER, Roberto. A Universidade Pública sobre nova Perspectiva. ANPED, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã: O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª ed. SP: Editora Unesp, 2007.

GREIVE, Cinthia. História da Educação. SP: Ática, 2007.

LARROYO, Francisco. História Geral da Pedagogia. 2 vol. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1982.73

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; GREIVE, Cynthia Greive. (org). educação no Brasil. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 500 anos de

Bibliografia complementar:

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista. RJ: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. RJ: Francisco Alves, 1988.

DELCHET, Richard. O Ensino Superior. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. Tratado de Ciências Pedagógicas. SP: Ed. Nacional, Ed. USP, 1977.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais. In: Várias Histórias. Belo horizonte, vol. 23, nº 37: p. 113-129, jan/jun 2007.

BHU129 FORMADORES DO BRASIL - 75h

Ementa: A construção do Brasil e suas interpretações. Estudo da produção intelectual e das linhas de pesquisa que abordam a constituição do Brasil como nação.

Bibliografia básica:

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: M. Orosoco & C., 1907.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna, Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p.28-54,1988.

BOTELHO André e SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um Enigma Chamado Brasil – 29 Intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p.82- 89,1991.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História, Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. Maringá: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n.1, p. 11-29, 2004.

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. São Leopoldo, História Unisinos, v. 11, n. 3, p. 306 a 312, set/dez 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27,1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VII(2), p. 389-410, jul/out. 2000.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 49ª ed., São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª ed., São Paulo: Global, 2004.

FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: Revisitado. São Paulo, Estudos Avançados, v. 19 n. 55, p. 229-243, Dez/2005.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34ª ed., São Paulo: Cia das Letras 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. VII(2), p. 389-410, jul/out. 2000.

HOBBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1870. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira Estado. São Paulo, Estudos Avançados, v. 22 n. 62, p. 237-256, 2008.

MONTALVÃO, Sérgio. O sentido da nação: parâmetros e intencionalidades na escrita da história de Caio Prado Jr. Revista Eletrônica Cadernos de História, Ouro Preto, ano 1, n. 2, set/2006.

MOTA, Lourenço Dantas (org.) Um banquete no trópico – Introdução ao Brasil. São Paulo Editora SENAC. Volume 1, 5ª ed., 2008 e volume 2, 2ª ed, 2002.

PIVA, Luiz Guilherme. Ladrilheiros e semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.

ODÁLIA, Nilo. As formas do mesmo – Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. 14ª ed., Rio de Janeiro: Graphia, 2002. (Série Memória Brasileira, 6).

SOUTHEY, Robert. História do Brazil. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862. 6v.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

REIS, José Carlos. Duas Versões sobre a Formação do Brasil-Nação. *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 27, p. 45-54, janeiro/março 2000.

Bibliografia complementar:

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Gilberto Freyre e a invenção do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: Nações Imaginadas. Pontos e Bordados – Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 233-268.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: Breve antologia de uma existência. Rio de Janeiro, *Topoi*, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul/dez 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. Raymundo Faoro historiador. São Paulo, *Estudos Avançados*, v. 17 n. 48, p. 330-337, maio/ago 2003.

COMPARATO, Fábio Konder [e tal]. Como pensar? *Lua Nova*, n. 54, p. 87-132, 2001.

CRUZ, Renato. Raízes do Brasil, os 60 anos de um clássico. Maringá: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 1, n.1, p. 67-82, 1997.

DE DECCA, Edgnar Salvadori. As metáforas da Identidade em Raízes do Brasil – Decifra-me ou te devoro. Belo Horizonte, *Varia História*, v. 22, n. 36, p. 242-439, Jul/Dez. 2006.

GONTIJO, Rebeca. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. Porto Alegre: *Anos 90*, v. 14, n. 26, p. 41-76, Dez/2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial”: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese de doutorado, PPG em História Social, USP, 1994.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. São Paulo, *Estudos Avançados*, v. 22 n. 62, p. 145- 159, 2008.

LAVALLE, Adrián Gurza. Vida pública e identidade nacional – Leituras Brasileiras. São Paulo: Globo, 2004.

LEHMANN, David. Gilberto Freyre: A reavaliação prossegue. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 369-385, jan./jun. 2008.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira Estado. São Paulo, *Estudos Avançados*, v. 22 n. 62, p. 237-256, 2008.

MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a Construção dos Mitos da História Nacionalista do Século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p.63-80, 2000.

PAIVA, Carlos Águedo. Florestan, o obscuro e o liberalismo monárquico. São Paulo, *Estudos Avançados*, v. 11 n. 30, p. 335-356, 1997.

PITTA, Sebastião da Rocha. História da América portuguesa, desde o ano 1500 do seu descobrimento até o de 1724. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Silva, 1730.75

REGO, Rubem Murilo Leão. Caio Prado Júnior: Interprete do Brasil. Bastos, Elide Rugai [e tal] *Intelectuais: sociedade e política*, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003. p. 224-239

RODRIGUES, Henrique Estrada. A democracia em Raízes do Brasil. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. São Paulo, n. 10, p. 137-156, 2007/1.

SILVA, Ligia Osório. A história engajada de Nelson Werneck Sodré. Instituto de Economia. Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 238-269, jul/dez 2008.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação do Brasil de C. Furtado. São Paulo, *Estudos Avançados*, v. 13 n. 37, p. 207-214, 1999.

VASCONCELOS, Paulo Henrique Castanheira. GUANICUNS; *Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns FECHA/FEA - Goiás*, 01, p. 59-68, 2004.

WEHLING, Arno. Estado, história, memória: Varnhagem e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BHU198 COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA - 75h

Ementa: Processos da comunicação. Campo da comunicação e ciências humanas. Comunicação e indústria cultural. Mídia, conhecimento e opinião pública. Comunicação social, comercial e institucional. Evolução e atualização dos meios de comunicação fixos e móveis. Mídias tradicionais e atuais. Seleção e uso de mídias: televisão, jornal, revistas, *outdoor*, internet, *blogs*, *sites*, redes de relacionamento, entre outros. Som e cor. Relações multimídias entre comunicação gráfica, eletrônica e digital.

Bibliografia básica:

- ARMAND, Matelard. História das Teorias da Comunicação. São Paulo: Loyola, 2004.
BAUDRILLARD, Jean. O Sistema dos Objetos. Editora Perspectiva, São Paulo, 2000.
DEBRAY, Régis. Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.
GIOVANNINI, Giovanni (Coord.). Evolução na comunicação: do sílex ao silício. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: ED. 34, 1993.
LÉVY, Pierre. A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência. Rio de Janeiro: ED. 34, 2003.
LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
MCLUHAN, Marshall. Os meios de Comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 2000.
MOLES, Abraham. O kitsch. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1972.
MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. Vol. 1: Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
POLISTCHUK, Ilana e TRINTA, Aluizio Ramos. Teorias da Comunicação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
VIRILIO, Paul. A arte do motor. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
1. VIRILIO, Paul. O espaço crítico. Rio de Janeiro: ED 34, 1993.

Bibliografia complementar:

- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas vol. I magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
CARPENTER, Olivier et MCLUHAN, Marshall. Revolução na Comunicação. Rio de Janeiro: Zahar, 76 1974.
COSTELLA, Antônio Fernando. Comunicação: do grito ao satélite - história dos meios de comunicação. 5.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2002
DEBRAY, Régis. O Estado sedutor. Petrópolis: Vozes, 1994.
ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 1979.
FIGUEIREDO, José Carlos. Comunicação sem fronteiras: da pré-história à era da informação. São Paulo: Gente, 1999.
MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. Vol. 2: Necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. POLISTCHUK, Ilana e TRINTA, Aluizio Ramos. Teorias da Comunicação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SUBIRATS, Eduardo. A cultura como espetáculo. São Paulo: Nobel, 1989.

BHU199 SEMINÁRIO SOBRE O VALE DO JEQUITINHONHA - 75h

Ementa: Construção do conhecimento por meio de discussão holística e abrangente de fatos e fenômenos que auxiliem nas interpretações sociais, econômicas, culturais e ambientais do Vale do Jequitinhonha

Bibliografia básica:

CORREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 2007.

FERREIRA, Graça Maria Lemos, MARTINELLI, Marcelo. Atlas geográfico: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 1998.

Viana, Gilney, SILVA, Marina; DINIZ, Nunez (organizadores). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. 78

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Viagens e viajantes. São Paulo: Amablume, 2010.

LESSA, Simone Narciso (Org.); SOUZA, João Valdir Alves de (Org.). Planomesos: Plano de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: Unimontes, 2005.

Bibliografia complementar:

ARCE, Tacyana. Bolsa-Escola: educação e esperança no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001. 140 p

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Pólo Jequitinhonha 10 anos (1996-2006): a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008. 68 p.

PEREIRA, V.L.F. O artesão da memória no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

SILVA, J.C.F. Políticas públicas no Vale do Jequitinhonha: a difícil construção da nova cultura política regional. Santo André: IMES, 2005.

BHU107 POLÍTICA E O ESTADO BRASILEIRO - 75h

Ementa: O objetivo da disciplina é apresentar a organização do Estado brasileiro. Analisar as diretrizes constitucionais, levando em consideração as mudanças político-institucionais, administrativas e legais. Para tanto, serão discutidos alguns conceitos básicos, tais como o federalismo, o presidencialismo, a separação dos três poderes, o sistema partidário brasileiro, as elites políticas e também as reformas.

Bibliografia básica

DAHL, Robert. Poliarquia. São Paulo: EDUSP, 1997.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

HELD, David. Modelos de Democracia. Belo Horizonte, Paidéia, 1985.

HUNTINGTON, Samuel P. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

LIJPHART, Arend. Modelos de democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARTORI, Giovanni. Teoria democrática. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1965.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 2v, 1994.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

WITTMAN, D. O mito do fracasso da democracia. São Paulo: Bertrand Editores, 1999.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados, Rio de Janeiro vol. 31, n. 1, 1988.

Bibliografia Complementar

CINTRA, A. O.; AVELAR, L., (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Curitiba: Fundação. Konrad- Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

KINZO, M. D. Radiografia do quadro partidário brasileiro. Curitiba: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

NICOLAU, Jairo POWER, Timothy J. (orgs), Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reformas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi. Multipartidarismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistema eleitoral e reforma política. Rio de Janeiro: Foglio Editora, 1983.

RANULFO MELO. Carlos e SÁEZ, Manoel Alcántara (orgs.). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI. BELO Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BHU 106 SUBJETIVIDADES E A ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA - 75h

Ementa: Subjetividade e escrita. Linguagem e ficcionalização. Memória e ficção. A escrita e as situações limites. A escrita autobiográfica e a infância. A escrita autobiográfica na Literatura Brasileira.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Oswald. *Um Homem sem Profissão*. São Paulo: Globo, 2002.

MENDES, M. *A Idade do Serrote*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORLEY, H. *Minha Vida de Menina*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

RAMOS, G. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

REGO, José Lins. *Menino do Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

Bibliografia Complementar:

AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

BARTHES, R. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

CANDIDO, A. *Educação pela Noite*. São Paulo: Ática, 1989.

DELEUZE, G. e Guattari. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Edra 34, 1995.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: os Cuidados de Si*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GALLE, H; OLMOS, A. C.; KAN ZEPOLSKY, A. ; IZARRA, L. (orgs) *Em Primeira Pessoa*. Abordagens de uma Teoria da Autobiografia. São Paulo: FAPESP/USP, 2009.

LEJEUNE, P. *O Pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MENDES, L. A. *Memórias de um Sobrevivente*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

PEREC, G. *W ou as Memórias da Infância*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

ROUSSEAU, J.J. *Confissões*. São Paulo: Edipro, 2007.

_____. *Devaneios do caminhante solitário*. Brasília: Hucitec, 1986.

BHU 191 HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO - 75h

Ementa: História e Memória. Documento e monumento. Memória coletiva. Memória social. Os lugares da memória. A crise da memória. A invenção das tradições. O papel do historiador. As tradições do direito e as noções de patrimônio. A formação das coleções a partir do século XIV. O desenvolvimento da ciência da classificação no século XVIII. O nascimento dos museus no século XIX. Os estados nacionais e a institucionalização do patrimônio. A revolução francesa e a invenção do patrimônio. A questão do patrimônio como narrativa do passado. A organização dos museus. As pinturas históricas. Os arquivos permanentes. A multiplicidade das definições conceituais de patrimônio. Reflexões conceituais sobre patrimônio histórico-cultural. Das edificações antigas ao patrimônio imaterial.

Políticas culturais. Gestões patrimoniais. Legislação patrimonial. O papel da UNESCO. Experiências latino-americanas. As cidades históricas. As Instituições nacionais. Do Departamento de Cultura de São Paulo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Bibliografia básica e complementar:

1. História & Memória

Gagnebin, Jeanne Marie. O início da História e as lágrimas de Tucídides. In: Sete aulas sobre linguagem, memória e história. São Paulo: Imago, 1997. P. 15-37.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 180-193, 1995.

HALBAWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história. In: Os antigos, o passado e o presente. Brasília Editora da UnB, 2003. p. 11-33. HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) A invenção das tradições. Tradução por Celina Cardin Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. Prefácio; História; Memória; Documento/Monumento. In: História e memória. Trad. Bernardo Leitão. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992.

NORA, Pierre. Les lieux de Mémoire – Volume I, II e III. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

BHU622 - LÍNGUA ESTRANGEIRA I/ESPANHOL

Carga horária: 75 horas

Ementa: Introdução do processo de ensino-aprendizagem da língua espanhola para aquisição das competências e habilidades básicas (compreensão oral e leitora, produção oral e escrita) necessárias ao desempenho linguístico comunicativo satisfatório nos processos de interação social.

Bibliografia básica:

FOLGUERAS-DOMINGUEZ, Sérvulo & Maura VALADARES. Español para brasileños. São Carlos: S. Kraino Ltda, 1999.

GONZALEZ ARAÑA, Corina; HERRERO AISA, Carmen. Manual de Gramática Española. Madrid: Editorial Castilia, 1997.

GONZALEZ HERMOSO. A.. Conjugar es fácil en español. Madrid: Edelsa, 1997. HERNANDEZ, Guillermo. Análisis Gramatical. Teoría y Práctica. Madrid: SGEL, 1990.

MATTE BON, Francisco. Gramática Comunicativa del español. V.1 e V.2. Madrid: Edelsa, 1995.

MORENO RIOS, B. & M SANZ PASTOR. Suma y Sigue. Nivel intermedio alto-avanzado. España: Fundación Antonio de Nebrija, 1996.

SARMIENTO, Ramón; SANCHEZ, Aquilino. Gramática Básica del Español. Norma y Uso. Madrid: SGEL, 1989.

Bibliografia Complementar:

ALAOREN, M dei C. Español actual. 2. ed. Porto Alegre: Sagra, 1990.

CASTRO, F. Uso de la gramática española nivel elemental. Madrid: Edelsa, 1996.

COIMBRA, M de L. Gramática prática de espanhol. 4 Ed. São Paulo, Nobel, 1984.

FERNANDEZ, J; FENTE, R; SILES, J. Curso intensivo de español. Madri, 1980.
 FRICÉRIO, F. Curso prático de español. Curitiba: Arco Íris, 1986. MILANI, Esther Maria. Gramática de Espanhol para Brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2000.
 BRUNO, F.C. & MENDONZA, M. A. Hacia el Español. Nivel Intermediário. São Paulo: Saraiva, 1998.
 BRUM DE PAULA, Mirian Rose; SANS SPINAR, Gema. A introdução de uma nova entidade no texto narrativo: estudo comparativo entre as línguas espanholas, francesa e portuguesa. In: Revista Letras 14, Mestrado em Letras/UFSM, Santa Maria, 1997.
 CASADEI PIETRARROIA, Cristina Moerbeck. Percursos de Leitura: léxico e construção do sentido na leitura em língua estrangeira. São Paulo: Annablume, Coleção Parours, 1997.
 CORACINI, M. J. (Org.) . O jogo discursivo na aula de leitura. Campinas: Pontes, 1995

BHU 421 CARTOGRAFIA TEMÁTICA – FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES

75h

Ementa: Fundamentos e objetivos da Cartografia Temática. Organização e tratamento de dados geográficos e bases cartográficas para geração de mapas temáticos e cartogramas. Semiologia gráfica. Construção de mapas temáticos. Gráficos: construção e uso.

Bibliografia Básica:

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Tradução por Tânia Pellegrini. Campinas : Papirus, 1990, 136 p.
 MARTINELLI, Marcello. **Geografia Temática: Caderno de Mapas**. São Paulo: Edusp, 2003, 160 p..
 MARTINELLI, Marcello. **Mapas de Geografia e Cartografia Temática**. 3 Ed. São Paulo: Contexto, 2006, 112 p.

Bibliografia Complementar

MARTINELLI, M. **Curso de cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991.
 MARTINELLI, M. **Gráficos e mapas: construa-os, você mesmo**. São Paulo: Moderna, 1998. 120 p.
 OLIVEIRA, C. **Curso de Cartografia Moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.
 RAISZ, E. **Cartografia Geral**. Trad. Neide M. Scheneider e Pericles A.M. Neves. Rio de Janeiro: Científica, 1969, 414p.

BHU 409 CARTOGRAFIA TEMÁTICA

90h

Ementa: Fundamentos e objetivos da Cartografia Temática. Organização e tratamento de dados geográficos e bases cartográficas para geração de mapas temáticos e cartogramas. Semiologia gráfica. Construção de mapas temáticos. Gráficos: construção e uso.

Bibliografia Básica:

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Tradução por Tânia Pellegrini. Campinas : Papirus, 1990, 136 p.
 MARTINELLI, Marcello. **Geografia Temática: Caderno de Mapas**. São Paulo: Edusp, 2003, 160 p..
 MARTINELLI, Marcello. **Mapas de Geografia e Cartografia Temática**. 3 Ed. São Paulo: Contexto, 2006, 112 p.

Bibliografia Complementar

MARTINELLI, M. **Curso de cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991.
 MARTINELLI, M. **Gráficos e mapas: construa-os, você mesmo**. São Paulo: Moderna, 1998. 120 p.
 OLIVEIRA, C. **Curso de Cartografia Moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.
 RAISZ, E. **Cartografia Geral**. Trad. Neide M. Scheneider e Pericles A.M. Neves. Rio de Janeiro: Científica, 1969, 414p.

BHU625 - LÍNGUA ESTRANGEIRA I/INGLÊS

Carga Horária: 75 Horas

Ementa: Estudo de aspectos léxico-gramaticais da língua inglesa. Práticas de compreensão e produção de textos orais e escritos em língua inglesa de baixa complexidade.

Bibliografia Básica:

ADELSON-GOLDSTEIN, J. Listen First. Oxford University Press

FERRO, Jefersson. Around The World: Introdução a Leitura em Língua Inglesa. Editora Ibpx, 2006.

MURPHY, R. Essential Grammar in Use: a self-study reference and practice book for elementary students. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1995. OXEDEN, Clive; LATHAM-

KOENIG, Christina & SELIGSON, Paul. New English File - Elementary. Oxford: Oxford University Press, 2004.

RICHARDS, J. C. Interchange: English for international Communication. Intro B. Cambridge. Mass.: Cambridge UP, 1996. Students Book.

SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em Língua Inglesa: uma Abordagem Instrumental. Editora Disal, 2005.

Bibliografia Complementar:

CHOMSKY, N. A. Rules and representations. New York: Columbia University Press, 1980.

CHOMSKY, N. A. Reflections on language. New York: Pantheon books, 1976.

CHOMSKY, N. A. Knowledge of language: its nature, origin and use. Westport: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. A. The Architecture of Language. Oxford: Oxford University Press, 2000b.

BLOCK, D. The social turn in second language acquisition. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2003.

DONNINI, Livia; PLATERO, Luciana. All set! 1: Student book. São Paulo: Cengage ELT, 2008.

LARSEN-FREEMAN, D. and Michael H. Long. An introduction to second language acquisition research. New York: Longman, 1991.

MCCARTHY, M.; ODELL, F. Basic Vocabulary in use. Cambridge University Press. MCCARTHY, M.; ODELL, F. Basic Vocabulary in use. Cambridge University Press.

BPP001 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 60 horas

Ementa: Expansão do papel de Estado no pós Guerra; Conceito de Políticas Públicas; Implicações metodológicas; Ciclo de Políticas Públicas. Atores e Instituições. Questões, problemas e Agendas.

Modelos analíticos: Múltiplos Fluxos, Equilíbrio Pontuado, Coalizões de Defesa. Tomada de decisão: racionalidade e incrementalismo. Implementação: as perspectivas top- down e bottom-up; Burocracia de nível de rua. Avaliação e monitoramento de Políticas Públicas.

Bibliografia Básica

CAPELLA, Ana Claudia. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2018

HAM, Christopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. 1993.

JANNUZZI, Paulo. **Monitoramento e avaliação de políticas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Editora Alínea, 2016.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas**: introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

Bibliografia Complementar

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Editora UnB: Brasília, 2010. p. 161-180.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**. Seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**: dilemas do indivíduo no serviço público. Brasília: ENAP, 2019.

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez, 1998.

SABATIER, Paul A. **Theories of the Policy Process**. Boulder: Westview Press, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

WU, Xun; Ramesh, M; HOWLETT, Michael; FRITZEN Scott. **Guia de Políticas Públicas**: Gerenciando Processos. Brasília: ENAP, 2014.

BPP002 ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 60 horas

Ementa: O estudo da economia e os problemas econômicos. As formações sociais e as relações econômicas. O Estado, as políticas públicas e o funcionamento da economia

Bibliografia Básica

KEYNES, J. M. **A teoria geral do juro, do emprego e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomos I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os economistas, 1982.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção Os economistas, 1983 [1776].

Bibliografia Complementar

CANO, W. **Introdução à Economia**. Uma abordagem crítica. 3ª ed., São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CHANG, H. J. **Economia**: modo de usar. 1ª ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

OLIVEIRA, F. A. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**: um guia de leitura. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

GUERRERO, D. **Economía básica**: un manual de economía política. 1ª ed. Madrid: Maia ediciones, 2016.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MENDES, C. M. et al. **Introdução à Economia**. 3ª ed. Florianópolis: UFSC/CAPES/UAB, 2015

BPP003 ESTADO E TEORIAS SOCIAIS

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Estado e ciências sociais. Teorias de Estado. Estado, democracia e cidadania. Perspectivas críticas sobre o Estado

Bibliografia Básica

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005

QUINTANEIRO, Tania.; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2009.

MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe**; Escritos políticos. 4. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1987. xxi, 237 p. (Os Pensadores).

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92) São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18. ed. São Paulo, SP: Graal, 2003.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo, SP: Martin Claret, 2004.

BPP006 CIDADANIA NO BRASIL

CH: 60h

Ementa: Conceitos e questões relacionadas aos Direitos Humanos que possibilitem a compreensão dos direitos reconhecidos a todos, e sistematizados nos tratados e demais documentos nacionais e internacionais focados na busca da conquista da cidadania e respeito à pessoa na vida social. Conceituação e contextualização da cidadania moderna. A formação da cidadania no Brasil Imperial: ordem constitucional e critérios de inclusão. Lutas pela ampliação da cidadania e emergência da sociedade civil entre os séculos XIX e XX. Continuidades e rupturas na ordem política e jurídica e na prática social no Brasil republicano. Leituras do déficit democrático no Brasil. O processo constituinte de 1988 e os debates sobre a cidadania hoje.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 15-47.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. SP: Brasiliense, 1994.

DORNELLES, Joao Ricardo. **O que são direitos humanos?** São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA JUNIOR, Jayme Benvenuto. **Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo liberal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e justiça internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

SYMONIDES, J. **Direitos humanos**: novas dimensões e desafios. Brasília: Edições UNESCO, 2003. (www.dominiopublico.gov.br. acessado em 11/06/2014).

VENTURI, G. **Direitos Humanos percepções da opinião pública**: análise de pesquisa nacional. Brasília, Secretaria de Direitos humanos - Presidência da República do Brasil, 2010, 1a ed. (http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_percepcoes/percepcoes.pdf, acessado em 11/06/2014).

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1996.

ALBUQUERQUE MELO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público**. 13a Edição. Rio de Janeiro: Reno

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela Ribeiro. **O Tribunal Penal Internacional e Direito Brasileiro**. In: PIOVESAN, Flavia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos em juízo**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

BPP007: ECONOMIA POLÍTICA E ESTADO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A constituição da Economia política no interior das ciências sociais – princípios conceituais, contexto histórico, conflitos políticos e sociais. As formas históricas de produção da riqueza capitalista. O liberalismo como ciência do Capital. Relação intrínseca entre Capital e Estado. Economia do Capital e as estruturas sociais. A economia nacional e mundial. A institucionalização do Capital: O Estado

Bibliografia Básica:

FAUSTO, Ruy. Marx: Lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo II, Capítulo IV. São Paulo Editora Brasiliense, 1987.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da filosofia do direito. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Clássicos)

KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MASCARO, Alysso Leandro. Estado e forma política. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

PACHUKANIS, Evguiéni B. Teoria geral do direito e marxismo. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo Editora, 2017.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os economistas, 1982.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 2 vls, Coleção Os Economistas, 1983 [1776].

Bibliografia Complementar:

CANO, W. Introdução à Economia. Uma abordagem crítica. 3ª ed., São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CHANG, H-J. 23 Coisas que não nos Contaram sobre o Capitalismo. São Paulo: Cultrix, 2013.

GONTIJO, C. Introdução à Economia: uma abordagem lógico-histórica. 1ª ed., Curitiba: Editora CRV, 2013.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KEYNES, J. M. A teoria geral do juro, do emprego e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MANKIW, G. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning (tradução da 6ª ed.), 2013.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de uma crítica da economia política. Tradução Mário Duayer, Nélío Shineider. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do Capital. Volume I. 33ª ed., Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861 a 1863. cadernos I a V_. Terceiro Capítulo – O capital em geral. Tradução Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 53. (Economia Política e Sociedade, v. 1)

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETO Jr., R. (orgs.). Manual de Economia. Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 2017.

PINSKY, Jaime. Modos de produção na antiguidade. 2ª. ed, São Paulo: Global, 1984.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997, (Coleção os Economistas)

WALRAS, L. Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo: Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1983.

WOOD, Ellen Meiksins. A origem do capitalismo. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BPP008: ESTADO E COMUNIDADES TRADICIONAIS

CH: 60 **CR:** 4

Ementa: Formação do Estado no Brasil. Estado, políticas públicas e comunidades tradicionais. Direitos étnicos.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA, Edições 2011. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/quilombos-e-as-novas-etnias-alfredo-wagner-berno-de-almeida/>

ALMEIDA, Ellen Cristina de; MÜLLER, Cíntia Beatriz (orgs).. **Diálogos entre antropologia, direito e políticas públicas: o caso dos indígenas no sul de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2012. Disponível em: <http://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/83/90/336-1>

DUPRAT, Deborah (org.). **Convenção 169 OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMPU, 2015. Disponível em: < https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/convencao-169-da-oit_web.pdf>.

Bibliografia Complementar

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EdUSC; São Paulo, SP: ANPOCS, 2006

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)** São Paulo: Companhia das Letras, 2014

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (orgs.) **Tutela**. Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014

RAMOS, Alcida. **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

BPP009 SEMINÁRIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

Carga Horária: 60 h

Ementa: Construção do conhecimento por meio de discussão holística e abrangente de fatos e fenômenos históricos, sociais, culturais, econômicos e ambientais do Vale do Jequitinhonha.

Bibliografia Básica

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento**. Belo Horizonte UFMG/PROEX, 2012.

SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (orgs.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (orgs.). **Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011

Bibliografia Complementar

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Pólo Jequitinhonha 10 anos (1996- 2006): a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008. 68 p.

PEREIRA, V. L. F. **O artesanato da memória no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: UFMG, 1996

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?: o espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, João Valdir Alves de. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **UNIMONTES CIENTÍFICA**. Montes Claros, v.5, n.2, jul./dez. 2003.

BPP022 CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Democracia, participação social e movimentos sociais. Teoria dos movimentos sociais. Desenvolvimento de movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Democratização e sociedade civil organizada. Movimentos urbanos e rurais. Gênero, meio ambiente, etnia, raça, religião e sexualidade. Controle social e políticas públicas.

Bibliografia Básica:

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, nº 39. 1997.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar:

AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.

BERGER, P. L.; HUNTINGTON, S. P. *Muitas Globalizações. Diversidade Cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

GOHN, Maria G. *Novas teorias dos Movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 2008. GOHN, Maria G. *Manifestações e protestos no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2017.

FREIRE, Silene (org.). Direitos Humanos e a Questão Social na América Latina. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

HABERMAS, Jurgen. A Inclusão do Outro. Estudos de Teoria Política. SP, Loyola, 2002. SORJ, Bernardo (et al.). Economia e Movimentos Sociais na América latina. Rio de Janeiro, 2008.

BPP023 DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 60 horas

Ementa A Perspectiva Histórica: O capitalismo originário. Os países de desenvolvimento tardio. Teorias do desenvolvimento: Teoria da modernização, CEPAL e teoria da dependência. Consenso de Washington e crítica institucional. Modelo teórico: desenvolvimento e políticas públicas: Variedades de capitalismo. Desenvolvimento social. Conectando Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Desenvolvimento e dependência na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 8ª edição revista.

EVANS, Peter. **O Estado como problema ou como solução**. Lua Nova no.28/29, 1993.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 24, p. 85-116, 1991.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Editora Contraponto, 2009.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado do Bem-Estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora

Elsevier, 2012.

NAIM, Moises. O consenso de Washington ou a confusão de Washington. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, Companhia de bolso, 2010.

WILLIAMSON, John. Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina. Palestra proferida na FAAP em 2003.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, David Ferreira e CARVALHO, André Cutrim. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. In: Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), 26 (1), p. 35-64, Jul./Dez. 2011

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. In: Crítica Marxista, n.28, p.35-50, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Bien Vivir: entre el desarrollo y la Des/Colonialidad del Poder. In: QUIJANO, Aníbal. Questiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder / Aníbal Quijano; selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2016

BPP024 ECONOMIA BRASILEIRA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Aspectos da formação econômica do Brasil. A modernização econômica e os projetos desenvolvimentistas. As estratégias e os dilemas atuais da economia brasileira.

Bibliografia Básica:

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1984.

MARQUES, Rosa Maria; RÊGO, José Márcio (orgs.). Economia brasileira. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

OLIVEIRA, F. A. Política econômica, estagnação e crise mundial (1980-2010). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2012.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Colônia. 15a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1977. (1a ed. em 1942).

Bibliografia Complementar:

ABREU, Marcelo de Paiva; CARNEIRO, Dionísio Dias. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ALMEIDA, S. L.; VELLOZO, J. C. O. Crise, racismo e neoliberalismo. In: SOUZA, E. A.;

OLIVEIRA e SILVA, M. L. (orgs.). Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino- americanos. Disponível em: <<https://goo.gl/YCZJKQ>>. Acesso em 04 nov 2016.

CANO, W. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 15, jul-dez, 2014. Disponível em:

<<https://goo.gl/SrcQx0>>. Acesso em 04 nov 2016.

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil – 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FILGUEIRAS, L. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A economia política do Governo Lula. São Paulo: Ed. Contraponto, 2007.

FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MARQUES, R.; FERREIRA, M. J. (orgs.). O Brasil sob a nova ordem: uma análise dos Governos Collor a Lula. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

PAULA, J. A. (org.). Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2005.

PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. Estudos Avançados, São Paulo, 27 (77), 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/ll0rdX>>. Acesso em 09 nov 2016.

TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WILLIAMSON, J. Reformas políticas na América Latina na década de 80. Revista de Economia.

BPP030 ÉTICA E JUSTIÇA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Origem da Ética e seu caráter histórico e social. Realização individual e coletiva da Ética. Fundamentação axiológica da Ética. Paradigmas éticos na história da Filosofia (teorias, autores, problemas e obras). Éticas Deontológicas, Éticas Teleológicas e Éticas da Virtude e da

Responsabilidade. Debate contemporâneo sobre o Conceito de Justiça. Implicações éticas da Justiça. Ética, Justiça e Cidadania.

Bibliografia Básica

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano**. Tradução de Vincenzo Cocco... [et al.], São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.
- RAMOSE, Mogobe B. A Filosofia do Ubuntu e Ubuntu como uma Filosofia. In: RAMOSE. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RICHARDS, Dona Marimba. The African Aesthetic and National Consciousness. In: WELSH-ASANTE, Kariam (ed.). **The African aesthetic: keeper of the traditions**. London: Praeger, 1994.
- MACINTYRE, A. **Depois da Virtude**. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.

Bibliografia Complementar

- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros** (Curso no Collège de France: 1982- 1983) Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe (UFPR). São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HARE, Richard. **Ética: problemas e propostas**. Tradução Mário Mascherpe e Cleide Antonia Rapucci. São Paulo: UNESP, 2003.
- JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- KANT, Immanuel. **Doutrina do Direito**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1993.
- KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.
- MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual racionalidade?** Tradução de Marcelo Marques. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- RAWLS, John. **Justiça e democracia**. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Justiça e direito).
- RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma reformulação**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SANDEL, Michael. **Justiça: O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- TORRES, João Carlos Brum (org). **Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada**. Petrópolis: Vozes, Educs, BNDES, 2014.
- VAZ, H. C. de Lima. **Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura**, São Paulo: Loyola, 1988.
- VAZ, H. C. de Lima. **Escritos de Filosofia IV: Introdução à Ética Filosófica I**, São Paulo: Loyola, 1999.

BPP031 FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Cargo Horária: 60 horas

Ementa A disciplina abordará o impacto do federalismo e das relações intergovernamentais sobre as políticas públicas, em particular a experiência intergovernamental brasileira em diversas políticas públicas.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, M. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012. 232 p.
ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro, Revan, 2000.
FILIPPIM, E. S; ROSSETTO, A. M. (orgs.). **Políticas Públicas, Federalismo e Redes de Articulação para o Desenvolvimento**. 1 ed. Joaçaba: Unoesc/Fapesc, 2008
REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabrício A. de. (orgs). **Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

Bibliografia Complementar

ABRUCIO, F L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**. nº 24/ junho 2005.
ALMEIDA Maria Hermínia Tavares de. **Federalismo democracia e governo no Brasil: idéias, hipóteses e evidências**. BIB, 2001.
ARRETCHE, M. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. **Ciência e Saúde Coletiva**. Vol. 8, nº 2, 2002.
MELO, Marcus André. O Sucesso Inesperado das Reformas de Segunda Geração: Federalismo, Reformas Constitucionais e Política Social. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 4, 2005, pp. 845-889.
STEPAN, Alfred. Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos. **Dados**, vol. 42, nº 2, 1999, pp. 197-251.
VARSANO, Ricardo et al. **Uma análise da carga tributária do Brasil**. Texto para discussão n. 583. Rio de Janeiro, IPEA, agosto de 1998.

BPP032 FINANÇAS PÚBLICAS

Carga Horária: 60 horas

Ementa: O papel do setor público e do orçamento na teoria econômica e no Brasil. Os gastos públicos e as receitas públicas: conceito, classificação contábil e determinantes. O sistema tributário no Brasil. A dívida pública brasileira e os desafios atuais das finanças públicas.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.
MUSGRAVE, Richard. **Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental**. São Paulo: Atlas; Brasília; INL, 1973. Volume 1.
GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 16ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

SICSÚ, J. (org.). **Arrecadação e gastos públicos. De onde vêm? Para onde vão?** Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.
OLIVEIRA, F. A. **Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas. 4a. ed. A Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

BPP036 MIGRAÇÃO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

Cargo Horário: 60h

Ementa: A disciplina propõe tratar questões referentes à migrações internacionais como um campo multidisciplinar e relacionado às políticas públicas. O objetivo é debater o lugar desta questão e suas implicações no cenário da política brasileira atual. Com isso, pretende-se refletir como o Estado brasileiro vem atuando frente aos fluxos migratórios do país, bem como, entre os estados federados e como isso implica economicamente, socialmente e as mudanças de políticas federais e estaduais.

Bibliografia Básica:

FAUSTO, Boris – 1997 – Negócios e Ócios. Histórias da Imigração – São Paulo : Companhia das Letras.

FREITAS, P. T. D.- 2009 - Imigração e Experiência Social - o circuito de subcontratação transnacional de força-de- trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FUSCO, W – 2005 - Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. (Doutorado) - Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FUSCO, W. - 2000 - Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOULIN, Carolina. - 2011 – “Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto” in Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. vol.26, n.76, pp. 145- 155. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000200008>

PATARRA, Neide Lopes. (2005) “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas.” in São Paulo em Perspectiva. [online] vol.19, n.3, pp. 23-33. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300002>)

REIS, Rossana R. - 2011 – “A Política do Brasil para as Migrações Internacionais” in Contexto Internacional, vol. 33, n.1, janeiro/junho 2011. (in <http://contextointernacional.iri.pucriobr/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=545&sid=75>)

SALES, Teresa – 1998 – Brasileiros Longe de Casa – São Paulo : Cortez Editora. SAYAD, Abdelmalek – 1999 – A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade – São Paulo: EDUSP.

TRUZZI, Oswaldo – 1992 – De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

Bibliografia Complementar

ASSIS, Gláucia de O. - 2004 - De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. (Doutorado) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BAENINGER, Rosana (2005) “São Paulo e suas migrações no final do século 20” in São Paulo em Perspectiva [online]. vol.19, n.3, pp. 84-96. (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000300008>)

DOMINGUES, D. T. - 2008 - Dos Estados Unidos da América para Governador Valadares: conexões e desconexões. (Mestrado) - Departamento de Sociologia Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,

FAUSTO, Boris – 1991 – Historiografia da Imigração para São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

FAUSTO, Boris; TRUZZI, Oswaldo; GRÜN, Roberto & SAKURAI, Célia – 1995 – Imigração e Política em São Paulo – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré/Editora da UFSCar.

FELDMAN-BIANCO, B. . “Imigração, Confrontos Culturais e (Re)construções de Identidade Feminina: O caso das intermediárias culturais.” in Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 65-83, 1997.

FELDMAN-BIANCO, B. . “Immigration, Cultural Constestations and the Reconfiguration of Identities.” Journal Of Latin American Anthropology, Estados Unidos, v. 4, n. 2, p. 126-141, 2000.

PARK, Robert – 1928 – “Human Migration and the Marginal Man” in The American Journal of Sociology, Vol. 33, No. 6 (May, 1928), 881-893.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. – 1998 – Teorias da Etnicidade – São Paulo : Editora da Unesp.

REIS, Rossana R. - 2006 – “Migrações: casos norte - americano e francês” in Estudos avançados. [online]. vol.20, n.57, pp. 59-74. (in <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200006>)

SASAKI, E. M. - 1998 - O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento Dekassegui. (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRUZZI, Oswaldo – 2001 – “Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo” in Revista Estudo Históricos, 28:2001/2, CPDOC/FGV.

BPP038 PESQUISA QUALITATIVA EM POLÍTICAS PÚBLICA

Carga Horária: 60 h

Ementa: Pesquisa e métodos qualitativos. A pesquisa qualitativa nas ciências humanas aplicável às políticas públicas. Técnicas de coleta e análise de dados.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2002.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BPP 045 PSICOLOGIA E COMPROMISSO SOCIAL

CH: 60 hs

Ementa: Contribuições da Psicologia Contemporânea para o debate sobre os problemas sociais e as potencialidades de realidades latino americanas, numa ruptura com o olhar positivista e eurocentrado. Temas atuais sobre o compromisso social da Psicologia, como por exemplo: Brasil como sociedade desigual e as lutas pela transformação social, violência, gênero, racismo, sexismo, religiosidade/religião, educação, mídia e poder, identidade e formação humana, narrativa e memória, escuta e intervenções psicossociais.

Bibliografia Básica

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011. 167 p.
CANIATO, A. M. P.; TOMANIK, E. A. (orgs). Compromisso social da psicologia. Porto Alegre: Abrapsosul, 2001.
AMATUZZI, M. M. Por uma psicologia humana. Campinas: Alínea, 2001.
GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra; DUVEEN, Gerard. Textos em representações sociais. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 262 p. (Psicologia social).

Bibliografia Complementar

BOSI, E. O tempo vivo na memória: ensaios de psicologia social. 3. ed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2013.
CAMPOS, R. H. F. Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
SAWAIA, Bader Burihan (org.). Novas veredas da psicologia social. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006. 168 p.
VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2007. 182 p. (Psicologia e pedagogia).
MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000. xvii, 307 p.

BPP047 SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: Apresentar a organização do Estado brasileiro. Analisar as diretrizes constitucionais, levando em consideração as mudanças político-institucionais, administrativas e legais. Discussão de conceitos básicos, como o federalismo, o presidencialismo, a separação dos três poderes, sistema partidário, as elites políticas e também as reformas.

Bibliografia Básica

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
CINTRA, A. O.; AVELAR, L. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Curitiba: Fundação. Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira**. 1951-2010. De Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
BACHA, Edmar et.al. **130 anos: em busca da República**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2019.
FALCÃO, Joaquim (org.). **Reforma Eleitoral no Brasil**. Legislação, democracia e internet em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
NICOLAU, Jairo M. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
SOUSA, Pedro (org.). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, Centro Internacional Celso Furtado de políticas de desenvolvimento, 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. **A Democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

BPP051 - TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Cargo Horário: 60 h

Ementa: Perspectivas teóricas e metodológicas do pensamento social clássico e contemporâneo. Principais correntes do pensamento social que analisaram a emergência da modernidade

Bibliografia Básica:

- BERRY, David. **Ideias Centrais em Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
BOUDON, Raymond. **O Justo e o Verdadeiro**: estudos sobre a Objectividade dos Valores e do Conhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
COHEN, Percy. **Teoria Social Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
ELSTER, Jon. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
LEVINE, Donald. **Visões da Tradição Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Bibliografia Complementar:

- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.
ARON, Raymond. **Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial**. Martins Fontes/UNB, 1981.
BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas: uma Visão Humanística**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
BOTTOMORE, T. B.; NISBET, Robert A. **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
INKELES, Alex. **O que é Sociologia**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.
MERTON, Robert King. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
RUNCIMAN, Walter Garry. **A Teoria das Seleções Cultural e Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

HST559 - HISTÓRIA DA ÁFRICA

Cargo Horário: 75 horas

Ementa: O debate historiográfico e a construção de uma história africana e seu ensino. África saariana e a expansão do Islã. Formações sociais da África Subsaariana. Escravidão: experiência histórica e suas transformações. Colonialismo e Neocolonialismo: métodos, instituições e repercussões sociais. Resistências, nacionalismos e a construção das identidades africanas. Descolonização. O Estado e a Sociedade no Pós-Colonial Africano.

Bibliografia Básica:

- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à História contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança. A África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

UNESCO. História Geral da África. São Paulo: Ática / Unesco, 1982-91. (8 volumes)

Bibliografia Complementar:

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu Pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GEBARA, Alexander. A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre-comércio, 1861-1865. São Paulo: Alameda, 2010.

LOVEJOY, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A África moderna: um continente em mudança (1960-2010). Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

WESSELING, H. L. Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1998.

HST560 - HISTÓRIA INDÍGENA NAS AMÉRICAS

Cargo Horário: 60 hs

Ementa: Historiografia da história indígena e do indigenismo. Estudo das sociedades ameríndias pré-colombianas desde o povoamento do continente americano até 1492. Diversidades culturais e sociais das populações indígenas no Brasil e nas Américas. Resistência indígena em diferentes temporalidades

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

CARREDANO, Juan B. Amores. [Coord.] Historia de América. Barcelona: Ariel, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (org). História dos índios do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

Bibliografia Complementar:

BONILLA, Heraclio (org). Os Conquistados: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; MARCHENA, Juan. América Latina de los Orígenes a la Independencia. Vol. I: América Precolombina y la consolidación del espacio colonial. Barcelona: Crítica, 2005.

LIENHARD, Martin (org). Testimonios, cartas y manifiestos indígenas: desde la conquista hasta comienzos del siglo XX. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992. MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. SILVA, A. L., GRUPIONI, L. D. B. (org). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

HST566 - HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL

Cargo Horário: 75 horas

Ementa: Conquista da América e historiografia. Análise dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da América Colonial. Prática do ensino de história e do campo historiográfico

Bibliografia Básica: BETHEL, Leslie (org). História da América Latina: A América Latina Colonial. São Paulo: Editora da USP; Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1999, 2v.

CARREDANO, Juan B. Amores. [Coord.] Historia de América. Barcelona: Ariel, 2012.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; MARCHENA, Juan. América Latina de los Orígenes a la Independencia. Vol. I: América Precolombina y la consolidación del espacio colonial. Barcelona: Crítica, 2005.

Bibliografia Complementar:

O'GORMAN, Edmundo. A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Unesp, 1992.

RAMINELLI, Ronald. A Era das Conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B & LOCKHART, James. A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América. São Paulo: Martins Fontes: 1991. WASSERMANN, Claudia (Coord.) História da América Latina: Cinco Séculos. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000

HST567 - HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA**Carga Horária: 75 horas**

Ementa: Conceitos e estudos para a análise da sociedade colonial. Historiografia sobre o ensino de história da América portuguesa. Expansão marítima e construção do Império luso. Grupos indígenas e ocupação do território. Igreja e religiosidade. Estrutura econômica e política colonial. A União Ibérica. Sociedade escravista e hierarquias sociais. Economia e sociedade mineira. A crise do Antigo Regime e o fim do Antigo Sistema Colonial. Prática do ensino de história e do campo historiográfico.

Bibliografia Básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

FRAGOSO João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Bibliografia Complementar:

BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirki (Dir.). História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. (3 volumes).

BOXER, Charles. O império colonial português (1415-1825). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). O Brasil colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (3 volumes).

FURTADO, Júnia Ferreira (org). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. (2 volumes)

HST571 - HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE**Carga Horária: 75 Horas**

Ementa: A crise do sistema colonial. Estudo dos movimentos de independência na América Hispânica. A formação e organização do Estado Nacional na América Latina. O modelo oligárquico exportador. Imperialismo e capitalismo industrial: modernização das oligarquias na América Hispânica. Autoritarismo, caudilhismo, democracia e modernização. Movimentos revoltosos. Prática do ensino de história e do campo historiográfico.

Bibliografia Básica:

BETHEL, Leslie (org). História da América Latina: Da Independência a 1870. São Paulo: Editora da USP; Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1999, 3v.

BETHEL, Leslie (org). História da América Latina: De 1870 a 1930. São Paulo: Editora da USP; Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2002, 4v e 5v. CARREDANO, Juan B. Amores. [Coord.] Historia de América. Barcelona: Ariel, 2012.

Bibliografia Complementar:

CARMAGNANI, Marcello. Estado y Sociedad en América Latina: 1850-1930. Barcelona: Grijalbo, 1984.

DONGHI, Tulio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Lígia. História da América Latina. São Paulo: Contexto, 2014.

POZO, José del. História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002.

PRADO, Maria Lígia. A Formação das Nações Latino-Americanas. São Paulo/Campinas, Atual/UNICAMP, 1987

HST572 - HISTÓRIA DO BRASIL MONÁRQUICO

Carga Horária: 75 horas

Ementa: A crise do colonialismo e o processo de emancipação política. Construção e consolidação do Estado brasileiro. Economia primário exportadora e interprovincial. A sociedade e a vida cultural. Conflitos provinciais e internacionais. O sistema escravista e o abolicionismo. A crise do Império. Prática do ensino de história e do campo historiográfico.

Bibliografia Básica:

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). O Brasil Imperial. 3 vols. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2009.

SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. Brasil: Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José Murilo (Org). Nação e cidadania no Império. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria B. P. das (Orgs). Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia M Paschoal (org). Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp - Imprensa Oficial, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). História do Brasil nação: 1808-2010. Vol1. Crise colonial e independência. 1808- 1830. Vol. 2. A construção nacional. 1830-1838. São Paulo: Fundação Mapfre/Objetiva, Madri/RJ, 2011 e 2012.

HST573 - HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Historiografia contemporânea: as tendências paradigmáticas dos séculos XX-XXI. Territórios de trabalho; campos de investigação; vertentes teóricas; problemas de pesquisa; questão de método. Crítica historiográfica.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru, EDUSC, 1998.
MALERBA, J.; ROJAS, C. A. (org). Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. Bauru: Edusc, 2007.

Bibliografia Complementar:

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Historiografia: teoria e prática. São Paulo: Alameda, 2014.
BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Passados recompostos: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.
BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Meneses. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed., reimpressão. Brasília: Ed. UnB, 2008.

HST575 - HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA NO SÉCULO XIX

Cargo Horário: 75 Horas

Ementa: Sociedades contemporâneas no século XIX. Revoluções, transformações revolucionárias e poderes estabelecidos. Capitalismo. Movimento operário. Socialismo. A questão nacional. Neocolonialismo. Debates historiográficos sobre estudos de História Contemporânea. Abordagem do conteúdo em âmbito do ensino de História. Prática do ensino de história e do campo historiográfico.

Bibliografia Básica:

BALAKRISHNAN, Gopal (org). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções (1789-1840). 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
MAYER, Arno. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848/1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Bibliografia Complementar:

HUNT, Lynn. Política, cultura e classe na Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
MARX, Karl e ENGELS, F. Obras escolhidas. Lisboa: Edições Avante, 1997. 3 v
RIOUX, Jean-Pierre. A Revolução Industrial. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.
SAID, E.W. Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: 2007. SARAIVA, José Flávio. História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

HST576 - HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

Cargo Horário: 75 horas

Ementa: Estudo da América Latina contemporânea e sua historiografia. Expansão e políticas imperialistas. A crise do modelo agroexportador. Modernização capitalista, industrialização e urbanização. Experiências populistas. Movimentos sociais na América Latina e a Militarização do

Estado. Redemocratização e crise econômica. A América latina do tempo presente. Prática do ensino de história e do campo historiográfico.

Bibliografia Básica:

CARREDANO, Juan B. Amores [Coord.]. Historia de América. Barcelona: Ariel, 2012.

GUAZZELLI, Cezar A. Barcellos. História Contemporânea da América Latina (1960-1990). Porto Alegre: EDUFRGS, 1993.

POZO, José del. História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar:

BETHEL, Leslie (org). História da América Latina: América Latina após 1930 Economia e Sociedade. São Paulo: Editora da USP; Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2005, 6v.

BETHEL, Leslie (org). História da América Latina: América Latina após 1930 Estado e Política. São Paulo: Editora da USP; Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2005, 7v.

DONGHI, Tulio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Lúcia. História da América Latina. São Paulo: Contexto, 2014.

WASSERMAN, Cláudia. Palavra de Presidente. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

HST577 - HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO

Carga Horária: 75 horas

Ementa: A implantação da República no Brasil. As características políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira entre 1889 e 1945. Projetos de construção do Estado, atores políticos e movimentos sociais de contestação rurais e urbanos. O estudo do Brasil republicano e as questões historiográficas, teóricas e metodológicas. A história do Brasil republicano no currículo do ensino médio e nos materiais didáticos. Prática do ensino de história e do campo historiográfico.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) O Brasil republicano (2 vols). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Vol. 1: O tempo do liberalismo excludente. Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo).

HARDMAN, Francisco Foot. Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FAUSTO, Boris. Revolução de 30. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERREIRA, Jorge (org). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LENHARO, Alcir. A sacralização da política. Campinas, Ed. Unicamp/Papirus, 1987. LORENZO, Helena; COSTA, Wilma (Orgs). A década de 20 e as origens do Brasil moderno. São Paulo, UNESP/FAPESP, 1997.

HST582 - HISTÓRIA DE MINAS GERAIS

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Estudo da trajetória setecentista de Minas Gerais. Análise da historiografia mineira referente ao período colonial. Estudo da trajetória oitocentista de Minas Gerais. Análise da historiografia mineira referente ao período imperial. Estudo da trajetória da região de Diamantina nos séculos XVIII e XIX e da historiografia regional.

Bibliografia Básica:

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. História, Região & Globalização. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. 2 v. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). História de Minas Gerais: a Província de Minas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013. 2 v.

Bibliografia Complementar:

HST591 – SOCIEDADE E ECONOMIA

Cargo Horário: 75 horas

Ementa: pensamento econômico em diferentes épocas e contextos. Estudos de temáticas das ciências sociais sob aspectos econômicos. As dimensões econômicas e as possibilidades de inter-relações sociais, políticas e culturais.

Bibliografia Básica:

FIORI, José Luís (org). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FROHLICH, Norman. *Economia política moderna*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Bibliografia Complementar:

ABREU, M. P. (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana 1889- 1989*. Rio de Janeiro:Campus, 1990.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. *Fundamentos de economia doméstica: Perspectiva da condição feminina e das relações de gênero*: Fortaleza: EUFC, 2000.

MANTEGA, G. *Economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

RIBEIRO, Ana clara Torres (org). *Gobalização e território: Ajustes e periféricos*. Rio de Janeiro: Arquimedes, IPPUR, 2005.

SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

HST607 - FOTOGRAFIA E HISTÓRIA

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: História da fotografia: processos pioneiros, desenvolvimento tecnológico e apropriações sociais. História da fotografia em Minas Gerais: os fotógrafos e a itinerância. A produção do conhecimento histórico a partir da fotografia. A fotografia como documento e forma de expressão artística.

Bibliografia Básica:

BORGES, Maria Eliza Linhares. História & fotografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. FABRIS, Annateresa (org). Fotografia: usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1991. KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 5ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

Bibliografia Complementar:

BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Lisboa: Edições 70. GOULART, Paulo Cezar Alves; MENDES, Ricardo. Noticiário Geral da fotografia paulistana, 1839-1900. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. KOSSOY, Boris. Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002. MAUAD, Ana Maria (org). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2016. ROUILLE, André. Fotografia: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac - São Paulo, 2009.

HST608 - HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: Problematização sobre modos de pensar o conhecimento científico moderno. Bases históricas e filosóficas do pensamento moderno, além de sua crítica e autocrítica. Modos de pensar o conhecimento e a ciência na contemporaneidade. Conhecimento científico e emancipação social e humana. Dimensão ética e política do debate epistemológico da atualidade

Bibliografia Básica:

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1991. MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

ANDERY, Maria Amália Pie Abibet al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: Edusc, 2004. BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Claudio. Breve história da ciência moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 4 v. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do corpo. 5ª ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2012. FILGUEIRAS, Carlos Alberto. Origens da química no Brasil. Campinas: SP: Unicamp, 2015.

HST616 - INTÉRPRETES CONTEMPORÂNEOS DO BRASIL

Cargo Horário: 75 horas

Ementa: O Brasil do século XX. As reinterpretações e releituras sobre a construção da nação. Estudo da produção cultural e intelectual. Novos temas que interpretaram o Brasil. Novas abordagens sobre a constituição social brasileira. O Brasil do século XXI e suas múltiplas abordagens.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

BOTELHO André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Agenda brasileira: Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. NOVAIS, Fernando A. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: Ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007. SCHWARZ, Roberto. Sequências Brasileiras: Ensaios. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999. SOIHET, Rachel et alli. (Orgs.). Mitos, projetos e práticas políticas: Memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LET675 - LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Estudos críticos de narrativas brasileiras contemporâneas e suas transformações, da década de 1960 à atualidade. Investigação de aspectos históricos, estéticos e culturais da produção ficcional recente.

Bibliografia Básica:

CANDIDO, A. A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987.

COMPAGNON, A. Os cinco paradoxos da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SANTIAGO, Silviano. Nas malhas da letra. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

Bibliografia Complementar:

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapeco: Argos, 2008.

DALCASTAGNÊ, Regina. Literatura brasileira contemporânea: um território contestado. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2012. MORICONI, Ítalo. A provocação pós-moderna. Razão histórica e política da teoria hoje. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

SCHOLLHAMER, Karl Erik. Ficção brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SUSSEKIND, Flora. Literatura e vida literária. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LET679 - LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA.

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Os percursos das literaturas africanas de língua portuguesa e seus diálogos com a literatura brasileira.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Manuel. Literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa: ICALP, 1987.

LEITE, Ana Mafalda. Oralidades e escritas nas literaturas africanas. Lisboa: Colibri, 1998.

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

Bibliografia Complementar:

ABDALA JUNIOR, Benjamin. Literatura, História e política: literaturas de língua portuguesa no século XX. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

CHAVES, Rita. Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários. São Paulo: Ateliê, 2010.

UNESCO. História geral da África: vol. I. Editor J. KiCZerbo. Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África. Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015104.pdf>.

LARANJEIRA, Pires. Literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

PADILHA, Laura Cavalcanti. Da construção identitária a uma trama de diferenças: um olhar sobre as literaturas de língua portuguesa. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 73. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2005. p. 3C28.

LIBR001 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – (LIBRAS)

60 h/a

Ementa: LIBRAS, Língua oficial e natural da comunidade surda brasileira. Organização e estruturação da Língua de Sinais. Estratégias contextualizadas de comunicação visual. História da educação de surdos e suas principais abordagens educacionais. Legislação brasileira e referências legais no campo da surdez. Aquisição de linguagem, alfabetização, letramento e português como segunda língua para surdos. Estratégias didático-pedagógicas e perfil dos profissionais da área da surdez. Aspectos fisiológicos da surdez. Especificidades socioculturais e identitárias do povo surdo.

Bibliografia básica:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001. v. 1, v. 2.

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. **Libras em contexto**: curso básico: livro do discente. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2007.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2004.

_____; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROCHA, S. M. da. **O INES e a educação de surdos no Brasil**: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007.

Bibliografia complementar:

ALBRES, N. A.; NEVES, S. L. G. **De sinal em sinal**: comunicação em LIBRAS para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares. São Paulo: FENEIS, 2009. v. 1.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, 1995.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Org.). **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, Identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

TUR001 - LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Abordagem da Leitura e da escrita acadêmica como processos interativos sociodiscursivos e como ferramenta de construção da autonomia para a vida universitária. Leitura e produção de textos dos diferentes gêneros demandados pela universidade: esquema, resumo, resenha, relatório. Análise de aspectos relativos à textualidade de gêneros acadêmicos. Produção, análise e reescrita de gêneros acadêmicos.

Bibliografia Básica:

MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

MACHADO, Ana Rachel (coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resumo**.

São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (leitura e produção de textos acadêmicos; 1)

MACHADO, Ana Rachel (coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (leitura e produção de textos acadêmicos; 2)

MACHADO, Ana Rachel (coord.); LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo:

Parábola Editorial, 2005. (leitura e produção de textos acadêmicos; 3)

RESENDE, Viviane de Melo e VIEIRA Viviane. **Leitura e produção de textos na universidade: roteiros em aula**. Brasília: Editora UnB, 2011.

Bibliografia Complementar:

FIAD, Raquel Salek (org.). Letramentos acadêmicos; contextos, práticas e percepções. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2016.

MARI, Hugo; WALTY, Ivete; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). Ensaio sobre leitura 2. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.

RINCK, Fanny; BOCH, Françoise; ASSIS, Juliana Alves. (Org.) Letramento e formação universitária; formar para a escrita e pela escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães ; ASSIS, Juliana Alves ; MORAIS, Márcia Marques de (org.) Ensaio sobre leitura 3; espaço de investigações, reflexões e vivências de leitores. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2016.

VAL, Maria da Graça Costa. Redação e Textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

TUR004 - GEOGRAFIA DO TURISMO

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Aplicação do conhecimento geográfico à atividade turística, com destaque para a compreensão das potencialidades do meio físico. Análise das implicações sócio-espaciais impostas pelo desenvolvimento das atividades turísticas. O panorama da Geografia do Turismo. Território, Lugar e Não-Lugar. Interpretação cartográfica para uso turístico. Leitura de cartas e mapas. Importância da cartografia para o planejamento turístico.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Regina Araújo de. Geografia e Cartografia para o Turismo. Ed. rev. e ampl. São Paulo: IPSIS, 2007.

CRUZ, R.C. Introdução a Geografia do Turismo. São Paulo: ROCA, 2ª ed. 2003.

GONTIJO, Bernardo Machado. Por uma Geografia para a Cadeia do Espinhaço. In. Megadiversidade. Volume 4. Nº 1-2. Dezembro de 2008.

PEARCE, D.G. Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Trad. Maria Cecília França. Ed. Ática. São Paulo. 1993.

SAQUET, Marcus Aurélio. Abordagens e Concepções sobre Território. 3. Ed. Outras Expressões. São Paulo. 2013.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. Geografia Aplicada ao Turismo: fundamentos teórico-práticos. Curitiba: InterSaberes, 2014.

YÁZIGI, E. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs.). Geografia Aplicada ao Turismo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

BARROS, N.C.C. Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CORIO, L.N.M.T.; SILVA, S. C. B.; MELLO E. Turismo e Geografia: abordagens críticas. Fortaleza: UECE, 2005.

RODRIGUES, A.B. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3ª ed. São Paulo: Hucitec. 2001.

SANTOS, Jean C. V. (Org.). Paisagens e destinos turísticos na pesquisa geográfica. Uberlândia: Compose Ed. Ltda, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) Turismo, modernidade, globalização, São Paulo: Hucitec, 1997, p. 36-45.
URRY, J. O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996.
YÁZIGI, E. Turismo e Paisagem. São Paulo. Contexto. 2002

TUR073 - MEIO AMBIENTE E TURISMO

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: A questão ambiental e o turismo. Relação histórica do uso de áreas naturais pelo turismo. Patrimonialização da natureza. Áreas protegidas: principais aspectos conceituais (IUCN e SNUC). Turismo em áreas protegidas.

Bibliografia Básica:

LEONARD, Annie. "The Story of Stuff". Vídeo documentário História das Coisas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-TFrbFNwI6k>
MARTINS FONSECA, Virginia. Conservación: ¿para la naturaleza o para la sociedad del consumo? En: Patrimonialización de la naturaleza en Argentina y Brasil: Reserva de Biosfera y Parque Nacional como discurso global y práctica local. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografía y Turismo de la Universidad Nacional del Sur, 2018. Disponível em: [/repositoriodigital.uns.edu.ar/handle/123456789/4492](http://repositoriodigital.uns.edu.ar/handle/123456789/4492)>
PECCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/21542/17081>

Bibliografia Complementar:

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. Ambient. soc. [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.115-134. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000300008&script=sci_abstract&tlng=pt
CANTO-SILVA, C. R.; SILVA, J.S. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, n. 11, vol. 2, p. 347-364, maio/ago. 2017. Disponível em: [/www.scielo.br/pdf/rbtur/v11n2/pt_1982-6125-rbtur-11-02-00365.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbtur/v11n2/pt_1982-6125-rbtur-11-02-00365.pdf)>
EUROPARC-España. Procedimiento para la asignación de las categorías internacionales de manejo de áreas protegidas de la UICN. Ed. Fundación Fernando González Bernáldez. Madrid, 2008.
MOURÃO, Roberto (org.). Manual de melhores práticas para o ecoturismo. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/uso-publico-ecoturismo/author/6612-mouraoroberto-m-f>>
SOLÓN, Pablo . Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
SOUZA, João Vitor Campos de. Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Unidades de Conservação e Políticas Ambientais e Sociais Conexas). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14174/1/2013_JoaoVitorCamposSouza.pdf

TUR081 - ANTROPOLOGIA E TURISMO

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: Introdução à Antropologia: questões, métodos e problemas. Sistemas Simbólicos e Imaginário; Identidade; Memória; O campo etnográfico; Transculturalismo; Encontros epistemológicos entre o turismo e a antropologia; Processos de turistificação.

Bibliografia Básica:

BOSI, E. O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. História da antropologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAMAL; ROBINSON, Mike. The SAGE Handbook of Tourism Studies. Londres: Sage Publications Ltd/ California: Sage Publications Inc/ Nova Deli: Sage Publications India Pvt Ltd/ Singapura: Sage Publications Asia-Pacific Pte Ltd, 2009.

LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Regina. COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS E "IMPREVISTOS": RELATOS E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DA FILMAGEM EM PESQUISAS ANTROPOLÓGICAS.

Iluminuras, Porto Alegre, v.14, n.32, p.85-112, jan./jun. 2013

ADICHIE, Chiamanda Ngozi. O perigo de uma história única. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

CARVALHO, José Jorge de Carvalho. Espetacularização e canibalização das culturas populares na América Latina. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 14, vol.21 (1): 39-76 (2010).

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (orgs). Escrevivência : a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

GRABURN, Nelson et al. Turismo e Antropologia: novas abordagens. Campinas, SP: Editora Papirus, 2009

GUIMARÃES, César. Filmar os terreiros, ontem e hoje. Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v.24, número especial, p.23-36, jan./mar. 2019

HALL, Colin Michael; TUCKER, Hazel. (orgs.). Tourism and Postcolonialism: Contested Discourses, Identities and Representations. Volume 3 de Contemporary geographies of leisure, tourism and mobility. Abingdon, Oxon: Ed. Routledge, 2004. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAMESON, Fredric; ZIZEK, Slavoj. Introdução de Eduardo Grüner. Estudios Culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo. Trad. Trad. de Moira Irigoyen. 1. ed. Buenos Aires - Barcelona México: Ed. PAIDÓS, 1998.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do Mundo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAHARISHI, Mayan (autora); FRAILE, Ofelia Ortega (orientadora). Vídeo Cartas entre estudantes da Licenciatura do Campo. 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 07 a 09 de setembro. UFOP, 2016.

SILVA, Ana Claudia Matos da. Uma Escrita Contra-Colonialista do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

SILVA, Jeferson Carvalho da. Cidade de Giz: experimentações gráficas. USP, São Paulo, v. 6, e189143, 2021

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. 2ª ed. Brasília, Associação de Ciências e Saberes para o Etnodesenvolvimento AYÔ, 2019.

TUR084 - HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE NACIONAL

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: Relações entre Turismo, Cultura Popular, História e Identidade Nacional. Estudo crítico acerca de diferentes percepções e referências para a construção da Identidade Nacional: racismo científico, democracia racial, malandragem, jeitinho brasileiro, cordialidade, verde-amarelismo. Relações étnico-raciais no Brasil e estudo de história e cultura afro-brasileiras.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo. Brasil: nações imaginadas. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FREIRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Origens Africanas do Brasil Contemporâneo. 2. ed. Global: São Paulo, 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (orgs.). O negro no Brasil de Hoje. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

OURIQUES, Helton. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

Bibliografia Complementar:

ALENCASTRO, Luís Felipe. O Trato dos Viventes. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

MACHADO DA SILVA, Juremir. Raízes do Conservadorismo Brasileiro. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2017.

MARTINS, José de Souza. A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Alan Faber. A Ilusão Urbanística: o papel do Estado na expropriação das populações caiçaras. São Paulo: Annablume, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. Jeitão e Jeitinho: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. São Paulo, Revista Piauí, n. 72, outubro de 2012.

SOUZA, Jesse. A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. 2 ed. São Paulo: Leya, 2018.

SKIDMORE, Thomas Elliot. O Brasil visto de fora. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

TUR099 - TURISMO DE BASE LOCAL

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: Segmentos aplicados a pequenas e médias comunidades; Planejamento e desenvolvimento de programas turismo de base local, comunitário e de vilarejo. Mecanismos de participação e os aspectos técnicos da atividade turística; Mobilização, sensibilização, educação e envolvimento; Metodologias de desenvolvimento local participativo; Territorialidade e Centralidade; Processos de Coletivização e

Vinculação; Novas Configurações Sociais; Turismo de Vilarejo, Solidário, comunitário e de base local; Organizações Sociais

Bibliografia Básica:

BANDUCCI JÚNIOR, Á; BARRETTO, Margarida. Turismo e identidade local: uma visão antropológica. 5.ed. Campinas: Papirus, 2006.
CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
HENRIQUES, Marcio Simeone. Comunicação e Estratégias de Mobilização Social. 2ª Impressão: Belo Horizonte, Autentica, 2007.
KANAAANE, Roberto. Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
MATOS, Heloiza. Capital Social e comunicação: interfaces e articulações. São Paulo: Editora Summus, 2009.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Desenvolvimento sustentável do turismo: uma compilação de boas práticas. São Paulo: Roca, 2005.

Bibliografia Complementar:

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan (org.). Turismo de Base Comunitária. Diversidade de Olhares e experiências brasileiras. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE / UFRJ - Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009.
BUARQUE, S.C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. Brasília: IICA.
LESSA, C. Autoestima e desenvolvimento social. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável: inventário mundial e análise comparativa de 104 selos ecológicos, prêmios e iniciativas de auto comprometimento. São Paulo: Roca, 2004.
PETERSEN, P. & ROMANO, J. O. Abordagens participativas para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: AS-PTA & Actionaid, 1999.
SAMPAIO, C. A. C. Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Revista Turismo em Análise, v. 18, n. 2, p. 148-165, novembro 2007. Disponível em /www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62595/65383>.
SAMPAIO, C. A. C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau, SC: EDIFURB, 2011.
SEABRA, Giovanni. Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa-PB: Universitária/UFPB, 2007
TORO, José Bernardo. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

TUR105 - FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Os tipos de saber. O mito como antecedente da Filosofia. Origem e Gênese da Filosofia. Origem histórica das Ciências em Geral e da Sociologia. Principais Vertentes da Sociologia. Sociologia do Turismo. A Sociedade Pós Industrial e o Turismo. Turismo e Humanização. Turismo e Responsabilidade Social. Discussões

Bibliografia Básica:

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2005.
ELIADE, Mircea. Mito e Realidade. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GROPPO, Luís Antônio e CANDIOTO, Marcela Ferraz (org). Turismo: viajar, incluir, humanizar: pesquisas e reflexões. Taubaté-SP: Cabral Livraria e Editora Universitária, 2006.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2009.

MARTINS, Carlos Benedito. O Que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 2006. Morley, Helena. Minha Vida de Menina. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A Sociedade Pós-industrial e o Profissional em Turismo. Campinas: Papirus, 2003.

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, Marilena. Filosofia Moderna. Disponível em:
<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/06/24/filosofiamoderna-marilena-chau/> KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 128 p.
<file:///E:/Usuario/Downloads/A%20vida%20nao%20e%20util%20-%20Ailton%20Krenak.pdf>

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. Ética e estética de uma prática moderna: é possível interrogar o Turismo? Itacoatiara Uma Revista Online de Cultura, Recife: vol.1 n.2, abril 2012, p. 1-6. Disponível em: https://issuu.com/revista_itacoatiara/docs/itacoatiara_vol.2_n.1

Código de Ética Cultural para o Turismo: por um Turismo responsável. Código traduzido do original em espanhol, editado pela OMT, pela Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciência (Fundatec), Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, no ano 2000, e revisado pelo Ministério do Turismo em 2015, mas não revisado pela OMT. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/651-c%C3%B3digo-de-%C3%A9tica-mundial-para-o-turismo.html>

Ecce Homo documentários: Os mitos modernos. Disponível em:
<http://www.psicologiahailtonyagiu.psc.br/materias/documentarios/368-serie-ecce-homo-os-mitos>

TUR109 - TEORIA GERAL DO TURISMO

Cargo Horária: 60 horas

Ementa: Educação e Formação para o turismo; A ciência e o Turismo: O Caráter multidisciplinar da atividade; História, Conceitos e Definições técnicas da atividade turística; Características e componentes dos serviços turísticos Oferta, demanda e mercado; O Sistema de Turismo: Propostas contemporâneas. Código de ética do profissional de turismo.

Bibliografia Básica:

BALANZÁ, Isabel, NADAL, Monica. Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003

CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. Caxias do Sul: EDUCS, 2003

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; SHEPHERD, Rebecca. Turismo: Princípios e Prática. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

FALCÃO, Luiz. Termos técnicos do Meio Turístico Conceitos, definições, siglas e tipologias. São Borja: Futurismologo, 2016.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MINOLE, Paulo César (Org.s) (2000). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Atlas.

PANOSSO NETTO, Alexandre. (2005). Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph.

SWARBROOKE, John. Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos. São Paulo: Editora Aleph, 2006.

Bibliografia Complementar:

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Turismo. Como aprender, como ensinar. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

COOPER, Chris; Shepherd, Rebecca; Westlake, John. Educando os educadores em turismo: Manual de Educação em Turismo e Hospitalidade. São Paulo: Editora Roca, 2001.

LUCHIARI, Maria Tereza. (org.). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas: Papirus, 2000.

REJOWSKI, Mírian (org.). Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, 2003.

TRIGO, Luiz Godoy. (org.) Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.

TUR112 - HISTÓRIA GERAL DA ARTE

Cargo Horário: 60 horas

Ementa:

Compreensão acerca do conceito e da concepção de arte. Principais momentos e estilos estabelecidos na historiografia da arte desde a pré-história até a arte contemporânea. História Social da Arte. Discussões acerca da relação entre arte e turismo.

Bibliografia Básica:

ARGAN, Giulio Carlo. Imagem e Persuasão: ensaios sobre o barroco. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.

GOMBRICH, E. H. História da Arte. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. O uso das Imagnes. Porto Alegre: Bookman, 2012.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 2007. WARBURG, Aby.

Histórias de Fantasma para Gente Grande. Escritos, esboços e conferências. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Bibliografia Complementar:

COLI, Jorge. O que é Arte. São Paulo: Brasiliense, 1995. Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/sdvproducoes/jorge-coli-o-que-arte-13212602>

FERNANDES, CÁSSIO. O Legado antigo entre Transferências e Migrações. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 338-346, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-0536015028016>

_____. Jacob Burckhardt e Aby Warburg: da arte à civilização italiana do Renascimento. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006, p. 127-143. Disponível em:

<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2671>

TEIXEIRA Felipe Charbel. Aby Warburg e a pós-vida das Pathosformeln antigas. História da Historiografia, Ouro Preto: número 05, setembro, 2010, p. 134-147. Disponível em:

<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/171/146>

Documentário: O mundo de Leonardo da Vinci. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=6C1WZGFRG3Y> Disponível em:

<http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/175>

TUR113 - PATRIMÔNIO E TURISMO

Cargo Horário: 60 horas

Ementa: Conceito de Patrimônio. Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural. Organizações ligadas ao patrimônio e seu papel. As relações entre Turismo e Patrimônio. O Patrimônio como atrativo turístico.

Bibliografia Básica:

BANDUCCI JÚNIOR, Á.; BARRETTO, M. Turismo e identidade local: uma visão antropológica. 5.ed. Campinas: Papyrus, 2006. BARBOSA, Y.M. O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares. 2.ed.rev.. São Paulo: Aleph, 2004
FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
MURTA, S.M.; ALBANO, C. Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2005
THEODOBALD, William F. Turismo Global. São Paulo: Editora SENAC, 2001. UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, Disponível em www.unesco.org.br Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO. Disponível em whc.unesco.org, IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em www.iphan.gov.br IEPHA/MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, disponível em www.iepha.mg.gov.br.

Bibliografia Complementar:

BARRETTO, M. Planejamento e organização do turismo. Campinas-SP: Papyrus, 1991.
_____. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas- SP: Papyrus, 2000.
BENI, M.C. Análise estrutural do turismo. 10ª ed. São Paulo: Senac, 2004. BO, J.B.L. Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.
CAMARGO, H.L. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002.
COSTA, F. R. Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: SENAC. 2009.
DIAS, R. D. Turismo e Patrimônio Cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006
MARTINS, J.C.O. (org.). Turismo, cultura e identidade. São Paulo: Roca, 2003. THEODOBALD, W. F. Turismo Global. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

TUR129 - GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Cargo Horária: 60 horas

Ementa: Conceitos de áreas protegidas. Categorias de manejo do SNUC e IUCN. PNAP e outros tipos de áreas protegidas. Instrumentos de gestão de UCs. Planejamento de UCs. Participação social e conflitos em UC. Co-gestão e gestão compartilhada por OSCIP. Análise de Efetividade de gestão de UC. Instrumentos de gestão territorial integrada de áreas protegidas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, 2006.
BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 2000.
DIEGUES, Antônio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 3º Ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.
IPÊ; ICMBIO. Práticas Inovadoras na Gestão de Áreas Protegidas. Brasília, 2014. MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. Ambiente & Sociedade Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006 NEXUC (org.). Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados. São Carlos. Rima Editora, 2012.
TERBORGH, John; SCHAIK, Carel Van; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. (orgs.) Tornando os Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 1. Ed.rev. Curitiba: Ed. da UFPR. Fundação O Boticário, 2002.

Bibliografia Complementar:

- WWF. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWFBrasil/IPÊ Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012.
- WWF. Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação (RAPPAM). Brasília, 2003.
- ICMBIO. SANGE: Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão. Brasília, 2021. INSTITUTO LINHA D'ÁGUA. Caminhando nos Caminhos do Uso Público. São Paulo, 2018.
- INSTITUTO SEMEIA. Diagnóstico do Uso Público em Parques Brasileiros: a perspectiva da gestão. São Paulo, 2021.
- INSTITUTO SEMEIA. Modelos de Gestão Aplicáveis às Unidades de Conservação do Brasil. São Paulo, 2015.
- INSTITUTO SEMEIA. Unidades de Conservação do Brasil: a contribuições do uso público para o desenvolvimento socioeconômico. São Paulo, 2014.
- IUCN. Turismo e Gestão da Visitação em Áreas Protegidas: diretrizes para sustentabilidade. Gland, Suíça, 2019.
- WWF. Implementação da Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação (RAPPAM) em Unidades de Conservação Estaduais de Minas Gerais. Brasília/DF, 2016.
- ANDRADE, Miguel Ângelo; MARTINS, Cássio Soares; DOMINGUES, Sergio Augusto (Org.), et al. Primeira Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, MaB-UNESCO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 2015.
- ÁVILA, Gabriel Carvalho de. Mosaico de áreas protegidas do espinhaço: alto Jequitinhonha e Serra do Cabral, Minas Gerais e os desafios para sua efetividade. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.
- IUCN. Gobernanza de Áreas Protegidas: de la comprensión a la acción. 2014. LEUNG, Yu-Fai; SPENCELEY, Anna; HVENEGAARD, Glen; BUCKLEY, Ralf (eds.) Tourism and Visitor Management in Protected Areas: guidelines for sustainability. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 27, Gland, Switzerland: IUCN, 2018.
- LEUZINGER, Márcia Dieguez; SILVA, Solange Teles da; CUREAU, Sandra (orgs.). Espaços Territoriais Especialmente Protegidos: extensão, limites e oportunidades. UNICEUB, Brasília/DF, 2015.
- MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. In. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VI. Nº 9. Janeiro de 2004. Salvador/BA.
- PALAZZO JR, José Truda; CARBOGIM, João Bosco Priamo (orgs.). Conservação da Natureza: e eu com isso? Fundação Brasil Cidadão. Fortaleza/CE, 2012.
- SOUZA, Mara Freire Rodrigues de. Política Pública para Unidades de Conservação no Brasil: diagnóstico e propostas para uma revisão. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Engenharia Florestal. Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2012.
- YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; MEDEIROS, Rodrigo (Orgs.). Quanto Vale o Verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018.

TUR132 - MÉTODOS E PRÁTICAS EM PESQUISA PATRIMONIAL**Carga Horária: 60 horas****Ementa:**

Patrimônio. Instrumentos e Metodologias patrimoniais. Políticas de Registro e Salvaguarda. Cartografia Social. Etnografia. Netnografia. Historiografia oral e objetos biográficos. O método das vídeo cartas e do teatro do oprimido em processos de educação patrimonial e de patrimonialização e salvaguarda participativos; Princípios de métodos em produção e mediação cultural colaborativa. Performance e práticas corporificadas. Arquivo e Repertório. A cada oferta, serão definidas as vivências de campo e o perfil da prática: produção de mapeamentos, cartografias, entre outros.

Bibliografia Básica:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.
ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (orgs.). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus, 2013.
BOSI, E. O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar de memória. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM, nº26, jun 2003.
TAYLOR, Daiana. O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013

Bibliografia Complementar:

ADICHIE, Chiamanda Ngozi. O perigo de uma história única. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
BOAL, Augusto. Jogos para atores e não atores. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
CARVALHO, José Jorge de Carvalho. Espetacularização e canibalização das culturas populares na América Latina. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 14, vol.21 (1): 39-76 (2010).
DE CERTEAU, Michel. A invenção do Cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (orgs). Escrivência : a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020
FERNANDES, Maria Esther. História de vida: dos desafios de sua utilização. Revista Hospitalidade. São Paulo, v. VII, n. 1, p. 15-31, jan.- jun. 2010
FIGUEIREDO Vanessa Gayego Bello. Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, USP, 2004.
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MINC/ IPHAN/ Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania). 256p.
GUIMARÃES, César. Filmar os terreiros, ontem e hoje. Revista Perspectivas em Ciência da Informação, v.24, número especial, p.23-36, jan./mar. 2019
JATOBÁ, Pedro; VILUTIS, Luana. Produtora Cultural Colaborativa: Tecnologia social para a sustentabilidade da cultura local.
NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais do minhocão. Revista do Centro de Pesquisa e Formação / Nº 5, setembro 2017.
Maharishi, Mayan; ORTEGA, Ofélia. Vídeo carta entre estudantes da Licenciatura em Educação do Campo. 7º Congresso brasileiro de extensão universitária. Ouro Preto, MG. Setembro 2016. Disponível em: http://www.cbeu.eventssystem.com.br/gerar_pdf.php?id=2993 Acesso em 10 de julho de 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. (orgs). Depois da utopia: a história oral em seu tempo. São Paulo: Letra e Voz: Fapesp, 2013.

SILVA, Ana Claudia Matos da. Uma Escrita Contra-Colonialista do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

SILVA, Jeferson Carvalho da. Cidade de Giz: experimentações gráficas. USP, São Paulo, v. 6, e189143, 2021

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. 2ª ed. Brasília, Associação de Ciências e Saberes para o Etnodesenvolvimento AYÔ, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

ZANOTTI, Ana. Olhares em progresso, olhares em processo: Uma experiência de vídeo participativo com jovens que habitam um espaço fronteiriço. Iluminuras, Porto Alegre, v.14, n.32, p.123-145, jan./jun. 2013

Vídeos e sites de referência:

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história TED (Technology, Entertainment, Design), conferência realizada nos Estados Unidos. Entoados. Produção e realização - Santa Rosa Bureau Cultural. Vídeo documentário produzido nos municípios mineiros de Catas Altas, Diamantina, Ouro Preto, São João del-Rei, Tiradentes e Mariana.2011.

MARTINS, Leda. Video documentation of Leda Martin's keynote address, 'Performances of Spiral Time', presented as a part of the 4th Encuentro of the Hemispheric Institute of Performance and Politics, New York University, July 5- 12, 2003. <http://hidvl.nyu.edu/video/001001551.html>

TURISMO CONTRACOLONIALISTA EM TERRITÓRIOS ANCESTRAIS:
<https://www.youtube.com/watch?v=scRoZWTgchU> (Webnário do Curso de Turismo/ UFVJM)

MUSEU DA PESSOA: <https://museudapessoa.org/> Obs: outras referências abertas e online serão também disponibilizadas ao longo do semestre.

5.2 Regulamento de trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Geografia

Define, para o Curso de Geografia, normas específicas de regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em atendimento ao disposto na Resolução CONSEPE que estabelece as normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do Curso, como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica e extensão. O TCC tem por finalidade estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência.

Art. 2º O TCC é exigência para colação de grau pelo discente do Curso de Bacharelado Geografia, conforme Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC e será realizado por discente que tenha cumprido no mínimo 300 horas do curso.

Art. 3º - As modalidades de TCC aceitas pelo curso são:

1. Monografia;
2. Artigo Científico aceito ou publicado em periódico;
3. Livro ou Capítulo de Livro;
4. Relatório Técnico Científico;
5. Resumo Expandido ou Artigo Completo de trabalhos apresentados em Congressos, Encontros ou outros eventos científicos reconhecidos pela comunidade acadêmica.

Art. 4º - Os objetivos gerais do TCC são:

I - Demonstrar capacidade de analisar criticamente a bibliografia e os trabalhos existentes sobre o tema escolhido;

II - Demonstrar capacidade de realizar um trabalho relacionado à Geografia com base em pesquisa (bibliográfica e/ou de campo) elaborado segundo trabalhos científicos que estejam de acordo com as normas previstas nas modalidades referidas no Art. 3º;

III - elaborar um trabalho na área da Geografia condizente com os conteúdos e experiências desenvolvidas durante a graduação.

Art. 5º A elaboração TCC poderá ser individual ou em dupla e o número de trabalhos a serem orientados pelos professores do curso de Geografia levará em conta o número de alunos orientados.

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º O TCC, quando na forma de Monografia, deverá ser elaborado obedecendo às diretrizes do [Manual de Normalização da UFVJM](#).

Art. 7º O TCC, quando na forma de artigo científico manterá a estrutura da publicação na revista.

Art. 8º O TCC, quando na forma de Resumo Expandido ou Artigo Completo apresentados em Congressos e demais eventos científicos, deverá respeitar as normas propostas pelo evento.

Art. 9º O Relatório Técnico Científico deverá ser elaborado de acordo com as normas da ABNT (NBR 10719).

Art. 10º TCCs que envolvam seres humanos e, ou animais como objetos de pesquisa não poderão ser iniciados antes da aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa e, quando necessário, por uma Comissão de Biossegurança.

DA COORDENAÇÃO DE TCC

Art. 11º A coordenação do TCC será de responsabilidade do docente designado pelo Colegiado do curso de Geografia, o qual deverá cumprir e tomar as seguintes providências:

- I - Elaborar e aprovar no colegiado de curso, no início de cada semestre letivo, o calendário das atividades relativas ao TCC, incluindo cronograma de entrega formulários, termos, e de versões finais;
- II- Iniciar processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou correlato para que a coordenação do curso dê ciência aos demais professores sobre as datas e documentos do TCC aprovados em colegiado;
- III – Encaminhar e organizar os formulários de aceite de orientação, ata de defesa e demais documentos necessários para o cumprimento da disciplina no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou sistema correlato;
- IV – Acompanhar os discentes do matriculados, a política e organização do TCC, procedimentos necessários para a sua efetivação
- V – Realizar, em caso de necessidade, reuniões com os docentes e discentes para discutir, organizar e reformular atividades referentes ao TCC, dentro da esfera de competência e interesse de cada um desses segmentos.
- VI - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
- VII - Tratar os casos omissos e pendentes, ouvidos, sempre que necessários, nos órgãos colegiados próprios da Instituição.

DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 12º O TCC será desenvolvido sob a orientação de um docente da UFVJM.

§ 1º O orientador poderá ser Docente da Geografia, de outro curso da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades ou de outro departamento da UFVJM;

§ 2º Independente da lotação do orientador, a banca examinadora deverá ter pelo menos um examinador obrigatoriamente docente do Curso de Geografia;

§ 3º Caso o orientador escolhido não seja lotado no curso de Geografia, e não tenha turma aberta das disciplinas de TCC 1 e TCC 2, o discente deverá se matricular na turma do coordenador de curso.

§ 4º O(s) discente(s) poderá(ão) ser co-orientado(s) por docente da UFVJM ou outra IES, de acordo com a anuência e responsabilidade do orientador;

§ 5º Em caso de impedimentos legais e eventuais do orientador ou orientado, ouvidas ambas as partes, caberá ao responsável pela disciplina TCC a indicação de um novo orientador, em prazo hábil para entrega do trabalho à banca examinadora;

§ 6º Estabelece-se o número máximo ideal de cinco TCCs por orientador, por semestre letivo.

Art. 13º São atribuições do Docente Orientador:

- I. Preencher e assinar digitalmente o Termo de Aceite de Orientação de TCC (Anexo 1 deste regulamento)
- II. Orientar o acadêmico na elaboração, desenvolvimento e redação do TCC;
- III. Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos;
- IV. Indicar o co-orientador, quando for o caso;
- V. Diagnosticar problemas e dificuldades que estejam interferindo no desempenho do acadêmico e orientá-lo na busca de soluções;
- VI. Agir com discrição na orientação do acadêmico, respeitando-lhe a personalidade, as limitações e suas capacidades;
- VII. Manter o docente responsável pela disciplina TCC ou a Coordenação do Curso informado oficialmente, sobre qualquer eventualidade nas atividades desenvolvidas pelo orientado, bem como solicitar do mesmo, providências que se fizerem necessárias ao atendimento do acadêmico;
- VIII. Solicitar a intervenção do responsável pela disciplina TCC em caso de incompatibilidade entre orientador e orientado.
- IX. Instituir comissão examinadora do TCC, em comum acordo com o orientado;
- X. Anexar, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou sistema correlato, todos os documentos assinados digitalmente, pertinentes ao TCC do(s) seu(s) orientando(s) segundo o calendário vigente;

DOS DISCENTES

Art. 14º Somente poderá cursar a disciplina TCC o discente regularmente matriculado no Bacharelado em Geografia, conforme o regimento e a legislação pertinente e que tiver cumprido os pré-requisitos institucionais.

Art. 15º Caberá ao discente:

- I. Escolher, sob consulta, o seu orientador, e se matricular nas disciplinas de TCC1 e TCC 2, para que seja orientado;
- II. Escolher, em comum acordo com o orientador, o tema a ser desenvolvido no TCC 1 e TCC 2;
- III. Respeitar e tratar com urbanidade, o orientador e demais pessoas envolvidas com o TCC;
- IV. Demonstrar iniciativa e sugerir inovações nas atividades desenvolvidas;
- V. buscar a qualidade e mérito no desenvolvimento do TCC;
- VI. Expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do TCC, para que sejam buscadas as soluções;
- VII. Comunicar ao Coordenador do Curso ou ao responsável pela disciplina TCC, quaisquer irregularidades ocorridas durante e após a realização do TCC, visando seu aperfeiçoamento, observados os princípios éticos.
- VIII – comparecer às reuniões previamente marcadas com o orientador;
- IX - Cumprir os prazos propostos pelo calendário referente ao TCC;
- X- Assinar e enviar todos os documentos pertinentes aos seu TCC ao seu orientador segundo o calendário vigente para que sejam anexados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou sistema correlato.

DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 16º O TCC deverá ser submetido a uma Comissão Examinadora composta pelo orientador como presidente e no mínimo dois membros titulares e um membro suplente, sendo que obrigatoriamente um seja do quadro docente do curso de Geografia.

Parágrafo único: A Comissão Examinadora poderá ser composta por:

- I. Orientador e dois docentes;
- II. Orientador, um docente e um servidor Técnico-Administrativo;
- III. Orientador, um docente e um profissional com titulação igual ou superior a graduação.

Art. 17º Modalidades de Artigo Científico aceito ou publicado em periódico; Livro ou Capítulo de Livro e Resumo Expandido ou Artigo Completo de trabalhos apresentados em Congressos, Encontros ou outros eventos científicos não necessitam de avaliação por banca examinadora.

Art. 18º Cabe ao orientador e orientado decidirem o formato da apresentação do TCC.

Art. 19º Deverá, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada docente para compor as bancas examinadoras, procurando-se evitar a designação de qualquer docente para um número superior a 10 (dez) comissões examinadoras por semestre, incluindo suas próprias.

Art. 20º Em caso de apresentações, cabe ao orientador e orientado decidirem se as sessões de serão públicas ou fechadas;

Art. 21º Apresentações de TCC poderão ocorrer em eventos organizados pelo curso de Geografia, abrangendo as modalidades de apresentação oral e pôster. As modalidades serão definidas pelos orientadores.

Art. 22º Em caso de apresentação do TCC, o(s) discente(s) terá(ão) até 20 minutos para a exposição, e os componentes da Banca Examinadora realizarão suas considerações em até 20 minutos cada. Em 10 minutos fica o tempo estipulado para reunião e apresentação do resultado pela Banca Examinadora.

Art. 23º A banca avaliadora, por maioria, considerará o TCC satisfatório ou insatisfatório, e poderá solicitar modificações no texto do TCC, que devem ser realizadas em até 10 dias corridos, considerando que o prazo de entrega do texto final do TCC deverá seguir prazos propostos pelo calendário do TCC do semestre vigente.

Art. 24º O discente que não entregar o TCC ou não comparecer à apresentação oral, caso marcada, sem motivo justificado, será reprovado.

Art. 25º O discente que tiver o conceito Insatisfatório terá reprovação direta.

Art. 26º A avaliação final do TCC deverá ser registrada em ata (Anexo 2 deste regulamento) devidamente assinada pelo SEI ou assinatura digital pelos integrantes da banca.

Art. 27º O volume deverá conter a folha de aprovação devidamente assinada pelo SEI ou assinatura digital pelos integrantes da banca. Se o TCC for apresentado em evento, a comissão organizadora definirá o procedimento.

Art. 28º Caso não haja restrições justificadas, o(s) discente(s) deve(m) preencher e assinar digitalmente o termo de autorização para publicação de trabalhos de conclusão de curso da graduação em Geografia (Anexo 3 deste regulamento).

Art. 29º A versão final do TCC, entregue pelo(s) discente(s) e com autorização deste e de seu orientador, será publicizada na página institucional do curso de Bacharelado em Geografia.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30º Os discentes que por motivo de problemas éticos, negligências ou dissídios forem alvo de reclamações formais por parte de sua dupla – e sendo tais reclamações constatadas pelo orientador e coordenação do TCC – serão automaticamente reprovados na disciplina de TCC;

Art. 31º A não entrega da versão final do TCC pelo(s) discente(s), com a respectiva folha de aprovação e Termo de Autorização de reprodução e divulgação do trabalho, após 10 dias corridos da defesa do TCC conduzirá à reprovação.

Art. 32º Caso o TCC seja reprovado, o discente deverá refazê-lo e submetê-lo novamente à avaliação dentro do prazo de integralização do Curso de Geografia da UFVJM, mediante renovação semestral da matrícula.

Art. 33º A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e o Curso de Geografia não se responsabilizam pelas despesas que discentes venham a ter com a construção ou apresentação de seus trabalhos.

Art. 34º A presente norma entra em vigor na data de sua aprovação, sendo que as dúvidas não tratadas no presente Regulamento serão resolvidas pelo Colegiado do Bacharelado em Geografia da UFVJM.

Danielle Piuzana Mucida
Presidente da Comissão de elaboração de proposta de Bacharelado em Geografia –
Portaria PROGRAD Nº 12, de 10 de fevereiro de 2025

Anexo 1
Termo de Aceite de Orientação de TCC

Eu, _____, professor (a) desta Universidade, lotado (a) na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Curso de Geografia, aceito orientar o/a discente _____, matrícula n.º _____, na elaboração do seu TCC, intitulado _____ provisoriamente _____.

Fica esclarecido que o discente é responsável por escrever e entregar a versão final em tempo hábil, conforme cronograma aprovado em Colegiado, e pela execução de suas tarefas.

Modalidade indicada para o TCC:

- () Monografia
- () Artigo Científico aceito ou publicado em revista científica
- () Resumo Expandido/ Artigo previamente publicados
- () Livro ou Capítulo de Livro
- () Relatório Técnico Científico

Declaro ter pleno conhecimento dos deveres estabelecidos na Resolução que dispõe sobre o TCC.

Diamantina, _____ de _____ de _____

Professor(a) Orientador(a)

Anexo 2

ATA DE DEFESA DE TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca para obtenção de Certificado de Graduação em Bacharelado em Geografia, pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, referente ao semestre de ANO/SEMESTRE.

O(a)(s) aluno(as) responsável(is) pelo TCC, a saber:

Nome:

Tema do TCC:

Categoria do TCC:

Orientador(a):

Participaram da Banca de Arguição os docentes:

Prof.(a)

Prof.(a)

Prof.(a)

A Banca de Arguição avaliou o Trabalho de Conclusão de Curso atribuindo a este o conceito:

() Satisfatório

() Insatisfatório

Assinam esta Ata os docentes:

Orientador(a):

Prof.(a)

Prof.(a)

Ressalvas a serem observadas pelo(as) discentes(s):

Local, DD de MMM de AAA.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO
DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo o Curso de Bacharelado em Geografia/UFVJM a veicular, por meio do site oficial do Curso, da Universidade e/ou dos Catálogos das Bibliotecas desta Instituição, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, o texto da obra abaixo citada, observando as condições de disponibilização no item 4, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, visando a divulgação da produção científica brasileira.

1. Tipo de produção intelectual: () Monografia () Artigo científico () Outros

2. Identificação da obra

Autor:

RG:

CPF:

Telefone:

e-mail:

Orientador:

Co-orientador:

Data da defesa:

Título/subtítulo (português):

Título/subtítulo em outro idioma:

Área de conhecimento do CNPq:

Palavras-chave:

Palavras-chave em outro idioma:

3. Agência(s) de fomento (quando existir):

4. Informações de disponibilização do documento:

Restrição para publicação: () Total⁴ () Parcial⁴ () Não Restringir

Local, Dia de Mês de ano

Assinatura do Autor

Assinatura do Orientador

5.3 Quadro descrição da natureza de extensão do curso de Bacharelado em Geografia

QUADRO DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE EXTENSÃO – Bacharelado em Geografia

Aprovado pelo Conselho de Extensão e Cultura (Coexc), em sua 79ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de julho de 2021, objetivando subsidiar a apreciação referente à natureza extensionista dos PPCs pela Proexc.

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE EXTENSÃO	
ASPECTO 1	MODALIDADE DA AÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual(ais) opção(ões) - Projeto, Programa, Curso, Evento e Prestação de Serviço. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(X) Programa (X) Projeto (X) Curso / Oficina (X) Evento (X) Prestação de Serviço
ASPECTO 2	VÍNCULO DA AÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar qual é o vínculo da ação - 1- Institucional/UFVJM; 2- Governamental; 3- Não-Governamental. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021)
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(x) Institucional/UFVJM; () Governamental; () Não-Governamental
ASPECTO 3	TIPO DE OPERACIONALIZAÇÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Indicar o(s) Tipo(s) da operacionalização da ação: 1. Unidade Curricular; 2-Atividade Complementar; 3- Prática como componente curricular; 4- Estágio. (Cf. Art. 6o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(X) Unidade Curricular; () Atividade Complementar; () Prática como componente curricular; () Estágio
ASPECTO 4	CÓDIGO(S) E NOME(S) DA(S) UCS DO PPC VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar o(s) Código(s) e nome(s) da(s) UCs do PPC vinculadas à ação de extensão (Cf. §1o. Art.6o - Res. CONSEPE n.2/2021).

DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	GEOXXX – Extensão I GEOXXX – Extensão II GEOXXX- Extensão III GEOXXX – Extensão IV
ASPECTO 5	COMPONENTES CURRICULARES DAS UCS COM BASE NA DCN DO CURSO VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO.
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação. (Cf. Art.14 - Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A opção adotada fundamenta-se no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207, CF/1988), operacionalizando as atividades extensionistas como processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a instituição de ensino superior e os demais setores da sociedade, conforme preconiza o Art. 3º da Resolução CNE/CES nº 7/2018. Para cumprir com os 10% exigidos de 2.400 hs do curso de Geografia – Bacharelado, criamos 4 unidades curriculares 60 horas cada. As 4 unidades curriculares totalizam 240hs, compatível com a carga extensionista, objeto de curricularização. Considera-se que a estratégia apresentada mantém a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Portanto, a curricularização da extensão proposta ocorrerá por meio de ações devidamente registradas na Proexc (programa, projeto, curso/oficina, evento e ou prestação de serviço), a partir da efetiva vinculação com as unidades curriculares e o seu retorno e retroalimentação no ambiente institucional, em dias de eventos institucionais, em espaços de divulgação científica, educação patrimonial institucionais, e em feiras, eventos.
ASPECTO 6	OBJETIVOS
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar os objetivos da ação de extensão vinculado a curricularização. Regulamento da PROEXC RESOLUÇÃO Nº 02, DE 18 DE JANEIRO DE 2021- Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM.
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	Nestas UCs, os estudantes desenvolverão competências essenciais para a atuação crítica, investigativa e aplicada em diferentes contextos territoriais. Entre essas competências, destaca-se a leitura e interpretação do território, possibilitando compreender os espaços geográficos a partir das dinâmicas socioambientais e culturais que os constituem, bem como identificar desigualdades, conflitos e usos diferenciados do espaço. O planejamento e a mediação de atividades extensionistas incluirão oficinas, saídas de campo, projetos de mapeamento participativo e ações de diagnóstico socioambiental, sempre vinculados às demandas e especificidades das comunidades locais. Será estimulada também a produção de materiais técnicos e científicos, como mapas temáticos, relatórios, cartilhas, bancos de dados e recursos digitais, que contribuam para a socialização do conhecimento geográfico. As práticas extensionistas favorecem ainda a articulação com instituições públicas, movimentos sociais e organizações comunitárias, ampliando o alcance social e científico da formação em Geografia.

	Por fim, a reflexão crítica e a autoavaliação contínua serão incentivadas, de modo a consolidar a capacidade de reconhecer os limites e as potencialidades das ações extensionistas e de pesquisa aplicada, fortalecendo o compromisso social e acadêmico do bacharel em Geografia.
ASPECTO 7	METODOLOGIA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar a estratégia e a metodologia a ser adota na realização da ação de extensão vinculado a curricularização. Regulamento da PROEXC.
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A estratégia e a metodologia da extensão no curso de Geografia – Bacharelado seguem as diretrizes do Regulamento da PROEXC e estão vinculadas à curricularização prevista no Projeto Pedagógico do Curso. A condução das atividades ocorrerá de forma coletiva, com a atuação conjunta de docentes responsáveis pelas Unidades Curriculares Extensão I, II, III e IV, organizados em grupos de trabalho, favorecendo a interdisciplinaridade e a gestão compartilhada das ações, em consonância com os princípios da extensão universitária. As Unidades Curriculares que preveem curricularização da extensão, serão vinculadas ações de extensão devidamente registradas na Proexc. O cadastro será realizado no início de cada semestre letivo, com possibilidade de terminalidade em cinco anos no caso de projetos, havendo fechamentos parciais a cada período. As atividades serão, prioritariamente, registradas como Projetos de Extensão, mas também poderão contemplar Eventos, Cursos e Prestação de Serviços, de acordo com a natureza da proposta e os objetivos de cada semestre. A definição das metodologias específicas de cada ação será detalhada no Plano de Ensino dos docentes responsáveis, considerando as demandas territoriais e temáticas trabalhadas, e formalizada por meio do registro da ação na Proexc. Para garantir a integração entre a carga horária das Unidades Curriculares e a curricularização da extensão, o PPC do curso contará com uma tabela de equivalência, conforme estabelece a Resolução CONSEPE nº 12/2024, assegurando a inserção das 240 horas obrigatórias na formação do bacharel em Geografia.
ASPECTO 8	INTERAÇÃO DIALÓGICA DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM A SOCIEDADE
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação na interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (Cf. I, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	O Bacharelado em Geografia promoverá a interação dialógica entre a universidade e a sociedade por meio de ações de extensão realizadas em diferentes territórios e contextos sociais. Essa interação se concretiza pela escuta ativa, pelo respeito à diversidade de saberes e pela valorização das experiências vividas por comunidades locais, movimentos sociais, órgãos públicos e instituições parceiras. As Unidades Curriculares de Extensão criam vínculos duradouros entre estudantes e sociedade, possibilitando uma compreensão aprofundada das dinâmicas territoriais, socioambientais e culturais em escalas local e regional. Esta convivência direta nos territórios potencializa a elaboração de diagnósticos participativos, análises críticas e propostas inovadoras voltadas à gestão territorial, ao planejamento socioambiental e ao fortalecimento de práticas comunitárias sustentáveis, integrando o conhecimento científico geográfico aos desafios reais da população.

	A articulação entre extensão e formação acadêmica consolida a preparação do futuro geógrafo, desenvolvendo competências essenciais como a leitura crítica do território, o domínio de metodologias participativas, a mediação entre diferentes saberes e a proposição de soluções técnico-sociais contextualizadas. Simultaneamente, as comunidades beneficiam-se da presença qualificada da universidade em seus territórios, estabelecendo um processo de troca mútua que democratiza o conhecimento, fortalece o planejamento territorial participativo e reconhece a diversidade dos modos de habitar e transformar o espaço geográfico. Esta práxis extensionista forma profissionais mais preparados para os desafios contemporâneos e contribui efetivamente para o desenvolvimento territorial sustentável e socialmente justo.
ASPECTO 9	INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão da formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. (Cf. II, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações de extensão no curso de Geografia – Bacharelado são concebidas como parte essencial da formação cidadã e profissional dos estudantes, em conformidade com o Art. 5º, inciso II, da Resolução CNE nº 7/2018. Essa formação se concretiza por meio da vivência prática dos conhecimentos construídos ao longo do curso, articulando-se à matriz curricular e aos contextos territoriais e socioambientais nos quais a universidade está inserida. Nesse processo, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade se configuram como fundamentos metodológicos que orientam as práticas extensionistas. A interdisciplinaridade favorece o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, enquanto a interprofissionalidade estimula a colaboração entre distintos campos de atuação, reconhecendo que os desafios contemporâneos do território, da sociedade e do meio ambiente demandam soluções construídas coletivamente e a partir da integração de múltiplos saberes. As ações extensionistas desenvolvidas no curso criam oportunidades diversificadas de imersão dos estudantes em múltiplos contextos territoriais urbanos, rurais, ambientais, culturais e institucionais, estabelecendo diálogos qualificados com comunidades locais, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores produtivos. Nesses territórios de aprendizagem, os discentes desenvolvem competências fundamentais: exercitam a leitura crítica e interpretação do espaço geográfico, aprimoram habilidades de mediação entre diferentes formas de conhecimento, e constroem soluções técnicas e metodologias participativas contextualmente apropriadas. Simultaneamente, produzem materiais de alta relevância social e científica, incluindo mapeamentos temáticos, diagnósticos territoriais, relatórios técnicos, materiais educativos e recursos digitais inovadores. Esta articulação virtuosa entre teoria e prática, universidade e sociedade, potencializa a formação de geógrafos profissionalmente qualificados e socialmente engajados. Os estudantes ampliam significativamente sua preparação como profissionais comprometidos com a sustentabilidade socioambiental, a justiça territorial e a valorização do espaço geográfico como dimensão estratégica de análise, planejamento participativo e transformação social.

	Dessa forma, a extensão universitária no Bacharelado em Geografia transcende a mera aplicação de conhecimentos, configurando-se como um processo formativo integral que prepara cidadãos-geógrafos capazes de contribuir efetivamente para a construção de territórios mais justos, sustentáveis e democráticos.
ASPECTO 10	INDISSOCIABILIDADE ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (Cf. IV, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A proposta do curso de Geografia – Bacharelado se ancora no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendido não como uma justaposição de atividades, mas como um processo acadêmico único, contínuo e transformador. Na dimensão do ensino, os estudantes desenvolvem repertório teórico-metodológico sólido, acessando os fundamentos epistemológicos, conceituais e instrumentais que caracterizam o pensamento geográfico contemporâneo. Este processo formativo estruturado proporciona a aquisição sistemática de competências técnico-científicas essenciais para a leitura crítica, análise espacial, representação cartográfica e gestão territorial, estabelecendo as bases conceituais necessárias para uma atuação profissional qualificada e eticamente comprometida. Esse processo se fortalece a articulação com a dimensão investigativa amplifica e aprofunda significativamente o processo formativo, possibilitando a exploração crítica e sistemática dos territórios, das complexas dinâmicas socioespaciais e socioambientais, bem como das múltiplas relações sociais que os estruturam e transformam. A pesquisa estimula o desenvolvimento do pensamento científico rigoroso, desperta a curiosidade investigativa e fortalece vínculos indissociáveis entre produção acadêmica e compreensão da realidade geográfica contemporânea, consolidando o compromisso entre universidade e sociedade na construção do conhecimento. Por sua vez, a extensão universitária atua como via de diálogo e de devolutiva entre universidade e sociedade. Ao promover a interação dos estudantes com comunidades locais, órgãos públicos, movimentos sociais, setores produtivos e instituições parceiras, a extensão permite a aplicação prática do conhecimento geográfico em contextos reais, favorecendo a escuta, a cooperação e a corresponsabilidade pela transformação territorial e social. A integração entre ensino, pesquisa e extensão potencializa a elaboração de diagnósticos participativos, mapeamentos temáticos, relatórios técnico-científicos, estratégias de planejamento territorial e metodologias de intervenção participativa que respondem efetivamente às demandas concretas dos territórios e suas populações. Esta concepção formativa integrada fortalece a preparação de bacharéis em Geografia profissionalmente qualificados e socialmente comprometidos com a sustentabilidade socioambiental, a justiça territorial, a democratização do conhecimento e a valorização da diversidade de saberes locais e tradicionais. Dessa forma, consolida-se o papel social transformador da universidade pública como espaço privilegiado de criação intelectual, experimentação metodológica e socialização de conhecimentos científicos relevantes e socialmente referenciados, contribuindo para a construção de territórios mais justos, sustentáveis e democráticos.

ASPECTO 11	IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE: CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS GRADUANDOS NA AÇÃO PARA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Descrever a contribuição da ação de extensão para o impacto na formação do discente, conforme estabelece a legislação vigente: “Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; II- o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III- a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV- a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira”. (Cf. I-VII, Art. 6º. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).

DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A extensão no Bacharelado em Geografia transcende sua concepção tradicional como mero complemento à formação acadêmica, configurando-se como elemento estruturante e transversal do percurso formativo. Nesta perspectiva inovadora, promove-se a articulação orgânica e dialógica entre saberes científicos e conhecimentos populares, teoria e práxis, construindo ambientes de aprendizagem genuinamente colaborativa e transformadora. Esta integração possibilita que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais complexa e contextualizada dos fenômenos geográficos, reconhecendo a legitimidade e complementaridade de diferentes formas de conhecimento territorial. A experiência extensionista fortalece, assim, uma epistemologia plural que valoriza tanto o rigor científico quanto a sabedoria acumulada pelas comunidades em suas práticas cotidianas de produção e gestão do espaço. Por meio da vivência extensionista, os estudantes são estimulados a refletir criticamente sobre o papel social da ciência geográfica na contemporaneidade, desenvolvendo competências multidimensionais voltadas à análise territorial integrada, ao planejamento socioambiental participativo e à proposição de soluções inovadoras e contextualmente apropriadas para os desafios complexos da sociedade atual. Este processo formativo amplia significativamente sua compreensão sobre as dinâmicas mundo-lugar, fortalecendo sua identidade profissional como geógrafos comprometidos com a transformação social, a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões e a construção colaborativa de territórios mais justos, equitativos e ambientalmente equilibrados. A proposta extensionista do curso promove, portanto, uma formação que prepara profissionais não apenas tecnicamente qualificados, mas também eticamente orientados e socialmente responsáveis, capazes de contribuir efetivamente para a democratização do conhecimento geográfico e para a construção de alternativas sustentáveis aos desafios territoriais contemporâneos. Desta forma, consolida-se

	um modelo formativo que beneficia simultaneamente estudantes, comunidades e sociedade, fortalecendo o papel transformador da universidade pública.
ASPECTO 12	IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre a proposta da ação de extensão e produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; (Cf. III, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	A extensão no Bacharelado em Geografia é concebida como um processo educativo, científico, político e social, que permite à universidade cumprir sua função pública de forma crítica e transformadora. As ações desenvolvidas buscam responder às demandas concretas dos territórios e comunidades, priorizando questões ligadas ao planejamento socioambiental, à gestão territorial, à justiça socioambiental, à sustentabilidade e à valorização dos saberes locais. Ao integrar estudantes e docentes em projetos que dialogam diretamente com a realidade dos territórios, a extensão possibilita transformações no próprio fazer acadêmico e institucional. Os conhecimentos produzidos coletivamente nos contextos de atuação retroalimentam as práticas de ensino e pesquisa, promovendo inovações curriculares, metodológicas e técnicas na formação do geógrafo. Além disso, as ações de extensão desenvolvidas em parceria com comunidades, órgãos públicos, organizações sociais e setores produtivos buscam contribuir efetivamente para a transformação social, por meio da produção de diagnósticos, mapas, relatórios técnicos e projetos participativos. Tais iniciativas fortalecem a democratização do acesso à ciência geográfica e ao conhecimento territorial, ampliando a participação social e subsidiando políticas públicas locais e regionais. Dessa forma, o Bacharelado em Geografia reafirma seu compromisso com a transformação social a partir da formação de profissionais críticos, capazes de articular ensino, pesquisa e extensão com responsabilidade ética, sensibilidade territorial e compromisso com o desenvolvimento sustentável e equitativo.
ASPECTO 13	DESCRIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO
SUPORTE LEGAL / ORIENTAÇÕES	Informar sobre o perfil e participação do público-alvo na ação de extensão e, principalmente, a interação com a comunidade externa. Pois são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias. (Cf. Art. 7o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações de extensão do curso de Bacharelado em Geografia da UFVJM estão em conformidade com o Art. 7º da Resolução CNE nº 7/2018, que estabelece que as atividades extensionistas devem envolver diretamente comunidades externas à instituição de ensino superior e estar vinculadas à formação do estudante. Nesse sentido, as ações desenvolvidas, frequentemente no âmbito de disciplinas projetuais, estágios ou projetos específicos, serão planejadas por coletivos docentes, de acordo com a natureza e os objetivos de cada atividade, definindo também os respectivos públicos-alvo. A participação do público externo ocorrerá em consonância com os territórios, dinâmicas socioespaciais e problemáticas específicas com as quais os projetos se articulam. O público-alvo poderá ser composto por associações de bairro,

	comunidades tradicionais, movimentos sociais, sindicatos rurais e urbanos, cooperativas, órgãos públicos municipais e estaduais (como secretarias de planejamento, meio ambiente e agricultura), além do setor privado, conforme a temática e o foco da ação de extensão proposta. As ações serão concebidas para reconhecer os saberes locais e os sujeitos sociais como agentes centrais no processo de análise e transformação do território. A interação com esses públicos será orientada por princípios éticos e técnicos inerentes à Geografia, favorecendo um diálogo de saberes, a escuta ativa e a construção colaborativa de diagnósticos, propostas e intervenções que visem à resolução de problemas socioambientais e ao planejamento territorial. O objetivo é que a experiência extensionista consolide a formação técnica do bacharel, articulando teoria e prática em situações reais de atuação profissional.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Geógrafo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 27 jun. 1979.

BRASIL. Decreto nº 85.138, de 15 de setembro de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Geógrafo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 set. 1980.

BRASIL. Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985. Altera dispositivos da Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Geógrafo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 1985.

BRASIL. Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986. Regulamenta a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Geógrafo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 jan. 1986.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 abr. 2001.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, de 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos acima relacionados (inclusive Geografia). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2001

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Seção 1, p. 28.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010. Estabelece diretrizes gerais para o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 32, 18 jun. 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação** - Presencial e a Distância, 2017, Autorização.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação** - Presencial e a Distância, 2017, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso. 2017.

GRZEBIELUKA, Douglas; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto. Explorando as conexões entre o ensino de geografia, a perspectiva da educação CTS e a pedagogia de Paulo Freire. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 4, p. e3721-e3721, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: População e domicílios - Primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35955&t=resultados>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>.

NEVES, V.R. **Indicadores de Qualidade Institucionais**. Diamantina: UFVJM. 2019. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/2019-05-13-18-01-43.html>.

ROCCA, Lorena; BOTELHO, Lúcio Antônio Leite Alvarenga; STOCCO, Silvia. O capital geográfico para a alfabetização científica. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 15, n. 25, p. 05-32, 2025.

7 GLOSSÁRIO

1. Acessibilidade

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

2. Acessibilidade atitudinal

Ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

3. Acessibilidade comunicacional

Ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.

4. Acessibilidade digital

Ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

5. Acessibilidade metodológica

Ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), etc.

6. Ambiente virtual de aprendizagem – AVA

É uma plataforma dotada de recursos digitais de comunicação, que reúnem distintas ferramentas voltadas à interação (que ocorre mediada por linguagem e procedimentos específicos do ambiente virtual).

7. Ambientes profissionais

São considerados ambientes profissionais: empresas públicas ou privadas, indústrias, estabelecimentos comerciais ou de serviços, agências públicas e organismos governamentais, destinados a integrarem os processos formativos de cursos superiores a distância, como a realização de atividades presenciais ou estágios supervisionados, com justificada relevância descrita no PPC.

8. Avaliação diagnóstica

Avaliação de uma determinada realidade, em certo momento, para melhor desenvolver um projeto ou processo. Essa avaliação, tem por objetivo compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o projeto/processo do ensino – aprendizagem.

9. Avaliação formativa

Entendida como uma prática de avaliação contínua, que objetiva fornecer *feedback*, a fim de ajustar o processo de ensino-aprendizagem.

10. Avaliação somativa

Realizada após processo finalizado, para verificar se os objetivos foram alcançados. Considera-se, então, a avaliação de um discente após o processo de ensino-aprendizado vivenciado e finalizado.

11. Egresso

Todo discente que tenha frequentado um curso em instituição de ensino superior, tendo ou não concluído seus estudos.

12. Equipe multidisciplinar (modalidade a distância)

Equipe responsável por elaborar e/ou validar o material didático. Conta com “professores responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica (web designers, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc)”

13. Integralização curricular

Prazo previsto para que o estudante receba a formação pretendida considerando a carga horária determinada pelo projeto pedagógico do curso para o conjunto de componentes curriculares. O tempo total deve ser descrito em anos ou frações. A integralização mínima deverá obedecer aos dispositivos legais vigentes.

14. Interdisciplinaridade

Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.

15. Migração curricular

Ato de migrar o estudante de um currículo para outro.

16. Número de vagas autorizadas

Número máximo de vagas destinadas ao ingresso de estudantes em curso superior, expresso em ato autorizativo, correspondente ao total anual independente de turno de oferta, que a instituição pode distribuir em mais de um processo seletivo. No caso das instituições com autonomia, consideram-se autorizadas as vagas aprovadas pelos colegiados acadêmicos competentes e regularmente informadas ao MEC, na forma da legislação.

17. Número de vagas ofertadas

Número total de vagas disponibilizadas nos processos seletivos constantes dos editais expedidos pela instituição.

18. Práticas exitosas ou inovadoras

São aquelas que a IES/Curso encontrou para instituir uma ação de acordo com as necessidades da sua comunidade acadêmica, seu PDI e seu PPC, tendo como consequência o êxito do objetivo desejado. Podem ser também inovadoras quando se constatar que são raras na região, no contexto educacional ou no âmbito do curso. Para isso, o Curso ou a IES podem se valer de recursos de ponta, criativos, adequados ou pertinentes ao que se deseja alcançar.

19. Projeto Pedagógico de Curso - PPC

Documento orientador de um curso que orienta as políticas acadêmicas institucionais com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; metodologias do processo de ensino- aprendizagem; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso

20. Saberes didáticos

Saberes que provêm do ensino e dizem respeito aos elementos pré-processo de ensino (pesquisar e planejar, por exemplo); aos elementos presentes no ato de ensinar (gerir uma classe, interagir verbalmente, mediar didaticamente os conteúdos, por exemplo) e pós processo de ensino (avaliar, replanejar, por exemplo)- os saberes didáticos são estruturantes da profissão professor.

21. Saberes didáticos sobre a mediação da classe

Os saberes didáticos voltados à mediação da classe são da seguinte ordem: administrar o tempo da aula; estimular a participação, o compromisso nas atividades; estimular a formação de valores, postura profissional; produzir um clima de confiança na sala; produzir integração entre alunos e entre os alunos e o professor; saber administrar os trabalhos em equipe; localizar as lideranças.

22. Saberes didáticos sobre a mediação de conteúdos

Tratam-se das habilidades próprias e apropriadas à mediação didática dos conteúdos. São exemplos: organizar e selecionar metodologias de ensino; identificar as lacunas de aprendizagens e nelas intervir; utilizar recursos técnicos e tecnológicos; criar sequências didáticas de aprendizagem; planejar aulas, elaborar planos de aulas; contextualizar o conteúdo de acordo com o nível cognitivo e bagagem cultural dos estudantes.

23. Saberes didáticos sobre a mediação de conteúdos

Tratam-se das habilidades próprias e apropriadas à mediação didática dos conteúdos. São exemplos: organizar e selecionar metodologias de ensino; identificar as lacunas de aprendizagens e nelas intervir; utilizar recursos técnicos e tecnológicos; criar sequências didáticas de aprendizagem; planejar aulas, elaborar planos de aulas; contextualizar o conteúdo de acordo com o nível cognitivo e bagagem cultural dos estudantes.

24. Saberes pedagógicos

Saberes que provêm da ciência pedagógica e se referem aos conhecimentos e competências que sustentam a prática docente e abarcam os saberes didáticos, como por exemplo: conhecimento e prática das teorias pedagógicas; conhecimento e prática das teorias de aprendizagem; conhecimento e prática da legislação educacional; conhecimento das teorias de currículo; conhecimento e prática da pesquisa no campo pedagógico.

25. Transição curricular

Corresponde ao período entre a implantação de um novo currículo e a extinção gradativa do currículo anterior



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Ensino

OFÍCIO Nº 48/2025/DEN/PROGRAD

Diamantina, 04 de novembro de 2025.

Ao Senhor Douglas Sathler dos Reis
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

C/C: Conselho de Graduação - CONGRAD

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba
CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Assunto: Vinculação de processo referente à redução de vagas ao processo de criação do Curso de Bacharelado em Geografia.

Prezado Pró-Reitor de Graduação,

Informo que o presente processo de redução de vagas está vinculado ao Processo nº 23086.137133/2025-08, o qual trata da criação do Curso de Bacharelado em Geografia e da aprovação de seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (1928689).

Conforme consta no Despacho nº 20/2025/DirFIH/FIH (1923081), atas do Colegiado do Curso de Geografia - Licenciatura (1921743 e 1921745), PARECER Nº1/2025/Avaex/PROGRAD (1927938), Ofício nº 41/2025/CCAEXT com parecer favorável às atividades de extensão informadas no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia - bacharelado (1913309) e parecer técnico favorável emitido pela Divisão de Assessoria Pedagógica (1928702), destaca-se que o referido PPC tramitou regularmente perante os órgãos competentes desta Universidade, observando integralmente as etapas regimentais previstas para a criação de novos cursos de graduação.

Atenciosamente,

MARCUS ALESSANDRO DE ALCANTARA
Diretor de Ensino - DEN/PROGRAD/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Alessandro de Alcantara, Diretor(a)**, em 04/11/2025, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1929009** e o código CRC **1663BD10**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.138734/2025-20

SEI nº 1929009

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 63/2025/CONGRAD/PROGRAD

Processo nº 23086.137133/2025-08

Interessado: Conselho de Graduação

O PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, na qualidade de Presidente do Conselho de Graduação, encaminha este Processo ao Congrad, para apreciação. Solicito especial atenção dos conselheiros ao processo relacionado 23086.138734/2025-20. Deve ser analisado a criação do curso de Bacharelado em Geografia, a aprovação do PPC do curso de Bacharelado em Geografia e a redução de vagas da Licenciatura em Geografia.

DOUGLAS SATHLER DOS REIS

Presidente do Congrad

Prograd/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Sathler dos Reis, Pro-Reitor(a)**, em 04/11/2025, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1929097** e o código CRC **7AEAD3BF**.

Referência: Processo nº 23086.137133/2025-08

SEI nº 1929097

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 72/2025/CONGRAD/PROGRAD

Processo nº 23086.138734/2025-20

Interessado: Docentes do Curso de Geografia, Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia, Núcleo Docente Estruturante do Curso de Geografia

Ao Consepe

O PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, na qualidade de Presidente do Conselho de Graduação, faz saber que o Congrad, em sua 164ª reunião, realizada no dia cinco de novembro de 2025, aprovou a proposta de criação do curso de Bacharelado em Geografia e a redução de vagas da Licenciatura em Geografia, conforme solicitado neste processo, e o encaminha ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) para apreciação.

DOUGLAS SATHLER DOS REIS
Presidente do Congrad
Prograd/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Sathler dos Reis, Pro-Reitor(a)**, em 05/11/2025, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1930900** e o código CRC **DDFD909F**.

Referência: Processo nº 23086.138734/2025-20

SEI nº 1930900